


2012  
Relatório e  
Contas

# 2012 Relatório e Contas

 GRUPO BANCO ESPIRITO SANTO



# Índice

Relatório e Contas 2012  
**Grupo Banco Espírito Santo**

---

## I Relatório de Gestão

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração  
e do Presidente da Comissão Executiva

10

1 O Grupo BES

13

2 Gestão Responsável

27

3 Enquadramento Macroeconómico

37

4 Atividade Comercial

43

5 Gestão Financeira e Mercado de Capitais

56

6 Gestão de Risco

60

7 Análise Financeira

75

8 Demonstrações Financeiras

85

9 Notas Finais

89

Anexos: As Contas da Sustentabilidade

91

---

## II Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas	102
2	Anexo - Adoção das Recomendações do <i>Financial Stability Forum</i> (FSF) e do <i>Committee Of European Banking Supervisors</i> (CEBS) Relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Ativos	213
3	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas	215
4	Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria das Contas	218

## III Relatório de Governo da Sociedade

0	Declaração de Cumprimento	222
I	Assembleia Geral	228
II	Órgãos de Administração e Fiscalização	231
III	Informação e Auditoria	257

## Principais Indicadores \*

	2008	2009	2010	2011	2012
<b>ATIVIDADE (milhões de euros)</b>					
Ativos Totais <sup>(1)</sup>	97 882	105 917	104 912	98 589	97 765
Ativo	74 244	81 702	83 028	80 237	83 691
Crédito a Clientes (bruto)	48 198	50 531	52 606	51 211	50 399
Depósitos de Clientes	26 387	25 447	30 819	34 206	34 540
Recursos Totais de Clientes	55 698	60 595	55 988	54 383	56 188
Core Capital - Banco de Portugal	3 412	5 232	5 416	6 020	6 471
Core Capital - EBA	-	-	-	-	6 091
<b>RESULTADOS/RENDIBILIDADE</b>					
Resultado do Exercício (M€)	419,2	571,7	556,9	-108,8	96,1
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	10,2%	11,0%	9,4%	-0,1%	1,2%
Rendibilidade do Ativo (ROA)	0,59%	0,73%	0,66%	0,00%	0,12%
<b>SOLVABILIDADE - Rácios<sup>(2)</sup></b>					
- CORE TIER I - Rácio Banco de Portugal <sup>(2)</sup>	6,1%	8,0%	7,9%	9,2%	10,5%
- CORE TIER I - EBA	-	-	-	-	9,9%
- TIER I	7,1%	8,3%	8,8%	9,4%	10,4%
- Total	11,3%	11,2%	11,3%	10,7%	11,3%
<b>LIQUIDEZ (milhões de euros)</b>					
Financiamento líquido do BCE <sup>(3)</sup>	250	- 1 760	3 929	8 677	6 897
Carteira Elegível para Colateral no BCE	4 645	5 553	10 823	15 057	19 402
Rácio Crédito /Depósitos <sup>(4)</sup>	178%	192%	165%	141%	137%
<b>QUALIDADE DOS ATIVOS</b>					
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes (bruto)	1,09%	1,60%	1,95%	2,74%	3,90%
Provisões para Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	219,0%	191,5%	173,0%	154,5%	136,9%
Crédito em Risco <sup>(5)</sup> /Crédito Total	-	-	4,99%	6,59%	9,44%
Provisões para Crédito/Crédito em Risco <sup>(5)</sup>	-	-	67,8%	64,2%	56,6%
Provisões para Crédito/Crédito a Clientes (bruto)	2,38%	3,07%	3,38%	4,23%	5,34%
Custo do Risco <sup>(6)</sup>	0,57%	1,07%	0,67%	1,17%	1,62%
<b>PRODUTIVIDADE / EFICIÊNCIA</b>					
Custos Operativos/Ativos Totais (%)	1,01%	0,95%	1,07%	1,15%	1,18%
Ativos por Empregado (m€)	10 945	11 898	10 641	9 996	9 832
Cost to Income (com mercados) (%)	52,2%	41,1%	46,7%	57,9%	44,6%
Cost to Income (sem mercados) (%)	57,2%	52,4%	57,0%	57,3%	57,2%
<b>COLABORADORES (nº)</b>					
Total <sup>(7)</sup>	8 943	8 902	9 858	9 863	9 944
- Atividade Doméstica	7 546	7 388	7 584	7 588	7 477
- Atividade Internacional	1 397	1 514	2 274	2 275	2 467
<b>REDE DE DISTRIBUIÇÃO (nº)</b>					
Rede de Retalho	803	799	828	801	775
- Doméstica	743	734	731	701	666
- Internacional	60	65	97	100	109
Centros de Empresa (Portugal)	27	26	24	24	25
Centros Private Banking (Portugal)	28	25	22	22	23
<b>RATING</b>					
<b>Longo Prazo</b>					
STANDARD AND POOR'S	A	A	A-	BB	BB-
MOODY'S	Aa3	A1	A2	Ba2	Ba3
DBRS	-	-	-	BBB	BBB(low)
<b>Curto Prazo</b>					
STANDARD AND POOR'S	A-1	A-1	A-2	B	B
MOODY'S	P-1	P-1	P-1	NP	NP
DBRS	-	-	-	R-2(high)	R-2(med)

\* Dados de 2008, 2009 e 2010 ajustados da alteração da política contabilística no registo dos desvios atuariais.

(1) Ativo Líquido + Asset Management + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado.

(2) Valores calculados com base no método RBB Foundation.

(3) O valor positivo significa um recurso, o valor negativo significa uma aplicação.

(4) Rácio calculado de acordo com a definição para efeitos do objetivo fixado pelo Banco de Portugal para este indicador no Funding & Capital Plan (2011 e 2012).

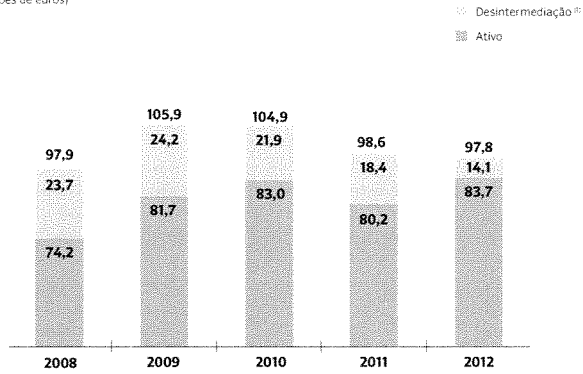
(5) De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal.

(6) Provisões para Crédito/ Crédito a Clientes (bruto).

(7) Inclui os colaboradores efetivos e os contratados a termo.

### Ativos Totais

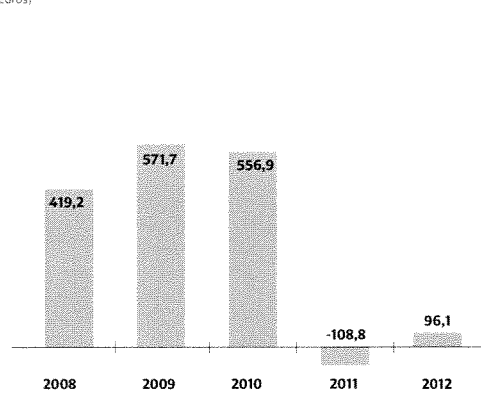
(mil milhões de euros)



Ativa e Passiva

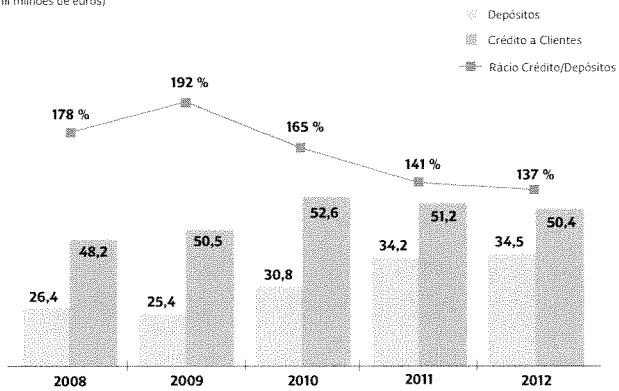
### Resultado Líquido

(milhões de euros)



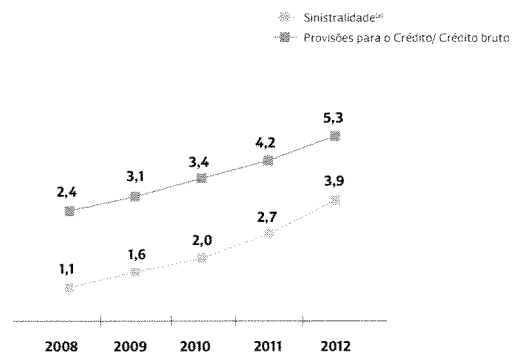
### Atividade com Clientes

(mil milhões de euros)



### Qualidade dos Ativos

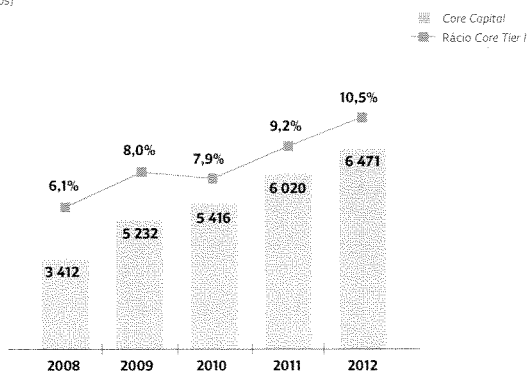
(%)



(a) Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito bruto.

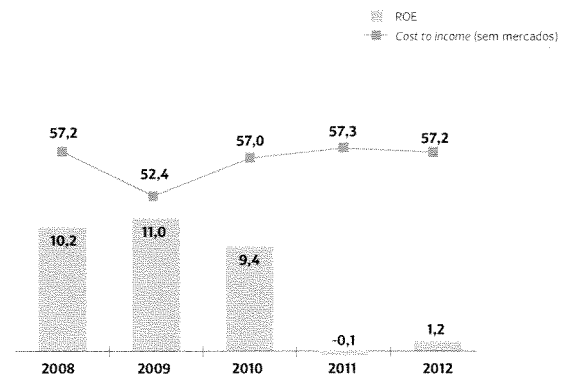
### Core Capital e Rácio Core Tier I

(milhões de euros)



### Rendibilidade e Eficiência

(%)



## Indicadores de Referência do Banco de Portugal

O quadro seguinte sistematiza os indicadores de referência instituídos através da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelas Instruções n.º16/2008, n.º23/2011 e n.º23/2012 para o final do exercício de 2012, em comparação com os evidenciados no ano anterior.

### Resultados e Rendibilidade

	SIMBOL.	2008	2009	2010	2011	2012
<b>BALANÇO MÉDIO (milhões de euros)</b>						
Ativo	AL	71 418	78 657	83 759	82 178	82 959
Ativos Financeiros	AF	61 788	68 018	72 163	70 279	69 443
Capital e Reservas	KP	3 779	4 886	5 578	5 895	7 057
<b>CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhões de euros)</b>						
Resultado Financeiro	RF	1 086,2	1 200,9	1 164,0	1 181,6	1 180,5
+ Serviços Bancários a Clientes	SB	636,2	717,9	806,9	790,5	828,4
= Produto Bancário Comercial	PBC	1 722,4	1 918,8	1 970,9	1 972,1	2 008,9
+ Resultado de Operações Financeiras e Diversos	ROF	165,7	530,6	432,9	-21,9	569,5
= Produto Bancário	PB	1 888,1	2 449,4	2 403,8	1 950,2	2 578,4
+ Prémios e Custos da Atividade Seguradora	SEG	-	-	-	-	0,7
- Custos Operativos	CO	984,7	1 006,1	1 123,1	1 129,2	1 149,1
= Resultado Bruto	RB	903,4	1 443,3	1 280,7	821,0	1 430,0
- Provisões líquidas de Reposições	PV	375,8	708,8	533,6	848,3	1 199,4
= Resultado antes de Impostos	RAIM	527,6	734,5	747,1	-27,3	230,6
- Impostos	I	83,5	109,8	43,7	-31,1	110,8
- Interesses que não Controlam	IM	24,9	53,0	146,5	112,6	23,7
= Resultado do Exercício	RL	419,2	571,7	556,9	-108,8	96,1
<b>RENDIBILIDADE (%)</b>						
Margem Financeira	RF / AF	1,76	1,77	1,61	1,68	1,70
+ Rendibilidade Serviços a Clientes	SB / AF	1,03	1,06	1,12	1,12	1,19
+ Rendibilidade Operações Financeiras e Diversos	ROF / AF	0,27	0,78	0,60	-0,03	0,82
= Margem de Negócio	PB / AF	3,06	3,60	3,33	2,77	3,71
+ Relevância Prémios e Custos da Atividade Seguradora	SEG / AF	-	-	-	-	0,00
- Relevância Custos Operativos	CO / AF	1,59	1,48	1,56	1,61	1,65
- Relevância Provisões	PV / AF	0,61	1,04	0,74	1,21	1,73
- Relevância Interesses que não controlam e Outros	(IM+I) / AF	0,18	0,24	0,26	0,12	0,19
= Rendibilidade dos Ativos Financeiros	RL / AF	0,68	0,84	0,77	-0,15	0,14
x Relevância Ativos Financeiros	AF / AL	0,87	0,86	0,86	0,86	0,84
= Rendibilidade do Ativo (ROA)	RL / AL	0,59	0,73	0,66	0,00	0,12
x Multiplicador das Aplicações	AL / KP	17,39	15,15	14,11	13,72	10,22
= Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	RL / KP	10,21	11,01	9,38	-0,05	1,25

### Indicadores de Referência do Banco de Portugal

	2011	2012
<b>SOLVABILIDADE</b>		
Fundos Próprios/Ativos de Risco	10,7%	11,3%
Fundos Próprios de Base/Ativos de Risco	9,4%	10,4%
Core Tier I/Ativos de Risco	9,2%	10,5%
<b>QUALIDADE DO CRÉDITO</b>		
Crédito com Incumprimento/Crédito Total	3,6%	5,0%
Crédito com Incumprimento líquido/Crédito Total líquido	-0,6%	-0,3%
Crédito em Risco/Crédito Total	6,6%	9,4%
Crédito em Risco, líquido/Crédito Total, líquido	2,5%	4,3%
<b>RENDIBILIDADE</b>		
Resultado antes de impostos e de Interesses Minoritários/ Capitais Próprios médios	-0,8%	2,9%
Produto Bancário/Ativo Líquido médio	2,4%	3,1%
Resultado antes de impostos e de Interesses Minoritários/ Ativo Líquido médio	-0,1%	0,2%
<b>EFICIÊNCIA</b>		
Custos de Funcionamento+Amortizações/Produto Bancário	57,9%	44,6%
Custos com Pessoal/Produto Bancário	30,1%	23,2%
<b>RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO</b>		
(Crédito Total - Provisões para Crédito)/ Depósitos de Clientes	141%	137%







BES  
art COLEÇÃO  
BANCO  
ESPÍRITO SANTO

Jane and Louise Wilson (b.1967, Reino Unido), Oddment's room #6, 2009, 216x175 cm, C-print, aluminum, Diasec. Edição 1/4 + 2PA. ©Jane and Louise Wilson.

# FAZ DAS TUAS VITÓRIAS UM HABITO

310  
230  
150  
70  
30

Poupar todos os meses a partir de €10

Conta Poupança Dez

Saiba tudo aqui

SOLUÇÕES DE POUPANÇA BES, SOLUÇÕES DE MUDANÇA.

# O FUTURO ESTÁ EM ACÇÃO

**BES** AUMENTO DE CAPITAL PARTICIPE

PERÍODO DE SUBSCRIÇÃO DE 15 DE ABRIL A 12 DE MAIO

Esta oferta, a subscrição de BES, é feita em conjunto com a emissão de capital de BES, e tem como objectivo a realização de uma nova ronda de financiamento para a actividade de desenvolvimento de novos produtos e serviços de BES, e para a aquisição de activos de longo prazo, a ser financiados através da emissão de BES. A subscrição de BES é feita em conjunto com a emissão de capital de BES, e tem como objectivo a realização de uma nova ronda de financiamento para a actividade de desenvolvimento de novos produtos e serviços de BES, e para a aquisição de activos de longo prazo, a ser financiados através da emissão de BES.

Participar no aumento de capital de BES é grátis e sem custos.

Para mais informações, consulte o prospecto informativo e o formulário de subscrição de BES, disponíveis em [www.bes.pt](http://www.bes.pt).



SOUBEMOS O QUE É SER O PRIMEIRO E SABEMOS O QUE É SER O ÚNICO.

**BES, o único banco português do Grupo Banco Espírito Santo, tem**

o privilégio de ser o primeiro banco português a integrar o Índice de Sustentabilidade Global e o Índice de Sustentabilidade Empresarial, e a ser o primeiro banco português a ser reconhecido como líder em sustentabilidade social e ambiental.

Este reconhecimento confirma a elevada posição de liderança de BES e confirma que a nossa performance financeira e ESG continuam a ser o resultado do compromisso de longo prazo de sustentabilidade que assumimos desde o primeiro dia de actividade, e que nos tornamos referência na sustentabilidade social e ambiental do Grupo Banco Espírito Santo.

Construímos e evoluímos para alcançar os nossos objectivos e, como um grupo financeiro de topo, sabemos que integramos nos nossos valores a sustentabilidade social e ambiental.

Declaración de Responsabilidad Social



A SOLIDARIEDADE PASSA PELAS NOSSAS MÃOS.

Este é o espírito que nos inspira e que nos motiva a sermos líderes em sustentabilidade social e ambiental. É este espírito que nos inspira e que nos motiva a sermos líderes em sustentabilidade social e ambiental.



BANCO ESPÍRITO SANTO

POUPANÇA BES

ENTRAR NO RITMO DA POUPANÇA É COOL

facebook.com/bespt



# Principais Acontecimentos de 2012

## Janeiro

6 O Banco Espírito Santo, S.A. realiza uma emissão de dívida garantida pela República Portuguesa no montante de mil milhões de euros.


## Março

Criação do clubES, uma iniciativa que se destina a todos os acionistas particulares do Banco Espírito Santo, com o objetivo de dar acesso e partilhar com os acionistas um conjunto de vantagens e benefícios relacionados com as diferentes dimensões de atuação do Grupo BES distribuídas por quatro áreas: Saúde, Lazer e Desporto, Arte e Património, e Produtos Financeiros. Mais informação em: [www.clubes.bes.pt](http://www.clubes.bes.pt).

1 O Banco de Portugal divulga os resultados globais da terceira e última vertente de trabalho do Programa Especial de Inspeções (SIP) realizado como parte das medidas e ações acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira. A avaliação efetuada permite confirmar que o Grupo BES utiliza parâmetros e metodologias claramente adequados, a classificação mais elevada atribuída no âmbito da vertente 3 do SIP.

22 A Assembleia Geral de Acionistas aprova todos os pontos da ordem de trabalhos, nomeadamente (i) as declarações da Comissão de Vencimentos e do Conselho de Administração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização e dos demais dirigentes do BES; (ii) as alterações ao "Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros" aplicável aos administradores executivos e aos Dirigentes; (iii) a designação dos órgãos sociais para o quadriênio de 2012 a 2015.

28 No seguimento da revisão em baixa do *rating* da República Portuguesa de Ba2 para Ba3 em fevereiro, a Moody's informa ter concluído a revisão às notações dos Bancos Portugueses. O *rating* de longo prazo do Banco Espírito Santo é revisto de Ba2 para Ba3, mesmo nível que a República Portuguesa. O *Bank Financial Strength Rating* (BFSR) é revisto de D- (Ba3) para E+ (B1).

 / 2012

01

02

03

04

05

## Fevereiro

1 No seguimento da revisão em baixa do *rating* de longo prazo da República Portuguesa de BBB para BBB (*low*), com tendência negativa, a agência de *rating* DBRS procede à revisão do *rating* da dívida de longo prazo do Banco Espírito Santo para o mesmo nível do *rating* soberano de Portugal. O *rating* da dívida de curto prazo é alterado de R-2 (*high*) para R-2 (*mid*), com tendência negativa.

3 O Banco Espírito Santo divulga os resultados de 2011. No exercício de 2011, os encargos de natureza extraordinária nomeadamente, a transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões, as perdas na BES Vida e os prejuízos na venda de créditos internacionais,

necessários para simultaneamente continuar a conceder crédito a empresas portuguesas e cumprir com o programa de *deleverage*, conduzem a um prejuízo de 108,8 milhões de euros.

15 A S&P revê em baixa os *ratings* da República Portuguesa de BBB- (longo prazo)/ A-3 (curto prazo) para BB/B, com *Outlook* negativo. Como consequência, o *rating* de longo prazo do BES foi também revisto de BB para BB-, com *Outlook* negativo e o *rating* de curto prazo confirmado em B.

17 O Banco Espírito Santo, S.A. realiza uma emissão de dívida garantida pela República Portuguesa no montante de mil e quinhentos milhões de euros.

## Abril

11 O Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A. delibera um aumento de capital social por novas entradas em dinheiro a realizar através de subscrição pública com respeito pelo direito de preferência dos acionistas de até 2 556,7 milhões de ações, ao preço de subscrição de 0,395 de euros por ação, permitindo um encaixe de até 1 010 milhões de euros.

Na mesma data, o Conselho de Administração acorda com o Grupo Crédit Agricole a aquisição de 50% do capital social da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A., pelo valor global de 225 milhões de euros, que será financiada com uma parcela do encaixe do aumento de capital.

## Maio

**7** Cerimónia de Entrega do Prémio BES Biodiversidade. O Premio é entregue ao projeto "Preservação do Lobo-marinho na Madeira", do Parque Natural da Madeira.

**11** Em resultado do aumento de capital são emitidas 2 556 688 387 novas ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, subscritas no âmbito de oferta pública de subscrição com respeito pelo direito de preferência dos acionistas. O capital do BES é atualmente de 5 040 124 063,26 euros, representado por 4 017 928 471 ações. No mesmo dia é concretizada a aquisição de 50% do capital social da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.. O BES passa a deter a totalidade do capital social da BES Vida ficando assim com o respetivo controlo de gestão.

**15** No primeiro trimestre de 2012, o Grupo BES apresenta um resultado de 11,6 milhões de euros. O resultado dos primeiros três meses do ano é impactado pelo significativo reforço das provisões (um aumento de 85%).

**16** Conferência com Pavan Sukhdev subjacente ao tema "Pode a empresa de hoje criar a economia de amanhã?" realizado no âmbito da 6ª Edição do Programa Futuro Sustentável.

**21** Celebração do Protocolo de Cooperação, com uma vigência de 3 anos, entre o Banco Espírito Santo e a Cáritas Portuguesa com o objetivo de contribuir e apoiar a atuação da Cáritas junto dos estratos da população portuguesa mais desfavorecidos.

## Setembro

**13** Depois de, em 2011, ter sido o primeiro banco português a integrar o Dow Jones Sustainability Indexes, em 2012 o Banco Espírito Santo mantém-se como o único representante financeiro português neste conceituado índice de sustentabilidade.

## Novembro

**13** Os resultados do Grupo BES nos nove meses de 2012 atingem 90,4 milhões de euros.

**12** Cerimónia de entrega de prémios da oitava edição do Concurso Nacional de Inovação BES. O grande prémio é entregue na categoria Tecnologias de Informação e Serviços ao projeto: Novo Método de Transmissão de Vídeo em Tempo Real para Múltiplos Utilizadores através de um Ponto de Acesso WIFI.

**28** O BES lança uma emissão de obrigações permutáveis "Exchangeable Bonds", no montante de 450 milhões de dólares com vencimento em 2015, emitidas pelo BES Finance Ltd, com direitos de troca, indexados ao valor das ações ordinárias do Banco Bradesco, S.A.

## Dezembro

**3** O BES anuncia que foi concluído o Programa de Inspeções *On-site* (OIP), desenvolvido sobre as exposições aos setores da construção e da promoção imobiliária em Portugal e Espanha, com referência a 30 de junho de 2012.

**5** No seguimento da confirmação do *rating* de longo prazo da República Portuguesa em BBB (*low*), com tendência negativa, a DBRS confirma o *rating* da dívida de longo prazo do Banco Espírito Santo em BBB (*low*) e o *rating* da dívida de curto prazo em R-2 (*mid*), tendo sido retirados de *'under review'*.

## Outubro

**3** A Autoridade Bancária Europeia (EBA) e o Banco de Portugal (BdP) divulgam o anúncio relativo aos resultados finais do exercício de reforço de capitais e da implementação da Recomendação da EBA de dezembro de 2011. O Banco Espírito Santo cumpriu com o objetivo regulamentar de atingir um *Core Tier I* de 9% depois de uma avaliação prudente, a valores de mercado, das exposições a dívida soberana aos *portfolios* de ativos disponíveis para venda e de ativos detidos até à maturidade.

**31** O Banco Espírito Santo realiza uma emissão de dívida sénior não garantida ao abrigo do programa de EMTN no montante de 750 milhões de euros e marca o regresso das instituições financeiras aos mercados. A composição do livro de ordens atinge um volume de cerca de 2,7 mil milhões de euros, com a participação de cerca de 225 investidores nacionais e internacionais.

## Agosto

**28** A Assembleia Geral Extraordinária aprova a supressão do direito de preferência dos acionistas, caso o Conselho de Administração venha a deliberar um aumento de capital social, com vista à incorporação de créditos do Estado português decorrentes do eventual acionamento da garantia relativa à emissão de obrigações não subordinadas no montante máximo de 550 000 000,00 de euros (quinhentos e cinquenta milhões de euros). Os acionistas aprovam ainda a manutenção da relação de grupo entre a Sociedade e a BES Vida - Companhia de Seguros, S.A. e a ratificação da designação por cooptação, em 14 de maio de 2012, para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, do Exmo. Senhor Dr. Milton Almicar Silva Vargas em substituição de Antonio Bornia.

## Julho

**12** A agência de *rating* Standard and Poor's afirma as notações de *rating* do Banco Espírito Santo em BB- (longo prazo) e B (curto prazo), com *Outlook* negativo, no seguimento da análise das implicações do aumento de capital de mil milhões de euros na posição de capital do Banco.

**30** O Grupo BES divulga os resultados do primeiro semestre do ano. Nos primeiros seis meses do ano o resultado alcançado é de 25,5 milhões de euros.

## Órgãos Sociais

Os órgãos sociais do Banco Espírito Santo, são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas.

A gestão do Banco Espírito Santo é assegurada por um Conselho de Administração com competência para exercer os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade, praticando todos os atos necessários ou convenientes à prossecução das atividades do Banco. No âmbito das suas competências cabe, ainda, ao Conselho de Administração definir, acompanhar e monitorizar as grandes linhas estratégicas do Banco e garantir a dinamização das comissões especializadas constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da Sociedade.

O Conselho de Administração do BES é composto por vinte e seis membros, dos quais sete são independentes e não executivos. A gestão corrente da sociedade é delegada numa Comissão Executiva, composta por dez membros.

No que diz respeito aos membros independentes do Conselho de Administração, três pertencem à Comissão de Auditoria e três à Comissão de Governo e à Comissão Consultiva de Remunerações. O Presidente do Conselho de Administração é, também, qualificado como independente.

O Conselho de Administração do BES reúne, pelo menos, uma vez em cada trimestre, e reunirá extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, por dois Administradores ou pela Comissão de Auditoria.

Em 2012, e em estreita colaboração com a Comissão Executiva, o Conselho de Administração, no âmbito dos poderes que legal e estatutariamente lhe são conferidos e de acordo com o seu regulamento (disponível em [www.bes.pt/investidor](http://www.bes.pt/investidor) e no Capítulo II do Relatório de Governo da Sociedade), acompanhou, avaliou e supervisionou a atividade da Sociedade sem se ter deparado com quaisquer constrangimentos.

No âmbito do acompanhamento pelo Conselho de Administração da dinamização das comissões especializadas, e no que diz respeito aos administradores não executivos, estes exercem funções de supervisão nas seguintes comissões:

- **Comissão de Auditoria** – constituída por três administradores não executivos e independentes e cujo relatório sobre a atividade desenvolvida em 2012 se encontra no final deste relatório;
- **Comissão de Governo** – constituída por três administradores não executivos e independentes;
- **Comissão Consultiva de Remunerações** – constituída por três administradores não executivos e independentes.

A informação detalhada sobre a composição, as competências e os poderes da Comissão de Auditoria e das Comissões de Governo e Consultiva de Remunerações está descrita no capítulo II do Relatório de Governo da Sociedade.

Sendo a gestão corrente da Sociedade delegada na Comissão Executiva, o Presidente do Conselho de Administração pode, a cada momento, solicitar esclarecimentos ao Presidente da Comissão Executiva sobre matérias que considere relevantes para o exercício das suas funções e para garantir que os restantes membros do Conselho estão devidamente informados.

Em 2012, os administradores não executivos do BES tiveram uma presença assídua nas reuniões do Conselho de Administração e foi-lhes disponibilizada toda a informação considerada relevante para o acompanhamento da atividade da Sociedade, tendo o Presidente da Comissão Executiva enviado todas as convocatórias e atas das reuniões ao Presidente do Conselho de Administração.

Em 2012 o Conselho de Administração reuniu 8 vezes, tendo apreciado e deliberado sobre um conjunto de assuntos, dos quais se destacam:

- Aprovação dos resultados do Grupo BES referentes ao exercício de 2011 e aos primeiros três, seis e nove meses de 2012;
- Aprovação da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2011;
- Aprovação das propostas a apresentar à Assembleia Geral de Acionistas de 22 de março de 2012, v.g. sobre (i) o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade, e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, relativos ao exercício de 2011; e (ii) a política de remuneração dos dirigentes do BES e sobre alterações ao plano de remuneração variável;
- Aprovação do aumento de capital do Banco, realizado em maio;
- Aprovação da aquisição de 50% do capital social da Companhia de Seguros BES Vida;
- Aprovação das propostas a apresentar à Assembleia Geral Extraordinária de 28 de agosto de 2012, v.g. sobre (i) a alteração parcial do contrato de sociedade, modificando o artigo 4.º; (ii) a supressão do direito de preferência dos acionistas, caso o Conselho de Administração venha a deliberar um aumento de capital social nos termos do número 2 do artigo 4.º do contrato de sociedade, com vista à incorporação de créditos do Estado português decorrentes do eventual acionamento da garantia relativa à emissão de obrigações não subordinadas;
- Cooptação dos administradores Milton Almicar Silva Vargas e Xavier Musca em substituição, respetivamente de António Bornia e Michel Jacques Mathieu.

Os órgãos sociais do BES, face ao seu estatuto de sociedade anónima, são eleitos em Assembleia Geral e estão localizados na sede social do Banco. A sua composição para o quadriénio 2012-2015 é a seguinte:

---

#### **Mesa da Assembleia Geral**

Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)  
Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz (Vice-Presidente)<sup>(1)</sup>  
Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

---

#### **Conselho de Administração**

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)  
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)  
Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux (Vice-Presidente)  
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva  
António José Baptista do Souto  
Jorge Alberto Carvalho Martins  
Aníbal da Costa Reis de Oliveira  
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva  
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi  
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira  
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes  
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva  
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires  
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos  
João Eduardo Moura da Silva Freixa  
Pedro Mosqueira do Amaral  
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho  
João de Faria Rodrigues  
Marc Olivier Tristan Oppenheim  
Vincent Claude Pacaud  
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral  
Stanislas Gerard Marie Georges Ribes  
Horácio Lisboa Afonso  
Pedro João Reis Matos Silva  
Milton Almicar Silva Vargas  
Xavier Musca

---

#### **Comissão de Auditoria**

Horácio Lisboa Afonso (Presidente)  
Pedro João Reis Matos Silva  
João de Faria Rodrigues

---

#### **Revisor Oficial de Contas (ROC)**

Revisor Oficial de Contas Efetivo, KPMG & Associados, SROC, S.A.,  
representada por Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes  
Revisor Oficial de Contas Suplente, Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC)

---

#### **Secretário da Sociedade**

Eugénio Fernando Quintais Lopes  
Artur Miguel Marques da Rocha Gouveia (Secretário Suplente)

O Conselho de Administração delega a gestão corrente do Banco numa Comissão Executiva, composta pelos seguintes administradores:

---

#### **Comissão Executiva**

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Presidente)  
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva  
António José Baptista do Souto  
Jorge Alberto Carvalho Martins  
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi  
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira  
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes  
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires  
João Eduardo Moura da Silva Freixa  
Stanislas Gerard Marie Georges Ribes

(1) O Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral renunciou às suas funções em fevereiro de 2013.

## A Ação BES - Criação de Valor

BOLSA:	NYSE Euronext
ISIN:	PTBES0AM0007
CÓDIGO BLOOMBERG:	BES.PL
CÓDIGO REUTERS:	BES.LS
NÚMERO DE AÇÕES:	4 017 928 471
VALOR NOMINAL:	
CAPITAL SOCIAL:	5 040 124 063,26 de euros

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social do Banco Espírito Santo era de 5 040 124 063,26 euros representado por 4 017 928 471 ações ordinárias sem valor nominal, admitidas à cotação na NYSE Euronext.

No final de 2012, o BES manteve-se como o maior banco nacional cotado, com uma capitalização bolsista de 3 596 milhões de euros (cotação de fecho a 31 de dezembro de 2012: 0,895 euros).

### Principais Indicadores de Bolsa

		31-Dez-11	31-Dez-12	Variação
<b>Dados de Bolsa</b>				
01. N.º de Ações Ordinárias emitidas	(mil)	1 461 240	4 017 928	2 556 688
02. N.º médio ponderado de Ações Ordinárias emitidas <sup>(1)</sup>	(mil)	1 187 255	3 096 971	1 909 716
03. Última Cotação do ano <sup>(2)</sup>	(€)	1,350	0,895	-33,7%
04. Capitalização Bolsista no final do ano	(M€) (01x03)	1 973	3 596	82,3%
<b>Dados Financeiros Consolidados (valores de final do ano)</b>				
05. Capital Próprio atribuível aos Acionistas <sup>(3)</sup>	(M€)	5 604	7 063	26,0%
06. Capital Próprio atribuível às Ações Ordinárias <sup>(4)</sup>	(M€)	5 363	6 841	27,6%
07. Resultado do Exercício	(M€)	-108,8	96,1	.....
08. Resultado atribuível às Ações Ordinárias	(M€)	-3,1	92,6	.....
09. Dividendo Bruto das Ações Ordinárias	(M€)	-	-	-
10. Pay Out Ratio das Ações Ordinárias	(%) (09/07)	-	-	-
<b>Valores por Ação Ordinária</b>				
11. Património Líquido	(€) (06/01)	3,67	1,70	-53,7%
12. Resultado <sup>(5)</sup>	(€) (08/02)	0,00	0,03	.....
13. Dividendo Bruto	(€) (09/01)	-	-	-
<b>Cotação da Ação Ordinária como Múltiplo do</b>				
14. Património Líquido	PBV (03/11)	0,37	0,53	.....
15. Resultado	PER (03/12)	.....	29,94	.....
<b>Rendibilidade da Ação Ordinária em Relação à Cotação</b>				
16. do Resultado	(%) (12/03)	0,00	3,34	.....
17. do Dividendo (Dividend Yield)	(%) (13/03)	-	-	-

(1) N.º médio de ações ordinárias ponderado pelo tempo de permanência no exercício.

(2) Fonte: Boletim de Cotações NYSE Euronext Lisbon.

(3) Total do capital próprio em balanço deduzido dos interesses que não controlam.

(4) Total do capital próprio atribuível aos acionistas deduzido das ações preferenciais e dos outros instrumentos de capital.

(5) Utilizou-se o número médio de ponderado de ações emitidas.

O BES concluiu em maio um aumento de capital no valor de mil e dez milhões de euros, através de subscrição pública com observância dos direitos de preferência dos acionistas. O aumento de capital teve como objetivo cumprir os requisitos de capital regulamentar exigidos pelo Banco de Portugal (CT1 de 10% em 2012) e pela Autoridade Bancária Europeia (CT1 de 9% em junho de 2012). No âmbito do aumento de capital o BES acordou com o Crédito Agrícola a aquisição de 50% do capital social da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A., tendo o Banco passado a deter a totalidade do capital da seguradora.

O período de subscrição de direitos para participar no aumento de capital decorreu entre os dias 19 de abril e 2 de maio. Durante este período, as ações do BES valorizaram 7,3%, em contraste com uma desvalorização de 0,1% do PSI 20 e de 3,9% do setor da banca (medido pela performance do índice EuroStoxx Banks). A performance das ações foi acompanhada por um aumento de volume, situando-se o volume médio diário em 16,1 milhões de euros, acima dos 10,1 milhões de euros registados em 2012, sendo que apenas 13,1% dos direitos totais foram transacionados em bolsa, revelando o elevado interesse dos investidores particulares e institucionais nesta operação. Mais de 86% da base acionista anterior ao aumento de capital subscreveu os seus respetivos direitos, comprovando a forte adesão dos acionistas. O aumento de capital foi integralmente subscrito, com 99,3% do total de direitos exercido e um nível de subscrição de 133,5%.

Os acionistas de referência (Espírito Santo Financial Group, Crédit Agricole, Bradesco e Portugal Telecom), que em conjunto detêm mais de 50% do capital social do BES, acompanharam o aumento de capital, mantendo as suas participações e reafirmando a confiança que depositam no Banco.

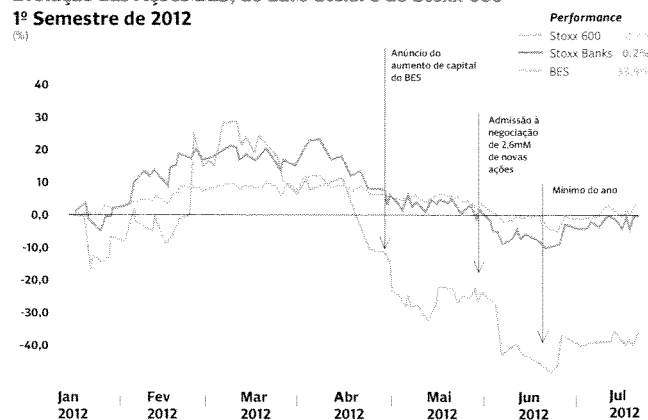
Concluída a operação, o BES tornou-se um caso ímpar em Portugal, tendo sido o primeiro banco Português a cumprir com os requisitos regulamentares de capital impostos pelas autoridades Portuguesas e Europeias recorrendo apenas a soluções de mercado mantendo, por isso, a sua autonomia estratégica.

### Desempenho das Ações BES

O primeiro semestre de 2012 ficou marcado pelo contágio da crise da dívida soberana no sul da Europa, nomeadamente a Espanha e Itália, o que pressionou os mercados acionistas, em particular as ações dos bancos europeus. O índice de referência do setor de banca na Europa, o EuroStoxx Banks, terminou o semestre em situação de *underperformance* face aos mercados em geral, com a Banca Ibérica a ser pressionada pelo sentimento negativo em torno do País.

As ações BES, que terminaram o primeiro trimestre com uma performance positiva (+1,5%, preços de fecho de 30 de dezembro de 2011 e 30 de março de 2012), iniciaram uma tendência de queda no segundo trimestre, que se acentuou com o anúncio, em abril, do aumento de capital. O mês de maio foi particularmente penalizador para as ações das empresas portuguesas, o que no caso do BES coincidiu com a admissão à cotação das ações resultantes do aumento de capital e consequentemente com um aumento da liquidez das ações no mercado. Assistiu-se a uma forte pressão nas ações com maior liquidez do PSI 20, e mais particularmente nas ações do BES. Com a maior capitalização bolsista e maior liquidez entre os bancos portugueses, e um elevado peso de acionistas institucionais estrangeiros, o BES esteve assim mais exposto aos movimentos de mercado.

### Evolução das Ações BES, do Euro Stoxx e do Stoxx 600 1º Semestre de 2012

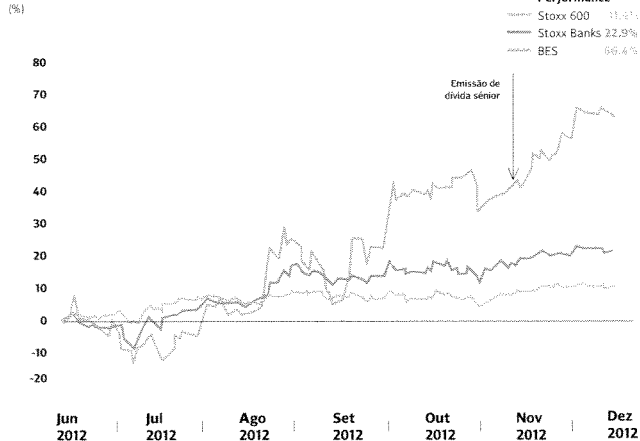


No segundo semestre do ano, o compromisso assumido na Cimeira Europeia de final de junho de uma maior integração e o anúncio do lançamento de um programa de aquisição de dívida dos Estados-membros no mercado secundário (programa OMT) feito pelo BCE em setembro, resultaram num alívio da crise da dívida soberana, com a perceção do risco a diminuir, verificando-se, por isso, uma recuperação dos mercados acionistas na Europa, liderada pelo setor da banca. As ações portuguesas não foram exceção beneficiando não só dos sinais de estabilização da crise na Europa, como também de uma melhoria da confiança dos investidores no País.

As ações do BES beneficiaram deste clima de melhoria do sentimento de confiança na Zona Euro contrariando a tendência da primeira metade do ano, tendo recuperado 102% desde o mínimo (cotações de fecho de 1 de junho e 31 de dezembro) e terminado o semestre com uma *performance* superior à dos Mercados e Bancos Europeus em 55,0% e 43,5% respetivamente (cotações de fecho de 29 de junho e 31 de dezembro), confirmando a confiança dos investidores no Banco.

Em novembro, o Banco Espírito Santo foi o primeiro banco de um país intervencionado a emitir dívida nos mercados internacionais. A emissão de dívida sénior não garantida no montante de 750 milhões de euros contribuiu para a valorização das ações registada no terceiro trimestre do ano.

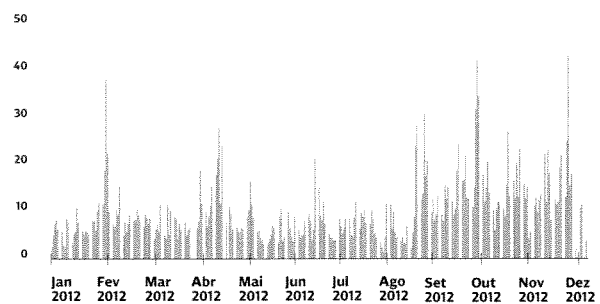
### Evolução das Ações BES, do Euro Stoxx e do Stoxx 600 no 2º Semestre de 2012



### Liquidez

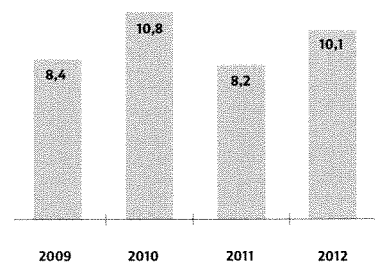
Em 2012 foram transacionadas em média 14,8 milhões de ações diariamente, um acréscimo de 140,1% face a 2011 (em média 6,2 milhões ações por dia). O BES tornou-se o banco com maior liquidez em Portugal, principalmente desde a entrada à cotação das novas ações em maio de 2012, emitidas no âmbito do aumento de capital. O nível de liquidez das ações do BES, quando calculado com base no volume médio diário de transações em euros situou-se, em média, nos 10,1 milhões de euros um acréscimo de 23,9% face à média de 8,2 milhões de euros em 2011.

### Volume da Ação BES em 2012 (nº de ações)



### Média diária do Volume da Ação BES

(milhões de euros)



### Composição e Estrutura Acionista

Após o aumento de capital, a BESPARG que agrega a participação do Espírito Santo Financial Group e a participação indireta do Crédit Agricole no BES, passou a deter uma participação de 35,29%. O Crédit Agricole, parceiro do Grupo Espírito Santo desde 1986, detém ainda uma participação direta de 10,8%. O Banco Bradesco, acionista desde 2000 através da Bradport, e o Grupo Portugal Telecom mantiveram as participações de 4,8% e 2,1%, respetivamente. O *free float* situa-se nos 47,0%.

A Silchester, que detém uma participação qualificada no capital do BES desde 2010, manteve a sua posição em 5,8% em dezembro de 2012. A Silchester International Investors LLP é uma sociedade gestora de investimentos com sede no Reino Unido, que investe em entidades não americanas cotadas em bolsa, com mais de 15 mil milhões de euros de ativos sob gestão, principalmente provenientes de clientes institucionais americanos.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais acionistas do BES eram os seguintes:

### Principais Acionistas

	% Ações Ordinárias	
	Dez. 11	Dez. 12
BESPARG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,00	35,29
CRÉDIT AGRICOLE, S.A.	8,63	10,81
BRADPORT, SGPS, S.A.*	4,83	4,83
SILCHESTER INTERNATIONAL INVESTORS LIMITED (Reino Unido)	5,67	5,76
PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A. (através da PT Prestações-Mandatária de aquisições e gestão de bens, S.A.)	2,09	2,09

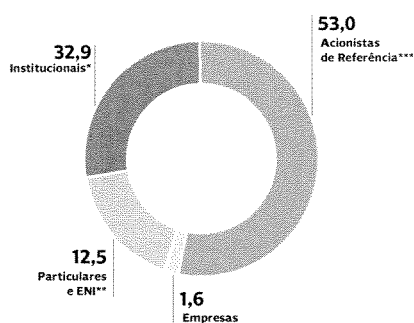
\* Sociedade de direito português detida a 100% pelo Banco Bradesco (Brasil).



Em 31 de dezembro de 2012 o Banco tinha cerca de 36 mil acionistas, com o capital repartido da seguinte forma:

### Estrutura Acionista em 31 de dezembro de 2012

(% participação no capital)



(\*) Inclui participações detidas por: Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento, Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, Sociedades Gestoras de Patrimónios, Bancos Custodiantes, entre outros.

(\*\*) ENI – Empresários em Nome Individual.

(\*\*\*) Acionistas de referência incluem: BESPAR; Crédit Agricole; Braedesc (através da Bradport); Portugal Telecom.

Os investidores institucionais representavam 33% do capital em 2012, mantendo-se acima dos 30%, e revelando uma tendência de crescimento relativamente a anos anteriores (30,9% em 2011 e 30,0% em 2010).

### Conferências e roadshows

Ao longo do ano, o BES realizou *roadshows* nos principais centros financeiros europeus e norte americanos, tendo promovido reuniões com cerca de 400 investidores (150 dos quais no âmbito do aumento de capital), e participado em diversas conferências internacionais:

- *Annual Iberian Conference* promovida pelo Espírito Santo Investment Bank, em Londres;
- *HSBC Southern European Financials Conference*, em Londres;
- *Goldman Sachs Iberian Banks Symposium*, em Londres;
- *Morgan Stanley European Financials Conference*, em Londres;
- *UBS Global Financials Conference*, em Nova Iorque;
- *BBVA Iberian Day*, em Londres;
- *KBW European Financials Conference*, em Londres;
- *BPI Iberian Conference*, no Porto;
- *Portuguese Day* promovido pela NYSE Euronext e Caixa BI em Nova Iorque.

### Dividendos

A distribuição de dividendos que o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral obedece a critérios de equilíbrio entre a solidez financeira (reforço dos rácios de solvabilidade através do autofinanciamento) e uma adequada remuneração dos acionistas.

O Conselho de Administração irá submeter à aprovação da Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício de 2012 apurado nas contas individuais no montante de 121 961 308,14 euros seja afeto em 12 197 000,00 euros à reserva legal e em 109 764 308,14 euros para cobertura dos prejuízos apurados no exercício anterior nos termos previstos no artigo 33º do Código das Sociedades Comerciais.

### Research sobre o BES

Ao longo do ano, um total de 14 analistas seguiram as ações do BES. O preço alvo médio das recomendações divulgadas e publicadas até 31 de dezembro era de 0,94 euros por ação, com um potencial de valorização de 5% face à cotação de fecho nessa data (0,895 euros). Em 2012, o BES continuou a ser o Banco da Península Ibérica com maior peso de recomendações de compra, no total das recomendações atribuídas pelos analistas, com 50% dos analistas a recomendarem "comprar" e 43% a recomendarem "manter" (recomendações atribuídas até 31 de dezembro de 2012).

## 2. Gestão Responsável

### Envolvimento com os stakeholders

O Grupo BES ausculta regularmente os seus *stakeholders*, integrando-os no processo de tomada de decisão, seja para iniciativas espontâneas como para políticas e práticas enquadradas no programa de sustentabilidade do Banco. A análise bienal iniciada em 2011 pelo Banco, e cujos resultados foram obtidos em 2012, permitiu concluir que o Banco vai ao encontro dos principais temas comunicados pelos diferentes *stakeholders* e a generalidade dos consultados conhece as práticas em Sustentabilidade do Banco.

Foram identificados os seguintes aspetos a melhorar:

- capitalizar o esforço feito em sustentabilidade junto de todos os clientes e dos principais agentes da sociedade que fazem chegar a informação aos clientes;
- diferenciar e segmentar a comunicação das principais iniciativas e práticas implementadas no âmbito do programa de sustentabilidade, tanto no momento de execução como no de reporte da sustentabilidade.

Esta auscultação permitiu igualmente identificar os principais temas materialmente relevantes para a generalidade dos *stakeholders*:

- satisfação dos clientes;
- ética e responsabilidade na relação com as partes interessadas;
- inclusão financeira de pessoas e empresas;
- eco-eficiência nos balcões, edifícios e operações do Banco.

Para todos os temas identificados, o Banco possui abordagens, objetivos e resultados reportados publicamente no presente relatório, na Brochura de Sustentabilidade e no *website*. Estas conclusões foram obtidas através da consulta aos *stakeholders* com maior relevância para a avaliação da performance em sustentabilidade, nomeadamente: colaboradores, clientes, investidores, analistas financeiros especializados em sustentabilidade, fornecedores, Organizações Não Governamentais, professores universitários, media e outras organizações com impacto e influência na agenda da sustentabilidade.

Para complementar esta consulta bienal de levantamento dos temas materiais, em 2012, o Banco continua a apresentar mecanismos de auscultação e diálogo permanentes, que permitem identificar de forma contínua as expectativas e temas relevantes a gerir e comunicar.

De salientar ainda a criação, em 2012, de um grupo de trabalho que reúne trimestralmente e que integra departamentos do Banco (Gestão e Poupança, Municípios e Institucionais, Marketing de Empresas e Institucionais e Comunicação) e *Stakeholders* externos com os quais o banco tem parcerias, por forma a discutir riscos e as oportunidades de criação de produtos ambiental e socialmente responsáveis.

### Canais de diálogo com os Stakeholders

<b>Colaboradores</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Congresso Anual do Grupo BES</li> <li>• Portal de Recursos Humanos</li> <li>• Intranet/BES Web</li> <li>• Web-magazine@actual</li> <li>• Comissões executivas itinerantes</li> <li>• Comissão de Trabalhadores</li> <li>• Secretariado Sindical</li> <li>• Procedimento de informação e consulta</li> <li>• Formação</li> <li>• Avaliação de Desempenho</li> <li>• Inquéritos de Satisfação de Cliente Interno</li> <li>• Inquéritos de Motivação</li> <li>• Inquérito anual a colaboradores sobre as práticas de sustentabilidade do Grupo</li> <li>• Ações <i>outdoor</i></li> <li>• Caixa de email do Presidente da Comissão Executiva</li> </ul>	<b>Investidores/Acionistas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assembleia Geral</li> <li>• Conference Call – Resultados Trimestrais</li> <li>• Publicação Valor BES</li> <li>• Strategy Day</li> <li>• Gabinete de Relações com o investidor</li> <li>• Website</li> </ul>	<b>Entidades Reguladoras</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reportes obrigatórios e Comunicações Voluntárias</li> <li>• Reuniões periódicas</li> <li>• Press-releases</li> </ul>
	<b>Clientes</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissões Executivas Itinerantes</li> <li>• Rede de Balcões, Postos Avançados, Centros de Empresa, Direções Regionais, Centros Private, Departamento de Qualidade de Serviço</li> <li>• Internet Banking</li> <li>• Sistema de Gestão de Reclamações</li> <li>• Centro de Contactos</li> <li>• Campanhas de Comunicação e Publicidade</li> <li>• Inquéritos de Satisfação do Cliente</li> <li>• Redes Sociais</li> <li>• Inquérito anual a Clientes sobre práticas de sustentabilidade do Grupo</li> </ul>	<b>Media</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões/ encontros regulares com a Comissão Executiva</li> <li>• Conferências de Imprensa</li> <li>• BES Press Trip</li> <li>• Resposta a necessidades diárias de informação</li> </ul>
		<b>ONG's</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião anual com ONG's do setor ambiental</li> <li>• Resposta a necessidades diárias de informação</li> <li>• Protocolos e parcerias</li> </ul>

## Colaboradores

O Grupo Banco Espírito Santo tem uma política orientada para a valorização dos seus recursos humanos enquanto um ativo no qual investe em permanência. A aposta nos seus colaboradores consubstancia-se no desenvolvimento das suas competências, na sua formação e na concretização das suas expectativas num compromisso constante com os objetivos da empresa.

O Comité de Recursos Humanos é responsável por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano nas diferentes geografias e empresas do Grupo e tem como desafio adaptar à cultura e envolvente locais as mesmas políticas e práticas que permitem respeitar os princípios gerais do Banco e os principais pilares de valorização do capital humano, promovendo um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para os resultados.

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo BES apresentava um quadro de pessoal com 9 944 colaboradores, distribuídos por quatro continentes, dos quais 7 495 em Portugal e 2 449 no estrangeiro.

### Distribuição dos colaboradores por área geográfica

País	Dez. 11	Dez.12
Portugal	7 557	7 495
Resto da Europa		
Espanha	567	576
Reino Unido	210	189
Outros países	79	93
África	1 047	1 118
América do Sul	197	269
América do Norte	178	174
Ásia	28	30
<b>TOTAL</b>	<b>9 863</b>	<b>9 944</b>

### Capital Humano

Género	Homens 50%		Mulheres 50%			
Faixa Etária	<30	13%	30-50	69%	>50	18%
Taxa Rotatividade	8,5%					
Média de Horas de Formação	24					
Taxa de Absentismo	2,6%*					

\* A taxa de absentismo não inclui o absentismo referente a maternidade e paternidade

Face ao contexto socioeconómico e à perspetiva de evolução das políticas económicas e sociais em Portugal, o Grupo Banco Espírito Santo reforçou o investimento nos apoios e benefícios aos colaboradores. Este investimento materializou-se na disponibilização de novos e diferentes apoios, nomeadamente na conciliação Trabalho – Família, apoio a reformados, saúde e educação. O investimento feito nos referidos apoios será mantido ao longo de 2013. A complementar este investimento, o Banco colocará em prática um plano de ação com o objetivo de preencher as lacunas identificadas no estudo aos riscos psicossociais identificados no capital humano do Banco.

O ano de 2012 foi igualmente marcado pela implementação da política de Direitos Humanos e Laborais e da Política de Não Discriminação e Igualdade de Oportunidades de Carreira. No âmbito desta última, o Banco foi convidado pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), para integrar um grupo formado de um conjunto de empresas dos setores privado, público e cooperativo com o objetivo de criar um fórum de empresas que, face aos desafios da competitividade assumem nas suas estratégias de gestão os princípios de igualdade de género. Este protocolo tem como propósito criar um compromisso claro com a promoção da igualdade profissional e com o fim de todos os processos discriminatórios nas empresas. Ao nível da gestão das carreiras, o Banco continuou a apostar na capacitação dos colaboradores, na mobilidade interna suportada pelo sistema de objetivos e incentivos e na avaliação de desempenho face aos resultados alcançados pelos colaboradores, equipas e pelo Banco.

Como resultado das políticas e práticas de gestão do capital humano implementadas, o Banco recebeu em 2012 a distinção "Empresa Mais Socialmente Responsável" uma iniciativa da *Human Resources Portugal*, que atribui o prémio com base numa votação pública alargada. No inquérito anual de satisfação dos colaboradores, foi possível apurar que 98,1% dos colaboradores recomenda o Banco como instituição, um resultado relevante que assegura um forte compromisso do capital humano.

### Formação e Gestão de Carreira

A atração e retenção dos melhores profissionais, a disponibilização de um plano de formação, a mobilidade interna e a avaliação e compensação do mérito são os pilares essenciais no desenvolvimento e progressão de carreira dos colaboradores do Grupo BES.

Em 2012, foram concedidas em média 24 horas de formação por colaborador. O plano de formação executado teve em consideração a especificidade dos diferentes negócios e funções no Grupo, tanto para a formação comportamental como técnica.

#### Balcão Escola

O Balcão Escola centrou a sua atividade no reforço de competências dos atuais colaboradores da rede comercial de retalho e nos estágios aos colaboradores dos departamentos centrais.

O Banco criou um programa de estágios destinados aos colaboradores destes departamentos com o objetivo de dar a conhecer a forma como os balcões atuam junto dos clientes e mostrando o quanto é importante o apoio e o contributo dos diversos departamentos centrais para o desenvolvimento da atividade comercial e para a melhoria da qualidade de serviço junto dos clientes.

O programa formativo Balcão Escola foi, em 2012, frequentado por 242 colaboradores da rede comercial de retalho e 235 colaboradores dos departamentos centrais.

#### Plano atitudeBES

O Plano atitudeBES tem como finalidade suportar e dar continuidade ao objetivo estratégico do Grupo BES, "Orientação para o Cliente" através de um projeto integrado de formação comportamental. Em 2013, o Plano atitudeBES contará com os Balcões Escola como um dos meios privilegiados para reforçar e potenciar os conhecimentos ministrados.

Entre setembro de 2011 e outubro de 2012, este plano envolveu a formação de mais de 3 mil colaboradores da rede comercial de retalho.

#### Universidade BES

No quarto ano de existência, a Universidade BES é uma referência no desenvolvimento das competências dos colaboradores do Grupo, quer no que se refere à formação estruturante (Licenciaturas, Mestrados e Doutoramentos ou Pós-Graduações e MBA's) quer no respeitante à formação desenvolvida sobre temas específicos à medida das necessidades identificadas.

O *Executive Master*, iniciativa desenvolvida em conjunto com a Universidade Católica Portuguesa, na sua 3ª edição, continua a ser uma das iniciativas mais procuradas pelos colaboradores e mais valorizadas pelo Banco. O ano de 2012 ficou marcado pela realização de inúmeros seminários e *workshops* com uma diversidade temática abrangente, dominados pelas áreas comportamentais, com especial relevância para a liderança, para a performance dos colaboradores e das equipas e pelas áreas ligadas à inovação e aos novos desafios da banca.

Em 2013, a Universidade BES criará formações específicas direcionada a Diretores Coordenadores do Banco, com o objetivo de abranger a primeira linha de direção do Banco, na excelência das formações concedidas no âmbito da Universidade BES.

#### Formação Direitos Humanos

Após a formalização da Política de Direitos Humanos e Laborais em 2011 o Grupo BES elaborou e executou, em 2012, uma formação dirigida aos colaboradores das empresas do Grupo BES nos seguintes países: Angola, Brasil, Espanha, Portugal, Índia, Reino Unido, Irlanda, EUA, África do Sul, Luxemburgo, Venezuela, Suíça, Polónia e Canadá.

O Grupo disponibilizou, através de *e-learning*, uma formação com conteúdos traduzidos nas línguas oficiais de cada geografia e empresa, subjacente não só ao tema dos Direitos Humanos e Laborais, mas também ao Código de Conduta do Grupo BES, destacando as práticas, usos e costumes a respeitar neste âmbito.

A formação teve como intuito:

- reforçar o conhecimento dos direitos fundamentais enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e a identificação dos compromissos do Grupo BES traduzidos na Política de Não Discriminação e Igualdade de Oportunidades;
- robustecer os princípios fundamentais de atuação, no plano ético e deontológico, que as Empresas e os colaboradores do Grupo BES devem respeitar e que estão consagrados no Código de Conduta do Grupo BES;
- salientar a importância do cumprimento das Normas de Prevenção da Criminalidade Financeira e da Corrupção, com enfoque na Prevenção do Branqueamento de Capitais e no *UK Bribery Act*.

Cerca de 83,7% dos colaboradores do Grupo BES responderam a este desafio e finalizaram a formação disponibilizada em 2012.

Este investimento capacita todos os colaboradores, equipas, direções e empresas do Grupo a cumprirem com os direitos humanos e laborais em todo o espetro da sua atividade. A elevada taxa de participação e abrangência da formação permite também que potenciais abusos ou violações à política aprovada, em 2011, seja denunciada através dos canais de denúncia anónima disponíveis no Banco.

#### Satisfação e motivação

O BES realiza anualmente um inquérito de satisfação aos colaboradores que permite aferir o grau de motivação relativamente aos projetos em que estão envolvidos e às tarefas que desenvolvem, bem como a avaliação das suas expectativas e necessidades.

Em termos globais, 73% do universo de colaboradores respondeu ao questionário, o maior universo de colaboradores a participar nos últimos três anos. Ao nível dos resultados, assistiu-se a um decréscimo marginal na satisfação com a empresa, com 73% dos colaboradores a expressar a sua satisfação máxima com a empresa e a um aumento na satisfação com a função, aumentando em 1 ponto percentual face aos 61% alcançados em 2011.

#### Avaliação de desempenho no Grupo BES

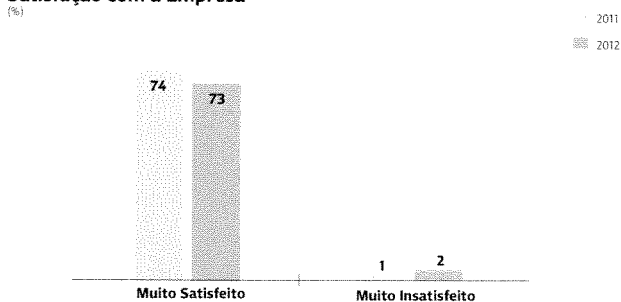
Os colaboradores do Grupo são avaliados com base em objetivos estabelecidos para a sua categoria profissional, para a sua função e equipa.

Esta avaliação permite identificar os potenciais talentos, as promoções por mérito ou mudança de função, a remuneração variável e os prémios a oferecer a todos os Colaboradores.

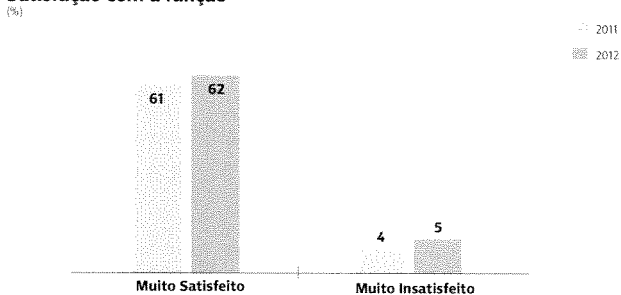
O sistema de avaliação de desempenho continua a desempenhar um papel fundamental na construção de uma cultura de mérito, garantindo o comprometimento dos Colaboradores com a sua função e com o Banco.

Em 2012, 85,07%\* de colaboradores foram avaliados. A avaliação anual permitiu, em 2012, a promoção de 493 colaboradores por mérito, 52 por mudança de função e 121 por antiguidade.

### Satisfação com a Empresa



### Satisfação com a função



## Benefícios concedidos aos colaboradores

Em 2012, o BES manteve a política de atribuição de subsídios e apoios ao abrigo do Programa de Responsabilidade Social Interno. À semelhança do ano anterior, os benefícios concedidos abrangeram as seguintes áreas:

- **Apoio à educação**, através da atribuição de subsídios à primeira infância, subsídios de apoio escolar, bolsas de estudo e apoio a crianças e jovens com necessidades especiais;
- **Apoio a seniores**, que se traduz na comparticipação nos encargos com internamentos em lares, centros de dia, apoio domiciliário e apoio na compra de medicamentos ou outros bens de primeira necessidade;
- **Apoio à saúde**, através do copagamento de despesas de saúde;
- **Apoio à conciliação Trabalho – Família**, que se destina a apoiar nas despesas de transporte comparticipando os encargos com o pagamento do passe de transporte e ainda a apoiar os cônjuges e filhos que se encontrem em situação de desemprego através do Programa *Job Search*.

O Banco concedeu 288 benefícios de apoio à primeira infância, 137 bolsas de estudo, 153 subsídios de apoio escolar, apoio a 49 colaboradores na sequência do copagamento de despesas de saúde e 41 subsídios de apoio a reformados.

(\* Informação a 4 de março de 2013, data anterior ao fecho do processo de avaliação de desempenho dos colaboradores do Banco Espírito Santo.

Em 2012, o Banco organizou a primeira edição de "O Banco de Manuais Escolares". Um programa voluntário de troca de livros e manuais escolares usados do 1º ao 12º ano. Foram entregues para troca no Banco de Manuais Escolares, 2 750 livros. Destes, 378 foram disponibilizados a 80 famílias de colaboradores do BES e empresas do Grupo.

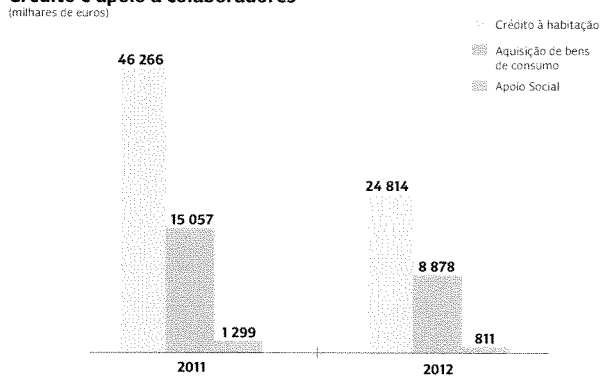
Em 2012, e no âmbito da concessão de crédito bonificado aos seus colaboradores, o Banco possibilitou o aumento do prazo de amortização dos empréstimos do Banco, com o objetivo de aliviar o peso do crédito nos orçamentos familiares.

Em 2013, e tendo em consideração o contexto socioeconómico, o Banco mantém o compromisso de não reduzir os valores orçamentados para os apoios em 2012 e irá reforçar os valores orçamentados nos subsídios de apoio à primeira infância, subsídios de apoio escolar e bolsas de estudo.

Adicionalmente o Banco irá criar novos apoios, de que se destacam os subsídios de apoio a crianças e jovens com necessidades cognitivas especiais e o Programa *Job Search*. Este último, será dirigido a cônjuges desempregados de colaboradores que necessitem de apoio na procura de emprego.

Para além destes apoios, em 2013, o Banco irá compartilhar os passes sociais dos colaboradores.

## Crédito e apoio a colaboradores



## Saúde e segurança no trabalho

O Grupo BES disponibiliza aos seus colaboradores serviços de saúde próprios, através de serviços clínicos existentes em Lisboa, no Porto e no Tagus Park.

Em 2012 foram efetuados 4 173 exames de medicina do trabalho (BES e empresas do Grupo), 24 065 atos médicos (consultas, receitas e pequenas cirurgias) e 5 664 atos de enfermagem referentes a medicina curativa. Foram ainda realizadas 557 consultas de psiquiatria que abrangeram 121 colaboradores, 100 consultas de psicologia e 13 de cessação tabágica. Adicionalmente o Banco efetua os rastreios cardiovasculares, oncológico, visual e *check up executive*, enquadrados nos programas de Prevenção e Controlo Riscos a colaboradores.

O Grupo BES efetua regularmente avaliações de risco aos locais de trabalho, através auditorias de segurança, avaliações ergonómicas dos postos de trabalho e Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos das Atividades (IPAR).

Este ano foram realizadas 249 auditorias de segurança, 29 avaliações ergonómicas, 38 IPARs e uma avaliação às condições térmicas.

Dando cumprimento às obrigações legais, o Banco Espírito Santo, desenvolveu, em 2012, um conjunto de ações de formação no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, que abrangeram 471 colaboradores. Estas ações realizadas sobre as temáticas: "Primeiros Socorros e Combate a

Incêndios” e “A Segurança também depende de Si”, foram efetuadas, quer em caráter presencial, quer através do recurso à formação à distância.

Em 2012, como complemento à avaliação das condições físicas e psicológicas dos colaboradores, foi realizado um estudo pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa cujo objetivo foi a avaliação dos riscos psicossociais.

A informação recolhida nos inquéritos realizados irá permitir elaborar um plano de ação com o objetivo de ir ao encontro dos principais problemas identificados neste estudo, de modo a aumentar o nível de satisfação dos colaboradores com o Banco e diminuir o risco de absentismo.

## Conduta

Com o objetivo de aumentar a acessibilidade do Código de Conduta e clarificar algumas questões importantes, o Banco criou o documento “Código de Conduta - Algumas Questões”. O código de conduta é distribuído a todos os colaboradores, e na intranet do banco encontra-se disponibilizada informação e questões frequentes referentes a este documento.

O acompanhamento do Código de Conduta, bem como o esclarecimento dos colaboradores relativamente às questões relacionadas com as normas aplicáveis encontra-se a cargo do Departamento de *Compliance*.

Em 2012 foram recebidas no Departamento de *Compliance* 368 notificações e pedidos de esclarecimento de Colaboradores sobre as normas do Código de Conduta.

### Prevenção de Branqueamento de Capitais

A prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo continua a ser um tema relevante para o Banco. Em 2012 foram organizadas 18 ações de formação tanto para quadros diretivos como para as restantes funções. Estiveram envolvidos cerca de 580 colaboradores que receberam cerca de 1 500 horas de formação, aproximadamente três vezes mais do que no ano anterior.

Este reforço na formação permite capacitar todos os colaboradores na identificação de potenciais casos de branqueamento de capitais. Em 2012 foram analisados 9 761 contratos, que resultaram em 417 participações às autoridades, 4 942 contas investigadas e 17 aberturas de contas recusadas, após a finalização da investigação.

### Política de Direitos Humanos

Após a formalização da Política de Direitos Humanos e Laborais aplicável a todas as empresas do Grupo, em 2011, o Banco deu sequência à implementação da mesma em 2012, aprovando um conjunto de medidas que aceleraram a sua implementação: Nomeação de um Administrador responsável pela questão dos Direitos Humanos e Laborais:

- Publicação da política de Direitos Humanos nos sites das participadas nas suas diferentes línguas;
- Formação subjacente aos Direitos Humanos aos Colaboradores de todas as empresas do Grupo.

O Grupo BES deu início, em 2012, a uma avaliação desta política. Em cada filial, os diretores de recursos humanos avaliaram as preocupações e más práticas ou violações da política de Direitos Humanos e Laborais. São igualmente efetuadas visitas regulares e auditorias por gestores qualificados. As visitas efetuadas às empresas do Grupo, em todo o mundo, são apoiadas por um documento elaborado com base nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as diretivas da OCDE para as empresas multinacionais e as principais convenções da Organização Internacional do Trabalho, que torna possível descobrir todas as barreiras que os trabalhadores do Grupo possam encontrar na sua experiência de trabalho. Em 2012, não se registaram casos de não conformidade com a Política ou seus procedimentos.

## Clientes

### Qualidade de Serviço - Uma Cultura de Compromisso com os Clientes

Superar as expectativas dos clientes, oferecendo-lhes produtos e serviços adequados às suas reais necessidades, respondendo a todos os pedidos de uma forma célere e eficiente com um maior envolvimento entre colaboradores e clientes em todas as interações, são as preocupações diárias de toda a estrutura do Grupo BES.

É neste pressuposto que o Grupo continua a monitorizar de forma detalhada os resultados de qualidade assente sobre métricas como:

- Inquéritos de satisfação a clientes e a colaboradores;
- Programas de cliente mistério direcionados à avaliação de momentos chave nas experiências do cliente com o Banco;
- Medição dos tempos de resposta às diferentes solicitações.

Esta monitorização permite identificar continuamente os aspetos que requerem ajustamentos e respetivas ações de melhoria, sempre com o objetivo de aumentar a satisfação dos clientes com a qualidade de serviço prestada.

### A Qualidade no BES

89 000	<b>M</b>	Inquéritos de Satisfação Atendimento (SOI)
	<b>P</b>	Estudos de Satisfação Produto/ Segmento
	<b>Q</b>	Análise Concorrência na Qualidade de Serviço Fontes Externas
	<b>M</b>	Central Telefónica Monitorização chamadas não atendidas
		Resolução Reclamações Análise/ Resolução reclamações clientes
135	<b>M</b>	Melhoria Contínua Identificação de Constrangimentos/ Propostas Melhoria
	<b>M</b>	Níveis Serviço Monitorização dos principais processos e subprocessos do BES
	<b>P</b>	Estudos Específicos Processos críticos, Momentos de Verdade, Comparação Concorrência, etc.
4 200	<b>A</b>	Inquérito de Motivação Mede a Satisfação do Colaborador BES
39 800	<b>A</b>	Inquérito Cliente Interno Avalia Qualidade Serviços Centrais
5 800	<b>M</b>	Cliente Mistério Telefónico Avalia a qualidade do Atendimento Telefónico na Rede Comercial
3 700	<b>M</b>	Cliente Mistério Avalia a qualidade do Atendimento na Rede Comercial

A - Anual Q - Quadrimestral M - Mensal D - Diária P - Pontual

A gestão de reclamações é igualmente um ponto-chave na estratégia da qualidade de serviço do Banco Espírito Santo sendo entendida por todos os colaboradores como uma oportunidade para recuperar a relação de confiança com os clientes e potenciar ações de melhoria.

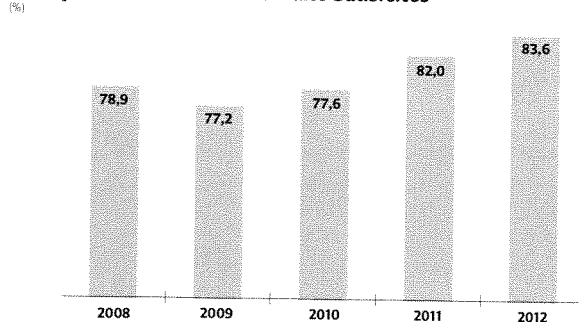
Em 2012, o índice de reclamações situou-se nos 0,9 (0,9 reclamações por cada 1 000 clientes ativos). O BES posiciona-se entre as instituições financeiras com os menores níveis de reclamações apresentadas pelos clientes ao Banco de Portugal, conforme relatório “Síntese Intercalar atividades de supervisão comportamental”, divulgado pelo Banco de Portugal.

Os resultados desta ação integrada de diagnóstico são comunicados regularmente a todos os colaboradores, numa perspetiva de envolvimento e de total interiorização da cultura de serviço ao cliente, bem como para o reconhecimento das boas práticas e o aperfeiçoamento contínuo das menos boas. Consequentemente, os melhores desempenhos são distinguidos, quer através da atribuição anual de prémios de Qualidade e de Excelência, quer

através do sistema de objetivos e incentivos no qual a qualidade de serviço tem impacto significativo.

Este modelo de diagnóstico permite melhorar continuamente, aliado ao compromisso de todos os colaboradores em fazer cada vez melhor, permitiu atingir em 2012 o nível de satisfação mais elevado dos últimos anos, situando-se nos 83,6% para clientes particulares.

#### Evolução do Peso de Clientes Muito Satisfeitos



Para as médias empresas os clientes muito satisfeitos correspondiam a 77,9%, uma evolução positiva de 0,5 pontos percentuais e para grandes empresas o valor manteve-se nos 72,9%.

A revalidação da certificação em qualidade do serviço BESnet, de acordo com a norma de qualidade ISO 9001, permite ao Banco, melhorar e elevar de forma contínua, a qualidade e o nível de exigência de um canal privilegiado com o cliente, disponível 24 horas por dia a qualquer cliente aderente.

#### Recuperação de Crédito

A Espírito Santo Recuperação de Crédito (ESRC), tem vindo a favorecer uma política de proximidade com o cliente, estabelecendo contactos regulares com este grupo de *stakeholders*. O diagnóstico prévio de risco de incumprimento e a adoção de medidas preventivas, permite apoiar clientes que nunca chegam a atingir uma situação de incumprimento efetivo.

Em 2012, 445 famílias conseguiram encontrar as soluções mais adequadas para cumprir com as suas obrigações. Destas, 110 conseguiram resolver o seu problema com alterações ao nível do Crédito Habitação e 335 com alterações no crédito individual.

Adicionalmente, através da DECO, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, entraram na ESRC 480 pedidos de ajuda, dos quais cerca de 30% foram reestruturados e/ou renegociados.

No final de 2011, o BES deu início a um programa inovador na deteção automática de clientes que revelem sinais de dificuldade em cumprirem com as suas obrigações mensais, permitindo garantir uma maior cobertura dos clientes alvo do diagnóstico de potenciais incumprimentos.

Em maio de 2012, o BES deu continuidade a este trabalho com a implementação de um processo central de identificação proativa de clientes particulares que, ainda que estejam a cumprir com as suas obrigações de crédito, apresentam indícios de incumprimento no curto prazo.

Em 2012 foram efetuados cerca de 30 000 contactos a clientes com o objetivo de avaliar a sua situação económico-financeira. Quando se verifica a existência de dificuldades, o BES, em conjunto com os clientes, procura encontrar a solução adequada para evitar a entrada em incumprimento.

Em outubro de 2012, com a publicação do Decreto-Lei 227/ 2012, a adoção deste procedimento é reforçada com cunho legal para todas as instituições financeiras. Assim, o BES antecipou a implementação destes procedimentos de deteção precoce do risco e sua prevenção, tendo adotado esta prática antes desta ter passado a constituir uma obrigação legal para todas as instituições financeiras.

#### Fornecedores

O Banco tem, desde 2004, uma unidade dedicada à relação com fornecedores, responsável pela centralização e sistematização das necessidades e dos requisitos de compra de produtos e serviços definidos pelos departamentos do Banco e das restantes empresas do Grupo. Esta unidade é ainda responsável pelo processo de seleção, consulta, avaliação comercial de propostas e negociação com fornecedores, e pelo modelo de *e-procurement* (suportado pela aplicação *BUYsite*), bem como pelo "strategic sourcing", a nível de todo o Grupo.

"O Portal de Fornecedores" do Grupo (<http://fornecedores.bes.pt>), disponível via internet desde 2007, é o meio privilegiado de interação entre os fornecedores e as empresas do Grupo, constituindo um meio facilitador de apresentação e de pré-qualificação dos fornecedores - atuais e potenciais, bem como de divulgação das boas práticas de compras e dos Princípios de Conduta que regem a relação das empresas do Grupo com fornecedores.

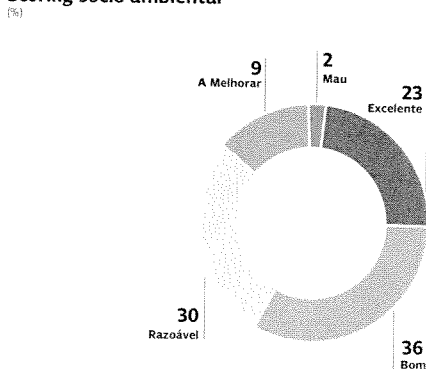
Destaca-se ao nível do Portal de Fornecedores, o processo de certificação (pré-qualificação) de fornecedores, que compreende, entre outros aspetos, a recolha de informações relevantes sobre as suas capacidades, o convite e adesão dos mesmos ao Conjunto de Princípios de Conduta do Grupo BES, tendo por base os "Princípios do Global Compact" das Nações Unidas, e o cálculo do *scoring* socioambiental, decorrente da avaliação de aspetos laborais, éticos e de higiene, saúde e segurança no trabalho dos fornecedores.

O Banco decidiu reforçar em 2012 a obrigatoriedade do registo e pré-qualificação de todos os seus fornecedores no Portal, abarcando nesta fase os fornecedores recorrentes com uma faturação superior a 10 000 euros/ ano e os que participem em novos processos de consulta, a convite do Banco.

O Banco estabeleceu como objetivo a certificação da totalidade destes fornecedores até ao final do primeiro trimestre de 2013.

Em 31 de dezembro de 2012, encontravam-se registados no Portal de Fornecedores 1 465 fornecedores, dos quais 480 tinham completado o seu processo de pré-qualificação, o que permitiu obter o seu "scoring socioambiental". Este *scoring* passou a ser incluído como critério de decisão na contratação de fornecedores, privilegiando-se os que partilhem dos mesmos princípios e boas práticas do Banco.

#### Scoring sócio ambiental



Uma parte muito significativa dos fornecedores pré-qualificados pelo Banco apresenta um *scoring* positivo, com destaque para 23% com a notação de "excelente" e de 36% com a notação de "bom". Apenas 2% dos fornecedores apresentaram um *scoring* com a notação de "mau".

Adicionalmente e com o objetivo de reforçar a integração de boas práticas ambientais e sociais, o Banco reviu os "Princípios de Conduta com Fornecedores", cuja primeira versão data de 2004, e instituiu a obrigatoriedade dos fornecedores assinarem um "Acordo de Responsabilidade Social e Ambiental", complementarmente a todos os novos contratos de prestação de serviço.

Neste acordo, o fornecedor, para além de declarar o seu compromisso de adesão e alinhamento com os "Princípios de Conduta do Grupo Banco Espírito Santo", obriga-se a, caso se identifique alguma fragilidade de atuação em relação ao disposto nos "Princípios", a implementar medidas corretivas e tendentes ao total respeito pelos referidos Princípios.

O Grupo BES continua a privilegiar a contratação local de fornecedores, uma condição responsável mas também necessária, dado o fluxo operacional de cada unidade de negócio do Grupo e o desenvolvimento de uma relação de proximidade e parceria com os fornecedores.

Em linha com os seus compromissos e boas práticas na relação com fornecedores, o Banco, de acordo com o que já é habitual, voltou a diminuir o "Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores", registando em 2012 um prazo de 29 dias, menos 2 dias face à média registada em 2011.

Tendo em conta o atual contexto socioeconómico, o Banco reafirma o seu compromisso não só de continuar a cumprir os prazos de pagamento contratados com este grupo de *stakeholders*, como tendencialmente ir reduzindo os prazos médios, prosseguindo uma atitude de responsabilidade e contribuindo assim para a melhoria da sustentação financeira dos seus fornecedores. Compromete-se igualmente em 2013 em reforçar as suas políticas e processos de gestão de compras, em linha com as melhores práticas. O Banco encontra-se atualmente a trabalhar para implementar em 2013 mais dois projetos estruturantes, um ao nível da melhoria da eficiência e automatismo no registo e tratamento das faturas de fornecedores e outro visando o acesso direto *online*, via Portal de Fornecedores, de informação sobre os pagamentos realizados.

## Pegada Ambiental

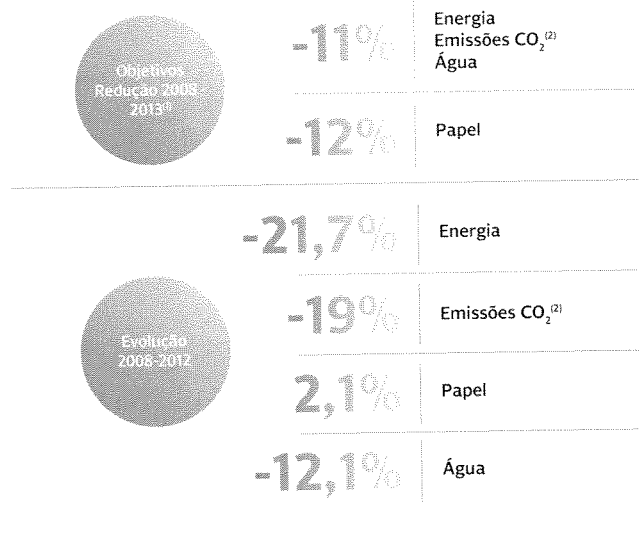
A redução da pegada ambiental continua a ser um dos objetivos fulcrais no programa de sustentabilidade do Banco. Este aspeto foi confirmado pelos principais *stakeholders* do Banco, através do levantamento de expectativas efetuado pela Comissão Executiva e pelo Comité de Sustentabilidade através da aprovação de medidas que permitem minimizar os consumos com impacto ambiental.

O consumo de energia e a minimização das emissões de CO<sub>2</sub> têm beneficiado de maior investimento, tanto em recursos financeiros, como em capital humano, dada a necessidade de redução da fatura energética e consequentes emissões de CO<sub>2</sub>.

A um ano do término destes objetivos é importante verificar que três dos quatro objetivos foram alcançados. Ao nível do consumo de energia, o Banco diminuiu no período de 2008-2012 em 21,7% o seu consumo de energia por Colaborador, ultrapassando o objetivo a que se propunha para 2013 em 15 pontos percentuais. O mesmo se verifica ao nível das emissões de CO<sub>2</sub> que regista uma diminuição de 19% e ao nível do consumo de água, no qual o Banco conseguiu superar o objetivo em 1,1 pontos percentuais do objetivo.

O Consumo de Papel é o único consumo com impacto ambiental no qual ainda não foram alcançadas diminuições de consumo significativas.

## Pegada Ambiental: objetivos e resultados



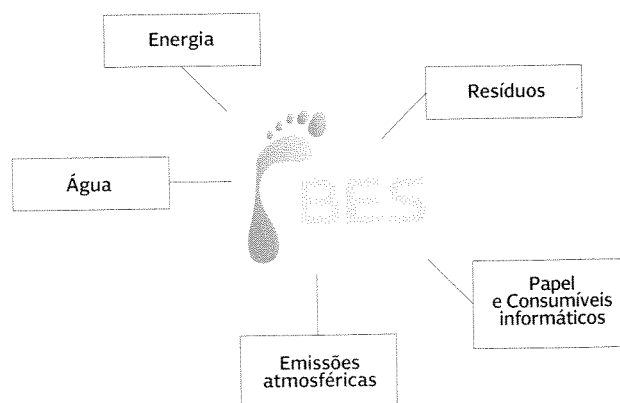
<sup>(1)</sup> Âmbito: BES Portugal.

<sup>(2)</sup> Emissões provenientes do consumo de eletricidade.

Em 2013, o Banco irá analisar os consumos com impacto ambiental e formular novos objetivos, que terão em consideração a atual abrangência e sofisticação dos sistemas e processos do Banco, nas diferentes geografias e empresas, para a gestão, monitorização e reporte dos consumos com impacto ambiental.

Para além do âmbito dos objetivos, o Banco terá em consideração a relevância de cada um dos impactos, ao nível dos custos operacionais e ao nível do impacto ambiental, com o propósito de estabelecer objetivos ambiciosos e alcançáveis.

## Principais Consumos com Impacte Ambiental



### Energia e emissões

A energia é fundamental para a gestão operacional eficiente e segura do Banco, contudo o seu consumo não é uma inevitabilidade e pode ser reduzido através da melhoria dos níveis de ecoeficiência.

Em 2011 e 2012 o Banco investiu cerca de 1,5 milhões de euros na implementação do "Programa Interno de Eficiência Energética". Este projeto

pioneiro, permite ao Banco através de um sistema de equipamentos de monitorização energética e ambiental, equipado com um *software* de gestão de energia, o controle em tempo real dos consumos de energia e ações de minimização direcionadas aos reais desperdícios e ineficiências de consumo.

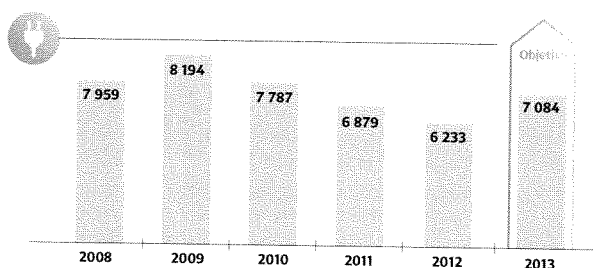
Este controlo é facilitado pelo acompanhamento da rede pelo gestor de energia virtual, relatórios, seguimento de alarmes e visitas mensais às agências para formação e informação dos colaboradores.

Fruto deste esforço, o Banco passou a monitorizar de forma eficaz e fidedigna o consumo de energia para todas as suas operações no BES em Portugal, adicionando ao âmbito de gestão e reporte o Banco Espírito Santo dos Açores o BESI Portugal e a ESAF.

Em 2012, o Banco sentiu os benefícios da implementação do Programa, através da diminuição do consumo de eletricidade por colaborador em 21,7% relativamente a 2008. Em termos absolutos o Banco reduziu o consumo de eletricidade em 9% em 2012, face aos valores registados em 2011.

### Consumo de eletricidade por colaborador

(kWh/ colaborador)



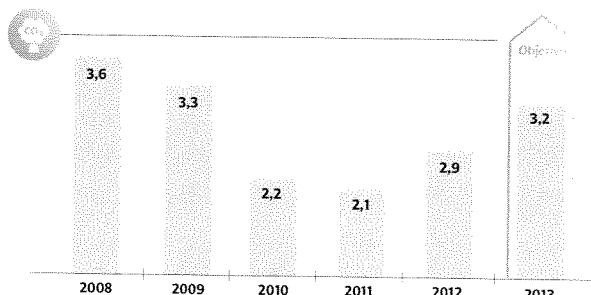
Valores não incluem consumos de eletricidade referentes ao data center.

Contribuiu também para este resultado, a comunicação e consciencialização dirigida a todos os colaboradores, através dos diferentes canais de comunicação. Esta comunicação foi suportada ao nível de conteúdos pelo Manual de Boas Práticas de Eficiência Energética, disponibilizado a todos os colaboradores. Os objetivos deste manual são:

- Sensibilizar todos os colaboradores para as questões da eficiência energética, ambiente e sustentabilidade;
- Envolver todos os colaboradores no processo de melhoria dos níveis de eficiência energética no local de trabalho;
- Fomentar a aplicação dos comportamentos a adotar no local de trabalho.

### Emissões CO<sub>2</sub>

(ton/ colaborador)



Com uma periodicidade anual, o Banco realiza o inventário das emissões decorrentes da sua atividade, através de especialistas externos que calculam todas as emissões diretas e indiretas (âmbito 1, 2 e 3).

Para a diminuição das emissões decorrentes do consumo de combustíveis fósseis e viagens de colaboradores, que continuam a representar as maiores fontes de emissões de gases com efeito estufa, o Banco possui uma política de viagens formalizada e integrada no normativo interno do Banco. Esta política estabelece como opção e prioridade a utilização de videoconferências, sempre que esta utilização não prejudique a atividade do Banco.

Em 2013 o Banco assume o compromisso de promover o *Carpooling* no universo de colaboradores do Banco, através de:

- Criação de uma base de dados, disponível na intranet dedicada aos colaboradores, permitindo organizar as deslocações dos colaboradores interessados;
- Realização de dias do *carpooling*, com o objetivo de comunicar a prática e influenciar os colaboradores na sua adesão.

O *carpooling* permite diminuir as emissões de âmbito 3, incentivando simultaneamente os colaboradores a reduzirem os seus custos de deslocação e fomentar uma cultura de equipa entre o capital humano.

Adicionalmente foi aprovado a atribuição de passes sociais a colaboradores. Esta medida, de foro social, incentivará simultaneamente a diminuição de combustíveis fósseis nas deslocações de colaboradores e a minimização das emissões decorrentes deste consumo.

### Carbon Disclosure Project (CDP)

De acordo com o Relatório *Carbon Disclosure Project* Ibérico 2012 (CDP), o BES atingiu uma classificação de 94%, mais 12% que em 2011, uma posição que se destaca entre as empresas participantes do setor financeiro, cuja média foi de 52%. Esta classificação permite ao Banco posicionar-se como a única Instituição Financeira da Península Ibérica a integrar o *Carbon Disclosure Leadership Index* (CDLI), index no qual só se encontram contempladas 12 empresas.

No relatório de 2012, o BES subiu a sua *performance* na escala *Carbon Performance*, de B para A-. Esta escala avalia a eficácia da organização em termos de ações de mitigação de emissões de gases com efeito de estufa e é expressa em seis classes de desempenho.

O *Carbon Disclosure Project* (CDP) é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que detém a maior base de dados sobre o impacto das alterações climáticas nas empresas. Esta organização realiza anualmente um questionário junto das empresas, formulado por investidores institucionais e endereçado às empresas cotadas nas principais bolsas de valores do mundo, visando obter a divulgação de informações sobre as suas políticas na área.

### Água

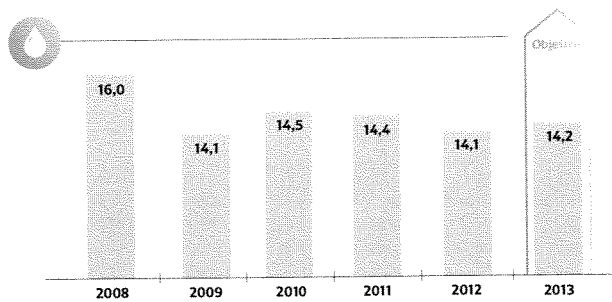
Em 2012, o Banco alcançou e ultrapassou o objetivo de consumo de água estipulado para 2013. A diminuição do consumo de água situa-se em -12,1% face aos valores referentes a 2008, atingindo um consumo de água de 14,1 m<sup>3</sup> por colaborador. Em termos absolutos, face aos resultados alcançados em 2011, foi possível reduzir o consumo em 5,3%.

Em 2012, o Banco passou a monitorizar a utilização de água no Banco Espírito Santo Açores, no BESI Portugal e da ESAF. Esta monitorização foi acompanhada de ações de comunicação e consciencialização ambiental, práticas comuns no universo do Grupo BES.



### Consumo de água por colaborador

(m<sup>3</sup>/colaborador)



\* Nota: Não se incluem os consumos referentes ao edifício Marquês de Pombal, pois neste incluem-se consumos respeitantes aos visitantes, desvirtuando a análise de consumo/colaborador relevante para a análise dos objectivos.

### Papel e resíduos

Apesar do esforço de desmaterialização efetuado nos últimos anos, o papel continua a ser o material mais consumido e utilizado no Banco para o exercício da atividade financeira.

A sua utilização permite aumentar os níveis de confiança na relação que o Banco estabelece com os seus clientes e no *reporting* regular com os seus reguladores.

O Banco tem investido na desmaterialização da comunicação com os clientes, um projeto contínuo associado à modernização operacional do Banco e à flexibilidade na comunicação. Para tal, são desenvolvidas ações junto de clientes com o objetivo de envolver proativamente os clientes no esforço de desmaterialização.

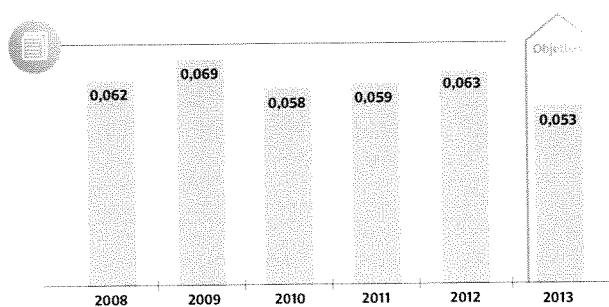
Em 2012, o Banco conseguiu abranger de forma significativa os clientes do Banco, registando 247,8 mil novas adesões aos extratos digitais de contas e 42 mil novas adesões aos extratos digitais de contas e cartões de crédito. Estes resultados representaram um crescimento de 50% em relação aos resultados de 2011 no total dos extratos digitais.

Ao nível dos títulos constitutivos de depósito, foram emitidos 216 mil documentos, 42% mais que em 2011.

Com o intuito de mobilizar os colaboradores, foram definidos objetivos de redução por departamentos e serviços centrais. Estes objetivos são reportados regularmente, através de um *ranking* interno, que monitoriza e comunica aos diversos departamentos a evolução deste consumo.

### Consumo de papel branco para uso interno

(ton/colaborador)



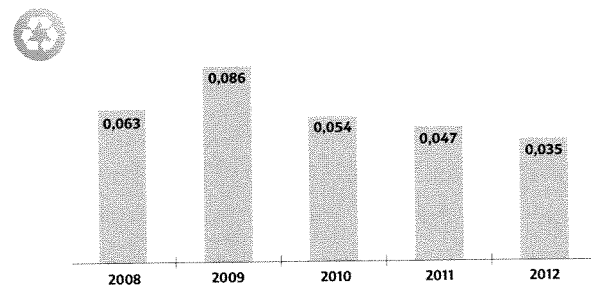
Apesar deste esforço, em 2012, o Banco aumentou a utilização do papel face a 2008 em 2,1% em termos relativos, registando um consumo de 0,063 toneladas por colaborador. Este aumento explica-se em parte devido à diminuição do número de colaboradores, no âmbito do indicador, em 4%, não compensado pela diminuição absoluta do consumo de papel em 1,5% face aos valores reportados em 2008. Simultaneamente, o aumento dos processos de incumprimento e conseqüentemente da atividade de recuperação de crédito contribuiu para o aumento do consumo de papel não evitável por motivos processuais e jurídicos.

Os principais resíduos produzidos no Grupo BES são o papel e cartão, e consumíveis, como tinteiros e toners. Todos estes resíduos são corretamente encaminhados para a sua respetiva valorização, por empresas licenciadas para o efeito.

Nos últimos cinco anos, o Banco diminuiu a produção de resíduos por colaborador em 45%, validando o esforço de diminuição no consumo de materiais e conseqüente produção de resíduos.

### Resíduos de papel e cartão enviados para reciclagem

(ton/colaborador)



### O Outro BES

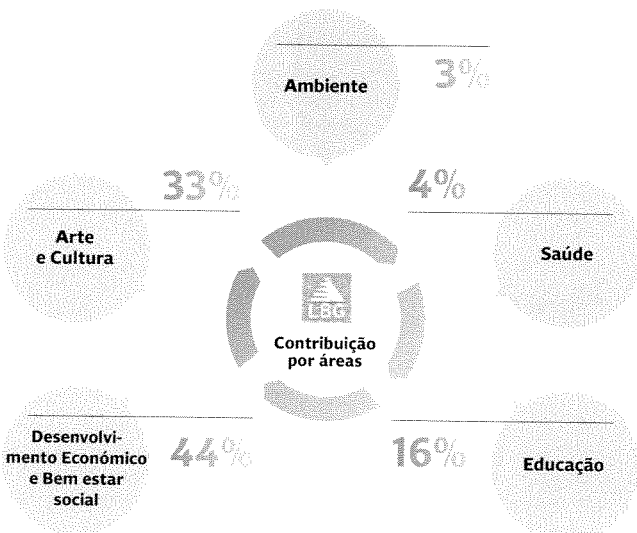
O Outro BES tem como propósito comunicar a visão integrada das várias dimensões da atuação do BES para a responsabilidade social empresarial.

Em 2012 o Grupo BES investiu cerca de 4,4 milhões de euros nas cinco dimensões estratégicas de envolvimento e investimento na sociedade, nomeadamente, a Ciência e Inovação, Literacia Financeira & Educação, Biodiversidade & Alterações Climáticas, Cultura e Apoio Social.

De acordo com a metodologia *London Benchmarking Group* (LBG), para a mensuração do investimento na comunidade, o Banco concedeu cerca de 31% das suas contribuições para solidariedade, 60% em investimentos diretos na comunidade e 4% em ações comerciais. Apenas sob o regime de mecenato, o Grupo BES concedeu apoio financeiro no valor de 4,1 milhões de euros.

Como conseqüência deste investimento contínuo, o BES recebeu o prêmio de Empresa Mais Socialmente Responsável, atribuído após uma votação aberta ao público, após ter integrado uma *short list* selecionada por um júri composto por um Painel de Conselheiros.

O Banco assume o compromisso de continuar a investir na sociedade em 2013, respeitando o enfoque conferido pela arquitetura do Grupo para o investimento em responsabilidade social.



**Cultura - Apoiar as atividades de instituições que promovem o progresso cultural do País e o acesso ao património cultural português**

A fotografia é o pilar cultural da política de mecenato do BES. Em 2012 o Banco organizou a oitava edição do BES Photo e do BES Revelação e a sexta edição do REFLEX - Prémio de Fotografia Cais|BES.

O espaço BES Arte & Finança, inaugurado em 2008, continua a acolher a coleção de fotografia BESart composta por cerca de 900 obras de cerca de 300 artistas de todo o mundo. Em 2012 o espaço recebeu um total de 114 eventos cumprindo a sua missão de envolver stakeholders e a comunidade na partilha das várias expressões culturais no centro financeiro da cidade de Lisboa.

Em 2012, o BES manteve o seu apoio a Museus e Fundações, cuja missão é a valorização da cultura e o património português, nomeadamente a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, Museu do Oriente, Fundação Batalha de Aljubarrota, Museu de Arte Contemporânea de Elvas e o Departamento de Fotografia do Ar.Co (Centro de Arte e Comunicação Visual).

**Ciência & Inovação - Identificar e incentivar soluções inovadoras, promovendo novos negócios e novos empreendedores**

Em 2012, o BES organizou a oitava edição do Concurso Nacional de Inovação. De um total de 110 candidaturas, distribuídas pelas categorias de Clean Tech & Processos Industriais, Tecnologias de Informação e Serviços, Tecnologias da Saúde e Biotecnologia e Recursos Naturais & Alimentação, foram premiados 4 projetos inovadores e diferenciadores no panorama internacional. O grande prémio foi atribuído na categoria de Tecnologias de Informação e Serviços.

O projeto em causa permite aumentar 10 vezes o número de utilizadores que, a partir do mesmo ponto de acesso WIFI, podem aceder a conteúdos de vídeo ou a dados em tempo real. No âmbito do Concurso Nacional de Inovação BES, o Banco já atribuiu 2 670 milhões de euros em prémios e contou com a participação de 1 336 projetos.

O Prémio Ciência na Escola é uma iniciativa do BES e da Fundação Ilídio Pinho, com o objetivo de contribuir para a construção de uma cultura de inovação e conhecimento científico. No oitavo ano consecutivo em que o BES participa nesta iniciativa (ano letivo 2011/2012) foram analisadas 670 candidaturas e distinguiram-se 24 escolas portuguesas com projetos inovadores no âmbito do tema "Biologia e Recursos Naturais".

Com o objetivo de comunicar a inovação, o BES manteve a publicação do suplemento mensal, "Inovação BES" em parceria com o Diário Económico e o programa diário "Mundo Novo" em parceria com a TSF. Estas duas iniciativas permitem alargar a um público mais vasto, boas práticas em matéria de inovação.

Em 2012, em parceria com a associação Acredita Portugal, associação que tem como missão fomentar uma cultura de empreendedorismo no País, o Banco patrocinou o "Concurso BES Realize o seu Sonho" que tem como objetivo possibilitar a qualquer pessoa implementar o seu projeto empreendedor. O concurso é constituído por duas categorias de prémios, o Start-Now, apoio a projetos com âmbito comercial, e Empreendedorismo Social, o apoio a projetos sem fins lucrativos. Foram apresentadas cerca de 4 000 candidaturas.

## **Literacia Financeira & Educação – formar, educar e comunicar conceitos financeiros, com o objetivo de promover a aquisição responsável de produtos e serviços financeiros**

A literacia financeira é hoje um dos problemas sociais com maior relevância na sociedade portuguesa. Saber utilizar os produtos financeiros em benefício próprio, a correta gestão do orçamento familiar e a capacidade de poupança são aptidões que necessitam ser adquiridas por todos os cidadãos, especialmente no atual contexto socioeconómico e que estão na génese do reforço da atuação do BES a nível da literacia financeira.

Em 2012, com este propósito, o Banco continuou a promover o *microsite* b-a-bes, que registou ao longo de 2012 cerca de 39 500 visitas, que corresponderam a cerca de 97 000 visualizações.

O Banco manteve o seu apoio à realização das **Olimpiadas Portuguesas de Matemática**, uma iniciativa da Sociedade Portuguesa da Matemática que abrangeu, em 2012, cerca de 58 mil crianças e jovens alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclo.

Em apresentação pelo sexto ano consecutivo, “No Banco da Escola” é uma iniciativa do BES, em parceria com a Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM), que tem permitido fazer chegar a crianças dos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo alguns conceitos financeiros. Em 2012 a iniciativa alcançou abrangeu 2 664 alunos de 56 escolas através da realização de 125 sessões. Desde o seu lançamento, esta iniciativa já alcançou cerca de 14 000 alunos a nível nacional.

## **Biodiversidade & Alterações Climáticas - Contribuir para a proteção da biodiversidade e reagir às alterações climáticas através da atividade financeira e do envolvimento com a sociedade**

O investimento na Biodiversidade é um dos pilares de diferenciação da abordagem de envolvimento e investimento na sociedade do Banco.

A declaração de compromisso pela Biodiversidade “*Business & Biodiversity*”, foi mais uma vez consubstanciada em 2012 pelo investimento em protocolos e parcerias com organizações conhecedoras e reputadas que continuaram a implementação de projetos de proteção, educação e comunicação do valor da biodiversidade, dos quais é relevante destacar a continuação da parceria com a Herdade da Pousa, a celebração do protocolo com o Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, a parceria com a Reserva da Faia Brava e a cooperação com a Liga para a Proteção para a Natureza.

Neste âmbito, o BES continua como Mecenaz do CIBIO, o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto, este centro de investigação tem um papel muito relevante na promoção do avanço do conhecimento científico nos domínios da biodiversidade e biologia evolutiva, em Portugal. O CIBIO, tal como tem vindo a ser habitual, elaborou em 2012 uma análise do impacto do Grupo BES na Biodiversidade disponibilizando linhas orientadoras para a minimização do impacto. Na sequência da conferência Rio + 20, o CIBIO disponibilizou informação sobre o investimento do Banco na mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

Em parceria com o jornal Expresso, o Banco lançou a 6.ª edição do Programa **Futuro Sustentável**, um programa que tem como objetivo colocar a Sustentabilidade na agenda nacional. A sexta edição foi marcada pela conferência Futuro Sustentável “Pode a empresa de hoje criar a economia de amanhã?” que teve como principal orador Pavan Sukhdev, economista Indiano, coordenador do projeto “The Economics of Business and Biodiversity”.

## **Solidariedade - Auxiliar organizações que atuam no apoio social em áreas diversas como a saúde, o combate à fome, a pobreza e a exclusão social**

No âmbito do projeto de solidariedade do BES, em 2012, o Banco para além das habituais parcerias estabelecidas com instituições de solidariedade, (**Acreditar** - Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro, a **Novo Futuro**, uma associação que acolhe e apoia crianças e jovens privados dum ambiente familiar, a **Associação Salvador**, uma associação que promove os interesses e os direitos das pessoas com mobilidade reduzida, o **Banco de Bens Doados**, um projeto que entrega bens e produtos não alimentares doados por empresas e entidades às instituições particulares de solidariedade social e a pessoas carenciadas) o BES estabeleceu uma nova parceria com a **Cáritas Portuguesa**.

O protocolo celebrado, em 2012, tem uma vigência de 3 anos e tem como objetivo contribuir e apoiar a atuação da Cáritas para dar resposta ao aumento do número de pedidos de ajuda recebidos por esta instituição, através do Fundo Social Solidário, um fundo criado pela Cáritas Portuguesa com o objetivo de financiar as necessidades/ pedidos recolhidos pelas suas estruturas locais.

Para além destes apoios o Banco continuou a desenvolver o **Programa BES Voluntariado**, com o intuito de fomentar uma atitude de cidadania, promovendo a solidariedade e a participação dos colaboradores nas diferentes iniciativas de responsabilidade social. O Programa BES Voluntariado 2012 foi desenvolvido através da execução de 11 ações de voluntariado, e contou com a participação de 205 voluntários que contribuíram com cerca de 1 850 horas dedicadas a mais de 1 000 pessoas beneficiadas.

Em 2012, o BES voltou a inovar com a criação do **Crowdfunding BES** e o serviço **Microdoar**. O BES tornou-se na primeira instituição bancária a associar-se ao movimento de financiamento coletivo através da Internet.

O **Crowdfunding BES** está alojado na plataforma de financiamento coletivo de referência em Portugal, a PPL **Crowdfunding Portugal**. Nos primeiros meses de funcionamento da plataforma, foram colocados 6 projetos de financiamento, dos quais dois conseguiram alcançar 100% de financiamento.

O **Microdoar** é um novo serviço disponível na BESnet que permite a qualquer cliente BES arredondar pagamentos em benefício de Instituições ou Projetos de Solidariedade Social. Esta nova iniciativa do BES tem como objetivo facilitar o apoio social, por parte dos clientes BES, massificando pequenos apoios a diferentes instituições reputadas pelo seu trabalho de apoio à sociedade. Paralelamente permite apoiar as atividades de *fundraising* das organizações de apoio social, facilitando o seu financiamento.

## **Alterações Climáticas**

Sendo as alterações climáticas um dos principais desafios da sociedade atual, o Banco deu sequência ao trabalho desenvolvido, aprofundando a colaboração com a Universidade de Évora no âmbito da Cátedra BES Energias Renováveis, tendo-se associado ao Instituto Português de Energia Solar, criado pela Universidade de Évora, e que se dedica ao desenvolvimento e promoção do setor da Energia Solar.

Em 2012, o departamento **ES Research** publicou o estudo “**Alterações Climáticas e o Setor Financeiro**”. Este estudo, apresentado no âmbito do Futuro Sustentável, tem como propósito evidenciar o papel do setor financeiro no combate global às alterações climáticas. O estudo analisa os potenciais riscos das alterações climáticas na Península Ibérica e os setores mais impactados pelos efeitos das alterações climáticas. Adicionalmente, para além de caracterizar de forma detalhada os novos instrumentos de políticas para o pós 2012, o estudo recoloca o problema sob a ótica do setor financeiro sublinhando o papel que este setor assume na transição para uma economia de baixo carbono.

### 3. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2012 ficou marcado por uma desaceleração da atividade económica a nível global e por uma contração do PIB na Zona Euro. Para esta evolução contribuíram, sobretudo, as políticas orçamentais restritivas e a desalavancagem do setor privado nas principais economias desenvolvidas; o arrefecimento da procura e os receios de um *hard landing* na China; e a incerteza associada à crise da dívida da Zona Euro. Este último fator foi particularmente visível na primeira metade do ano, em função da instabilidade política e orçamental na Grécia e, também, de um contágio crescente da crise a economias como Espanha ou Itália.

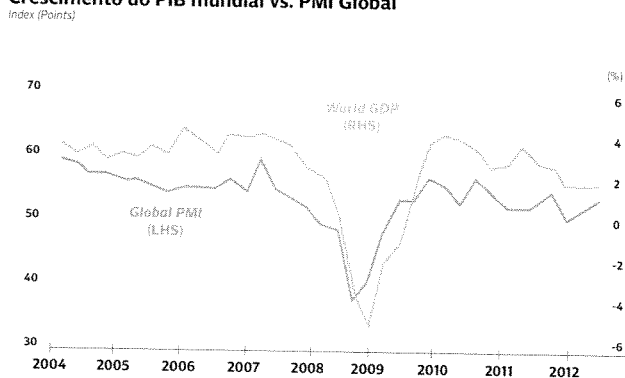
A segunda metade do ano foi, no entanto, marcada por uma estabilização dos mercados financeiros e pelo recuo dos receios de fragmentação da Zona Euro, neste caso expresso na diminuição significativa dos *spreads* dos títulos de dívida pública das economias da periferia face à Alemanha. Para além de alguns progressos no sentido de uma maior integração financeira e orçamental, esta melhoria do sentimento resultou sobretudo da criação, por parte do BCE, das *Outright Monetary Transactions*, que abriram a possibilidade de compra ilimitada de dívida pública de economias da Zona Euro, em complemento a um eventual programa de assistência financeira formal do ESM.

A maior propensão ao risco a nível global resultou também dos efeitos de políticas monetárias fortemente expansionistas seguidas pelos principais bancos centrais, num contexto de pressões inflacionistas reduzidas. Destaca-se o reforço do *quantitative easing* por parte da Reserva Federal americana, com o chamado QE3, para além das *long term refinancing operations* do BCE e do *quantitative easing* dos Bancos Centrais de Inglaterra e do Japão. Após um último corte de 25 bps em julho, o BCE manteve a principal taxa de juro de referência inalterada em 0,75% até ao final do ano. No conjunto de 2012, a Euribor a 3 meses caiu de 1,356% para 0,187% e o euro apreciou-se 1,8% face ao dólar, para EUR/USD 1,32.

Neste contexto, nos EUA o índice S&P500 valorizou-se 13,4%. Na Europa, os índices DAX e CAC40 registaram ganhos anuais de 29,1% e 15,2%, respetivamente. Embora com registos menos favoráveis no conjunto do ano (2,9% e -4,7%, respetivamente), os índices PSI-20 e IBEX registaram valorizações pronunciadas no 4º trimestre, 8,7% e 5,95%, respetivamente.

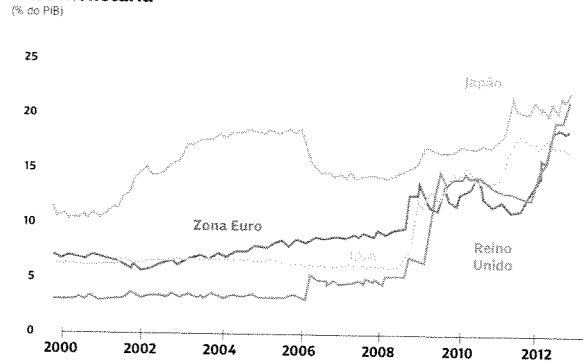
Refletindo o perfil de evolução do sentimento ao longo do ano, o preço do petróleo (Brent) registou uma queda entre o 1º e o 2º trimestres, de USD 123,8 para USD 97/barril, recuperando a partir do verão e fechando o ano em USD 111,9/barril, o que representou uma subida de cerca de 4% face à cotação observada no final de 2011.

#### Crescimento do PIB mundial vs. PMI Global



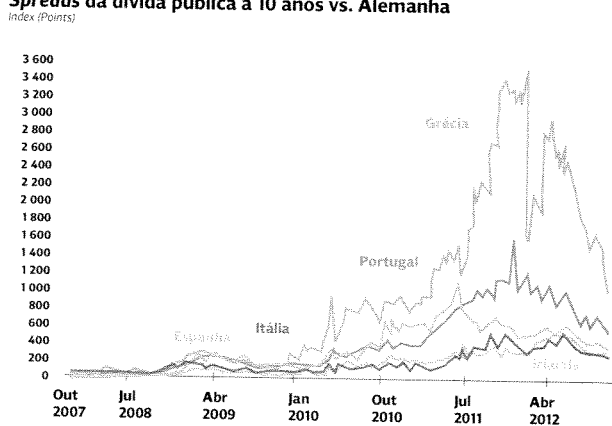
Fonte: Bloomberg

#### Base Monetária



Fonte: Bloomberg

#### Spreads da dívida pública a 10 anos vs. Alemanha



Fonte: Bloomberg

A economia dos **Estados Unidos** experimentou um crescimento de 2,2% em 2012, o que significou uma ligeira aceleração face ao ano precedente, embora o comportamento da atividade se tivesse revelado irregular ao longo do ano. Após uma expansão muito robusta no último trimestre de 2011, a atividade registou um arrefecimento na primeira metade de 2012, seguida de um 3º trimestre com crescimento mais forte, terminando o ano em perda de velocidade. O consumo privado cresceu moderadamente, com uma melhoria tendencial do sentimento das famílias. O investimento produtivo revelou-se enfraquecido, refletindo baixos níveis de confiança dos empresários e uma elevada incerteza em relação ao quadro orçamental. As exportações evidenciaram um andamento relativamente animado nos primeiros seis meses do ano, perdendo dinamismo na segunda metade do ano, em particular devido à crise da Zona Euro. Os efeitos não ocorreram apenas no comércio externo norte-americano, tendo as incertezas que perpassaram na região – envolvimento do setor privado no perdão da dívida grega, as eleições legislativas na Grécia, as eleições presidenciais francesas, a queda do governo holandês, a instabilidade no sistema financeiro espanhol e os rumores de um pedido de resgate deste país – contribuído seguramente para a apreciação do dólar durante o primeiro semestre e para a valorização dos *Treasuries* (vistos como ativo de refúgio). A maior estabilização da Zona Euro, após o forte empenhamento do BCE na defesa do euro, retirou fulgor ao dólar e interrompeu os ganhos no mercado de taxa fixa, na segunda metade do ano.

O mercado habitacional, uma das atividades mais penalizadas com a grande recessão, que deteriorou fortemente a riqueza das famílias e o consumo privado, conheceu, em 2012, sinais de recuperação. Os preços das habitações, as vendas de habitações novas e existentes, os *housing starts* e a confiança dos empresários do setor (*National Association of Home Builders*) registaram

uma trajetória ascensional, embora em patamares ainda relativamente recuados. O mercado de trabalho, por sua vez, igualmente atrasado na recuperação, registou também melhorias, embora sem o dinamismo necessário que permita uma descida rápida da taxa de desemprego. Do 1º para 2º semestre, a criação líquida de emprego aumentou em 14 mil postos de trabalho em termos médios mensais, para 160 mil por mês, permitindo uma redução da taxa de desemprego de 8,3% para 7,8% da população ativa, entre o início e o final de 2012.

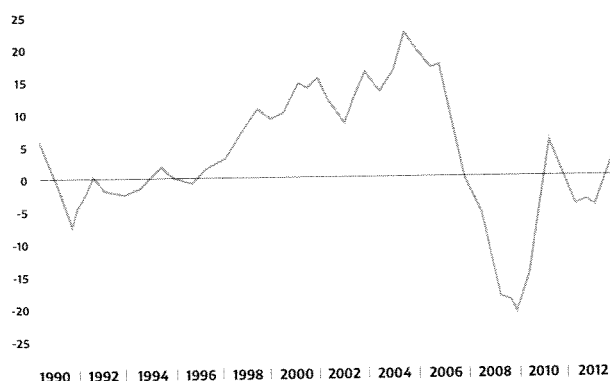
A ausência de uma retoma firme da atividade e a persistente resistência à descida rápida da taxa de desemprego conduziu a autoridade monetária a aprofundar a política expansionista, num contexto de expectativas inflacionistas bem contidas e num ano em que as eleições presidenciais condicionaram a ação da política fiscal. A Reserva Federal decidiu, em junho, prolongar até ao fim do ano a Operação *Twist*, de alongamento do prazo médio dos ativos na posse do seu balanço, garantindo a manutenção da taxa *fed funds* no intervalo entre 0% e 0,25%, até final de 2014.

Em setembro, implementou um novo programa de *quantitative easing* (QE3) através da aquisição, por tempo indeterminado, de títulos do mercado habitacional, ao ritmo de USD 40 mil milhões por mês, ao mesmo tempo que prolongou de 2014 para, pelo menos, meados de 2015 a garantia de inalterabilidade da taxa *fed funds*. Por último, em dezembro, com o fim da Operação *Twist*, reforçou o programa de aquisição de ativos em USD 45 mil milhões de *Treasuries* de longo prazo e inicia uma nova filosofia na política monetária, condicionando a subida dos juros de referência a um limite máximo de 6,5% para a taxa de desemprego, ao mesmo tempo que permitiu um maior grau de liberdade para o andamento de preços (2,5%), abandonando, em consequência, a data de 2015.

O final de 2012 ficou igualmente assinalado pelo acréscimo da incerteza, traduzido num aumento da volatilidade dos mercados, acerca de um acordo sobre o denominado *fiscal cliff*. O consenso parcial alcançado entre republicanos e democratas, já nos primeiros momentos de 2013, fez evitar um efeito restritivo superior a USD 600 mil milhões (entre subida de impostos e cortes automáticos nas despesas) que seguramente provocaria uma nova recessão na economia norte-americana no 1º semestre de 2013.

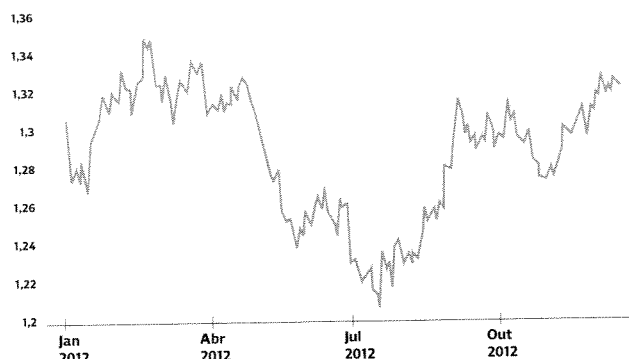
### Índice de preços da habitação Case-Shiller

(% y-o-y)



Fonte: Bloomberg

### EUR/USD



Fonte: Bloomberg

No **Brasil**, apesar de um nítido incremento no grau de intervenções governamentais na esfera económica, com o intuito de acelerar o crescimento da atividade, as medidas adotadas acabaram por ser direcionadas, num primeiro momento, para o impulso da procura interna, que já vinha registando um ritmo de expansão robusto. Esta estratégia acabou por limitar a taxa de expansão do PIB brasileiro, na sequência do fraco desempenho do investimento, que apresentou uma variação negativa em 2012. Assim sendo, após a desaceleração do crescimento entre 2010 e 2011, os agentes económicos depararam-se com uma nova redução do ritmo de expansão em 2012 (1% de variação anual, após registo de 2,7% em 2011), o que levou o Governo a alterar o foco da sua política económica, passando a privilegiar medidas orientadas para a recuperação do investimento ao longo dos próximos anos.

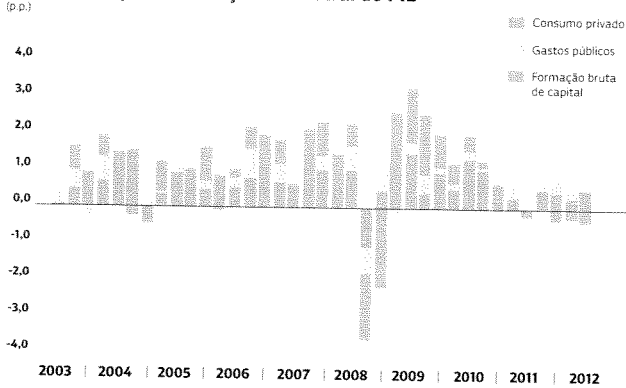
Contudo, a alteração de estratégia não veio a tempo de solucionar o desequilíbrio entre as taxas de expansão da procura e oferta agregadas. Em resultado, as pressões inflacionistas, que já estavam presentes em 2011, estenderam-se ao longo de 2012, fazendo com que a variação anual do índice de preços ao consumidor superasse a meta pelo terceiro ano consecutivo (inflação média anual de 5,4%, com uma variação homóloga de 5,8% no final do ano). Esta evolução foi acentuada por problemas climatéricos em importantes regiões produtoras de bens alimentares, que provocaram alta acentuada nos preços destes itens. A pressão inflacionista poderia ter sido mitigada por uma tendência de apreciação cambial, mas o Governo brasileiro optou por evitar um fortalecimento de sua moeda, uma vez que isto implicaria uma perda de competitividade por parte da indústria doméstica. O real registou, assim, uma depreciação no conjunto do ano, com a taxa de câmbio face ao dólar norte-americano a subir de BRL/USD 1 876 no final de 2011 para BRL/USD 2 044 no final de 2012.

Sem contar com uma dinâmica favorável de investimentos do setor privado, a Administração Federal avaliou que teria de assumir a liderança neste processo e intensificou as respetivas despesas de capital. Adicionalmente, concentrou as suas atuações na remoção de obstáculos para a expansão de capacidade produtiva. Contudo, a despesa corrente registou igualmente um crescimento elevado, o que também ajudou na deterioração do quadro inflacionista. O excedente orçamental primário reduziu-se de 3,1% do PIB para cerca de 2,4% do PIB. Neste contexto, o Banco Central interrompeu o processo de distensão monetária em setembro de 2012, após sete movimentos de descida dos juros de referência, que levaram a taxa de juro SELIC de 11% para 7,25%.

As dúvidas geradas entre os agentes económicos pelas alterações na política económica e por algum intervencionismo em setores específicos, como o bancário, o de energia elétrica e o de petróleo e gás, poderão explicar parte do desempenho relativamente fraco do mercado acionista brasileiro em 2012. Em todo o caso, as perspetivas favoráveis para as empresas com operações mais associadas à expansão do consumo permitiram uma variação moderadamente positiva do índice Bovespa no conjunto do ano (7,4%).

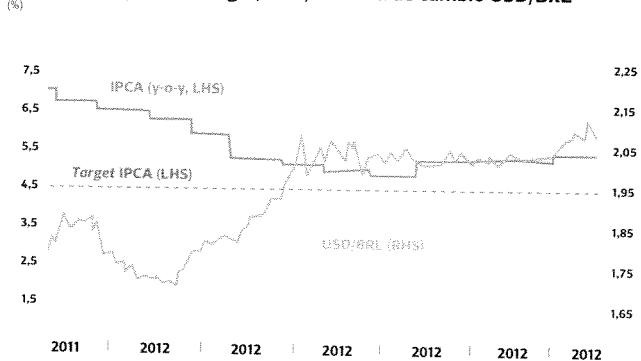
Em suma, 2012 foi um ano de alterações importantes na política económica interna, com o entendimento de que a desaceleração económica observada em 2012 deve ser atribuída a entraves à ampliação da capacidade produtiva do país. A procura interna existiu e foi robusta, mas não conseguiu ser acompanhada pela oferta agregada. Estas alterações de política poderão vir a ter consequências positivas no futuro.

### Contributos para a variação trimestral do PIB



Fonte: Bloomberg

### Taxa de inflação homóloga (IPCA) vs. Taxa de câmbio USD/BRL



Fonte: Bloomberg

Em 2012, a economia de Angola continuou a crescer a um ritmo considerável, aproximadamente 7%, muito suportada no crescimento do setor petrolífero mas também por um cada vez melhor desempenho dos setores não petrolíferos. Em termos setoriais, os transportes, energia e construção continuaram a ser fortemente beneficiados pela política de investimentos públicos, mantendo-se o desafio da diversificação da economia e, para tal, a necessidade de se manter a aposta na requalificação de infraestruturas, na promoção da estabilidade dos preços e na criação de condições favoráveis ao investimento privado.

Em 2012, o Banco Nacional de Angola (BNA) reduziu a taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez para 11,5%, a taxa básica de juro para 10,25% e a taxa de facilidade permanente de absorção de liquidez para 1,5%. A política monetária seguida pelas autoridades angolanas foi suportada por uma evolução benigna do ritmo de crescimento dos preços, com a taxa de inflação homóloga a situar-se em 9% no final do ano.

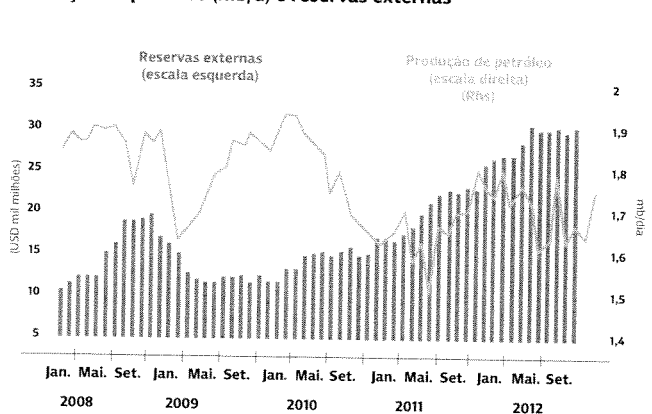
Ao nível das contas públicas, depois de um excedente de 10,2% do PIB em 2011, voltou a verificar-se um excedente orçamental em 2012, de 6,1% do PIB, com evidência para a evolução benigna do saldo orçamental primário não petrolífero.

Com a conclusão do *Stand-By Arrangement*, o FMI continuou a proceder à monitorização da economia angolana, reconhecendo, uma vez mais, o bom

desempenho e os progressos realizados. Este acordo englobou uma linha de crédito de USD 1,4 mil milhões, que foi realizado com o objetivo de apoiar o financiamento da economia e a correção dos desequilíbrios que se faziam sentir ao nível da balança de pagamentos (sobretudo por via da quebra de receita das exportações de petróleo). O balanço do FMI foi globalmente positivo, evidenciando a recuperação das reservas externas líquidas para níveis equilibrados, a redução da taxa de inflação, a estabilização das taxas de juro e a obtenção de um cenário de estabilidade cambial. Paralelamente, o FMI destacou o progresso significativo ao nível da transparência das contas públicas.

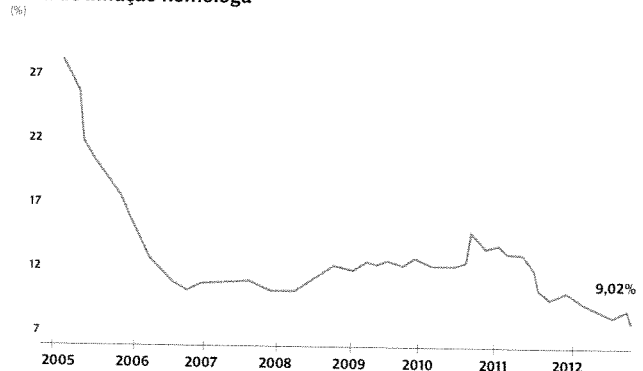
Concretizando diretrizes antigas do FMI, as autoridades angolanas apresentaram o novo Fundo Soberano de Angola (FDSEA), com um capital inicial de USD 5 mil milhões. A dotação deste novo fundo é concretizada em função da produção petrolífera e servirá sobretudo para investir em infraestruturas no país, com o objetivo de promover o setor hoteleiro, o setor agrícola, o fornecimento de água, o fornecimento elétrico e as vias de comunicação, a fim de criar condições para a atração de investimento estrangeiro. Em 2012, a produção angolana média de petróleo atingiu 1,71 milhões de barris diários (mb/dia), um aumento de 2,5% face ao registado no ano anterior. Com base nos investimentos realizados nos últimos anos (e consequentes descobertas concretizadas), estima-se que o potencial de produção do país poderá aumentar de 20 para 50 anos, com o ritmo de produção a recuperar para 1,9 milhões de barris diários em 2013.

### Produção de petróleo (mb/d) e reservas externas



Fonte: BNA e OPEP

### Taxa de inflação homóloga



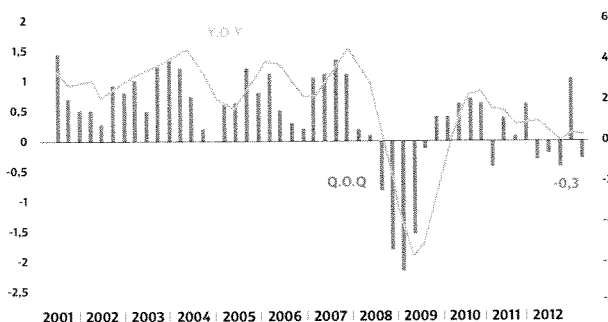
Fonte: BNA

Depois de, no 3º trimestre de 2012, a economia do Reino Unido ter abandonado o terreno recessivo – com o impacto positivo dos Jogos Olímpicos mais forte do que o esperado a impulsionar o crescimento do PIB em 0,9% qoq – o PIB contraiu-se 0,3% nos últimos três meses do ano, pressionado pela estagnação do setor dos serviços e pelo facto de a expansão registada no setor da construção ter sido anulada pelo recuo da atividade industrial. Neste cenário, no conjunto do ano de 2012, a economia britânica registou um crescimento de 0,2% face ao ano anterior, condicionada pelo programa de austeridade implementado e pela *performance* anémica da procura externa. Embora o clima de incerteza tenha conduzido as empresas a focarem-se mais no controlo dos custos e as famílias a favorecerem a poupança, verificou-se, ainda assim, uma expansão da procura interna. O consumo terá aumentado 0,5%, os gastos públicos 2,4% e o investimento cerca de 1%. Em linha com o programa de consolidação orçamental do Governo, o défice público terá caído para 5,1% do PIB. Já a Dívida Pública deverá situar-se em 85,8% do PIB, um rácio superior ao registado no ano anterior, o que conduziu à colocação do *rating* soberano em *outlook* negativo por parte da agência de notação financeira *Standard & Poor's* no final do ano, a última das três principais agências a revelar preocupação quanto ao crescimento da dívida e qualidade do *rating* AAA. Apesar do enfraquecimento da atividade, o mercado de trabalho mostrou uma enorme resiliência, com a taxa média de desemprego a situar-se em 8% da população ativa, um registo inferior ao registado no ano anterior.

O Banco de Inglaterra (BoE) manteve inalterada a taxa de juro de referência em 0,5% e interrompeu, em novembro, o seu programa de *quantitative easing* (QE), revelando dúvidas quanto à eficácia que uma nova aquisição de títulos de dívida para o estímulo da economia real. Com a interrupção do programa, o BoE manterá, no seu balanço, o stock de GBP 375 mil milhões em títulos de dívida, financiados através da emissão de reservas do Banco Central. Apesar do aumento de liquidez, a taxa média de inflação foi de 2,8% para o conjunto do ano de 2012, um registo abaixo do verificado no ano anterior. Ainda que a inflação tenha ficado acima do *target* de 2% do BoE, o abrandamento dos preços face a 2011 permitiu uma melhoria dos salários reais das famílias, tendo contribuído para a recuperação do consumo. No mercado obrigacionista, a média das *yields* dos títulos de dívida soberanos a 10 anos (*Gilts*) foi de 1,868%, tendo-se assistido a uma forte queda da taxa no 2º trimestre, de um máximo de 2,445% até um mínimo de 1,439%, com a forte procura por ativos de refúgio num período de deterioração do *outlook* para a Zona Euro e elevado clima de incerteza. O mercado cambial apresentou uma tendência semelhante, com um forte avanço da libra esterlina no final do 1º trimestre e meses seguintes, de EUR/GBP 0,848 para EUR/GBP 0,777, seguida de um moderado recuo para valores próximos da taxa média de EUR/GBP 0,811.

### Crescimento do PIB

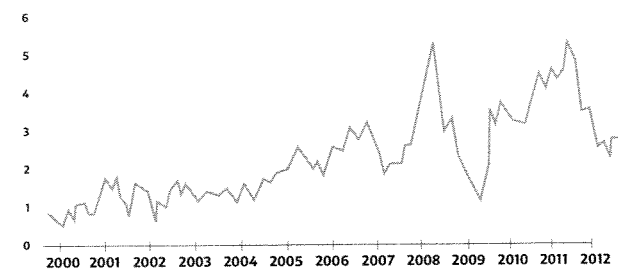
(% q-o-q e y-o-y)



Fonte: Bloomberg

### Taxa de inflação homóloga

(%)



Fonte: Bloomberg

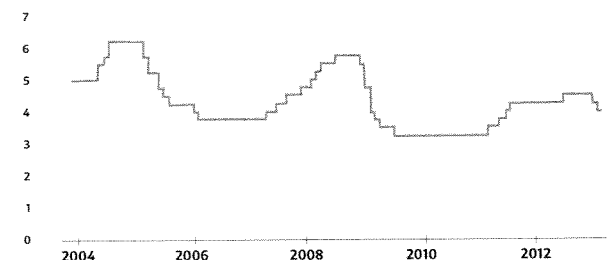
A economia da Polónia continuou a crescer em 2012, embora a um ritmo mais lento que o evidenciado em anos anteriores. O ano ficou indubitavelmente marcado pela realização do Europeu de Futebol: no primeiro trimestre, fruto da finalização dos principais projetos de infraestruturas de apoio ao evento, o PIB cresceu 3,5%. Nos trimestres seguintes, a atividade abrandou, condicionada externamente, com a crise da dívida do euro, e internamente, com o enfraquecimento da procura interna. O sentimento económico global levou a que as exportações perdessem fulgor, esperando-se que tenham registado um crescimento homólogo de 3%. Contudo, este abrandamento terá sido em parte compensado por uma redução das importações (-0,2%), sustentando um contributo positivo das exportações líquidas para o crescimento do produto. Todavia, o pendor negativo do sentimento dos consumidores e empresários ditou uma quebra do consumo privado e do investimento, que se prevê terem crescido apenas 1,6% e 1,7%, respetivamente, contribuindo para o agravamento do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a subir para valores em torno de 10,1% da população ativa.

Também o crescimento dos preços demonstrou dois comportamentos distintos ao longo do ano. A persistência de inflação alta proveniente de 2011 levou a que o Banco Nacional da Polónia elevasse a taxa de juro de referência, em 25 pontos base, em maio, para 4,75%, procurando evitar assim um descontrolo de expectativas inflacionistas. Contudo, os dados de abrandamento económico divulgados na segunda metade do ano, conjugados com a diluição das pressões inflacionistas, relegaram para segundo plano o combate à inflação e elegeram o suporte da atividade como principal foco de ação. O Banco Central da Polónia procedeu assim a cortes de 25 pontos base em novembro e dezembro, para 4,25%.

Por seu turno, o zloty apresentou um comportamento de apreciação ao longo de 2012, variando entre os EUR/PLN 4,5 e os EUR/PLN 4,04, influenciado pelas oscilações no sentimento dos investidores e tipicamente associado aos períodos de deterioração da crise da dívida da Zona Euro, terminando o ano em EUR/PLN 4,08. Ao nível das contas públicas, a economia polaca deu seguimento ao plano de consolidação orçamental. Contudo, não deverá ter sido possível evitar mais um procedimento por défice excessivo, devendo o saldo orçamental ter-se fixado em -3,4% do PIB e a dívida pública em 55,5% do PIB.

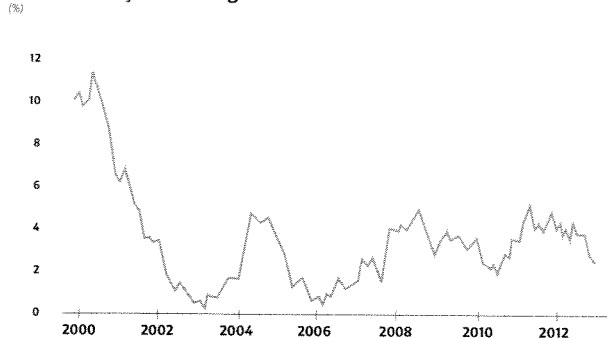
### Taxa de juro de referência do Banco Nacional da Polónia

(%)



Fonte: Bloomberg

## Taxa de inflação homóloga



Fonte: Bloomberg

A economia de Espanha prosseguiu, ao longo de 2012, a trajetória de contração da atividade iniciada no final de 2011, tendo o PIB sofrido uma queda anual de 1,4%. O ritmo de quebra da atividade intensificou-se na parte final do ano, com o último trimestre de 2012 a registar uma contração do PIB de 0,7%. Esta evolução reflete o enfraquecimento da procura interna, e em particular a deterioração das condições do mercado de trabalho, a trajetória de *deleveraging* do setor privado (empresas e famílias), o esforço de consolidação orçamental e as condições restritivas de concessão de crédito. O consumo privado foi, assim, particularmente penalizado pelo agravamento do desemprego (que ascendeu a 26% da população ativa no final do ano) e pela redução do rendimento disponível das famílias, em resultado da descida das remunerações e do aumento dos impostos sobre o rendimento. A contração do investimento, em especial do investimento em equipamento, refletiu a degradação do sentimento empresarial, o elevado endividamento das empresas e a restritividade das condições de acesso ao crédito. O ajustamento do setor da habitação prosseguiu ao longo do ano de 2012, tendo-se acentuado a descida dos respetivos preços, para 9,8% no conjunto do ano, e 26,5% desde o início de 2008. A estes fatores acresce o desempenho menos favorável da procura externa, dada a contração da atividade na Zona Euro, no contexto da crise das dívidas soberanas. Apesar disso, a contração da procura interna e das importações levou à continuação da correção do desequilíbrio externo, tendo o défice corrente diminuído de 3,5% do PIB em 2011 para cerca de 2% do PIB em 2012.

No plano das contas públicas, o Governo apresentou, em julho, um conjunto de medidas de consolidação orçamental, de que se destaca a elevação, no início de setembro, das taxas de IVA (passando a taxa geral de 18% para 21% e a reduzida de 8 para 10%), mas também a significativa redução da despesa pública, de que se destaca o não pagamento do subsídio de Natal no setor público. O défice orçamental desceu, assim de 9,4% para cerca de 7% do PIB, ainda assim acima da meta de 6,3%. Para além do esforço de consolidação orçamental, o Governo tem vindo a implementar um programa de reformas estruturais que inclui a reforma do mercado de trabalho, visando um aumento da respetiva flexibilidade.

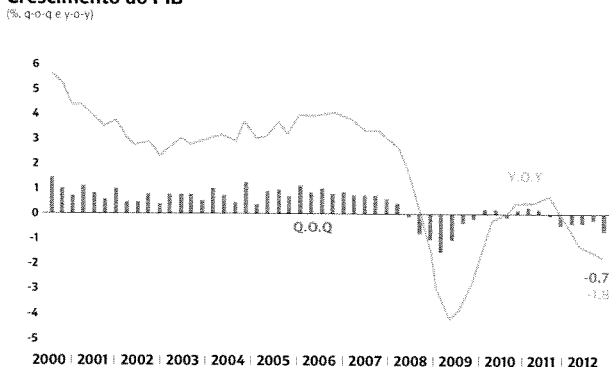
A elevação das taxas de IVA no mês de setembro, bem como o aumento do copagamento de medicamentos, o aumento dos preços dos combustíveis, da eletricidade e do gás conduziram a um agravamento do nível dos preços, sobretudo na parte final do ano, tendo a taxa de inflação média anual sido de 2,4%, ainda assim abaixo do registado em 2011 (3,1%).

As dificuldades de alguns bancos espanhóis, sobretudo relacionadas com a elevada exposição a ativos do mercado imobiliário, levaram o Governo a solicitar assistência financeira externa, no sentido da recapitalização de instituições financeiras pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF). O Memorando de Entendimento, assinado a 23 de julho, previa a disponibilização de um montante até 100 mil milhões de euros para a reestruturação e recapitalização dos bancos, do qual apenas um montante de cerca de 40 mil milhões de euros foi utilizado. Este programa teve um efeito favorável na estabilização do sistema financeiro espanhol como um todo, para o qual contribuiu também de forma significativa a apresentação, pelo Banco Central Europeu, em setembro, do programa de aquisição

de títulos de dívida pública (OMT – *Outright Monetary Transactions*), que conduziu a uma diminuição das tensões e da volatilidade nos mercados financeiros, invertendo a trajetória de deterioração observada até ao verão. A *yield* dos Bonos a 10 anos em mercado secundário encerrou o ano ao nível de 5,27% (correspondente a um *spread* face à Alemanha de 395 pontos base), elevando-se ainda assim face aos valores do final de 2011 (5,09% e 326 pontos base, respetivamente). Note-se, no entanto, que no final de julho aquela taxa atingiu um máximo de 7,62%, a que correspondia um diferencial de 639 pontos base relativamente ao título de dívida alemã da mesma maturidade.

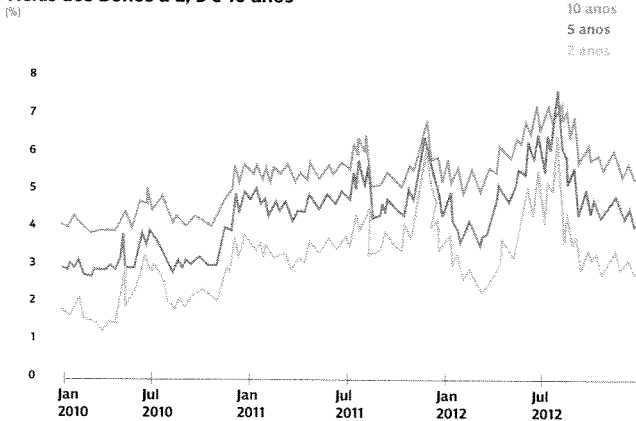
As agências de *rating* reviram em baixa, ao longo do ano de 2012, a notação financeira atribuída à dívida do Reino de Espanha. Assim, a agência *Standard & Poor's* fê-lo em três movimentos, reduzindo-a em seis níveis (de AA- para BBB-), e as agências *Moody's* e *Fitch* em dois movimentos, revendo-a em baixa em cinco níveis (de A1 para Baa3 e de AA- para BBB), respetivamente.

## Crescimento do PIB



Fonte: Bloomberg

## Yields dos Bonos a 2, 5 e 10 anos



Fonte: Bloomberg



## A Economia Portuguesa em 2012

Em Portugal, a conjuntura económica em 2012 ficou, sobretudo, marcada pela execução do programa de ajustamento económico e financeiro. A desalavancagem em curso no setor privado financeiro e não financeiro, conjugada com uma política orçamental fortemente restritiva e com o arrefecimento da atividade na Zona Euro, contribuíram para uma contração real do PIB de 3,2%, com recuos significativos do consumo e do investimento e com um aumento do desemprego para valores próximos de 16% da população ativa. As despesas das famílias caíram 5,6%, refletindo a forte queda do rendimento disponível (3,6% em termos reais) e o aumento da poupança, para um valor ligeiramente acima de 11% do rendimento disponível. Num contexto de aumento da incerteza em relação à política orçamental e às perspetivas de evolução da atividade, os agentes económicos retraíram as respetivas despesas e aumentaram as respetivas poupanças, motivados por um sentimento de precaução.

O consumo privado foi ainda penalizado por uma inflação relativamente elevada (2,8% em termos médios anuais), pressionada pelo aumento dos impostos indiretos. O investimento voltou, por sua vez, a registar uma forte queda, de 15,2% (-13,8% no ano anterior), comum a todos os setores institucionais. Este agregado foi penalizado não apenas por condições de financiamento restritivas mas, também, por um recuo na procura de crédito por parte das famílias e empresas. O esforço de desalavancagem e, no caso das empresas, as perspetivas negativas para a procura, terão sido determinantes nesta evolução. Embora seguindo uma tendência de desaceleração, em particular na parte final do ano, as exportações mantiveram um desempenho favorável, com um crescimento superior a 3% em termos reais. As vendas ao exterior foram, naturalmente, penalizadas pela conjuntura recessiva na Zona Euro (em particular, em Espanha), mas observaram crescimentos ainda elevados, de dois dígitos, para mercados exteriores à União Europeia.

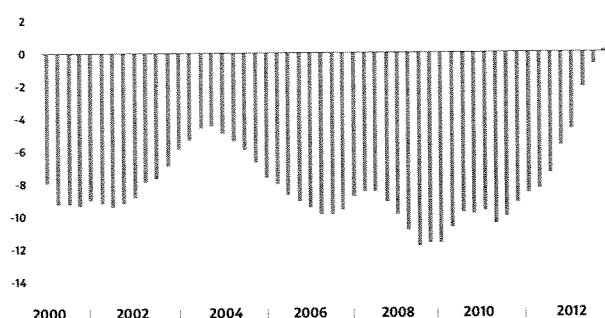
Este desempenho, conjugado com uma forte quebra das importações (superior a 7%) e com um aumento da poupança interna, traduziu-se numa melhoria marcada do saldo externo, de -5,1% do PIB em 2011 para um valor em torno do equilíbrio no final de 2012. Para esta redução das necessidades externas líquidas de financiamento contribuíram todos os setores, com as famílias e o setor financeiro a aumentarem a respetiva capacidade líquida de financiamento e com as sociedades não financeiras e as Administrações Públicas a reduzirem as suas necessidades líquidas de financiamento.

O défice público deverá ter atingido um valor próximo da meta (revista) de 5% do PIB em 2012, não obstante o desvio significativo da receita face aos valores orçamentados (cerca de 880 milhões de euros no caso da Administração Central e Segurança Social). Para isto terá contribuído um recuo da despesa mais acentuado que o inicialmente previsto, em parte resultante de poupanças adicionais associadas a despesas com remunerações, aquisição de bens e serviços, despesas de investimento e despesa líquida com juros. Ao nível das medidas extraordinárias, mas no lado da receita, a execução orçamental de 2012 beneficiou sobretudo de uma receita não recorrente associada à concessão dos serviços públicos de gestão dos aeroportos à empresa ANA. A dívida pública manteve ainda uma tendência de subida, atingindo 120% do PIB, mais 12 p.p. do que em 2011.

As avaliações positivas da execução do programa de ajustamento e a ação estabilizadora do BCE contribuíram para uma melhoria gradual das condições financeiras enfrentadas pela economia portuguesa, expressa numa redução significativa das *yields* da dívida pública e dos *spreads* de crédito, bem como na reabertura dos mercados de dívida *wholesale* para empresas e bancos. A rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos atingiu um máximo anual próximo de 17,4% no final de janeiro de 2012, tendo fechado o ano num valor próximo de 7% (e com a tendência de descida a manter-se no início de 2013). A maior abertura dos investidores externos à economia portuguesa refletiu-se, ainda, numa execução favorável do programa de privatizações, com receitas totais próximas de 5,5 mil milhões de euros, acima das expectativas.

### Saldo conjunto das balanças corrente e de capital

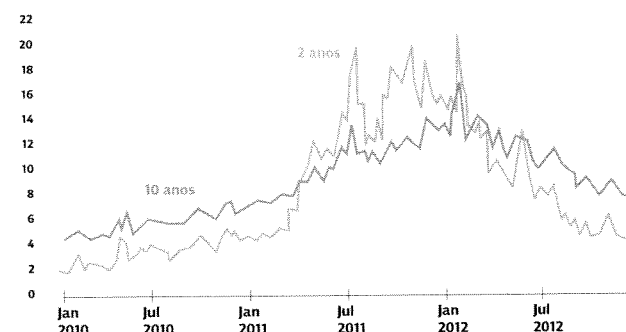
(% PIB)



Fonte: INE

### Yields das OTs a 2 e 10 anos

(%)



Fonte: Bloomberg

## 4. Atividade Comercial

O Grupo Banco Espírito Santo é um grupo financeiro universal que serve todos os segmentos de clientes particulares, empresariais e institucionais. A inovação de produtos, a orientação para a qualidade de serviço e a força da marca BES (em particular o seu reconhecimento em termos de atributos fundamentais como a solidez e a confiança) fazem do Grupo uma referência no mercado nacional e internacional.

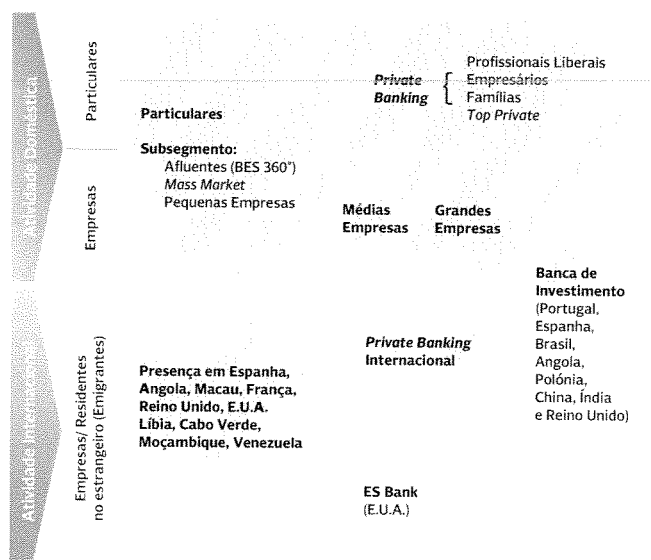
No acompanhamento do desempenho por áreas de negócio são considerados os seguintes segmentos operacionais:

- Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retailho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*;
- Banca Comercial Internacional;
- Banca de Investimento;
- Gestão de Ativos;
- Seguros Vida;
- Mercados e Participações Estratégicas;
- Centro Corporativo.

Cada segmento engloba as estruturas diretamente dedicadas do BES, bem como as unidades do Grupo com cuja atividade mais se identifica. A monitorização individual e isolada de cada unidade operacional do Grupo (encaradas numa ótica de centro de investimento) é complementada, a nível da Comissão Executiva do BES, pela definição de estratégias e de planos comerciais para cada segmento operacional.

Complementarmente, é utilizada uma segunda segmentação da sua atividade e resultados baseada em critérios geográficos, separando a *performance* das unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) das localizadas no exterior (Área Internacional).

O Banco Espírito Santo tem uma abordagem segmentada ao mercado de modo a oferecer uma gama abrangente de produtos e serviços financeiros e que respondam às necessidades dos clientes.



### 4.1 Banca Comercial Doméstica

#### 4.1.1 Banca de Retailho

Na sua abordagem aos clientes de retailho o Grupo BES aposta numa oferta diversificada e distintiva, de acordo com as necessidades financeiras dos seus clientes. A criação de propostas de valor diferenciadas assenta no desenvolvimento constante dos produtos e dos serviços disponibilizados aos clientes mas também na adoção de critérios de segmentação ajustados às características dos clientes, na elevada qualidade do serviço prestado e na eficácia da comunicação.

Assim, e ao longo dos últimos anos, o BES criou propostas de valor inovadoras ao nível do Retailho, em concreto para clientes afluentes ("BES 360°"), para pequenas empresas e empresários em nome individual ("Negócios") e para *mass market* ("Particulares de Retailho"). Estes clientes são atualmente servidos por uma rede de 666 balcões (uma redução líquida de 35 balcões ao longo do ano).

#### Assurfinance

Resultado da parceria estratégica com a Companhia de Seguros Tranquilidade, o Programa *Assurfinance* proporciona aos clientes da Tranquilidade que não têm relações bancárias com o Grupo BES vantagens exclusivas por abrirem uma nova conta no Banco Espírito Santo. Em 2012, fruto de uma intensa atividade junto de cerca de 1 900 agentes da Companhia, o programa contribuiu com uma captação de cerca de 20 000 novos clientes, constituindo-se assim como uma das principais iniciativas da área do Retailho.

Esta parceria contempla atualmente 44 Postos Avançados onde, no mesmo espaço físico, agentes exclusivos da Tranquilidade partilham a sua atividade de mediação de seguros com o atendimento a clientes do BES.

#### BES 360°: Tradição na excelência no serviço ao cliente

Para o segmento dos clientes afluentes, o serviço BES 360°, posiciona-se como uma proposta de referência no acompanhamento e na assessoria financeira destes clientes. O BES 360° garante um elevado padrão de qualidade através do acompanhamento permanente de um gestor dedicado e especializado, de uma oferta exclusiva e de soluções adequadas às necessidades específicas dos clientes.

A competitividade da proposta de valor do segmento 360° assenta num conjunto de iniciativas estratégicas, nomeadamente:

- A nova abordagem remota a clientes afluentes que, conjuntamente, com as unidades especializadas, Centros 360°, concretizaram a abordagem e a proposta de valor no segmento de uma forma ainda mais abrangente permitindo um crescimento significativo no *share-of-wallet* e fidelização dos clientes;
- Os Compromissos BES 360° que tangibilizam a excelência no serviço ao cliente em objetivos concretos, assegurando uma postura profissional, rigorosa e dedicada com eficácia na resolução de problemas e uma atitude proativa na apresentação das melhores soluções para as necessidades de cada cliente;
- Oferta competitiva que ficou mais rica com a disponibilização de soluções inovadoras na proteção na saúde e lazer assegurando o reforço na resposta às necessidades dos clientes afluentes numa perspetiva de visão mais alargada da oferta;
- Reforço na disponibilização de ferramentas inovadoras que permitem uma abrangência total na satisfação das necessidades dos clientes, como é o exemplo na plataforma de negociação em bolsa *BESnet Trading*.

É esta abordagem e proposta de valor inovadora e diferenciadora que permitiu ao segmento BES 360 atingir níveis de satisfação elevados (90% de clientes muito satisfeitos com o serviço), cimentando o contributo para o crescimento do Grupo BES, com uma relevância reforçada num contexto de mercado em que a liquidez ganhou importância. O segmento representa, atualmente, mais de 50% do total de recursos do Retail, constituindo assim uma base estável de *funding* do Grupo.

Ainda no que diz respeito ao segmento afluente, o Grupo BES atua igualmente no mercado através do **BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total**. No ano de 2012 o **Banco Best** recebeu duas distinções que realçam e premeiam o seu posicionamento enquanto líder na inovação da oferta de serviços e produtos financeiros em Portugal: (i) vencedor da categoria Melhor Site/App Mobile para eCommerce, no âmbito dos Prémios Navegantes XXI da ACEPI (Associação do Comércio Eletrónico e Publicidade Interativa), tendo o serviço de *Mobile Banking* sido distinguido como o mais completo do mercado português, estando disponível diretamente em *browser mobile* no endereço [www.bancobest.pt/m](http://www.bancobest.pt/m) e através de Apps para iPhone, iPad e Smartphones e Tablets com sistema Android; e (ii) menção honrosa da IDC pelo seu projeto de *gamification*, uma animação digital, baseada na gestão de uma carteira de fundos de investimento, sobre um modelo animado de um campeonato de futebol com diversas jornadas. Neste exercício registou-se um forte crescimento no volume de transações de obrigações devido ao sucesso do serviço específico de *Bonds For All* que passou a disponibilizar acesso online dos investidores particulares a uma vasta oferta para a compra/ venda de obrigações, sejam estas representativas de dívida pública portuguesa ou de empresas nacionais ou também emitidas por entidades internacionais de renome. Este serviço registou um volume de transações de cerca de 268 milhões de euros. Em dezembro de 2011 o Banco iniciou o *outsourcing* integral da atividade do *Saxo Capital Markets UK* englobando a plataforma I/T, operações, serviços de custódia e liquidação e negociação/ contratação de produtos e serviços de terceiros, representando uma oferta *online real-time* com mais de 6 mil produtos, no mercado do Reino Unido. Esta iniciativa atesta a capacidade da plataforma do BEST na prestação de serviços de intermediação financeira dirigidos a um dos mercados financeiros mais competitivos e sofisticados do mundo. A nível dos indicadores económicos e financeiros é de referir que os ativos de clientes sob custódia se situaram muito próximo de 2,0 mil milhões de euros enquanto o resultado líquido alcançou os 8,5 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 20% face ao ano anterior.

### Negócios: Enfoque no apoio à gestão eficaz das necessidades de fundo de maneo dos Clientes

Foi num contexto adverso de desaceleração da atividade económica que o Segmento de Negócios elegeu como prioridade de ação comercial a disponibilização de meios e soluções de pagamentos/ recebimentos e de gestão de tesouraria, inovadores e competitivos, que permitem aos clientes aumentar a eficiência e eficácia na gestão das necessidades de fundo de maneo, otimizando os seus custos e o recurso ao crédito bancário.

Assim, procedeu-se em 2012:

- Ao fortalecimento da colocação da Oferta de Soluções de Tesouraria (“Soluções BES Negócios”) e de Terminais de Pagamento Automático (“Packs BES Negócios”) adaptados à realidade das micro empresas e empresários em nome individual o que permitiu continuar a aumentar a quota de mercado do BES neste produto, tendo mais de 14 mil Clientes do segmento com TPA ativo.
- Reforço da dinamização do BES Express Bill (lançado em 2009 e estendido ao segmento de negócios em 2010), sistema inovador de pagamentos e recebimentos que consiste na emissão eletrónica de ordens de pagamento a prazo com garantia de pagamento do BES. Aproximaram-se 100 milhões de euros de linhas de crédito Express Bill a 900 clientes do segmento que, no decurso do ano, efetuaram já 39 milhões de euros de pagamentos a fornecedores nesta modalidade. Por sua vez, 2 900 clientes do segmento de negócios beneficiaram de 93 milhões de euros de ordens garantidas pelo BES.

Como resultado do enfoque colocado no aconselhamento e venda de soluções de apoio aos recebimentos e pagamentos não surpreende que o segmento de negócios tenha obtido um crescimento relevante nos recursos sob gestão, atingindo os 3 030 milhões de euros sob gestão.

Um dos principais vetores distintivos da abordagem do BES ao segmento de negócios assenta no acompanhamento da vertente profissional e pessoal dos sócios dos Negócios por Gestores únicos especializados e dedicados. A visão integral das necessidades dos clientes, considerando impactos cruzados de eventos no domínio pessoal e empresarial e um interesse genuíno sobre o seu sucesso ao longo das diferentes etapas de vida, permitem ao BES posicionar-se como o parceiro por excelência no segmento dos Negócios, ambicionando elevados níveis de penetração de empresas cujo sócio(s) opta(m) por concentrar parte substancial do seu património e gestão de quotidiano no BES. Em 2012, captaram-se 4 800 novos Sócios, em resultado desta estratégia de abordagem conjunta das necessidades da empresa e do seu sócio.

### Particulares de Retail

O aprofundamento das dificuldades económicas em Portugal ao longo do ano de 2012 traduziu-se num aumento significativo da taxa de desemprego e na diminuição do rendimento disponível das famílias. Neste contexto, o BES reforçou o seu posicionamento nas áreas da oferta de produtos de poupança e da cobertura das necessidades de proteção e segurança do quotidiano.

Ao nível da poupança, o enfoque foi dado a soluções inovadoras de aforro para particulares, como é o caso da **Poupança Programada**, que permite poupar de forma regular a partir de 10 euros por mês, ou da solução de **Micro poupança**, que permite poupar com o arredondamento dos pagamentos do dia-a-dia (cartões de débito, débitos diretos...), que demonstraram ser da maior conveniência das famílias portuguesas, traduzindo-se numa detenção superior a 235 000 contas em 2012. Adicionalmente, o lançamento, com elevados níveis de notoriedade comunicacional, de produtos de poupança competitivos a médio e longo prazo como a **Nova Conta Rendimento CR** ou o seguro de capitalização **BES Vida Aforro**, contribuiu de forma decisiva para um crescimento global dos recursos dos clientes Particulares de Retail de 9,8%.

Por fim, é igualmente de destacar o sucesso da parceria com a Associação Nacional de Farmácias, através da qual foi possível realizar ações de marketing direto aos detentores do Cartão das Farmácias com a oferta de um *check-up* cardiovascular para os aderentes que subscrevem novas soluções de poupança no BES.

No atual contexto de incerteza, a oferta de seguros do BES destacou-se nas áreas de proteção essencial dos agregados familiares perante incidentes que ponham em causa a sua estabilidade financeira. Neste capítulo, os níveis de subscrição do seguro **BES Vida Segura** destacaram-se de forma significativa, garantindo aos casais com filhos, a um custo acessível, proteção financeira perante situações de morte, doenças graves ou invalidez absoluta ou definitiva.

O aumento da frequência de contacto através dos canais diretos mantém-se como uma das principais tendências da Banca de Particulares. Em 2012, o número de clientes que utilizam frequentemente o *Internet Banking* de particulares – BESnet – cresceu 9,4% face ao período homólogo, consolidando a primeira posição na penetração de *Internet Banking* em Portugal, com 43,6% de penetração na base de clientes, de acordo com a Marktest. O número de acessos alcançou os 24,6 milhões o que representa um crescimento de 2,8% face ao período homólogo. O crescimento verificou-se igualmente no *Internet Banking* para empresas – *BESnetwork* –, que atingiu cinquenta e sete mil clientes frequentes neste trimestre, um crescimento de 7,8% face ao período homólogo. O número de acessos atingiu os 10,8 milhões o que representa um crescimento de 7,0% face ao período homólogo. O *BESnetwork* foi ainda galardoado com o prémio *Global Finance* para o melhor *Internet Banking* de Empresas em Portugal.

OBESmobile, lançado em 2011, continua a crescer de forma muito significativa, com uma adesão que atingiu já os 40 000 clientes muito frequentes, e outros 40 000 com utilizações mais esporádicas, assentes numa necessidade em mobilidade, e por isso não tão constante. Foi o destacado pela *Global Finance* como o melhor *Internet Banking Mobile* para Empresas, na Europa, destacando-se a capacidade de assinatura de operações de empresas, preparadas no BESnetwork, e assinadas pelos sócios ou administradores no BESmobile (telemóvel).

No ano de 2012 assistiu-se a uma consolidação do papel dos Canais Diretos no relacionamento do Banco com os seus clientes, nomeadamente:

- Disponibilização completa do lote de serviços, consultas e transações possíveis de serem realizadas de forma remota, sendo todavia possível o atendimento personalizado através da plataforma de *servicing* (Correio BESnet) ou diretamente com um operador no BESdirecto, com ligação para o Balcão se for caso disso;
- Aposta forte dos Canais Diretos para a disponibilização da oferta de poupança e Investimento, com possibilidade de subscrição autónoma, ou assistida, sendo que neste último caso os clientes têm acesso a uma equipa especializada em produtos de poupança, crédito e seguros através do telefone ou de ferramentas de *chat*. O stock total de Depósitos a Prazo subscritos através do BESnet cresceu 76% em 2012, atingindo os 412 milhões de euros.
- Integração das plataformas de CRM entre Balcão, BESnet e BESdirecto, geridas de forma autónoma pelo Departamento de Marketing, com possibilidade de encaminhamento de *leads* para seguimento comercial personalizado pelo Balcão. Foi utilizado um modelo de decisão em tempo-real para a adequação das ofertas aos clientes, específico para meios automáticos.
- Incorporação de funcionalidades de valor acrescentado como é exemplo o "Orçamento Familiar BES", com classificação automática de despesas, num contexto de importância acrescida, tendo em conta os tempos de rigor e a necessidade de poupança, motivados pela envolvente económica.

Adicionalmente, no segmento dos particulares de retalho, o Grupo exerce a sua atividade no Açores através do **Banco Espírito Santo dos Açores**. O agravamento da situação do País refletiu-se igualmente nas condições económicas da Região Autónoma dos Açores e condicionaram a atividade do Banco Espírito Santo dos Açores no ano de 2012, que ficou marcada por um lado, pela desaceleração na concessão de crédito (sem, no entanto, ter deixado de apoiar as empresas, designadamente, as PME com bom *rating*) e algum sucesso no controlo e recuperação do crédito em situação irregular e por outro, pela evolução positiva dos recursos. A estratégia de aumento da quota de mercado e captação de novos clientes foi suportada na assinatura de novos protocolos com empresas e instituições regionais e na relevância dada ao projeto de parceria *assurfinance* com a Companhia de Seguros Tranquilidade. O Banco reforçou as ações de índole comercial e social com o objetivo de, cada vez mais, se assumir como um banco vocacionado para o serviço ao cliente e à sociedade e como único banco a operar nos Açores, com sede na Região Autónoma.

Ao nível da atividade salienta-se a evolução registada nos recursos de clientes (+2.0%) e no crédito concedido a clientes (-2.5%), com o crédito a empresas a crescer 3.4%; o ativo atingiu os 513 milhões de euros. O resultado líquido, no montante de 2,3 milhões de euros, registou um acréscimo de 161.3% em relação a 2011 e foi influenciado por uma evolução positiva do produto bancário comercial e pelo menor esforço de provisionamento do crédito.

### Oferta especializada

Na sua abordagem aos particulares de retalho, o Banco Espírito Santo procura disponibilizar serviços financeiros a segmentos que, pela sua natureza demográfica, cultural ou mesmo socioeconómica, necessitem de serviços especializados e adequados às suas características específicas.

### Produtos Poupança

De acordo com o "Inquérito à literacia financeira da população portuguesa 2010" do Banco de Portugal, 48% da população portuguesa não faz poupanças. Como resposta a este preocupante indicador, o Banco reforçou o seu investimento na inclusão financeira dos seus clientes, em 2011, com a criação de serviços inovadores de poupança e na disponibilização do serviço gratuito "Orçamento Familiar", a todos os clientes.

O orçamento familiar é um serviço que organiza e agrupa automaticamente todas as receitas e despesas da conta permitindo ao cliente ter uma fotografia real do seu orçamento e sobretudo acompanhar a evolução das receitas e despesas identificando os gastos que podem ser reduzidos, de forma a gerar uma folga maior no orçamento e assim facilitar a criação de poupanças.

As soluções Poupança Programada, Micro Poupança e Poupança por Impulso, fortemente dinamizadas, em 2012, por toda a rede comercial permitiram ao Banco apoiar os seus clientes na constituição de cerca de 206 milhões de euros em poupanças. Este valor representa cerca de 2% do total de depósitos a prazo e contas poupança captadas pelo Banco junto de 632,9 mil clientes particulares.

Os resultados alcançados sinalizam uma real mudança de comportamentos nos clientes, perspetivando para muitos destes a constituição de produtos de poupança com valores mais significativos a médio prazo.

#### Poupança Programada

A Poupança Programada implica a adesão a um plano de entregas mensais, no qual o cliente estabelece a quantia (mínimo de 10 euros) e o momento do mês a poupar, permitindo ajustar a poupança ao seu respetivo orçamento familiar. Os clientes têm a possibilidade de aderir à poupança programada, para prazos de 1, 3, 5 ou 10 anos. Em 2012, os clientes aderentes a esta solução, mais que duplicaram. Cerca de 265 mil clientes aderiram ao serviço Poupança Programada.

#### Micro Poupança

A Micro Poupança foi um dos mecanismos de poupança utilizado de forma recorrente por cerca de 40 mil clientes em 2012. Este serviço permite a qualquer pessoa, começar a poupar pequenos montantes, através do arredondamento dos débitos correspondentes às suas despesas quotidianas revertendo o arredondamento para uma conta poupança.

#### Microdoar

Em 2012, o Banco voltou a inovar, facilitando o acesso das instituições privadas de solidariedade social a donativos dos clientes, criando o serviço de Micro Doar. Utilizando o mesmo conceito da Micro Poupança, o Micro Doar, é um serviço em que o Cliente decide pelo arredondamento de todos ou alguns débitos, revertendo o valor do arredondamento para uma conta poupança da instituição à sua escolha. Para beneficiarem do serviço Micro Doar, as IPSS necessitam protocolar com o Banco a adesão ao serviço Micro Doar. Esta adesão possibilita a recepção das micro doações e a capacidade para fornecer *feedback* a cada cliente sobre os efeitos que as suas contribuições tiveram.

#### Poupança por impulso

A Poupança por Impulso tem como fator inovador, permitir aos clientes portadores da aplicação "Poupe" para *smartphones*, reforçar uma poupança com pequenos montantes de cada vez (entre 5 e 50 euros), através de um simples toque no telefone. Esta forma de aforro permite ao cliente, poupar no exato segundo em que o decide fazer. Em 2012 cerca de 2,3 mil clientes utilizaram este serviço, justificando mais uma solução inovadora no mercado.

## Microcrédito

Num ano marcado pelas elevadas taxas de desemprego em Portugal, o microcrédito assume especial relevância no apoio e estímulo ao empreendedorismo e na criação de emprego. O Gabinete de Microcrédito do BES tem como missão identificar os empreendedores e acompanhá-los nos seus projetos através do desenvolvimento de *'business plans'* ou encaminhando-os para linhas de apoio ao empreendedorismo. O Banco aposta numa ampla divulgação do produto quer através das redes sociais e internet, quer nos fóruns de emprego em diferentes cidades do País, associações e outras entidades públicas ou privadas que possuem um contacto direto com potenciais empreendedores com menor acesso ao sistema financeiro.

A rede de balcões do Banco foi mais uma vez fundamental na captação (cerca de 82% das operações aprovadas) e encaminhamento de empreendedores para o gabinete de microcrédito. Complementarmente, o Banco conta com uma rede de parceiros 'no terreno' nomeadamente a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), parceira do BES desde o lançamento do produto, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e as agências de desenvolvimento local. As linhas de financiamento disponibilizadas pelo BES e a parceria com a ANDC permitiram financiar 43% dos clientes que recorreram ao Banco, tendo os restantes empreendedores sido financiados através das linhas Microinvest e Invest +, promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, dinamizada em parceria com o BES.

Em 2012, o microcrédito passou a ser distribuído na rede de balcões universitários com o objetivo de reforçar a oferta de serviços financeiros para os universitários, nomeadamente a oferta de serviços que se adaptam às necessidades do dia-a-dia de um primeiro negócio.

Ainda de salientar que já no início de 2013 o BES celebrou um contrato de crédito no valor de 8,75 milhões de euros com o Fundo Europeu de Investimento (FEI) no âmbito do programa europeu de apoio ao microcrédito e empreendedorismo, promovido pela Comissão Europeia e pelo Banco de Investimento Europeu.

Esta é primeira operação de financiamento efetuada pelo FEI em Portugal e tem como principal objetivo potenciar o incremento do microcrédito, permitindo assim a obtenção de crédito por entidades sem acesso ao mesmo pela via convencional. A concretização desta linha de crédito com o FEI é mais um passo no âmbito da estratégia de sustentabilidade do Grupo BES que visa apoiar os segmentos sociais e profissionais com necessidades específicas e acesso dificultado ao crédito bancário tradicional.

O total de crédito concedido em 2012 foi de 3,08 milhões de euros, através de 198 operações a novos empreendedores que permitiram criar 336 postos de trabalho, registando uma evolução positiva de 37% nos postos de trabalho criados, 12% no crédito concedido e 71% nas operações de crédito a novos empreendedores.

## Novos Residentes

O contexto socioeconómico do país motivou acrescente saída de imigrantes do país com consequência na captação de recursos neste segmento que diminuiu cerca de 6% face a 2011.

Não obstante, e tendo em conta que Portugal continua a ser um país com uma população imigrante significativa, Banco continuou a apostar nas parcerias com as associações imigrante, com o objetivo de facilitar a inclusão financeira das famílias de novos residentes a viver em Portugal.

Assim o Banco continuou a disponibilizar o cartão *Family links*, consolidou o serviço BESXpress China, que facilita o envio de dinheiro para a China e formalizou a parceria com a Ukraine International Airlines que oferece descontos a clientes BES nas viagens de avião nesta companhia.

## Universidades

A gestão dos alunos do ensino superior é assegurada por uma estrutura central especializada e autónoma, complementada por 6 Balcões situados nas Universidades e pela rede de Balcões localizados perto das universidades. Este posicionamento permite assegurar uma adequada proximidade ao segmento.

Em 2012 o BES renovou o Protocolo com o Instituto Politécnico de Tomar por um período de 5 anos e com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. A colaboração com a Universidade de Évora, no âmbito da Cátedra BES Energias Renováveis, permitiu ao Banco e a diversas empresas participadas associarem-se ao Instituto Português de Energia Solar, dedicada ao desenvolvimento e promoção desta fonte de energia. O BES apoiou a implementação de sistemas de gestão de acessos e pagamentos nas universidades de Évora e de Trás-os-Montes e Alto Douro. O BES patrocinou ainda a requalificação dos laboratórios do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Os estágios BESup, que completaram em 2012 a 7ª edição, continuam a ser um exemplo do apoio ao desenvolvimento do curriculum dos jovens universitários proporcionando-lhes uma oportunidade para aprofundarem os conhecimentos adquiridos nos cursos, enriquecer a sua experiência e facilitar a sua posterior integração na vida ativa.

A oferta formativa abrange as áreas da medicina, enfermagem, engenharias, economia, gestão, direito e comunicação.

Em 2012 o programa de estágios BESup recebeu mais de 3 000 candidaturas e acolheu 195 estagiários, um aumento de 150% face ao ano de arranque e 4% face ao ano transato. O nível de satisfação dos estagiários situou-se nos 98%, um resultado bastante elevado e que confirma a utilidade dos estágios na integração dos estudantes na vida ativa.

Estes estágios são hoje uma referência no panorama nacional e uma iniciativa abrangente que envolve 17 entidades dentro e fora do universo de empresas do Grupo BES.

No âmbito das parcerias com instituições de ensino superior, realizam-se ainda os Estágios de Aproximação à Vida Ativa, que decorrem essencialmente na rede de Balcões e visam proporcionar um contacto com a realidade profissional. Neste âmbito foram realizados em 2012 51 estágios.

Recompensando o mérito e a excelência, o BES atribuiu em 2012 mais de 50 prémios a alunos que se distinguiram pelas classificações alcançadas na sua formação superior.

Num contexto de crescente preocupação por parte dos universitários com a entrada na vida ativa, manteve-se a parceria com a PT/SAPO relativa ao Portal BES SAPO Emprego Universitários, com uma ampla oferta de serviços disponível dos quais é relevante destacar a disponibilização da plataforma de oferta de emprego, formação, estágios, voluntariado e criação de próprio emprego.

A página BESup no facebook, criada com o objetivo de reforçar a proximidade e a comunicação com os universitários conta atualmente com mais de 50 000 fãs, constituindo um caso de sucesso e um canal privilegiado para a divulgação das iniciativas do BES relevantes para este público.

## Seniores

O Banco Espírito Santo disponibiliza uma oferta de serviços financeiros adaptados às necessidades da população sénior em Portugal. A Conta BES Nº1 composta por um pacote de serviços financeiros e apoios de saúde continuou a ser um dos produtos de referência neste segmento.

Em 2012, o Banco apostou na dinamização da conta BES 100% 55+ através de uma campanha dirigida a este segmento. A domiciliacão da pensão a partir de 250 euros no BES garante não só a isenção da conta BES 100% 55+, como também oferece um *voucher check up* saúde a realizar gratuitamente nas farmácias aderentes a esta campanha. A conta BES 100% 55+ é uma

conta à ordem adaptada às necessidades da população sénior em Portugal, que disponibiliza assistência médica e técnica ao domicílio e um pacote de produtos e serviços financeiros que garantem as melhores soluções financeiras para este segmento.

Como resultado, em 2012, e acompanhando a tendência neste segmento, a captação de recursos aumentou 6,5% face a 2011, situando-se nos 959,4 milhões de euros. A concessão de crédito aumentou em 0,5% em 2012 face ao crédito concedido em 2011, evoluindo para 322,4 milhões de euros.

## Produtos e Serviços Ambientais

Consciente do desafio que representa as alterações climáticas e a perda da biodiversidade, o Banco tem inovado com o objetivo de disponibilizar produtos e serviços financeiros que permitem envolver o cliente na adoção de padrões de consumo responsáveis e coerentes com o paradigma do desenvolvimento sustentável.

### Conta 18.31

Criada em 2011, a conta 18.31 tem como objetivo oferecer um serviço financeiro que simultaneamente consciencializa os clientes para a temática das alterações climáticas. Esta consciencialização decorre da neutralização das emissões estimadas pelo Banco, decorrentes da aquisição e utilização da conta pelos seus clientes.

A neutralização das emissões é efetuada através do cálculo da pegada de carbono efetuada por uma empresa especializada, de acordo com a metodologia PAS 2050:2008, especifica para o efeito.

Em 2012, o Banco neutralizou as emissões de 77 358 contas, correspondentes a clientes que aderiram à conta 18.31 em 2011 e 13 394 novas contas relativas ao ano em reporte. Este aumento significativo das contas originou, uma neutralização de 145 toneladas de CO<sub>2</sub>, obtendo assim o selo *e/mission neutral certified*<sup>®</sup> e garantindo aos seus clientes a aquisição de um produto neutro em carbono.

A compensação das emissões foi realizada através do projeto Velotex, localizado no Brasil à semelhança de 2011, através do financiamento de um projeto de substituição de biomassa não renovável para biomassa renovável. Este projeto contribui para a proteção de um ecossistema sensível e para a melhoria das condições de trabalho dos Colaboradores da empresa beneficiada.

### Cartão BES/WWF

Em 2012, o Banco continuou a dinamizar e disponibilizar o cartão WWF, o primeiro cartão de crédito "biodiversidade" em Portugal. Esta dinamização permitiu um crescimento de cerca de 50% na venda dos cartões de crédito WWF.

O cartão nasce, fruto de uma parceria entre o BES e a *Word Wildlife Fund* (WWF), a maior organização independente a nível mundial de preservação da biodiversidade. O cartão WWF é hoje um exemplo de envolvimento comercial entre o setor financeiro e os seus clientes, com o duplo propósito de proteção da biodiversidade e dos ecossistemas e utilização quotidiana de um serviço financeiro.

Em 2012 cerca de 940 clientes utilizavam este cartão, contribuindo para o financiamento de projetos de conservação da natureza, preservação da biodiversidade e combate ao aquecimento global.

## 4.1.2 Private Banking

Esta área de negócio abrange a atividade com clientes de elevado património, através de 23 Centros de *Private Banking* em Portugal, com um total de ativos sob gestão de 7,6 mil milhões de euros.

O ano de 2012, e em consequência da conjuntura económico-financeira de Portugal, teve como objetivo principal a consolidação da sistematização e

recorrência do acompanhamento aos clientes de topo, nomeadamente recorrendo ao apoio de especialistas, refletindo-se num *asset allocation* ajustado a cada perfil de risco e incorporando o cenário da crise financeira. A maior sistematização no acompanhamento a clientes por especialistas de investimento foi potenciada através do CRM, promovendo uma intervenção conjunta do acompanhamento comercial pelos gestores de *Private Banking* e de especialistas.

O facto da área de *Private Banking* ser parte de um Grupo Multi-especialista permite transpor diretamente para o cliente essa vantagem, materializando-se em soluções à medida num âmbito global que vão desde o investimento direto em ativos financeiros aos serviços de banca de investimento e assessoria financeira. O acesso a equipas especializadas, quer da área de investimento, quer da área da banca de investimento e assessoria financeira, permite acompanhar de uma forma mais próxima e global as necessidades dos nossos clientes. Neste sentido, durante o último ano foi desenvolvido um serviço especializado de assessoria financeira, com enfoque nos pequenos e médios negócios, permitindo apoiar os nossos clientes de forma proativa.

O reforço da proximidade ao cliente passou também por aumentar a relação dos nossos clientes no seu quotidiano com o Grupo BES. Para além da Conta *Private*, com vantagens específicas para os clientes do segmento, foi introduzida uma vertente poupança associada à conta. Adicionalmente, foi lançada uma nova gama de cartões de crédito: o BES *Private Dual* e o BES *Private Dual Plus*. A nova oferta de cartões traduz-se na atribuição de dois cartões de crédito de redes diferentes associados à mesma conta: um da rede VISA e outro da Rede American Express, nas gamas *Platinum* e *Black* para os clientes do ES *Private Banking*. Entre outras vantagens desta nova oferta destacam-se uma maior facilidade de transação, uma vez que os clientes têm acesso a uma rede adicional, os serviços de *concierge* e respetivos seguros associados a estes cartões.

## 4.1.3 Banca de Empresas e Institucionais

O segmento de Banca de Empresas e Institucionais inclui a relação comercial com as Grandes e Médias Empresas e, com os clientes Institucionais e Municipais. Este importante grupo de clientes, pela sua importância no tecido empresarial e na economia nacional em geral, tem merecido uma especial atenção por parte do Grupo BES, sempre apresentando soluções que acrescentem valor às atividades e às iniciativas das empresas portuguesas.

Esta unidade serve cerca de 20 mil clientes com mais de trinta mil milhões de euros de movimento financeiro em dezembro de 2012, através de 25 Centros de Empresas com uma equipa dedicada de 120 gerentes de empresas (para médias empresas) e dois núcleos para Grandes Empresas, em Lisboa e no Porto, com 17 gestores de conta. Estas estruturas comerciais baseiam a sua atividade num serviço de banca de relação especializada aproveitando um modelo de organização multi-especialista e que tem permitido ao Grupo BES manter uma posição de liderança no segmento. Esta liderança requer uma permanente adequação da oferta de produtos e serviços às necessidades dos clientes, com especial ênfase nas soluções de apoio à internacionalização, inovação e financiamento da economia portuguesa.

### Apoio à Internacionalização

No contexto do apoio ao tecido empresarial em geral, uma atenção especial tem sido dedicada às empresas exportadoras e ao apoio à internacionalização. Uma das principais preocupações tem sido garantir uma resposta completa às necessidades destas empresas, num modelo que assenta na articulação entre a força comercial do BES e os serviços especializados da Unidade Internacional Premium (UIP), na sólida presença internacional complementada por uma vasta rede de bancos correspondentes, e no reconhecido *know-how* e liderança em *trade finance*. Esta abordagem integrada tem permitido alcançar importantes quotas de mercado: 43% das empresas portuguesas exportadoras são clientes do Grupo BES e a quota de mercado de *Trade Finance* ascende a 31%, registando um crescimento de 2,2p.p. face ao período homólogo.

A oferta de serviços especializados de apoio à internacionalização através da Unidade Internacional Premium (UIP) pretende assegurar um suporte efetivo aos processos de exportação e/ou investimento direto nos mercados. Sendo um canal de ligação às Unidades Internacionais do Grupo BES, por um lado, e alavancando numa forte rede de bancos parceiros, por outro, a UIP alia o conhecimento dos mercados internacionais às soluções financeiras que podem dar resposta às mais diversas solicitações nas diferentes geografias.

No inquérito de satisfação interno realizado em 2012, 96,7% dos clientes inquiridos que tiveram apoio da UIP consideraram os serviços prestados por esta Unidade muito importantes para o seu negócio e 93,3% afirmam que recomendariam este serviço.

No caso específico da interligação económica do mercado ibérico, a continuação da articulação entre a rede doméstica e a rede do Grupo em território espanhol tem permitido assegurar uma ação comercial de captação e desenvolvimento de negócio: cerca de 50% das empresas ibéricas de bom risco são clientes do Grupo BES.

Em 2012, o Grupo manteve diversas iniciativas no âmbito do apoio à internacionalização das empresas nacionais, entre as quais merecem especial referência as seguintes:

- Estabelecimento de parcerias de desenvolvimento de negócio com especial enfoque para as áreas de *trade finance*, *corporate banking* e de banca de investimento, com dois importantes grupos bancários internacionais: Ecobank, um dos principais grupos bancários da África subsaariana com presença em 32 países, e o OTP da Europa de Leste, assegurando assim parcerias bancárias em áreas geográficas que são novos destinos para as empresas portuguesas;
- Participação em feiras internacionais: Prowein, no setor vinícola, que decorreu na Alemanha em junho; Sial, feira de produtos alimentares e bebidas, na China, em maio; Batimatec, para o setor da construção e materiais de construção, na Argélia e também em maio; FIA - Feira Internacional da Argélia, multissetorial, que decorreu entre maio e junho de 2012;
- Promotor, em conjunto com a AICEP e AIP da 7ª edição do "Fórum Portugal Exportador", o maior e mais importante evento relacionado com as exportações e internacionalização das empresas nacionais;
- Participação ativa no "Clube Portugal Exportador", uma iniciativa que nasceu no âmbito do "Fórum Portugal Exportador" com o intuito de proporcionar aos seus membros informação sobre mercados e *leads* de negócio nos principais mercados externos;
- Lançamento da segunda edição dos Prémios "Exportação & Internacionalização BES/ Jornal de Negócios", que visam distinguir as empresas que mais se destacam na internacionalização e na dinamização das suas exportações;
- Publicação, pelo terceiro ano consecutivo, no Jornal Expresso, de um suplemento periódico ("Empresas & Internacionalização") dedicado à divulgação de mercados estratégicos para as empresas portuguesas, com apresentação das oportunidades de negócio nesses mercados e testemunhos de empresas portuguesas que constituem casos de sucesso nessas geografias.

#### Apoio à Inovação

Durante 2012 prosseguiu-se o esforço de atuação ao nível do apoio à Inovação, que assenta na prática em três pilares: "estimular a inovação", "investir na inovação" e "acompanhar a inovação":

- O estímulo à inovação tem no Concurso Nacional de Inovação BES, na sua 8ª edição, o seu expoente máximo, com um crescente número de participantes, tendo sido o grande vencedor o projeto "Streambólico". Prosseguiram-se igualmente as atividades de comunicação e divulgação

por via dos *Roadshows* de Inovação BES, que em 2012 tiveram lugar nas Regiões do Minho e Estremadura:

- O investimento na inovação foi particularmente dinamizado em 2012, fruto do trabalho lançado em 2010/ 2011 no âmbito do programa "BES - Apoio às Empresas Inovadoras". Através da Espírito Santo Ventures, Sociedade Capital de Risco, foram concretizados quatro investimentos em quatro novas *Start-ups* nacionais, num montante total de cerca de 2,0 milhões de euros, em que participaram parcialmente coinvestidores nacionais. Esta lógica de colaboração permitiu alargar a base de instituições e investidores que assim apoiam as oportunidades de maior potencial no país, reforçando o ecossistema da Inovação português. Adicionalmente foi também realizado um aumento de capital a uma das participadas *Start-up* portuguesas da Espírito Santo Ventures, destacando-se o facto de ter coinvestido um fundo norte-americano;

- Relativamente ao acompanhamento da Inovação, mantém-se o esforço lançado em 2010 com a equipa de especialistas de inovação em colaboração direta com a Rede de Gerentes dos Centros de Empresas, o que permitiu identificar mais de 500 empresas e projetos de caráter inovador em todo o país. Mais de 1 000 visitas foram efetuadas, tendo-se avaliado a entrada no capital de mais de 100 oportunidades, algumas das quais se irão concretizar já em 2013.

Ainda no domínio do apoio a inovação merecem destaque as seguintes iniciativas:

- Realização da 2ª edição do Programa Avançado de Gestão para Empreendedores - levado a cabo no 2º semestre de 2012, numa parceria entre o BES e a Universidade Católica;
- Colaboração com as principais entidades ligadas à Inovação, com especial destaque para as Incubadoras de Empresas e Centros de Transferência de Tecnologia de Norte a Sul do país;
- Apoio direto a *Start-ups* em programas trimestrais em Silicon Valley;
- Realização de palestras e encontros entre *start-ups* e potenciais investidores.

#### Médias Empresas

O Grupo BES detém um profundo conhecimento e proximidade com o tecido empresarial, fruto de um modelo de negócio consolidado e de uma presença geográfica adequada, que são essenciais na abordagem comercial e que permitem manter uma celeridade de decisão e consistência da política de crédito que continua a ser um valor reconhecido pelos clientes.

A proatividade comercial, aliada a uma oferta competitiva e a um serviço de excelência, suportado por equipas especializadas em diferentes áreas da Banca de Empresas, permite ao Banco disponibilizar soluções financeiras adequadas a cada cliente. Esta abordagem permitiu, mesmo em condições de mercado adversas, alcançar resultados positivos em 2012, nomeadamente:

- No âmbito dos Seguros de Vida Risco para os colaboradores das empresas registou-se um crescimento da carteira de 45% do número de pessoas seguras;
- O *cross-selling* de seguros não-vida, que continua a constituir uma boa complementaridade com a oferta bancária, registou um aumento de 21% na carteira, traduzindo um aumento de receita de 21,1%;
- Nas soluções de recursos humanos, com destaque para o recrutamento de quadros, formação, *outsourcing* e trabalho temporário, em parceria com a Multipessoal, as receitas cresceram 21%.

A monitorização e prospeção constante de novos clientes tendo por base a permanente identificação de clientes potenciais de bom risco, aliada a uma oferta inovadora e competitiva continua a constituir um precioso instrumento que permitiu captar 677 novos Clientes ativos.

Ao nível do mercado ibérico, a articulação entre a rede doméstica e a rede em território espanhol através da sua equipa de gestores continua assegurar uma ação comercial de captação e desenvolvimento de negócio (+209 clientes novos em Espanha e 126 em Portugal).

No conjunto das sucessivas **Linhas PME Investe** e **PME Crescimento** o BES tem promovido proativamente junto do tecido empresarial, estes importantes instrumentos de apoio às PME nacionais. Especificamente na atual linha PME Crescimento, o BES é líder no apoio às empresas exportadoras, com 156M€ de crédito aprovado a que corresponde uma quota de mercado de 29%.

#### **BES Express Bill**

O BES Express Bill continua a ser uma solução de gestão de pagamentos e recebimentos exclusiva do BES, que tem ganho uma preponderância muito significativa. Esta solução assegura às empresas aderentes uma fonte de liquidez fundamental e constitui um instrumento gerador de confiança nas transações comerciais entre elas. Até ao momento mais de 11 mil empresas aderiram ao BES Express Bill, estando aprovados cerca de 2 100 milhões de euros em limites de crédito, o que permite garantir e antecipar mais de 10 000 milhões de euros de pagamentos por ano.

#### **O papel do capital de risco no Grupo BES**

A Espírito Santo Ventures desenvolve a sua atividade no investimento em empresas de base tecnológica e em projetos de negócio inovadores com grande potencial de crescimento, com produtos ou com conceitos de negócio inovadores a nível global e orientadas para o mercado internacional, sendo este investimento realizado através de fundos de *venture capital*.

Com aproximadamente 250 milhões de euros sob gestão para investir em empresas inovadoras focalizadas nas áreas de *Clean Tech*, *Health Care & Wellbeing* e IT, a Espírito Santo Ventures conta com um *portfolio* de cerca de 45 empresas participadas, que estão a desenvolver produtos e serviços líderes ao nível mundial.

Em 2012, foram efetuados seis investimentos, dos quais quatro em empresas portuguesas:

- Equigerminal: Empresa portuguesa que está a desenvolver um teste para despiste de todas as variantes conhecidas da anemia infecciosa equina;
- JDCPhosphate: Empresa norte-americana que desenvolveu um novo processo para obter ácido fosfórico - componente base para a produção de fertilizantes agrícolas;
- Ubiquity: Empresa norte-americana especialista em serviços *online* de suporte a clientes;
- SakProject: Empresa portuguesa com tecnologia para produzir soluções de proteção personalizada para desportistas;
- Weduc: Empresa portuguesa que desenvolveu uma plataforma de comunicação em rede que liga Pais, Alunos, Professores e Escolas, utilizando o modelo de rede social com total segurança e privacidade na partilha de informação;
- Muzzley: Empresa portuguesa com uma tecnologia para utilizar os telefones móveis na interação com outros sistemas e aplicações.

De realçar ainda a alienação à Google, em Abril de 2012, da empresa TxVia, uma empresa norte-americana especialista na área do processamento de pagamentos e de cartões, participada pelo fundo Espírito Santo Ventures II.

#### **Fundo Capital Growth**

O Fundo de Capital de Risco BES PME *Capital Growth* foi criado em 2009 e está enquadrado na estratégia do Grupo BES de apoio às PME. O Fundo tem uma dotação de 120 milhões de euros, com total subscrição de capital do Grupo BES, tendo como objetivo a promoção da capitalização e reestruturação de PME com um modelo de negócio viável e com potencial de crescimento, nos mais diversos setores de atividade. O apoio é concretizado através da

participação no capital, ou de outros instrumentos disponíveis, assegurando a sustentabilidade financeira destas empresas.

Até dezembro de 2012, este fundo investiu cerca de 91 milhões de euros em 18 empresas nos mais diversos setores de atividade, prestando simultaneamente o apoio necessário a prossecução da estratégia de negócio de cada uma das suas participadas.

#### **Fundo Bem Comum**

O BES é um dos investidores qualificados do Fundo de Capital de Risco "Bem Comum", cujo objetivo é a aquisição de participações sociais no capital de empresas *seed* e *start-ups*, com sede ou direção efetiva em Portugal, promovidas por desempregados com mais de 40 anos e experiência profissional relevante.

O Fundo tem como propósito o combate ao desemprego de pessoas com mais de 40 anos, com experiência, talento e competência profissional, mas com reduzidas possibilidades de regressar ao mercado de trabalho.

Em 2012 a entidade gestora do fundo prosseguiu uma estratégia de identificação e análise de propostas de investimento. Para alcançar este fim, a equipa de gestão investiu na promoção do Fundo, na captação seletiva em colaboração com instituições de referência do Sistema Nacional de Inovação e no reforço dos mecanismos de validação técnica e antecipação de desempenho económico das propostas apresentadas. Em 2012 foram recebidas 248 candidaturas ao Fundo Bem Comum e analisadas 21 propostas de investimento em Conselho de Administração da entidade gestora, originando um *pipeline* de um milhão de euros. Em 2012, o Fundo detinha já uma participação numa primeira empresa, sendo expectável que em 2013, fruto do *pipeline* criado em 2012, mais empresas integrem o fundo.

#### **Soluções BES Agricultura**

As Soluções BES Agricultura, foram criadas com o objetivo de garantir a sustentabilidade do negócio das empresas agrícolas, através de uma oferta completa de produtos e serviços financeiros para as empresas que operam no setor. Estas soluções, agregam os produtos e serviços financeiros, de apoio a pequenas, médias e grandes empresas adaptados ao setor e produtos inovadores criados com o objetivo de apoiar os agricultores em território nacional. As Soluções BES Agricultura são compostas por:

- Soluções de Tesouraria, como o BES Express Bill, *Factoring*, o adiantamento de incentivos e o crédito de campanha;
- Através da Companhia de Seguros Tranquilidade, disponibiliza-se uma oferta completa de seguros para o setor agrícola;
- Oferta Especializada, de cobertura de risco dos preços das *commodities* e uma variedade de produtos que ajudam as empresas nas operações de comércio internacional;
- Apoio ao Investimento, através das Linhas Bonificadas com o IFAP, Linhas Protocoladas BES e Linha de Crédito à Certificação Agrícola.

No âmbito das Linhas de Crédito, o Banco celebrou com várias empresas líderes no fornecimento de equipamento agrícola (tratores, alfaia agrícolas e sistemas de rega) um protocolo que permite a reposição de equipamento agrícola em condições de crédito muito favoráveis com possibilidade de financiamento até 100% do investimento, prazo máximo de pagamento de 7 anos e carência de capital até 2 anos.

A Linha de crédito à certificação agrícola, tem como objetivo apoiar as empresas do setor a adotarem práticas de produção agrícola sustentáveis e reconhecidas internacionalmente. A certificação agrícola, tem o potencial de melhorar a competitividade e notoriedade dos produtos junto dos clientes nacionais e internacionais, cada vez mais exigentes, relativamente aos métodos de produção agrícolas.



Para tal, o Banco financia os custos de implementação de obras e equipamentos para a obtenção da certificação, de acordo com certificados internacionalmente reconhecidos como o Global Gap, o LEAF, a Produção Biológica entre outros. Esta linha de certificação é oferecida em parceria com a SGS – maior e mais reconhecida Certificadora Mundial.

#### Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (FAME)

Em 2012 o Banco continuou a disponibilizar o Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (FAME), abrangendo municípios de todo o país. O FAME criado pelo BES é uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento local, com o objetivo de financiar micro empresas. O FAME incluído no eixo III do programa FINICIA, envolve as Sociedades de Garantia Mútua, as Câmaras Municipais, o IAPMEI e as Sociedades de Desenvolvimento Regional. O envolvimento destas entidades permite uma maior eficácia no apoio concedido, minimizando o risco de financiamento. Em 2013, o BES continuará a oferecer esta linha de financiamento, negociando com os parceiros locais as melhores condições no atual contexto económico.

#### Soluções BES Ambiente e Energia Sustentável

Em 2011, o BES reformulou o produto BES Ambiente e Energia com o objetivo de adaptar a oferta às necessidades dos clientes.

Esta reformulação permitiu em 2012 a adjudicação à Yunit 22 operações num total de investimento por parte das empresas de 3,5 milhões de euros.

A Yunit é a empresa parceira responsável por gerir todo o processo de implementação. As Soluções BES Ambiente e Energia Sustentável têm também como parceiro estratégico a ISA ao nível das auditorias de eficiência energética.

O Grupo disponibiliza uma linha de crédito que tem como objetivo, o financiamento de projetos de eficiência energética e micro geração, apoiando os seus clientes a investir em ecoeficiência e na produção de energia verde.

Este produto permite aos clientes optar por:

- **Soluções de eficiência energética**, permitindo ao cliente ter acesso a um estudo energético, e ao desenvolvimento e implementação de planos de racionalização energéticos, tendo sempre em particular atenção a respetiva viabilidade técnica e económica das soluções propostas.
- **Micro geração**, para clientes que pretendam diversificar as suas fontes de fornecimento de energia, facilitando a sua própria independência energética, através da produção de energias renováveis.

#### Garantias Bancárias de Responsabilidade Ambiental

No âmbito da lei de responsabilidade ambiental, consagrada no Decreto-Lei nº 147/2008, o BES disponibiliza ao tecido empresarial nacional garantias bancárias emitidas a favor da Agência Portuguesa do Ambiente, com vista à reparação e prevenção de eventuais danos ambientais bem como as ameaças eminentes causadas em resultado do exercício da atividade da empresa. Estas garantias permitem apoiar o tecido empresarial português a estar em concordância com a lei e a mitigarem o risco decorrente de eventuais danos ambientais que possam prejudicar a competitividade das empresas.

#### Corporate Banking

Os clientes *Corporate* são acompanhados por equipas comerciais especializadas por *clusters* de setores de atividade, em Lisboa e Porto, em três grandes áreas: (i) *Top Corporate*; (ii) Grandes Empresas; (iii) Unidade Internacional Premium.

A articulação estreita com a Banca de Investimento continua a ser o fator chave no acompanhamento das grandes empresas nacionais e das multinacionais que utilizam as suas participadas em Portugal como plataforma para outros mercados internacionais, nomeadamente os países da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa.

A forte especialização da Banca de Investimento e o conhecimento dos mercados internacionais permite apoiar as empresas muito para além das suas necessidades de operações de crédito tradicionais, com destaque para

as soluções de *cross-selling* (serviços de gestão de tesouraria com utilização de meios de pagamento eletrónicos e complementares à oferta comercial tradicional) *trade finance*, e Assessoria Financeira.

Desde a criação da Unidade Internacional Premium, 1 899 empresas recorreram à UIP com pedidos de apoio à internacionalização, sendo que 352 destas empresas tiveram em 2012, pela primeira vez, pedidos de apoio à internacionalização junto da UIP.

Em paralelo ao recurso a aconselhamento pontual, há 464 empresas que são acompanhadas de forma permanente por gestores dedicados a empresas com forte componente internacional (263 empresas no Sul e 201 empresas no Norte). Para esta evolução positiva contribuiu também a estratégia de internacionalização do Grupo BES, possibilitando potenciar e fidelizar a sua relação com as empresas ibéricas e multinacionais em novos mercados e assim prestar-lhes um serviço mais personalizado, dedicado e especializado por geografias, reforçando a posição do Grupo BES no segmento de empresas.

#### Municípios e Clientes Institucionais

Os clientes Institucionais (municípios, empresas municipais, universidades e hospitais públicos e Instituições do 3º setor) beneficiam do acompanhamento de equipas especializadas no Porto, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro. A especialização das equipas do Banco e o relacionamento de proximidade permite desenvolver com os clientes institucionais ações de parceria a longo prazo.

No 3º setor (Economia Social), estão em curso os protocolos com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e com a União das Misericórdias Portuguesas, que estabelecem condições de relacionamento comercial vantajosas para estas instituições e para os seus colaboradores.

As organizações da economia social possuem uma presença significativa local em todo o território nacional. Desde 2007 que o Banco tem financiado a necessidade de desenvolvimento dos projetos de equipamentos sociais, complementando a sua atividade creditícia com o desenvolvimento de uma oferta de produtos e serviços financeiros adequados às características destas instituições. A aposta consistente do BES neste segmento, que conta com um peso considerável na economia portuguesa, permite ao Banco Espírito Santo ser um parceiro de referência no setor.

Em 2012, o movimento financeiro associado à economia social atingiu 239,6 milhões de euros, uma diminuição marginal de 0,07% face a 2011. Verificou-se uma diminuição na concessão do crédito em 6,8%, face aos valores de 2011 e um aumento de 5,2% na captação de recursos para o mesmo período.

Em 2012, pelo terceiro ano consecutivo, o Banco continuou a apoiar financeiramente o Curso de Formação Avançada de Gestão de Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), ministrado pela Universidade Católica de Lisboa. Este apoio financeiro surge da necessidade demonstrada e comunicada pelas IPSS aos responsáveis do BES, em receber formação prática e profissional de gestão, que facilite e potencie o serviço prestado por estas Organizações na sociedade.

Complementarmente e dada a natureza das organizações pertencentes à economia social, o Banco atua de forma responsável, encaminhando, sempre que relevante, as instituições para os órgãos competentes do Banco no que se refere à atribuição de donativos, ou ao apoio no desenvolvimento de novas soluções de empreendedorismo social.

## 4.2 Banca Comercial Internacional

A atividade de Banca Comercial Internacional do Grupo BES assenta na presença em mercados cultural e economicamente afins com Portugal, estando a sua expansão essencialmente centrada no eixo Atlântico Sul, nomeadamente em África (Angola e países do Magreb) e América Latina (Brasil). A presença internacional tem um grande enfoque em áreas específicas onde o Grupo detém vantagens competitivas que permitem explorar mercados e/ou áreas de negócio com elevado potencial, tirando partido da experiência adquirida e, em alguns casos, da liderança no mercado doméstico. Face à crescente internacionalização e à abertura dos mercados financeiros, a expansão internacional reflete ainda a necessidade de obter uma dimensão acrescida, como fator propiciador de economias de escala e ganhos de eficiência operacional. Internacionalmente, o Grupo adota uma estratégia de servir clientes locais de segmentos específicos, mas também clientes que desenvolvem atividades económicas transnacionais.

### Angola

O ano de 2012 foi marcado pela preparação da alteração do posicionamento estratégico do **Banco Espírito Santo de Angola**, cujo *driver* principal será a mudança para um modelo de negócio assente num reforço significativo, em termos quantitativos e geográficos, dos canais tradicionais e na expressiva aposta no desenvolvimento de canais diretos, e no aumento dos clientes alvo. Do ponto de vista da atividade consolidou-se a comercialização do leque de produtos e serviços colocados à disposição dos clientes, que se vinha desenvolvendo desde o último trimestre de 2011, nomeadamente, uma nova série de cartões de crédito e um conjunto de novos produtos de poupança dirigidos aos segmentos *private*, que constituíam o *target* do Banco. A estrutura comercial expandiu-se apostando na qualidade do serviço ao cliente, consubstanciada no encerramento de vários postos de atendimento que deram lugar a novas agências (a rede de retalho é agora de 41 balcões, versus 34 no final de 2011). Na área de gestão de ativos de salientar a aprovação e constituição, em 1 de novembro de 2012, de um novo fundo de investimento imobiliário fechado. O reconhecimento internacional continua a ser visível nas distinções como (i) *Best Trade Finance in Angola 2012 (Global Finance)*, (ii) *Best Foreign Exchange Provider 2012 (Global Finance)*, (iii) *Best Bank Award (Global Finance)* e (iv) *Best Commercial Bank Angola (WorldFinance)* e na de Banco Oficial do Planeta Terra UNESCO, válida para próximos dez anos. Em 31 de dezembro de 2012, o ativo ascendia a 7 941 milhões de euros representando um acréscimo de 16% quando comparado com o exercício anterior, os recursos de clientes atingiram 2 758 milhões de euros (+24%) e o crédito concedido a clientes situou-se em 5 382 milhões de euros (+36%). O produto bancário total situou-se em 298 milhões de euros apresentando um decréscimo de 17%, decorrente sobretudo da *performance* do resultado financeiro, que adicionado ao aumento dos custos operativos (+35%), decorrentes da expansão do banco e do reforço de provisões, conduziu a um resultado líquido 53 milhões de euros (-78%).

### Espanha

Na atual conjuntura de instabilidade económica e financeira, nacional e internacional, a atividade da **Sucursal do BES em Espanha** manteve uma evolução positiva durante todo o ano, sendo de destacar os seguintes aspetos:

(i) o crescimento homólogo de 8,7% dos depósitos de clientes e a redução do crédito a clientes (-6,3%), evolução que confirma a viabilidade da execução da política de reforço da autonomia financeira da Sucursal; (ii) os volumes de risco fora de balanço registaram um crescimento de 3,4%; (iii) o apoio à atividade internacional das empresas registou um crescimento de 11,3%; (iv) o número de clientes registou um aumento de 21,5%, superando em 3 900 o nível de dezembro de 2011, incremento este suportado, sobretudo, pela banca de particulares e *private* (+23,1%); e (v) a prossecução de uma gestão prudente do risco de crédito, com forte reforço do provisionamento face aos efeitos diretos e induzidos da situação económica. Reflexo dos referidos desenvolvimentos foi possível manter a tendência de melhoria das margens das aplicações creditícias, compensando os efeitos da pressão sobre os custos dos passivos decorrente da forte concorrência na captação

de depósitos. O aumento do produto bancário (11,9%) conjugado com a contenção de custos operativos (-0,9%) refletiu-se positivamente na evolução do resultado de exploração que registou um aumento de 35,8%. O resultado depois de impostos situou-se em 13,2 milhões de euros, valor que compara com 8,3 milhões de euros registados em igual período do ano anterior.

### Reino Unido

A **Sucursal do BES em Londres** centra o seu negócio na banca de *wholesale* ao nível do mercado europeu. O crescimento significativo do volume de negócios da Sucursal, visível no aumento de 60% do seu ativo, refletiu essencialmente a emissão de um programa de *Euro Medium Term Notes*. Apesar do contexto adverso dos mercados internacionais, o produto bancário gerado ascendeu a 57 milhões de euros, representando um crescimento de 87% face a 2011. Simultaneamente, a estrutura de custos de funcionamento tem vindo a ser ajustada, destacando-se uma redução de 10%, em termos homólogos. O resultado alcançado ascendeu a 31,7 milhões de euros.

### Estados Unidos da América

A *performance* do **Espírito Santo Bank (Miami)** continuou a ser condicionada pela difícil conjuntura que o sul da Flórida vem experimentando nos últimos anos, sobretudo no que se refere ao negócio imobiliário, que parece estar a apresentar sinais de estabilização; o negócio relacionado ao segmento de particulares denota melhorias. A carteira de crédito situou-se em 452 milhões de dólares (superior em 6 milhões de dólares ao valor registado no final do exercício de 2011) enquanto os depósitos atingiram 512 milhões de dólares. Os ativos sob gestão situavam-se em 1,3 mil milhões de dólares no final de dezembro e o resultado líquido atingiu 3,7 milhões de dólares. Neste exercício, e pela primeira vez, o ES Bank obteve a "5 Star", o *rating* mais elevado atribuído por Bauer Financial, baseado na qualidade dos ativos, liquidez e solvabilidade.

A **Sucursal do BES em Nova Iorque** concentra a sua atividade na banca de *wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. No ano de 2012 persistiram as dificuldades nas condições de acesso à liquidez nos mercados para colocação de programas de certificados de depósito e papel comercial. Nesta conjuntura, a atividade continuou a desenvolver-se com extrema prudência e enfoque na gestão e monitorização do risco, de acordo com as linhas atuais da estratégia internacional do Grupo e num contexto de acentuada redução da carteira de crédito (-35% face ao ano anterior), na sequência do plano de *deleverage* estabelecido. De realçar que, apesar das restrições à atividade, o resultado alcançado que foi de 3,6 milhões de euros.

### França

A atividade do **Banque Espírito Santo et de la Vénétie** saldou-se por um resultado bruto de exploração de 15,7 milhões de euros, inferior em 24% ao de 2011, devido ao impacto do elevado custo do refinanciamento. De notar, no entanto, o bom desempenho da banca comercial, cujo produto bancário apresentou um acréscimo de 14%, com realce para o bom desempenho, nomeadamente, das atividades de financiamento imobiliário (representavam 42,7% do total do produto bancário recorrente no final de 2012, face a 40,2% no ano anterior). O produto bancário recorrente atingiu 42,2 milhões de euros (-9% em termos homólogos), enquanto os custos gerais e amortizações recorrentes sofreram um decréscimo de 3%, relativamente a 2011. O nível das provisões aumentou 15,7% e o resultado líquido situou-se nos 9,6 milhões de euros (9,3 milhões de euros em 2011).

### Líbia

Na **Líbia**, prossegue a consolidação política, social, institucional e económica, após a realização das primeiras eleições democráticas em julho e a nomeação do primeiro governo em novembro último. Neste contexto o **Aman Bank** já retomou a execução dos planos comerciais e de reforço operacional de modo a que possa capitalizar, da melhor forma, as oportunidades de crescimento do país. Em 2012, o Banco aumentou o seu ativo em 21% e gerou um resultado líquido positivo de cerca de 2,2 milhões de euros.

## China

A atividade do **Banco Espírito Santo do Oriente (Macau)** ficou marcada por um incremento do negócio de *corporate banking* e de *trade finance* associado ao negócio local e aos fluxos comerciais entre a República Popular da China e os países de expressão portuguesa onde o Grupo BES está presente, permitindo compensar a diminuição do crédito. De sublinhar o aumento significativo das operações de créditos documentários (ex. *L/C Advising, Forfaiting e Discount*), fruto da ação comercial e operacional do Banco em concertação com a área Internacional do BES e do estreitamento do relacionamento com os principais bancos chineses com quem se tem vindo a assinar diversos acordos instrumentais tendo em vista o desenvolvimento deste tipo de negócio. A fidelização e o crescimento da base de depósitos, ao longo dos últimos anos, por força de um excelente relacionamento com as autoridades locais, continuou a assumir particular relevância no contexto atual, tendo-se desenvolvido iniciativas comerciais junto dos vários segmentos de clientes que permitiram registar um aumento dos depósitos em 130% (comparativamente a 2011). A evolução dos principais indicadores de gestão foi muito positiva, com o ativo a atingir o valor de 446 milhões de euros (+79%) e o produto bancário a registar um acréscimo de 43%, quantificando-se em 6,9 milhões de euros. O resultado do exercício situou-se perto dos 4,0 milhões de euros (+63%), para o qual contribuíram, significativamente, o aumento do resultado financeiro e do comissionamento.

## Cabo Verde

A atividade do **BES Cabo Verde**, com sede na cidade da Praia e um segundo balcão em Santa Maria (ilha do Sal), centra-se no mercado local de empresas, com particular importância para as empresas do setor público e filiais de grupos portugueses com interesses económicos em Cabo Verde, e no mercado de *affluent* local. Em 2012, a carteira de crédito aumentou 48%, tendo o total de recursos de clientes ascendido a 46 milhões de euros e terminando o ano com um ativo de 137 milhões de euros.

## Moçambique

O **Moza Banco** prossegue a execução do plano de expansão comercial, tendo inaugurado 13 novos balcões em 2012, em zonas do país com importante dinâmica económica, contando atualmente com um total de 20 agências. Em paralelo, têm vindo a ser reforçadas todas as suas áreas de suporte, a alinhar os seus processos com as melhores práticas de mercado e a implementar um ambicioso e robusto plano de formação dos seus recursos humanos. A atividade tem demonstrado um desenvolvimento rápido, destacando-se o crescimento do ativo (+142% face a dezembro de 2011 e em moeda local), dos depósitos (+171%) e do número de clientes.

## Venezuela

No início de 2012, com a abertura de uma **Sucursal**, o **BES** reforçou a sua posição na **Venezuela**. Esta iniciativa permitirá ao Grupo aproximar-se da comunidade portuguesa residente no país, estimada em cerca de 500 mil, e das grandes empresas e instituições locais. No final do exercício, a **Sucursal** registava 106 milhões de euros de depósitos captados e um ativo de 134 milhões de euros.

## Luxemburgo

Desde janeiro de 2012 que o **BES** opera também no **Luxemburgo**, com uma **Sucursal**, tendo inaugurado a agência ao público em julho de 2012. Esta iniciativa privilegiou a atuação junto da comunidade emigrante Portuguesa residente nesta geografia e em países vizinhos no centro da Europa, e pretende também oferecer aos clientes da rede global do Grupo a possibilidade de opção por uma praça financeira tradicional. No final do ano o ativo ascendia a 386 milhões de euros.

## 4.3 Banca de Investimento

A atividade de Banca de Investimento é desenvolvida pelo Banco Espírito Santo de Investimento (BES Investimento e que atua também internacionalmente sob a marca Espírito Santo Investment Bank), que tem como principal objetivo servir o segmento de clientes empresariais de média e de grande dimensão, o segmento de clientes institucionais e, em algumas áreas mais específicas, o segmento de clientes particulares em articulação com o *private banking*.

A oferta do BES Investimento inclui diversos produtos e serviços especializados, nomeadamente assessoria em processos de fusões e aquisições, o acesso a transações em mercados de capitais (ações e dívida), a prestação de serviços de corretagem e de gestão de carteiras, os financiamentos estruturados, incluindo *project finance* e *acquisition finance*, e a gestão de fundos de *private equity*.

Num ano de redobradas incertezas e dificuldades, que afetaram sobretudo a Europa mas cujos efeitos se propagaram às principais economias a nível mundial, o BES Investimento conseguiu tirar partido das oportunidades resultantes do atual momento de mercado. O Produto Bancário, no montante de 263 milhões de euros, apresentou em 2012 uma subida de 9,7% face a 2011, ultrapassando o anterior valor máximo de 260 milhões de euros atingido em 2010. A crescente internacionalização, a participação no programa de privatizações em Portugal, o apoio às empresas portuguesas no acesso aos mercados de dívida internacionais e os ganhos de *trading* ajudaram a compensar o menor dinamismo de algumas áreas de negócio mais expostas à conjuntura adversa. Os custos operativos apresentaram uma redução de 1,4% face a 2011, apesar dos novos passos na expansão internacional, e o resultado antes de imposto alcançou os 41,8 milhões de euros, largamente acima do valor apurado em 2011 (17 milhões de euros). O contributo da área internacional para o produto bancário total confirmou, mais uma vez, os benefícios da estratégia prosseguida, atingindo 60% em 2012.

A estratégia de desenvolvimento internacional do BES Investimento foi reforçada em 2012 com a expansão da atividade na Índia, um dos mercados emergentes mais promissores a nível mundial. A área de Corretagem deu os seus primeiros passos em maio e o alargamento a novas atividades de banca de investimento deverá acontecer nos primeiros meses de 2013. O BES Investimento tem vindo igualmente a estudar alternativas para alargar o âmbito da sua presença em Hong Kong, onde através do Execution Noble, já detém uma corretora. Na África do Sul, foi concretizada uma parceria com um importante *broker* local independente, a Avior Research. O âmbito desta parceria estratégica envolve a distribuição exclusiva de *equity research* para Clientes institucionais na Europa e a atividade de *trading* nos mercados Sul-africano e Pan-africano, reforçando a oferta do BES Investimento em ações de mercados emergentes. Na Alemanha, procedeu-se à abertura de um Escritório de Representação em Colónia, que visa capitalizar na presença do Banco Espírito Santo neste país. Nos restantes países onde o BES Investimento está presente continua a consolidar-se a presença.

Em **Portugal**, o BES Investimento desempenhou um importante papel na reabertura do mercado internacional de dívida a emitentes portugueses, liderando as emissões de dívida sénior da EDP Finance B.V. (operação premiada como *Euro Bond of the Year* pela revista *International Financing Review*), da Portugal Telecom International Finance B.V., da Brisa-Concessão Rodoviária, S.A. e do Banco Espírito Santo, S.A., num montante agregado de 2 550 milhões de euros. O BES Investimento assumiu ainda um papel de grande relevo no processo de privatizações, assessorando investidores chineses na aquisição de 21,35% da EDP – Energias de Portugal, S.A. e 25% da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. e o Estado Português na operação de privatização de 100% do capital da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., ainda em curso. Manteve a liderança na negociação de ações na NYSE Euronext Lisbon, com uma quota de mercado de 11,9%, e alcançou uma vez mais o primeiro lugar no mercado de Fusões e Aquisições (por número e valor de operações anunciadas, de acordo com a Bloomberg).

Em **Espanha**, o BES Investimento manteve o esforço de penetração junto do segmento *corporate*, beneficiando de uma crescente presença internacional e de uma estreita coordenação com as estruturas do Banco Espírito Santo, com vista a intensificar o negócio *cross-border* e a desenvolver as atividades

de mercado de capitais e Fusões e Aquisições. Apesar do enquadramento macroeconómico e financeiro desfavorável, destaca-se a participação do BES Investimento como *mandated lead arranger* na reestruturação do financiamento da BioOils, no montante de 45 milhões de euros, para o aumento de capacidade de uma central de biodiesel em Huelva, a participação no refinanciamento parcial do empréstimo da Sacyr, no montante de 2,4 mil milhões de euros, e a assessoria ao Grupo EDP na venda em Espanha da sua empresa de transmissão de gás natural, a Naturgas Energía Transporte. O BES Investimento ocupou o 2º lugar no *ranking* de Fusões e Aquisições a nível ibérico (em valor de operações anunciadas, de acordo com a Bloomberg) e continuou a ocupar uma posição de destaque (6º lugar) no *ranking* do mercado espanhol de corretagem (4,8% de quota de mercado em 2012).

No **Brasil** – o país que, de forma recorrente, mais contribui para as receitas e resultados em termos consolidados - o BES Investimento apresentou uma boa dinâmica da atividade em geral. As áreas de Fusões e Aquisições e de Mercado de Capitais continuaram a mostrar bastante dinamismo e o BES Investimento participou em diversas operações de relevo, sendo de destacar a assessoria financeira aos acionistas da Meizler Biopharma na venda de 51% do capital da empresa ao grupo internacional UCB e a atuação como *joint bookrunner* no *follow-on* (oferta primária e secundária de ações) da Minerva, no montante de 498 milhões de reais, e na emissão de eurobonds pela Oi S.A. (1,5 mil milhões de dólares). O BES Investimento assessorou ainda diversas transações de *project finance*, sobretudo nos setores de energia e infraestruturas de transporte, reforçando a sua atuação como assessor em várias operações de financiamento e em leilões de diversas concessões. Na área de corretagem, o BES Investimento subiu à 21ª posição no *ranking* Bovespa, com uma quota de mercado de 1,1% e prosseguiu com o desenvolvimento das novas áreas de negócio, nomeadamente as atividades de *wealth management* e de *private equity*, esta última em destaque com a incorporação do primeiro fundo gerido pela 2bCapital (empresa detida em associação 50%/ 50% com o Banco Bradesco), destinado ao mercado brasileiro e cujo primeiro *closing* permitiu levantar 320 milhões de reais para investimento.

No **Reino Unido**, o BES Investimento concentrou a sua atuação na reorganização das suas atividades, na unificação das marcas e na diferenciação face aos seus concorrentes, através da distribuição de produtos ibéricos, polacos e brasileiros no mercado inglês. No decurso de 2012, a área de mercado de capitais concluiu diversas operações, sendo de destacar a sua atuação como *corporate broker* na oferta de aquisição sobre as ações da GlobeOP (valor de avaliação total de 548 milhões de libras) e como *sole bookrunner* na colocação de ações da Novae (35 milhões de libras) e da Xchanging plc (22,4 milhões de libras). Na área de Fusões e Aquisições, destaca-se a assessoria prestada pelo BES Investimento à Irwin Mitchell (empresa de serviços jurídicos) e à empresa de *private banking* SCOBAN (setor financeiro).

Na **Polónia**, o BES Investimento concentrou os seus esforços nas atividades de Fusões e Aquisições *cross-border* e mercado de capitais e continuou a apoiar o desenvolvimento dos negócios de vários dos seus clientes locais e internacionais, sobretudo através da emissão de garantias bancárias. O BES Investimento consolidou as suas credenciais no mercado polaco, tendo participado como *joint bookrunner* da privatização de 50% da ZE PAK (681,5 milhões de zlotys), o segundo maior IPO do ano na Bolsa de Varsóvia. Participou ainda como *sole arranger* da emissão de obrigações domésticas da Ciech (320 milhões de zlotys) e como assessor financeiro na venda de 100% da Lotos Parafiny ao fundo de *private equity* Krokus, uma operação de *leverage management buy-out*. Na área de corretagem, subiu à 11ª posição no *ranking* das corretoras polacas, com uma quota acumulada de 3,2%.

Nos **Estados Unidos**, o ano de 2012 foi de desenvolvimento das atividades de assessoria e distribuição, visando o reforço do papel desta geografia como plataforma de distribuição de produtos originados noutras mercados onde o BES Investimento está presente. Merece destaque a assessoria prestada à Sugaldal na aquisição da empresa chilena Tresmontes Luchetti Agroindustrial.

No **México**, a atividade desenvolvida pelo BES Investimento concretizou-se

em diversos mandatos, de que se destacaram a participação como *Lender* e *Underwriter* na Tranche C da extensão da Facilidade de *Working Capital* para a construção de uma Hidroelétrica de 750 MW (166 milhões de dólares) e como *co-manager* no IPO do Grupo Financiero Santander México, o maior de sempre por parte de uma empresa deste país.

Em **África**, o BES Investimento continuou a enveredar esforços no sentido de reforçar a sua presença em alguns dos principais mercados desta região, particularmente em Angola, onde está presente através de um Gabinete de Banca de Investimento criado no BESA e pretende operar através de uma *broker dealer local*, e Moçambique, onde pretende desenvolver a atividade de Banca de Investimento.

## Project Finance

### Financiar o desenvolvimento sustentável

À semelhança dos anos anteriores, destacam-se em 2012 os projetos financiados em energias renováveis nomeadamente o financiamento da construção de uma central hidroelétrica com 750 MW de capacidade instalada e localizada no México.

Adicionalmente, o Banco participou no financiamento de um projeto de plantação e exploração de uma floresta de pinheiros e de uma concessão da infraestrutura de saneamento a uma empresa do setor das águas, ambos no Brasil.

A aposta do Grupo nas energias renováveis refletiu-se numa exposição de cerca de 20% face ao total da sua carteira de *Project Finance*, implicando um compromisso superior a 1 054 milhões de euros.

### Avaliação de riscos ambientais e sociais no Project Finance

No Grupo BES, os projetos financiados por *Project Finance* beneficiam de uma análise de risco aos potenciais impactos negativos ambientais e sociais, diretos e indiretos decorrente do desenvolvimento e operação do projeto a financiar. Esta análise de riscos segue os princípios e metodologias propostas pela Associação Princípios do Equador, no qual o BES é membro fundador.

Em 2012 o Banco passou a analisar os riscos ambientais e sociais de todos os projetos financiados em regime de *Project Finance*, com valores inferiores a 7 milhões de dólares, adotando assim a melhor prática no setor financeiro neste âmbito.

Em 2012, 2 projetos foram classificados como risco baixo (nível C) e 1 como risco médio (nível B), todos localizados em países de elevado rendimento da OCDE.

A avaliação de riscos ambientais e sociais do Banco está suportada no ESI *Sustainable Finance Toolkit*, a aplicação de avaliação de riscos ambientais e sociais que permite ao utilizador identificar, gerir, acompanhar e informar sobre os riscos sociais e ambientais nas diversas transações e clientes do Grupo.

Após a classificação de risco, são recolhidos junto dos promotores do projeto, evidências do cumprimento com a legislação local e com os aspetos sociais e ambientais identificados na análise preliminar. Esta avaliação é suportada com o apoio de especialistas nos impactos ambientais ou sociais identificados, com o objetivo de garantir e verificar, de forma independente, a concordância na minimização dos principais riscos, ambientais e sociais identificados.

Na equipa de *Project Finance*, existem colaboradores nomeados para (i) coordenar a implementação e as sessões contínuas de formação sobre o ESI *Sustainable Finance Toolkit*, (ii) participar em reuniões e discussões da *Equator Principles Financial Initiative*, (iii) apoiar os restantes membros da equipa na gestão do portfólio dos Princípios do Equador e (iv) reportar a informação não financeira que transpareça o compromisso do Banco com as melhores práticas de avaliação de riscos ambientais e sociais.

## 4.4 Gestão de Ativos

Este segmento engloba toda a atividade de gestão de ativos desenvolvida, fundamentalmente, pela Espírito Santo Ativos Financeiros (ESAF) em território nacional e no estrangeiro (Espanha, Luxemburgo, Angola e Brasil) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além da prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

No final do ano o volume global de ativos sob gestão atingiu cerca de 15,4 mil milhões de euros, valor próximo do registado em 2011.

Analisando por áreas de negócios, há a assinalar o forte aumento dos volumes sob gestão das atividades dos Fundos de Investimento Imobiliário (+52%) e dos Fundos de Investimento Mobiliário (+10%).

A atividade internacional representa no final do ano cerca de 23% do total de ativos sob gestão com um volume de mais de 3,8 mil milhões de euros, dos quais mais de 2 mil milhões no mercado espanhol e mais de 850 milhões em Angola, em resultado do lançamento neste país do fundo de investimento imobiliário BESA Valorização. No Luxemburgo e no Brasil, os ativos sob gestão apresentaram um aumento de 23% e 16% face ao ano anterior, respetivamente.

### Fundos de Investimento Mobiliário

O volume global sob gestão dos fundos de investimento mobiliário atingiu no final do ano 5 115 milhões de euros. Ao nível dos Fundos de Investimento Mobiliário nacionais, os ativos sob gestão registaram um crescimento de cerca de 22% relativamente ao ano anterior, atingindo 2 896 milhões de euros, em resultado do dinamismo dos volumes dos Fundos ES Rendimento e ES Liquidez. O ano de 2012 foi, também, marcado pelo reforço da estratégia de racionalização da oferta, através do processo de fusão por incorporação envolvendo um conjunto de seis fundos e pelo ajustamento, devidamente autorizado, à política de investimento de outros três fundos.

O Grupo BES tem sob gestão, no Luxemburgo, um volume total de 504 milhões de euros, através de fundos vocacionados para clientes com óticas de risco distintas. Assim, para além do (i) o ES Fund, constituído por diversos compartimentos (fundos de ações e obrigações), estão ainda constituídos (ii) o *Global Active Allocation Fund*, destinado a clientes particulares e institucionais, (iii) o *European Responsible Fund SICAV*, fundo com preocupações de caráter ético, ambiental e social, que é comercializado em Portugal, Espanha, e Luxemburgo; (iv) e o Espírito Santo *Rockefeller Global – Energy Fund*, que resulta de uma parceria entre o Grupo Espírito Santo e a sociedade gestora de ativos norte-americana Rockefeller, para a gestão e comercialização de um fundo especial de investimento dedicado exclusivamente ao setor da energia.

De realçar ainda o volume de 1 341 milhões de euros em Fundos de Investimento Mobiliário geridos no mercado espanhol que, no entanto, registou uma queda de 12% face ao ano anterior.

### Fundos de Investimento Imobiliário

O volume sob gestão dos fundos imobiliários atingiu em 31 de dezembro de 2012 um montante de 1 834 milhões de euros. Nos Fundos Imobiliários nacionais, há a registar a diminuição de cerca de 12% dos ativos sob gestão em grande medida devido à evolução do Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Gespatrimónio Rendimento (-10%) e do Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Logística (-22%). No segmento dos fundos destinados a investidores que pretendam realizar uma aplicação em investimentos imobiliários por um período de tempo predeterminado, é de salientar a atual gestão de 27 Fundos de Investimento Imobiliário Fechados de Subscrição Particular.

A queda de ativos sob gestão nos Fundos Imobiliários nacionais foi largamente compensada pelo crescimento de 757 milhões de euros em igual segmento no mercado angolano.

### Fundos de Pensões

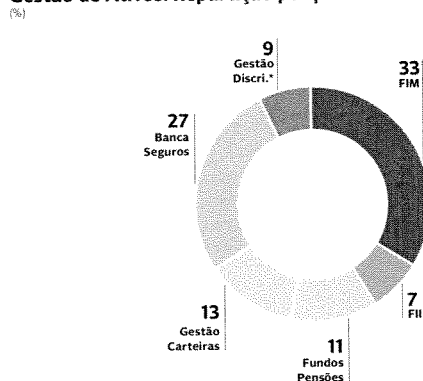
Na área dos Fundos de Pensões, os ativos sob gestão atingiram cerca de 1 783 milhões de euros. Os Fundos de Pensões nacionais, após as transferências

para a Segurança Social de responsabilidades e correspondentes ativos, no âmbito do acordo estabelecido com o Governo em 2011, relativamente aos pensionistas beneficiários do Fundo Pensões BES, registaram em 2012 uma estabilização dos volumes sob gestão em 1 551 milhões de euros. Nesta área de negócio, é de salientar o forte crescimento dos volumes dos Fundos Abertos (+21%) e a ligeira redução dos volumes dos Fundos Fechados (-3%).

### Gestão de Carteiras

O serviço de gestão de carteiras é direcionado a clientes do segmento *Private* e BES 360 e tem como principal objetivo a obtenção de rendibilidades sustentáveis ao longo do tempo. No final de 2012 os montantes sob gestão considerando a carteira em euros e em moeda estrangeira era de 1 960 milhões de euros, o que representa um aumento de 123% face a 2011.

### Gestão de Ativos: Repartição por produtos



\* Inclui Gestão discricionária de particulares e institucionais e outros

### Fundos de Investimento Responsável

Em 2011, o BES foi o primeiro banco português a aderir ao *United Nations – Principles for Responsible Investment* (UN PRI), uma rede internacional de investidores que trabalham em conjunto com o objetivo de pôr em prática seis princípios de investimento responsável.

A ESAF criou um conjunto de indicadores no âmbito dos PRI e integrou na matriz alargada de indicadores utilizada. Neste âmbito foram criados três grandes categorias de indicadores, ambientais, sociais e de Gestão, vulgarmente designados ESG (*environmental, social & governance*). A informação de cada um destes indicadores é agregada, chegando-se a uma pontuação de cada empresa no que diz respeito ao comportamento dos indicadores ESG, e posteriormente incorporada nos modelos quantitativos mais alargados e de base à tomada de decisão de investimento.

As preocupações sociais, ambientais e de gestão (ESG) deverão continuar a ser conciliadas nos modelos tradicionais de gestão das empresas, privilegiando sempre que possível nas análises de investimento, as empresas aderentes, em detrimento das não aderentes às boas práticas ESG.

Adicionalmente, o Grupo BES comercializa e gere produtos específicos no âmbito do tema da responsabilidade social e sustentabilidade e que estão direcionados a investidores socialmente responsáveis, particulares e institucionais.

#### *European Responsible Fund*

O *European Responsible Fund* é um dos produtos específicos no *portfolio* de fundos geridos pela ESAF, específicos para investidores socialmente responsáveis. Este fundo segue todas as normas e princípios aplicáveis a esta classe de fundos, respeitando rigorosamente uma lista de exclusões, construída numa lógica de proibição de investimento em empresas com práticas não compatíveis com os princípios de investimento responsável. A título de exemplo, o fundo não investe em empresas de armamento, em

tabaqueiras ou produtoras de energia elétrica com recurso a energia nuclear. O universo aprovado de investimento do fundo é traduzido, por numa lista de títulos, coincidente com o índice FTSE4Good para empresas com sede em países europeus.

Este fundo, desenvolvido em 2003, detém 3,1 milhões de euros sob gestão em 2012.

#### *Espírito Santo Infrastructure Fund (ESIF)*

Em 2012, o Grupo BES prosseguiu com a atividade de investimento através do *Espírito Santo Infrastructure Fund* (ESIF), um fundo de capital de risco gerido pela Espírito Santo Capital (ES Capital), sociedade de capital de risco do Grupo Banco Espírito Santo, representando 28% dos fundos sob gestão da ES Capital. Este fundo tem uma dimensão de 95,7 milhões de euros, dos quais um máximo de 66% pode ser investido em energias renováveis. Até ao final de 2012, o fundo investiu um montante que excede os 68,7 milhões de euros, dos quais 48 milhões no setor das energias renováveis. Em 2013 perspectivase o investimento adicional de 17,4 milhões de euros em projetos neste setor em 2013.

Em 2012, o Fundo realizou diversos investimentos no setor das energias renováveis, dos quais se destacam:

- Aquisição do parque eólico de Sierra Sesnández de 20MW;
- Aquisição do parque eólico galego de Cova da Serpe II, de 25,2MW;
- Aquisição pela Globalwatt de duas licenças para desenvolver dois parques fotovoltaicos de 2MW.

No domínio das energias renováveis, a empresa detém investimentos em diferentes empresas, dos quais se destacam:

- Iberwind, a maior empresa em termos de ativos portugueses no domínio das eólicas, com capacidade instalada de 684MW;
- Windway, empresa detida a 40% pelo ESIF, detentora de um parque eólico de 23MW e de um *portfolio* de licenças para desenvolvimento de parques eólicos na Polónia com um potencial de potência instalada de 94,5MW;
- Globalwatt, empresa vocacionada para investimentos em parques solares fotovoltaicos localizados na Península Ibérica, detida a 50% pelo fundo e apresentando 19,6 MW de potencial de capacidade;
- ERSS, empresa proprietária do parque eólico de Sierra Sesnández, e onde o fundo detém uma participação de 40%;
- Parque Eólico Cova da Serpe II, sociedade proprietária do referido parque, detida a 50% pelo ESIF;
- ESUS, detida a 45% pelo fundo, constituída para construir e operar um parque eólico de 45MW na região da Galiza.

#### *Luso Carbon Fund*

Com o objetivo de utilizar o investimento financeiro como forma de mitigar diretamente o efeito das Alterações Climáticas, o Grupo manteve o investimento no *Luso Carbon Fund* (LCF), com uma participação de cerca de 6,8 milhões de euros. O LCF investe em projetos de energias renováveis, eficiência energética e tratamento de resíduos no âmbito do protocolo de Quioto.

#### Fundos de Investimento Responsável – Banco Best

O Grupo BES comercializa através do Banco Best, fundos de investimento responsável, diversificados tanto ao nível das geografias como das estratégias de investimento. Em 2012 os clientes do Banco subscreveram 59 dos 138 fundos disponibilizados.

## 4.5 Evolução previsível do Grupo BES. Principais riscos e incertezas

As perspetivas macroeconómicas para 2013 apontam para que a atividade económica mundial venha a recuperar a um ritmo gradual e o crescimento deverá manter-se relativamente moderado. Embora reconhecendo o papel estabilizador das políticas implementadas nos últimos anos, o FMI reviu marginalmente em baixa as suas previsões de crescimento, prevendo para a Zona Euro uma contração de 0,2% para 2013. Com efeito e pese embora a melhoria significativa no sentimento dos mercados financeiros, prevê-se que a transmissão à economia real não seja tão imediata quanto o desejável havendo ainda riscos de sentido negativo que não devem ser ignorados, como sejam, entre outros, a possível deterioração da crise da Zona Euro e a incerteza orçamental nos EUA.

A economia portuguesa deverá apresentar, pelo terceiro ano consecutivo, uma contração que se prevê venha a ser de -1,8% (ano de 2012: -3,2%) assente numa redução do consumo público (-2,0%) e privado (-3,8%) e do investimento (-8,4%) devendo os níveis de desemprego alcançar valores próximos dos 17% da população ativa. No final de 2012 e durante o mês de janeiro de 2013 ocorreram sinais positivos da maior importância para o regresso de Portugal aos mercados em condições eficientes, sendo de destacar a redução expressiva nas *yields* e nos *spreads* de crédito exigidos e a reabertura do mercado de dívida de longo prazo ao Estado e a empresas e bancos.

Do que antecede as perspetivas para 2013 continuam a assentar em políticas económicas públicas fortemente restritivas, a manter um acesso muito limitado aos mercados financeiros de dívida de longo prazo, a operar com um mercado interbancário de curto prazo muito reduzido ou inexistente, e a ter de contar com a manutenção das restrições financeiras impostas aos bancos portuguesas no contexto do Programa de Assistência acordado entre o Governo Português, o FMI, o BCE e a UE. De entre tais restrições sublinha-se a manutenção de um rácio de capital *Core Tier I* de 10%, substancialmente acima dos *standards* mundiais e europeus; a recomendação de um rácio "crédito/depósitos" abaixo de 120% a alcançar até dezembro de 2014; e um rácio de financiamento estável de 100% a atingir também até dezembro de 2014.

Neste contexto, a evolução da atividade do Grupo BES aponta para que se implementem estratégias comerciais direcionadas para a captação de depósitos, para a manutenção de políticas de grande seletividade no crédito, para uma prevenção e controlo sistemático dos riscos, para uma gestão eficiente da base de capital e dos níveis de liquidez, bem assim como manter uma progressão sustentada da atividade internacional de forma a amortecer os efeitos recessivos que continuarão a incidir sobre a atividade doméstica.

### Captação de Depósitos

O objetivo recomendado para que os principais grupos financeiros portugueses atinjam um rácio "crédito/depósitos" inferior a 120% em dezembro de 2014 irá obrigar a que o Grupo BES conduza uma estratégia de captação de recursos centrada nos depósitos. Nesse sentido, sublinhamos o facto de se manterem as restrições à política de preços a praticar dado que, quando ultrapassam os limites máximos permitidos pelo Banco de Portugal, originarem deduções relevantes ao *Core Tier I*. Paralelamente, o Grupo não deixará de manter e aprofundar a sua oferta de *asset management* e de produtos de seguros vida de modo a ser capaz de responder aos diversos perfis de poupança pretendidos pelos seus clientes empresas e particulares.

### Concessão de Crédito, Prevenção e Controlo dos Riscos

A atividade de crédito continuará a ser condicionada por uma política de elevada seletividade mas terá em conta a necessidade de continuar a apoiar os setores mais dinâmicos da economia portuguesa, nomeadamente das PME exportadoras. O Grupo BES sempre teve e deverá continuar a manter uma forte implantação junto do tecido empresarial, não deixando de estar presente quando os seus clientes empresas pretenderem financiar iniciativas empresariais sustentáveis quer elas se destinem tanto ao mercado interno como ao mercado externo.

Não obstante, e considerando que as perspetivas para 2013 apontam para uma redução da atividade económica, com redução do consumo e aumento do desemprego, o crédito concedido deverá sofrer uma deterioração da qualidade da carteira, exigindo cargas de provisionamento significativas, colocando novos desafios aos processos de prevenção e de redução dos riscos, bem assim como ao reforço de recursos e implementação de instrumentos eficazes na recuperação dos créditos.

### Rácio de Capital Core Tier I

Durante os exercícios de 2011 e 2012 o Grupo BES lançou um conjunto de iniciativas que visaram alcançar um rácio *Core Tier I* que cumprisse com o nível mínimo de 10% exigido pelo Banco de Portugal, em dezembro de 2012, e de 9% nos termos definidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) para os bancos europeus a alcançar a partir de junho de 2012. Nunca é demais sublinhar que o Grupo BES cumpriu os referidos objetivos através de operações de mercado o que, para além de constituir um caso ímpar na banca portuguesa, permitiu ao Grupo manter a sua autonomia estratégica. O Conselho de Administração acredita que deverá conseguir em 2013 cumprir com os níveis de solvabilidade exigidos pelas autoridades de supervisão, através de meios gerados pelo próprio Grupo, por adequadas políticas de gestão do balanço e através de iniciativas que visem uma maior eficiência dos ativos ponderados pelo risco. Adicionalmente, o Grupo elencou um conjunto de medidas que integram o seu Plano de Recuperação, instituído pelo DL 31-A/2012 de 10 de fevereiro, que visam reforçar os mecanismos de que dispõe tendo em vista assegurar, de modo autónomo, os níveis de solvabilidade e de liquidez regulamentarmente exigidos ou recomendados.

### A Relevância da Área Internacional

O Conselho de Administração acredita que é e será no mercado doméstico que o Grupo BES tem e deverá ter no futuro a sua principal base de atividade e implantação. Não obstante, a crescente internacionalização das empresas portuguesas, o significado da implantação dos nossos emigrantes, a ligação histórica de Portugal com os países africanos de língua portuguesa e com o Brasil e ainda a indispensável presença nas principais praças financeiras mundiais, tornam a área internacional num fator essencial de amortecimento dos efeitos da recessão doméstica e num polo incontornável ao crescimento e de geração de valor do Grupo BES do futuro. Nesse sentido, as nossas unidades operacionais que integram o triângulo estratégico deverão continuar a ter um papel decisivo na performance do Grupo no exercício de 2013.

## 5. Gestão Financeira e Mercados de Capitais

O Grupo BES tem mantido, ao longo dos anos, uma abordagem muito conservadora à gestão do risco de liquidez, encontrando-se a sua estrutura desenhada de forma a que seja efetuada de acordo com as regras regulamentares aplicadas em cada geografia onde atua e, simultaneamente, garanta o cumprimento de todas as suas responsabilidades, quer em condições normais de mercado, quer em condições de stress.

Desta forma, uma das principais componentes da gestão do risco de liquidez no Grupo BES é a sua política de financiamento, a qual tem utilizado os vários instrumentos disponíveis nos mercados financeiros, abrangendo diversas fontes de captação de fundos, nomeadamente: recursos de clientes, a utilização de instrumentos de financiamento nos mercados financeiros de curto e médio prazo e o capital ordinário e preferencial dos acionistas.

Assim, o Grupo BES divide a gestão do risco de liquidez em três grandes grupos:

- Liquidez de curto prazo;
- Liquidez estrutural; e
- Liquidez de contingência.

No que respeita à liquidez de curto prazo, o Grupo BES monitoriza os seus níveis de liquidez diariamente através de relatórios de *mismatch*, elaborados de acordo com as linhas orientadoras estabelecidas, e de sinais de alerta internamente definidos que possam ter impacto sobre o Grupo e a sua robustez, nomeadamente através do risco de contágio (devido a tensões nos mercados) ou as repercussões de uma crise económica.

Adicionalmente, e na sequência da crise da dívida soberana dos países da periferia da Zona Euro, o Banco de Portugal passou a solicitar às diversas Instituições de Crédito o reforço da informação sobre a respetiva situação de liquidez de curto prazo, a qual é efetuada através do envio de reportes com informação sobre a gestão diária de tesouraria e a evolução diária dos depósitos, sendo esta informação complementada por um mapa de liquidez semanal.

Ainda no âmbito da liquidez de curto prazo, a *Financial Services Authority* (FSA) aprovou em outubro de 2012 a candidatura do BES à renovação do *Whole Firm Liquidity Management* (WFLM) por 3 anos, o que permitirá ao BES continuar a operar no mercado Londrino sem exigência de constituição de buffers de liquidez adicionais.

No que se refere à liquidez estrutural, o Grupo BES elabora um reporte mensal de liquidez (ver cap.6 Risco de Liquidez), tendo em consideração não só a data de maturidade efetiva dos vários produtos como a sua maturidade comportamental, através do qual são determinados para cada *time bucket* os *mismatches* estruturais. Com base neste mapa, e considerando as metas orçamentais estabelecidas, é elaborado um plano anual de financiamento da atividade, que é revisto periodicamente e favorece, sempre que possível, os instrumentos de financiamento de médio/ longo prazo, em detrimento dos instrumentos de curto prazo.

Na liquidez de contingência, o Grupo BES tem estabelecido um conjunto de medidas que, uma vez acionadas, permitem responder e/ ou atenuar os efeitos de uma crise de liquidez.

## Gestão de Liquidez e Funding em 2012

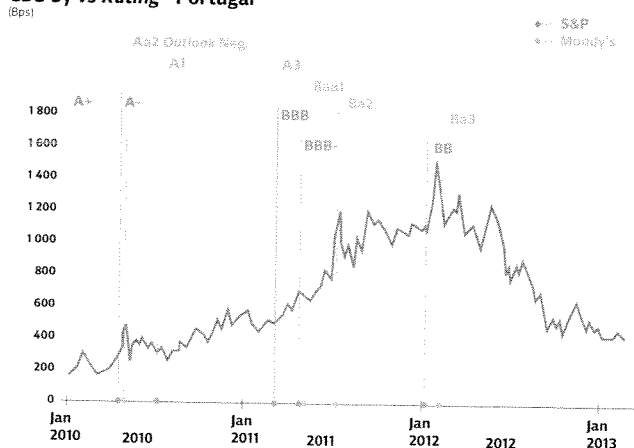
O ano de 2012 iniciou-se num contexto de elevada instabilidade nos mercados, com o alargamento significativo dos *spreads* das dívidas soberanas dos países periféricos. Contudo, e apesar do contexto bastante adverso, em maio de 2012, o BES concluiu com sucesso um aumento de capital no montante de 1 010 milhões de euros. Esta operação, apesar de ter sido efetuada num período de grande instabilidade, foi concluída quase na totalidade através do exercício dos direitos de preferência dos acionistas (99,3%), o que demonstra de forma inequívoca a confiança dos acionistas no BES. Adicionalmente, permitiu ao BES cumprir com os rácios prudenciais regulamentares definidos pelo Banco de Portugal e pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), mantendo a sua autonomia estratégica.

Com o agravamento da instabilidade verificada no final de 2011 e início de 2012, o Banco Central Europeu (BCE) adotou uma atuação mais interventiva nos mercados no que respeita a medidas de reposição de liquidez no mercado, nomeadamente:

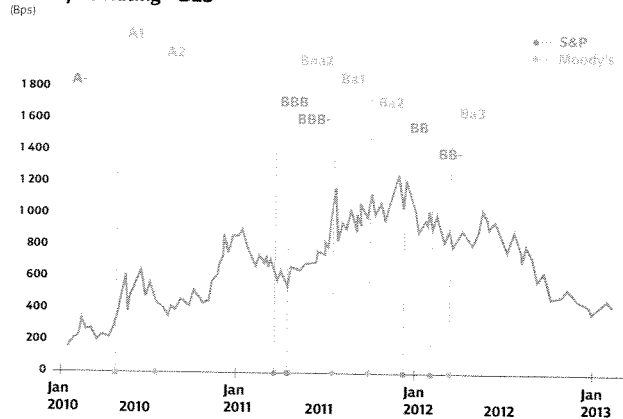
- (i) realização de uma nova operação de cedência de liquidez a 3 anos (*Long Term Refinancing Operations* ou LTRO), a qual ocorreu em 29 de fevereiro (a primeira LTRO ocorreu em dezembro de 2011);
- (ii) alargamento dos critérios de elegibilidade dos ativos aceites como colateral em operações de política monetária, e da redução do limite das reservas mínimas obrigatórias junto do BCE; e
- (iii) anúncio, em setembro, dos detalhes de um novo programa de compra de dívida pública (*Outright Monetary Transactions* ou OMT) dos países da Zona Euro que tenham efetuado um pedido de ajuda formal à Comissão Europeia (i.e. países que estejam a cumprir um programa de ajustamento económico e financeiro ou de um programa preventivo de assistência do EFSF/ESM).

Este conjunto de eventos contribuiu de forma significativa para a redução da volatilidade e dos riscos sistémicos na Zona Euro, representando um passo importante na estabilização financeira da Zona Euro. Em consequência, as *yields* da dívida soberana de todos os países periféricos registaram uma queda acentuada, sendo que no final do ano as *yields* da dívida pública portuguesa já registavam níveis inferiores aos observados aquando do pedido de assistência financeira efetuado em abril de 2011.

## CDS 5y vs Rating - Portugal



## CDS 5y vs Rating - BES



Adicionalmente, estas medidas permitiram restaurar gradualmente as condições de acesso aos mercados financeiros internacionais a emitentes dos países periféricos, nomeadamente a emitentes portugueses, tais como EDP, Brisa e Portugal Telecom que em setembro e outubro efetuaram emissões públicas de dívida nos mercados internacionais, após um longo período de inacessibilidade aos mercados.

Esta melhoria generalizada do sentimento económico permitiu também ao Grupo BES aceder aos mercados de capitais internacionais no final de novembro com uma emissão de dívida sénior, não garantida, com prazo de 3 anos, no montante de 750 milhões de euros. Esta foi a primeira emissão nos mercados de capitais internacionais efetuada por um banco português desde abril de 2010. A operação contou com a participação de cerca de 225 investidores nacionais e internacionais e gerou uma procura de 2,7 mil milhões de euros (correspondente a cerca de quatro vezes a oferta) que comprova o sucesso da mesma.

Ainda durante o último trimestre do ano, o Grupo BES viria a aceder novamente aos mercados internacionais com uma emissão de dívida permutável em ações do Banco Bradesco, no montante de 450 milhões de dólares e maturidade de 3 anos. Esta emissão representou a terceira emissão de obrigações permutáveis em ações do Banco Bradesco efetuada pelo BES e permitiu antecipar o refinanciamento da emissão a maturar em abril de 2013.

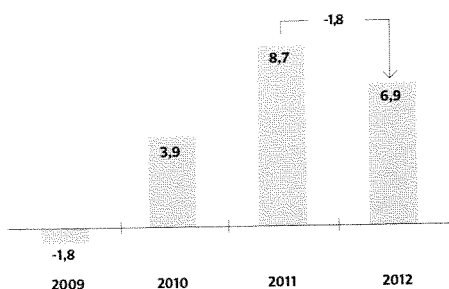
Já em janeiro de 2013, o BES voltou a aceder novamente aos mercados, com uma emissão de dívida sénior, não garantida, com maturidade de 5 anos, no montante de 500 milhões de euros. À semelhança da emissão realizada em novembro, a operação foi muito bem recebida pelo mercado e contou com a participação de mais de 280 investidores e uma procura que superou em seis vezes a oferta e que atingiu aproximadamente 3 mil milhões de euros.

Em conjunto, estas operações geraram liquidez de cerca de 1,6 mil milhões de euros e representaram um passo importante no regresso gradual ao financiamento nos mercados de capitais internacionais. Por outro lado, a liquidez obtida permitiu ao Grupo prosseguir a sua estratégia de redução gradual da exposição ao BCE. Ao longo do ano, a continuação das políticas de *deleverage* do balanço permitiram reembolsar linhas de médio e longo prazo de *wholesale funding* no montante de 3,7 mil milhões de euros e ainda reduzir a exposição líquida ao BCE em 1,8 mil milhões de euros. Em virtude da situação mais confortável em termos de liquidez, no início de 2013 o BES decidiu proceder à amortização antecipada da linha de financiamento LTRO em 1 000 milhões de euros.



## Evolução da Tomada Líquida ao BCE

(valores em mil milhões de euros)

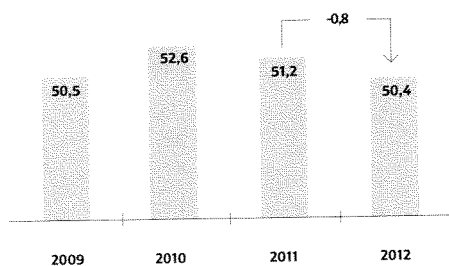


Contudo, apesar das condições de liquidez mais favoráveis a partir do 3º trimestre e do retorno ao financiamento nos mercados, os primeiros nove meses de 2012 foram caracterizados por uma escassez de liquidez no mercado pelo que foram mantidas as linhas de orientação que permitiram colmatar a inacessibilidade aos mercados financeiros ao longo dos últimos 2 anos:

1. Continuação da política de *deleverage* do balanço (implementada a partir de meados de 2010). Ao abrigo desta política foram alienadas posições da carteira de títulos num total de 3,2 mil milhões de euros ao longo do ano. Por outro lado, a carteira de crédito a clientes registou uma redução de 2,2 mil milhões de euros desde 2010, tendo em vista o objetivo de atingir um rácio entre crédito e depósitos de 120% até final de 2014 e a consequente desalavancagem das famílias e das empresas portuguesas.

## Evolução da Carteira de Crédito (Bruto)

(valores em mil milhões de euros)



2. Aumento da base de depósitos de clientes, reforçando a orientação estratégica de manter este produto como a principal fonte de financiamento.

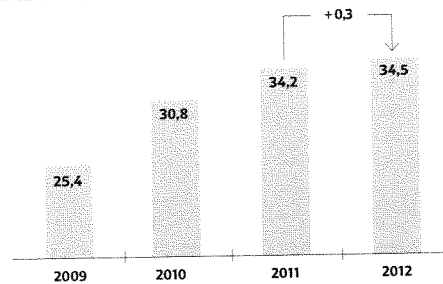
Neste contexto, ao longo do ano os depósitos de clientes registaram um crescimento de 334 milhões de euros, tendo invertido no último trimestre a tendência de redução verificada até setembro de 2012.

No entanto, é de referir que a evolução dos depósitos ao longo do ano foi condicionada pela procura por parte dos clientes de produtos de poupança de maior rentabilidade de que os depósitos (os quais têm as suas taxas limitadas a um *spread* máximo), como por exemplo obrigações, fundos de investimento e produtos de bancaseguros.

Por outro lado, com a aquisição do controlo da BES Vida, os recursos de clientes passaram a integrar os produtos de bancaseguros, os quais representavam 5 mil milhões de euros no final de 2012, correspondente a um peso de 8% na estrutura de *funding*.

## Evolução dos Depósitos de Clientes

(valores em mil milhões de euros)

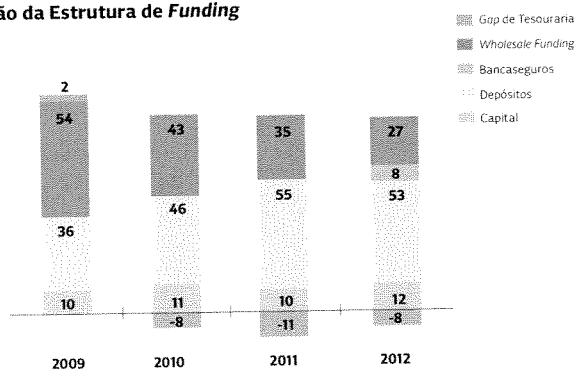


Contudo, à semelhança de 2010 e 2011, os depósitos de clientes continuam a ser a principal fonte de financiamento com um peso de 53% na estrutura de *funding* do BES, tendo registado um aumento de 17 p.p. quando comparado com 2009.

Conjuntamente, os depósitos de clientes e bancaseguros têm um peso de 61% na estrutura de *funding*.

## Evolução da Estrutura de Funding

(%)



Ao longo dos últimos 3 anos, o aumento dos depósitos e a redução da carteira de crédito e títulos permitiu mitigar, ainda que parcialmente, a redução das linhas de *wholesale funding*, cujo peso na estrutura de financiamento do Banco caiu 27 p.p., tendo passado de 54% em 2009 para 27% em 2012.

3. Reforço dos ativos elegíveis para redesconto junto do BCE.

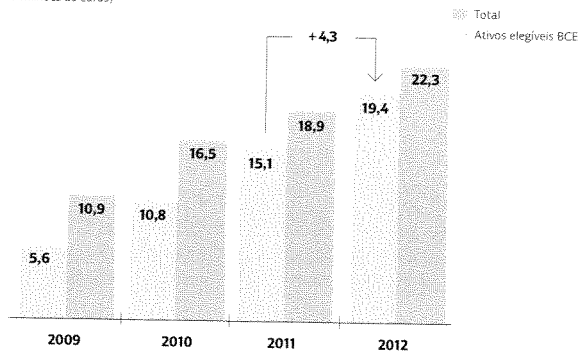
Ao longo de 2012, o BES prosseguiu a sua política de reforço dos ativos elegíveis para operações de política monetária junto do BCE, os quais aumentaram 4,3 mil milhões de euros, face a 2011. Este reforço foi efetuado com maior ênfase durante o primeiro semestre e teve por base o alargamento dos critérios de elegibilidade dos ativos aceites como colateral em operações de política monetária efetuada pelo BCE.

Assim, as ações adotadas para reforçar os ativos elegíveis foram:

- Realização de duas emissões de obrigações garantidas pela República Portuguesa a 3 anos e no montante global de 2,5 mil milhões de euros.
- Preparação das carteiras de crédito de acordo com os novos critérios de elegibilidade, no montante de 4,2 mil milhões de euros.

## Evolução dos Ativos Elegíveis para Redesconto no BCE

(valores em mil milhões de euros)



Esta carteira inclui toda a exposição à dívida pública portuguesa que totaliza 3,2 mil milhões de euros, bem como a exposição à dívida pública de outros países "periféricos", nomeadamente 606 milhões de euros de dívida pública espanhola, 25 milhões de euros de dívida pública irlandesa, 28 milhões de euros de dívida pública italiana e 3 milhões de euros de dívida pública grega.

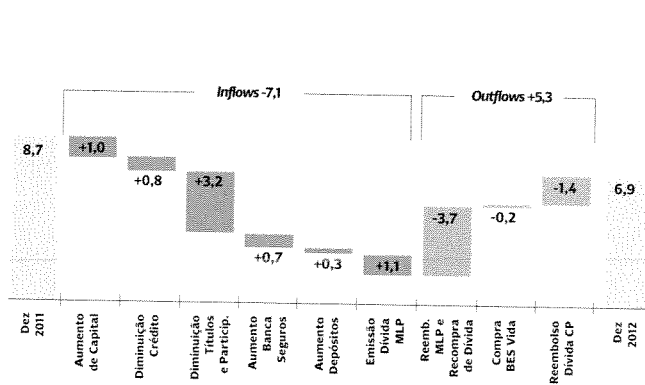
Estes ativos permitiram o acesso às principais operações de refinanciamento e de prazo alargado, as quais foram fundamentais durante o 1º semestre (onde os vencimentos de dívida de médio e longo prazo se encontravam concentrados) para colmatar a inacessibilidade aos mercados de financiamento de curto e médio prazo. Como referido anteriormente, no final do ano, a posição líquida devedora junto do BCE era de 6,9 mil milhões de euros, a qual se desagregava da seguinte forma:

(i) 10,2 mil milhões de euros de tomadas ao abrigo das operações de cedência de liquidez de longo prazo (LTRO) a 3 anos.

(ii) 3,4 mil milhões de euros de aplicações no BCE.

## Evolução da Tomada Líquida ao BCE em 2012

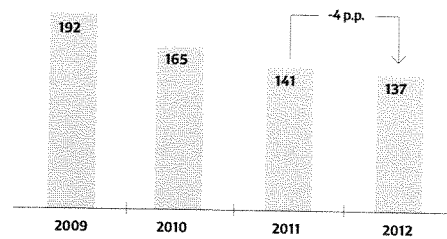
(valores em mil milhões de euros)



Em suma, a implementação destas linhas de orientação permitiu assegurar o refinanciamento de todas as operações com vencimento até ao final do ano, nomeadamente o reembolso da dívida de médio e longo prazo no montante de 3,4 mil milhões de euros, melhorar o rácio de transformação em 4 p.p. para 137% e reduzir a tomada líquida junto do BCE em 1,8 mil milhões de euros.

## Evolução do Rácio de Transformação

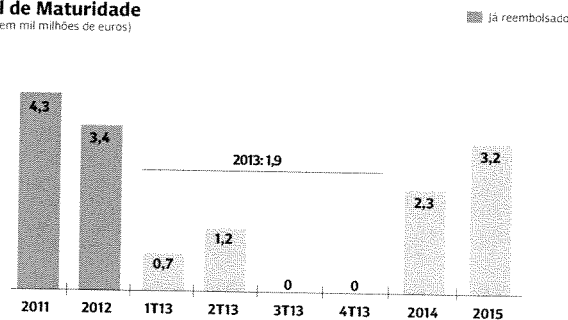
(%)



Em 2013, os reembolsos de dívida de médio e longo prazo atingem os 1,9 mil milhões de euros e encontram-se concentrados sobretudo no 1º semestre. No entanto, do montante a maturar já se encontram renovados cerca de 26%, tendo em consideração a emissão de 500 milhões de euros realizada pelo BES em janeiro de 2013.

## Perfil de Maturidade

(valores em mil milhões de euros)



## Notações de Rating do Banco Espírito Santo

(a 31 de dezembro de 2012)

Agência	Longo Prazo	Curto Prazo	Outlook
STANDARD & POOR'S	BB-	B	Negativo
MOODY'S	Ba3	NP	Negativo
DBRS	BBB	R-2 (medium)	Negativo

**Standard & Poor's:** A 14 de fevereiro, na sequência da revisão dos ratings de longo prazo da República Portuguesa em dois *notches*, de BBB- para BB, na dívida de longo prazo, e de A3 para B, na dívida de curto prazo, a S&P cortou o rating do BES de BB para BB-, no longo prazo e confirmou o rating de curto prazo em B.

**Moody's:** Em 28 de março, na sequência do *downgrade* da República Portuguesa de Ba2 para Ba3, a Moody's fez um *downgrade* aos bancos portugueses, tendo o rating do BES sido reduzido de Ba2 para Ba3, mesmo nível que a república.

**DBRS:** Em 31 de janeiro, a DBRS cortou o rating da dívida de longo prazo do BES de BBB para BBB (low), na sequência da revisão em baixa do rating da República Portuguesa para o mesmo nível. A dívida de curto prazo foi também revista de R-2 (high) para R-2 (mid) com Outlook negativo.

## 6. Gestão de Risco

A função de Gestão de Risco visa identificar, avaliar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Grupo BES se encontra sujeito, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados e, dessa forma, não afetem negativamente a situação patrimonial do Grupo.

O controlo e a gestão eficiente dos riscos têm vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo BES. Para além de contribuírem para a otimização do binómio rentabilidade/risco das várias linhas de negócio asseguram, também, a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade e da liquidez.

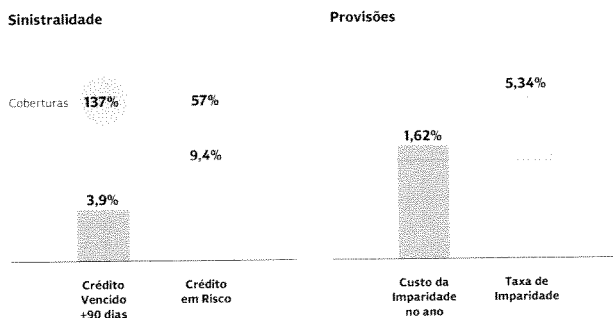
### Sumário Executivo

- Independência da função de gestão de risco
- Envolvimento da gestão de topo através de comités especializados
- Visão integrada dos riscos
- Estruturas técnicas especializadas

### Crédito

- A recessão económica tem tido reflexos inevitáveis no risco de crédito: o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias aumentou para 3,9% (Dez.11: 2,7%) e o rácio de crédito em risco atingiu 9,4% (Dez.11: 6,6%).
- Em consonância com o aumento da sinistralidade, as provisões foram reforçadas no ano de 2012 em 815 milhões de euros (1,62%) em relação à carteira de crédito, o que compara com 601 milhões de euros (1,17%) em 2011.
- O aumento assinalável das provisões de balanço (crescimento anual de 24%) possibilitou que os rácios de cobertura se mantivessem em níveis prudentes: a cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias e do crédito em risco por provisões atingiram 137% e 57%, respetivamente, representando as posições em balanço 5,3% (Dez.11: 4,2%).
- O Programa de Inspeções (OIP), levado a cabo pelo BdP, resultou em provisões adicionais de 78 milhões de euros, totalmente realizadas em 2012, valor imaterial comparado com o nível de provisões do Grupo.

### Aumento da sinistralidade e do provisionamento

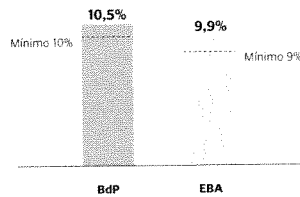


### Solvabilidade

- Core Tier I de 10,5% de acordo com o BdP e 9,9% de acordo com a EBA, confortavelmente acima dos requisitos mínimos estabelecidos, sem recurso a fundos públicos, permitindo ao Grupo BES manter a sua independência estratégica.
- Os ativos ponderados pelo risco ascenderam a 61 651 milhões de euros, apresentando uma diminuição anual de 6%, fruto da política de gestão de risco do Grupo e do continuado deleverage do balanço.
- O exercício de ICAAP, realizado em 2012, com referência a 31/12/2011 permitiu concluir que o Grupo BES cumpre o apetite de risco conservador, assegurando uma elevada solvabilidade associada a um rating target mínimo de A (perspetiva Debt Holder).

### Rácios de capital reforçados

#### Core Tier I



Ativos de Risco Equivalentes	2012
Risco de Crédito	56 454
Risco de Mercado	1 503
Risco Operacional	3 694
<b>Total</b>	<b>61 651</b>

### Liquidez

- O Grupo BES, a 31 de dezembro de 2012, cumpria já com o limite estabelecido para 2015, para o rácio de Liquidez de Basileia III, LCR.
- O gap de liquidez até um ano do BdP passou de -15% (Dez.11) para -1,7% (Dez.12), que compara com -5,4% (Jun.12) com os bancos portugueses.
- No final de 2012, o BES reabriu o mercado de dívida para os bancos portugueses tendo até ao início de 2013 obtido financiamento de médio e longo prazo, no montante de 1,6 mil milhões de euros.

### Gestão de risco de liquidez conservadora

#### Gap de Liquidez até 1 ano

Dez. 12

-1,7 %

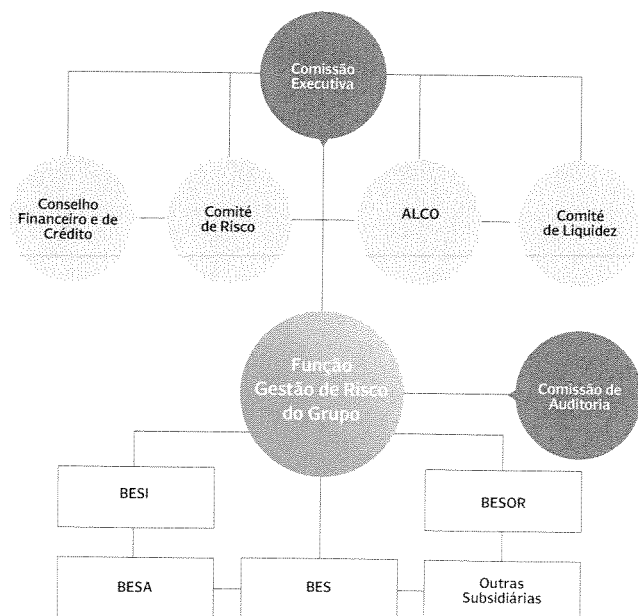
## Fatores de Risco

Risco	Descrição	Medidas de Mitigação
• Deterioração da situação económica	Impacto no aumento do incumprimento do crédito e na desvalorização do mercado imobiliário e de capitais, e na dificuldade de financiamento nos mercados de <i>wholesale</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitorização detalhada e atempada de todos os riscos</li> <li>• Revisão contínua de políticas e limites</li> <li>• Maximização do binómio rentabilidade/ risco</li> <li>• Liquidificação de ativos</li> </ul>
• Alterações legislativas ou regulamentares	As alterações legislativas ou regulamentares não previsíveis podem afetar a estratégia do Banco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento de desenvolvimentos legislativos e regulamentares, tentando antecipar as alterações e mitigar potenciais impactos</li> </ul>
• Flutuação dos mercados financeiros	A volatilidade dos mercados pode afetar os resultados do banco e do fundo de pensões, bem como a margem financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitorização cuidadosa dos mercados</li> <li>• Manutenção de processos robustos de controlo</li> </ul>
• Acontecimentos naturais ou ataques terroristas	Um ataque terrorista, uma pandemia, um terramoto ou outros acontecimentos imprevistos podem afetar o normal funcionamento do Grupo BES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de políticas de gestão de continuidade de negócio</li> </ul>
• Eventos geopolíticos	Desenvolvimentos políticos ou governamentais adversos em geografias onde o Grupo BES está presente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitorização da situação política</li> <li>• Realização de exercícios de <i>stress</i> e, se necessário, implementação de ações de mitigação</li> </ul>

## Organização

A definição do apetite de risco do Grupo BES é da responsabilidade da Comissão Executiva, que fixa igualmente os princípios gerais de gestão e de controlo dos riscos, assegurando que o Grupo BES detém as competências e os recursos necessários à prossecução dos objetivos definidos neste domínio.

Existem diversos Comitês especializados que assumem, em linha com as decisões da Comissão Executiva, um importante papel na área de gestão e controlo dos riscos:

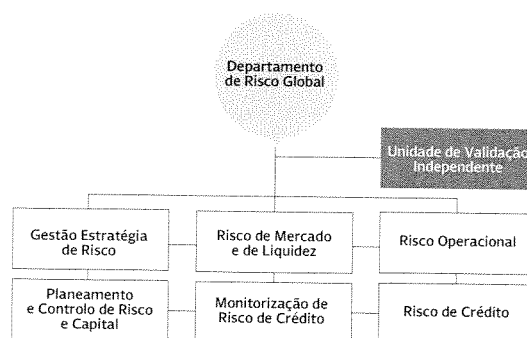


A definição de funções e responsabilidades na gestão de risco obedece ao princípio das "Três Linhas de Defesa" que define de uma forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas definidas no Grupo.

Esta segregação de funções é fundamental para alinhar incentivos e controlar e gerir os riscos:

Linhas de Defesa	Objetivos	Responsabilidades
<b>1 Tomada de risco Unidades Negócio</b>	Maximizar o retorno ajustado pelo risco dentro dos limites estabelecidos	<b>Unidades de Negócio</b> As unidades de negócio são tomadoras de risco nas suas atividades diárias através da execução do negócio, e da aprovação de operações dentro dos poderes delegados, limites e políticas do Grupo; Responsáveis pelos riscos assumidos ( <i>upside</i> e <i>downside</i> ).
<b>2 Controlo de risco</b>	Manter o Grupo dentro dos limites de risco através da medição e monitorização dos riscos	<b>Departamento de Risco Global</b> Propõe o apetite de risco e respectivos limites; Identifica e monitoriza o risco, reportando excessos; Desenvolve modelos e ferramentas de avaliação de risco; Não tem responsabilidades na tomada de risco.
<b>3 Auditoria</b>	Assegurar a eficácia e adequação do controlo de risco através de mecanismos regulares de verificação de processos-chave	<b>Departamento de Auditoria Interna</b> Revisão independente da adesão às normas, políticas e regulamentos; Identificação de falhas operacionais e proposta de medidas corretivas; Não tem responsabilidades na tomada ou medição de risco.

Ao nível operacional, a função de Gestão de Risco está centralizada no Departamento de Risco Global (DRG) e é independente das áreas de negócio, incorporando de forma consistente os conceitos de risco e capital na estratégia e nas decisões de negócio do Grupo BES:



As funções do DRG incluem:

- Identificação, avaliação, controle e reporte dos diferentes tipos de risco assumidos, de forma a permitir a gestão global do risco e o cumprimento das normas internas e regulamentares, bem como monitorização e dinamização de ações de mitigação;
- Implementação das políticas de risco definidas pela Comissão Executiva, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias em todas as unidades do Grupo BES;
- Desenvolvimento e monitorização de metodologias para identificação e quantificação dos riscos, como modelos de *rating* internos e rácios de liquidez; e metodologias de apoio à decisão como modelos de *pricing*, modelos de decisão de pagamento e de RAROC;
- Apuramento, controle e reporte dos requisitos de capital regulamentar para risco de crédito, riscos de mercado e risco operacional;
- Desenvolvimento do processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) e dos testes de esforço (*stress tests*);

- Validação contínua de modelos, de parâmetros de risco e validação dos níveis de utilização interna dos modelos de risco (*use-test*);
- Acompanhamento da estratégia de internacionalização do Grupo BES, colaborando no desenho das soluções organizativas e na monitorização e reporte do risco assumido pelas diferentes unidades internacionais.

## Enquadramento regulamentar

### Basileia III

As regras de Basileia III, apresentadas inicialmente no final de 2010 pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, representam uma alteração regulamentar global para o sistema financeiro e têm como finalidade garantir uma maior solidez das instituições e a prevenção de novas crises financeiras. Os bancos abrangidos irão dispor de um período transitório, que decorrerá até 1 de janeiro de 2019, para cumprimento das regras aprovadas. Atualmente as regras apontam para o seguinte enquadramento no final do período transitório:

- Rácio mínimo *Core Tier 1*: 7% (4,5% de valor base e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- Rácio mínimo *Tier 1*: 8,5% (6,0% de valor e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- Rácio de solvabilidade total: 10,5%;
- Introdução de um *buffer* anticíclico entre 0% e 2,5% de elementos *Core Tier 1* em condições a designar pelas autoridades regulamentares;
- Fixação de períodos transitórios para absorção das deduções a elementos de capital não elegíveis segundo BIS III e para as novas deduções à base de capital;
- Rácio de cobertura de liquidez (LCR): 100%;
- Estabelecimento de rácios de alavancagem e de liquidez de médio/ longo prazo (NSFR) em condições a definir.

O Comité de Basileia tem ainda uma agenda adicional que, num futuro próximo, contemplará os seguintes aspetos:

- Efetuar a revisão fundamental das regras aplicáveis à carteira de negociação das instituições financeiras;
- Efetuar a revisão do tratamento das securitizações no âmbito do normativo de Basileia;
- Efetuar a revisão do regime das "grandes exposições";
- Rever a abordagem *standard* ao cálculo dos requisitos de capital e da adequação de capital.

A nível europeu, a CRD IV, que irá transpor para a regulamentação europeia as principais componentes de Basileia III, encontra-se ainda em fase de aprovação, mantendo-se a incerteza sobre a sua redação final.

O Grupo BES continua a acompanhar muito de perto a evolução do enquadramento regulamentar, bem como os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no sentido de apurar e planear os impactos das regras finais para o Grupo.

### Planos de recuperação e de resolução

O Banco de Portugal aprovou, em 2012, legislação referente a planos de recuperação e de resolução. Esta legislação tem como objetivo, no primeiro caso, a identificação de medidas suscetíveis de serem adotadas para corrigir uma situação de *stress* em que a solidez financeira de uma instituição seja seriamente danificada, e no segundo caso, a possibilidade de proceder a uma resolução ordenada de uma instituição.

O Grupo BES tem em funcionamento mecanismos robustos para garantir a recuperação de desequilíbrios provocados por eventos severos que afetem a sua solvência ou liquidez.

### Prevenção do Risco de Crédito (PARI e PERSI)

A crise económica que se vive em Portugal tem conduzido a um acréscido número de situações de incumprimento dos agregados familiares. O Grupo BES tem procurado reagir e antecipar esta realidade, através do acompanhamento cada vez mais estreito da execução dos contratos de crédito a particulares. Em 2012, foi implementado um processo de deteção central de clientes em risco de incumprimento, promovendo o contacto pró-ativo com estes clientes e a adoção de medidas de prevenção do referido incumprimento. Refira-se que, em 1 de janeiro de 2013, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de outubro, que estipula para as Instituições de Crédito a obrigatoriedade de definir um Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI), que veio criar aos Bancos a obrigação legal de agir precisamente nas vertentes atrás referidas. Com efeito, este diploma legal exige aos Bancos que adotem procedimentos e medidas de acompanhamento da execução dos contratos de crédito que assegurem, fundamentalmente, os seguintes objetivos:

- Deteção precoce de indícios de risco de incumprimento. Para o efeito, o Banco de Portugal definiu, inclusive, os fatores que considera serem indícios de degradação da capacidade financeira do cliente bancário para cumprir (v.g., existência de incumprimentos registados na Central de Riscos do Banco de Portugal, devolução e inibição do uso de cheques ou a existência de dívidas fiscais e à segurança social);
- Adoção célere de medidas suscetíveis de prevenir o referido incumprimento.

O mesmo Decreto-Lei inclui ainda uma outra vertente, igualmente importante: o Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI), no âmbito do qual as instituições de crédito são chamadas a aferir da natureza pontual ou duradoura do incumprimento registado, avaliar a capacidade financeira do consumidor e, sempre que tal se afigure viável, apresentar propostas de regularização adequadas à situação financeira, objetivos e necessidades de cada cliente. O Grupo BES tem vindo a implementar as medidas necessárias à observância dos procedimentos definidos em sede de PERSI.

### Programa de Inspeções (OIP)

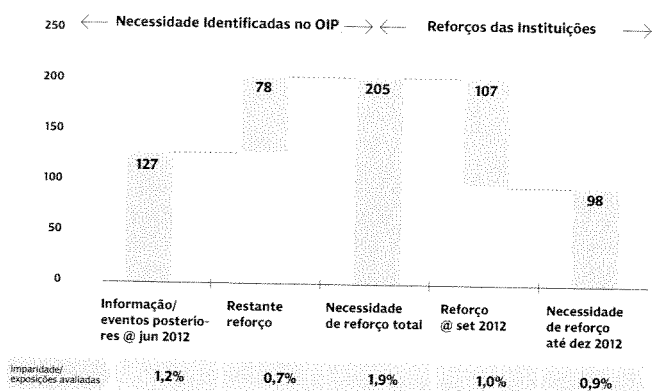
Foi realizado, no segundo semestre de 2012, um Programa de Inspeções *On-site* (OIP), desenvolvido pelo Banco de Portugal e por um auditor externo nomeado por este, sobre as exposições aos setores da construção e da promoção imobiliária e relacionados em Portugal e Espanha, com referência a 30 de junho de 2012.

O OIP envolveu os 8 maiores grupos bancários portugueses e teve por objetivo avaliar a adequabilidade dos níveis de imparidade registados sobre as exposições aos setores abrangidos, com referência a 30 de junho de 2012, tendo por base critérios conservadores de avaliação. O Grupo BES foi sujeito ao mesmo Programa de Inspeções *On-site* na medida em que consolida integralmente no Espírito Santo Financial Group.

No Grupo BES, a avaliação concluiu existir uma necessidade de reforço das imparidades registadas num montante de 205 milhões de euros, correspondente a cerca de 1,9% das exposições avaliadas. Dos 205 milhões de euros, 127 milhões de euros resultaram da análise de informação e eventos posteriores à data de referência, como novas insolvências/ falências e reavaliações de colaterais, como se ilustra no lado esquerdo do gráfico abaixo. Os reforços de imparidade que o Grupo BES constituiu com referência a 30 de setembro de 2012, cobriram grande parte das necessidades identificadas, reduzindo o seu montante de 205 milhões de euros para 98 milhões de euros, valor que foi registado em 31 de dezembro de 2012, como se ilustra no lado direito do gráfico abaixo apresentado.

## Reforços de Imparidade

(€ M)



Conclui-se que o impacto dos resultados do OIP é imaterial comparado com o nível de provisões do Grupo.

## 6.1 Risco de Crédito

O Risco de Crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo BES no âmbito da sua atividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a atividade do Grupo. A sua gestão e controlo são suportados pela utilização de um robusto sistema de identificação, avaliação e quantificação de risco.

### A. Práticas de Gestão

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Para tal, tem vindo a verificar-se uma melhoria contínua ao nível:

- Da modelização do risco de crédito, com conseqüente diminuição do peso da subjetividade na sua apreciação;
- Da incorporação de sinais de alerta comportamental nos sistemas de *rating*;
- Dos procedimentos e circuitos de decisão, com destaque para a independência da função de gestão de risco, delegação de poderes de acordo com níveis de *rating* e adequação sistemática do *pricing*, maturidade e garantias dos clientes;
- Dos sistemas de informação relacionados com a disponibilização das diferentes variáveis inerentes à avaliação do risco de crédito de modo a permitir a sua consulta a todos os intervenientes do processo de crédito;
- Da independência do processo de formalização/ execução das operações de crédito face à estrutura de origemação.

A implementação do vasto conjunto de iniciativas desenvolvidas ao longo dos últimos anos, relacionadas, nomeadamente, com o projeto global de revisão dos processos de decisão de crédito nos vários segmentos comerciais, aliada à cobertura quase integral das posições creditícias por *ratings* internos, permitiu que o processo de concessão de crédito no Grupo BES assente na utilização abrangente de métricas de rentabilidade ajustada pelo risco.

De forma transversal aos segmentos comerciais, os *ratings* internos são incorporados diretamente na definição dos poderes de crédito dos diferentes

escalões de decisão, sendo também utilizados como suporte à diferenciação de *pricing*.

Foi igualmente alargada a utilização de *ratings* para efeitos de definição de limites de *portfolio* que condicionam a concessão de crédito por produto e classes de *rating*, restringindo a produção de crédito nas piores notações de risco. Os limites de *portfolio* são utilizados como instrumento de gestão, de forma diferenciada, quando consideramos os *portfolios* de crédito de Particulares e de Empresas:

- Nos *portfolios* de Crédito à Habitação, Crédito Individual e Cartões de Crédito, há limites de *portfolio* na origemação que condicionam fortemente a aprovação de operações nas piores notações de *scoring*;
- Nos *portfolios* de Empresas, os limites são utilizados para controlar a evolução do perfil de risco dos vários *portfolios* de crédito. A avaliação do perfil de risco é feita com base na Exposição Líquida de Colaterais.

O cumprimento dos limites estabelecidos é periodicamente objeto de monitorização, sendo a informação distribuída às áreas comerciais e Comité de Risco.

O Grupo BES tem uma política de gestão de risco de crédito rigorosa que lhe permite mitigar significativamente o risco assumido perante os seus clientes nas fases do processo de crédito – origemação, monitorização e recuperação.

### Originação

- Limites restritivos na concessão de crédito
- Exigência de garantias associadas aos créditos
- Diferenciação do preço consoante o risco
- Manutenção de elevada cobertura da exposição com *ratings*
- Automatização na disponibilização da informação de suporte à decisão de concessão de crédito, nomeadamente no *front office*

### Monitorização

- Processo de monitorização com forte envolvimento da Gestão de Topo
- Disponibilização automática da informação de risco de crédito às áreas comerciais
- Ações de acompanhamento de crédito (antes do *default*)
- Processos e controlos de gestão das garantias

### Recuperação

- Antecipação das ações de recuperação
- Monitorização dos devedores e dos ativos recebidos em garantia
- Processo de recuperação de crédito adequado com o negócio, recuperação e áreas de desinvestimento
- Risco de crédito como variável nos esquemas de incentivos das áreas comerciais (SOI)

### A.1. Os Sistemas de Notação de Risco

Face às particularidades inerentes aos diferentes segmentos de clientes do Grupo BES, foram desenvolvidos diversos sistemas internos de notações e parâmetros de risco, quer para empresas, quer para particulares.

Conforme previsto na regulamentação sobre requisitos mínimos de capital (Basileia II), e seguindo as melhores práticas de gestão de risco, a validação dos sistemas internos de notações de risco é efetuada de uma forma periódica pela Unidade de Validação Independente. O exercício anual de validação interna dos diversos modelos de *rating* para os diferentes *portfolios* de crédito confirma a robustez e aderência destes modelos no exercício de aferição do risco de crédito.

#### \* Modelos de *Rating* para Carteiras de Empresas

No que concerne aos modelos de *rating* para carteiras de empresas, são adotadas abordagens distintas em função da dimensão e do setor de atividade dos clientes. São ainda utilizados modelos específicos adaptados a operações de crédito de *Project Finance*, *Commodity Finance*, *Object Finance*, *Acquisition Finance* e Financiamentos à Construção.

Critério de Segmentação	Tipo de Modelo	Descrição
<b>Setor, Dimensão, Produto</b>  • Instituições Financeiras • Municípios • Institucionais • Adm. Locais e Regionais • Grandes Empresas [Vol. Negócios > 50 M€ ] • Imobiliário (Investimento/ Promoção) • Acquisition Finance • Project Finance • Object Finance • Commodity Finance	Template	Ratings atribuídos por equipas de analistas, utilizando modelos específicos por setor ( <i>templates</i> ) e informação financeira e qualitativa.
<b>Médias Empresas:</b>  • Vol. Negócios [1,25 M€ - 50 M€ ]	Semi-automático	Modelo de Rating baseado em informação financeira, qualitativa e comportamental, validado por analistas.
<b>Pequenas Empresas:</b>  • Vol. Negócios até 1,25 M€  Start-Up's e Empresários em Nome Individual	Automático	Modelo de Rating baseado em informação financeira, qualitativa e comportamental.  Modelo de Rating baseado em informação qualitativa e comportamental.

Relativamente às **Grandes Empresas, Instituições Financeiras, Institucionais, Administrações Locais e Regionais e Empréstimos especializados** - nomeadamente *Project Finance, Object Finance, Commodity Finance* e *Acquisition Finance* - as notações de risco são atribuídas pela Mesa de Rating. Esta estrutura é constituída por analistas técnicos especializados, organizados em equipas multissetoriais e centraliza, também, a validação dos ratings propostos pelos analistas de risco de crédito que se encontram geograficamente dispersos pelas várias entidades do Grupo BES.

A atribuição das notações internas de risco por parte desta equipa a estes segmentos de risco, classificados como *portfolios* de baixa sinistralidade (*Low Default Portfolios*), assenta na utilização de modelos de rating do tipo "expert-based" (*templates*) que se baseiam em variáveis qualitativas e quantitativas, fortemente dependentes do setor ou setores de atividade em que operam os clientes em análise. Com exceção da atribuição de rating a empréstimos especializados, a metodologia utilizada pela Mesa de Rating rege-se, ainda, por uma análise de risco ao nível do perímetro máximo de consolidação e pela identificação do estatuto de cada empresa participada no respetivo grupo económico.

Os ratings são validados diariamente num Comité de Rating composto por membros da direção e das várias equipas especializadas.

Para o segmento de **Médias Empresas** (empresas com volume de faturação superior a 1,25 milhões de euros e inferior a 50 milhões de euros, com exceção das empresas inseridas em alguns setores classificados como segmentos de risco específicos, como o setor da promoção imobiliária) são utilizados Modelos de Rating estatísticos que combinam variáveis económico-financeiras, comportamentais e informação de natureza qualitativa.

A publicação das notações de risco requer, ainda, um processo prévio de validação elaborado por uma equipa técnica de analistas de risco, os quais tomam ainda em consideração variáveis de natureza comportamental. Nas circunstâncias previstas nos respetivos normativos de processo de crédito, esses analistas também se pronunciam sobre as operações de crédito propostas elaborando, para o efeito, relatórios de análise de risco sobre as mesmas.

Esta equipa efetua, ainda, uma monitorização da carteira de crédito dos clientes do Grupo BES através da elaboração de análises de risco, previstas

em normativo interno de acordo com o binómio Responsabilidades Atuais/ Rating Cliente, emitindo recomendações específicas sobre o relacionamento creditício a seguir com determinado cliente.

Para o segmento de **Pequenas Empresas** (Empresas com faturação inferior a 1,25 milhões de euros) são utilizados igualmente Modelos de Rating estatísticos que têm subjacente, para além da informação financeira e qualitativa, variáveis comportamentais das empresas e do(s) sócio(s) no cálculo das notações de risco.

Encontram-se igualmente implementados Modelos de Rating especificamente vocacionados para a quantificação do risco de **Start-Ups** (empresas constituídas há menos de 2 anos e com faturação inferior a 25 milhões de euros no primeiro ano de atividade) e **ENI's**.

Para as empresas inseridas no **Setor Imobiliário** (empresas dedicadas à atividade de promoção e investimento imobiliário, em especial, empresas de pequena e média dimensão), atentas as suas especificidades, os respetivos ratings são atribuídos por uma equipa central especializada, suportando-se na utilização de modelos específicos que combinam a utilização de variáveis quantitativas e técnicas (avaliações imobiliárias efetuadas por Gabinetes Especializados), bem como variáveis qualitativas. Esta equipa é igualmente responsável pela elaboração das análises de risco das propostas de crédito especializado que revestem a forma de Financiamentos à Construção.

• **Modelos de Scoring para Carteiras de Particulares**

O Grupo BES dispõe de modelos de scoring de originação e comportamentais para os seus principais produtos de particulares: crédito à habitação, crédito individual, cartões de crédito, descobertos e contas empréstimo, cujas notações de risco estão calibradas contra probabilidades de incumprimento a um ano. A capacidade preditiva dos modelos é objeto de monitorização periódica.

Portfolios	Modelos	
	Scoring Originação	Scoring Comportamental
Crédito à Habitação	Modelo para clientes e Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses)	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 6 meses
Crédito Individual	Modelo para clientes e Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses)	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 6 meses
Contas Empréstimo	Modelo clientes (antiguidade da conta superior a 6 meses)	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 6 meses
Cartões	Modelo para clientes e Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses)	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 12 meses
Contas Correntes	Com limite	Scoring Originação de Limites: Módulo para Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses); módulo para novas contas de clientes antigos e módulo para introdução de limites em contas com antiguidade superior a 6 meses
	Sem limite	Modelo aplicado a operações sem limite com antiguidade superior a 6 meses

Paralelamente à estimativa dos incumprimentos, são também monitorizados regularmente outros parâmetros necessários à quantificação e gestão de risco: a recuperação (1-LGD) e a exposição estimada no momento do incumprimento (EAD).

Todos os modelos de scoring desenvolvidos atrás descritos assumem hoje em dia um papel determinante não só na análise técnica do risco mas também nos processos de aprovação e monitorização do risco de crédito.

• **Modelos de LGD**

Quando um cliente não cumpre com o pagamento das suas responsabilidades, o banco não perderá necessariamente a totalidade da dívida, mesmo que o risco das operações de crédito não esteja mitigado por via da existência de

colaterais. O *Loss Given Default* (LGD) mede o total da perda económica do Banco quando um crédito entra em *default*. O cálculo de LGD leva por isso em conta todos os *cash-flows* ocorridos após essa data, incluindo *cash-inflows* correspondentes a pagamentos (parciais) do cliente ou execução do colateral, custos de recuperação, custos administrativos e o custo decorrente do efeito financeiro via desconto de *cash-flows*.

Desde 2004 que o Grupo BES procede ao cálculo dos parâmetros de LGD, com base em dados internos para os produtos de Particulares – crédito à habitação, crédito individual, cartões de crédito, descobertos e contas empréstimo – bem como para os *portfolios* de Pequenas Empresas e Empresários em Nome Individual, a incluir nas carteiras de Retail. Estes parâmetros são utilizados para gestão do risco, cálculo de imparidades e cálculo de capital regulamentar para o risco de crédito do Grupo BES.

O Grupo BES procede, ainda, ao cálculo de “estimativas internas das taxas de recuperação” para os *portfolios* de Médias e Grandes Empresas, os quais utiliza para os respetivos processos de negócio.

## A.2 A Monitorização do Risco de Crédito

As atividades de acompanhamento e de controlo do Risco de Crédito implementadas no Grupo BES têm por objetivo medir e controlar a evolução do Risco de Crédito e, simultaneamente, numa lógica de mitigação de perdas potenciais, definir medidas objetivas relativamente a situações concretas, cujas especificidades indicem uma deterioração de risco, bem como de estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspetiva, tendo como objetivo central a preservação da qualidade e dos padrões de risco do Grupo BES, a função de Monitorização do Risco de Crédito e o seu respetivo desenvolvimento é objetivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco, sendo constituída essencialmente pelos seguintes processos:

- Acompanhamento de clientes com sinais de alerta (CARC);
- Grupo de Acompanhamento de Risco (GAR);
- Análise global do perfil de risco da carteira de crédito.

### Acompanhamento de clientes com sinais de alerta (CARC)

O acompanhamento de clientes com sinais de alerta é da competência da Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito (CARC) que, para o efeito, promove e lidera reuniões presenciais que se realizam ao longo do ano com todas as estruturas comerciais, e cujas conclusões são alvo de reporte periódico ao Comité de Risco e à Comissão Executiva.

Em 2012 a CARC procedeu à análise e avaliação de 8 524 clientes (dos quais 1 533, cerca de 18%, foram referenciados pela primeira vez em 2012) e cuja exposição global ascendeu a cerca de 9 589 milhões de euros.

Dessa avaliação, e tendo presente as respetivas especificidades de cada um dos casos avaliados, entendeu esta Comissão emitir recomendações que incidiram sobre 72% dos clientes alvo de análise (abrangendo 6 128 clientes, dos quais cerca de 25% correspondendo a clientes referenciados pela primeira vez) cuja exposição global representava aproximadamente 58,6% das responsabilidades totais objeto de análise.

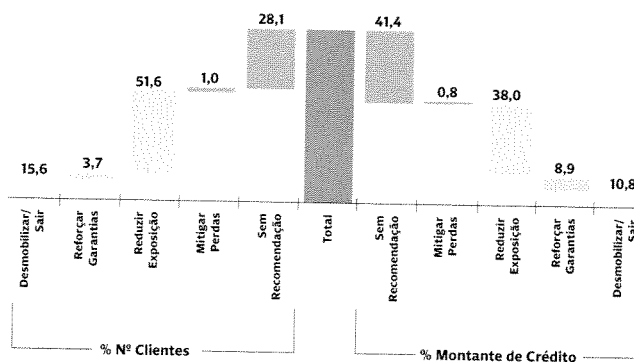
No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição observada por tipologia de recomendações, sendo de referir:

- A relevância do conjunto de recomendações de cariz mais defensivo (Desmobilizar, Reforçar Garantias e/ ou Reduzir Envolvimento), que é particularmente notada quer em termos de número de clientes (70,9% dos clientes analisados), quer em termos de exposição creditícia (pouco mais de 57,7%);
- O facto de cerca de 28,1% dos clientes analisados não ter sido alvo de recomendação (representando cerca de 41,4% das responsabilidades analisadas), permite concluir que o risco de crédito no Grupo BES se

encontra controlado/ mitigado, principalmente se se tiver em linha de conta o volume de responsabilidades analisadas por esta Comissão, totalmente independente das estruturas comerciais responsáveis pela originação dos créditos alvo de análise.

### Recomendações CARC em 2012

(Perfil de distribuição da carteira analisada)



Em sintonia com as crescentes dificuldades que alguns setores económicos têm vindo a acusar, cerca de 45% do conjunto das recomendações produzidas em 2012 foram definidas para clientes com atividades centradas em apenas três setores: promoção imobiliária, serviços prestados às empresas e construção civil.

Estas Comissões de Acompanhamento de Risco de Crédito precedem a realização das Comissões Executivas Itinerantes (com a presença do Presidente da Comissão Executiva) de modo a que as recomendações emanadas pelas mesmas sejam alvo de análise pela gestão de topo do Grupo BES.

### Grupo de Acompanhamento de Risco (GAR)

O Grupo de Acompanhamento de Risco (GAR), criado em 2011, tem como objetivo o aprofundamento da análise e controlo do risco de crédito já desenvolvido no âmbito do processo CARC.

Os clientes analisados no âmbito do GAR são mensalmente classificados em três classes de risco – Pré-*Watchlist*, *Watchlist* e Recuperação – mediante a verificação de critérios de risco pré-definidos. Para todos os clientes alocados às referidas classes de risco são produzidos relatórios de identificação das causas de deterioração do respetivo risco e as ações a desenvolver como sejam:

- O desenvolvimento das recomendações de transferência de clientes em Pré-*Watchlist*, *Watchlist* para o Departamento de Acompanhamento de Empresas;
- A validação de “Planos de Recuperação” para clientes em *Watchlist* (aplicáveis a clientes com responsabilidade inferior a 0,5 milhões de euros apenas se selecionados pelo Departamento de Recuperação de Crédito);
- A monitorização dos clientes com planos em implementação nos departamentos comerciais de empresas, Departamento de Acompanhamento de Empresas ou através de proposta do Departamento de Recuperação de Crédito.

Durante 2012 este grupo foi reforçado através da abordagem individualizada aos clientes do segmento imobiliário, com a criação de um Grupo de Acompanhamento de Risco Imobiliário (GARI), com modo de funcionamento em tudo idêntico ao GAR, mas com a participação e intervenção alargada das áreas do Banco com competências técnicas neste segmento.

A manutenção de um ambiente macroeconómico adverso no decorrer de 2012 reforçou a importância das ações de acompanhamento e monitorização



do risco de crédito, pelo que o resultado de cada GAR e GARI passou a ser apreciado pela Comissão Executiva através da realização de um GAR Síntese de reporte e ratificação das decisões tomadas.

#### Análise global do perfil de risco da carteira de crédito

No Grupo BES é efetuada uma gestão permanente da carteira de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito, sendo o perfil de risco dos *portfolios* de crédito (nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias) apresentado mensalmente no Comité de Risco. São igualmente objeto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas comerciais.

### A.3 Processo de Recuperação de Crédito

Todo o processo de recuperação de crédito é desenvolvido com base no conceito integrado de cliente. Cada cliente tem afeto um "recuperador" que acompanha todos os seus créditos em recuperação (independentemente do segmento - empresas ou retalho). O tratamento do crédito concedido a particulares, dada a volumetria e natureza, obedece em algumas fases a critérios automáticos e industrializados, enquanto o tratamento do crédito a empresas obedece a critérios personalizados de abordagem.

No decurso do processo são equacionadas as possibilidades de acordo, recorrendo à via judicial sempre que se revele necessário para ressarcimento dos créditos e defesa dos direitos do Banco, mantendo, no entanto, a disponibilidade para equacionar soluções que potenciem o regresso a uma situação de cumprimento.

### A.4 Risco de Concentração

O risco de concentração é entendido como sendo a possibilidade de uma exposição ou um conjunto de exposições produzir perdas suficientemente significativas que possam por em causa a solvabilidade da Instituição. Em particular, o risco de concentração de crédito decorre da existência de fatores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração daqueles fatores possa implicar um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada uma daquelas contrapartes.

Neste contexto, foram definidos limites para as maiores exposições e para a distribuição setorial. Sendo objeto de monitorização periódica, tais limites, em complementaridade com outros de caráter regulamentar (ex. Grandes Riscos), vieram reforçar o *framework* de acompanhamento e monitorização do risco de concentração de crédito do Grupo.

De referir por último que o efeito do risco de concentração se encontra incorporado no exercício ICAAP.

## B. Análise do Risco de Crédito

### B.1. Carteira de Crédito a Clientes

#### Estrutura da Carteira de Crédito

Face ao final do exercício anterior, a carteira de crédito registou em 31 de dezembro de 2012 um decréscimo de 1,6%. Apesar da redução do crédito ter sido extensível a todos os segmentos, merece destaque o facto do crédito a empresas ter sido a carteira onde se verificou uma diminuição menos acentuada (de apenas 0,7%), em consequência do continuado apoio do Grupo ao tecido empresarial português, em particular às empresas exportadoras.

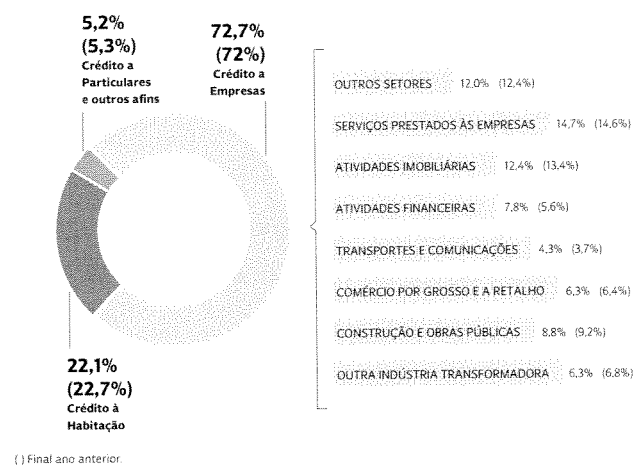
#### Estrutura da carteira de Crédito

	Dez. 2011	Dez. 2012	Variação
Crédito Total (bruto)	51 211	50 399	-1,6%
Habituação	11 610	11 134	-4,1%
Particulares (Outro)	2 716	2 628	-3,2%
Empresas	36 885	36 637	-0,7%

(milhões de euros)

A análise da distribuição setorial da carteira de crédito permite demonstrar, por um lado, o continuado enfoque do Grupo BES no suporte ao tecido empresarial e, por outro, a manutenção de níveis de concentração conservadores.

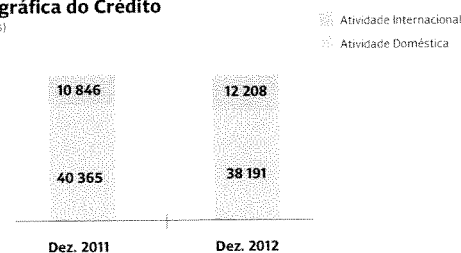
#### Distribuição Setorial do Crédito Total



Relativamente à repartição geográfica da carteira de crédito, a atividade internacional, que representa 24% da carteira de crédito, cresceu 13% face ao período homólogo.

#### Distribuição Geográfica do Crédito

(Valores em milhões de euros)

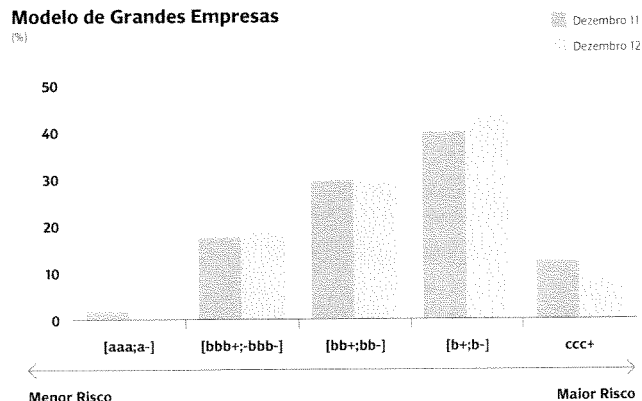


#### Distribuição da carteira de crédito por notação de rating

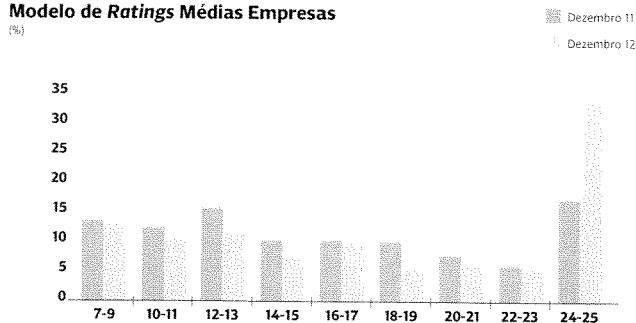
O Grupo BES utiliza, no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito, os seus sistemas de *ratings* internos, cujas probabilidades médias de incumprimento refletem, tanto nos segmentos de Empresas como nos de Retalho, o atual contexto de desaceleração da atividade económica.

#### Modelo de Grandes Empresas

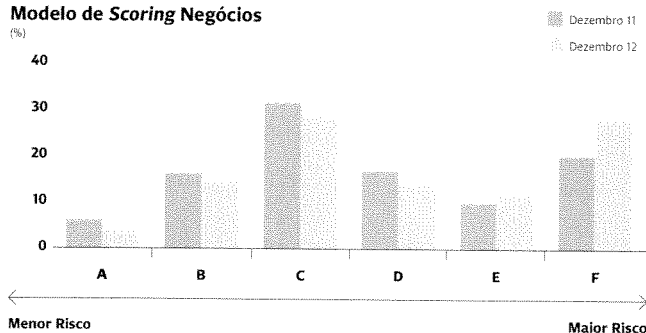
(%)



### Modelo de Ratings Médias Empresas



### Modelo de Scoring Negócios



### Qualidade do Crédito

O esforço contínuo na melhoria das políticas e procedimentos de gestão do risco permitiu atenuar os efeitos da deterioração da situação económica doméstica e internacional que, mesmo assim, não deixaram de se fazer sentir no comportamento dos indicadores de sinistralidade de crédito do Grupo, os quais foram, em grande medida, acautelados pelo reforço significativo do nível de provisionamento da carteira de crédito.

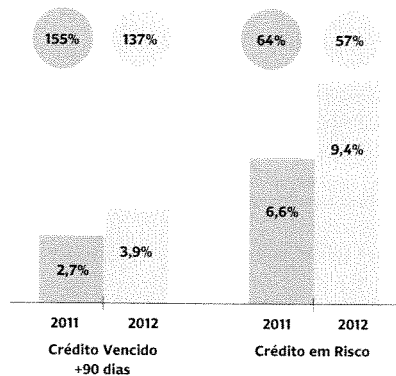
### Qualidade do Crédito a Clientes

	Dez. 11	Dez. 12	Variação	
			Absoluta	Relativa
<b>Dados de Base (milhões de euros)</b>				
Crédito a Clientes (bruto)	51 211	50 399	-812	-1,6%
Crédito Vencido	1 546	2 185	640	41,4%
Crédito Vencido > 90 dias	1 403	1 966	563	40,1%
Crédito em Risco <sup>(1)</sup>	3 374	4 758	1 385	41,0%
Provisões para Crédito	2 167	2 692	525	24,2%
Reforço de provisões para crédito (acumulado)	601	815	214	35,7%
<b>Indicadores (%)</b>				
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	3,02%	4,34%	1,32p.p.	
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	2,74%	3,90%	1,16p.p.	
Crédito em Risco <sup>(1)</sup> / Crédito a Clientes (bruto)	6,59%	9,44%	2,85p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	140,2%	123,2%	-17,0p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	154,5%	136,9%	-17,5p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito em Risco <sup>(1)</sup>	64,2%	56,6%	-7,7p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Clientes	4,23%	5,34%	1,11p.p.	
Carga de Provisões para Crédito	1,17%	1,62%	0,45p.p.	
Carga Líquida de Recuperações de Créditos Abatidos ao Ativo	1,12%	1,57%	0,45p.p.	

(1) De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal. O crédito em risco inclui: a) crédito (vencido + vencendo) com prestações de capital e juros vencidos há mais de 90 dias; b) créditos reestruturados em que tenha havido capitalização de juros ou capital sem cobertura total por garantias ou que os juros e outros encargos não tenham sido pagos na íntegra pelo devedor; c) prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias em que se verifique a falência ou liquidação do devedor.

O rácio crédito vencido há mais de 90 dias/ crédito a clientes evoluiu para 3,90% (em dezembro de 2011 era 2,74%). O respetivo rácio de cobertura por provisões mantém-se em níveis confortáveis de 136,9% (154,5% em dezembro 2011), apesar do decréscimo verificado (-17,4 pp.).

### Sinistralidade e cobertura por provisões



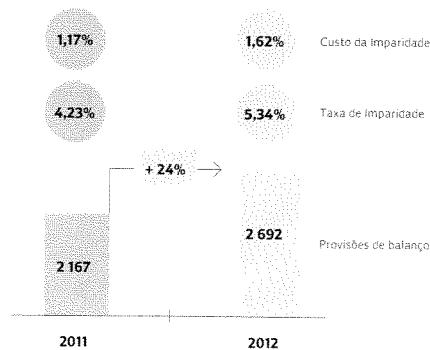
Refletindo os efeitos do agravamento do contexto macroeconómico, o rácio de crédito em risco aumentou de 6,6% para 9,4% em dezembro de 2012. Esta evolução foi influenciada, dada a sua expressão na carteira, fundamentalmente pelo incremento da sinistralidade do crédito a empresas (que passou de 6,6% para 10%).

### Crédito em Risco por Tipo de Crédito

	Sinistralidade		Cobertura		Imparidade de balanço	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Crédito Total	6,59%	9,44%	64%	57%	4,23%	5,34%
Empresas	6,58%	10,02%	76%	64%	5,02%	6,37%
Habituação	6,22%	7,28%	22%	21%	1,38%	1,52%
Particulares (outro)	8,25%	10,54%	69%	69%	5,72%	7,28%

No que respeita às provisões para carteira de crédito, sublinha-se o reforço expressivo efetuado de 815 milhões de euros, que representou um custo de imparidade médio de 1,62% no ano de 2012 (1,17% em 2011). Tal acréscimo resultou num aumento de 24% no montante das provisões registadas em balanço, o que permitiu que a taxa média de imparidade evoluísse de 4,23% para 5,34%.

### Provisões para carteira de crédito



Por fim, merece nota o facto de 137 milhões de euros de provisões associadas a cedências de créditos terem sido constituídas na carteira de Títulos (51 milhões de euros) e rubrica Outros Ativos (86 milhões de euros).

## B.2. Exposição a Mercados Emergentes

A exposição a mercados emergentes, em moeda estrangeira, no final do exercício de 2012 determinada de acordo com os critérios do Banco de Portugal para efeitos de cálculo do risco – país, elevava-se a 5 661 milhões de euros representando 6,8% do ativo consolidado (6,2% em 31 de dezembro de 2011).

(milhões de euros)

Países	Coeficiente Risco BDP	Dez. 11		Dez. 12					
		Exposição líquida		Exposição bruta *		Garantias e Deduções **		Exposição Líquida	
		Total	em Moeda Estrangeira	Total	Reserva Justo Valor	Total	em Moeda Estrangeira	Estrutura (%)	Total
<b>América Latina</b>		<b>3 134</b>	<b>1 075</b>	<b>3 896</b>	<b>0</b>	<b>1 111</b>	<b>2 785</b>	<b>921</b>	<b>27</b>
Bahamas	10%	1	1	19	0	19	0	0	0
Brasil	0%	2 708	649	2 582	0	34	2 548	685	24
México	0%	9	9	81	0	31	50	50	0
Panamá	0%	397	397	222	0	72	149	149	1
Venezuela	50%	7	7	950	0	948	2	2	0
Outros		11	11	42	0	7	35	35	0
<b>Leste Europeu</b>		<b>77</b>	<b>9</b>	<b>130</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>123</b>	<b>42</b>	<b>1</b>
Croácia	10%	0	0	0	0	0	0	0	0
Ucrânia	50%	0	0	1	0	1	0	0	0
Outros		77	9	129	0	6	123	42	1
<b>Ásia-Pacífico</b>		<b>126</b>	<b>101</b>	<b>485</b>	<b>0</b>	<b>414</b>	<b>71</b>	<b>59</b>	<b>1</b>
Rep Popular da China	0%	10	10	4	0	2	2	2	0
Índia	10%	11	11	282	0	277	4	4	0
Macau	0%	82	57	64	0	0	64	52	1
Turquia	10%	0	0	1	0	0	0	0	0
Outros		23	23	135	0	135	0	0	0
<b>África</b>		<b>5 911</b>	<b>3 809</b>	<b>8 461</b>	<b>0</b>	<b>988</b>	<b>7 473</b>	<b>4 639</b>	<b>71</b>
África do Sul	0%	16	16	36	0	20	16	16	0
Angola	10%	5 772	3 678	8 228	0	906	7 322	4 488	70
Cabo Verde	10%	92	91	120	0	6	113	113	1
Marrocos	10%	8	0	3	0	2	1	0	0
Outros		24	24	74	0	53	21	21	0
<b>Total</b>		<b>9 248</b>	<b>4 994</b>	<b>12 972</b>	<b>0</b>	<b>2 520</b>	<b>10 452</b>	<b>5 661</b>	<b>100</b>
<b>% Ativo Líquido</b>		<b>11,5%</b>	<b>6,2%</b>	<b>16,4%</b>			<b>13,2%</b>	<b>6,8%</b>	

\* Exposição deduzida de provisões para risco país.

\*\* Inclui Trade Finance < 1 ano no valor de 1 112 ME e créditos IFC B Loans no valor de 0,4 ME.

As principais economias emergentes mantiveram um dinamismo elevado, registando fortes crescimentos do PIB. O Grupo BES está presente em diversos países desta área, nomeadamente em Angola e no Brasil, onde o desenvolvimento da respetiva atividade acompanhou o crescimento da economia local, representando, respetivamente em termos de exposição líquida total, 70% e 24% do valor global de exposição a mercados emergentes.

Durante o ano de 2012 assistiu-se a um forte desenvolvimento da atividade em Angola o que proporcionou um reforço da representatividade deste país no valor total dos mercados emergentes.

O nível de exposição apresentado encontra-se consideravelmente abaixo dos limites exigidos pelo Banco de Portugal, que recomenda que esta exposição não ultrapasse 30% dos fundos próprios.

## 6.2 Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro em consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, de mercadorias, ou de imóveis, volatilidade e spread de crédito.

O Risco de Mercado é controlado numa visão a curto prazo (dez dias) para a carteira de negociação e numa visão de médio prazo (um ano) para a carteira bancária.

## 6.2.1 Risco da carteira de negociação

### A. Práticas de Gestão

O principal elemento de medição do risco de mercado consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para a qual é utilizada a metodologia *Value at Risk* (VaR). O Grupo BES utiliza a simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias úteis para calcular o VaR. As volatilidades e correlações são históricas, com base num período de observação de 1 ano.

De forma a calibrar a medição do VaR são efetuados diariamente exercícios de *back testing* que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efetivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar a sua capacidade preditiva. Como complemento ao VaR, têm também sido utilizados cenários extremos (*stress tests*) para avaliação das conseqüentes perdas potenciais.

O Grupo BES tem em vigor limites de VaR e de *stop loss* para as suas carteiras, de forma a limitar as perdas a que o grupo se encontra sujeito. O controlo dos limites é efetuado diariamente pelo Departamento de Risco.

### B. Análise de Risco de Mercado

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 38,1 milhões de euros a 31 de dezembro de 2012, nas suas posições de *trading* em ações, taxa de juro, volatilidade e *spread* de crédito, e na posição global de mercadorias e cambial (com exceção da posição cambial referente a ações das carteiras de ativos disponíveis para venda e de ativos ao justo valor). Este valor compara com 47,5 milhões a 31 de dezembro de 2011.

#### Value at Risk 99% a 10 dias

	Dez 12	Máximo 2012	Média 2012	Dez 11
Ações e Mercadorias	15,0	11,1	14,4	13,6
Taxa de Juro	8,8	28,5	18,4	10,8
Taxa de Câmbio	3,4	13,7	11,3	4,9
Volatilidade	7,1	7,2	7,2	14,3
Spread de Crédito*	13,9	71,6	40,2	15,2
Efeito Diversificação	-10,1	-20,3	-17,0	-11,1
<b>Total</b>	<b>38,1</b>	<b>111,8</b>	<b>74,5</b>	<b>47,5</b>

\* Não inclui o VaR de spread de crédito das obrigações e dos CDS do GRUPO BES1

Os 38,1 milhões de euros correspondentes ao VaR Total provêm, essencialmente, dos riscos de ações e *spread* de crédito.

Durante o ano de 2012, o Grupo BES deteve em carteira obrigações de dívida pública portuguesa, originando um incremento do risco de *spread* de crédito visível no valor máximo atingido.

De forma a complementar a mensuração do risco procede-se ainda à análise da simulação de cenários extremos, tendo sido efetuados cenários a todos os fatores de risco, tendo como base as variações, mais e menos positivas, verificadas a 10 dias nos últimos 20 anos.

A 31 de dezembro de 2012 verifica-se que os principais fatores de risco a que o Grupo BES se encontra exposto são os índices de ações da América do Sul e Europa, as taxas de câmbio de África e o *spread* de crédito soberano de Portugal.

(milhões de euros)

Cenários Extremos	Perda	
Risco de Taxa de juro	Varição da inclinação em 15% da Curva de Rendimentos - Europa	4,9
	Varição paralela de 15% da Curva de Rendimentos - Europa	4,3
	Varição da inclinação em 20% da Curva de Rendimentos - América do Norte	4,2
	Varição paralela de 25% da Curva de Rendimentos - América do Norte	3,9
Risco Cambial	Varição de 16% em países de África	25,2
	Varição de 20% em países da América do Norte	2,5
	Varição de 10% em países da Ásia	2,0
Risco de Ações	Varição de 48% em índices da América do Sul	163,1
	Varição de 24% em Índices da Europa	25,3
Risco de Volatilidade	Varição de 10% na volatilidade de índices da América do Sul	6,3
	Varição de 25% na volatilidade de índices da Europa	5,2
	Varição de 25% na volatilidade cambial de países da América	4,4
Risco de Spread de Crédito	Varição de 218% no spread de crédito de países da Europa	20,7
	Varição de 50% no spread de crédito de países da América do Norte	2,0

## 6.2.2 Riscos da carteira bancária

Os outros riscos da carteira bancária referem-se a movimentos adversos nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis, em exposições que o banco detém no seu balanço (*non-trading*). As participações da BES Vida são controladas autonomamente pela área de risco da entidade.

### 6.2.2.1 Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro pode ser interpretado de dois modos diferentes mas complementares, como o efeito sobre a margem financeira ou como o efeito sobre o valor do capital, decorrente de movimentos nas taxas de juro que afetam a carteira bancária da Instituição.

As variações nas taxas de juro de mercado afetam a margem financeira do Banco através da alteração dos proveitos e dos custos associados aos produtos de taxa de juro e através da alteração do valor subjacente dos seus ativos, passivos e instrumentos fora de balanço.

A exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária é calculada com base na metodologia do *Bank for International Settlements* (BIS). Segundo este método, são classificadas todas as rubricas do ativo, do passivo e extrapatrimoniais que sejam sensíveis a oscilações das taxas de juro e que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de refixação da taxa de juro.

O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo de cálculo da *duration* e consiste num cenário de *stress test* correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos de 200 pontos base, em todos os escalões de taxa de juro (Instrução 19/2005 do Banco de Portugal).

As medidas de risco de taxa de juro quantificam, essencialmente, os efeitos das variações das taxas de juro na situação líquida e no resultado financeiro. O risco de taxa de juro na ótica do efeito sobre a situação líquida do Grupo BES cifrou-se em 171 milhões de euros a 31 de dezembro de 2012, que compara com 351 milhões de euros no final de 2011.

O risco de taxa de juro da carteira bancária advém essencialmente da combinação entre o crédito e as obrigações de taxa fixa de longo prazo, com as responsabilidades representadas de taxa fixa a longo prazo. Para além dos choques paralelos são efetuados choques não paralelos na curva de rendimentos para medir os efeitos dessas variações na sensibilidade do capital económico.

Adicionalmente, o Grupo BES efetua a medição do risco de taxa de juro da carteira bancária a partir da medida do VaR histórico a um ano, com um

intervalo de confiança de 99%. Esse valor cifrou-se a 31 de dezembro de 2012 em 136 milhões de euros.

### 6.2.2.2 Risco de Spread de Crédito

O *spread* de crédito é um dos fatores a considerar na avaliação de ativos, e representa a capacidade do emitente cumprir com as suas responsabilidades até à maturidade da mesma.

O risco de *spread* de crédito de um ativo, visa refletir a diferença entre a taxa de juro associada a um ativo financeiro e a taxa de juro sem risco referente a um ativo na mesma moeda.

Para medir este risco, é calculado um VaR a 99%, considerando um período de detenção de 1 ano. Complementarmente, procede-se à análise da simulação de cenários extremos.

### 6.2.2.3 Risco de Instrumentos de Capital e de Outros Títulos de Rendimento Variável

O Grupo BES encontra-se ainda sujeito a outros tipos de risco da carteira bancária, onde se inclui o risco das Participações Financeiras; o risco dos Fundos de Investimento e o risco dos Certificados de Seguro ao Portador (CSP). Estes riscos podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado dos instrumentos financeiros citados.

Quanto às Participações Financeiras e aos Fundos de Investimento, que têm como fontes de risco as suas cotações e os índices de ações, é calculado um VaR a 99%, considerando um período de detenção de um ano. Complementarmente, procede-se à análise da simulação de cenários extremos.

Em relação aos Certificados de Seguro ao Portador (CSP), que têm como fonte de risco o valor destes títulos, estima-se um valor em risco, correspondente ao intervalo de confiança de 99%, com um período de detenção de um ano.

### 6.2.2.4 Risco Imobiliário

O risco imobiliário refere-se a movimentos adversos no valor de mercado dos imóveis, em exposições que o banco detém no seu balanço.

O Grupo BES calcula o valor em perda do risco imobiliário através do VaR histórico a um ano com um intervalo de confiança de 99%.

## 6.2.3 Risco do fundo de pensões

O risco de fundo de pensões é o risco resultante do valor dos passivos (responsabilidades do fundo) exceder o valor dos ativos (investimentos do fundo). Nesta situação o banco tem a responsabilidade de financiar a diferença incorrendo na correspondente perda (contribuições do Grupo para o fundo).

Com o objetivo de mensurar o risco do fundo de pensões do Grupo BES, são estimados os ativos e passivos com o horizonte temporal de 1 ano.

O rendimento estimado dos ativos do fundo corresponde às perdas máximas que o Fundo pode incorrer num período de 1 ano. Este é determinado através do cálculo, para um intervalo de confiança de 99%, do VaR a 1 ano da carteira de ativos do Fundo de pensões, à data de referência.

As responsabilidades são atualizadas tendo como base o custo corrente projetado a 1 ano.

O Grupo BES utiliza para a quantificação do risco do fundo de pensões, os mesmos modelos e metodologias que para a determinação dos riscos materiais incorridos pelos ativos do Grupo BES.

## 6.3 Risco Operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos, com impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Desta forma, assumimos o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativo, de sistemas de informação, de *compliance* e de reputação.

### A. Práticas de Gestão

A gestão do risco operacional é efetuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. As metodologias de gestão definidas encontram-se suportadas nos documentos reconhecidos como melhores práticas, nomeadamente os princípios e abordagens de gestão do risco operacional emanadas pelo Comité de Basileia e a abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal.

O modelo de gestão de risco operacional implementado é suportado por uma estrutura organizacional, no Departamento de Risco Global, dedicada exclusivamente ao seu desenho, acompanhamento e manutenção, mas que atua em estreita articulação com os seguintes elementos, cuja participação ativa é crucial:

- Representantes de Risco Operacional dos departamentos, sucursais e subsidiárias integradas no perímetro da gestão do risco operacional, aos quais compete assegurar, nas suas unidades, a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional, em estreita articulação com a área de Risco Operacional do Departamento de Risco Global;
- Departamento de *Compliance*, nomeadamente a sua Unidade de Gestão do Sistema de Controlo Interno, pelo seu papel na garantia da documentação dos processos, na identificação dos seus riscos específicos e dos controlos implementados, na determinação do rigor do desenho dos controlos e na identificação das ações de melhoria necessárias para a sua plena eficácia, sendo contínua a comunicação de e para a gestão do risco operacional;
- Departamento de Auditoria Interna, pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das ações de melhoria necessárias;
- Departamento de Gestão e Coordenação de Segurança, pelo seu papel no âmbito da segurança de informação, segurança física e de pessoas e da continuidade de negócio.

Em 2012, destacam-se as seguintes concretizações com impactos positivos e significativos na gestão do risco operacional:

- Realização do exercício anual de autoavaliação abrangeu novas sucursais do Grupo, em consonância com a estratégia de internacionalização preconizada. Assim, foi possível apurar os principais riscos a que o grupo se encontra exposto, bem como a identificação das respetivas medidas de mitigação.
- Consolidação da monitorização de fontes de risco através de Indicadores Chave, permitindo atuar preventivamente e evitar a materialização de incidentes com impacto financeiro. A implementação de Indicadores de risco nas várias unidades respeita um painel de indicadores *standard*, o que possibilita uma análise transversal e comparativa, em complemento são definidos indicadores específicos de acordo com a realidade de negócio e do perfil de risco de cada unidade.
- A aplicação de gestão integrada de risco operacional foi objeto de uma *upgrade* da versão do *software* concretizado em maio de 2012, e de

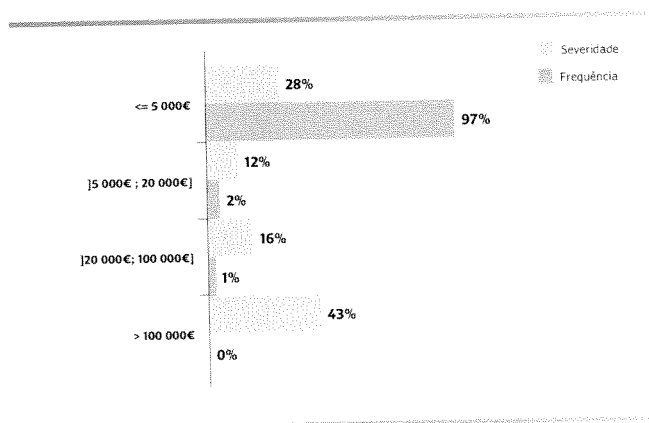
imediatamente foi iniciado o processo de análise de requisitos e desenvolvimentos relativamente a módulos específicos para a execução de exercícios de autoavaliação e monitorização de indicadores chave de risco. Assim, em 2013, a aplicação de risco operacional, disponível para as várias entidades do grupo, permitirá a integração das principais ferramentas de identificação e monitorização de risco.

A gestão do risco operacional implica a realização tempestiva, periódica e sustentada de vários processos, como a definição de medidas de mitigação para fazer face a riscos identificados através das várias ferramentas – exercícios de autoavaliação, incidentes detetados, e monitorização de indicadores de risco – e o acompanhamento da sua implementação. Em paralelo, a realização de processos de controlo de registo de eventos permite verificação da eficiência dos procedimentos implementados, em cada unidade, para a identificação e reporte de incidentes de risco operacional.

### B. Análise do Risco Operacional

O perfil de risco operacional do Grupo BES é caracterizado por uma elevada percentagem de incidentes com perdas financeiras associadas de montante reduzido e um número diminuto de incidentes com impacto financeiro material.

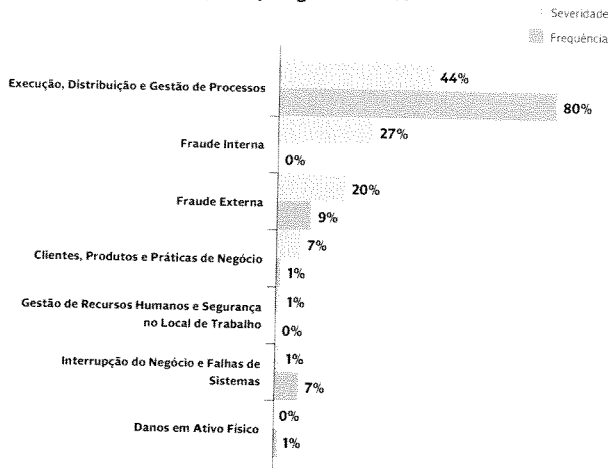
Em 2012, 97% dos incidentes apresentam impactos financeiros inferiores a 5 mil euros, representando 28% do impacto total apurado. Em contrapartida, os impactos financeiros superiores a 100 mil euros, que representam 43% do total, encontram-se associados a um número diminuto de incidentes, tendo sido despoletadas prontamente ações de mitigação.



A base de dados de incidentes de risco operacional do Grupo BES contempla a caracterização completa das situações detetadas, por categorias de risco de acordo com o Modelo de Avaliação de Riscos do Banco de Portugal, linhas de negócio, por unidades de negócio e processos. A análise seguinte baseia-se nas Tipologias de Risco de Basileia II, aspeto igualmente contemplado na classificação dos incidentes.

Em 2012, a tipologia "Execução, Distribuição e Gestão de Processos" apresenta uma frequência significativa de 80% dos incidentes identificados, cujo impacto financeiro negativo associado representa 44% do valor total. Não obstante o número imaterial de fraudes internas, o valor de perda associado ascende a 27% do total do ano.

## Distribuição dos eventos por Tipologias de Risco



A tipologia "Execução, Distribuição e Gestão de Processos" apresenta uma frequência significativa de 66% dos incidentes identificados, não obstante o seu impacto financeiro assumir apenas 7% do valor global do ano. As situações de "Fraudes Externas" mantêm uma frequência relevante, sendo o seu impacto mitigado através das ações realizadas, nomeadamente pelo acionamento de seguros contratados.

## 6.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- **Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*)** - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado.
- **Financiamento (*funding liquidity risk*)** - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ou refinar a dívida que está a maturar, na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

Os bancos estão sujeitos a risco de liquidez por inerência do seu negócio de transformação de maturidades (emprestadores de longo prazo e depositários de curto prazo), sendo assim crucial uma gestão prudente do risco de liquidez.

### A. Práticas de Gestão

O Grupo BES estabeleceu uma estrutura de gestão do risco de liquidez, com responsabilidades e processos claramente identificados, de forma a garantir que todos os participantes na gestão do risco de liquidez estão perfeitamente coordenados, e que os controlos de gestão são efetivos.

De forma a ficar alinhado com as melhores práticas internacionais, foi revista a estrutura de gestão do risco de liquidez, permitindo responder aos novos desafios que se apresentam bem como, à escassez do *funding wholesale*, ao aumento do custos dos depósitos de clientes e às alterações, cada vez mais rápidas e exigentes, da regulamentação sobre liquidez e financiamento.

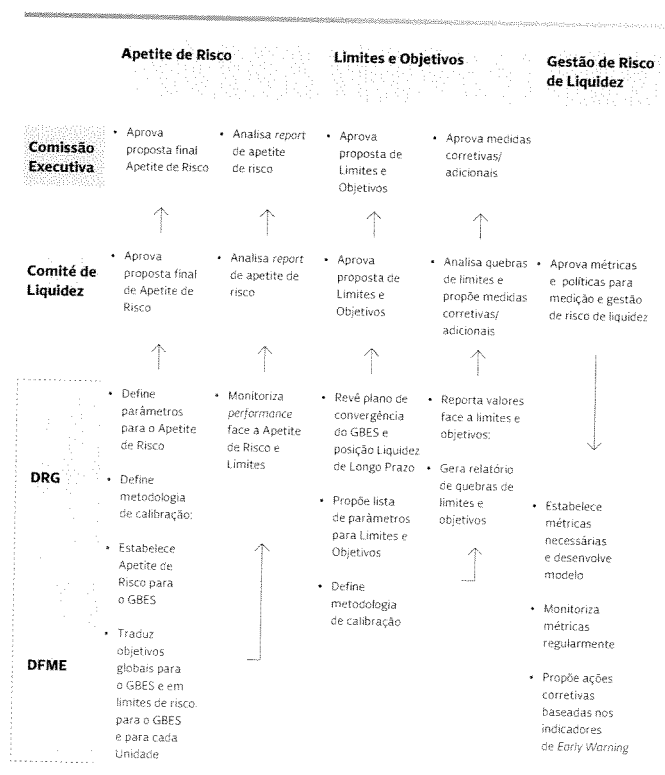
Assim, o Grupo melhorou e atualizou os seus indicadores de liquidez, os cenários internos de stress e os processos de decisão de gestão. Estes indicadores de liquidez medem de uma forma precisa os riscos de liquidez a que o Banco se encontra exposto, bem como refletem a escassez de liquidez, a qual se traduzirá também na rendibilidade do Grupo BES.

### A.1. Governance e Organização

O Comité de Liquidez é o comité que intervém na tomada de decisão de liquidez e está em permanente contacto com o Comité ALCO e Comité de Risco no sentido de partilhar informação chave e colaborar na implementação de decisões.

O Comité de Liquidez dedica-se ao estabelecimento e cumprimento das políticas relacionadas com a gestão do Risco de Liquidez, reportando à Comissão Executiva sobre assuntos relacionados com este tema.

As funções, responsabilidades e interações entre os vários intervenientes, definidas de forma a separar as funções de acordo com a tomada (gestão) de risco e a monitorização e reporte do risco são, resumidamente, as seguintes:



### A.2. Appetite de Risco de liquidez

O Departamento de Risco e o Departamento Financeiro são responsáveis pela elaboração das propostas para a metodologia de definição do Appetite de Risco de Liquidez, bem como da sua calibração e tradução em objetivos e limites para o Grupo e para as unidades externas. Estas propostas são submetidas pelo DRG para aprovação junto do Comité de Liquidez, que por sua vez as submete à Comissão Executiva.

O DRG é responsável pela monitorização da *performance* face ao apetite de risco de liquidez e aos objetivos definidos.

O Apetite de Risco de Liquidez do Grupo encontra-se definido em função de duas dimensões complementares:

- Horizontes de sobrevivência em situação de *stress*;
- Rácios de liquidez.

Consideraram-se horizontes de sobrevivência em função da gravidade do cenário e das ações de mitigação. Foram definidos cenários de *stress* moderados e severos, com impacto em três áreas: específico ao Banco (*bank specific*), sistémico (*market-wide*) e combinado.

Os rácios de liquidez identificados para a definição do Apetite de Risco de Liquidez do Grupo encontram-se organizados nas seguintes categorias:

- Rácios Regulamentares, onde se incluem os rácios de liquidez de Basileia III;
- Perfil de liquidez do balanço;
- Concentração do financiamento *wholesale* de curto prazo;
- Restante capacidade de endividamento;
- *Mismatches* de maturidade.

### A.3. Política de Limites

O processo de limites engloba a definição de um conjunto de limites/objetivos, a sua calibração e a afetação às unidades externas, bem como a monitorização dos limites e metas e, em caso de violação, no reporte aos órgãos de gestão, e estabelecimento de um caminho de convergência para os valores definidos.

O Departamento de Risco e o Departamento Financeiro são responsáveis pela elaboração das propostas para a metodologia de definição de limites, que deve tomar em conta o caminho de convergência do Grupo e a sua visão de liquidez de longo prazo. Esta proposta é submetida pelo DRG para aprovação junto do Comité de Liquidez, que por sua vez a submete à Comissão Executiva.

### A.4. Preços de Transferência

A política de preços de transferência do Grupo BES reflete a sua estrutura de financiamento, e estabelece os objetivos e princípios orientadores de uma política de preços de transferência, nomeadamente:

- A afetação consistente dos custos/ benefícios de liquidez com a política de risco de liquidez e com o apetite de risco definido pelo Banco;
- O preço da liquidez associado ao preço de transferência deve ser ativamente usado como guia na tomada de decisão sobre novos negócios;
- A cobertura de todos os elementos de maior importância do balanço;
- A afetação de preços deve ser baseada na duração comportamental dos ativos/ passivos, diferenciando o custo de financiamento entre os ativos e passivos de curta ou longa duração.

O preço de transferência é aplicado a todas as novas operações de crédito/dépósitos e é incorporado no "Sistema de Objetivos e Incentivos" (SOI), desempenhando assim um papel central na determinação da margem financeira e do produto bancário de cada área de negócio.

### A.5. Plano de Contingência

Encontra-se estabelecido um plano de contingência proporcional à natureza, escala e complexidade do negócio do Grupo que permite gerir as necessidades de liquidez num cenário de crise. O Plano de Contingência de Liquidez tem por objetivo mitigar, tanto quanto possível, o impacto de uma crise de liquidez através da definição de um conjunto de iniciativas que:

- Detalhem a resposta do Grupo a um problema de liquidez, incluindo a sua identificação atempada, procedimentos de alerta e princípios para a gestão de uma situação de crise de liquidez;
- Permitam compreender o impacto potencial de uma crise de liquidez nos vários *stakeholders*;
- Identifiquem informação de gestão essencial;
- Contenham um mecanismo de antecipação de crises de liquidez;
- Identifiquem os tipos e fontes potenciais de crises de liquidez;
- Incorporem os princípios de uso de financiamento de último recurso, no caso do Grupo falhar todos os seus esforços de resolução efetiva de uma crise de liquidez.

### Análise de Risco de Liquidez

Em termos de risco de liquidez, apesar de não se poder falar de uma estabilização dos mercados, verificou-se a partir do final de 2012 uma reabertura do mercado de dívida de médio e longo prazo para grandes empresas e para bancos portugueses com uma significativa redução dos *spreads* de crédito. O Grupo BES reabriu o mercado de dívida para os bancos Portugueses, tendo efetuado em outubro de 2012 uma emissão a três anos no montante de 750 milhões de euros e em novembro, uma emissão de 450 milhões de dólares. Já em janeiro de 2013 o BES efetuou uma terceira emissão de dívida a cinco anos, no montante de 500 milhões de euros.

De acordo com a estrutura de gestão de risco de liquidez definida, são efetuados cenários de *stress* com diferentes severidades (moderado e severo), diferentes horizontes temporais e diferentes áreas de impacto (sistémico, específico ao Banco e combinado).

No cenário sistémico simula-se por exemplo o fecho do mercado de *wholesale* enquanto no cenário específico ao Banco se simula o *run-off*, com severidades diferentes, de depósitos de clientes de retalho e não-retalho.

A 31 de dezembro de 2012, o *buffer* de ativos líquidos (constituído por disponibilidades em Bancos centrais e títulos disponíveis na *pool* de ativos redescotáveis no BCE) excedia confortavelmente as saídas de caixa decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*.

De acordo com a instrução 13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido como (Ativos líquidos - Passivos voláteis) / (Ativo - Ativos líquidos) em cada escala cumulativa de maturidade residual, onde os ativos líquidos incluem tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem a tesouraria, as emissões, os compromissos assumidos, os derivados e outros passivos. Este indicador permite uma caracterização da posição de liquidez do risco de *wholesale* das instituições.

O *gap* de liquidez até um ano do Grupo BES era, a 31 de dezembro de 2012, de -1,7%, que compara com -15% no período homólogo do ano anterior, estando alinhado com os restantes bancos em Portugal (-5,4% em junho de 2012). Esta variação positiva reflete a orientação conservadora da gestão de risco de liquidez e deriva essencialmente da diminuição das emissões a maturar a um ano, no aumento da liquidificação de ativos, da execução da segunda operação de LTRO em março de 2012 e do aumento das disponibilidades em bancos centrais.

Já em janeiro de 2013, o Bank of International Settlements, no enquadramento de Basileia III, publicou nova legislação referente ao rácio de liquidez *Liquidity Coverage Ratio* (LCR). O Grupo BES, a 31 de dezembro de 2012, cumpria já com o limite estabelecido para 2015 relativamente a este rácio.

## 6.5 Solvabilidade

### 6.5.1 Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP)

Para além da perspetiva regulamentar, o Grupo BES recorre a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis (*Risk Taking Capacity* ou RTC) para o exercício de autoavaliação da adequação de capital interno previsto no Pilar II de Basileia II e no Aviso 15/2007 do Banco de Portugal.

A visão económica dos riscos e da RTC é estimada, quer numa perspetiva de continuidade de negócio, em que o Grupo BES pretende ter capacidade financeira para absorver perdas sem necessidade de alteração da sua estratégia de negócio, quer numa perspetiva de liquidação, através da qual pretende salvaguardar a capacidade de reembolso da dívida sénior e dos depósitos. As duas óticas de avaliação da adequação de capital utilizam diferentes níveis de confiança na estimação dos riscos e diferentes conceitos dos recursos financeiros disponíveis para fazer face a esses riscos, em linha com o apetite de risco definido pelo Grupo BES. Em 2012, no exercício efetuado com referência a 31/12/2011, o Grupo BES optou por realizar o exercício de ICAAP focando apenas na perspetiva de liquidação. Esta abordagem, que, aliás, já havia sido seguida em 2011, radica no facto de, com as novas exigências regulamentares de capital (*Core Tier I* mínimo de 9% em 2011 e de 10% em 2012) e com as alterações do modelo de negócio daí decorrentes, nomeadamente o processo em curso de *deleverage*, a perspetiva *going concern*, que assume a manutenção do modelo anterior de negócio, não ter, neste momento, aplicabilidade, pelo que nos concentrámos na perspetiva de liquidação.

Para a quantificação dos riscos, o Grupo BES desenvolveu vários modelos de capital económico que estimam a perda máxima potencial para o período de um ano com base num nível de confiança predefinido. Estes modelos abrangem os vários tipos de risco a que o Grupo BES está exposto, dos quais se salienta o risco de crédito, risco de mercado (carteira de *trading* e carteira bancária), risco imobiliário, risco do fundo de pensões, risco operacional, risco reputacional, risco de liquidez e risco de estratégia e de negócio.

O cálculo dos requisitos de capital económico para os últimos três riscos é efetuado através de testes de esforço (*stress tests*).

O valor dos requisitos de capital económico de cada risco é agregado tendo em conta os efeitos de diversificação inter-riscos. Paralelamente ao cálculo dos requisitos de capital económico, são efetuados *stress tests* aos principais fatores de risco para identificar eventuais fragilidades ou riscos não capturados pelos modelos internos.

O Grupo BES complementa a análise da adequação de capital no final de cada ano com a evolução prevista para os requisitos de capital (riscos) e os recursos financeiros disponíveis para o prazo de três anos, quer no cenário base do planeamento, quer num cenário de agravamento adicional da conjuntura macroeconómica.

O ano de 2012 voltou a ser marcado por um enquadramento macroeconómico desfavorável, com o PIB a registar uma queda anual de 3%, depois de anos anteriores com variações também negativas (nomeadamente 2009 e 2011). Este enquadramento condicionou, de forma incontornavelmente desfavorável, a atividade do Grupo e teve reflexos na evolução dos seus riscos.

Os principais riscos a que o Grupo BES está sujeito continuam a ser o risco de crédito e o risco de mercado da carteira bancária, o que está em linha com a estratégia de negócio do Grupo. O risco de crédito derivado das relações bancárias com os Clientes decorre do negócio *core* do Grupo BES, sendo originado principalmente nos segmentos de Empresas, com peso significativo da área internacional. O risco de mercado da carteira bancária advém maioritariamente: (i) das participações na Portugal Telecom e na EDP Energias de Portugal, e (ii) do risco de *spread* de crédito das obrigações, que resulta principalmente das relações comerciais com clientes e da

necessidade de manter ativos líquidos em Balanço. Por sua vez, são ainda relevantes os riscos associados ao fundo de pensões, que resultam das obrigações legais do Grupo para com os seus colaboradores. No exercício de 2011, os requisitos totais de capital económico apresentaram um decréscimo de cerca de 7% face a 2010 (após efeito de diversificação), essencialmente por via da redução do risco associado ao fundo de pensões (transferência para a Segurança Social das responsabilidades com as pensões em pagamento) e da redução do risco de taxa de juro da carteira bancária.

Os resultados obtidos no exercício ICAAP, entregue ao Banco de Portugal em maio de 2012, e relativos a 31 de dezembro de 2011, permitem concluir que o BES detém fundos próprios suficientes para fazer face aos riscos incorridos, quer na ótica regulamentar, quer na ótica económica.

### 6.5.2 Solvabilidade Regulamentar

Os rácios de capital do Grupo BES são determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, tendo o Banco de Portugal autorizado, como já foi referido, a utilização, a partir do primeiro trimestre de 2009, da abordagem das notações internas (método IRB Foundation) para cobertura do risco de crédito e da abordagem TSA para a cobertura do risco operacional.

No decurso do 2º trimestre de 2011 e no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal em que ficou estabelecido o reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011 em 10 de maio onde estabeleceu que o rácio *Core Tier I*, em base consolidada, teria de apresentar um valor não inferior a 9% até dezembro de 2011 e a 10% até dezembro de 2012.

#### Solvabilidade

	Dez. 11	Dez. 12
Rácio <i>Core Tier I</i>	9,2%	10,5%
Rácio <i>Tier I</i>	9,4%	10,4%
Rácio de Solvabilidade	10,7%	11,3%

De acordo com os critérios do Banco de Portugal.

O Grupo BES atingiu, em dezembro de 2012, o valor de 10,5% para o rácio *Core Tier I*, dando assim cumprimento ao objetivo fixado pelo Banco de Portugal (mínimo de 10%). O rácio *Core Tier I* calculado segundo a metodologia da EBA é de 9,9%, significativamente acima do valor mínimo de 9% fixado por aquela Autoridade Europeia.

#### Fundos Próprios

A informação sobre os fundos próprios encontra-se no capítulo 7 - Análise Financeira, ponto 7.3, deste relatório.

#### Ativos Ponderados pelo Risco

Em 31 de dezembro de 2012 os Ativos Ponderados pelo Risco atingiram 61 651 milhões de euros, sendo 56 454 milhões de euros (92% do total) provenientes do Risco de Crédito e Contraparte, 1 503 milhões de euros do Risco de Mercado e 3 694 milhões de euros do Risco Operacional.

#### Risco de Crédito e Contraparte

Como referido anteriormente, o Grupo BES utiliza a abordagem baseada no Método das Notações Internas (*Internal Ratings Based - IRB*) para o tratamento da maioria das exposições sujeitas a risco de crédito em conformidade com as regras dispostas no Aviso 5/2007 do Banco de Portugal.

A diminuição de 3 251 milhões de euros observada nos Ativos Ponderados pelo Risco provenientes do Risco de Crédito no decurso de 2012, apesar do difícil contexto económico e financeiro em que decorreu a atividade, deveu-se à rigorosa monitorização do risco e ao esforço de *deleverage* encetado pelo BES.



## Ativos Ponderados pelo Risco - por classe de risco

(milhões de euros)

	Atividade Doméstica		Atividade Internacional		Total	
	Ativos Ponderados pelo Risco	Ponderador de Risco <sup>(1)</sup>	Ativos Ponderados pelo Risco	Ponderador de Risco <sup>(1)</sup>	Ativos Ponderados pelo Risco	Ponderador de Risco <sup>(1)</sup>
Administrações						
Centrais ou Bancos						
Centrais	61	1%	753	41%	814	10%
Instituições	1 795	21%	248	34%	2 042	22%
Empresas	33 166	74%	9 967	72%	43 134	73%
Carteira de Retalho	3 355	23%	436	69%	3 791	25%
Outros	6 406	79%	268	81%	6 673	79%
<b>Total</b>	<b>44 782</b>	<b>55%</b>	<b>11 672</b>	<b>67%</b>	<b>56 454</b>	<b>57%</b>

(1) Ponderador de Risco: Ativos Ponderados pelo Risco/ Posição em Risco Original (EAD).

No que diz respeito à distribuição geográfica dos Ativos Ponderados pelo Risco, o contributo da atividade internacional totalizou 11 672 milhões de euros, representando 21% da atividade total do Grupo BES, tendo a atividade doméstica atingido 44 782 milhões de euros. No que se refere à decomposição dos Ativos Ponderados pelo Risco por classes de risco destaca-se o segmento de Empresas que contribui em 73% para o total dos ativos ponderados pelo risco, em linha com a preponderância que este segmento representa na atividade desenvolvida pelo Grupo BES.

### Risco de Mercado

Os requisitos de capital de Risco de Mercado são calculados com base no método padrão. A 31 de dezembro de 2012, os requisitos em termos de Ativos Ponderados pelo Risco ascenderam a 1 503 milhões de euros, sendo que os principais contribuintes são o Risco de Taxa de Juro/ Instrumentos de Dívida (80% do total) e o Risco Cambial (15% do total).

### Variação Anual Ativos Ponderados pelo Risco

(milhões de euros)

		Dez. 11	Dez. 12	Variação
Instrumentos de Dívida	R. Específico	564	632	68
	R. Geral	643	566	-77
	OIC *	23	4	-19
Títulos de Capital	R. Específico	129	129	-74
	R. Geral	55	55	-38
	OIC *	0	0	0
Risco de Mercadorias		2	1	-1
Risco Cambial		325	228	-97
<b>Total</b>		<b>1 742</b>	<b>1 503</b>	<b>-239</b>

\* Organismos de Investimento Coletivo - Fundos de Investimento.

A variação anual dos requisitos deveu-se à descida nos diferentes tipos de risco.

### Risco Operacional

Os requisitos de fundos próprios para cobertura do Risco Operacional são calculados de acordo com o Método *Standard*, que consiste na média, dos últimos três anos, da soma dos indicadores relevantes ponderados pelos riscos (calculados em cada ano), relativamente aos segmentos de atividade regulamentares.

No ano de 2012, os ativos ponderados pelo risco evidenciaram um decréscimo de 244 milhões de euros face ao exercício anterior, como consequência da redução do contributo do segmento de Negociação e Vendas que não foi compensado pelo acréscimo registado no segmento de Banca Comercial (Médias e Grandes Empresas).

(milhões de euros)

	2011		2012	
	RFP	RWA	RFP	RWA
<b>Grupo BES</b>	<b>315</b>	<b>3 938</b>	<b>295</b>	<b>3 694</b>
Corporate Finance	8	96	9	114
Negociação e vendas	63	789	22	280
Intermediação relativa à carteira de retalho	2	26	2	29
Banca comercial	173	2 158	188	2 351
Banca de retalho	59	740	63	790
Pagamento e liquidação	0	0	0	0
Serviços de agência	0	4	0	4
Gestão de ativos	10	125	10	126

### Risco Ambiental

Com o objetivo de minimizar os impactes ambientais e sociais decorrentes das atividades de financiamento, o Grupo BES tem desenvolvido políticas, metodologias de gestão e serviços que permitem identificar, minimizar e mitigar os potenciais impactes ambientais, sociais e éticos decorrentes dos projetos, atividades e empresas financiadas.

Dada a complexidade de análise e à ausência de regulação na avaliação de riscos ambientais, sociais e éticos, o Banco tem aderido e adotado as melhores práticas reconhecidas no mercado.

Em 2006 o Banco aderiu aos Princípios do Equador, uma iniciativa voluntária do setor financeiro, nos quais os Bancos de referência a nível internacional, comprometem-se a efetuar análises de risco ambientais e sociais a todos os financiamentos em regime de *Project Finance* acima de 10 milhões de dólares. Em 2012, e capitalizando nas metodologias e experiência do Banco na análise dos riscos ambientais e sociais destes projetos, foi aprovado a obrigatoriedade de análise deste tipo de riscos em todos os projetos financiados acima de 7 milhões de dólares em *Project Finance*.

Adicionalmente, o Banco tem formalizado políticas de financiamento a setores de elevado risco ambiental, social e ético. Após a formalização da "Política do Banco Espírito Santo sobre o Financiamento com Impacto nas Florestas e Biodiversidade", em 2012 o Banco formalizou a "Política de Financiamento da Defesa" e a "Política da Construção".

A Política de Financiamento da Defesa estabelece os limites nos quais o BES concede financiamento a este setor. O Grupo BES não financia a comercialização e o fabrico de armas químicas, nucleares, biológicas ou de destruição massiva. O financiamento apenas é concedido, caso a produção e comercialização de armamento seja utilizada pelo setor militar a nível da defesa da soberania.

A Política da Construção tem como objetivo incentivar as empresas do setor a integrar as boas práticas de gestão ambiental, higiene, saúde e segurança. O objetivo desta política é excluir do portfolio empresas que não possuam práticas de gestão que permitam minimizar os riscos associados aos projetos decorrentes de impactos ambientais e sociais não mitigados.

Estas políticas permitem formalizar práticas consolidadas no Banco e orientar todos os financiamentos concedidos com o propósito de minimizar os riscos ambientais e sociais e éticos.

Adicionalmente, e com o objetivo de disponibilizar um serviço competente e capaz de minimizar os riscos ambientais das empresas, o Banco disponibiliza garantias bancárias necessárias para repor ou reparar eventuais danos ambientais das empresas. Estas garantias apoiam as empresas a estar em concordância com a lei de responsabilidade ambiental que exige a todas as empresas nacionais abrangidas a cobertura de potenciais impactos ambientais.

## 7. Análise Financeira

A atividade e resultados do Grupo BES em 2012 foram determinados pelas condições muito adversas que marcaram a situação financeira e económica na Europa em geral e em Portugal, em particular, decorrentes por um lado, das políticas europeias tendentes à estabilização da Zona Euro e por outro, da execução do Programa de Ajustamento acordado com as instituições internacionais. Em consequência, a adoção pelo governo português de políticas orçamentais restritivas, adicionado do *deleveraging* das empresas e famílias, reduziram substancialmente o investimento e a procura, com impactos notórios na contração da atividade económica, no aumento do desemprego e na melhoria significativa da balança comercial.

As dificuldades enfrentadas decorrentes das condicionantes acima referidas não impediram o Grupo BES de ter alcançado progressos assinaláveis de que destacamos:

- **Concretização, no início de maio, do aumento de capital social do BES** para 5 040 milhões de euros (mais 1 010 milhões de euros) que permitiu manter a autonomia estratégica do Grupo e constituiu um caso ímpar no contexto da capitalização dos bancos portugueses, representando uma prova de confiança inequívoca dos acionistas de referência do BES e do mercado de capitais em geral, no futuro do Grupo;
- **Reforço da solidez financeira** do Grupo BES com o rácio *Core Tier I* a aumentar, através de mecanismos de mercado, para 10,5%, o que permitiu cumprir com o requisito mínimo de 10% fixado pelo Banco de Portugal; de acordo com os critérios da EBA o rácio *Core Tier I* é de 9,9% (requisito mínimo: 9%);
- **Evolução favorável do rácio crédito/depósitos** que evoluiu para 137% (dez.11: 141%) para o que contribuiu a prossecução do processo de *deleverage* (redução da carteira de crédito em 812 milhões de euros) e o aumento dos depósitos em 334 milhões de euros;
- **Melhoria expressiva nos níveis de liquidez** que permitiu reduzir significativamente o financiamento líquido junto do BCE para 6,9 mil milhões de euros e amortizar antecipadamente (já no final de janeiro de 2013) 1,0 mil milhões de euros do empréstimo *LTRO* do BCE;
- **Aumento do produto bancário comercial** em 1,9% que, conjugado com a realização de ganhos em operações financeiras, permitiu um crescimento de 32,2% no **produto bancário total** e um **aumento do resultado bruto** em 74,2%;
- **Contribuição significativa da BES Vida** (cuja aquisição do controlo acionista a 100% ocorreu em maio) para os resultados consolidados do Grupo BES, com um montante de 68,7 milhões de euros, dos quais 122,7 milhões de euros se reportam à atividade corrente e -54,1 milhões de euros ao efeito da aquisição de controlo;
- **Reforço expressivo de provisões** que totalizou 1,2 mil milhões de euros, com a carga de provisionamento a passar de 1,17% (ano de 2011) para 1,62%, equivalente a um custo com a imparidade no crédito de 814,8 milhões de euros (+35,7%), fazendo elevar o rácio "Provisões para crédito/ Crédito a clientes" para 5,34% (dez.11: 4,23%);

### 7.1 Atividade

#### Evolução Geral

Além dos constrangimentos de caráter macroeconómico, a atividade do setor financeiro em 2012 continuou condicionada pela obrigatoriedade de os bancos portugueses cumprirem com as metas a alcançar até ao final de

2014 nos domínios da relação entre crédito e depósitos, da solvabilidade e do financiamento da atividade com base em passivos estáveis. Neste sentido, o progressivo *deleverage* do balanço, o reforço dos capitais próprios, o apoio diferenciado ao setor empresarial (nomeadamente à sua componente exportadora), a redução gradual do financiamento junto do BCE e o maior enfoque na captação de poupanças dos particulares constituíram os principais vetores de atuação no desenvolvimento da atividade do Grupo BES.

#### Evolução da Atividade

(milhões de euros)

Variáveis	Dez. 11	Dez. 12	Variação	
			Absoluta	Relativa
<b>Ativos Totais<sup>(1)</sup></b>	<b>98 589</b>	<b>97 765</b>	<b>-824</b>	<b>-0,8%</b>
<b>Ativo</b>	<b>80 237</b>	<b>83 691</b>	<b>3 454</b>	<b>4,3%</b>
<b>Crédito a Clientes (bruto)</b>	<b>51 211</b>	<b>50 399</b>	<b>-812</b>	<b>-1,6%</b>
Crédito a Particulares	14 326	13 762	-564	-3,9%
- Habitação	11 610	11 134	-476	-4,1%
- Outro Crédito a Particulares	2 716	2 628	-88	-3,2%
Crédito a Empresas	36 885	36 637	-248	-0,7%
<b>Recursos Totais de Clientes</b>	<b>54 383</b>	<b>56 188</b>	<b>1 805</b>	<b>3,3%</b>
Recursos de Clientes de Balanço	44 147	44 785	638	1,4%
- Depósitos	34 206	34 540	334	1,0%
- Obrigações e Outros Títulos colocados em Clientes <sup>(2)</sup>	6 463	5 254	-1 209	-18,7%
- Produtos de Seguros Vida <sup>(3)</sup>	3 478	4 991	1 513	43,5%
Recursos de Desintermediação <sup>(3)</sup>	10 236	11 403	1 167	11,4%

(1) Ativo Líquido + Asset Management + Outra Desintermediação Passiva+Crédito Securitizado não consolidado

(2) Inclui Recursos associados às operações de titularização consolidadas e papel comercial

(3) Valores de dez.11 reclassificados para efeitos comparativos.

No que respeita à evolução da atividade, representada pelos ativos totais, ocorreu uma redução de 0,8% devido à execução do programa de desalavancagem. A evolução do ativo apresenta um acréscimo de 3,5 mil milhões de euros (+4,3%) decorrente da consolidação pelo método integral da BES Vida; sem este impacto o ativo do Grupo teria evoluído em sintonia com o esforço de *deleverage* e apresentaria uma redução de 1,5%.

De entre as componentes do ativo que evidenciam uma maior redução merece especial destaque a carteira de crédito a clientes que teve uma diminuição de 812 milhões de euros (-1,6%), extensiva a todos os segmentos, com especial incidência no outro crédito a particulares (-3,2%); o crédito a empresas observou uma quebra de 0,7%.

Os recursos totais de clientes aumentaram 3,3% (2011: -2,9%) invertendo a tendência de redução que vinha ocorrendo ao longo do exercício; os depósitos tiveram um crescimento de 334 milhões de euros (+1,0%), enquanto os recursos de clientes com expressão no balanço sob a forma de obrigações e outros títulos tiveram uma quebra de 1,2 mil milhões de euros. Os recursos de desintermediação, em base comparável, apresentam uma evolução positiva ao registarem um crescimento de 11,4%, impulsionado pela evolução da gestão de carteiras e dos fundos mobiliários.

#### Evolução dos Recursos de Desintermediação

(milhões de euros)

Tipo de Produtos	Dez. 11	Dez. 12	Variação	
			Absoluta	Relativa
Fundos Mobiliários	4 633	5 115	482	10,4%
Fundos Imobiliários	1 203	1 076	-127	-10,6%
Fundos de Pensões	2 155	1 783	-372	-17,3%
Bancaseguros <sup>(1)</sup>	3 478	90	-3 388	-97,4%
Gestão de Carteiras	878	1 960	1 082	...
Gestão Discricionária	1 367	1 379	12	0,9%
<b>Total</b>	<b>13 714</b>	<b>11 403</b>	<b>-2 311</b>	<b>-16,9%</b>
<b>Total em base comparável</b> (sem Produtos Seguros Vida em 2011)	<b>10 236</b>	<b>11 403</b>	<b>1 167</b>	<b>11,4%</b>

(1) Redução devida à consolidação da BES Vida passando os recursos a fazer parte do passivo.

## Atividade Internacional

A área internacional beneficiou da dinâmica das economias onde opera, designadamente das emergentes, tendo alcançado um aumento de 16,8% do ativo, de 12,6% na carteira de crédito e um acréscimo de 13,5% nos recursos totais de clientes refletindo a evolução da dívida titulada colocada em clientes institucionais, sobretudo através da Sucursal do BES em Londres.

### Evolução da Atividade Internacional

(milhões de euros)

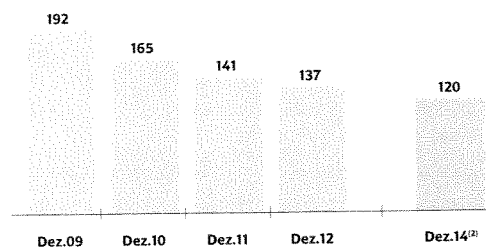
Variáveis	Dez. 11	Dez. 12	Variação	
			Absoluta	Relativa
Ativos Totais <sup>(1)</sup>	25 878	27 513	1 635	6,3%
Ativo	20 988	24 515	3 527	16,8%
Crédito a Clientes (bruto)	10 846	12 208	1 362	12,6%
Recursos Totais de Clientes	11 905	13 494	1 589	13,5%

(1) Ativo Líquido + Asset Management + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado.

O rácio crédito/ depósitos (calculado de acordo com os critérios definidos pelo Banco de Portugal para efeitos dos objetivos a atingir no médio prazo) situou-se em 137%, fruto da redução conseguida na carteira de crédito e do aumento dos depósitos.

### Evolução do Rácio Crédito/ Depósitos<sup>(1)</sup>

(%)



(1) Calculado nos termos definidos para a feitura da elaboração do Funding % Capital Plan.

(2) Objetivo.

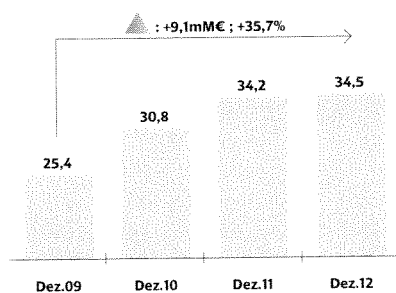
## 7.2 Rácio de Transformação e Gestão de Liquidez

A imposição de um rácio crédito/ depósitos de cerca de 120% a atingir em dezembro de 2014 obriga a um enfoque na captação de depósitos e à redução na concessão de crédito. Neste contexto, de realçar o esforço realizado pelo Grupo na captação de depósitos que se materializou num aumento da carteira em cerca de 36% desde 2009, o que corresponde a um acréscimo de mais de 9 mil milhões de euros de recursos captados em quatro anos.

Paralelamente e considerando os demais meios de financiamento da atividade, assinalamos o incremento no capital próprio em cerca de 1,5 mil milhões de euros, devido ao aumento do capital e à recuperação das reservas de justo valor, e ainda a redução do financiamento, líquido de aplicações, do BCE para 6,9 mil milhões de euros, ou seja, uma diminuição de cerca de 50% face ao montante máximo atingido em junho de 2012.

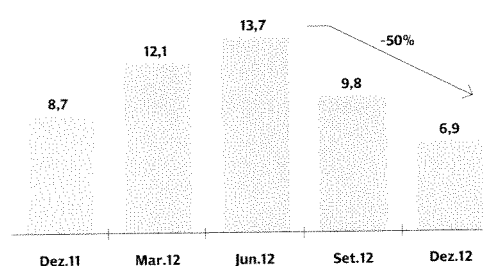
### Evolução dos Depósitos

(valores em mil milhões de euros)



### Financiamento líquido do BCE<sup>(1)</sup>

(valores em mil milhões de euros)



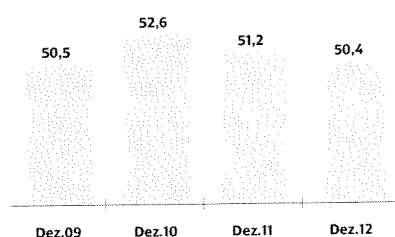
(1) Em dez. 12: financiamento (10,0m€) líquido de aplicações no BCE (3,1m€).

A prossecução do processo de *deleverage* com enfoque na captação de depósitos e na redução na concessão de crédito conduziu a uma redução da carteira de crédito em 812 milhões de euros, com os depósitos a aumentarem 334 milhões de euros no exercício de 2012.

Nos últimos meses do ano manteve-se a tendência na evolução da estrutura de financiamento no sentido do cumprimento das orientações acordadas com as instituições internacionais para o setor financeiro, que têm por objetivo atingir uma maior representatividade dos depósitos de clientes e uma redução na dependência dos mercados financeiros, promovendo, por essa via, uma gestão financeira mais autónoma e menos dependente das oscilações conjunturais do mercado de dívida.

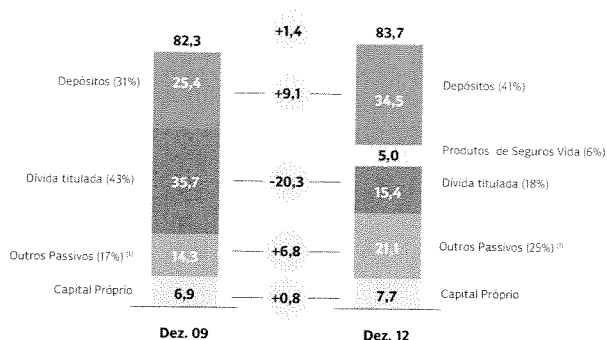
### Evolução do Crédito a Clientes

(valores em mil milhões de euros)



## Estrutura de Financiamento

(valores em mil milhões de euros)



(1) Inclui depósitos do BCE.

Com efeito, e considerando a posição de dezembro de 2009 (data imediatamente antes da agudização da crise da Zona Euro ocorrida no início de 2010), a dívida titulada totalizava 35,7 mil milhões de euros representativa de 43% do financiamento do ativo naquela data (82,3 mil milhões de euros), ou seja, era a componente mais significativa das fontes de financiamento do Grupo. Em dezembro de 2012 os depósitos constituem a principal fonte de financiamento (41% ou 47%, se considerarmos também os recursos de clientes sob a forma de produtos de seguros vida) e a dívida titulada representava apenas 18% do ativo.

## 7.3 Capitalização e Rácios de Capital

Um dos factos mais relevantes ocorridos durante o exercício prende-se com o aumento do capital social do Banco Espírito Santo em 1 010 milhões de euros, situando-se em 5 040 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

### a. Capital Próprio

No quadro seguinte apresenta-se a evolução das rubricas de balanço que concorrem para o capital próprio.

#### Evolução do Capital Próprio

(milhões de euros)

Capital Próprio	Dez. 11	Dez. 12	Varição Absoluta
Capital	4 242	5 233	991
Ações Ordinárias	4 030	5 040	1 010
Ações Preferenciais	212	193	-19
Prémios de Emissão	1 082	1 070	-12
Outros Instrumentos de Capital	29	29	0
Ações Próprias	-1	-7	-6
Reservas de Reavaliação	-1 086	-687	399
Outras Reservas e Resultados Transitados	1 447	1 329	-118
Resultados do Exercício	-109	96	205
Interesses que não Controlam	588	670	82
<b>Total</b>	<b>6 192</b>	<b>7 733</b>	<b>1 541</b>

Durante o exercício ocorreu um aumento significativo nas componentes de capital Core, designadamente, na rubrica de Capital - Ações Ordinárias fruto da operação de aumento de capital e nas reservas de reavaliação que registaram uma variação positiva de cerca de 400 milhões de euros, influenciada pela recuperação quer das cotações dos títulos de dívida, quer dos instrumentos de capital.

## Aumento de Capital

Durante o mês de maio o Banco Espírito Santo concretizou uma operação de aumento do capital social por novas entradas em dinheiro, no montante de 1 009 891 912,86 euros, de 4 030 232 150,40 euros para 5 040 124 063,26 euros, em resultado da emissão de 2 556 688 387 novas ações ordinárias. Deste modo, o capital do BES é atualmente de 5 040 124 063,26 euros, representado por 4 017 928 471 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal. As novas ações são fungíveis com as demais ações e conferiram aos seus titulares os mesmos direitos que as demais ações existentes antes do aumento de capital. A admissão à negociação das novas ações na NYSE Euronext Lisbon efetivou-se em 14 de Maio de 2012.

A operação, realizada através do mercado, apesar de ter decorrido num período adverso e de grande instabilidade dos mercados, foi integralmente subscrita e concluída com inegável sucesso, tornando-a num caso ímpar em Portugal ao mesmo tempo que constituiu uma afirmação da confiança dos acionistas tradicionais e do mercado na capacidade e determinação do Banco em superar, de forma autónoma, as atuais dificuldades e iniciar um novo ciclo de criação de valor no Grupo.

### Historial dos Aumentos de Capital desde a Reprivatização

Operações	N.º de Ações (milhões)			Capital Social (milhões de euros)	
	Ordem	Mês/Ano	Aumento de Capital		
			Incorporação Reservas	Total	Acumulado
1	Ago 92	20,0	26,0	40,0	200
2	Ago 95	13,2	21,4	87,4	330
3	Jun 98	17,5	30,2	117,6	588
4	Jul 00	44,6	82,5	200,0	1 000
5	Fev 02	50,0	100,0	300,0	1 500
6	Mai 06	50,0	200,0	500,0	2 500
7	Abr 09	-	666,7	1 166,7	3 500
8	Dez 11	-	294,6	1 461,2	4 030
9	Mai 12	-	2 556,7	4 017,9	5 040

### b. Solvabilidade

Os rácios de capital do Grupo BES são determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, tendo o Banco de Portugal autorizado a utilização, a partir do primeiro trimestre de 2009, da abordagem das notações internas (método IRB Foundation) para cobertura do risco de crédito e da abordagem TSA para a cobertura do risco operacional.

A informação relevante sobre os ativos de risco, fundos próprios e rácios de capital de acordo com abordagem BIS IRB II é apresentada no quadro seguinte para as datas de 31 de dezembro de 2011 e 2012:

#### Ativos de Risco e Capitais Elegíveis

(milhões de euros)

Variáveis		Dez. 11	Dez. 12
Ativo Líquido	1	80 237	83 691
Índice de Risco	(2)/(1)	81%	74%
Ativos de Risco Equivalentes	(2)	65 385	61 651
Banking Book		59 705	56 454
Trading Book		1 742	1 503
Risco Operacional		3 938	3 694
Fundos Próprios			
Core Tier I	(3)	6 020	6 471
Core Tier I EBA	(3)	-	6 091
Tier I	(4)	6 171	6 438
Complementares e Deduções		799	517
Fundos Próprios Totais	(5)	6 970	6 955
Rácio Core TIER I	(3)/(2)	9,2%	10,5%
Rácio Core TIER I EBA	(3)/(2)	-	9,9%
Rácio TIER I	(4)/(2)	9,4%	10,4%
Rácio de Solvabilidade	(5)/(2)	10,7%	11,3%

Como evidenciado no quadro o Grupo BES atingiu, em dezembro de 2012, o valor de 10,5% para o rácio Core Tier I, dando assim cumprimento ao objetivo fixado pelo Banco de Portugal (mínimo de 10%). O rácio Core Tier I calculado segundo a metodologia da EBA é de 9,9%, significativamente acima do valor mínimo de 9% fixado por aquela Autoridade Europeia.

#### Evolução dos Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I Capital (Banco de Portugal)

(milhões de euros)

Core Tier em 31 de dezembro de 2011	6 020
Aumento de capital	1 010
Desvios Atuariais de responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial:	-526
- Períodos Transitórios dos anos de 2005 (IFRS) e 2008	-87
- Efeito da transferência para a Segurança Social	-228
- Desvios de 2012 sujeitos a dedução	-211
Goodwill	-166
Reservas de Reavaliação de instrumentos de capital	142
Impacto Prudencial do Programa Especial de Inspeções (SIP)	-47
Outros	38
Core Tier em 31 de dezembro de 2012	6 471

Os fundos próprios para determinação do rácio Core Tier I (Banco de Portugal) apresentam um acréscimo de 451 milhões de euros em resultado, por um lado, do aumento de 1 010 milhões de euros do capital ordinário e de 142 milhões de euros nas reservas de reavaliação de instrumentos de capital e por outro, e com impacto prudencial negativo, o aumento dos desvios atuariais e do fim dos períodos transitórios.

## 7.4 Resultados

O Grupo BES alcançou no exercício de 2012 um resultado positivo de 96,1 milhões de euros que compara com o prejuízo de 108,8 milhões de euros apurados em 2011. Esta recuperação foi conseguida num contexto marcado por uma crise económica e financeira sem precedentes e pela aplicação do exigente Programa de Ajustamento acordado entre o Governo Português, o BCE, a Comissão Europeia e o FMI. O resultado do exercício incorpora ainda o ajustamento negativo realizado em maio, no valor de 54,1 milhões de euros, relacionado com a aquisição do controlo da BES Vida. Neste contexto, são de salientar os seguintes aspetos em relação à performance do Grupo BES:

#### Demonstração de Resultados

(milhões de euros)

Variáveis	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Resultado Financeiro	1 181,6	1 180,5	-1,1	-0,1%
+ Serviços a Clientes	790,5	828,4	37,9	4,8%
= Produto Bancário Comercial	1 972,1	2 008,9	36,8	1,9%
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	-21,9	569,5	591,4	....
= Produto Bancário	1 950,2	2 578,4	628,2	32,2%
+ Prémios e Custos da Atividade Seguradora	-	0,7	0,7	-
- Custos Operativos	1 129,2	1 149,1	19,9	1,8%
= Resultado Bruto	821,0	1 430,0	609,0	74,2%
- Provisões líquidas de Reposições para Crédito	848,3	1 199,4	351,1	41,4%
para Títulos	600,6	814,8	214,2	35,7%
para Outros Ativos	73,3	106,6	33,3	45,4%
para Outros Ativos	174,4	278,0	103,6	59,4%
= Resultado antes de Impostos	-27,3	230,6	257,9	....
- Impostos sobre os lucros	-61,6	82,9	144,5	....
- Contribuição sobre o Setor Bancário	30,5	27,9	-2,6	-8,5%
= Resultado após Impostos	3,8	119,8	116,0	....
- Interesses que não Controlam	112,6	23,7	-88,9	-78,9%
= Resultado do Exercício	-108,8	96,1	204,9	....

O Grupo BES atingiu no final do exercício de 2012 um resultado positivo de 96,1 milhões de euros que compara com um prejuízo de 108,8 milhões de euros apurados em 2011. Excluindo os fatores de natureza não recorrente o resultado de 2012 teria sido de 194,9 milhões de euros (2011: 166,6 milhões de euros).

(milhões de euros)

Efeitos não recorrentes	2011	2012
Resultado líquido reportado	-108,8	96,1
Perdas extraordinárias de 2011 <sup>(1)</sup>	275,4	-
Impacto da aquisição de controlo da BES Vida	-	54,1
Impacto da OIP <sup>(2)</sup> do crédito imobiliário	-	55,0
Indemnização Gespastor recebida por acordos celebrados	-	-10,3
<b>Resultado líquido ajustado de operações não recorrentes</b>	<b>166,6</b>	<b>194,9</b>

(1) Transferência das pensões em pagamento para a Segurança Social (76,1 milhões de euros); perdas na participação na BES VIDA (143,9 milhões de euros) venda de créditos (55,4 milhões de euros).

(2) On-site Inspection Programme.

Apesar das dificuldades extremas sentidas durante todo o exercício de 2012, não podemos deixar de sublinhar os seguintes desenvolvimentos que marcaram a geração de resultados no exercício:

- Em primeiro lugar, a circunstância de o produto bancário comercial ter observado um aumento, ainda que ligeiro (+1,9%), em relação ao ano anterior, apesar de conseguido num contexto de aprofundamento da recessão económica (PIB11: -1,7%; PIB12: -3,0%);
- O desempenho francamente positivo conseguido nas operações financeiras, envolvendo designadamente instrumentos de dívida, que fizeram elevar o produto bancário total a 2 578,4 milhões de euros, representativo de um crescimento de 32,2% (+13,2% excluindo os fatores de natureza não recorrente); esta evolução contou também com o contributo positivo da BES Vida (158,4 milhões de euros ou 6% do total do Grupo BES);
- A política de fortalecimento do balanço, face ao aprofundamento da crise, e que exigiu um reforço do provisionamento que se elevou a 1 199,4 milhões de euros (+41,4%);
- A contenção dos custos operativos cuja evolução (+1,8%) foi determinada pela expansão da área internacional (+9,3%), em parte neutralizada pela redução conseguida na área doméstica (-2,5% em base comparável).

## Resultados da Atividade Doméstica e Internacional

O resultado da atividade doméstica, que se situou em 8,5 milhões de euros, apresenta uma forte recuperação comparativamente ao valor apurado em 2011 (-269,6 milhões de euros). O progresso do produto bancário comercial traduziu-se num aumento de 8,9% e a evolução do produto bancário total beneficiou do acerto da política de investimentos em dívida pública portuguesa que permitiu fazer face ao agravamento das imparidades ditado pela recessão económica.

Apesar de os resultados antes de impostos terem sido positivos em cerca de 100 milhões de euros a carga tributária, influenciada pela não elegibilidade fiscal das menos valias realizadas nas participações estratégicas, acabou por determinar o apuramento de um resultado líquido menos expressivo.

A área internacional – apesar de também ter sido afetada pelo ambiente económico e financeiro em algumas geografias e que determinou uma redução de 2,0% do produto bancário e um reforço de provisões de 225,9 milhões de euros – alcançou um lucro de 87,6 milhões de euros. Neste quadro, não podemos deixar de salientar os impactos da decisão estratégica de desalavancagem operada nesta área, designadamente os decorrentes da execução do programa de vendas de créditos, com efeitos inevitáveis no desempenho da área quando comparado com os anos precedentes.

O desenvolvimento e consolidação das atividades das novas unidades internacionais na Venezuela e Luxemburgo, bem como as potencialidades da expansão da rede de distribuição no mercado angolano e a execução do novo plano estratégico do BES Angola, entre outras iniciativas, deverão constituir bases sólidas para que a área internacional do Grupo continue a ser um fator dinâmico para a futura criação de valor no Grupo BES.

### Demonstração de Resultados

#### Atividade Doméstica e Atividade Internacional

(milhões de euros)

Variáveis	Atividade Doméstica			Atividade Internacional		
	2011	2012	Variação	2011	2012	Variação
Resultado Financeiro	645,7	823,4	27,5%	535,9	357,1	-33,4%
+ Serviços a Clientes	600,1	533,0	-11,2%	190,4	295,4	55,1%
= Produto Bancário Comercial	1 245,8	1 356,4	8,9%	726,3	652,5	-10,2%
+ Resultados de Oper. Financeiras e Diversos	- 34,0	498,5	....	12,1	71,0	....
= Produto Bancário	1 211,8	1 854,9	53,1%	738,4	723,5	-2,0%
+ Prémios e Custos da Atividade Seguradora	-	0,7	-	-	-	-
- Custos Operativos	793,5	782,0	-1,4%	335,7	367,1	9,3%
= Resultado Bruto	418,3	1 073,6	....	402,7	356,4	-11,5%
- Provisões Líquidas de Reposições para Crédito	778,5	973,5	25,0%	69,8	225,9	....
para Títulos	538,2	723,8	34,5%	62,4	91,0	45,9%
para Outros Ativos	73,4	103,3	40,7%	- 0,1	3,3	....
= Resultado antes de Impostos	- 360,2	100,1	....	332,9	130,5	-60,8%
- Impostos sobre os lucros	-119,9	66,6	....	58,2	16,2	-72,1%
- Contribuição sobre o Setor Bancário	30,5	27,9	-8,5%	-	-	-
= Resultado após impostos	-270,8	5,6	....	274,7	114,3	-58,4%
- Interesses que não Controlam	-1,2	-2,9	....	113,9	26,7	-76,6%
= Resultado do Exercício	-269,6	8,5	....	160,8	87,6	-45,5%

Assim, as unidades de negócio do triângulo estratégico têm desempenhado um papel nuclear, e que novamente se confirma, ao conseguirem atingir um resultado de 60,7 milhões de euros, representativo de 69,3% do resultado da área internacional. O contributo das unidades localizadas em África, Espanha e Reino Unido continuou a ser decisivo para a geração de lucros no Grupo. A redução apresentada em "Outros" decorre do facto de englobar a atividade das novas unidades que ainda se encontram na fase de arranque.

## Atividade Internacional - Resultado por geografia

(milhões de euros)

Países	2011	2012	Variação
África <sup>(1)</sup>	91,0	33,9	-62,8%
Brasil	20,4	11,1	-45,8%
Espanha <sup>(2)</sup>	9,9	15,7	59,0%
<b>TRIÂNGULO ESTRATÉGICO</b>	<b>121,3</b>	<b>60,7</b>	<b>-50,0%</b>
Reino Unido	18,6	19,2	3,2%
EUA	14,3	5,9	-59,1%
Outros	6,5	1,8	-72,3%
<b>TOTAL</b>	<b>160,8</b>	<b>87,6</b>	<b>-45,5%</b>

(1) Angola, Moçambique, Cabo Verde e Líbia

(2) Inclui ganho extraordinário de 10,3 milhões de euros em 2012

## a. Resultado Financeiro e Margem Financeira

O resultado financeiro alcançou 1 181 milhões de euros, mantendo praticamente o valor conseguido em 2011. O crescimento da margem financeira, que evoluiu de 1,68% (ano de 2011) para 1,70% (+2pb) compensou a redução operada nos ativos financeiros geradores de juros que experimentaram um decréscimo de 836 milhões de euros, produzindo efeitos de margem e volume que se anularam.

A melhoria da margem financeira ocorreu pelo facto de a taxa média dos ativos ter aumentado 4pb – com especial realce para a carteira de títulos e outras aplicações que fez aumentar a remuneração média de 4,85% para 5,45% (+60pb) – enquanto a taxa média dos passivos financeiros sofreu um incremento de 2pb passando para 3,44% localizado no aumento da taxa média da dívida titulada e outros passivos que passou de 3,62% para 3,96% (+34pb).

### Resultado e Margem Financeira

(milhões de euros)

Variáveis	2011			2012		
	Capitais Médios	Taxa Média (%)	Proveitos/ Custos	Capitais Médios	Taxa Média (%)	Proveitos/ Custos
Ativos Financeiros	70 267	5,10	3 587	69 443	5,14	3 571
Crédito a Clientes	51 520	5,20	2 678	50 316	5,02	2 528
Títulos e Outras Aplicações	18 747	4,85	909	19 127	5,45	1 043
Aplicações Diferenciais	12	-	-	-	-	-
<b>ATIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS</b>	<b>70 279</b>	<b>5,10</b>	<b>3 587</b>	<b>69 443</b>	<b>5,14</b>	<b>3 571</b>
Passivos Financeiros	70 279	3,42	2 405	68 161	3,51	2 390
Depósitos	32 535	3,19	1 038	34 030	3,05	1 038
Dívida Titulada e Outros passivos	37 744	3,62	1 367	34 131	3,96	1 352
Recursos Diferenciais	-	-	-	1 282	-	-
<b>PASSIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS</b>	<b>70 279</b>	<b>3,42</b>	<b>2 405</b>	<b>69 443</b>	<b>3,44</b>	<b>2 390</b>
<b>Margem/ Resultado</b>		<b>1,68</b>	<b>1 182</b>		<b>1,70</b>	<b>1 181</b>

A gestão da intermediação financeira continuou a ser desenvolvida, apesar do sucesso no segundo semestre das duas emissões de obrigações não garantidas colocadas pelo BES, uma em outubro, de 750 milhões de euros e outra em novembro de 450 milhões de dólares, num cenário de limitações ao acesso aos mercados financeiros, de intensa concorrência ao nível da captação de recursos, da evolução desfavorável dos níveis de risco e imparidades nos ativos e sob restrições à expansão da atividade decorrente do *deleverage*. Neste contexto, salientam-se os seguintes aspetos relevantes:

- O custo dos recursos foi de 2 390 milhões de euros, sendo de destacar a redução homóloga de 14pb na taxa média dos depósitos, que evoluiu para 3,05%; no entanto, o diferencial face à taxa média de referência do mercado (Euribor a 3 meses) registou um incremento ao situar-se em 248pb (3,05 – 0,57), que compara com 180pb (3,19 – 1,39) em 2011, traduzindo uma substancial melhoria nos retornos distribuídos aos nossos depositantes;

- Os juros ativos elevaram-se a 3 571 milhões de euros, sendo de sublinhar a melhoria (+60pb) na taxa média dos "Títulos e Outras Aplicações" para 5,45% que decorre, fundamentalmente, das taxas de juro da carteira de dívida pública portuguesa. Sublinhe-se o facto de a taxa média do crédito de todo o exercício (5,02%) representar um custo de financiamento muito favorável para os clientes, designadamente para as empresas, quando comparados com os exigidos pelos mercados financeiros em 2012 quer à República quer ao setor financeiro.

Analisando a variação do resultado financeiro a partir da desagregação por efeitos de volume e de preço verifica-se que a evolução registado se ficou a dever, no essencial, ao ganho proporcionado pelo efeito preço (mais 13 milhões de euros) que quase compensou a redução provocada pelo efeito volume de negócio que se situou em 14 milhões de euros.

#### Decomposição dos Efeitos

(milhões de euros)				
	Efeito Volume	Efeito Preço	Efeito Misto	Varição no ano
Ativos Financeiros	-43	27	0	-16
Passivos Financeiros	-29	14	0	-15
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-14</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>-1</b>

#### b. Serviços a Clientes

O comissionamento registou um crescimento de 4,8% (+37,9 milhões de euros), tendo sido determinante a capacidade de inovação e adequação da oferta de produtos e serviços às necessidades dos clientes. Em base comparável, ou seja, excluindo o custo com as garantias prestadas pelo Estado Português (2012: 58,5 milhões de euros; 2011: 8,0 milhões de euros), os resultados dos serviços a clientes teriam registado um aumento de 11,1%.

#### Serviços a Clientes

(milhões de euros)				
Tipo de Comissões	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Cobrança de Valores	19,7	17,0	-2,7	-13,7%
Operações sobre Títulos	89,9	73,4	-16,5	-18,4%
Garantias Prestadas	125,4	139,6	14,2	11,3%
Gestão de Meios de Pagamento	81,1	79,0	-2,1	-2,6%
Comissões sobre Empréstimos e similares <sup>(1)</sup>	176,2	155,4	-20,8	-11,8%
Créditos Documentários	81,4	87,1	5,7	6,9%
Gestão de ativos <sup>(2)</sup>	85,8	85,9	0,1	0,2%
Cartões	40,9	56,7	15,8	38,5%
Bancasseguros	34,9	47,6	12,7	36,3%
Assessoria, Servicing e Diversos <sup>(3)</sup>	55,2	86,7	31,5	57,1%
<b>Total</b>	<b>790,5</b>	<b>828,4</b>	<b>37,9</b>	<b>4,8%</b>
Custos com Garantias do Estado	8,0	58,5	50,5	...
<b>Total comparável</b>	<b>798,5</b>	<b>886,9</b>	<b>88,4</b>	<b>11,1%</b>

- (1) Inclui comissões sobre empréstimos, *project finance*, financiamentos externos e *factoring*  
 (2) Inclui fundos de investimento e gestão de carteiras.  
 (3) Inclui custos com as garantias prestadas pelo Estado.

Os produtos de bancasseguros, que incluem produtos de poupança assim como produtos da área de seguros não vida, apresentam uma evolução positiva (+36,3%) em consequência da nova dinâmica comercial e reformulação da oferta conduzida pela BES Vida; o comissionamento sobre garantias cresceu 11,3% com contribuição crescente das comissões associadas ao produto *Express Bill*; os proveitos resultantes da utilização de cartões apresentam um crescimento de 38,5%; os créditos documentários aumentaram 6,9% com relevo para o negócio de *trade finance* com a América do Sul; a gestão de meios de pagamento, que agrega comissões de contas à ordem, transferências e ordens de pagamento, apesar de afetada pela recessão económica, originou proveitos de 79,0 milhões de euros, valor

próximo do apurado em 2011; e as comissões de assessoria, *servicing* e diversos tiveram uma evolução favorável suportada pela área internacional.

Os serviços relacionados com os mercados de capitais (nomeadamente as operações sobre títulos) e com os financiamentos (cobranças, empréstimos, *corporate* e *project finance*), em consequência do *deleveraging* e da recessão económica que afetou sobretudo a atividade doméstica, tiveram reduções de comissões.

#### c. Resultados de Operações Financeiras e Diversos

Os resultados de operações financeiras e diversos atingiram 569,5 milhões de euros que compara com -21,9 milhões de euros registados no ano anterior.

#### Resultados de Operações Financeiras e Diversos

(milhões de euros)			
Tipo de Resultados	2011	2012	Varição Absoluta
Taxa de Juro, Crédito e Cambial	142,6	825,0	682,4
Taxa de Juro	84,1	781,3	697,2
Crédito	117,1	32,5	-84,6
Cambial e Outros	-58,6	11,2	69,8
<b>Ações</b>	<b>125,8</b>	<b>-126,5</b>	<b>-252,3</b>
Negociação	-41,9	-199,1	-157,2
Dividendos	167,7	72,6	-95,1
<b>Outros Resultados</b>	<b>-290,3</b>	<b>-129,0</b>	<b>161,3</b>
<b>Total</b>	<b>-21,9</b>	<b>569,5</b>	<b>591,4</b>

O início do ano foi marcado pelo corte do *rating* da República que conduziu à saída das obrigações da dívida pública portuguesa dos índices dos fundos com *rating* de *investment grade* e impulsionou as *yields* para níveis historicamente elevados. Neste contexto, o Grupo BES que habitualmente detinha em carteira dívida pública portuguesa maioritariamente de curto prazo, aumentou a sua duração privilegiando obrigações com maturidades mais longas. As medidas de política monetária implementadas pelo BCE conduziram a um aumento da procura por parte dos investidores de obrigações portuguesas, originando uma *performance* extraordinária da *yield curve* portuguesa, culminando, já em janeiro de 2013, com o sucesso da emissão de dívida pública portuguesa a 5 anos.

Neste contexto o Grupo BES, em resultado da alienação de parte da sua carteira de obrigações, registou um ganho nos instrumentos de taxa de juro, crédito e cambial. A *performance* negativa dos mercados acionistas, sobretudo nos primeiros três trimestres do ano, influenciaram o valor das posições estratégicas do Grupo (fundamentalmente, Portugal Telecom e EDP) e a gestão da respetiva volatilidade teve um impacto negativo nos resultados de mercado. Nos "Outros Resultados" está incluído o impacto relativo à aquisição de controlo da BES Vida.

#### d. Custos Operativos

Os custos operativos ascenderam a 1 149,1 milhões de euros, valor superior em apenas 1,8% ao apurado no exercício anterior.

Em base comparável, isto é, excluindo o efeito da consolidação integral da BES Vida e da entrada em funcionamento das novas sucursais do BES, os custos operativos estariam em nível idêntico ao do exercício de 2011 (+0,3%).

## Custos Operativos

(milhões de euros)

Natureza	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos com Pessoal	587,5	598,9	11,4	1,9%
Gastos Gerais Administrativos	433,8	442,1	8,3	1,9%
Amortizações	107,9	108,1	0,2	0,2%
<b>TOTAL</b>	<b>1.129,2</b>	<b>1.149,1</b>	<b>19,9</b>	<b>1,8%</b>
Atividade Doméstica	793,5	782,0	-11,5	-1,4%
Atividade Internacional	335,7	367,1	31,4	9,3%
Efeitos BES Vida e novas Sucursais	1,7	18,5	16,8	...
<b>TOTAL comparável</b>	<b>1.127,5</b>	<b>1.130,6</b>	<b>3,1</b>	<b>0,3%</b>

O contributo da área doméstica continuou a ser determinante na evolução desta componente da conta de exploração, registando uma redução de 1,4%, não obstante a consolidação integral da BES Vida (-2,5% em base comparável). A atividade internacional apresenta um crescimento de 9,3% justificado pela expansão da rede de distribuição no mercado angolano e início da atividade das duas novas sucursais no estrangeiro (+6,9% em base comparável).

## Custos com Pessoal

(milhões de euros)

Natureza	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Remunerações	471,6	483,8	12,2	2,6%
Pensões, Seg.Social e Outros Encargos Sociais	115,9	115,1	-0,8	-0,7%
<b>TOTAL</b>	<b>587,5</b>	<b>598,9</b>	<b>11,4</b>	<b>1,9%</b>
Atividade Doméstica	395,2	389,7	-5,5	-1,4%
Atividade Internacional	192,3	209,2	16,9	8,8%

Os custos com pessoal aumentaram 1,9% devido ao contributo da área internacional que, pese embora a desaceleração operada face ao aumento de 19,1% ocorrida em 2011, contou com um acréscimo de 141 colaboradores originando um incremento de 8,8% nos custos com pessoal desta área. Já a área doméstica teve uma redução de 1,4% tendo por base a redução das remunerações variáveis e a diminuição de 136 colaboradores (excluindo o efeito da consolidação da BES Vida).

Os gastos gerais administrativos aumentaram também 1,9% e as amortizações, que totalizaram 108,1 milhões de euros, estão em linha com o valor do ano anterior devido à entrada em produção dos aplicativos informáticos de suporte às unidades internacionais; as amortizações atribuíveis à área doméstica tiveram uma diminuição de 4,8% apesar do efeito do encerramento de balcões (41 unidades) que provocou amortizações excecionais de 1,6 milhões de euros.

## e.Eficiência

A eficiência, medida pelo *Cost to Income* total, evoluiu para 44,6%, resultado de um maior crescimento do produto bancário total (+32,2%) em relação à progressão dos custos operativos (+1,8%). O *Cost to Income*, com exclusão dos resultados de mercado e diversos (57,2%), situou-se ao nível do alcançado no exercício de 2011.

## Indicadores de Eficiência

Indicadores	2011	2012	Variação
Cost to Income (com mercados)	57,9%	44,6%	-13,3 p.p.
Cost to Income (sem mercados)	57,3%	57,2%	-0,1 p.p.

## f. Provisionamento

A atual conjuntura de recessão económica tem tido repercussões inevitáveis nos níveis de risco e no reforço de provisões para a consequente desvalorização dos ativos. Em 31 de dezembro de 2012 e no que respeita às provisões para crédito em balanço, o respetivo saldo ascendia a 2 692,3 milhões de euros (+24,2%), o que fez elevar o rácio Provisões para Crédito/ Crédito a Clientes para 5,34% (2011: 4,23%).

## Provisões para Crédito

(milhões de euros)

	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito a Clientes (bruto)	51 211	50 399	-812	-1,6%
Reforço de Provisões	600,6	814,8	214,2	35,7%
Saldo de Provisões	2 167,4	2 692,3	524,9	24,2%
Carga de Provisionamento	1,17%	1,62%	0,44 p.p.	
Provisões para Crédito/ Crédito a Clientes	4,23%	5,34%	1,11 p.p.	

O reforço de provisões para crédito em 2012, que inclui uma dotação adicional de 78 milhões de euros em consequência da OIP (*On-site Inspection Programme*), que adiante se desenvolverá, elevou-se a 814,8 milhões de euros (2011: 600,6 milhões de euros) representativos de um aumento de 35,7%. Este reforço fez com que a carga de provisionamento (1,62%) seja superior em 45 pontos base ao nível atingido no exercício de 2011 (1,17%).

## Reforço de Provisões

(milhões de euros)

	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Para Crédito a Clientes	600,6	814,8	214,2	35,7%
Para Títulos	73,3	106,6	33,3	45,4%
das quais associadas a cedências de créditos	-	50,8	-	-
Para Outros Riscos e Encargos	174,4	278,0	103,6	59,4%
das quais associadas a cedências de créditos	23,0	85,8	62,8	...
<b>TOTAL</b>	<b>848,3</b>	<b>1.199,4</b>	<b>351,1</b>	<b>41,4%</b>

Relativamente às provisões para títulos e para outros ativos apurou-se uma maior necessidade de reforços em comparação com o ano anterior. Este aumento está relacionado com operações de cedências de créditos realizadas no decorrer do exercício de 2012. Com efeito, no âmbito do processo de reestruturação do setor imobiliário e turístico, foram lançadas várias iniciativas no sentido de serem criadas condições financeiras, operacionais e de gestão que pudessem reestruturar e revitalizar este setor.

Neste âmbito, o Governo, em estreita ligação com as empresas e o setor financeiro, incentivou a criação de sociedades e de fundos tendo em vista, através de operações de concentração e fusão, a obtenção das sinergias necessárias à recuperação do setor. A participação no capital das referidas sociedades é feita pelos bancos participantes através da cedência de créditos que, por razões de eficiência na organização das operações, originam uma realocação de provisões que passam a estar associadas aos instrumentos financeiros adquiridos pela transmissão dos créditos – aos títulos quando há subscrição de ações e unidades de participação; a outros ativos quando há lugar a prestações acessórias, prestações suplementares e suprimentos.

Adicionalmente, houve necessidade de reforçar as provisões para imóveis recebidos por recuperação de créditos (39 milhões de euros), para contingências diversas (47 milhões de euros) e para ativos não financeiros da área internacional.



## Resultados do Programa de Inspeções ON-SITE (OIP) à exposição aos setores da construção e promoção imobiliária

O Banco de Portugal, no âmbito da sua ação de supervisão, decidiu conceder uma atenção particular às exposições da banca aos setores da construção e promoção imobiliária, que têm sido particularmente afetados pelo atual contexto macroeconómico. Por este motivo, no âmbito da sua atividade regular de supervisão prudencial, decidiu desenvolver um Programa de Inspeções *On-site* sobre as exposições das instituições financeiras aos setores da construção e promoção imobiliária em Portugal e Espanha (OIP – *On-site Inspections Programme*), com referência a 30 de junho de 2012, com o objetivo de avaliar a adequabilidade dos níveis de imparidade registados sobre as exposições aos setores abrangidos tendo por base critérios conservadores de avaliação. Este programa envolveu, em base consolidada, os oito maiores grupos bancários nacionais, incluindo o Espírito Santo Financial Group (ESFG). O Grupo BES foi sujeito ao programa de inspeções na medida em que consolida integralmente no ESFG.

A inspeção teve como referência a posição de balanço em 30 de junho de 2012, bem assim como a consideração de informações e eventos ocorridos desde 1 de julho até à conclusão dos trabalhos que ocorreu em 16 de novembro de 2012. Em relação ao Grupo BES foi apurada uma necessidade de reforço de provisões de 98 milhões de euros (0,9% da exposição avaliada) em relação à posição de balanço de 30 de setembro de 2012, entretanto divulgada; daquele reforço, 78 milhões de euros (0,7% da exposição) corresponderam a diferenças de julgamento sobre os valores da imparidade a reconhecer em determinados créditos. À data de 31 de dezembro de 2012 todos os reforços estavam devidamente contabilizados.

## 7.5 Rendibilidade

A margem comercial bruta, indicador de *performance* da atividade bancária corrente aumentou 9pp suportado na evolução da margem financeira e dos serviços a clientes. O aumento da contribuição das operações financeiras e diversos, e não obstante o crescimento do peso do provisionamento, foi determinante no apuramento de rendibilidades positivas no final do exercício.

### Decomposição da Rendibilidade

(valores em %)

	2011	2012	Varição p.p.
Taxa Ativos Financeiros	5,10	5,14	0,04
- Taxa Passivos Financeiros	3,42	3,44	0,02
<b>= Margem Financeira</b>	<b>1,68</b>	<b>1,70</b>	<b>0,02</b>
+ Rendibilidade Serviços a Clientes	1,12	1,19	0,07
<b>= Margem Comercial Bruta</b>	<b>2,81</b>	<b>2,89</b>	<b>0,09</b>
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	-0,03	0,82	0,85
<b>= Margem de Negócio</b>	<b>2,77</b>	<b>3,71</b>	<b>0,94</b>
+ Relevância Prémios e Custos da Atividade Seguradora	-	0,00	-
- Relevância Custos Operativos	1,61	1,65	0,05
- Relevância Provisões	1,21	1,73	0,52
- Relevância Interesses que não controlam e Outros	0,12	0,19	0,08
<b>= Rendibilidade dos Ativos Financeiros</b>	<b>-0,15</b>	<b>0,14</b>	<b>0,29</b>
x Relevância Ativos Financeiros	0,86	0,84	-0,02
<b>= Rendibilidade do Ativo (ROA)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>
x Multiplicador das Aplicações	13,72	10,22	-3,50
<b>= Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)</b>	<b>-0,05</b>	<b>1,25</b>	<b>1,30</b>

## 7.6 Análise Financeira do BES Individual

### Principais Valores e Indicadores de Atividade e Resultados\*

	SÍMBOLO	2008	2009	2010	2011	2012
<b>BALANÇO</b> (milhões de euros)						
Ativo	AL	66 743	74 120	75 334	74 087	68 748
Ativos Financeiros (valores médios)	AF	52 359	60 063	65 762	63 961	60 174
Capital e Reservas (valores médios)	KP	3 610	4 585	5 136	5 283	6 362
<b>CONTA DE EXPLORAÇÃO</b> (milhões de euros)						
Resultado Financeiro	RF	799,1	909,1	662,4	653,9	658,2
+ Serviços a Clientes	SB	408,9	468,7	498,6	483,7	455,3
= Produto Bancário Comercial	PBC	1 208,0	1 377,8	1 161,0	1 137,6	1 113,5
+ Resultado de Operações Financeiras e Diversos	ROF	71,9	475,8	344,2	476,5	618,5
= Produto Bancário	PB	1 279,9	1 853,6	1 505,2	1 614,1	1 732,0
- Custos Operativos	CO	753,5	766,8	861,9	781,1	763,0
- Provisões e Impostos	PVI	302,1	672,6	387,3	966,1	847,0
= Resultado do Exercício	RL	224,3	414,2	298,8	-133,1	122,0
<b>RENDIBILIDADE (%)</b>						
Margem Financeira	RF / AF	1,53	1,51	1,01	1,02	1,09
+ Rendibilidade Serviços a Clientes	SB / AF	0,78	0,78	0,76	0,76	0,76
+ Rendibilidade Operações de Mercado	ROF / AF	0,14	0,79	0,52	0,74	1,03
= Margem de Negócio	PB / AF	2,44	3,09	2,29	2,52	2,88
- Relevância Custos Operativos	CO / AF	1,44	1,28	1,25	1,22	1,27
- Relevância Provisões e Impostos	PVI / AF	0,58	1,12	0,59	1,51	1,41
= Rendibilidade dos Ativos Financeiros	RL / AF	0,43	0,69	0,45	-0,21	0,20
x Relevância Ativos Financeiros	AF / AL	0,85	0,84	0,87	0,85	0,91
= Rendibilidade do Ativo (ROA)	RL / AL	0,36	0,58	0,39	-0,18	0,18
x Multiplicador das Aplicações	AL / KP	17,03	15,55	14,78	14,23	10,43
= Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	RL / KP	6,21	9,03	5,82	-2,52	1,92

\* Dados históricos ajustados da alteração da política contabilística no registo dos desvios atuariais em 2008, 2009 e 2010.

### 7.6.1 Atividade

A deterioração das condições financeiras provocadas pelo aumento do risco soberano, a necessária desalavancagem do sistema financeiro português e a evolução desfavorável da procura interna condicionaram o desenvolvimento da atividade individual do Banco Espírito Santo.

Neste contexto, o ativo apresenta uma redução de 7,2% face ao exercício anterior, o crédito a clientes regista um decréscimo de 3,4% e a captação de depósitos também apresenta um recuo (-2,9%). Os recursos totais de clientes apresentam um crescimento de 7,4% suportado, sobretudo, pela atividade de *asset management* e de bancasseguros.

## Evolução da Atividade

(milhões de euros)

Variáveis	Dez. 11	Dez. 12	Variação	
			Absoluta	Relativa
Ativo	74 087	68 748	-5 339	-7,2%
Crédito a Clientes (bruto)	40 638	39 269	-1 369	-3,4%
Crédito a Particulares	10 812	10 295	-517	-4,8%
- Habitação	8 493	8 130	-363	-4,3%
- Outro Crédito a Particulares	2 319	2 165	-154	-6,6%
Crédito a Empresas	29 826	28 974	-852	-2,9%
Recursos Totais de Clientes	47 035	50 527	3 492	7,4%
Recursos de Clientes de Balanço	33 890	33 371	-519	-1,5%
- Depósitos	31 179	30 271	-908	-2,9%
- Obrigações e Outros Títulos colocados em Clientes	2 711	3 100	389	14,3%
Recursos de Desintermediação	13 145	17 156	4 011	30,5%

A qualidade da carteira de crédito, no final do exercício, evidencia um agravamento dos rácios de sinistralidade, com o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias a evoluir para 4,58% (Dez. 11: 3,11%) e o rácio de cobertura a situar-se em 133,6% (Dez. 11: 155,0%).

De realçar a evolução favorável da cobertura do crédito total (vencido e corrente) que tem consistentemente vindo a aumentar e que no final do ano se situava em 6,12%, aumentando 130 pontos base face a dezembro de 2011.

## Qualidade do Crédito a Clientes

	Dez. 11	Dez. 12	Variação	
			Absoluta	Relativa
<b>DADOS DE BASE</b> (milhões de euros)				
Crédito a Clientes (bruto)	40 638	39 269	-1 369	-3,4%
Crédito Vencido	1 389,2	2 003,0	613,8	44,2%
Crédito Vencido > 90 dias	1 262,2	1 798,4	536,2	42,6%
Provisões para Crédito	1 955,9	2 402,1	446,2	22,8%
<b>INDICADORES</b> (%)				
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	3,42	5,10	1,68	p.p.
Crédito Vencido >90 dias/ Crédito a Clientes (bruto)	3,11	4,58	1,47	p.p.
Provisões para Crédito/ Crédito Vencido	140,8	119,9	-20,9	p.p.
Provisões para Crédito/ Crédito Vencido > 90 dias	155,0	133,6	-21,4	p.p.
Provisões para Crédito/ Crédito a Clientes	4,81	6,12	1,30	p.p.

## 7.6.2 Resultados

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese das principais variáveis da conta de exploração do BES Individual.

### Demonstração de Resultados

Variáveis	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Resultado Financeiro	653,9	658,2	4,3	0,6%
+ Serviços a Clientes	483,7	455,3	-28,4	-5,9%
= Produto Bancário Comercial	1 137,6	1 113,5	-24,1	-2,1%
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	476,5	618,5	142,0	29,8%
= Produto Bancário	1 614,1	1 732,0	117,9	7,3%
- Custos Operativos	781,1	763,0	-18,1	-2,3%
= Resultado Bruto	833,0	969,0	136,0	16,3%
- Provisões Líquidas de Reposições	1 080,7	834,9	-245,8	-22,7%
para Créditos	521,2	633,4	112,2	21,5%
para Títulos	69,2	119,6	50,4	72,8%
para Outros Ativos	490,3	81,9	-408,4	-83,3%
= Resultado antes de Impostos	-247,7	134,1	381,8	-154,2%
- Impostos	-114,6	12,1	126,7	...
= Resultado do Exercício	-133,1	122,0	255,1	...

A geração de resultados, avaliada pela *performance* do produto bancário, apresenta um aumento de 7,3% em resultado, no essencial, do comportamento dos resultados de operações financeiras e diversos, influenciados sobretudo pelos ganhos apurados na carteira de dívida pública portuguesa.

Pese embora o reforço das provisões para crédito ter aumentado 21,5% para 633,4 milhões de euros, ocorreu em 2012, um menor custo no provisionamento total decorrente do reconhecimento em 2011 da imparidade no investimento na BES Vida (337,5 milhões de euros). Em consequência, os resultados do exercício foram positivos no valor de 122,0 milhões de euros que contrasta com os prejuízos de 133,1 milhões de euros apurados no exercício precedente.

A eficiência, medida pelo *Cost to Income* total, evoluiu para 44,1%, resultado de um maior crescimento do produto bancário total (+7,3%) em relação à progressão dos custos operativos (-2,3%). O *Cost to Income*, com exclusão dos resultados de mercado e diversos (68,5%), situou-se próximo do nível alcançado no exercício de 2011.

### Indicadores de Eficiência

	2011	2012	Variação
Cost to Income (com mercados)	48,4%	44,1%	-4,3 p.p.
Cost to Income (sem mercados)	68,7%	68,5%	-0,2 p.p.

### 7.6.3 Atividade das Sucursais

O BES dispõe de Sucursais no exterior que dão suporte ao desenvolvimento da estratégia internacional do Grupo. Apresenta-se de seguida uma síntese das suas atividades no exercício em apreço.

#### Sucursal em Espanha

Na atual conjuntura de instabilidade económica e financeira, nacional e internacional, a atividade da Sucursal em Espanha manteve uma evolução positiva durante todo o ano, sendo de destacar os seguintes aspetos: (i) o crescimento homólogo de 8,7% dos depósitos de clientes e a redução do crédito a clientes (-6,3%), evolução que confirma a viabilidade da execução da política de reforço da autonomia financeira da Sucursal; (ii) os volumes de risco fora de balanço registaram um crescimento de 3,4%; (iii) o apoio à atividade internacional das empresas registou um crescimento de 11,3%; (iv) o número de clientes registou um aumento de 21,5%, superando em 3900 o nível de dezembro de 2011, incremento este suportado, sobretudo, pela banca de particulares e private (+23,1%); e (v) a prossecução de uma gestão prudente do risco de crédito, com forte reforço do provisionamento face aos efeitos diretos e induzidos da situação económica. Reflexo dos referidos desenvolvimentos foi possível manter a tendência de melhoria das margens das aplicações creditícias, compensando os efeitos da pressão sobre os custos dos passivos decorrente da forte concorrência na captação de depósitos. O aumento do produto bancário (11,9%) conjugado com a contenção de custos operativos (-0,9%) refletiu-se positivamente na evolução do resultado de exploração que registou um aumento de 35,8%. O resultado depois de impostos situou-se em 13,2 milhões de euros, valor que compara com 8,3 milhões de euros registados em igual período do ano anterior.

#### Sucursal em Londres (Reino Unido)

A Sucursal no Reino Unido centra o seu negócio na banca de *wholesale* ao nível do mercado europeu. O crescimento significativo do seu volume de negócios, visível no aumento de 60% do ativo, refletiu essencialmente a emissão de um programa de *Euro Medium Term Notes*. Apesar do contexto adverso dos mercados internacionais, o produto bancário gerado ascendeu a 57 milhões de euros, representando um crescimento de 87% face a 2011. Simultaneamente, a estrutura de custos de funcionamento tem vindo a ser ajustada, destacando-se uma redução de 10%, em termos homólogos. O resultado alcançado ascendeu a 31,7 milhões de euros.

#### Sucursal em Nova Iorque (EUA)

Esta Sucursal concentra a sua atividade na banca de *wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. No ano de 2012 persistiram as dificuldades nas condições de acesso à liquidez nos mercados para colocação de programas de certificados de depósito e papel comercial. Nesta conjuntura, a atividade continuou a desenvolver-se com extrema prudência e enfoque na gestão e monitorização do risco, de acordo com as linhas atuais da estratégia internacional do Grupo e num contexto de acentuada redução da carteira de crédito (-35% face ao ano anterior), na sequência do plano de *deleverage* estabelecido. De realçar que, apesar das restrições à atividade, o resultado alcançado que foi de 3,6 milhões de euros.

#### Sucursal na Venezuela

No início de 2012, com a abertura desta Sucursal, o BES reforçou a sua posição na Venezuela. Esta iniciativa irá permitir ao Grupo aproximar-se da comunidade portuguesa residente no país, estimada em cerca de 500 mil, e das grandes empresas e instituições locais. No final do exercício, a Sucursal registava 106 milhões de euros de depósitos captados e um ativo de 134 milhões de euros.

#### Sucursal no Luxemburgo

Desde janeiro de 2012 que o BES opera também no Luxemburgo, com uma Sucursal, tendo inaugurado a agência ao público em julho de 2012. Esta iniciativa privilegiou a atuação junto da comunidade emigrante Portuguesa residente nesta geografia e em países vizinhos no centro da Europa, e pretende também oferecer aos clientes da rede global do Grupo a possibilidade de opção por uma praça financeira tradicional. No final do ano o ativo ascendia a 386 milhões de euros.

## 8. Demonstrações Financeiras

### 8.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

#### Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2012

(milhares de euros)

	Dez. 11	Dez. 12
<b>ATIVO</b>		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 090 439	1 377 541
Disponibilidades em outras instituições de crédito	580 813	681 077
Ativos financeiros detidos para negociação	3 434 639	3 925 399
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 963 989	2 821 553
Ativos financeiros disponíveis para venda	11 482 866	10 755 310
Aplicações em instituições de crédito (das quais, no Sistema Europeu de Bancos Centrais)	3 282 576	5 426 518
Crédito a clientes (Provisões)	49 043 382	47 706 392
Investimentos detidos até à maturidade	(2 167 444)	(2 692 342)
Ativos com acordo de recompra	1 541 182	941 549
Derivados de cobertura	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	510 090	516 520
Propriedades de investimento	1 646 683	3 277 540
Outros ativos tangíveis	-	441 988
Ativos intangíveis	851 678	931 622
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	230 332	555 326
Ativos por impostos correntes	806 999	580 982
Ativos por impostos diferidos	28 692	24 648
Provisões técnicas de resseguro cedido	712 157	728 905
Outros ativos	-	3 804
Devedores por seguro direto e resseguro	3 030 855	2 994 154
Outros	-	567
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>80 237 372</b>	<b>83 690 828</b>
<b>PASSIVO</b>		
Recursos de bancos centrais (dos quais, do Sistema Europeu de Bancos Centrais)	10 013 713	10 893 320
Passivos financeiros detidos para negociação	(8 786 204)	(10 279 382)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2 125 253	2 122 025
Recursos de outras instituições de crédito	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	6 239 360	5 088 658
Responsabilidades representadas por títulos	34 206 162	34 540 323
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	18 452 648	15 424 061
Derivados de cobertura	-	-
Contratos de investimento	238 633	125 199
Passivos não correntes detidos para venda	-	3 413 563
Provisões	140 950	175 945
Provisões técnicas	190 450	236 950
Passivos por impostos correntes	-	1 577 408
Passivos por impostos diferidos	44 937	221 199
Instrumentos representativos de capital	110 533	154 015
Outros passivos subordinados	-	-
Outros passivos	961 235	839 816
Credores por seguro direto e resseguro	1 321 023	1 145 602
Outros passivos	-	2 040
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>74 044 897</b>	<b>75 958 084</b>
<b>CAPITAL</b>		
Capital	4 030 232	5 040 124
Prémios de emissão	1 081 663	1 069 517
Outros instrumentos de capital	29 505	29 295
Ações próprias	(997)	(6 991)
Ações preferenciais	211 913	193 289
Reservas de reavaliação	(1 086 491)	(686 666)
Outras reservas e resultados transitados	1 446 961	1 328 630
Resultado do exercício	(108 758)	96 101
Dividendos antecipados	-	-
Interesses que não controlam	588 447	669 445
<b>TOTAL DO CAPITAL</b>	<b>6 192 475</b>	<b>7 732 744</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL</b>	<b>80 237 372</b>	<b>83 690 828</b>

O Diretor do Departamento  
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

**Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de dezembro de 2012**

(milhares de euros)

	Dez. 11	Dez. 12
Juros e rendimentos similares	4 084 862	3 914 109
Juros e encargos similares	2 903 271	2 733 601
<b>Margem financeira</b>	<b>1 181 591</b>	<b>1 180 508</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	167 701	72 604
Rendimentos de serviços e comissões	888 646	975 062
Encargos com serviços e comissões	130 546	181 144
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	( 178 904)	( 59 408)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	( 68 770)	600 206
Resultados de reavaliação cambial	( 32 645)	( 23 788)
Resultados de alienação de outros ativos	( 89 885)	( 41 776)
Prêmios líquidos de resseguro	-	62 257
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	362 973
Variações das provisões técnicas líquidas de resseguro	-	301 423
Outros resultados de exploração	357 803	19 976
<b>Produto da atividade</b>	<b>2 094 991</b>	<b>2 542 947</b>
Custos com pessoal	587 475	598 883
Gastos gerais administrativos	433 753	442 120
Amortizações do exercício	107 926	108 074
Provisões líquidas de reposições e anulações	6 860	56 978
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	600 616	814 832
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	73 251	106 727
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	167 602	220 893
Diferenças de consolidação negativas	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	( 175 231)	8 312
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>( 57 723)</b>	<b>202 752</b>
Impostos		
Correntes	72 147	135 350
Diferidos	( 133 666)	( 52 434)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>3 796</b>	<b>119 836</b>
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	( 3 428)	( 4 199)
Interesses que não controlam	112 554	23 735
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<b>( 108 758)</b>	<b>96 101</b>

 O Diretor do Departamento  
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

## 8.2 Demonstrações Financeiras Individuais

### Balanco Individual em 31 de dezembro de 2012

(milhares de euros)

	Dez. 12			Dez. 11
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
<b>ATIVO</b>				
Caixa e disponibilidades bancos centrais	626 558	-	626 558	481 371
Disponibilidades em outras instituições de crédito	275 887	-	275 887	341 698
Ativos financeiros detidos para negociação	1 851 506	-	1 851 506	1 783 039
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 286 075	-	1 286 075	1 969 331
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 243 055	236 023	9 007 032	14 275 267
Aplicações em instituições de Crédito	9 565 260	126	9 565 134	7 928 825
Crédito a clientes	39 269 217	2 005 703	37 263 514	39 115 887
Investimentos detidos até à maturidade	731 204	39 111	692 093	830 077
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	-
Derivados de cobertura	468 184	-	468 184	487 923
Ativos não correntes detidos para venda	1 492 841	184 753	1 308 088	767 742
Propriedades de investimento	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	1 093 028	750 475	342 553	371 947
Ativos intangíveis	654 945	541 485	113 460	118 242
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 455 115	398 887	2 056 228	1 754 708
Ativos por impostos correntes	1 292	-	1 292	1 872
Ativos por impostos diferidos	833 310	-	833 310	799 538
Outros ativos	3 172 401	115 549	3 056 852	3 059 174
<b>TOTAL DE ATIVO</b>	<b>73 019 878</b>	<b>4 272 112</b>	<b>68 747 766</b>	<b>74 086 641</b>
<b>PASSIVO</b>				
Recursos de bancos centrais	10 238 986	-	10 238 986	9 232 202
Passivos financeiros detidos para negociação	1 630 363	-	1 630 363	1 605 217
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	7 138 799	-	7 138 799	11 139 698
Recursos de clientes e outros empréstimos	30 271 265	-	30 271 265	31 179 373
Responsabilidades representadas por títulos	9 933 899	-	9 933 899	10 163 659
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	953 613	-	953 613	2 951 364
Derivados de cobertura	79 667	-	79 667	155 741
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
Provisões	554 526	-	554 526	581 105
Passivos por impostos correntes	60 134	-	60 134	15 080
Passivos por impostos diferidos	138 810	-	138 810	123 794
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	796 643	-	796 643	896 185
Outros passivos	682 063	-	682 063	871 741
<b>TOTAL DE PASSIVO</b>	<b>62 478 768</b>	<b>-</b>	<b>62 478 768</b>	<b>68 915 159</b>
<b>CAPITAL</b>				
Capital	5 040 124	-	5 040 124	4 030 232
Prémios de emissão	1 061 621	-	1 061 621	1 076 522
Outros instrumentos de capital	225 714	-	22 5714	244 502
Ações próprias	( 801)	-	( 801)	( 997)
Reservas de reavaliação	( 834 740)	-	( 834 740)	( 809 027)
Outras reservas e resultados transitados	655 119	-	655 119	763 339
Resultado do exercício	121 961	-	121 961	( 133 089)
Dividendos antecipados	-	-	-	-
<b>TOTAL DE CAPITAL</b>	<b>6 268 998</b>	<b>-</b>	<b>6 268 998</b>	<b>5 171 482</b>
<b>TOTAL DE PASSIVO + CAPITAL</b>	<b>68 747 766</b>	<b>-</b>	<b>68 747 766</b>	<b>74 086 641</b>

O Diretor do Departamento  
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

**Demonstração de Resultados Individual em 31 de dezembro de 2012**

(milhares de euros)

	Dez. 11	Dez. 12
Juros e rendimentos similares	2 966 191	2 914 402
Juros e encargos similares	2 312 253	2 256 248
<b>Margem financeira</b>	<b>653 938</b>	<b>658 154</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	380 480	122 896
Rendimentos de serviços e comissões	625 686	667 414
Encargos com serviços e comissões	155 934	226 355
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	( 309 522)	( 140 196)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	16 234	570 781
Resultados de reavaliação cambial	254	( 39 191)
Resultados de alienação de outros ativos	( 49 345)	( 30 426)
Outros resultados de exploração	423 660	122 375
<b>Produto bancário</b>	<b>1 585 451</b>	<b>1 705 452</b>
Custos com pessoal	372 815	359 789
Gastos gerais administrativos	322 199	318 495
Amortizações do exercício	86 039	84 668
Provisões líquidas de reposições e anulações	( 19 091)	( 11 634)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	537 861	671 313
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	61 188	119 626
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	500 785	55 608
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>( 276 345)</b>	<b>107 587</b>
Impostos		
Correntes	4 278	62 549
Diferidos	( 147 534)	( 76 923)
<b>Resultado após impostos</b>	<b>( 133 089)</b>	<b>121 961</b>
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-4 719	-3 208

 O Diretor do Departamento  
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

## 9. Notas Finais

### 9.1 Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

De acordo com o disposto no nº 1, alínea c) do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários os membros do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., a seguir identificados nominativamente, declaram que:

- (i) as demonstrações financeiras individuais do Banco Espírito Santo, S.A. (BES), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2012, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro de 2005;
- (ii) as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Espírito Santo (Grupo BES), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2012, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35 /2005, de 17 de fevereiro;
- (iii) tanto quanto é do seu conhecimento as demonstrações financeiras referidas na alínea (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BES e do Grupo BES, de acordo com as referidas Normas e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 1 de março de 2013;
- (iv) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do BES e do Grupo BES no exercício de 2012 e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

### 9.2 Ações Próprias

Em conformidade com a alínea d) do nº 5 do artigo nº 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as transações com ações próprias realizadas no decurso do exercício de 2012 decorreram por um lado, da execução do Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF), parte integrante da política de remuneração dos membros Comissão Executiva do BES aprovada na Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 e por outro, da aquisição de controlo da BES Vida que detinha ações do BES.

#### Transações com ações próprias

	Número de ações	Preço por ação (euros)	Valor de balanço (milhares euros)
Saldo no início do exercício	342 475	2,909	997
Ações alienadas no âmbito do PRVIF <sup>(1)</sup>	67 184	1,315	196
Outras transações <sup>(2)</sup>	10 112 765	-	6 190
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>10 388 056</b>	<b>-</b>	<b>6 991</b>

(1) em janeiro de 2012.

(2) respeitam a ações do BES na carteira da BES Vida, na sequência da aquisição de controlo em maio de 2012.

Informação detalhada sobre o movimento ocorrido nas ações próprias consta da Nota Explicativa 44 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

### 9.3 Proposta de Distribuição de Resultados do Banco Espírito Santo

Nos termos da alínea f) do nº 5 do artigo 66º e para efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com o artigo 31.º dos Estatutos do Banco, o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, considerando os compromissos assumidos perante as autoridades de supervisão nacionais e internacionais de assegurar/ reforçar de modo autónomo os níveis de solvabilidade, propõe para aprovação da Assembleia Geral, que o resultado líquido do exercício de 2012 apurado nas contas individuais no montante de 121 961 308,14 euros seja afetado em 12 197 000,00 euros à reserva legal e em 109 764 308,14 euros para cobertura dos prejuízos apurados no exercício anterior nos termos previstos no artigo 33º do Código das Sociedades Comerciais.

### 9.4 Guia de Leitura para a Informação em sustentabilidade

A informação sobre a gestão e *performance* em sustentabilidade do Grupo BES está reportada no Relatório e Contas 2012, na Brochura de Sustentabilidade, e no *website* corporativo dedicado à sustentabilidade. Esta informação é reportada de acordo com a versão 3.1, da terceira geração de diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* e os princípios do *standard* AA1000APS. O relatório foi elaborado para o nível A+, beneficiando de uma verificação de acordo com os princípios definidos pela ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements* 3 000), por uma entidade independente, a KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A..

Para uma consulta do âmbito dos indicadores das directrizes G3.1 da *Global Reporting Initiative* (GRI), por favor consulte a tabela GRI disponível em [www.bes.pt](http://www.bes.pt).

A informação reportada, procura responder a todos os requisitos e indicadores (sociais, ambientais e económicos) do GRI, e do suplemento financeiro publicado por esta entidade, exceptuando aqueles que, pela sua natureza e conteúdo, se tenham identificado como pouco relevantes para a actividade do Grupo BES.

Esta identificação é fruto de um diálogo constante com os *stakeholders* com maior relevância para o Grupo BES, sendo as várias peças de comunicação direccionadas aos *stakeholders* identificados como prioritários para o Grupo BES, sendo estes os acionistas, as entidades reguladoras, clientes, colaboradores e investidores. A brochura de sustentabilidade e o *website*, permitem fazer chegar a informação em sustentabilidade aos restantes *stakeholders* relevantes como fornecedores, media e ONG's e a sociedade em geral.



## 9.5 Nota de agradecimento

O Conselho de Administração do Banco Espírito Santo manifesta o seu agradecimento pela confiança dos seus Clientes e Acionistas, pela lealdade e dedicação dos seus Colaboradores e pela cooperação das Autoridades Governamentais e de Supervisão.

Lisboa, 1 de março de 2013

---

### **O Conselho de Administração**

---

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)

Ricardo Espírito Santo Silva Saigado (Vice-Presidente)

Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux (Vice-Presidente)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

António José Baptista do Souto

Jorge Alberto Carvalho Martins

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

João Eduardo Moura da Silva Freixa

Pedro Mosqueira do Amaral

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho

João de Faria Rodrigues

Marc Olivier Tristan Oppenheim

Vincent Claude Pacaud

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

Stanislas Gerard Marie Georges Ribes

Horácio Lisboa Afonso

Pedro João Reis Matos Silva

Milton Almicar Silva Vargas

Xavier Musca

---

# Anexos

## As Contas da Sustentabilidade

<b>Ambientais (BES PT)</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011/2012</b>
<b>Energia <sup>(1)</sup></b>						
Consumo de eletricidade total (Gj)	210 389	216 959	218 752	197 762	179 963	-12.81%
Consumo de eletricidade total (kwh)	58 441 425	60 266 513	60 764 414	54 934 001	49 989 692	-12.81%
Consumo de eletricidade do Data Center (kwh)	8 809 344	9 464 979	11 054 623	11 673 820	12 153 693	4.11%
Consumo de eletricidade (kwh/ colaborador) <sup>(2)</sup>	7 959	7 923	7 787	6 776	6 233	-13.11%
Consumo de gás natural (Gj)	373	887	740	496	551	11%
Consumo de gás natural (N.m <sup>3</sup> )	9 555	22 750	18 982	12 717	14 120	11%
Consumo de gás butano (Kg)	7 290	4 860	3 105	675	720	6.67%
Consumo de gás butano (Gj)	345	230	147	32	34	6.67%
<b>Transporte <sup>(3)</sup></b>						
Número de veículos	1 085	1 491	1 212	1 474	1 644	11.53%
Combustível (Gj)	77 948	109 790	76 775	130 922	126 028	2.76%
Número de viagens de avião	4 956	5 327	5 826	3 970	3 988	0.45%
<b>Água <sup>(3)</sup></b>						
Consumo de água (m <sup>3</sup> ) <sup>(3)</sup>	101 514	96 927	99 442	96 729	91 590	-5.31%
Consumo água por colaborador (m <sup>3</sup> / colaborador)	16	14	15	14	14	-2.13%
<b>Emissão de gases com efeito de estufa (tCO<sub>2</sub>e) <sup>(4)</sup></b>						
Emissões em deslocações em frota da empresa	3 421	3 500	3 773	5 861	5 666	-3.33%
Emissões de gases fluorados dos equipamentos de climatização	1 477	1 447	1 447	1 447	1 447	0.00%
Emissões em equipamentos de cozinha a gás natural e butano	59	107	87	30	32	7%
Emissões em geradores de emergência	31	0	0	40	41	3.00%
<b>Emissões diretas (Âmbito 1)</b>	<b>4 958</b>	<b>5 055</b>	<b>5 307</b>	<b>7 378</b>	<b>7 186</b>	<b>-2.60%</b>
Emissões da produção de electricidade adquirida	22 454*	20 433	14 095	13 319	18 202	-6.00%
<b>Emissões indiretas (Âmbito 2)</b>	<b>22 454*</b>	<b>20 433</b>	<b>14 095</b>	<b>13 319</b>	<b>18 202</b>	<b>-6.00%</b>
Total Âmbito 2 normalizado			22 417	20 650	20 044	-8.00%
Total (âmbito 1 e 2)	23 940	25 488	19 402	20 697	25 388	-5.00%
Total (âmbito 1 e 2) normalizado**			27 724	28 028	27 230	-6.00%
Emissões em deslocações de trabalho/viagens de negócios de avião***	3 690	5 630	2 510	1 299	2 140	64.74%
Emissões das deslocações casa-trabalho-casa dos colaboradores	7 090	6 932	6 945	8 186	7 628	-6.82%
<b>Emissões indirectas (Âmbito 3)***</b>	<b>10 780</b>	<b>12 562</b>	<b>9 455</b>	<b>9 485</b>	<b>9 768</b>	<b>2.98%</b>
<b>Consumo de materiais (papel e outros consumíveis) <sup>(4)</sup></b>						
Papel branco para consumo interno (toneladas)	441	480	416	411	434	5.81%
Papel branco para uso interno (nº resmas/ colaborador)	25	28	24	23	25	8.20%
Papel reciclado para uso interno (toneladas)	16	10	18	7	6	-26.08%
Papel reciclado para uso interno (nº resmas/ colaborador)	1	1	1	0	0	-24.41%
Impressos - Área de <i>printing e finishing</i> (toneladas)	413	384	301	247	234	-5.18%
Impressos - Área de <i>printing e finishing</i> (nº resmas)	165 785	154 387	120 693	99 123	93 986	-5.18%
Consumíveis utilizados (unidades)	38 252	50 405	47 356	44 955	21 103	-54.21%
<b>Gestão de resíduos <sup>(5)</sup></b>						
Papel para reciclagem (toneladas)	344	478	289	224	169	-24.58%
Cartão para reciclagem (toneladas)	54	61	57	73	42	-42.97%
Consumíveis recolhidos (unidades)	6 545	4 023	22 860	21 757	8 400	-61.39%

(1) BES Portugal.

(2) BES Portugal, não inclui consumo do Data center.

(3) BES Portugal não inclui o consumo do BES Arte&Finança.

(4) BES Portugal, BAC, BEST, ESAF, BES.

\*Valores recalculados devido à contabilização de novos gases com efeito de estufa.

\*\*Valor obtido através de um fator de emissão correspondente à média de todos os fatores de emissão série temporal considerada.

\*\*\*Valores recalculados devido a novos fatores de emissão e uma nova metodologia para classificar a tipologia de voos.

### Ambientais (BES PT; BES Açores; BESI PT; ESAF)

	<b>2012</b>
Consumo de eletricidade total (Gj)	50 580 397
Emissões da produção de electricidade adquirida (tCO <sub>2</sub> e) (Âmbito 2)	19 200
Consumo de água (m <sup>3</sup> )	94 769

Em 2012, o Banco alargou o âmbito de recolha dos indicadores ambientais com maior relevância para o BES Açores, BESI em Portugal e para a ESAF. Este alargamento de âmbito tem como propósito transparecer a totalidade dos impactes ambientais e estabelecer novos compromissos para um âmbito com maior abrangência das operações do Grupo.

## Total Colaboradores

	2008	2009	2010	2011	2012
Total Colaboradores Grupo BES (*)	9 431	8 902	9 858	9 863	9 944
Total Colaboradores (âmbito da informação de recursos humanos)	8 389	8 155	8 394	8 528	8 457

(\*) colaboradores com vínculos contratuais de efetivos e contratos a termo.

## Localização

(nº de Colaboradores)

	2008	2009	2010	2011	2012
Europa	8 828	8 104	8 530	8 413	8 454
América	160	352	384	375	332
África	424	427	923	1047	1111
Oriente	19	19	21	28	47

## Contrato de Trabalho

(nº de Colaboradores)

	2008	2009	2010	2011	2012
Efetivos	7 276	7 451	7 762	7 992	7 974
Contrato a termo	731	462	406	352	367
Trabalho temporário	180	178	179	142	76
Estágios	202	64	47	35	35
<b>Função (nº de Colaboradores)</b>					
Diretores	813	937	1 007	1 038	1 085
Chefias	919	915	994	930	949
Específicos	3 397	3 239	3 371	3 558	3 497
Administrativos	2 995	2 930	2 901	2 888	2 883
Auxiliares	110	114	121	114	113
<b>País/ Continente (nº de Colaboradores)</b>					
Europa	7 653	7 521	7 479	7 749	7 550
América	158	182	202	191	207
África	423	452	511	588	700
<b>Saúde (nº de Colaboradores)</b>					
Exames médicos	3 802	3 999	3 813	4 561	4 258
Atos médicos	10 580	10 408	11 116	11 428	24 065
Atos de enfermagem	4 135	4 025	6 519	5 483	5 664
<b>Total</b>	<b>18 517</b>	<b>18 432</b>	<b>21 448</b>	<b>21 472</b>	<b>33 987</b>

### Colaboradores abrangidos por Acordo Coletivo de Trabalho (nº de Colaboradores)

Nº Total de Colaboradores	8 234	8 155	8 394	8 528	8 457
Nº Colaboradores abrangidos por ACT	6 939	7 170	8 157	6 792	6 152
% Colaboradores abrangidos por ACT	84%	88%	97%	80%	73%

### Colaboradores Sindicalizados (nº de Colaboradores)

Total de Colaboradores	8 234	8 155	8 394	8 528	8 457
Nº Colaboradores Sindicalizados	6 715	6 052	6 923	6 434	4 664
% Colaboradores Sindicalizados	82%	74%	82%	75%	55%

### Absentismo (%)

Taxa de Dias Perdidos	0,4	0,3	0,23%	0,13%	0,09%
Taxa de Absentismo (com maternidade)	3,5	3,8	3,56%	3,99%	3,61%

### Taxa de Absentismo (%) (sem maternidade) \*

Mulheres	-	-	3,02%	3,50%	3,54%
Homens	-	-	1,52%	2,20%	1,90%
<b>Total</b>	-	-	<b>2%</b>	<b>2,80%</b>	<b>2,63%</b>

\*2010 exclui Angola e Cabo Verde.

## Distribuição dos Colaboradores por género e faixa etária segundo as categorias profissionais

(%)

	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Diretores</b>					
Feminino	26,1	28,1	29,6	29,2	50
Masculino	73,9	71,9	70,4	70,8	50
< 30 anos	1,5	1,92	2	2	1,7
30 a 50 anos	84,5	82,69	81,2	80,3	77,2
> 50 anos	14	15,38	16,7	17,6	21,1
<b>Chefias</b>					
Feminino	32,3	34	35,5	36,6	55,2
Masculino	67,7	66	64,5	63,4	44,8
< 30 anos	4,8	4,4	5,1	2,9	2,3
30 a 50 anos	84,8	84,2	82,5	82,7	82,1
> 50 anos	10,4	11,4	12,4	14,4	15,6
<b>Específico</b>					
Feminino	46,4	48	48,4	47,4	46,1
Masculino	53,6	52	51,6	52,6	53,9
< 30 anos	29,4	24,5	24,6	21,3	17,5
30 a 50 anos	63,5	67,1	66,5	69,2	71,9
> 50 anos	7,1	8,4	8,9	9,5	10,5
<b>Administrativo</b>					
Feminino	50,6	50,4	49,9	49,5	54,3
Masculino	49,4	49,6	50,1	50,5	45,7
< 30 anos	22,6	18,9	19,6	16,6	14,5
30 a 50 anos	57,3	58,2	55,7	58,2	59,2
> 50 anos	20,1	23	24,7	25,2	26,3
<b>Auxiliares</b>					
Feminino	45,5	44,7	41,3	47,4	51,3
Masculino	54,5	55,3	58,7	52,6	48,7
< 30 anos	12,7	19,1	19,8	27,2	27,4
30 a 50 anos	27,8	25,5	37,2	26,3	28,3
> 50 anos	60	55,5	43	46,5	44,2

## Taxa de rotatividade

(nº de Colaboradores)

Grupo BES <sup>(*)</sup>	Europa					América					África					GBES				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Feminino	16,7	9,5	10,1	7,0	3,5	33,3	28,1	21,7	68,3	33,3	26,2	36,8	49,2	30,2	34,5	17,4	11,5	12,9	9,7	6,3
Masculino	13,6	8,1	9	8,8	7,1	28,4	36	24,1	61,8	43,1	23,3	41,5	33,7	29,3	33,6	14,5	10,5	10,9	11,7	10,7
< 30 anos	9,1	10,5	5,6	30,8	22,5	25,9	22,7	16,8	120,4	71,2	19,1	32,1	29,4	38,6	71,2	9,9	6,8	7,4	36,6	34,3
30 a 50 anos	5,5	6,4	3,9	5,4	4,0	19,6	30,4	6,4	43,2	31,1	5,4	7,1	11,7	20,6	16,2	5,8	3,9	4,4	7,0	5,4
> 50 anos	0,4	0,3	0,1	1,6	1,7	0,6	4,9	0	58,3	20,0	0	0	0,2	9,1	22,7	0,4	0,2	0,1	2,1	2,2

(\*) Grupo BES: Europa – BES Portugal, BES Açores, BESI Portugal, Banco Best, ESAF, BES Espanha, BESE Espanha. América – BESE Brasil. África – BES Angola.

## Número Médio de Horas de Formação por Colaborador

	Europa					América					África					GBES				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Diretores	55,9	11,7	19,1	14,5	11,3	2,6	34,0	17,7	83,1	33,2	1,1	1,0	1,1	nd	6	29,9	12,0	18,2	19,6	13,0
Chefias	33,0	37,3	63,7	36,5	37,6	16,5	77,8	46,0	0,0	0,0	1,0	3,9	5,8	nd	37	26,1	37,8	58,6	36,6	37,5
Específicos	69,8	37,5	44,0	36,9	29,5	93,2	100,0	97,0	75,3	39,4	0,4	0,9	4,7	nd	12	52,1	36,1	42,1	36,5	28,0
Administrativos	43,9	22,6	35,8	26,4	18,6	36,0	32,0	16,0	146,3	0,0	1,9	3,8	4,4	nd	15	38,8	22,2	35,1	26,7	18,4
Auxiliares	0,8	11,7	0,0	228,1	2,3	240,0	384,0	204,0	0,0	2,8	0,0	0,0	1,0	nd	0	18,0	17,6	8,8	210,4	1,7

## Número de Colaboradores promovidos

	2008	2009	2010	2011	2012
Mudança de função	126	81	83	74	52
Mérito	1 295	665	834	830	493
Antiguidade	131	175	197	100	121
Total de Colaboradores Promovidos	1 552	921	1 114	1 004	666

## Avaliação de Desempenho

	2008	2009	2010	2011	2012*				
Número de Colaboradores que receberam informação sobre avaliação de desempenho	6 596	80%	6 777	80%	7 339	7 450	87%	7 194	85,07%
Número de Colaboradores que receberam informação sobre Gestão de Carreiras	6 067	74%	6 201	74%	7 198	7 341	86%	7 184	84,95%

(\*) informação a 4 de março de 2013, data anterior ao fecho do processo de avaliação de desempenho dos colaboradores do Banco Espírito Santo.

## Crédito Concedido a Colaboradores

(milhares euros)

	2008	2009	2010	2011	2012
Crédito à habitação	77 505	68 185	59 183	46 266	24 814
Crédito individual					8 878 437
Aquisição de bens de consumo	19 074	32 961	29 171	15 057	8 878
Apoio Social	1,068	2,190	2,702	1,299	0,811

## Licença de Maternidade/ Paternidade

	2010*		2011		2012	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Colaboradores com o benefício de licença de maternidade/ paternidade	377		485		309	
Colaboradores que beneficiaram de licença de maternidade/ paternidade	232	145	295	190	195	114
Colaboradores que regressaram ao trabalho após a licença de maternidade/ paternidade	232	145	290	189	185	114
Colaboradores que regressaram ao trabalho 12 meses após a licença de maternidade/ paternidade			290	189	186	112

## Stakeholders - Criação de Valor

(milhões de euros)

	2008	2009	2010	2011	2012
Acionistas (dividendos)	80	163	140	-	-
Colaboradores (remuneração e formação)	526	565,9	628,3	587,5	598,9
Clientes (crédito concedido)	48 198			51 211	50 599,0
Fornecedores (custos gerais e administrativos)	402,6	402,6	441,1	433,8	442,1
Comunidade	3,2	4	4,8	3,3	4,1
Estado (impostos)	152,5	109,8	43,7	-	110,8

Relatório de Gestão

# Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental  
Av. Frei da Vitória, 21 - A, 11.<sup>o</sup>  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

Ao Conselho de Administração Executivo do  
Grupo Banco Espírito Santo S.A.

### Introdução

1. Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo do Grupo Banco Espírito Santo, S.A. ("GBES") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade incluída no Relatório de Gestão ("Relatório") do GBES para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

### Responsabilidades

2. O Conselho de Administração Executivo do GBES é responsável:
  - Pela preparação e apresentação da informação de sustentabilidade incluída no Relatório em conformidade com as Directrizes para Reporte de Sustentabilidade ("Sustainability Reporting Guidelines (G3.1)") do Global Reporting Initiative (GRI), conforme referido no Relatório, e pela informação e asserções incluídas no mesmo;
  - Pela determinação dos objectivos do GBES no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade, incluindo a identificação das partes interessadas ("stakeholders") e aspectos materialmente relevantes de acordo com a Norma AA1000APS (2008) para os princípios da inclusão, materialidade e resposta; e,
  - Pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados, dos quais é obtida a informação relatada.
3. A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efectuado. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade - ISAE 3000 - Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica emitida pelo "International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants". Esta Norma requer o cumprimento dos requisitos éticos aplicáveis, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. é uma sociedade membro da rede KPMG, controlada por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.  
Capital Social: 3.120.000 Euros - Prática  
Colectiva N.º PT 903 161 078 - Registo na  
C.R.O.C. N.º 169 - Exercicio da C.M.V.M. n.º  
9033

Matriculada no Conservatório do  
Registo Comercial de Lisboa sob o  
N.º PT 902 161 078



#### Âmbito

4. Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre informação de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluirão:
  - Realização de entrevistas com responsáveis para compreender os processos implementados pelo GBES para determinar os aspectos materialmente relevantes para as principais partes interessadas (“stakeholders”) do GBES;
  - Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas relevantes aplicadas, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;
  - Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade a incluir no Relatório;
  - Comparação da informação apresentada no Relatório, com as respectivas fontes de informação, para concluir se todos os dados relevantes com origem nas referidas fontes foram incluídos no Relatório; e
  - Leitura da informação apresentada no Relatório, de forma a concluir sobre a sua adequabilidade com o nosso conhecimento geral, e experiência, com a performance de sustentabilidade do GBES.
5. Os procedimentos de recolha de prova, efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade ou num trabalho de auditoria efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade. Consequentemente, não nos permite obter a garantia de que tomaríamos conhecimento de todas as situações significativas que podem ser identificadas numa auditoria ou num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria ou uma conclusão de garantia razoável de fiabilidade.


#### Conclusão

6. Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório do GBES, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem:
  - O alinhamento do GBES com os princípios de inclusão, materialidade e resposta da norma AA1000APS (2008); e,



- A sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade ("Sustainability Reporting Guidelines (G3.1)") do "Global Reporting Initiative (GRI)", conforme referido na secção "Guia de Leitura" do Relatório de Gestão.
7. O nosso Relatório de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente para o GBES de acordo com os termos contratados. O nosso trabalho foi realizado unicamente, com o objectivo de relatar ao GBES, situações para as quais fomos contratados neste Relatório de garantia limitada de fiabilidade e não se destina a ser utilizado para nenhum outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiras entidades, para além do GBES, pelo nosso trabalho, por este Relatório de garantia limitada de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Lisboa, 04 de Março de 2013

  
KPMG & Associados,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
representada por  
Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)



# Relatório “A Atividade do BES e a Biodiversidade”



CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS  
UNIVERSIDADE DO PORTO



O Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO) produz desde 2007 o relatório “A Actividade do BES e a Biodiversidade”, fruto da parceria *Business & Biodiversity* estabelecida entre o BES (Banco Espírito Santo), o CIBIO e o ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade). O relatório tem como objectivo avaliar os impactes sobre a biodiversidade e o ambiente decorrentes da actividade do BES, bem como identificar oportunidades de melhoria e propor medidas e acções concretas que minimizem os impactes. O relatório analisa dois tipos de impactes originados pelo BES: directos (resultantes da actividade corrente da empresa) e indirectos (decorrentes da actividade financeira).

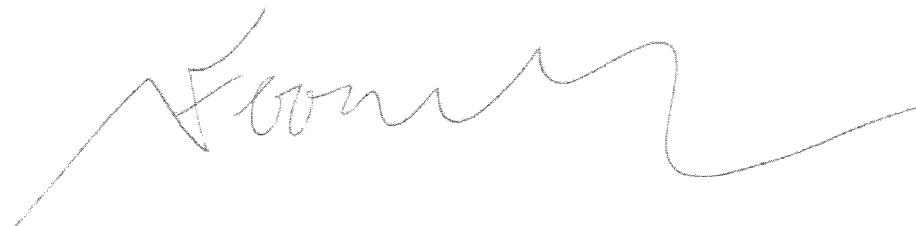
Em 2012, o BES prosseguiu com a implementação de diversas medidas para melhorar a sua prestação ambiental, como o Programa Interno de Eficiência Energética, o Sistema de Gestão de Energia e a realização de acções de comunicação interna para incentivar a alteração comportamental dos seus colaboradores. Como resultado, o BES conquistou melhorias significativas face ao ano anterior em diversos indicadores ambientais, em particular na redução dos consumos de energia e água e das emissões de CO<sub>2</sub> e na gestão de resíduos. Estas melhorias permitiram já atingir em 2012 três dos quatro objectivos de redução traçados para o período 2008-2013, ficando apenas por cumprir a meta referente ao consumo de papel. O CIBIO recomenda a implementação de dois programas de eficiência análogos ao programa definido para a energia, direccionados à eficiência hídrica e ao consumo de papel e consumíveis, de forma a consolidar as melhorias obtidas, garantir o cumprimento das metas definidas e uma melhoria contínua da sua prestação ambiental.

O CIBIO considera positiva a actuação do BES nos esforços que tem vindo a concretizar nas áreas da Política de Compras, Fornecedores e *Project Finance* e recomenda a utilização de uma ferramenta análoga ao *Sustainable Finance Toolkit* na concessão de crédito a empresas e na análise de clientes, nomeadamente nas áreas de actividade consideradas de alto risco para a biodiversidade. A neutralização das emissões estimadas de CO<sub>2</sub> decorrentes da aquisição e utilização da conta 18.31 merece também nota positiva, embora se sugira privilegiar no futuro a realização das acções de neutralização da pegada de carbono dentro do território nacional.

O BES em 2012 prosseguiu com o apoio a diversos projectos e iniciativas no âmbito da Biodiversidade, Florestas e Conservação da Natureza, nomeadamente: o Prémio BES Biodiversidade, um galardão de referência em Portugal, a parceria com a Herdade da Poupa, o Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, a Reserva da Faia Brava e a Liga para a Protecção para a Natureza.

De forma global, em 2012, o BES teve uma actuação positiva na área ambiental, destacando-se o cumprimento antecipado da maior parte das metas de redução propostas até 2013, bem como os esforços continuados que tem vindo a pôr em prática para se afirmar como um banco na linha da frente no que concerne à aposta na sustentabilidade e biodiversidade.

Vairão, 04 de Março de 2013



Nuno Ferrand de Almeida  
(Prof. Catedrático, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto  
Coordenador Científico do CIBIO/UP  
Director do InBIO, Laboratório Associado)



BES  
art COLEÇÃO  
SANTO  
ESPÍRITO SANTO

Pertti Kekkarainen (b.1965, Finlândia). TILA (White Diagonal), 2009. C-print, Diasec. 195x164,5 cm. Edição 5. Cortesia do artista & Galerie Anhava.



## **II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

### *Demonstrações Financeiras Consolidadas*

1. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas.....	3
2. ANEXO.....	176
Adopção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos .....	176
3. Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas.....	180
4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria das Contas Consolidadas e Individuais.....	183

### *Demonstrações Financeiras Individuais*

1. Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas.....	186
2. Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria.....	312

# 1. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas

## GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Juros e proveitos similares	5	3 914 109	4 084 862
Juros e custos similares	5	2 733 601	2 903 271
<b>Margem financeira</b>		<b>1 180 508</b>	<b>1 181 591</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		72 604	167 701
Rendimentos de serviços e comissões	6	975 062	889 646
Encargos com serviços e comissões	6	( 181 144)	( 130 546)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	7	( 59 408)	( 178 904)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	8	600 206	( 68 770)
Resultados de reavaliação cambial	9	( 23 788)	( 32 645)
Resultados de alienação de outros ativos	10	( 42 159)	( 91 680)
Prémios líquidos de resseguro	11	62 257	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	12	( 362 973)	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	13	301 423	-
Outros resultados de exploração	14	109 562	357 803
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>2 632 150</b>	<b>2 093 196</b>
Custos com pessoal	15	598 883	587 475
Gastos gerais administrativos	17	442 120	433 753
Depreciações e amortizações	30 e 31	108 074	107 926
Provisões líquidas de anulações	40	56 978	6 860
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	25	814 832	600 616
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	23, 24 e 26	106 727	73 251
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	28, 31 e 34	220 893	167 602
<b>Custos operacionais</b>		<b>2 348 507</b>	<b>1 977 483</b>
Alienação de subsidiárias e associadas	1	383	1 795
Resultados da aquisição por etapas de controlo em subsidiárias	1 e 55	( 89 586)	-
Resultados de associadas	32	8 312	( 175 231)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>202 752</b>	<b>( 57 723)</b>
<b>Impostos sobre o rendimento</b>			
Correntes	41	135 350	72 147
Diferidos	41	( 52 434)	( 133 666)
		<b>82 916</b>	<b>( 61 519)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>119 836</b>	<b>3 796</b>
<b>Atribuível aos acionistas do Banco</b>		<b>96 101</b>	<b>( 108 758)</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	45	<b>23 735</b>	<b>112 554</b>
		<b>119 836</b>	<b>3 796</b>
Resultados por ação básicos (em euros)	18	0,03	( 0,04)
Resultados por ação diluídos (em euros)	18	0,03	( 0,04)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO

### DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Resultado líquido do exercício</b>		
Atribuível aos acionistas do Banco	96 101	( 108 758)
Atribuível aos interesses que não controlam	23 735	112 554
	<u>119 836</u>	<u>3 796</u>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>		
Benefícios de longo prazo	( 191 647)	44 015
Impostos sobre o rendimento sobre os benefícios de longo prazo	18 597	( 13 093)
Diferenças de câmbio	( 57 216)	11 981
Impostos sobre o rendimento sobre as diferenças de câmbio	3 247	( 2 712)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	( 9 800)	( 8 053)
	<u>( 236 819)</u>	<u>32 138</u>
Ativos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no período	1 248 383	( 631 336)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do exercício	( 500 898)	126 561
Impostos diferidos	( 131 438)	69 226
	<u>616 047</u>	<u>( 435 549)</u>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<u>499 064</u>	<u>( 399 615)</u>
<b>Atribuível aos acionistas do Banco</b>	<u>492 216</u>	<u>( 523 227)</u>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<u>6 848</u>	<u>123 612</u>
	<u>499 064</u>	<u>( 399 615)</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas



## GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO

**BALANÇO CONSOLIDADO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19	1 377 541	1 090 439
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	681 077	580 813
Ativos financeiros detidos para negociação	21	3 925 399	3 434 639
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	22	2 821 553	1 963 989
Ativos financeiros disponíveis para venda	23	10 755 310	11 482 866
Aplicações em instituições de crédito	24	5 426 518	3 282 576
Crédito a clientes	25	47 706 392	49 043 382
Investimentos detidos até à maturidade	26	941 549	1 541 182
Derivados para gestão de risco	27	516 520	510 090
Ativos não correntes detidos para venda	28	3 277 540	1 646 683
Propriedades de investimento	29	441 988	-
Outros ativos tangíveis	30	931 622	851 678
Ativos intangíveis	31	555 326	230 332
Investimentos em associadas	32	580 982	806 999
Ativos por impostos correntes		24 648	28 692
Ativos por impostos diferidos	41	728 905	712 157
Provisões técnicas de resseguro cedido	33	3 804	-
Outros ativos	34	2 994 154	3 030 855
<b>Total de Ativo</b>		<b>83 690 828</b>	<b>80 237 372</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais	35	10 893 320	10 013 713
Passivos financeiros detidos para negociação	21	2 122 025	2 125 253
Recursos de outras instituições de crédito	36	5 088 658	6 239 360
Recursos de clientes	37	34 540 323	34 206 162
Responsabilidades representadas por títulos	38	15 424 061	18 452 648
Derivados para gestão de risco	27	125 199	238 633
Contratos de investimento	39	3 413 563	-
Passivos não correntes detidos para venda	28	175 945	140 950
Provisões	40	236 950	190 450
Provisões técnicas	33	1 577 408	-
Passivos por impostos correntes		221 199	44 937
Passivos por impostos diferidos	41	154 015	110 533
Passivos subordinados	42	839 816	961 235
Outros passivos	43	1 145 602	1 321 023
<b>Total de Passivo</b>		<b>75 958 084</b>	<b>74 044 897</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	44	5 040 124	4 030 232
Prémios de emissão	44	1 069 517	1 081 663
Outros instrumentos de capital	44	29 295	29 505
Ações próprias	44	( 6 991)	( 997)
Ações preferenciais	44	193 289	211 913
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	45	641 964	360 470
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco		96 101	( 108 758)
<b>Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco</b>		<b>7 063 299</b>	<b>5 604 028</b>
Interesses que não controlam	45	669 445	588 447
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>7 732 744</b>	<b>6 192 475</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>83 690 828</b>	<b>80 237 372</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO

DEMONSTRAÇÃO DE ATIVAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO  
DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2011

(milhares de reais)

	Capital	Prêmio de emissão	Instrumentos de Capital	Ações próprias	Ações preferenciais	Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados transferidos e outros resultados integral	Total	Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco	Capital próprio atribuível aos acionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total de Capital Próprio
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010 (reaprovado)</b>	3.300.000	1.083.938	269.933	600.000	798.086	536.901	6.846.019	6.310.338	538.701	6.849.039		6.849.039
Outros resultados integral												
Alterações de justo valor, líquidas de imposto						(435.585)					46	(435.540)
Dívidas, atualizadas, líquidas de imposto							79.867				1.395	81.262
Quota rendimento integral apropriada de associadas							(9.030)					(9.030)
Alterações de câmbio, líquidas de imposto							(1.308)				867	869
Reservado, líquido de imposto							(108.750)					(108.750)
<b>Total do rendimento líquido atribuível aos acionistas</b>						(445.292)	41.600	(414.692)	108.750	(243.542)	145.012	(99.070)
Autorecompra de ações	330.717	(1.575)	(740.448)				34.013	34.013			(96.499)	(96.007)
- emissão de ações 2/4 e 3/4 em nome próprio	330.717						34.013	34.013				34.013
- compra de instrumentos de capital de ações preferenciais			(269.448)				54.672	54.672			(48.288)	(48.288)
- compra de ações preferenciais (ver Nota 4.1)		(1.778)					59.975	59.975			(10.765)	(10.765)
Transferências com interesse que não controlam					1.980.043		3.830	3.830				3.830
Distribuição de ações em nome próprio							409.846	409.846				409.846
Descontos de ações preferenciais, líquido de imposto (B)							(42.171)	(42.171)				(42.171)
Variações de ações próprias (ver Nota 4.4)							(15.478)	(15.478)				(15.478)
Variações de outros instrumentos de capital, líquido de imposto (C)							(1176)	(1176)				(1176)
Outros movimentos												
Saldos resultantes em interesses que não controlam (ver Nota 4.2)												
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	4.070.717	1.081.063	29.505	(1.997)	211.913	(445.173)	805.645	360.470	(108.750)	5.664.028	508.447	6.192.475
Outros resultados integral												
Alterações de justo valor, líquidas de imposto											22	686.017
Dívidas, atualizadas, líquidas de imposto								606.022				606.022
Quota rendimento integral apropriada de associadas							(172.171)	(172.171)				(172.171)
Operações de câmbio, líquidas de imposto							(9.800)	(9.800)				(9.800)
Reservado, líquido de imposto							(20.839)	(20.839)				(20.839)
<b>Total do rendimento líquido atribuível aos acionistas</b>						616.025	(219.010)	396.115	96.101	407.216	6.848	491.064
Autorecompra de ações	1.009.892	(17.141)										992.748
- emissão de ações 2/4 e 3/4 em nome próprio	1.009.892											1.009.892
- compra de ações preferenciais (ver Nota 4.4)		(2.740)					4.478	4.478				4.478
- compra de ações preferenciais (ver Nota 4.4)												
Transferências com interesse que não controlam					1.825.241							1.825.241
Distribuição de ações em nome próprio							497	497				497
Descontos de ações preferenciais, líquido de imposto (B)							(108.738)	(108.738)				(108.738)
Variações de ações próprias (ver Nota 4.4)							(6.137)	(6.137)				(6.137)
Variações de outros instrumentos de capital, líquido de imposto (C)							(1.864)	(1,864)				(1,864)
Outros movimentos												
Saldos resultantes em interesses que não controlam (ver Nota 4.2)												
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	5.040.124	1.069.917	29.295	(1.991)	193.208	(470.850)	471.114	641.964	96.101	7.063.299	669.445	7.732.744

44) Correção monetária em bilhões de reais de 0,34% sobre o valor nominal de cada ação em 31 de dezembro de 2011.

45) Correção monetária em bilhões de reais de 5,58% sobre o valor nominal de cada ação em 31 de dezembro de 2011.

46) Correção monetária em bilhões de reais de 0,25% sobre o valor nominal de cada ação em 31 de dezembro de 2011.

**GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		3 866 756	3 891 906
Juros e custos pagos		(2 761 592)	(2 911 344)
Serviços e comissões recebidas		980 751	894 674
Serviços e comissões pagas		(188 981)	(143 472)
Prémios de seguros		(301 802)	-
Recuperações de créditos		21 900	26 553
Contribuições para o fundo de pensões		(86 410)	(92 467)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(845 776)	(1 088 677)
		<b>684 846</b>	<b>577 173</b>
<i>Varição nos ativos e passivos operacionais:</i>			
Aplicações em e Recursos de bancos centrais		(2 475 433)	3 315 365
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		1 433 434	(173 894)
Aplicações em outras instituições de crédito		1 225 370	(290 655)
Recursos de outras instituições de crédito		(1 296 220)	(171 308)
Crédito a clientes		(388 936)	332 334
Recursos de clientes e outros empréstimos		320 144	3 313 699
Derivados para gestão do risco		226 558	(142 821)
Outros ativos e passivos operacionais		(416 008)	(746 285)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>(686 245)</b>	<b>6 013 608</b>
Impostos sobre os lucros pagos		(94 908)	46 890
		<b>(781 153)</b>	<b>6 060 498</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	1	(257 418)	(98 191)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas	1	51 613	5 565
Dividendos recebidos		76 027	171 894
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda		(69 490 051)	(47 352 062)
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda		72 942 251	47 680 028
Investimentos detidos até à maturidade		648 712	394 549
Emissão de contratos de investimento de seguros		200 849	-
Compra de imobilizações e propriedades de investimento		(532 483)	(145 361)
Venda de imobilizações e propriedades de investimento		7 489	507
		<b>3 646 989</b>	<b>656 929</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital		997 746	-
Compra de ações preferenciais		(11 430)	(41 841)
Emissão de obrigações e outros passivos titulados		13 218 398	9 095 624
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados		(16 529 485)	(14 422 787)
Emissão de passivos subordinados		-	8 174
Reembolso de passivos subordinados		(210 096)	(989 458)
Ações próprias		(5 994)	(997)
Juros de outros instrumentos de capital		(2 809)	(21 801)
Dividendos de ações ordinárias pagos		-	(146 955)
Dividendos de ações preferenciais pagos		(10 997)	(25 717)
		<b>(2 554 667)</b>	<b>(6 545 758)</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>311 169</b>	<b>171 669</b>
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>			
		<b>1 542 251</b>	<b>1 341 403</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>			
Efeito da consolidação integral da BES Vida	54	198 648	-
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(27 535)	29 179
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		311 169	171 669
		<b>2 024 533</b>	<b>1 542 251</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>			
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa	15	303 538	278 179
Disponibilidades em Bancos Centrais	15	1 074 003	812 260
(Das quais, Disponibilidades de natureza obrigatória)		(34 085)	(129 001)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	681 077	580 813
		<b>2 024 533</b>	<b>1 542 251</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## Grupo Banco Espírito Santo

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros, exceto quando indicado)

### NOTA 1 – ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde atua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a atividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de julho de 1999 passou a adotar a firma Banco Espírito Santo, S.A.. O BES constitui o núcleo central de um grupo financeiro – Grupo BES – formado pelo Banco e por um conjunto de empresas financeiras localizadas em Portugal e no estrangeiro.

O BES é uma sociedade anónima cujas ações ordinárias se encontram cotadas na NYSE Euronext Lisbon. Em 31 de dezembro de 2012, encontravam-se também admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo 193 mil ações preferenciais da subsidiária BES Finance, Ltd.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62, em Lisboa e também pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O Grupo BES dispõe de uma rede de 775 balcões em Portugal e no estrangeiro (31 de dezembro de 2011: 801), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 10 escritórios de representação no estrangeiro.

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais o Banco detém uma participação direta ou indireta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

**a) Empresas consolidadas diretamente no BES:**

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>BANCO ESPÍRITO SANTO, SA (BES)</b>	1937	-	Portugal	Banca		
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de Investimento	100,00%	Integral
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BESVIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	100,00%	Integral
Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company	2003	2010	Líbia	Banca	40,00% <sup>a)</sup>	Integral
Avistar, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Espírito Santo Servíçios, SA	1996	1997	Espanha	Colocação de seguros	100,00%	Integral
Espírito Santo Activos Financeiros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de activos	95,00%	Integral
Espírito Santo Vanguarda, SL	2011	2011	Espanha	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	56,00%	Integral
BES África, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SA (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	51,94%	Integral
BESA-CTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	2008	2008	Angola	Gestão de fundos de investimento	63,70%	Integral
BESA-CTIF Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	2009	2009	Angola	Gestão de fundos de pensões	63,70%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESORI)	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
Espírito Santo Bank (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	99,99%	Integral
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Calmão	Banca	100,00%	Integral
Parsuni - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (PCMARQUÊS)	1990	2007	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	100,00%	Integral
Espírito Santo, pic. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	89,99%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100,00%	Integral
BES Finance Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Calmão	Emissão acções preferenciais e outros títulos	100,00%	Integral
ES Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	99,15%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ESCONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	71,56%	Integral
Espírito Santo - Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	82,28%	Integral
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	88,26%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100,00%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de imóveis	81,00%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	50,00%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	61,54%	Integral
Fundo de Capital de Risco - BES PME Capital Growth	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	100,00%	Integral
Fundo FCR PME - BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	55,07%	Integral
Fundo Gestão Património Imobiliário - FUNGEPI - BES	1997	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	81,09%	Integral
Fundo de Gestão de Património Imobiliário - FUNGEPI - BES II	2011	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	65,78%	Integral
FUNGERE - Fundo de Gestão de Património Imobiliário	1997	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	97,24%	Integral
ImoInvestimento - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	2012	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	100,00%	Integral
BESA Valorização - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	2012	2012	Angola	Fundo de Gestão Imobiliária	51,94%	Integral
FLITPTREL VIII, SA	2011	2011	Portugal	Exploração empreendimentos turísticos	100,00% <sup>a)</sup> <sup>c)</sup>	Integral
OBLÓG Consulting, SA	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	66,63%	Integral
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25,00%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandé (SCI GM)	1995	1995	França	Construção e gestão de imóveis	22,50%	Eq. Patrimonial
ESEGLUR - Espírito Santo Segurança, SA (ESEGLUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44,00%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	50,00%	Eq. Patrimonial
Banco Delie Tre Venezia, Spa	2006	2007	Itália	Banca	20,00%	Eq. Patrimonial
Nanlum, SA	1996	2010	Portugal	Produção de semicondutores	41,06%	Eq. Patrimonial
Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, SA	2008	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
Ascendi Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, SA	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, SA	1974	2010	Portugal	Sociedade financeira de crédito	17,50% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
(i.e. Leasing Argélie)	2011	2011	Argélia	Leasing	35%	Eq. Patrimonial

a) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.

b) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método de equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

c) Veículo constituído no âmbito das operações de cedências de activos ocorridas no ano (ver Nota 33).

**b) Subgrupos:**

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)</b>	<b>1993</b>	<b>1997</b>	<b>Portugal</b>	<b>Banca de Investimento</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Esírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)</i>	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
<i>SES Iberia</i>	2004	2004	Espanha	Gestão de Fundos	50,00%	Integral
<i>HLC - Centrais de Cogeração, SA</i>	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,50%	Eq. Patrimonial
<i>Coporgest, SA</i>	2002	2005	Portugal	Prestação de serviços	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Synergy Industry and Technology, SA</i>	2006	2006	Espanha	Gestão de participações sociais	26,00%	Eq. Patrimonial
<i>Saigar Investments</i>	2007	2007	Espanha	Prestação de serviços	45,05%	Eq. Patrimonial
<i>2BCapital Luxembourg S.C.A. SICAR</i>	2011	2011	Luxemburgo	Fundo de investimento	45,00%	Eq. Patrimonial
<i>ESSI Comunicações SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>ESSI SGPS, SA</i>	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Esírito Santo Investment Sp. Z.o.o.</i>	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	100,00%	Integral
<i>Esírito Santo Securities India</i>	2011	2011	Índia	Corretagem	75,00%	Integral
<i>Esírito Santo Investment Holding, Limited</i>	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	68,40%	Integral
<i>Execution Holding, Limited</i>	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	68,40%	Integral
<i>MCO2 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA</i>	2008	2008	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Investments PLC</i>	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100,00%	Integral
<i>ESSI Investimentos SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Polish Hotel Capital SP</i>	2006	2006	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Investimentos, SA</i>	1998	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>BES Investimento do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	60,00%	Integral
<i>2BCapital, SA</i>	2005	2005	Brasil	Capital de risco	45,00%	Eq. Patrimonial
<i>BES Securities do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Corretagem	60,00%	Integral
<i>Gespar Participações, Ltda.</i>	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	80,00%	Integral
<i>BES Activos Financeiros, Ltda.</i>	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	65,00%	Integral
<i>Esírito Santo Serviços Financeiros DTVM, SA</i>	2009	2010	Brasil	Gestão de activos	79,32%	Integral
<i>FI Multimercado Treasury</i>	2005	2005	Brasil	Fundo de investimento	80,00%	Integral
<i>R Invest, Ltda.</i>	2001	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80,00%	Integral
<i>R Consult Participações, Ltda.</i>	1998	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80,00%	Integral
<i>BRB Internacional, SA</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	24,93%	Eq. Patrimonial
<i>Prosport - Com. Desportivas, SA</i>	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Apolo Films, SL</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
<i>Cominvest- SGII, SA</i>	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49,00% <sup>a)</sup>	Integral
<i>Fundo Esírito Santo IBERIA I</i>	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	38,67%	Eq. Patrimonial
<i>Fundo FIM BES Moderado</i>	2004	2009	Brasil	Fundo de Investimento	55,96%	Integral
<i>Fundo BES Absolute Return</i>	2002	2009	Brasil	Fundo de investimento	43,62% <sup>a)</sup>	Integral
<b>BES Betelligungs, GmbH (BES GMBH)</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>Alemanha</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Bank Esírito Santo Internacional, Ltd. (BESIL)</i>	1993	2002	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
<b>BES África, SGPS, SA (BES ÁFRICA)</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Banco Esírito Santo Cabo Verde, SA</i>	2010	2010	Cabo Verde	Banca	99,99%	Integral
<i>Moza Banco, SA</i>	2008	2010	Moçambique	Banca	25,10%	Eq. Patrimonial
<b>ESAF - Esírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)</b>	<b>1992</b>	<b>1992</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>89,99%</b>	<b>Integral</b>
<i>Esírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	89,99%	Integral
<i>Esírito Santo Internacional Management, SA</i>	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de Investimento	89,81%	Integral
<i>Esírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA</i>	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	89,99%	Integral
<i>Esírito Santo Fundo de Pensões, SA</i>	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	89,99%	Integral
<i>Capital Mals - Assessoria Financeira, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	89,99%	Integral
<i>Esírito Santo International Asset Management, Ltd.</i>	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de Investimento	44,10%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Gestão de Patrimónios, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	89,99%	Integral
<i>ESAF - Esírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA</i>	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	89,99%	Integral
<i>ESAF - International Distributors Associates, Ltd</i>	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de Investimento	89,99%	Integral
<b>ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)</b>	<b>2000</b>	<b>2000</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA</i>	2003	2005	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
<i>Unit Serviços, SA</i>	2000	2000	Portugal	Gestão de portais na Internet	33,33%	Eq. Patrimonial
<i>FCR Esírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização</i>	2011	2011	Portugal	Fundo de Capital de Risco	50,00%	Eq. Patrimonial
<i>Fundo Bem Consumi, FCR</i>	2011	2011	Portugal	Fundo de Capital de Risco	20,00%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)</i>	2000	2000	Portugal	Gestão de call centers	41,67%	Eq. Patrimonial
<i>Banque Esírito Santo et de la Vénérie, SA (ES Vénérie)</i>	1927	1993	França	Banca	42,69%	Eq. Patrimonial

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>Portugal</b>	<b>Fundo de Capital de Risco</b>	<b>60,09%</b>	<b>Integral</b>
<i>Atlantic Ventures Corporation</i>	2006	2006	Estados Unidos	Gestão de participações sociais	60,09%	Integral
<i>Sousacamp, SGPS, SA</i>	2007	2007	Portugal	Gestão de participações sociais	23,90%	Eq. Patrimonial
<i>Global Active - SGPS, SA</i>	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	26,84%	Eq. Patrimonial
<i>Outsystems, SA</i>	2007	2007	Portugal	Tecnologias de Informação	17,60% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA</i>	2006	2006	Portugal	Tecnologias de Informação	19,45% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Multiwave Photonics, SA</i>	2003	2008	Portugal	Tecnologias de Informação	12,47% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Bio-Genesis</i>	2007	2007	Brasil	Gestão de participações sociais	17,98% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>YDreams - Informática, SA</i>	2000	2009	Portugal	Tecnologias de Informação	28,84%	Eq. Patrimonial
<b>Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III</b>	<b>2009</b>	<b>2009</b>	<b>Portugal</b>	<b>Fundo de Capital de Risco</b>	<b>61,54%</b>	<b>Integral</b>
<i>Nutrigreen, SA</i>	2007	2009	Portugal	Prestação de serviços diversos	12,31% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Advance Cicione Systems, SA</i>	2008	2009	Portugal	Tratamento eliminação de resíduos inertes	19,69% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Watson Brown, HSM, Ltd</i>	1997	2009	Reino Unido	Reciclagem de borracha	22,09%	Eq. Patrimonial
<i>Domática, Electrónica e Informática, SA</i>	2002	2011	Portugal	Tecnologias de Informação	14,51% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<b>Fundo FCR PME / BES</b>	<b>1997</b>	<b>1997</b>	<b>Portugal</b>	<b>Fundo de Capital de Risco</b>	<b>55,07%</b>	<b>Integral</b>
<i>Mobile World - Comunicações, SA</i>	2009	2009	Portugal	Telecomunicações	26,98%	Eq. Patrimonial
<i>MMCI - Multimédia, SA</i>	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	26,98%	Eq. Patrimonial
<i>TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA</i>	2006	2006	Portugal	Telecomunicações	26,98%	Eq. Patrimonial
<i>Enkrott SA</i>	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	16,52% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Palexpo - Imagem Empresarial, SA</i>	2009	2009	Portugal	Fabrico de mobiliário	27,26%	Eq. Patrimonial
<i>Rodi - Sinks &amp; Ideas, SA</i>	2006	2006	Portugal	Indústria metálica	24,81%	Eq. Patrimonial
<b>Espírito Santo Activos Financieros, SA</b>	<b>1988</b>	<b>2000</b>	<b>Espanha</b>	<b>Gestão de activos</b>	<b>95,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Espírito Santo Gestión, SA, SGIC</i>	2001	2001	Espanha	Gestão de activos	95,00%	Integral
<i>Espírito Santo Pensiones, S.G.F.P., SA</i>	2001	2001	Espanha	Gestão de fundos de pensões	95,00%	Integral
<b>Espírito Santo Bank (ESBANK)</b>	<b>1963</b>	<b>2000</b>	<b>Estados Unidos</b>	<b>Banca</b>	<b>99,99%</b>	<b>Integral</b>
<i>ES Financial Services, Inc.</i>	2000	2000	Estados Unidos	Corretagem	99,99%	Integral
<i>Tagide Properties, Inc.</i>	1991	1991	Estados Unidos	Gestão de Investimentos Imobiliários	99,99%	Integral
<i>Espírito Santo Representaciones</i>	2003	2003	Uruguai	Serviços de representação	99,99%	Integral
<i>ES Investment Advisors, Inc.</i>	2011	2011	Estados Unidos	Consultoria de investimentos	99,99%	Integral
<b>BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)</b>	<b>1993</b>	<b>2006</b>	<b>Portugal</b>	<b>Seguros</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Caravela Defensive Fund</i>	2006	2012	Luxemburgo	Fundo de Investimento	99,19%	Integral
<i>Caravela Balanced Fund</i>	2006	2012	Luxemburgo	Fundo de Investimento	54,95%	Integral
<i>ES Plano Dinâmico</i>	2008	2012	Portugal	Fundo de Investimento	99,15%	Integral
<i>ES Rendimento Dinâmico</i>	2008	2012	Portugal	Fundo de Investimento	68,82%	Integral
<i>ES Arrendamento</i>	2009	2012	Portugal	Fundo de Investimento	100,00%	Integral
<i>ES Eurobond</i>	1995	2012	Luxemburgo	Fundo de Investimento	52,77%	Integral
<i>Orey Reabilitação Urbana</i>	2006	2012	Portugal	Fundo de Investimento	77,32%	Integral
<i>Fimes Oriente</i>	2004	2012	Portugal	Fundo de Investimento	100,00%	Integral
<b>ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>71,66%</b>	<b>Integral</b>
<i>ES Concessions International Holding, BV</i>	2010	2010	Holanda	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
<i>Empark - Aparcamientos y Servicios, SA</i>	1968	2009	Espanha	Exploração de parques estacionamento	15,92% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>ES Concessions Latam, BV</i>	2011	2011	Holanda	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
<i>Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, CV</i>	2008	2008	México	Concessionária de auto-estradas	14,33% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>Ascendi Group SGPS, SA</i>	2010	2010	Portugal	Gestão de participações sociais	28,66%	Eq. Patrimonial
<i>Auvisa - Autovia de los Vifedos, SA</i>	2003	2010	Espanha	Concessionária de auto-estradas	35,83%	Eq. Patrimonial

- a) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas atividades.
- b) A percentagem apresentada reflete o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas atividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.

Adicionalmente, e de acordo com a SIC 12, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial:

	Ano de Constituição	Ano de aquisição	Sede	% Interesse económico	Método de consolidação
Lusitano SME No.1 plc <sup>(*)</sup>	2006	2006	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.6 plc <sup>(*)</sup>	2007	2007	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Project Finance No.1, FTC <sup>(*)</sup>	2007	2011	Portugal	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.7 plc <sup>(*)</sup>	2008	2008	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Leverage Finance No. 1 BV <sup>(*)</sup>	2010	2010	Holanda	100%	Integral
Lusitano Finance No. 3 <sup>(*)</sup>	2011	2011	Portugal	100%	Integral
BM BES Empresas 1 <sup>(*)</sup>	2011	2011	Espanha	100%	Integral
CLN Magnolia Finance 2038	2008	2008	Irlanda	100%	Integral

(\*) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização (ver Nota 43)

A consolidação destas entidades teve os seguintes impactos nas contas do Grupo:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito	195 586	572 182
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	71 651	-
Activos financeiros detidos para venda	-	306 380
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	3 803 343	5 828 664
Responsabilidades representadas por títulos	703 797	951 660

Durante o exercício de 2012 as alterações mais relevantes ao nível da estrutura do Grupo BES foram as seguintes:

#### - Empresas subsidiárias

- Em maio de 2012, o BES adquiriu os restantes 50% do capital social da BES Vida, passando a deter a totalidade do capital desta empresa, pelo que a mesma passou a ser consolidada integralmente (ver Nota 54);
- Em novembro de 2012, o Grupo adquiriu unidades de participação dos fundos imobiliários Fungepi, Fungere e Imoinvestimento, passando a integrar o perímetro de consolidação do Grupo.

#### - Empresas associadas (ver Nota 32)

- Em abril de 2012 a ES Capital adquiriu 42,99% da 2BCapital Luxembourg S.C.A SICAR pelo valor de 854 milhares de euros; em maio de 2012 participou no aumento de capital, a que correspondeu um investimento de 15 619 milhares de euros;
- Em junho de 2012, a ES Concessões transferiu as participações que detinha na SCUTVIAS - Autoestradas da Beira Interior, SA e Portvias - Portagem de Vias, SA para a Ascendi Group, SGPS, SA, tendo obtido uma menos-valia no valor de 2 170 milhares de euros;
- Em dezembro de 2012, o BESI alienou a participação que detinha na Polish Hotel Company, Sp, gerando uma mais-valia de 2 509 milhares de euros;



Durante os exercícios de 2012 e 2011, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012						
	Aquisições			Vendas			Mais/ (menos valias) em vendas/ liquidações
	Valor de aquisição	Outros investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total	
<b>Empresas subsidiárias</b>							
BES Vida (b)	225 000	-	225 000	-	-	-	( 89 586)
	225 000	-	225 000	-	-	-	( 89 586)
<b>Empresas associadas</b>							
Moza Banco	-	2 991	2 991	-	-	-	-
Empark	-	-	-	-	( 2 584)	( 2 584)	-
Portvias	-	-	-	( 1 067)	-	( 1 067)	913
Scutvias	-	-	-	( 49 783)	-	( 49 783)	( 3 083)
Ascendi Group	-	11 462	11 462	-	-	-	-
Coreworks	-	-	-	-	( 286)	( 286)	-
Sousacamp	-	-	-	-	( 3 700)	( 3 700)	-
Fin Solutia	-	-	-	( 1 219)	-	( 1 219)	( 6)
2B Capital Luxembourg	854	15 619	16 473	-	-	-	-
Nova Figfort	-	-	-	( 719)	-	( 719)	-
Sopratutto Cafés	-	-	-	( 1 334)	-	( 1 334)	50
Ydreams	-	204	204	-	( 711)	( 711)	-
MCO2	113	1 175	1 288	-	-	-	-
MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA (c)	-	-	-	-	( 11)	( 11)	-
Polish Hotel Company	-	-	-	2 509	-	2 509	2 509
	967	31 451	32 418	( 51 613)	( 7 292)	( 58 905)	383
	<b>225 967</b>	<b>31 451</b>	<b>257 418</b>	<b>( 51 613)</b>	<b>( 7 292)</b>	<b>( 58 905)</b>	<b>( 89 203)</b>

(a) Aumentos/ reduções de capital, prestações suplementares e suprimentos

(b) Empresa que passou a consolidar integralmente

(c) Empresa que deixou de integrar o perímetro de consolidação do Grupo, passando a ser registada na carteira de activos disponíveis para venda

(milhares de euros)

	31.12.2011						
	Aquisições			Vendas			Mais/ (menos valias) em vendas/ liquidações
	Valor de aquisição	Outros investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total	
<b>Empresas subsidiárias</b>							
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros S.G.P.S.	13 189	-	13 189	-	-	-	-
ESAF - Alternative Asset Management, Ltd	-	-	-	( 1 305)	-	( 1 305)	1 305
Execution Noble	23 943	-	23 943	-	-	-	-
ES Concessões	808	24 692	25 500	-	-	-	-
ES Financial Services	1 979	-	1 979	-	-	-	-
	39 919	24 692	64 611	( 1 305)	-	( 1 305)	1 305
<b>Empresas associadas</b>							
BES Vida	-	62 500	62 500	-	-	-	-
Moza Banco	8 018	1 782	9 800	-	-	-	-
Watson Brown	68	2 938	3 006	-	-	-	-
Ijar Leasing Algérie	12 361	-	12 361	-	-	-	380
Esumédica	-	-	-	-	-	-	-
Ascendi Group	-	4 969	4 969	-	-	-	-
Europ Assistance	-	-	-	( 2 465)	-	( 2 465)	110
Rua Bonita	-	-	-	-	( 818)	( 818)	-
Global Active	-	87	87	-	-	-	-
FCR ES Ventures Inovação e Internacionalização	5 000	-	5 000	-	-	-	-
Fundo Bem Comum, FCR	500	-	500	-	-	-	-
Autopista Perote-Xalapa	-	1 622	1 622	-	-	-	-
Ydreams	-	352	352	-	-	-	-
Nutrigreen	-	-	-	-	( 1 500)	( 1 500)	-
Domática	1 000	-	1 000	-	-	-	-
	26 947	74 250	101 197	( 2 465)	( 2 318)	( 4 783)	490
	<b>66 866</b>	<b>98 942</b>	<b>165 808</b>	<b>( 3 770)</b>	<b>( 2 318)</b>	<b>( 6 088)</b>	<b>1 795</b>

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

## NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BES agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2012.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2012 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de dezembro de 2011.

Contudo, e tal como descrito na Nota 55, o Grupo adotou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2012, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, descritas nesta nota, foram adotadas em conformidade. A adoção destas novas normas e interpretações em 2012 não teve um efeito material nas contas do Grupo.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 55.

Adicionalmente, e conforme referido na Nota 1, o BES adquiriu em maio de 2012, os restantes 50% do capital social da BES Vida e o controlo sobre a sua atividade, tendo esta entidade, desde então, passado a ser consolidada pelo método integral. Até 31 de dezembro de 2011, a BES Vida era registada nas contas consolidadas do BES pelo método da equivalência patrimonial. Assim, para efeitos de análise comparativa, deverão ser considerados os impactos decorrentes da primeira consolidação da BES Vida, apresentados na Nota 54.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objeto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 1 de março de 2013.

## 2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do BES e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BES), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

### Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

### **Associadas**

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respetivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

### Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As atividades da SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas atividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das atividades da SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios da SPE estando por isso exposto aos riscos inerentes à sua atividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos da SPE com o objetivo de obter os benefícios decorrentes da sua atividade.

### Fundos de investimento geridos pelo Grupo

No âmbito da atividade de gestão de ativos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo exceto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua atividade nos termos definidos na SIC – 12. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respetivas unidades de participação.

### *Goodwill*

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adotada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de janeiro de 2004 e 31 de dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos diretamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de janeiro de 2010, e conforme o *IFRS 3 – Business Combination*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo

valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos ativos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos sem a respetiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos acionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no ativo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respetivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido diretamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflete as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

#### **Transações com interesses que não controlam**

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

#### **Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BES.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transações;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

#### **Saldos e transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

#### **2.3. Operações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

## 2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

### Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

### Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Grupo detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros ativos (ver Nota 34) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

### Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;



- iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

• Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

• Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte inefetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

### **Derivados embutidos**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

## 2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transação e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.6.

### Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objetiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual,

o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes fatores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o setor financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objetiva de imparidade numa ótica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado coletivamente – análise da imparidade numa base coletiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação coletiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflete os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base coletiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada coletivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao ativo.

## 2.6. Outros ativos financeiros

### Classificação

O Grupo classifica os outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 27 contém um sumário dos ativos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

#### Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

#### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a

utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

### **Transferências entre categorias**

O Grupo apenas procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

### **Imparidade**

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as ações e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou significativa no seu valor de mercado face ao custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. Estes ativos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda por imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que

ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

## 2.7. Ativos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

## 2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a

descoberto. As ações preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

## 2.9. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.



As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

## 2.10. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As ações preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

## 2.11. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 2.12. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes ou grupos para alienação (grupo de ativos a alienar em conjunto numa só transação, e passivos diretamente associados que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua

venda), os ativos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes (ou de todos os ativos e passivos do grupo) é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito o Grupo incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Grupo procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos, salvo autorização concedida pelo Banco de Portugal, de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objeto social (n.º1 do artigo 112.º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de crédito próprio, devendo as situações daí resultantes serem regularizadas no prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114.º do RGICSF).

O Grupo tem como objetivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) *Método de Mercado*

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.

b) *Método do Rendimento*

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) *Método do Custo*

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

### 2.13. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobilário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.14. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## 2.15. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### Locações financeiras

• Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

• Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## 2.16. Benefícios aos empregados

### Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efetuado o recálculo dos ganhos e perdas atuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao exercício de 2011. Em dezembro de 2011, e conforme descrito na Nota 16, o Grupo alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a

emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de ativos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas atuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Os custos com serviços passados (e os custos com serviços passados negativos) são reconhecidos em resultados, numa base linear, durante o período de serviço necessário para que os benefícios se tornem adquiridos (*vesting period*). Na medida em que os benefícios estejam já adquiridos na data da introdução de, ou alterações a, um plano de benefícios definidos, os custos com serviços passados (e os custos com serviços passados negativos) são reconhecidos em resultados imediatamente.

O Grupo efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

Semestralmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

### **Benefícios de saúde**

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

#### **Prémios de antiguidade**

No âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Grupo BES assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respetivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado semestralmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

#### **Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)**

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de Acionistas de 6 de abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa,

que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de ações. A componente de médio prazo tem associado um programa de opções sobre ações com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de ações e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva é fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de ações do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (*ROE*) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das ações do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre ações do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os diretores gerais, os assessores do Conselho de Administração e os diretores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19).

#### **Remunerações variáveis aos empregados**

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.



## 2.17. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

## 2.18. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

## 2.19. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente, exceto no que se refere a ativos e passivos financeiros a taxa variável a qual é reestimada periodicamente tendo em consideração os impactos nos *cash flows* futuros estimados decorrentes da variação na taxa de juro de referência.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos

diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

## 2.20. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

## 2.21. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

## 2.22. Reporte por segmentos

O Grupo adotou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

### **2.23. Resultados por ação**

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

### **2.24. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

### **2.25. Propriedades de investimento**

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são objeto de amortização.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

## 2.26. Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco é essencialmente financeiros e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro (IFRS 4). Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme a IAS 39.

Os ativos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

### Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

### Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

### Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e não reportados é efetuada com base na experiência passada utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

### **Provisão matemática**

As provisões matemáticas, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

### **Provisão para participação nos resultados atribuída**

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

### **Provisão para participação nos resultados a atribuir (“*Shadow accounting*”)**

De acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

### **Provisão para compromissos de taxa (“*Liability adequacy test*”)**

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma diferença, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

### **Provisão para prémios não adquiridos**

A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

## NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

### 3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao custo de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

### **3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### **3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes**

O Grupo efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

### **3.4. Imparidade do Goodwill**

O valor recuperável do goodwill registado no ativo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo goodwill, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por



imparidade associada ao goodwill quando o justo valor da unidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

### **3.5. Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)**

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objetivo principal de efetuar operações de securitização de ativos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efetuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às atividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nos seus resultados.

### **3.6. Investimentos detidos até à maturidade**

O Grupo classifica os seus ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efetuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os ativos detidos até à maturidade são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

### **3.7. Impostos sobre os lucros**

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### **3.8. Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### **3.9. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária**

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica contabilística provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de

investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (i) provisão matemática, (ii) provisão para participação nos resultados, (iii) provisão para sinistros, (iv) provisão para compromissos de taxa e (v) provisão para prémios não adquiridos. A provisão matemática inclui a deficiência resultante do teste de adequação das responsabilidades.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Estes cash flows incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor atual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários Market Consistent. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta.

#### NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

O Grupo BES desenvolve a sua atividade centrada no setor financeiro direcionado para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de atuação. As ligações históricas com o Brasil e África, a internacionalização das empresas nacionais e a emigração de portugueses para vários países do mundo têm merecido especial atenção do Grupo que conta já com uma estrutura internacional com uma contribuição relevante para a sua atividade e resultados.

Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito a empresas e particulares, a gestão de fundos de investimento, serviços de corretagem e custódia, serviços de banca de investimento e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida. Adicionalmente, o Grupo realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com o BES como principal unidade operacional – com uma rede de 636 balcões em Portugal e com sucursais em Londres, Nova Iorque, Espanha (25 balcões), Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela, Luxemburgo, uma sucursal financeira na Zona Franca da Madeira e 15 escritórios de representação – com o BES Investimento (banca de investimento), com o BES Angola (41 balcões), BES Açores (18 balcões), Banco BEST (11 balcões), Espírito Santo Bank, BES Oriente, Aman Bank, BES Cabo Verde, BES Vénétie, Espírito Santo Ativos Financeiros (ESAF), BES Seguros (ramo de seguros não vida) e BES Vida, entre outras empresas.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais: (1) Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*; (2) Banca Comercial Internacional; (3) Banca de Investimento; (4) Gestão de Ativos; (5) Atividade de Seguros Vida; (6) Mercados e Participações Estratégicas; e (7) Centro Corporativo. Cada segmento engloba as estruturas do BES que a ele se encontram direta e indiretamente dedicadas, bem assim como as unidades autónomas do Grupo cuja atividade mais se identifica com um daqueles segmentos. Para além da avaliação individual e isolada de cada unidade operacional do Grupo (encaradas numa ótica de centro de investimento), há, a nível da Comissão Executiva, definições de estratégias, programas comerciais e avaliação de desempenho de cada segmento operacional.

Complementarmente, o Grupo utiliza uma segunda segmentação da sua atividade e resultados segundo critérios geográficos, separando a atividade e resultados que é objeto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) das localizadas no exterior (Área Internacional).

#### 4.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

##### **Banca Comercial Nacional**

Este Segmento Operacional inclui toda a atividade bancária com clientes particulares e empresas desenvolvida em território nacional baseada na rede de distribuição de balcões, centros de empresas e outros canais e engloba os seguintes subsegmentos:

- **Retalho:** corresponde a toda a atividade desenvolvida em Portugal com os clientes particulares e pequenos negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, rede de agentes e canais eletrónicos. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito ao consumo, o financiamento à atividade dos Negócios, os depósitos, os PPR e outros produtos de seguros para particulares, a gestão de contas e de

meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento, de compra e venda de títulos e de custódia.

- b) **Empresas e Institucionais:** congrega a Atividade do BES em Portugal com as Médias e Grandes Empresas, através de estrutura comercial dedicada a este segmento constituído por 25 Centros de Empresas. Inclui também o negócio com os clientes institucionais e municipais. O Grupo detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu tradicional papel no apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e nas unidades com vocação empresarial.
- c) **Private Banking:** agrega a Atividade com clientes *private* integrando todos os produtos do ativo e de captação de recursos a eles associados, nomeadamente, os depósitos, a gestão discricionária, os serviços de custódia, de compra e venda de títulos e produtos de seguros.

#### Banca Comercial Internacional

Este Segmento Operacional integra as unidades localizadas no exterior cuja atividade bancária é dirigida tanto a empresas como particulares, excluindo o negócio de banca de investimento e de gestão de ativos, o qual está integrado nos segmentos correspondentes.

De entre as unidades que concorrem para este segmento, salientamos o BES Angola e as sucursais do BES em Espanha, Londres, Nova Iorque, Cabo Verde, Luxemburgo e Venezuela. Os produtos e serviços disponibilizados abrangem os depósitos, todas as modalidades de crédito, operações de *leveraged finance*, *structured trade finance* e *project finance*. Este segmento, no contexto da execução da estratégia de captação de recursos, tem vindo a assumir um papel de relevo designadamente junto de clientes institucionais.

#### Banca de Investimento

Inclui essencialmente os ativos, passivos, proveitos e custos das unidades operacionais que consolidam no BES Investimento o qual reúne a atividade de banca de investimento do Grupo originada em Portugal e no estrangeiro. Para além da atividade bancária tradicional com clientes, inclui os serviços de consultoria de *project finance*, fusões e aquisições, reestruturação e consolidação de passivos, preparação e colocação pública ou privada de emissões de ações, obrigações e outros instrumentos de dívida e de capital, serviços de corretagem e demais serviços de banca de investimentos.

#### Gestão de Ativos

Segmento que agrega a atividade de *asset management* desenvolvida fundamentalmente pela subsidiária ESAF tanto em território nacional, como no estrangeiro (Espanha, Brasil, Angola e Luxemburgo) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos

abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além de prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

#### **Atividade de Seguros Vida**

Este segmento de negócio abrange a atividade desenvolvida pela BES Vida, que comercializa seguros tradicionais, de capitalização, e PPR's dirigidos aos clientes do Grupo BES.

#### **Mercados e Participações Estratégicas**

Neste segmento inclui-se a atividade de gestão financeira global do Grupo, designadamente os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (ações e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais a todo o Grupo, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a atividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial e ainda a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transacionados.

#### **Centro Corporativo**

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, Planeamento, Contabilidade, Gestão e Controlo de Risco, Comunicação Institucional, Auditoria Interna, Organização e Qualidade, entre outras.

### **4.2. Critérios de imputação da atividade e resultados aos segmentos**

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2, tendo sido adotados ainda os seguintes princípios:

#### **Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos**

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

### Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (sucursais no exterior e empresas subsidiárias e associadas) é avaliada *per si* atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, ativos, passivos, capital próprio afeto, proveitos e custos.

### Estruturas do BES dedicadas ao Segmento

A Atividade do BES abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objeto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos ativos neles originados; (ii) da imputação de uma margem de comercialização para os produtos-massa a qual é definida ao mais alto nível aquando do lançamento dos produtos; (iii) da imputação da margem que haja sido negociada para os produtos não massa diretamente pelas estruturas comerciais com os clientes; (iv) da imputação dos custos diretos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (v) da imputação dos custos indiretos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em *drivers* específicos e no modelo do Custeio Baseado em Atividades (CBA); (vi) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade; (vii) afetação da totalidade do capital próprio do BES ao segmento de Mercados e participações estratégicas.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base no CBA sem qualquer margem das estruturas fornecedoras; as decisões de natureza estratégica e/ou natureza excecional são analisadas casuisticamente sendo os rendimentos e/ou encargos, regra geral, imputados ao segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao Departamento Financeiro o qual tem por missão proceder à gestão financeira global do Banco estando a respetiva Atividade e resultados incluídos no segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

### **Juros ativos e passivos**

Sendo a Atividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus ativos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a Atividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da atividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

### **Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial**

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Mercados e Participações Estratégicas para o caso das associadas do BES. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afetadas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

### **Ativos não correntes**

Os ativos não correntes, na ótica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros ativos tangíveis e os Ativos intangíveis. No BES estes ativos encontram-se afetados ao segmento de Mercados e participações estratégicas; para as restantes subsidiárias são alocados ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

### **Impostos sobre lucros**

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afeta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os ativos e passivos por impostos diferidos estão afetados ao segmento Mercados e participações estratégicas.

### **Ativos por benefícios pós-emprego**

Os ativos por benefícios pós-emprego são geridos pelo Grupo de forma idêntica à referida para os impostos sobre lucros, sendo afetados ao segmento Mercados e participações estratégicas. Atendendo a que os fatores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos ativos do fundo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à atuação da gestão é política do Grupo que estes não influenciem o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja atividade se desenvolve com clientes.

### **Áreas Doméstica e Internacional**

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são o BES Angola e suas filiais, a BES África, o Aman Bank, o BES Oriente, o Espírito Santo Bank, o BES Cabo Verde, Espírito Santo Vénétie, Banco Delle Tre Venezie,



Moza Banco, Ijar Leasing Argélie, as sucursais do BES em Londres, Espanha, Nova Iorque, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo e ainda as unidades localizadas no exterior do BES Investimento e da ESAB.

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respetivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

O reporte por segmentos operacionais é conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012									Total
	Retail	Empresas e Institucionais	Private banking	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de ativos	Seguros vida	Mercados e participações estratégicas	Centro corporativo	
Resultado financeiro	397 594	196 096	92 834	300 543	94 844	3 015	115 902	( 20 230)	-	1 180 508
Outros proveitos operacionais	244 968	276 208	27 098	271 979	164 289	61 727	123 555	291 818	-	1 451 642
Proveitos operacionais totais	642 562	472 214	119 932	572 522	259 133	64 742	239 457	261 588	-	2 632 150
Custos operacionais	482 861	702 036	20 421	446 406	222 262	20 795	8 816	282 072	162 837	2 348 507
<i> Dos quais:</i>										
Provisões/imparidade	74 513	640 964	2 429	205 524	46 205	3 119	418	226 258	-	1 199 430
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	2 503	-	-	( 2 120)	-	383
Resultado da aquisição por etapas de controlo em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	(89 586)	-	(89 586)
Resultados de associadas	-	-	-	272	336	-	-	7 704	-	8 312
<b>Resultado antes de impostos e minoritários</b>	<b>159 701</b>	<b>( 229 822)</b>	<b>99 511</b>	<b>126 388</b>	<b>39 710</b>	<b>43 946</b>	<b>230 641</b>	<b>( 104 486)</b>	<b>( 162 837)</b>	<b>202 752</b>
<i> Proveitos operacionais intersegmentos</i>	<i> 4 799</i>	<i> 31 248</i>	<i> 11</i>	<i> 87 861</i>	<i> (13 361)</i>	<i> (12 921)</i>	<i> ( 953)</i>	<i> (66 720)</i>	<i>-</i>	<i> 28 964</i>
<b>Total do Ativo líquido</b>	<b>15 633 394</b>	<b>23 032 898</b>	<b>1 491 100</b>	<b>22 096 488</b>	<b>6 484 489</b>	<b>189 948</b>	<b>6 657 573</b>	<b>8 104 938</b>	<b>-</b>	<b>83 690 828</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>15 542 145</b>	<b>23 032 898</b>	<b>1 491 149</b>	<b>20 607 324</b>	<b>5 745 347</b>	<b>23 622</b>	<b>6 385 553</b>	<b>3 130 046</b>	<b>-</b>	<b>75 958 084</b>
Investimentos em associadas	-	-	-	8 539	57 456	-	-	914 967	-	580 982

(milhares de euros)

	31.12.2011									Total
	Retail	Empresas e Institucionais	Private banking	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de ativos	Seguros vida	Mercados e participações estratégicas	Centro corporativo	
Resultado financeiro	347 662	161 543	60 918	471 289	76 856	2 359	-	60 942	-	1 181 591
Outros proveitos operacionais	227 124	267 504	25 066	92 303	156 561	49 193	-	93 944	-	911 605
Proveitos operacionais totais	574 806	429 047	85 984	563 592	233 419	51 462	-	154 886	-	2 093 196
Custos operacionais	489 709	355 316	19 112	304 043	222 795	18 491	-	399 681	160 336	1 977 483
<i> Dos quais:</i>										
Provisões/imparidade	67 382	290 378	( 270)	102 005	44 167	( 950)	-	345 596	-	848 328
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	-	1 305	-	490	-	1 795
Resultados de associadas	-	-	-	64	4 753	-	-	(180 048)	-	( 175 231)
<b>Resultado antes de impostos e minoritários</b>	<b>85 097</b>	<b>73 731</b>	<b>66 872</b>	<b>259 613</b>	<b>15 377</b>	<b>34 276</b>	<b>-</b>	<b>( 424 353)</b>	<b>( 168 336)</b>	<b>( 57 723)</b>
<i> Proveitos operacionais intersegmentos</i>	<i> 4 169</i>	<i> 33 644</i>	<i> 32</i>	<i> (115 220)</i>	<i> (10 186)</i>	<i> (18 900)</i>	<i>-</i>	<i> 173 652</i>	<i>-</i>	<i> 67 471</i>
<b>Total do Ativo líquido</b>	<b>17 092 934</b>	<b>22 910 839</b>	<b>2 341 794</b>	<b>18 890 876</b>	<b>6 578 612</b>	<b>173 869</b>	<b>-</b>	<b>12 248 448</b>	<b>-</b>	<b>80 237 372</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>17 016 100</b>	<b>22 910 839</b>	<b>2 341 835</b>	<b>17 483 049</b>	<b>5 938 314</b>	<b>30 006</b>	<b>-</b>	<b>8 324 754</b>	<b>-</b>	<b>74 044 897</b>
Investimentos em associadas	-	-	-	-	51 980	-	-	755 019	-	806 999

O reporte efetuado de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo é o seguinte:

(milhares de euros)											
31.12.2012											
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do período	8 416	15 825	6 293	19 232	5 868	11 088	31 680	1 756	3 982	(8 039)	96 101
Activo líquido	59 175 822	4 652 643	464 238	5 944 423	1 393 230	2 439 976	7 970 699	209 048	446 385	995 364	83 690 828
Investimentos em activos tangíveis	9 929	2 939	976	388	44	305	126 709	181	-	7 329	148 800
Investimentos em activos intangíveis	375 338	4 318	51	887	149	901	382	444	-	6 038	388 508

(milhares de euros)											
31.12.2011											
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do exercício	(269 562)	9 888	7 416	18 627	14 334	20 442	91 712	1 133	2 449	(5 197)	(108 758)
Activo líquido	59 249 764	5 302 492	76 237	3 575 449	1 391 250	2 645 743	6 866 988	144 852	249 876	734 721	80 237 372
Investimentos em activos tangíveis	20 802	3 204	-	267	203	1 163	59 682	720	409	19 307	105 577
Investimentos em activos intangíveis	38 892	4 502	-	3 082	655	143	884	211	3	410	48 782

## NOTA 5 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2012			31.12.2011		
	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
<b>Juros e proveitos similares</b>						
Juros de crédito	2 518 907	8 367	2 527 274	2 661 047	17 379	2 678 426
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	255 529	255 529	-	185 934	185 934
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	61 876	3 749	65 625	71 287	2 572	73 859
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	538 988	-	538 988	455 874	-	455 874
Juros de investimentos de termos até à maturidade	45 014	-	45 014	91 067	-	91 067
Juros de derivados para gestão de risco	-	459 012	459 012	-	581 873	581 873
Outros juros e proveitos similares	22 667	-	22 667	17 829	-	17 829
	<b>3 187 452</b>	<b>726 657</b>	<b>3 914 109</b>	<b>3 297 104</b>	<b>787 758</b>	<b>4 084 862</b>
<b>Juros e custos similares</b>						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	824 832	37 481	862 313	667 253	162 916	830 169
Juros de recursos de clientes	1 004 605	33 164	1 037 769	1 001 816	35 956	1 037 772
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	403 139	11 028	419 167	444 824	15 432	460 256
Juros de passivos subordinados	70 820	-	70 820	77 017	-	77 017
Juros de derivados para gestão de risco	-	343 532	343 532	-	498 057	498 057
	<b>2 308 396</b>	<b>425 205</b>	<b>2 733 601</b>	<b>2 190 910</b>	<b>712 361</b>	<b>2 903 271</b>
	<b>879 056</b>	<b>301 452</b>	<b>1 180 508</b>	<b>1 106 194</b>	<b>75 397</b>	<b>1 181 591</b>

A rubrica de juros de crédito inclui o valor de 78 290 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 51 487 milhares de euros) relativo a juros de crédito vencido (ver Nota 25).

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.19, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

## NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	561 103	476 424
Por garantias prestadas	227 836	215 951
Por operações realizadas com títulos	60 560	69 873
Por compromissos perante terceiros	35 152	42 789
Outros rendimentos de serviços e comissões	90 411	83 609
	<u>975 062</u>	<u>888 646</u>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	80 796	81 105
Por operações realizadas com títulos	26 568	25 285
Por garantias recebidas	59 735	9 119
Outros encargos com serviços e comissões	14 045	15 037
	<u>181 144</u>	<u>130 546</u>
	<u>793 918</u>	<u>758 100</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de encargos por garantias recebidas inclui um valor de 58,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 8,0 milhões de euros) relativo a comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações.

## NOTA 7 - RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
(milhares de euros)						
<b>Títulos detidos para negociação</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	943 283	723 240	220 043	70 069	51 928	18 141
De outros emissores	11 495	26 016	( 14 521)	29 627	23 287	6 340
Ações	43 840	477 40	( 3 900)	88 509	61 914	26 595
Outros títulos de rendimento variável	320	270	50	377	769	( 392)
	<b>998 938</b>	<b>797 266</b>	<b>201 672</b>	<b>188 582</b>	<b>137 898</b>	<b>50 684</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>						
Contratos sobre taxas de câmbio	1 040 055	1 038 856	1 199	1 874 587	1 903 162	( 28 575)
Contratos sobre taxas de juro	4 958 027	4 910 937	47 090	6 245 494	6 178 005	67 489
Contratos sobre ações/índices	1 342 519	1 325 590	16 929	2 058 038	2 108 643	( 50 605)
Contratos sobre créditos	753 554	783 848	( 30 294)	845 621	865 810	( 20 189)
Outros	104 652	( 44 482)	149 134	215 463	178 914	36 549
	<b>8 198 807</b>	<b>8 014 749</b>	<b>184 058</b>	<b>11 239 203</b>	<b>11 234 534</b>	<b>4 669</b>
<b>Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	64 235	2 642	61 593	-	-	-
De outros emissores	183 334	109 685	73 649	114 644	129 836	( 15 192)
Ações	2 025	5 792	( 3 767)	5 027	358	4 669
Outros títulos de rendimento variável	119 647	189 055	( 69 408)	80 108	343 179	( 263 071)
	<b>369 241</b>	<b>307 174</b>	<b>62 067</b>	<b>199 779</b>	<b>473 373</b>	<b>( 273 594)</b>
Outros ativos financeiros <sup>(1)</sup>						
Crédito a clientes	8 768	9 406	( 638)	25 921	33 538	( 7 617)
	<b>8 768</b>	<b>9 406</b>	<b>( 638)</b>	<b>25 921</b>	<b>33 538</b>	<b>( 7 617)</b>
Passivos financeiros <sup>(1)</sup>						
Recursos de instituições de crédito	1 091	25 228	( 24 137)	21 702	48 665	( 26 963)
Recursos de clientes	57 034	168 007	( 110 973)	314 522	272 512	42 010
Débitos representados por títulos	71 173	267 531	( 196 358)	95 669	63 762	31 907
Produtos de seguros vida	71 859	247 914	( 176 055)	-	-	-
Outros passivos subordinados	2 715	1 759	956	-	-	-
	<b>203 872</b>	<b>710 439</b>	<b>( 506 567)</b>	<b>431 893</b>	<b>384 939</b>	<b>46 954</b>
	<b>581 881</b>	<b>1 027 019</b>	<b>( 445 138)</b>	<b>657 593</b>	<b>891 850</b>	<b>( 234 257)</b>
	<b>9 779 626</b>	<b>9 839 034</b>	<b>( 59 408)</b>	<b>12 085 378</b>	<b>12 264 282</b>	<b>( 178 904)</b>

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objeto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui um efeito negativo de 35,2 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade (31 de dezembro de 2011: efeito positivo de 50,9 milhões de euros).

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Grupo, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transação do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu

reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transação, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflete o acesso do Grupo ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

Em 2012, os ganhos reconhecidos em resultados decorrentes desta situação, os quais relacionam-se essencialmente com operações cambiais, ascenderam a cerca de 14 587 milhares de euros (2011: proveitos de 14 161 milhares de euros).

## NOTA 8 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	813 802	23 738	790 064	12 585	10 502	2 083
De outros emissores	77 000	62 316	14 684	12 771	39 337	( 26 566)
Ações	46 523	250 272	( 203 749)	240 591	290 227	( 49 636)
Outros títulos de rendimento variável	13 564	14 357	( 793)	9 072	3 723	5 349
	<b>950 889</b>	<b>350 683</b>	<b>600 206</b>	<b>275 019</b>	<b>343 789</b>	<b>( 68 770)</b>

Durante o exercício de 2012, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 96,4 milhões de ações da EDP e 260,7 milhões de ações da Portugal Telecom que, no conjunto, originaram uma menos-valia de 224,9 milhões de euros.

Durante o exercício de 2011, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado a totalidade da posição acionista no Banco Bradesco (81,6 milhões de ações), 165,4 milhões de ações da EDP e 113,8 milhões de ações da Portugal Telecom, que no conjunto, originaram uma menos-valia de 40,0 milhões de euros.

As transações com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 48.

## NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	948 205	971 993	( 23 788)	1 327 568	1 360 213	( 32 645)
	948 205	971 993	( 23 788)	1 327 568	1 360 213	( 32 645)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

## NOTA 10 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2012		31.12.2011	
Créditos a clientes	( 39 507)		( 89 774)	
Ativos não correntes detidos para venda	( 5 917)		( 4 828)	
Outros	3 265		2 922	
	( 42 159)		( 91 680)	

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de crédito a clientes inclui uma perda de 29,6 milhões de euros relativa à venda de 262 milhões de créditos realizada no âmbito da estratégia de redução de ativos do Grupo – *deleverage* (31 de dezembro de 2011: 77,5 milhões de euros).

## NOTA 11 – PRÉMIOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro podem ser analisados como segue:

	31.12.2012		31.12.2011	
Prémios brutos emitidos	64 491		-	
Prémios de resseguro cedido	( 2 347)		-	
Prémios líquidos de resseguro	62 144		-	
Varição da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	113		-	
Prémios líquidos de resseguro	62 257		-	

Os prémios brutos emitidos por segmento são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Tradicionais	39 632	-
Capitalização com participação nos resultados	24 859	-
	<u>64 491</u>	<u>-</u>

Os prémios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de morte e longevidade de contratos realizados nos segmentos tradicionais.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definidos pelo IFRS 4, os contratos de seguros emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

## NOTA 12 – CUSTOS COM SINISTROS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Seguro direto		
Montantes pagos	( 366 812)	-
Variação da provisão para sinistros	<u>2 621</u>	<u>-</u>
	( 364 191)	-
Resseguro cedido		
Montantes pagos	854	-
Variação da provisão para sinistros	<u>364</u>	<u>-</u>
	1 218	-
	<u>( 362 973)</u>	<u>-</u>

## NOTA 13 – VARIACÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO

A variação das provisões técnicas líquidas de resseguro podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Provisão matemática	298 451	-
Provisão para participação nos resultados	( 1 108)	-
Outras provisões técnicas	2 964	-
Provisões para resseguro	1 116	-
	<b>301 423</b>	<b>-</b>

## NOTA 14 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Outros proveitos / (custos) de exploração</b>		
Serviços informáticos	5 689	6 028
Ganhos na aquisição de dívida emitida pelo Grupo (ver Notas 38 e 42)	113 721	470 735
Proveitos em operações de crédito	21 900	26 553
Serviços não recorrentes de consultoria	4 299	2 586
Impostos diretos e indiretos	( 43 054)	( 47 589)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	( 10 372)	( 6 463)
Quotizações e donativos	( 8 252)	( 7 744)
Perda decorrente da transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	( 107 173)
Outros	25 631	20 870
	<b>109 562</b>	<b>357 803</b>

Os impostos diretos e indiretos incluem 27,9 milhões de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Setor Bancário (31 de dezembro de 2011: 30,5 milhões de euros), criada pela Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro (ver Nota 41).

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de Outros inclui o proveito de 21,8 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte conforme explicado na Nota 16.

A rubrica Outros inclui ainda com referência à mesma data um proveito de 10,3 milhões de euros referente à resolução do contrato de distribuição firmado entre a ESAF e o Banco Pastor conforme explicado na Nota 31.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de Outros inclui um custo de 24,4 milhões de euros relativos ao Sistema de Indemnização aos Investidores.



## NOTA 15 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Vencimentos e salários	462 683	447 591
Remunerações	459 681	447 033
Prémios por antiguidade (ver Nota 16)	3 002	558
Encargos sociais obrigatórios	103 579	94 253
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 16)	8 544	21 025
Outros custos	24 077	24 606
	<b>598 883</b>	<b>587 475</b>

Incluído em outros custos a 31 de dezembro de 2012 encontra-se o montante de 489 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 286 milhares de euros) relativo ao Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros – PRVIF, conforme política contabilística descrita na Nota 2.16. O detalhe deste plano é analisado na Nota 16.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo BES, são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)			
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Outro pessoal chave da gestão	Total
<b>31 de dezembro de 2012</b>				
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	5 523	364	13 589	19 476
Remunerações variáveis	1 946	-	1 670	3 616
<b>Sub total</b>	<b>7 469</b>	<b>364</b>	<b>15 259</b>	<b>23 092</b>
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	2 794	-	1 782	4 576
Outras remunerações e prémios de antiguidade	27	-	45	72
<b>Total</b>	<b>10 290</b>	<b>364</b>	<b>17 086</b>	<b>27 740</b>
<b>31 de dezembro de 2011</b>				
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	5 827	739	13 509	20 075
Remunerações variáveis	3 501	-	3 359	6 860
<b>Sub total</b>	<b>9 328</b>	<b>739</b>	<b>16 868</b>	<b>26 935</b>
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	6 358	2	1 146	7 506
Outras remunerações e prémios de antiguidade	275	-	100	375
<b>Total</b>	<b>15 961</b>	<b>741</b>	<b>18 114</b>	<b>34 816</b>

Considera-se “Outro pessoal chave da gestão” os Diretores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração do BES e os Administradores das empresas subsidiárias.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor do crédito concedido pelo Grupo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 28 883 milhares de euros e 28 183 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de colaboradores do Grupo BES, decompõe-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Colaboradores do BES	6 675	6 704
Colaboradores das subsidiárias do Grupo	3 269	3 159
<b>Total colaboradores do Grupo</b>	<b>9 944</b>	<b>9 863</b>

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo BES analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Funções diretivas	1 189	1 137
Funções de chefia	1 060	994
Funções específicas	4 186	4 027
Funções administrativas e outras	3 509	3 705
	<b>9 944</b>	<b>9 863</b>

## NOTA 16 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### *Pensões de reforma e benefícios de saúde*

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, as empresas do Grupo subscritoras assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Em 30 de dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do

Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

A integração conduziu a um decréscimo efetivo no valor atual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspetiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida ativa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efetuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respetivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos			Verificado	
	31-12-2012		31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
	1º ao 4º ano	5º ano e subsequentes			
<b>Pressupostos Atuariais</b>					
Taxas de rendimento esperado	5,50%		5,50%	-2,37%	-7,38%
Taxa de desconto	4,50%		5,50%	-	-
Taxa de crescimento de pensões	0,00%	0,75%	1,00%	-0,56%	-0,70%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,75%	2,25%	1,02%	1,10%
Tábua de Mortalidade masculina		TV 73/77 - 1 ano			
Tábua de Mortalidade feminina		TV 88/90			

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A determinação da taxa de desconto com referência a 31 de dezembro de 2012 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2012	31.12.2011
Ativos	5 311	6 007
Reformados e sobreviventes	5 734	5 706
<b>TOTAL</b>	<b>11 045</b>	<b>11 713</b>

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
<b>Total de responsabilidades</b>	<b>(1 206 283)</b>	<b>(1 077 864)</b>
Pensionistas	( 448 265)	( 397 857)
Ativos	( 758 018)	( 680 007)
<b>Coberturas</b>		
Saldo dos Fundos	<u>1 220 885</u>	<u>1 184 878</u>
<b>Ativos líquidos em balanço (ver Nota 34)</b>	<u><b>14 602</b></u>	<u><b>107 014</b></u>
<b>Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral</b>	<b>1 078 732</b>	<b>886 964</b>

De acordo com a política definida na Nota 2.16 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas atuariais semestralmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.16 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	<b>1 077 864</b>	<b>2 205 366</b>
Custo do serviço corrente	12 012	17 242
Custo dos juros	58 994	117 091
Contribuições dos participantes	3 259	3 267
(Ganhos) e perdas atuariais no exercício:		
- Alteração de pressupostos	65 366	( 201 792)
- (Ganhos) e perdas de experiência	40 300	( 110 266)
Pensões pagas pelo fundo	( 27 481)	( 112 555)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	( 853 839)
Custos com serviços passados	( 21 813)	-
Diferenças cambiais e outros	( 2 218)	13 350
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<b>1 206 283</b>	<b>1 077 864</b>

Durante o exercício de 2012, decorrente da alteração do Decreto Lei nº133/2012 que determina o método de cálculo do subsídio de morte, verificou-se uma redução do valor atual das responsabilidades associadas a este benefício (incluído no valor das responsabilidades com pensões de reforma) no montante de 21,8 milhões de euros. Considerando que esta redução de responsabilidades qualifica como um “custo com serviços passados negativo” e que as condições de aquisição do benefício estão cumpridas, uma vez que o colaborador ou reformado tem direito ao benefício na totalidade sem existir a necessidade de cumprir qualquer condição de serviço, o Grupo registou em resultados do exercício o referido valor de 21,8 milhões de euros na rubrica outros resultados de exploração.

No âmbito do terceiro acordo tripartido mencionado acima e da consequente transmissão para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de 2011, verificou-se uma redução de responsabilidades, mensuradas com base nos pressupostos atuariais utilizados na preparação das demonstrações financeiras e consistentes com o IAS 19, no montante de 853,8 milhões de euros.

Contudo, no âmbito do acordo estabelecido, o valor dos ativos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa ótica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras à data do acordo). Assim, o montante pago pelo Grupo ao Estado ascendeu a 961 milhões de euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 107,2 milhões de euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

Do montante total pago no valor de 961 milhões de euros, cerca de 853,8 milhões de euros foram assumidos pelo Fundo de Pensões e 107,2 milhões de euros diretamente pelo Grupo. No final de dezembro de 2011 foi efetuado o pagamento de 55% do montante a liquidar, o remanescente foi pago em junho de 2012.

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Saldo dos fundos no início do exercício</b>	<b>1 184 878</b>	<b>2 206 313</b>
Rendimento real do fundo	( 24 299)	( 154 735)
Contribuições do Grupo	86 410	92 467
Contribuições dos empregados	3 259	3 267
Pensões pagas pelo fundo	( 27 481)	( 112 555)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	( 853 839) <sup>(1)</sup>
Diferenças cambiais e outros	( 1 882)	3 960
<b>Saldo dos fundos no final do exercício</b>	<b>1 220 885</b>	<b>1 184 878</b>

<sup>(1)</sup> 55% deste valor foi pago ao Estado no exercício de 2011, tendo o remanescente sido reconhecido como um passivo no fundo nesse ano e liquidado em junho de 2012.

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Ações	178 654	371 270
Obrigações	335 192	136 212
Imóveis	370 769	657 856
Outros	336 270	403 767
Valores a entregar à Segurança Social	-	( 384 227)
<b>Total</b>	<b>1 220 885</b>	<b>1 184 878</b>

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como seguem:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Ações	1 200	1 288
Obrigações	6 382	339
Imóveis	298 022	217 802
<b>Total</b>	<b>305 604</b>	<b>219 429</b>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o fundo detém unidades de participação do Fundo ES Ventures III, o qual integra o perímetro de consolidação do Grupo.

Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80,0 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante (ver Nota 48).

No exercício de 2012 o Grupo adquiriu 49 779 e 37 115 milhares de unidades de participação dos fundos Fungere e Fungepi aos fundos de pensões do Grupo, pelo valor de 158,1 milhões de euros e 87,2 milhões de euros, respetivamente (ver Nota 1).

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Desvios atuariais no início do exercício</b>	<b>886 964</b>	<b>930 979</b>
(Ganhos) e perdas atuariais no exercício:		
- Alteração de pressupostos	65 366	( 201 792)
- (Ganhos) e perdas de experiência	127 103	157 777
Outros	( 701)	-
<b>Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral</b>	<b>1 078 732</b>	<b>886 964</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Custo do serviço corrente	12 012	17 242
Custo dos juros	58 994	117 091
Rendimento esperado do fundo	( 62 504)	( 113 308)
Outros	42	-
<b>Custos com benefícios pós emprego</b>	<b>8 544</b>	<b>21 025</b>

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>No início do exercício</b>	<b>107 014</b>	<b>947</b>
Custo do exercício	( 8 544)	( 21 025)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	( 191 768)	44 015
Contribuições efetuadas no exercício	86 410	92 467
Outros (a)	21 490	( 9 390)
<b>No final do exercício</b>	<b>14 602</b>	<b>107 014</b>

(a) Em 2012 inclui o proveito de 21,8 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:



(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
Responsabilidades	(1 206 283)	(1 077 864)	(2 205 366)	(2 125 202)	(2 064 874)
Saldo dos fundos	1 220 885	1 184 878	2 206 313	2 198 280	2 056 627
<b>Responsabilidades (sub) / sobre financiadas</b>	<b>14 602</b>	<b>107 014</b>	<b>947</b>	<b>73 078</b>	<b>( 8 247)</b>
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	40 300	( 110 266)	25 201	51 583	23 510
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos ativos do fundo	86 803	268 043	66 895	( 90 994)	727 214

### ***Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)***

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverão ser pagos durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de ações. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre ações com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

No que respeita à modalidade de atribuição de ações do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (*ROE*) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das ações do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%.

As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O valor do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos de valorização das opções	
	1ª atribuição	2ª atribuição
Data inicial de referência	12-04-2011	12-10-2012
Data final de referência	31-03-2014	15-01-2016
Número de ações atribuídas	2 250 000	6 280 045
Preço de exercício (euros)	3,47	0,67
Taxa de Juro	2,31%	0,67%
Volatilidade	40,0%	65,00%
Valor inicial do plano (mil euros)	1 130	1 940

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido registado no exercício de 2012 um custo de 489 milhares de euros respeitante à amortização do prémio inicial das opções atribuídas, por contrapartida do passivo (31 de dezembro de 2011: 286 milhares de euros).

### ***Prémio por antiguidade***

Conforme referido na Nota 2.16, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efetiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as responsabilidades assumidas pelo Grupo ascendem a 28 691 milhares de euros e 27 477 milhares de euros respetivamente (ver Nota 43). Os custos reconhecidos no exercício de 2012 com os prémios por antiguidade foram de 3 002 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 558 milhares de euros).

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os utilizados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

## NOTA 17 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Rendas e alugueres	71 788	69 347
Publicidade e publicações	34 476	35 271
Comunicações e expedição	45 766	46 373
Conservação e reparação	21 752	18 465
Deslocações e representação	31 676	32 639
Transporte de valores	7 894	8 708
Seguros	8 232	8 297
Serviços de informática	66 632	65 841
Trabalho independente	7 863	7 434
Mão de obra eventual	5 346	6 677
Sistema eletrónico de pagamentos	10 836	12 479
Serviços judiciais, contencioso e notariado	19 745	19 933
Consultoria e auditoria	28 251	25 699
Água, energia e combustíveis	12 275	10 755
Material de consumo corrente	5 358	5 370
Outros custos	64 230	60 465
	<b>442 120</b>	<b>433 753</b>

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações e custos com formação e fornecimentos externos diversos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até um ano	8 903	9 133
De um a cinco anos	10 451	13 575
	<b>19 354</b>	<b>22 708</b>

Os honorários faturados durante os exercícios de 2012 e 2011 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Revisão legal das contas anuais	2 709	2 604
Outros serviços de garantia de fiabilidade	1 148	1 544
Consultoria fiscal	650	591
Outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria	309	949
<b>Valor total dos serviços faturados</b>	<b>4 816</b>	<b>5 688</b>

## NOTA 18 – RESULTADOS POR AÇÃO

### *Resultados por ação básicos*

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco <sup>(1)</sup></b>	<b>90 073</b>	<b>( 44 305)</b>
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas (milhares)	3 096 971	1 187 255
Número médio ponderado de ações próprias em carteira (milhares)	( 11 910)	( 257)
<b>Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)</b>	<b>3 085 061</b>	<b>1 186 998</b>
<b>Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do BES (em euros)</b>	<b>0,03</b>	<b>(0,04)</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao resultado líquido do período ajustado do dividendo das ações preferenciais e da remuneração das obrigações perpétuas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas), assim como os ganhos e perdas realizados registados em reservas.

### *Resultados por ação diluídos*

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos, na medida em que as ações subjacentes ao PRVIF não têm um efeito diluidor.

## NOTA 19 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	303 538	278 179
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	26 136	110 045
Outros bancos centrais	1 047 867	702 215
	1 074 003	812 260
	1 377 541	1 090 439

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de caráter obrigatório no Banco de Portugal, no montante de 26 136 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 110 045 milhares de

euros), que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de dezembro de 2012 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 0,89% (31 de dezembro de 2011: 1,25%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2012 foi incluído no período de manutenção de 12 de dezembro de 2012 a 15 de janeiro de 2013, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 282,9 milhões de euros.

## NOTA 20 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	138 854	58 384
Cheques a cobrar	107 354	153 662
	<u>246 208</u>	<u>212 046</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	392 183	198 751
Cheques a cobrar	8 962	4 466
Outras disponibilidades	33 724	165 550
	<u>434 869</u>	<u>368 767</u>
	<u>681 077</u>	<u>580 813</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

## NOTA 21 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 347 806	888 797
De outros emissores	259 203	286 843
Ações	51 911	41 268
Outros títulos de rendimento variável	2 014	727
	<b>1 660 934</b>	<b>1 217 635</b>
<b>Derivados</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	2 264 465	2 217 004
	<b>3 925 399</b>	<b>3 434 639</b>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	2 121 229	2 124 388
Vendas a descoberto	796	865
	<b>2 122 025</b>	<b>2 125 253</b>

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	138 710	93 686
De 3 meses a um ano	130 677	225 924
De um a cinco anos	757 798	200 443
Mais de cinco anos	576 127	655 587
Duração indeterminada	57 622	41 995
	<b>1 660 934</b>	<b>1 217 635</b>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 46.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Ativos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 347 806	-	1 347 806	852 761	36 036	888 797
De outros emissores	94 157	165 046	259 203	109 400	177 443	286 843
Ações	40 135	11 776	51 911	40 191	1 077	41 268
Outros títulos de rendimento variável	2 014	-	2 014	727	-	727
	<b>1 484 112</b>	<b>176 822</b>	<b>1 660 934</b>	<b>1 003 079</b>	<b>214 556</b>	<b>1 217 635</b>

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 51 – Gestão dos riscos de atividade.

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Noclonal	Justo valor		Noclonal	Justo valor	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
<b>Derivados de negociação</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>						
Forward						
- compras	1 217 845	6 968	12 443	1 460 151	27 672	13 605
- vendas	1 226 399			1 458 214		
Currency Swaps						
- compras	3 357 723	1 753	2 002	2 442 950	12 416	11 602
- vendas	3 344 104			2 431 893		
Currency Futures <sup>a)</sup>	278 317	-	-	58 503	-	-
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	118 945	25 690	18 343	168 995	28 497	26 259
- vendas	115 406			162 074		
Currency Options	2 414 534	41 415	46 846	3 578 304	90 389	90 729
	<b>12 073 273</b>	<b>75 826</b>	<b>79 634</b>	<b>11 761 084</b>	<b>158 974</b>	<b>142 195</b>
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>						
Forward Rate Agreements	200 000	-	16	380 000	1 047	1 982
Interest Rate Swaps	30 649 333	1 953 058	1 812 560	34 581 122	1 712 479	1 656 756
Swaption - Interest Rate Options	363 000	1 556	1 556	2 747 936	5 003	5 157
Interest Rate Caps & Floors	4 918 557	40 843	38 562	7 690 395	51 553	47 305
Interest Rate Futures <sup>a)</sup>	3 784 771	-	-	3 573 796	-	-
Interest Rate Options	1 903 388	1 341	1 341	1 893 560	25 473	31 714
	<b>41 819 049</b>	<b>1 996 798</b>	<b>1 854 035</b>	<b>50 866 809</b>	<b>1 795 555</b>	<b>1 742 914</b>
<b>Contratos sobre ações/índices</b>						
Equity / Index Swaps	664 516	86 202	24 936	843 911	50 453	51 122
Equity / Index Options	2 712 479	60 726	131 146	2 095 919	60 833	102 179
Equity / Index Futures <sup>a)</sup>	96 583	-	-	152 706	-	-
Future Options <sup>a)</sup>	82 234	-	-	32 089	-	-
	<b>3 555 812</b>	<b>146 928</b>	<b>156 082</b>	<b>3 124 625</b>	<b>111 286</b>	<b>153 301</b>
<b>Contratos sobre crédito</b>						
Credit Default Swaps	2 774 780	44 913	31 478	3 559 588	151 189	85 978
<b>Total</b>	<b>60 222 914</b>	<b>2 264 465</b>	<b>2 121 229</b>	<b>69 312 106</b>	<b>2 217 004</b>	<b>2 124 388</b>

a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem.

Em 31 de dezembro de 2012, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados inclui o valor líquido de 21,1 milhões de euros referente ao justo valor passivo dos derivados embutidos, conforme descrito na Nota 2.4 (31 de dezembro de 2011: 43,5 milhões de euros de justo valor passivo).

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	Nocional	Justo valor (líquido)	Nocional	Justo valor (líquido)
Até 3 meses	13 956 784	71 133	11 431 250	( 42 515)
De 3 meses a um ano	9 998 962	( 46 401)	11 664 854	( 1 334)
De um a cinco anos	18 719 605	21 460	27 576 010	23 078
Mais de cinco anos	17 547 563	97 044	18 639 992	113 387
	<b>60 222 914</b>	<b>143 236</b>	<b>69 312 106</b>	<b>92 616</b>

## NOTA 22 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	515 994	-
De outros emissores	1 118 425	127 731
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 187 134	1 836 258
	<b>2 821 553</b>	<b>1 963 989</b>

A opção do Grupo em designar estes ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados, por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	486 789	385 546
De 3 meses a um ano	239 972	400
De um a cinco anos	224 257	1 278 221
Mais de cinco anos	733 700	69 810
Duração indeterminada	1 136 835	230 012
	<b>2 821 553</b>	<b>1 963 989</b>



Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	515 994	-	515 994	-	-	-
De outros emissores	272 936	845 489	1 118 425	15 885	111 846	127 731
Ações e outros títulos de rendimento variável	599 049	588 085	1 187 134	13 719	1 822 539	1 836 258
	<b>1 387 979</b>	<b>1 433 574</b>	<b>2 821 553</b>	<b>29 604</b>	<b>1 934 385</b>	<b>1 963 989</b>

O acréscimo significativo nesta rubrica, no exercício de 2012, decorre essencialmente da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

## NOTA 23 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 205 940	201 152	(1 703)	-	4 405 389
De outros emissores	4 086 487	65 422	(78 023)	(17 171)	4 056 715
Ações	1 557 346	82 153	(45 387)	(185 190)	1 408 922
Outros títulos de rendimento variável	908 326	16 472	(4 908)	(35 606)	884 284
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2012</b>	<b>10 758 099</b>	<b>365 199</b>	<b>(130 021)</b>	<b>(237 967)</b>	<b>10 755 310</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 813 456	666	(124 908)	-	4 689 214
De outros emissores	5 634 799	34 146	(154 615)	(11 094)	5 503 236
Ações	1 195 790	41 200	(184 153)	(132 088)	920 749
Outros títulos de rendimento variável	393 790	4 057	(3 080)	(25 100)	369 667
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>12 037 835</b>	<b>80 069</b>	<b>(466 756)</b>	<b>(168 282)</b>	<b>11 482 866</b>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição nesta rubrica a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 51 – Gestão dos riscos de atividade.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 46. Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de títulos disponíveis para venda inclui o montante de 306,4 milhões de euros referente a operações de securitização (ver Nota 1).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos Ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	168 282	159 232
Dotações	103 233	64 573
Utilizações	( 28 426)	( 51 363)
Reversões	( 3 925)	( 6 782)
Diferenças de câmbio e outras	( 1 197)	2 622
<b>Saldo final</b>	<b>237 967</b>	<b>168 282</b>

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento temporal dos ativos financeiros detidos para venda, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	2 859 487	4 915 609
De 3 meses a um ano	1 263 814	1 386 299
De um a cinco anos	1 227 774	2 001 542
Mais de cinco anos	3 114 316	1 887 667
Duração indeterminada	2 289 919	1 291 749
	<b>10 755 310</b>	<b>11 482 866</b>

As principais exposições em ações, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, são as seguintes:

(milhares de euros)					
31.12.2012					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Portugal Telecom	346 637	-	( 10 757)	-	335 880
EDP- Energias de Portugal	173 826	24 447	-	-	198 273
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	81 004	-	( 15 813)	-	65 191
	<b>601 467</b>	<b>24 447</b>	<b>( 26 570)</b>	<b>-</b>	<b>599 344</b>

(milhares de euros)					
31.12.2011					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Portugal Telecom	603 298	-	( 151 041)	-	452 257
EDP- Energias de Portugal	200 664	-	( 24 077)	-	176 587
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 376	5 454	-	( 348)	7 482
	<b>806 338</b>	<b>5 454</b>	<b>( 175 118)</b>	<b>( 348)</b>	<b>636 326</b>

Na sequência das operações de mercado com as ações da Portugal Telecom, o preço médio da carteira reduziu-se significativamente. Os valores negativos que são apresentados em reserva de justo valor no final do exercício, representam um declínio mais recente e estão na sequência de reservas de

justo valor positivas apuradas no terceiro e quarto trimestre de 2012. A desvalorização registada no encerramento do exercício não ultrapassa 3,1% da carteira.

No que se refere ao Banque Marocaine du Commerce Extérieur, foi registada uma imparidade no passado tendo, posteriormente, recuperado o seu valor, permitindo a contabilização de uma reserva de justo valor positiva de 5 454 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011. Já no decurso 2012, verificou-se uma nova descida do justo valor, que consumiu a reserva positiva existente acabando por cifrar-se numa perda potencial, reconhecida na respectiva reserva, que se situa em 19,52% do custo médio da carteira. Neste sentido, à data de 31 de dezembro de 2012 considerou-se não existir evidência objetiva para o reconhecimento de imparidade neste investimento.

Durante o exercício de 2012, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 96,4 milhões de ações da EDP e 260,7 milhões de ações da Portugal Telecom originando, no conjunto, o apuramento de uma menos-valia de 224,9 milhões de euros (ver Nota 8).

Durante o exercício de 2011, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado a totalidade da posição acionista no Banco Bradesco (81,6 milhões de ações), 165,4 milhões de ações da EDP e 113,8 milhões de ações da Portugal Telecom de que apurou, no conjunto, uma menos-valia de 40,0 milhões de euros.

A desagregação dos Ativos financeiros disponíveis para venda, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é a seguinte:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3 111 938	1 293 451	4 405 389	2 839 437	1 849 777	4 689 214
De outros emissores	785 750	3 270 965	4 056 715	750 832	4 752 404	5 503 236
Ações	787 178	621 744	1 408 922	688 015	232 734	920 749
Outros títulos de rendimento variável	323 810	560 474	884 284	126 111	243 556	369 667
	<b>5 008 676</b>	<b>5 746 634</b>	<b>10 755 310</b>	<b>4 404 395</b>	<b>7 078 471</b>	<b>11 482 866</b>

## NOTA 24 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>		
Depósitos no Banco de Portugal	3 350 000	-
Depósitos em outras instituições de crédito	39 372	94 925
Empréstimos	127 581	711 963
Aplicações de muito curto prazo	34 085	18 105
Outras aplicações	84 474	1 247
	<b>3 635 512</b>	<b>826 240</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos	833 223	1 170 236
Aplicações de muito curto prazo	148 696	36 343
Empréstimos	703 798	777 027
Outras aplicações	105 653	472 949
	<b>1 791 370</b>	<b>2 456 555</b>
Perdas por imparidade	( 364)	( 219)
	<b>5 426 518</b>	<b>3 282 576</b>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de dezembro de 2012, venciam juros à taxa média anual de 1,73% (31 de dezembro de 2011: 2,22%). Os principais depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros à taxa média de 0,88%.

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	5 063 107	2 830 270
De 3 meses a um ano	96 652	68 715
De um a cinco anos	79 623	118 916
Mais de cinco anos	187 427	264 705
Duração indeterminada	73	189
	<b>5 426 882</b>	<b>3 282 795</b>

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	219	244
Dotações	1 366	406
Reversões	( 1 207)	( 446)
Diferenças de câmbio e outras	( 14)	15
<b>Saldo final</b>	<b>364</b>	<b>219</b>

**NOTA 25 – CRÉDITO A CLIENTES**

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Empréstimos	12 605 085	13 717 319
Créditos em conta corrente	5 247 361	5 312 532
Locação financeira	2 560 544	2 937 632
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	454 624	512 259
<i>Factoring</i>	1 412 476	1 451 226
Descobertos	76 303	27 075
Outros créditos	310 168	370 395
A particulares		
Habitação	10 067 167	10 556 061
Consumo e outros	1 726 910	1 890 811
	<b>34 460 638</b>	<b>36 775 310</b>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas		
Empréstimos	8 593 536	7 958 147
Créditos em conta corrente	2 181 087	2 105 017
Locação financeira	69 732	67 019
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	145 877	113 044
<i>Factoring</i>	52 494	23 036
Descobertos	581 680	525 849
Outros créditos	458 646	451 515
A particulares		
Habitação	964 525	956 733
Consumo e outros	705 091	689 507
	<b>13 752 668</b>	<b>12 889 867</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 3 meses	219 416	142 390
De 3 meses a 1 ano	608 075	365 141
De 1 a 3 anos	791 568	680 178
Há mais de 3 anos	566 369	357 940
	<b>2 185 428</b>	<b>1 545 649</b>
	<b>50 398 734</b>	<b>51 210 826</b>
Perdas por imparidade	(2 692 342)	(2 167 444)
	<b>47 706 392</b>	<b>49 043 382</b>

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de crédito a clientes (líquido de imparidade) inclui o montante de 3 803,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 5 828,7 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 1 e 49). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 38 e 49).

Em 31 de dezembro de 2012, o crédito vivo inclui 5 605,1 milhões de euros de crédito à habitação afeto à emissão de obrigações hipotecárias (31 de dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 38).

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	7 932 875	7 695 413
De 3 meses a um ano	6 143 518	6 006 109
De um a cinco anos	10 058 945	11 376 077
Mais de cinco anos	24 077 968	24 587 578
Duração indeterminada	2 185 428	1 545 649
	<b>50 398 734</b>	<b>51 210 826</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	2 167 444	1 776 988
Dotações	1 016 153	895 416
Utilizações	( 208 494)	( 158 578)
Reversões	( 201 321)	( 294 800)
Efeito do desconto	( 78 290)	( 51 487)
Diferenças de câmbio e outras	( 3 150)	( 95)
<b>Saldo final</b>	<b>2 692 342</b>	<b>2 167 444</b>

O efeito do desconto reflete o valor do juro reconhecido em relação ao crédito vencido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)						
	31.12.2012						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	12 510 484	2 195 708	24 126 648	149 576	36 637 132	2 345 284	34 291 848
Crédito a particulares - Habitação	2 362 525	160 135	8 771 297	6 884	11 133 822	167 019	10 966 803
Crédito a particulares - Outro	585 945	168 948	2 041 835	11 091	2 627 780	180 039	2 447 741
<b>Total</b>	<b>15 458 954</b>	<b>2 524 791</b>	<b>34 939 780</b>	<b>167 551</b>	<b>50 398 734</b>	<b>2 692 342</b>	<b>47 706 392</b>

(milhares de euros)

	31.12.2011						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	13 552 504	1 776 056	23 332 728	77 781	36 885 232	1 853 837	35 031 395
Crédito a particulares - Habitação	2 181 624	146 301	9 428 488	12 718	11 610 112	159 019	11 451 093
Crédito a particulares - Outro	538 378	143 144	2 177 104	11 444	2 715 482	154 588	2 560 894
<b>Total</b>	<b>16 272 506</b>	<b>2 065 501</b>	<b>34 938 320</b>	<b>101 943</b>	<b>51 210 826</b>	<b>2 167 444</b>	<b>49 043 382</b>

Os créditos com imparidade calculada em base individual correspondem aos créditos com evidência objetiva de perda e aos créditos classificados com “Créditos de Risco Superior”. A evidência objetiva de perda verifica-se quando ocorre um evento de “*default*”, isto é, no momento a partir do qual sucede uma alteração significativa na relação credor-mutuário, a qual sujeita o credor a uma perda monetária. Os “Créditos de Risco Superior” correspondem a créditos sem evidências objetivas de perda, mas com indícios de risco (e.g. clientes com crédito vencido; clientes em contencioso na Central de Responsabilidades de Crédito; clientes com *rating/scoring* de risco superior; clientes pertencentes ao Departamento de Acompanhamento de Empresas).

O juro reconhecido na conta de exploração, no exercício de 2012, relativo a créditos com sinais de imparidade foi de 825,4 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 759,0 milhões de euros), o qual inclui o efeito do desconto do crédito vencido.

O Grupo efetua a renegociação de um crédito tendo em vista a maximização da recuperação do mesmo. Um crédito é renegociado de acordo com critérios seletivos, baseados na análise das circunstâncias em que o mesmo se encontra em situação de vencido, ou quando existe um risco elevado de que tal venha a acontecer, na verificação de que o cliente efetuou um esforço razoável de cumprimento das condições contratuais anteriormente acordadas e é expectável que tenha capacidade para cumprir os novos termos acordados. A renegociação normalmente inclui a extensão da maturidade, alteração dos períodos de pagamento definidos e/ ou alteração dos *covenants* dos contratos. Sempre que possível, a renegociação é acompanhada pela obtenção de novos colaterais. Os créditos renegociados são ainda objeto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expectativa face aos novos fluxos de caixa, inerentes às novas condições contratuais, atualizadas à taxa de juro original efetiva tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.

Em 31 de dezembro de 2012 o crédito vivo (crédito a clientes excluindo o crédito e juros vencidos) inclui 221 416 milhares de euros de crédito renegociado (31 de dezembro de 2011: 178 017 milhares de euros). Em 31 de dezembro de 2012, as perdas por imparidade reconhecidas relativamente aos créditos renegociados em balanço ascendem a 16 363 milhares de euros (2011: 17 137 milhares de euros). O juro

reconhecido na demonstração dos resultados ascende a 9 940 milhares de euros (2011: 8 440 milhares de euros).

Com o objetivo de mitigar o risco de crédito, as operações de crédito têm garantias associadas, nomeadamente hipotecas ou penhores. O justo valor dessas garantias é determinado à data da concessão do crédito, sendo reavaliado periodicamente.

Seguidamente apresenta-se o valor do crédito e respetivos colaterais:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor do crédito	Justo valor do colateral	Valor do crédito	Justo valor do colateral
(milhares de euros)				
<b>Crédito à Habitação</b>				
Hipotecas	10 951 831	10 930 789	11 325 239	11 306 989
Penhores	4 739	4 570	4 845	6 360
Não colateralizado	177 252	-	280 028	-
	<u>11 133 822</u>	<u>10 935 359</u>	<u>11 610 112</u>	<u>11 313 349</u>
<b>Outro crédito a particulares</b>				
Hipotecas	310 561	291 897	299 256	289 356
Penhores	585 020	388 748	679 981	487 877
Não colateralizado	1 732 199	-	1 736 245	-
	<u>2 627 780</u>	<u>680 645</u>	<u>2 715 482</u>	<u>777 233</u>
<b>Crédito a empresas</b>				
Hipotecas	10 034 387	9 122 921	10 489 853	9 489 188
Penhores	6 884 077	3 562 838	6 016 400	4 080 184
Não colateralizado	19 718 668	-	20 378 979	-
	<u>36 637 132</u>	<u>12 685 759</u>	<u>36 885 232</u>	<u>13 569 372</u>
<b>Total</b>	<b>50 398 734</b>	<b>24 301 763</b>	<b>51 210 826</b>	<b>25 659 954</b>

A distribuição do crédito por tipo de taxa é como segue:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor do crédito	Justo valor do colateral	Valor do crédito	Justo valor do colateral
(milhares de euros)				
Taxa fixa	8 126 913		6 955 398	
Taxa variável	42 271 821		44 255 428	
	<u>50 398 734</u>		<u>51 210 826</u>	



O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Rendas e valores residuais vincendos</b>		
Até um ano	432 202	491 511
De um a cinco anos	1 130 447	1 410 375
Mais de cinco anos	<u>1 373 116</u>	<u>1 535 201</u>
	<u>2 935 765</u>	<u>3 437 087</u>
<b>Juros vincendos</b>		
Até um ano	68 859	110 457
De um a cinco anos	157 217	294 738
Mais de cinco anos	<u>79 413</u>	<u>27 241</u>
	<u>305 489</u>	<u>432 436</u>
<b>Capital vincendo</b>		
Até um ano	363 343	381 054
De um a cinco anos	973 230	1 115 637
Mais de cinco anos	<u>1 293 703</u>	<u>1 507 960</u>
	<u>2 630 276</u>	<u>3 004 651</u>
Imparidade	(144 097)	(97 190)
	<u>2 486 179</u>	<u>2 907 461</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existem contratos que individualmente sejam superiores a 5% do total do crédito de locação financeira. Não existem contratos de locação financeira com rendas contingentes.

## NOTA 26 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>		
De emissores públicos	295 271	805 437
De outros emissores	<u>685 389</u>	<u>768 061</u>
	<u>980 660</u>	<u>1 573 498</u>
Perdas por imparidade	(39 111)	(32 316)
	<u>941 549</u>	<u>1 541 182</u>

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	14 715	401 785
De 3 meses a um ano	1 75 566	283 473
De um a cinco anos	230 854	273 232
Mais de cinco anos	559 525	615 008
<b>Total</b>	<b>980 660</b>	<b>1 573 498</b>

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	292 678	2 593	295 271	803 589	1 848	805 437
De outros emissores	158 769	526 620	685 389	207 661	560 400	768 061
<b>Total</b>	<b>451 447</b>	<b>529 213</b>	<b>980 660</b>	<b>1 011 250</b>	<b>562 248</b>	<b>1 573 498</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	32 316	50 094
Dotações / (reversões)	7 260	15 500
Utilizações	( 467)	( 33 131)
Diferenças de câmbio e outras	2	( 147)
<b>Saldo final</b>	<b>39 111</b>	<b>32 316</b>

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 46.

Durante o exercício de 2008 o Grupo procedeu à transferência de títulos no valor de 767,2 milhões de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Valor de Aquisição	Na data da transferência				Valor dos <i>cash flows</i> futuros <sup>a)</sup>	Taxa efectiva <sup>b)</sup>	Valor de mercado em dezembro 2008
		Valor de Balanço	Reserva de justo valor					
			Positiva	Negativa				
De Ativos financeiros disponíveis para venda	551 897	522 715	424	( 29 607)	701 070	5,75%	485 831	
De Ativos financeiros detidos para negociação	243 114	244 530	-	-	408 976	11,50%	237 295	
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>	<b>795 011</b>	<b>767 245</b>	<b>424</b>	<b>( 29 607)</b>	<b>1 110 046</b>		<b>723 126</b>	

- a) Montantes totais de capital e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forwards* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.  
b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forwards* decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras do Grupo seria o seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados		
Impacto em resultados do exercício	947	(1.347)
Efeito fiscal	(73)	183
	<u>874</u>	<u>(1.164)</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Impacto em reservas de justo valor	(3.780)	(16.329)
Efeito fiscal	1.191	4.308
	<u>(2.589)</u>	<u>(12.021)</u>

A reclassificação de ativos financeiros detidos para negociação para investimentos detidos até à maturidade foi realizada no âmbito das alterações efetuadas ao IAS 39 e à IFRS 7 adotadas pelo Regulamento (CE) n.º 1004/2008 emitido em 15 de outubro de 2008. Esta reclassificação foi efetuada devido à situação excecionalmente adversa dos mercados provocada pela crise financeira internacional que caracterizou o exercício de 2008, situação que foi considerada como uma das raras circunstâncias previstas na alteração do IAS 39.

Na sequência da publicação pelo Banco de Portugal, em maio de 2011 do Aviso n.º 3/2011, o qual veio estabelecer novos patamares mínimos para o rácio de Core Tier 1 (9% em 31 de dezembro de 2011 e 10% em 31 de dezembro de 2012) e tendo presente a necessidade de atingir, a partir de 2014, um rácio de financiamento estável de 100%, de acordo com o Memorandum de Política Económica e Financeira entre o Governo Português, a Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no decurso do segundo semestre de 2011 o Grupo decidiu alienar uma parte significativa da carteira de investimentos detidos até à maturidade. No âmbito desta decisão, os títulos a alienar foram transferidos para a rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda e avaliados a valores de mercado.

Tendo em conta os objetivos subjacentes à reclassificação e posterior venda dos referidos títulos, a mesma é enquadrável no disposto no parágrafo AG 22 do IAS 39 'Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração' não dando por isso origem à contaminação (*tainting*) da restante carteira de investimentos detidos até à maturidade. Nessa base e uma vez que o Grupo mantém a intenção e a capacidade de deter os restantes títulos até à maturidade os mesmos permanecem registados nesta rubrica.

Os efeitos da reclassificação dos títulos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, à data da transferência, podem ser assim analisados:

(milhares de euros)

Valores em investimentos detidos até à maturidade				Registo em activos financeiros disponíveis para venda			
Valor de aquisição	Reservas de justo valor <sup>a)</sup>	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Reservas de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
584 923	( 6 138)	( 50)	578 735	584 923	( 13 590)	( 50)	571 283

<sup>a)</sup> Valor remanescente das reservas de justo valor existentes à data da transferência para a carteira de investimentos detidos até à maturidade ocorrida com referência a 01 de Junho de 2008.

## NOTA 27 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
<b>Derivados para gestão do risco</b>						
Derivados para gestão do risco - ativo	153 897	362 623	516 520	210 027	300 063	510 090
Derivados para gestão do risco - passivo	( 43 581)	( 81 618)	( 125 199)	( 82 208)	( 156 425)	( 238 633)
	<b>110 316</b>	<b>281 005</b>	<b>391 321</b>	<b>127 819</b>	<b>143 638</b>	<b>271 457</b>
<b>Componente de justo valor dos activos e passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados</b>						
<b>Ativos financeiros</b>						
Crédito a clientes	22 391	-	22 391	23 839	-	23 839
	<b>22 391</b>	<b>-</b>	<b>22 391</b>	<b>23 839</b>	<b>-</b>	<b>23 839</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	( 67 996)	-	( 67 996)	( 56 254)	-	( 56 254)
Recursos de clientes	( 787)	( 90 099)	( 90 886)	( 838)	22 751	21 913
Responsabilidades representadas por títulos	( 38 472)	47 631	9 159	( 38 497)	154 872	116 375
	<b>( 107 255)</b>	<b>( 42 468)</b>	<b>( 149 723)</b>	<b>( 95 589)</b>	<b>177 623</b>	<b>82 034</b>
	<b>( 84 864)</b>	<b>( 42 468)</b>	<b>( 127 332)</b>	<b>( 71 750)</b>	<b>177 623</b>	<b>105 873</b>

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.4, a rubrica derivados para gestão de risco inclui, para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

### Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocial	Justo valor do derivado <sup>(2)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto <sup>(1)</sup>	Varição do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(1)</sup>
<i>Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	Taxa de juro	529 897	( 23 884)	( 179)	22 391	( 638)
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de instituições de crédito	Taxa de juro	174 000	64 725	13 779	( 67 996)	( 11 744)
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	Taxa de juro	4 417	2 174	( 50)	( 787)	51
<i>Equity / Interest Rate Swap</i>	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro/ cotação	1 656 777	67 301	4 929	( 38 472)	( 3 685)
			<b>2 365 091</b>	<b>110 316</b>	<b>18 479</b>	<b>( 84 864)</b>	<b>( 16 016)</b>

<sup>(1)</sup> Atribuível ao risco coberto

<sup>(2)</sup> Inclui juro corrido

(milhares de euros)

31.12.2011							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocial	Justo valor do derivado <sup>(2)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto <sup>(1)</sup>	Varição do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(1)</sup>
<i>Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	Taxa de juro e Câmbio	740 420	( 20 614)	( 36 705)	23 839	( 7 617)
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	Taxa de juro	4 417	1 978	( 1 060)	( 838)	918
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de instituições de crédito	Taxa de juro	186 300	53 435	28 658	( 56 254)	( 26 963)
<i>Interest Rate Swap</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	Taxa de juro	3 924 826	93 020	45 639	( 38 497)	( 13 344)
			<b>4 855 963</b>	<b>127 819</b>	<b>36 532</b>	<b>( 71 750)</b>	<b>( 47 006)</b>

<sup>(1)</sup> Atribuível ao risco coberto

<sup>(2)</sup> Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos ativos e passivos acima descritos e aos respetivos derivados encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2012, a parte inefetiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num proveito de 2,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: custo de 10,5 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

### Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8, e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura.

O valor de balanço dos ativos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2012						
Produto derivado	Ativo/Passivo financeiro associado	Derivado			Ativo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade <sup>(1)</sup>
	<b>Passivo</b>							
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de Clientes	7 540 000	179 038	67 206	(90 099)	(111 024)	8 791 778	8 712 699
<i>Interest Rate Swap/ FX Forward</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 485 628	97 092	28 745	69 217	(53 029)	303 386	370 714
<i>Credit Default Swap</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	346 845	5 810	44 774	(22 202)	(53 860)	376 308	358 728
<i>Equity Swap</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	405 155	(3 662)	15 813	2 985	(24 257)	339 252	357 237
<i>Equity Option</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	82 525	2 727	13	(2 369)	(5 339)	125 874	131 828
		<b>9 860 153</b>	<b>281 005</b>	<b>156 551</b>	<b>(42 468)</b>	<b>(247 509)</b>	<b>9 936 598</b>	<b>9 931 206</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade.

(milhares de euros)

		31.12.2011						
Produto derivado	Ativo/Passivo financeiro associado	Derivado			Ativo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade <sup>(1)</sup>
	<b>Passivo</b>							
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de Clientes	5 858 000	130 251	46 477	18 824	41 092	7 296 870	7 315 694
<i>Interest Rate Swap/ FX Forward</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 822 391	77 431	34 408	120 593	6 971	278 702	395 878
<i>Credit Default Swap</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	205 778	(33 905)	(37 349)	22 287	14 560	219 839	238 524
<i>Equity Swap</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	947 585	(33 873)	(25 271)	15 371	23 203	334 881	349 896
<i>Equity Option</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	78 719	3 734	3 285	548	517	107 521	110 039
		<b>8 912 473</b>	<b>143 638</b>	<b>21 550</b>	<b>177 623</b>	<b>86 343</b>	<b>8 237 813</b>	<b>8 410 021</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo, é positiva e o respetivo valor acumulado ascende em 31 de dezembro de 2012 a 167,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 202,3 milhões de euros). O Grupo reconheceu em resultados em 2012 um efeito negativo de 35,2 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade (31 de dezembro de 2011: efeito positivo de 50,9 milhões de euros), ver Nota 7.

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de dezembro de 2012 e 2011, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	1 674 024	13 571	3 014 403	24 059
De 3 meses a um ano	2 361 702	25 889	2 688 223	38 159
De um a cinco anos	7 205 288	205 686	7 024 951	82 709
Mais de cinco anos	984 230	146 175	1 040 859	126 530
	<b>12 225 244</b>	<b>391 321</b>	<b>13 768 436</b>	<b>271 457</b>

## NOTA 28 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativos / passivos de subsidiárias adquiridas para revenda	731 767	175 945	291 248	140 950
Imóveis	2 843 378	-	1 531 180	-
Equipamento e outras	2 524	-	2 203	-
Outras imobilizações	3 501	-	3 501	-
	2 849 403	-	1 536 884	-
Perdas por imparidade	( 303 630)	-	( 181 449)	-
	2 545 773	-	1 355 435	-
	<b>3 277 540</b>	<b>175 945</b>	<b>1 646 683</b>	<b>140 950</b>

Os ativos e passivos não correntes detidos para venda incluem, entre outros, (i) os ativos/passivos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo, e (ii) a imóveis e equipamentos recebidos em dação por recuperação de créditos.

A rubrica de ativos/passivos de subsidiárias adquiridas para revenda reflete fundamentalmente ativos e passivos de sociedades adquiridas pelo Grupo no âmbito de reestruturações de operações creditícias que o Grupo pretende alienar no prazo de um ano. No entanto, face às atuais condições de mercado não foi possível concretizar estas alienações nos prazos esperados, mantendo-se contudo o esforço de venda e, em certos casos, as negociações com potenciais compradores.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor relativo a instalações descontinuadas incluídas na rubrica Imóveis ascende a 21 598 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 16 392 milhares de euros), tendo o Grupo registado perdas por imparidade para estes ativos no valor de 11 193 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 7 699 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	181 449	89 825
Alterações no perímetro de consolidação	116 654	-
Dotações / (Reversões)	40 178	123 062
Utilizações	( 29 664)	( 31 057)
Diferenças de câmbio e outras	( 4 987)	( 381)
Saldo final	<b>303 630</b>	<b>181 449</b>

O movimento dos ativos não correntes detidos para venda (excluindo os ativos de subsidiárias adquiridas para revenda) durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Saldo inicial</b>	1 536 884	642 952
Alterações no perímetro de consolidação	530 343	-
Entradas	996 260	1 077 644
Vendas	( 218 735)	( 190 452)
Outros movimentos	4 651	6 740
<b>Saldo final</b>	<b>2 849 403</b>	<b>1 536 884</b>

O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda. No entanto, face às atuais condições de mercado não tem sido possível, em algumas situações, concretizar as alienações no prazo esperado. Contudo, o Grupo continua a desenvolver esforços com vista à concretização do plano de alienação estabelecido.

Na sequência das alienações de imóveis ocorridas no exercício de 2012, o Grupo registou uma perda de 5 914 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 4 828 milhares de euros).

## NOTA 29 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido na rubrica propriedades de investimento durante o exercício de 2012 apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	-	-
Alterações no perímetro de consolidação <sup>a)</sup>	446 135	-
Benfeitorias	748	-
Outros movimentos	( 4 895)	-
	441 988	-

<sup>a)</sup> Respeita à entrada da BES Vida, Fungere e Fungepi no perímetro de consolidação do Grupo

O saldo desta rubrica, no exercício de 2012, decorre essencialmente da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

O valor de balanço das propriedades de investimento corresponde ao justo valor das propriedades tal como determinado por um avaliador registado e independente cuja qualificação profissional e experiência na respetiva categoria e localização da propriedade tenha sido devidamente reconhecida. O justo valor é determinado tendo em consideração transações de mercado recentes para



propriedades similares e em localizações semelhantes às das propriedades de investimento do Grupo sempre que possível.

As propriedades de investimento incluem propriedades comerciais que se encontram alugadas a terceiros. A maioria dos contratos de aluguer não têm um termo específico, sendo possível o locatário cancelar o mesmo a qualquer momento. Contudo, para uma pequena parcela destas propriedades comerciais alugadas a terceiros, existe uma cláusula inicial de não-cancelamento de cerca de 10 anos. Os alugueres subsequentes são negociadas com o locatário.

O aumento do justo valor das propriedades de investimento, no montante de 2,9 milhões, e as rendas recebidas no aluguer das propriedades de investimento, no montante de 3,2 milhões de euros, são registados em “Outros resultados de exploração”.

Os custos operacionais directos, incluindo reparações e manutenções, decorrentes das propriedades de investimento alugadas durante o exercício de 2012 atingiram os 0,7 milhões de euros. Os custos operacionais directos, incluindo reparações e manutenções associados às propriedades de investimento que não se encontravam alugadas durante o exercício de 2012, atingiram os 0,2 milhões de euros.

## NOTA 30 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Imóveis</b>		
De serviço próprio	472 650	445 236
Beneficiações em edifícios arrendados	228 098	240 603
Outros	1 139	842
	<u>701 887</u>	<u>686 681</u>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	308 497	292 982
Instalações interiores	142 759	140 216
Mobiliário e material	131 075	128 340
Equipamento de segurança	42 469	38 043
Máquinas e ferramentas	34 961	35 597
Material de transporte	12 627	11 756
Outros	6 135	4 929
	<u>678 523</u>	<u>651 863</u>
<b>Outras imobilizações</b>	624	643
	<u>1 381 034</u>	<u>1 339 187</u>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	344	1 422
Imóveis	396 237	318 160
Equipamento	2 092	6 643
Outros	54	260
	<u>398 727</u>	<u>326 485</u>
	1 779 761	1 665 672
<b>Depreciação acumulada</b>	(848 139)	(813 994)
	<u>931 622</u>	<u>851 678</u>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2010</b>	<b>685 065</b>	<b>632 107</b>	<b>765</b>	<b>261 934</b>	<b>1 579 871</b>
Adições	6 380	22 184	( 106)	77 299	105 757
Abates / vendas	( 4 680)	( 12 077)	-	( 4)	( 16 761)
Transferências (a)	( 168)	8 311	( 21)	( 13 794)	( 5 672)
Variação cambial e outros movimentos	84	1 338	5	1 050	2 477
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>686 681</b>	<b>651 863</b>	<b>643</b>	<b>326 485</b>	<b>1 665 672</b>
Adições	5 410	27 615	-	115 775	148 800
Abates / vendas	( 20 291)	( 12 565)	( 16)	( 850)	( 33 722)
Transferências (a)	22 859	5 009	-	( 34 592)	( 6 724)
Variação cambial e outros movimentos (b)	7 228	6 601	( 3)	( 8 091)	5 735
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2012</b>	<b>701 887</b>	<b>678 523</b>	<b>624</b>	<b>398 727</b>	<b>1 779 761</b>
<b>Depreciações</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2010</b>	<b>274 409</b>	<b>496 173</b>	<b>252</b>	-	<b>770 834</b>
Depreciações do período	21 233	40 487	9	-	61 729
Abates / vendas	( 4 571)	( 11 995)	-	-	( 16 566)
Transferências (a)	( 1 355)	( 48)	-	-	( 1 403)
Variação cambial e outros movimentos	( 1 067)	459	8	-	( 600)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>288 649</b>	<b>525 076</b>	<b>269</b>	-	<b>813 994</b>
Depreciações do período	22 006	39 906	10	-	61 922
Abates / vendas	( 18 667)	( 7 765)	-	-	( 26 432)
Transferências (a)	( 1 110)	( 413)	-	-	( 1 523)
Variação cambial e outros movimentos (b)	( 525)	685	18	-	178
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2012</b>	<b>290 353</b>	<b>557 489</b>	<b>297</b>	-	<b>848 139</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2012</b>	<b>411 534</b>	<b>121 034</b>	<b>327</b>	<b>398 727</b>	<b>931 622</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>398 032</b>	<b>126 787</b>	<b>374</b>	<b>326 485</b>	<b>851 678</b>

(a) Respeitam a imobilizado proveniente de balcões descontinuados que foram transferidos para ativos não correntes detidos para venda

(b) Inclui 8 743 milhares de euros de imóveis, 7 919 milhares de euros de equipamento e 6 647 milhares de euros de amortizações acumuladas relativos à entrada no perímetro de consolidação da Bes Vida

Na rubrica equipamento – material de transporte encontra-se registado imobilizado adquirido em regime de locação financeira cujo plano de pagamento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Rendas e valores residuais vencidos</b>		
Até um ano	16	15
De um a cinco anos	-	16
	<u>16</u>	<u>31</u>
<b>Juros vencidos</b>		
Até um ano	1	3
De um a cinco anos	-	1
	<u>1</u>	<u>4</u>
<b>Capital vencendo</b>		
Até um ano	15	12
De um a cinco anos	-	15
	<u>15</u>	<u>27</u>

## NOTA 31 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Goodwill</b>	313 665	97 739
<b>Value In Force <sup>(a)</sup></b>	109 937	-
<b>Gerados internamente</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	58 186	47 644
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	645 010	610 469
Outras	951	917
	645 961	611 386
<b>Imobilizações em curso</b>	33 701	26 413
	1161 450	783 182
<b>Amortização acumulada</b>	(596 345)	(543 222)
<b>Perdas por imparidade</b>	(9 779)	(9 628)
	555 326	230 332

<sup>(a)</sup> relativo à BES Vida

Nos ativos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas portadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.14).

O *goodwill* é registado de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, sendo analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Subsidiárias</b>		
BES Vida	234 574	-
ES Investment Holding <sup>(a)</sup>	48 567	47 449
ES Gestion <sup>(b)</sup>	2 459	22 142
Aman Bank	16 046	16 046
Concordia	1 756	1 605
Outros	2 370	2 604
<b>Outras unidades geradoras de caixa</b>		
Leasing e Factoring	7 893	7 893
	313 665	97 739
<b>Perdas por imparidade</b>	(9 779)	(9 628)
	303 886	88 111

<sup>(a)</sup> Holding de detentora do Execution Noble

<sup>(b)</sup> Em 31 de Dezembro de 2011 inclui 2 459 milhares de euros e 19 683 milhares de euros do Banco Inversión e Gespastor, respectivamente, sociedades que foram incorporadas por fusão na ES Gestion após a aquisição

O *goodwill* e o *value in Force* da BES Vida foram calculados com referência à data de aquisição de controlo (ver Nota 54). Em 31 de dezembro de 2011 esta entidade integrava as contas consolidadas do Grupo pelo método de equivalência patrimonial, com o respetivo *goodwill* registado conjuntamente com valor da participação (ver Nota 32).

#### ES Investment Holding Limited

O valor recuperável da ES Investment Holding, correspondente ao seu valor de uso, foi determinado de acordo com a metodologia dos Dividendos Descontados com base (i) nos dados estimados pelo órgão de gestão para os próximos nove anos, (ii) assumindo um crescimento na perpetuidade em linha com o crescimento nominal estimado da economia do país onde a unidade se encontra localizada e (iii) tendo sido utilizada uma taxa de desconto de 10,71%, a qual inclui um prémio de risco apropriado aos fluxos futuros estimados. O período de nove anos utilizado para estimar os fluxos futuros, reflete o facto de a entidade ter sido adquirida no final do ano de 2010 e de a mesma estar a ser objeto de uma redefinição da sua estratégia de negócio esperando-se que atinja a sua maturidade apenas no final deste período. Com base nestes pressupostos o valor recuperável deste investimento é superior ao valor de balanço, incluindo a parte correspondente ao Goodwill.

#### ES Gestion

No dia 7 de outubro de 2011, o Banco Popular e o Banco Pastor anunciaram a intenção de dar início a um processo de fusão entre as duas entidades. Esta fusão e a consequente alteração de controlo do Banco Pastor, teve um impacto significativo na implementação do acordo de distribuição exclusivo estabelecido em 2010 entre este Banco e a ESAF (através da ES Gestion), o qual previa cláusulas de indemnização a favor do Grupo. Em maio de 2012, a ESAF (através da ES Gestion) e o Banco Pastor assinaram a resolução do contrato de distribuição tendo o Banco Pastor pago uma compensação de 30 milhões de euros, determinada em função do contrato de distribuição. Tendo em consideração o impacto desta situação na atividade da ES Gestion e na implementação de uma estratégia em Espanha, o *goodwill* de 19,7 milhões de euros associado à Gespastor foi desreconhecido. O proveito líquido de cerca de 10,3 milhões foi reconhecido na rubrica de Outros resultados de exploração (ver Nota 14).

#### Aman Bank

A 31 de dezembro de 2011, o Grupo reconheceu uma imparidade de 8 023 milhares de euros no goodwill apurado na data de aquisição do Aman Bank. A imparidade reflete a alteração da estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados pelo Grupo nesta entidade, resultado da situação política vivida na Líbia durante o ano de 2011. Em 2012 esta entidade apresentou uma evolução positiva, não tendo sido identificado qualquer necessidade de reforço de imparidade.

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	<i>Goodwill e Value In Force</i>	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2010</b>	<b>95 616</b>	<b>600 037</b>	<b>1 312</b>	<b>35 732</b>	<b>732 697</b>
Adições:					
Geradas internamente	-	-	-	9 178	9 178
Adquiridas a terceiros	-	12 521	-	27 083	39 604
Abates / vendas	-	( 360)	( 409)	-	( 769)
Transferências	-	45 088	-	(45 088)	-
Variação cambial e outros movimentos	2 123	827	14	( 492)	2 472
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>97 739</b>	<b>658 113</b>	<b>917</b>	<b>26 413</b>	<b>783 182</b>
Adições:					
Geradas internamente	-	54	-	8 257	8 311
Adquiridas a terceiros (a)	344 511	11 533	-	24 152	380 196
Abates / vendas	-	(1 414)	-	( 103)	(1 517)
Transferências	-	26 255	-	(26 255)	-
Variação cambial e outros movimentos (b) (c)	(18 648)	8 655	34	1 237	(8 722)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2012</b>	<b>423 602</b>	<b>703 196</b>	<b>951</b>	<b>33 701</b>	<b>1161 450</b>
<b>Amortizações</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2010</b>	<b>-</b>	<b>496 211</b>	<b>1 149</b>	<b>-</b>	<b>497 360</b>
Amortizações do período	-	46 068	129	-	46 197
Abates / vendas	-	(57)	( 409)	-	( 466)
Variação cambial e outros movimentos	-	122	9	-	131
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>-</b>	<b>542 344</b>	<b>878</b>	<b>-</b>	<b>543 222</b>
Amortizações do período	-	46 116	36	-	46 152
Abates / vendas	-	(1 318)	-	-	(1 318)
Variação cambial e outros movimentos (d)	-	8 288	1	-	8 289
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2012</b>	<b>-</b>	<b>595 430</b>	<b>915</b>	<b>-</b>	<b>596 345</b>
<b>Imparidade</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>1 800</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 800</b>
Perdas por imparidade	8 023	-	-	-	8 023
Variação cambial e outros movimentos	( 195)	-	-	-	( 195)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>9 628</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9 628</b>
Variação cambial e outros movimentos	151	-	-	-	151
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2012</b>	<b>9 779</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9 779</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2012</b>	<b>413 823</b>	<b>107 766</b>	<b>36</b>	<b>33 701</b>	<b>555 326</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>88 111</b>	<b>115 769</b>	<b>39</b>	<b>26 413</b>	<b>230 332</b>

(a) O valor do *goodwill* e *VIF* respeita à aquisição de controlo da BES Vida.

(b) Inclui 19 682 milhares de euros referente ao desreconhecimento do *goodwill* da Gespastor

(c) Inclui 8 917 milhares de euros referente à aquisição de controlo da BES Vida (ver Nota 54)

(d) Inclui 8 791 milhares de euros referente à aquisição de controlo da BES Vida (ver Nota 54)

## NOTA 32 – INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
BES VIDA	-	5 658 690	-	5 601 926	-	56 764	-	390 722	-	( 107 968)
ES VÉNÉTIE	1 616 961	1 636 829	1 444 715	1 471 545	172 246	165 284	75 012	67 785	10 315	10 000
LOCARENT	265 740	321 581	277 404	314 938	8 336	6 643	94 213	97 796	2 595	3 017
BES SEGUROS	120 243	131 184	89 039	111 531	31 204	19 653	66 537	66 344	6 971	3 374
ESEGUR	39 121	41 679	28 526	31 524	10 595	10 155	50 980	54 478	595	600
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 456
FUNDO ES IBERIA	13 894	14 252	169	266	13 725	13 986	466	298	( 106)	( 1 198)
SCI GEORGES MANDEL	11 271	11 292	9	11	11 262	11 281	957	980	591	610
BRB INTERNACIONAL	12 883	14 899	12 407	12 596	476	2 303	1 243	3 525	( 589)	84
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA	650 179	441 723	521 167	308 586	129 012	133 137	-	-	( 6 634)	( 2 23)
ASCENDI GROUP	4 056 000	3 945 239	3 656 000	3 561 239	400 000	384 000	140 000	99 266	28 000	127 257
EMPARK	782 872	773 857	651 074	626 861	131 798	146 996	166 594	192 274	( 7 171)	357
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	216 000	248 201	222 000	214 586	( 6 000)	33 615	14 000	12 791	( 4 000)	1 494
UNICRE	305 005	307 856	179 941	194 012	125 064	113 844	231 070	241 045	11 256	8 745
MOZA BANCO	186 719	92 737	154 683	64 908	32 036	27 829	21 760	11 720	( 3 289)	595
RODI SINKS & IDEAS	43 446	45 211	20 537	24 196	22 909	21 015	19 528	16 719	1 609	902
SCUTVIAS	-	718 866	-	647 086	-	71 780	-	116 590	-	12 663

Nota: Dados ajustados para efeitos de consolidação

(milhares de euros)

	Custo da participação		Interesse económico		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível ao Grupo	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
BES VIDA a)	-	537 497	-	50,00%	-	200 000	2 761	( 193 261)
ES VÉNÉTIE	42 293	42 293	42,69%	42,69%	73 672	70 700	4 403	4 269
LOCARENT	2 967	2 967	50,00%	50,00%	4 478	3 632	1 258	1 509
BES SEGUROS	3 749	3 749	25,00%	25,00%	7 798	4 911	1 743	831
ESEGUR	9 634	9 634	44,00%	44,00%	11 506	11 312	262	264
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	-	-	-	-	335
FUNDO ES IBERIA	7 087	8 708	38,67%	38,69%	5 649	5 262	261	( 2 92)
SCI GEORGES MANDEL	2 401	2 401	22,50%	22,50%	2 534	2 538	133	137
BRB INTERNACIONAL	10 659	10 659	25,00%	24,93%	119	335	( 216)	92
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA b)	36 678	36 678	14,33%	14,33%	30 902	26 628	3 647	209
ASCENDI GROUP b)	179 772	168 310	28,66%	28,66%	186 955	169 900	6 566	7 130
EMPARK b)	52 429	55 013	15,92%	15,92%	50 090	54 661	( 2 193)	( 6 98)
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	41 056	41 056	35,83%	35,83%	34 792	38 304	( 2 531)	( 5)
UNICRE b)	11 497	11 497	17,50%	17,50%	21 886	19 923	1 970	1 530
MOZA BANCO	12 791	9 800	25,10%	25,10%	12 234	11 178	( 826)	149
RODI SINKS & IDEAS	1 240	1 240	24,81%	24,81%	8 129	7 528	194	-
SCUTVIAS b)	-	50 669	-	15,93%	-	50 669	-	-
Out ras	140 507	130 103	-	-	130 338	129 518	( 9 160)	2 570
	<b>554 760</b>	<b>1 122 274</b>			<b>580 982</b>	<b>806 999</b>	<b>8 312</b>	<b>( 175 231)</b>

a) Em Maio de 2012, o BES adquiriu os restantes 50% do capital social da BES Vida, passando a consolidar integralmente no Grupo BES (ver Nota 54)

b) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	806 999	961 908
Alienações e outros reembolsos	( 58 905)	( 2 021)
Aquisições e investimentos adicionais (ver Nota 1)	32 418	98 191
Resultado de associadas	8 312	( 38 956)
Imparidade em associadas	-	( 136 275)
Reserva de justo valor de associadas	43 084	( 58 128)
Dividendos recebidos	( 3 423)	( 4 193)
Alterações no perímetro de consolidação	( 243 790)	-
Diferenças de câmbio e outras	( 3 713)	( 13 527)
<b>Saldo final</b>	<b>580 982</b>	<b>806 999</b>

A linha “Alterações no perímetro de consolidação” evidencia a alteração do método de consolidação da BES Vida para integral decorrente da aquisição de controlo desta entidade por parte do Grupo (ver Nota 54).

Durante o exercício de 2011 foi registada uma imparidade no valor de 136 275 milhares de euros relativamente ao investimento do Grupo na BES Vida, a qual correspondia à diferença entre o valor de balanço desse investimento e a estimativa do seu valor recuperável. O valor recuperável da BES Vida, com referência a 31 de dezembro de 2011, foi determinado tendo por base o método *Appraisal Value*. Esta metodologia deriva do *Market Consistent Embedded Value* e do valor de mercado atribuível ao novo negócio. O *Market Consistent Embedded Value* é um método de avaliação específico da indústria seguradora do ramo vida para determinar o justo valor dos contratos atuais (contratos de seguro e de investimento) e está de acordo com os princípios gerais do método dos lucros futuros descontados.

### NOTA 33 – PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	2 618	-	2 618	-	-	-
Provisão matemática	1 545 079	( 129)	1 544 950	-	-	-
Provisão para sinistros	27 447	(1 621)	25 826	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	2 264	( 2 054)	210	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-
	1 577 408	(3 804)	1 573 604	-	-	-

O saldo desta rubrica, no exercício de 2012, decorre da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimentos (ver Nota 39).



O detalhe da provisão matemática apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Anuidades	-	-	-	-	-	-
Tradicionais	31 979	( 129)	31 850	-	-	-
Capitalização com participação nos resultados	1 513 100	-	1 513 100	-	-	-
	1 545 079	( 129)	1 544 950	-	-	-

O detalhe da provisão para sinistros apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Anuidades	-	-	-	-	-	-
Tradicionais	14 316	(1 621)	12 695	-	-	-
Capitalização com participação nos resultados	13 131	-	13 131	-	-	-
	27 447	(1 621)	25 826	-	-	-

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 429 milhares de euros relativos a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR).

O movimento ocorrido na provisão para sinistros durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	-	-	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação	30 194	( 1 257)	28 937	-	-	-
Sinistros ocorridos	-	-	-	-	-	-
Do próprio ano	362 235	( 1 101)	361 134	-	-	-
De anos anteriores	1 830	( 117)	1 713	-	-	-
Montantes pagos	-	-	-	-	-	-
Do próprio ano	( 361 834)	640	( 361 194)	-	-	-
De anos anteriores	( 4 978)	214	( 4 764)	-	-	-
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>27 447</b>	<b>( 1 621)</b>	<b>25 826</b>	-	-	-

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido atribuídos ou incorporados na provisão matemática.

O movimento ocorrido na provisão para participação nos resultados durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Saldo no início do exercício	-	-	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação	1 326	( 804)	522	-	-	-
Montantes pagos	( 170)	187	17	-	-	-
Montantes estimados atribuíveis	1 108	(1 437)	( 329)	-	-	-
Saldo no fim do exercício	2 264	( 2 054)	210	-	-	-

A provisão para compromissos de taxa é referente ao resultado obtido no teste de adequação das responsabilidades.

### NOTA 34 – OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros Ativos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Contas caução	1 664 467	1 605 033
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	38 658	48 892
Devedores por capital de subsidiárias não realizado	7 000	7 000
Setor público administrativo	144 697	136 749
Devedores por operações de seguros	567	-
Outros devedores diversos	628 668	629 030
	<u>2 484 057</u>	<u>2 426 704</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	( 234 987)	( 47 861)
	<u>2 249 070</u>	<u>2 378 843</u>
<b>Outros ativos</b>		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	10 834	11 122
Outros ativos	185 994	84 700
	<u>196 828</u>	<u>95 822</u>
<b>Proveitos a receber</b>	48 415	52 718
<b>Despesas com custo diferido</b>	114 766	122 849
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações cambiais a liquidar	16 179	2 489
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	154 257	171 918
Outras operações a regularizar	200 037	99 202
	<u>370 473</u>	<u>273 609</u>
<b>Pensões de reforma e benefícios de saúde</b>	14 602	107 014
	<u>2 994 154</u>	<u>3 030 855</u>

Os outros devedores diversos incluem:

- 100 milhões de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (31 de dezembro de 2011: 100 milhões de euros);
- 67,2 milhões de euros de suprimentos e prestações suplementares a entidades no âmbito da atividade de capital de risco do Grupo que se encontram provisionados em 30,7 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 70,5 milhões de euros; provisões de 8,3 milhões de euros); e
- 94,3 milhões de euros de suprimentos e prestações acessórias na sequência das operações de cedência de créditos, os quais se encontram provisionados em 87,7 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 36,2 milhões de euros, provisões de 23,0 milhões de euros).

As provisões para imparidade na rubrica de devedores e outras aplicações incluem ainda uma provisão no valor de 86,6 milhões de euros relacionada com a desvalorização de ativos internacionais relacionados com o mercado de carbono.

A rubrica de despesas com custo diferido inclui, em 31 de dezembro de 2012, o montante de 64 901 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 66 199 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o setor bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de serviço do colaborador no futuro.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos, registadas na trade date, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	47 861	15 047
Dotações	194 142	39 165
Utilizações	( 355)	( 2 916)
Reversões	(13 427)	( 2 648)
Outros	6 766	( 787)
<b>Saldo final</b>	<b>234 987</b>	<b>47 861</b>

## NOTA 35 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais</b>		
Depósitos	129 382	22 204
Outros recursos	10 150 000	8 764 000
	<u>10 279 382</u>	<u>8 786 204</u>
<b>Recursos de outros Bancos Centrais</b>		
Mercado monetário interbancário	-	21 650
Depósitos	613 938	1 205 859
	<u>613 938</u>	<u>1 227 509</u>
	<u>10 893 320</u>	<u>10 013 713</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais inclui 10 156 milhões de euros colateralizados por ativos financeiros do Grupo (31 de dezembro de 2011: 8 764 milhões de euros), ver Nota 46.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 431 milhões de euros de recursos do Banco Nacional de Angola (31 de dezembro de 2011: 1 098 milhões de euros).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais, por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	804 630	4 610 827
De 3 meses a um ano	-	401 497
De um a cinco anos	10 088 690	5 001 389
	<u>10 893 320</u>	<u>10 013 713</u>

## NOTA 36 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>No país</b>		
Depósitos	383 720	481 579
Recursos a muito curto prazo	40 172	251 045
Operações com acordo de recompra	66 579	170 850
Outros recursos	4 487	5 279
	<u>494 958</u>	<u>908 753</u>
<b>No estrangeiro</b>		
Depósitos	504 679	854 289
Empréstimos	2 315 433	2 206 392
Recursos a muito curto prazo	194 475	121 259
Operações com acordo de recompra	1 311 162	1 847 600
Outros recursos	267 951	301 067
	<u>4 593 700</u>	<u>5 330 607</u>
	<u>5 088 658</u>	<u>6 239 360</u>

A 31 de dezembro de 2012 esta rubrica incluía 212 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 219 milhões de euros) de recursos de outras instituições de crédito registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 27).

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	2 363 813	3 304 307
De 3 meses a um ano	1 327 967	343 026
De um a cinco anos	669 591	1 760 271
Mais de cinco anos	727 287	831 756
	<u>5 088 658</u>	<u>6 239 360</u>

## NOTA 37 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Depósitos à vista</b>		
Depósitos à ordem	10 458 336	8 573 096
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	21 719 358	23 397 235
Outros	56 391	110 210
	<u>21 775 749</u>	<u>23 507 445</u>
<b>Depósitos de poupança</b>		
Reformados	28 022	15 049
Outros	1 645 970	1 470 261
	<u>1 673 992</u>	<u>1 485 310</u>
<b>Outros recursos</b>		
Operações com acordo de recompra	242 150	267 801
Outros	390 096	372 510
	<u>632 246</u>	<u>640 311</u>
	<u>34 540 323</u>	<u>34 206 162</u>

Esta rubrica inclui 8 792 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 7 297 milhões de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 27).

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Exigível à vista</b>	10 458 336	8 573 096
<b>Exigível a prazo</b>		
Até 3 meses	11 024 506	14 310 762
De 3 meses a um ano	6 517 198	6 556 146
De um a cinco anos	6 169 147	4 640 082
Mais de cinco anos	371 136	126 076
	<u>24 081 987</u>	<u>25 633 066</u>
	<u>34 540 323</u>	<u>34 206 162</u>

## NOTA 38 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

As responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	10 033 382	9 735 468
Certificados de depósitos	612 033	644 103
Obrigações	1 305 299	3 258 824
Obrigações hipotecárias	864 100	933 732
Outras responsabilidades	2 609 247	3 880 521
	<b>15 424 061</b>	<b>18 452 648</b>

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo tinha emitidas obrigações garantidas Estado Português, no valor nominal de 4 750 milhões de euros, as quais encontravam-se totalmente adquiridas pelo Grupo à data do Balanço (31 de dezembro de 2011: 1 572 milhões de euros).

Esta rubrica inclui 1 488 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 1 234 milhões de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 27).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Grupo procedeu a emissões que totalizam 4 590 milhões de euros. As características das emissões vivas a 31 de dezembro de 2012 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating	
							Moody's	DBRS
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	821 922	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	1 050 000	-	07-07-2010	09-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 250 000	29	21-07-2010	21-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	42 149	15-12-2010	26-01-2017	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias HIPOT. 2018	1 250 000	-	25-01-2011	25-01-2018	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
	<b>4 590 000</b>	<b>864 100</b>						

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais ativos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo BES, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições das referidas emissões enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e na Instrução n.º13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 31 de dezembro de 2012 a 5 605,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 25).

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2011	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos <sup>a)</sup>	Saldo em 31.12.2012
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	9 735 468	4 682 456	( 3 370 609)	( 1 355 014)	341 081	10 033 382
Certificados de depósitos	644 103	-	( 31 077) <sup>b)</sup>	-	( 993)	612 033
Obrigações	3 258 824	30 000	( 1 991 107)	84 402	( 76 820)	1 305 299
Obrigações hipotecárias	933 732	-	-	( 76 054)	6 422	864 100
Outras responsabilidades	3 880 521	8 505 942	( 9 526 639)	( 189 293)	( 61 284)	2 609 247
	<b>18 452 648</b>	<b>13 218 398</b>	<b>(14 919 432)</b>	<b>( 1 535 959)</b>	<b>208 406</b>	<b>15 424 061</b>

<sup>a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial

<sup>b)</sup> No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolso

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efetuadas no exercício de 2012, o Grupo reconheceu um ganho de 74,1 milhões de euros (ano de 2011: 155,3 milhões de euros) (ver Notas 14 e 42).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	2 466 103	6 038 482
De 3 meses a um ano	1 345 865	761 034
De um a cinco anos	7 367 491	7 693 938
Mais de cinco anos	4 244 602	3 959 194
	<b>15 424 061</b>	<b>18 452 648</b>



As características essenciais destes recursos para o Grupo são como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012						
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES	BES DUE 2013	EUR	2007	398 329	2013	Euribor 3 meses + 0,125%
BES	BES DUE JUN 14	EUR	2007	375 554	2014	Euribor 3 meses + 0,15%
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	1 817	2013	Taxa fixa 4,14% no 1º 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES E-RENDA 4%	a) EUR	2005	1 712	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES 5,625% 2014	EUR	2009	1 359 732	2014	Taxa fixa 5,63%
BES	BES 3,375%	EUR	2009	821 922	2015	Taxa fixa 3,375%
BES	BES DUE 02/2013	EUR	2009	685 983	2013	Euribor 3 Meses + 1%
BES	BES DUE 3,675%	EUR	2010	436 458	2015	Taxa fixa 3,675%
BES	BES 21/07/2017	EUR	2010	29	2017	Euribor 6 Meses + 0,60%
BES	BES DUE 4,6%	EUR	2010	42 149	2017	Taxa fixa 4,6%
BES	BES DUE JULY 16	EUR	2011	59 708	2016	Taxa fixa 5,875%
BES	BES PORTUGAL NO	a) EUR	2011	19 578	2014	Euribor 6 Meses + 3,5%
BES	BES PORTUGAL	a) EUR	2011	21 986	2014	Euribor 6 Meses + 3,5%
BES	BES 3% 16/12/20	EUR	2011	59 938	2021	Taxa fixa 3%
BES	BES DUE FEV.14	EUR	2012	113 367	2014	Taxa fixa 6,5%
BES	BES 4 ANOS 7%	EUR	2012	126 782	2016	Taxa fixa 7%
BES	BES 5,9% 2014	EUR	2012	68 281	2024	Taxa fixa 6,9%
BES	BES 26/10/2015	EUR	2012	50 358	2015	Euribor 6 Meses + 3,85%
BES	BES 5,875% 2015	EUR	2012	738 615	2015	Taxa fixa 5,875%
BES (sucursal de Calvão)	BES CAYMAN ZC 02/18/2028	EUR	2003	13 603	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%
BES (sucursal de Calvão)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13	EUR	2003	57 452	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Calvão)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13	EUR	2003	77 451	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Calvão)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13	EUR	2003	77 437	2013	StepUp (1º cupão 3,10%)
BES (sucursal de Calvão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	32 513	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES (sucursal de Calvão)	BIC CAYMAN 23 2001	EUR	2001	78 140	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Calvão)	BIC CAYMAN 25 2001	EUR	2001	78 816	2014	Taxa fixa - 6,02%
BES (sucursal de Calvão)	BIC CAYMAN 27 2001	EUR	2001	48 061	2015	Taxa fixa - 6,09%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecarias	a) EUR	2008	153 762	2014	Taxa fixa 4,5%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecarias	a) EUR	2008	80 389	2014	Taxa fixa 4%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecarias	a) EUR	2008	86 167	2016	Taxa fixa 4,25%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	600	2013	Taxa fixa 4,42%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	5 986	2013	Taxa fixa 4,26%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	499	2013	Taxa fixa 4,23%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	996	2013	Taxa fixa 3,71%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	699	2013	Taxa fixa 3,6%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	499	2013	Taxa fixa 3,6%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	550	2013	Taxa fixa 3,61%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	849	2013	Taxa fixa 3,58%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	499	2013	Taxa fixa 3,58%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	2 097	2013	Taxa fixa 3,61%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	596	2013	Taxa fixa 3,60%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	599	2013	Taxa fixa 3,58%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	749	2013	Taxa fixa 3,58%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	1 098	2013	Taxa fixa 3,61%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	549	2013	Taxa fixa 3,59%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	748	2013	Taxa fixa 3,61%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	498	2013	Taxa fixa 3,61%
BES (sucursal de Espanha)	HM BES EMPRESAS 1 FTA BONO A	EUR	2011	129 769	2043	Eur 1 m + 0,3%
BES (sucursal de Espanha)	Certificados de depósito	EUR	2011	13 994	2013	4,13% - 4,87%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	USD	2011	597 448	2013	4,79% - 5,47%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 1	EUR	2012	140 065	2014	Taxa nominal 6,5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 2	EUR	2012	109 713	2016	Taxa nominal 7%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 3	EUR	2012	137 879	2022	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 4	EUR	2012	46 240	2014	Taxa nominal 6,5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 5	EUR	2012	39 784	2016	Taxa nominal 7%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 6	EUR	2012	199 234	2022	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 7	EUR	2012	148 644	2019	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 8	EUR	2012	43 395	2015	Taxa nominal 6,75%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 9	EUR	2012	215 207	2015	Taxa nominal 6,75%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 10	EUR	2012	354 081	2019	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 11	EUR	2012	66 367	2015	Taxa nominal 6,75%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 12	EUR	2012	330 243	2019	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 13	EUR	2012	329 510	2019	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 14	EUR	2012	329 300	2019	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 15	EUR	2012	23 744	2014	Taxa nominal 5,3%
BES (sucursal de Luxemburgo)	BES Luxembourg 5,75% 28/06/17	EUR	2012	19 703	2017	Taxa nominal - 5,75%
BES (sucursal de Luxemburgo)	BES Luxembourg 3% 21/06/22	USD	2012	88 645	2022	Taxa nominal - 3%
BES (sucursal de Nova Iorque)	Certificados de depósito	USD	2011	591	2013	4,41% - 5,53%
ES Concessões	Papel Comercial	EUR	2012	73 500	2013	Taxa fixa 6,1440%
BES Finance	EMTN 37	EUR	2004	30 476	2029	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,30%
BES Finance	EMTN 40	EUR	2005	100 690	2015	Euribor 3 meses + 0,23%
BES Finance	EMTN 39	a) EUR	2005	163 531	2035	1º ao 4º ano: taxa fixa 6,00% e indexado à taxa swap após 4º ano
BES Finance	EMTN 40	EUR	2009	36 686	2043	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 56	EUR	2009	31 956	2044	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 57	EUR	2009	32 580	2045	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 58	EUR	2009	42 403	2042	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 59	EUR	2009	47 484	2040	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 60	EUR	2009	44 898	2041	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 61	EUR	2009	78 482	2039	Cupão Zero - Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 62	EUR	2009	34 984	2039	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 63	EUR	2009	350 939	2013	Taxa fixa 1,625%
BES Finance	Exchangeable Bonds (Bradescob)	a) USD	2010	392 753	2015	Taxa fixa 3%
BES Finance	Exchangeable Bonds (EDP)	a) USD	2010	317 128	2015	Taxa fixa 3,5%
BES Finance	EMTN 64	EUR	2009	5 352	2040	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 65	EUR	2010	28 190	2040	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 66	EUR	2010	83 869	2041	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 67	EUR	2010	63 906	2041	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 68	EUR	2010	3 892	2042	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 69	EUR	2010	96 568	2042	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 70	EUR	2010	22 855	2043	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 71	EUR	2010			

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	31.12.2012			Maturidade	Taxa de juro
			Data de emissão	Valor de balanço			
BES Finance	EMTN 72	EUR	2010	43 284	2044		
BES Finance	EMTN 73	EUR	2010	17 396	2046	Taxa fixa 3%	
BES Finance	EMTN 79	EUR	2010	40 172	2047	Taxa fixa 3%	
BES Finance	EMTN 80	EUR	2010	1 573	2048	Taxa fixa 3%	
BES Finance	EMTN 81	a) EUR	2010	6 801	2015	Taxa fixa 3%	
BES Finance	EMTN 82	a) EUR	2010	6 774	2015	Taxa fixa 3.19%	
BES Finance	EMTN 83	a) EUR	2010	6 723	2015	Taxa fixa 3.19%	
BES Finance	EMTN 84	a) EUR	2010	6 934	2015	Taxa fixa 3.19%	
BES Finance	EMTN 85	a) EUR	2010	6 671	2015	Taxa fixa 3.19%	
BES Finance	EMTN 91	a) EUR	2011	14 766	2013	Taxa fixa 4.75%	
BES Finance	EMTN 93	a) EUR	2011	15 728	2013	Taxa fixa 4.75%	
BES Finance	EMTN 94	a) EUR	2011	15 728	2013	Taxa fixa 4.75%	
BES Finance	EMTN 95	a) EUR	2011	15 678	2013	Taxa fixa 4.75%	
BES Finance	EMTN 96	a) EUR	2011	14 768	2013	Taxa fixa 4.75%	
BES Finance	EMTN 97	a) EUR	2011	9 053	2015	Taxa fixa 5.75%	
BES Finance	EMTN 98	a) EUR	2011	8 943	2015	Taxa fixa 5.75%	
BES Finance	EMTN 99	a) EUR	2011	9 382	2015	Taxa fixa 5.75%	
BES Finance	EMTN 100	a) EUR	2011	9 382	2015	Taxa fixa 5.75%	
BES Finance	EMTN 101	a) EUR	2011	9 382	2015	Taxa fixa 5.75%	
BES Finance	EMTN 102	a) EUR	2011	14 153	2013	Taxa fixa 4.51%	
BES Finance	EMTN 103	a) EUR	2011	15 164	2013	Taxa fixa 4.51%	
BES Finance	EMTN 104	a) EUR	2011	14 638	2013	Taxa fixa 4.51%	
BES Finance	EMTN 105	a) EUR	2011	14 557	2013	Taxa fixa 4.51%	
BES Finance	EMTN 106	a) EUR	2011	9 720	2015	Taxa fixa 5.51%	
BES Finance	EMTN 107	a) EUR	2011	9 556	2015	Taxa fixa 5.51%	
BES Finance	EMTN 108	a) EUR	2011	10 850	2015	Taxa fixa 5.51%	
BES Finance	EMTN 109	a) EUR	2011	10 850	2015	Taxa fixa 5.51%	
BES Finance	EMTN 110	a) EUR	2011	10 850	2015	Taxa fixa 5.51%	
BES Finance	EMTN 111	USD	2011	1 652	2038	Taxa fixa 3%	
BES Finance	EMTN 112	a) EUR	2011	52 443	2014	Taxa fixa 6%	
BES Finance	EMTN 113	a) EUR	2011	68 899	2021	Taxa fixa 5%	
BES Finance	EMTN 114	a) EUR	2011	28 082	2021	Taxa fixa 5%	
BESI	BESI OBCH ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	2006	1 059	2016	Taxa fixa 6% + Range Accrual	
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP LP APR14	EUR	2006	4	2014	Taxa Fixa Crescente	
BESI	BESI INVEST BRASIL 5.625% MAR2015	USD	2010	342 310	2015	Taxa Fixa - 5.625%	
BESI	BESI BRASIL 1050 MAR2013	BRL	2010	510	2013	Taxa Fixa - 10.5%	
BESI	BESI SEP2014 EQL LINKED	a) EUR	2010	3 630	2014	a)	
BESI	BESI SEP2014 ORIENTE IV EQL	a) EUR	2010	12 612	2014	a)	
BESI	BESI 1.8% GOLD APR2015	a) EUR	2011	1 832	2015	a)	
BESI	BESI CLN REP PORTUGUESA OCT2014	a) EUR	2012	7 109	2014	Taxa fixa 1.8% + Indexada ao Ouro	
BESI	BESI BRASIL AG-CAYMAN 400 MAY2013	USD	2012	7 739	2013	Republica portuguesa CLN	
BESI	BESI BRASIL AG-CAYMAN 400 JUN2013	USD	2012	5 381	2013	Taxa Fixa - 4%	
BESI	BESI MAR2013 CONVEX SP500	a) EUR	2012	704	2013	Taxa Fixa - 4%	
BESI	49-LCA - Letra	BRL	2012	35 755	2013	SPX500 VIX Linked	
BESI	53-LF LETRA FIN	BRL	2010	47 231	2015	90% - 98.6% do CDI	
ES Investment Pic	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE	EUR	2004	5 251	2017	100% - 116.5% do CDI	
ES Investment Pic	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015	EUR	2005	1 298	2015	Taxa Fixa + Indexada a CMS	
ES Investment Pic	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15	EUR	2005	239	2015	Range accrual	
ES Investment Pic	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	EUR	2005	1 265	2015	Range accrual	
ES Investment Pic	ESIP AG005 SEP35 CALLABLE INV FL	EUR	2005	10 393	2035	Taxa Fixa + Snowball h)	
ES Investment Pic	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015	EUR	2005	2 424	2015	Euribor 12 meses - i)	
ES Investment Pic	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017	a) EUR	2005	1 216	2017	Taxa Fixa + Snowball h)	
ES Investment Pic	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036	a) EUR	2005	17 361	2036	Taxa Fixa + Snowball h)	
ES Investment Pic	ESIP EUR12M+16 BP APR2016	a) EUR	2006	4 040	2016	Euribor 12M	
ES Investment Pic	ESIP MAY14 EQUITY BASKET LINKED	a) USD	2007	1 376	2014	j)	
ES Investment Pic	ESIP DEC2015 BASKET LINKED	a) EUR	2007	34	2015	Indexada a BBVA Credit Agricole e Fordis	
ES Investment Pic	ESIP BARCLAYS LKD ZC MAR2016	a) EUR	2008	543	2016	ZC + gi	
ES Investment Pic	ESIP BARCLAYS LKD 6.30% MAR2016	a) EUR	2008	147	2016	Taxa Fixa 6.30% + gj	
ES Investment Pic	ESIP APR2013 AEGON SHARE LKD	a) EUR	2008	2 869	2013	Indexada a AEGON	
ES Investment Pic	ESIP JUN2013 CARBON NOTES	a) EUR	2008	3 744	2013	an)	
ES Investment Pic	ESIP LACAIXA EUR3M+2% MAR2011	a) EUR	2009	7 428	2016	EURIBOR3M + 2% + g)	
ES Investment Pic	ESIP JUL2014 INFLATION LINKED	a) EUR	2009	1 452	2014	Indexada à inflação	
ES Investment Pic	ESIP FEB2020 EQL LINKED	a) EUR	2009	10	2020	ad)	
ES Investment Pic	ESIP CLN 5.45% OCT2014	a) EUR	2009	96	2014	g)	
ES Investment Pic	ESIP OCT2014 EQL	a) EUR	2009	965	2014	Indexada a Gazprom, Nokia e DU POINT	
ES Investment Pic	ESIP CMPOR CLN EUR3M DEC2014	a) EUR	2009	3 760	2014	g)	
ES Investment Pic	ESIP FTD IBERIA 5.95% DEC2014	a) EUR	2009	1 65	2014	g)	
ES Investment Pic	ESIP FTD IBERIA II 5.5% DEC2014	a) EUR	2009	3 667	2014	g)	
ES Investment Pic	ESIP USD FTD IBERIA 5.5% DEC2014	a) USD	2009	3 667	2014	g)	
ES Investment Pic	ESIP DEC2014 SXSE LINKED	a) EUR	2009	3 205	2014	g)	
ES Investment Pic	ESIP BRAZIL EQL LINKED	a) EUR	2009	3 540	2014	Indexada a DJ Eurostoxx 50	
ES Investment Pic	ESIP BSKT MERC EMERG EQL FEB2014	a) EUR	2010	2 694	2014	a)	
ES Investment Pic	ESIP WORST SOFT CMTD MAR2013	a) EUR	2010	1 210	2013	d)	
ES Investment Pic	ESIP DJ US REAL EST LKD MAR2015	a) EUR	2010	1 572	2015	k)	
ES Investment Pic	ESIP SOFT COMMODIT LKD APR2013	a) EUR	2010	2 102	2013	Indexado a Ishares DJ US Real State Index fund	
ES Investment Pic	ESIP USDEUR FX LKD MAY2015	a) EUR	2010	297	2015	o)	
ES Investment Pic	ESIP CRDAGRIL CL EUR6M+1.15 JUN15	a) EUR	2010	2 517	2015	Indexado a EUR/USD	
ES Investment Pic	ESIP EDP BCP PT LKD JUN2013	a) EUR	2010	1 359	2013	Euribor 6M ACT/360	
ES Investment Pic	ESIP FTD CRD LINKED JUN2015	a) EUR	2010	4 570	2015	v)	
ES Investment Pic	ESIP BRAZIL EQL MAY2016	a) EUR	2010	3 307	2016	ac)	
ES Investment Pic	ESIP SXSE MAY14 EQL	a) EUR	2010	1 729	2014	Indexada a Eurostoxx	
ES Investment Pic	ESIP JUN2013 BASKET LINKED	a) EUR	2010	3 674	2013	5.70% + af)	
ES Investment Pic	ESIP BES RENDIM CRD LKD JUN2013	a) EUR	2010	19 697	2013	ag)	
ES Investment Pic	ESIP TELECOM LKD JUL2013	a) EUR	2010	8 670	2013	ah)	
ES Investment Pic	ESIP BASKET LKD JUL2013	a) EUR	2010	3 799	2013	ai)	
ES Investment Pic	ESIP AUG15 RANGE ACCRUAL	a) EUR	2010	1 387	2014	aj)	
ES Investment Pic	ESIP AUG2013 EURUSD FX LINKED	a) EUR	2010	1 002	2013	Range accrual	
ES Investment Pic	ESIP SEP2013 CURRENCIES LINKED	a) EUR	2010	767	2013	Indexada a Câmbio	
ES Investment Pic	ESIP SEP15 DIGITAL	a) USD	2010	1 115	2015	ap)	
ES Investment Pic	ESIP JAN2011 DOW JONES INDUS LKD	a) EUR	2010	1 136	2013	Digital US Libor 3M	
ES Investment Pic	ESIP ASIA INDEX LKD SEP2014	a) EUR	2010	1 557	2014	Indexada a INDU	
ES Investment Pic	ESIP EDP PT CGD CRDLKD DEC2013	a) EUR	2010	6 966	2013	ab)	
ES Investment Pic	ESIP GOLD LKD OCT2013	a) EUR	2010	1 363	2013	v)	
ES Investment Pic	ESIP EDP CRDLKD DEC2013	a) EUR	2010	4 593	2013	Indexada ao Gold	
ES Investment Pic	ESIP NOV2013 SAN BBVA EQL LINKED	a) EUR	2010	1 664	2013	Euribor 6m + 3.5% + Indexada à EDP	
ES Investment Pic	ESIP NOV2013 SANTANDER LKD	a) EUR	2010	937	2013	Indexada ao BSCH e BBVA	
ES Investment Pic	ESIP SAN BBVA LINKED NOV2013	a) EUR	2010	2 152	2013	Indexada ao BSCH e BBVA	

(milhares de euros)

31.12.2012

Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
ES Investment Pic	ESIP DEC2013 SAN BBVA EQL LINKED	a)	EUR 2010	931	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ES Investment Pic	ESIP NOV2013 ASIA PACIF BSKT LKD	a)	EUR 2010	2 394	2013	u)
ES Investment Pic	ESIP NOV2013 AMERLATIN BSKT LKD	a)	EUR 2010	1 839	2013	ti
ES Investment Pic	ESIP DEC2015 CREDLINKED BSCH	a)	EUR 2011	1 570	2015	Indexada a BBVA, Credit Agricole e Fortis
ES Investment Pic	ESIP FEB15 SA EXPOSDIC AF-FRICA LKD	a)	EUR 2011	1 675	2014	b)
ES Investment Pic	ESIP EXPOSDIC EURUSD LKD FEB14	a)	EUR 2011	1 177	2016	c)
ES Investment Pic	ESIP DUAL5%+AFRICA LKD FEB15	a)	EUR 2011	1 216	2014	FX EUR/USD Linked
ES Investment Pic	ESIP 2 ANOS EURUSD LKD FEB15	a)	EUR 2011	1 158	2015	s)
ES Investment Pic	ESIP SXSE LKD FEB14	a)	EUR 2011	1 438	2013	FX EUR/USD Linked
ES Investment Pic	ESIP CLN EDP MAR2014	a)	EUR 2011	342	2014	Eurostoxx Linked
ES Investment Pic	ESIP WORST DIG COMM EQL MAR2013	a)	EUR 2011	10 820	2014	7% + CLN EDP
ES Investment Pic	ESIP MARI4 BES EURUSD LINKED	a)	EUR 2011	822	2013	e)
ES Investment Pic	ESIP APR2015 BES ENERGIA LINKED	a)	EUR 2011	1 498	2014	FX USD/EUR Linked
ES Investment Pic	ESIP MARI4 EURCHF LINKED	a)	EUR 2011	10 135	2015	Espirito Santo Rockefeller Global Linked
ES Investment Pic	ESIP CLN SANTANDER MAR2014	a)	EUR 2011	1 364	2014	FX EUR/CHF Linked
ES Investment Pic	ESIP EDP MAR2014 CLN	a)	EUR 2011	6 260	2014	6.35% + CLN BSCH SUB
ES Investment Pic	ESIP SXSE SPX LKD MAR2016	a)	EUR 2011	1 658	2016	6.5% + CLN EDP
ES Investment Pic	ESIP APR2015 BES ENERGIA LKD	a)	USD 2011	2 592	2015	Eurostoxx Linked
ES Investment Pic	ESIP MAR2014 TEF FTE LINKED	a)	EUR 2011	607	2014	Espirito Santo Rockefeller Global Linked
ES Investment Pic	ESIP APR2013 EURUSD LKD	a)	EUR 2011	8 020	2014	Telefonica e France Telecom Linked
ES Investment Pic	ESIP SXSE SPX LKD APR2014	a)	EUR 2011	2 459	2013	Health Care Select Sector SPDR Fund Linked
ES Investment Pic	ESIP HEALTH CARE LKD APR2014	a)	EUR 2011	2 388	2014	FX EUR/USD Linked
ES Investment Pic	ESIP TEF PT LKD ZGAFR2014	a)	EUR 2011	2 300	2014	SXSE e SPX Linked
ES Investment Pic	ESIP EDP CLN JUN2014	a)	EUR 2011	467	2014	f)
ES Investment Pic	ESIP STEF-UP APR2013	a)	EUR 2011	13 940	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ES Investment Pic	ESIP TEF PT LKD APR2014	a)	EUR 2011	1 204	2013	7% + CLN EDP
ES Investment Pic	ESIP EUR CLN JUN2014	a)	EUR 2011	462	2014	Fixed STEP-UP Rate
ES Investment Pic	ESIP BES MOMENTUM JUN2015	a)	EUR 2011	10 250	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ES Investment Pic	ESIP BSCH CLN JUN2014	a)	EUR 2011	6 737	2014	6.75% + CLN PT
ES Investment Pic	ESIP BES PROTECCAO JUN2014	a)	EUR 2011	6 183	2014	Espirito Santo Momentum Fund Linked
ES Investment Pic	ESIP BRASIL NOTES LKD MAY2011	a)	EUR 2011	52 823	2014	6.1% + CLN BSCH
ES Investment Pic	ESIP BES SANOS EPIC ENERGI JUN16	a)	EUR 2011	3 949	2016	m)
ES Investment Pic	ESIP PETROBRAS CLN JUN2014	a)	EUR 2011	3 049	2016	FX EUR/EUR Linked
ES Investment Pic	ESIP PT II CLN JUN2014	a)	USD 2011	2 284	2014	j)
ES Investment Pic	ESIP TEF PT JUN2014	a)	EUR 2011	8 170	2014	3-Month USD libor + 3.70% + CLN PETROBRAS
ES Investment Pic	ESIP JAN2013 BES BRASIL 18M	a)	EUR 2011	750	2014	7% + CLN PT
ES Investment Pic	ESIP SANTANDER CLN JUN2014	a)	EUR 2011	2 988	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ES Investment Pic	ESIP BES PROTECCAO II JUN2014	a)	EUR 2011	24 818	2014	EWZ Linked
ES Investment Pic	ESIP EUR PRICING POWER 3Y JUL14	a)	EUR 2011	1 916	2018	6.4% + CLN BSCH
ES Investment Pic	ESIP 2Y BULLISH CAB VS USD JUL13	a)	EUR 2011	1 451	2013	Inflation and Euribor 12M Linked
ES Investment Pic	ESIP ASCENDI CLN JUL2013	a)	EUR 2011	5 063	2013	i)
ES Investment Pic	ESIP SXSE JUL15 EQL	a)	EUR 2011	1 510	2015	FX linked
ES Investment Pic	ESIP AUG14 ES ROCKEFELLERGLD LKD	a)	EUR 2011	940	2014	7.25% + Ascendi CLN
ES Investment Pic	ESIP EARCLAYS CLN SEP2014	a)	EUR 2011	2 981	2014	Eurostoxx Linked
ES Investment Pic	ESIP AUG14 INFLATION LKD	a)	EUR 2011	41 261	2014	Espirito Santo Rockefeller Linked
ES Investment Pic	ESIP AUG2014 ALSMANHA EQL LINKED	a)	EUR 2011	513	2014	6% + Barclays CLN
ES Investment Pic	ESIP ESFP CLN JUL2013	a)	USD 2011	5 550	2013	Inflation Linked
ES Investment Pic	ESIP BRIL FX LINKED SEP2016	a)	EUR 2011	1 636	2016	q)
ES Investment Pic	ESIP SEP14 TRY LKD	a)	EUR 2011	1 594	2014	ESFP CLN
ES Investment Pic	ESIP BANCO POPULAR CLN SEP2014	a)	EUR 2011	3 391	2014	FX linked
ES Investment Pic	ESIP BCO POPULAR CLN SEP2014	a)	EUR 2011	1 798	2014	FX linked
ES Investment Pic	ESIP SEP2014 INFLATION+EURIBOR	a)	EUR 2011	29 076	2014	8.75% + POPULAR CLN
ES Investment Pic	ESIP SEP2014 PS120 EQL 4	a)	EUR 2011	2 926	2014	Inflation and Euribor 12M Linked
ES Investment Pic	ESIP DEC2013 BES4%GLOBAL LINKED	a)	EUR 2011	29 366	2015	PS120 Linked
ES Investment Pic	ESIP BCO POPULAR CRDLK SEP2014	a)	EUR 2011	7 755	2014	9.40% + Banco Popular CLN
ES Investment Pic	ESIP OCT2014 WORLD INVESTM EQL 3	a)	EUR 2011	1 835	2014	j)
ES Investment Pic	ESIP PT CLN DEC2014	a)	EUR 2011	22 569	2014	11% + PT CLN
ES Investment Pic	ESIP AUTOCALLABLE 2014	a)	EUR 2011	2 679	2014	af)
ES Investment Pic	ESIP TELECOM ITALIA CLN DEC2014	a)	EUR 2011	5 628	2014	7.25% + Telecom Italia CLN
ES Investment Pic	ESIP EDP USD CLN DEC2014	a)	USD 2011	1 613	2014	8.5% + EDP CLN
ES Investment Pic	ESIP AUTOCALL HIGH DIVD DEC2014	a)	EUR 2011	1 674	2014	i)
ES Investment Pic	ESIP WORLD INVESTMENT II DEC2014	a)	EUR 2011	4 862	2014	7.15% + Telefonica CLN
ES Investment Pic	ESIP TELEFONICA CLN DEC2014	a)	EUR 2011	25 643	2021	6% + Republica Portuguesa CLN
ES Investment Pic	ESIP PORTUGUESE REP CLN DEC2021	a)	EUR 2011	508	2018	au)
ES Investment Pic	ESIP UTILITIES SHS DEC2018	a)	EUR 2011	2 460	2018	n)
ES Investment Pic	ESIP UTILI FINANCIALS SHS DEC18	a)	EUR 2012	16 473	2013	7.75% + PT CLN
ES Investment Pic	ESIP PT CRDLK DEC2013	a)	EUR 2012	1 001	2015	EWZ Linked
ES Investment Pic	ESIP EWZ EQL JAN2015	a)	EUR 2012	1 993	2016	y)
ES Investment Pic	ESIP FEB15 EMP NORDICAS EQL	a)	EUR 2012	7 408	2014	av)
ES Investment Pic	ESIP AUG2014 CABAZ MOEDAS 12-14	a)	EUR 2012	754	2015	aw)
ES Investment Pic	ESIP CABAZMOEDAS VS EUR FEB15 FXL	a)	EUR 2012	1 437	2017	6.9% + EDP CLN
ES Investment Pic	ESIP EMPRES CHINESAS FEB2017 EQL	a)	EUR 2012	14 569	2014	EUR/USD Linked
ES Investment Pic	ESIP EDP MAR2014 CLN 2	a)	EUR 2012	1 037	2015	ax)
ES Investment Pic	ESIP TWIN WIN EURUSD MAR2015	a)	EUR 2012	1 619	2015	PS120 Linked
ES Investment Pic	ESIP PS120 LKD MAR2015	a)	EUR 2012	3 443	2015	ay)
ES Investment Pic	ESIP DUAL UPGRADO MAR2014	a)	EUR 2012	1 560	2014	ax)
ES Investment Pic	ESIP DIG CPN EURIBOR 3M MAR2015	a)	EUR 2012	1 685	2015	Digital EURIBOR 3M
ES Investment Pic	ESIP APR2019 RECOV BASKET LINKED	a)	EUR 2012	175	2019	az)
ES Investment Pic	ESIP BBVA LKD APR2013	a)	EUR 2012	2 472	2019	BBVA Linked
ES Investment Pic	ESIP APR2015 PS120 LINKED	a)	EUR 2012	1 334	2015	PS120 Linked
ES Investment Pic	ESIP APR2020 BES PROTECCAO LKD	a)	EUR 2012	340	2020	Inflation Linked
ES Investment Pic	ESIP BBVA LINKED APR2013	a)	EUR 2012	1 038	2013	BBVA Linked
ES Investment Pic	ESIP PT 3YR CREDIT LKD JUN15	a)	EUR 2012	10 613	2015	7.75% + PT CLN
ES Investment Pic	ESIP BBVA LKD MAY2013	a)	EUR 2012	1 075	2013	BBVA Linked
ES Investment Pic	ESIP PT 3YR CREDIT LINKED JUN15	a)	EUR 2012	14 482	2015	7.75% + PT CLN
ES Investment Pic	ESIP BES TECNOLOGIA JUN2015 EQL	a)	EUR 2012	4 791	2015	ba)
ES Investment Pic	ESIP SANTANDER JUN2015	a)	EUR 2012	779	2015	BSCH Linked
ES Investment Pic	ESIP EXPOSDIC PETROLEO JUN2015	a)	EUR 2012	565	2015	Brent Linked
ES Investment Pic	ESIP BES EXPOS PETROLEO JUN15 EQL	a)	EUR 2012	2 278	2015	Brent Linked
ES Investment Pic	ESIP RECOV BSKT LINKED JUN2019	a)	EUR 2012	758	2019	bb)
ES Investment Pic	ESIP EDP 3YR CREDIT LINKED JUN15	a)	EUR 2012	15 853	2015	8% + EDP CLN
ES Investment Pic	ESIP SANTANDER JUL15 EQL	a)	EUR 2012	606	2015	BSCH Linked
ES Investment Pic	ESIP SXSE JUN15 EQL	a)	EUR 2012	60	2015	SXSE Linked
ES Investment Pic	ESIP EQUITY LKD AUG2016	a)	EUR 2012	3 740	2016	i)
ES Investment Pic	ESIP EDP 3YR II CREDIT LKD JUN15	a)	EUR 2012	13 058	2015	8% + EDP CLN
ES Investment Pic	ESIP JUL15 EQL	a)	EUR 2012	839	2015	SPX500 Linked
ES Investment Pic	ESIP TELECOM ITALIA CLN SEP2015	a)	EUR 2012	4 754	2015	7% + TELECOM ITALIA CLN

31.12.2012							(milhares de euros)
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de Juro	
ES Investment Plc	ESIP E-COMMERCE EQTY LKD AUG2016	a)	EUR	2012	4 545	2016	
ES Investment Plc	ESIP PT TELECO CLN SEP2015	a)	EUR	2012	6 751	2015	ak)
ES Investment Plc	ESIP SEP2015 EDP LKD	a)	USD	2012	1 602	2015	7% + PT CLN
ES Investment Plc	ESIP SEP2015 CRESCHM IMOBILI LKD	a)	EUR	2012	3 475	2015	7.45% + EDP CLN
ES Investment Plc	ESIP EDP CLN SEP2015	a)	EUR	2012	8 369	2015	11% Linked
ES Investment Plc	ESIP BRIL EQL SEP2017	a)	EUR	2012	3 306	2017	6.25% + EDP CLN
ES Investment Plc	ESIP BES EXP COMMOD AGRICOL EQL 4	a)	EUR	2012	8 900	2014	EUR/BRIL Linked
ES Investment Plc	ESIP COMMOD AGRICOL EQL5 OCT2015	a)	EUR	2012	4 665	2015	bj)
ES Investment Plc	ESIP BASKET LINKED OCT2019	a)	EUR	2012	399	2019	k)
ES Investment Plc	ESIP BRAZILIAN NOTES IV OCT2017	a)	EUR	2012	1 665	2017	am)
ES Investment Plc	ESIP IBERIA NOV2015	a)	EUR	2012	2 206	2015	EUR/BRIL Linked
ES Investment Plc	ESIP TURKISH LIRA EQL6 OCT2015	a)	EUR	2012	1 547	2015	IBEX+PSI20 Linked
ES Investment Plc	ESIP NOV2013 BARCLAYS LKD	a)	EUR	2012	1 282	2019	EUR/TRY Linked
ES Investment Plc	ESIP COMMODITIES NOV2015	a)	EUR	2012	1 092	2013	REP e BSCH Linked
ES Investment Plc	ESIP SXSE AUTOCALL NOV2015	a)	EUR	2012	4 021	2013	Barclays Linked
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 CRDLK EUR FTD TELE	a)	EUR	2012	2 366	2015	bx)
ES Investment Plc	ESIP DEC2012 BASKET FTD	a)	EUR	2012	13 977	2015	by)
ES Investment Plc	ESIP DEC2016 AUTOCALL BRASIL	a)	EUR	2012	1 497	2015	bz)
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 SX7P LINKED	a)	EUR	2012	6 881	2016	ca)
ES Investment Plc	ESIP DEC2017 EDP PT TELITAL LK	a)	EUR	2012	9 340	2015	SX7P Linked
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 CRDLK EDP	a)	EUR	2012	1 934	2017	cb)
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 CRDLK EDP PT	a)	EUR	2012	996	2015	cc)
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 CRDLK EDP PT TLCM	a)	EUR	2012	3 832	2015	5.25% + EDP CLN
ES Investment Plc	ESIP DEC2017 RENAULT PT LINKED	a)	EUR	2012	1 873	2017	6.50% + EDP PT CLN
BESIL	BESIL STEP UP 09/02/13		EUR	2003	1 852	2013	bd)
BESIL	BESIL STEP UP 10/07/13		EUR	2003	1 766	2013	be)
ESPLC	BES0513_23E BESESPCL23/05/2013		EUR	2012	29 822	2013	bf)
ESPLC	BES0113_44E BESESPCL1/01/2013		EUR	2012	25 247	2013	cg)
ESPLC	BES0113_50E BESESPCL04/01/2013		EUR	2012	150 266	2013	6.65% + RENAULT PT CLN
ESPLC	BES0113_51E BESESPCL08/01/2013		EUR	2012	130 222	2013	Taxa fixa - 6.44%
ESPLC	BES0113_52E BESESPCL07/01/2013		EUR	2012	20 111	2013	Taxa fixa - 6.44%
ESPLC	BES0113_54E BESESPCL14/02/2013		EUR	2012	123 100	2013	Taxa fixa 1.764%
ESPLC	BES0113_55E BESESPCL15/02/2013		EUR	2012	127 101	2013	Taxa fixa 3.2%
ESPLC	BES0113_56E BESESPCL25/02/2013		EUR	2012	120 077	2013	Taxa fixa 0.75%
ESPLC	BES0113_53E BESESPCL06/11/2013		USD	2012	77 474	2013	Taxa fixa 3.5%
ESPLC	BES0313_59E BESESPCL11/03/2013		EUR	2012	160 047	2013	Taxa fixa 0.70%
ESPLC	BES0313_60E BESESPCL15/03/2013		EUR	2012	140 035	2013	Taxa fixa 0.70%
Lustiano Mortgage nº 6	Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes		EUR	2007	520 802	2060	Taxa fixa 0.70%
Lustiano Mortgage nº 6	Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes		EUR	2007	6 501	2060	Euribor + 0.20%
Lustiano Mortgage nº 6	Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes		EUR	2007	10 903	2060	Euribor + 0.30%
Lustiano SME nº 1	Class A asset backed floating rate notes		EUR	2006	100 590	2028	Euribor + 0.45%
Lustiano SME nº 1	Class B asset backed guaranteed floating rate notes		EUR	2006	35 841	2028	Euribor + 0.15%
Lustiano SME nº 1	Class C asset backed floating rate notes		EUR	2006	29 980	2028	Euribor + 0.05%
					15 424 061		Euribor + 2.20%

- ai) emissões com derivativos embutidos ou ao fair value option
- aj) Indexado a Cabaz de Ações Petrobras, Companhia Siderurgica Nacional, Vale SA, Itau Unibanco e Banco Bradesco
- ak) Indexado a Cabaz de Index MSCI Daily TR Net Emerging Markets Egypt USD e FTSE/JSE Africa TOP40
- al) Indexado a Cabz de Ações Ericsson, Komatsu, Santander, Sanofi-Aventis e ABG LTD.
- am) Indexado a Cabaz de Commodities sobre Copper, Oil, Sugar, e Gold
- an) Indexado a Cabaz de Ações de Gilead sciences, Celgene corp, Mylan Inc, Teva Pharmaceutical Ind Ltd e Amgen Inc
- ao) Indexado a risco de crédito
- ap) Indexado a cupão anterior + spread - Euribor
- aq) Indexado a reverse floater
- ar) Indexado a Cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225
- as) Indexado a Cabaz de Commodities Corn, Wheat e Soybean
- at) Indexado a Cabaz de Ações de Vodafone, Sanofi, Novartis e McDonald's
- au) 4% + Indexado a Eurostat Consumer Price Index (CPI) (excl. Tobacco) for the Eurozone
- av) Indexado a Cabaz de Ações Telefonica, Santander, Deutsche Bank e Deutsche Telecom
- aw) Indexado a Cabaz de Commodities Corn, Wheat e Sugar
- ax) Indexado a Cabaz composto pelas Ações BBVA e BSCH
- ay) Indexado a Cabaz de Ações Daimler, DB, E.ON
- az) Indexado a Cabaz de Ações de Philips, Siemens, Iberdrola e Veolia
- ba) 5% + Indexado a Cabaz de Index MSCI Daily TR Net Emerging Markets Egypt USD e FTSE/JSE Africa TOP40
- bb) Indexado a Cabaz de Índices MSCI Brasil, Chile e Mexico
- bc) Indexado a Cabaz de Índices HSCEI, MSCI India, KOSPI200 e SP ASX500
- bd) Indexado a Crédito EDP, PT e CGO
- be) Indexado a Cabaz de Ações EDP, BCP e PT
- bf) Indexado a Crédito (First to default) sobre Santander, PT INT FIN, EDP e Brisa
- bg) Indexado a Cabaz de Ações Telemor, Aker Solutions, Teie2 e Volvo.
- bh) Indexado a Cabaz de Ações Oracle, SAP, Caterpillar, Komatsu, BHP Billiton, Mitsubishi
- bi) Indexado a Cabaz de Ações BBVA, REPSOL e ENEL
- bj) Indexado a Cabaz de Índices HSCEI, MSCI India, MSCI Taiwan e SP ASX200
- bk) Indexado a Cabaz de Ações Petrobras, Gerdaul, Vale, Itau Unibanco e Banco Bradesco
- bl) Indexado a Cabaz de Ações France Telecom e Deutsche Telekom
- bm) Indexado a Cabaz de Índices Eurostoxx, SP500, Nasdaq100 e iShare MSCI Brazil Fund
- bn) Indexado a Crédito Brisa, EDP, PT e Credit Agricole
- bo) Indexado a Crédito PT, EDP e Brisa
- bp) Indexado a Cabaz de Ações Telefonica, Deutsche Telecom e Vodafone
- bq) Indexado a Cabaz de Ações Louis Vuitton, Nokia, Bayer e E.ON
- br) Indexado a Cabaz composto pelos índices Eurostoxx50, SP500, Nasdaq100 e EWZ
- bs) Indexado a Cabaz de Ações Amazon, Ebay, FedEx e United Parcel Services
- bt) Indexado a Cabaz de Ações Petrobras, Companhia Siderurgica Nacional, Itau Unibanco e Banco Bradesco
- bu) Indexado a Cabaz de Ações Nestle, Roche, Deutsche Telecom e Societe Generale
- bv) Indexado a Cabaz de Ações Petroleo Brasileiro, Banco Bradesco, Companhia Vale Rio Doce
- bw) Indexado a Cabaz composto pelo índices TOPIX, HANG SENG, HSCEI, NIFTY, KOSPI2 e MSCI Singapore
- bx) Indexado a Cabaz de moedas EUR/AUD, EUR/CAD, EUR/NZD, EUR/INR
- by) 4%+ Barclays Capital Armour EUR 7% Index
- bz) Indexado a Cabaz de Ações Ampav, TAM, Brasil Foods, Itau Unibanco, Gerdaul e Cia Energética de Minas Gerais
- ca) Indexado a Cabaz de Ações Telefonica, Banco Santander, BBVA e Banco Popular.
- cb) Indexado a Cabaz de Ações Vodafone Group PLC, Sanofi, Novartis AG e MacDonald's Corp.
- cc) Indexado a Cabaz de Ações Telefonica, Iberdrola, ENI spa e Deutsche Telecom.
- cd) Indexado a Cabaz de Moedas: EUR/USD; EUR/NOK e EUR/SEK
- ce) Indexado a Cabaz de Ações China Life Insurance Co, Petrochina Co e China Mobile LTD
- cf) Indexado a Cabaz de Ações Anglo American, Cie Financiere Richemont, Porsche, Pernod Ricard, LVMH Moët Hennessy,
- cg) Indexado a Cabaz de Ações FedEx, Macy's, Harley Davidson, Red Hat e Swiss RE
- ch) Indexado a Cabaz de Ações Telefonica, BNP Paribas, Vodafone Group PLC e E.ON
- ci) Indexado a Cabaz de Ações HTC, Panasonic e Samsung
- cj) Indexado a Cabaz de Ações Telefonica, Repsol, Santander e France Telecom
- ck) Indexado a Cabaz de Commodities Copper, Gold e Palladium
- cl) Indexado a Crédito Portugal Telecom, Telefonica e Telecom Italia
- cm) Indexado a Crédito Gas Natural, Renault e Telecom Italia
- cn) Indexado a Cabaz de Ações Petroleo Brasileiro, Companhia Vale Rio Doce, Itau Unibanco e BRF Brasil Foods SA
- co) Indexado a Crédito Portugal Telecom, EDP e Telecom Italia

## NOTA 39 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O detalhe dos passivos relativos a contratos de investimento apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Contratos de taxa fixa	1 298 933	-
Contratos de seguro em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	2 114 630	-
	3 413 563	-

O saldo desta rubrica, no exercício de 2012, decorre da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

O movimento na rubrica de contratos de investimento de taxa fixa durante o exercício de 2012 foi como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	-	-
Alteração no perímetro de consolidação	376 975	-
Novos contratos/ reforços	1 016 704	-
Benefícios pagos	( 144 049)	-
Juro técnico do exercício	49 303	-
Saldo no fim do exercício	1 298 933	-

O movimento na rubrica de contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro durante o exercício de 2012 foi como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	-	-
Alteração no perímetro de consolidação	1 868 167	-
Novos contratos/ reforços	253 300	-
Benefícios pagos	( 193 124)	-
Resultado técnico	186 287	-
Saldo no fim do exercício	2 114 630	-

## NOTA 40 – PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	190 450	214 706
Alteração no perímetro de consolidação	16 945	-
Reforços / (reposições)	56 978	6 860
Utilizações	( 17 954)	( 35 678)
Diferenças de câmbio e outras	( 9 469)	4 562
<b>Saldo final</b>	<b>236 950</b>	<b>190 450</b>

O saldo desta rubrica, cujo valor ascende a 236 950 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 190 450 milhares de euros), visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da atividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de ações do Banco Boavista Interatlântico, por ações do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Grupo constituiu provisões no valor de 60,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 61,4 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Grupo. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem em 31 de dezembro de 2012 a cerca de 67,7 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 22,5 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais para cujas contingências o Grupo mantém provisões de 36,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 36,0 milhões de euros);
- O valor remanescente, de 72,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 70,6 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da atividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

## NOTA 41 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e no que respeita às entidades do Grupo abrangidas pela legislação fiscal portuguesa, foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional até 5% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis acima dos 10 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012).

Adicionalmente, para efeitos do cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi tomado em consideração o Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social e que, conjugado com o artigo 183.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de capital próprio;
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (16 anos no caso do BES), a partir do exercício que se inicia em 1 de janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de resultados.

Os impostos diferidos ativos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios atuariais são pois recuperáveis nos prazos de 10 e 16 anos, via rubricas de capital próprio e via rubricas de resultados, respetivamente.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5% de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Em termos de imposto corrente relativo ao exercício de 2011, a Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira beneficiava, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de uma isenção de IRC até 31 de dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da atividade global do Banco era resultante de atividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), se aplica apenas aos exercícios de 2012 e de 2013 e não se estima que nesses exercícios ocorra a reversão de diferenças temporárias com impacto líquido significativo, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2012. Assim, para os exercícios em causa, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 29%, resultante do somatório das taxas de IRC (25%), Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (2,5%) acima referidas. O imposto diferido ativo relativo aos prejuízos fiscais foi apurado com base na taxa de IRC de 25%.

As declarações de autoliquidação do IRC do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os impostos sobre os lucros das entidades do Grupo localizadas no estrangeiro observam a legislação fiscal prevalecente nos respetivos países onde operam.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:



(milhares de euros)

	Ativo		Passivo		Líquido	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos financeiros	74 257	111 815	(106 717)	(95 910)	(32 460)	15 905
Imparidade de crédito a clientes	402 750	333 721	-	-	402 750	333 721
Outros ativos tangíveis	271	285	(8 901)	(9 068)	(8 630)	(8 783)
Ativos intangíveis	102	102	-	-	102	102
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(163 986)	(54 572)	(163 986)	(54 572)
Provisões	54 356	33 357	-	-	54 356	33 357
Pensões	257 901	290 150	(35 507)	(39 825)	222 394	250 325
Prémios de antiguidade	7 726	8 185	-	-	7 726	8 185
Débitos representados por títulos	-	204	(1 010)	-	(1 010)	204
Outros	16 815	7 645	(4 117)	(2 052)	12 698	5 593
Prejuízos fiscais reportáveis	80 654	17 587	296	-	80 950	17 587
<b>Imposto diferido ativo/(passivo)</b>	<b>894 832</b>	<b>803 051</b>	<b>(319 942)</b>	<b>(201 427)</b>	<b>574 890</b>	<b>601 624</b>
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(165 927)	(90 894)	165 927	90 894	-	-
<b>Imposto diferido ativo/(passivo) líquido</b>	<b>728 905</b>	<b>712 157</b>	<b>(154 015)</b>	<b>(110 533)</b>	<b>574 890</b>	<b>601 624</b>

O Grupo avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis.

O Grupo não reconhece imposto diferido ativo em relação a prejuízos fiscais reportáveis incorridos por certas subsidiárias por não ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados num futuro próximo. Um detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais não foi reconhecido imposto diferido ativo apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

Ano limite para a dedução	Prejuízos fiscais reportáveis à data de	
	31.12.2012	31.12.2011
2011	-	6 235
2012	1 155	1 155
2013	826	826
2014	-	58 216
	<b>1 981</b>	<b>66 432</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
<b>Saldo inicial</b>	<b>601 624</b>	<b>425 026</b>
Reconhecido em resultados	52 434	133 666
Reconhecido em reservas de justo valor <sup>(1)</sup>	(56 617)	74 738
Reconhecido em reservas - outro rendimento integral	9 882	(15 551)
Reconhecido em outras reservas	(30 280)	(29 189)
Entrada no perímetro de consolidação	(291)	-
Variação cambial e outros	(1 862)	12 934
<b>Saldo final (Ativo / (Passivo))</b>	<b>574 890</b>	<b>601 624</b>

<sup>(1)</sup> Em 31 de dezembro de 2011 o valor reconhecido na demonstração consolidada do rendimento integral inclui adicionalmente o imposto diferido reconhecido nas reservas de justo valor de empresas associadas no montante de 5 512 milhares de euros de custos.

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2012 e 2011 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	( 16 371)	60 205	8 959	( 74 738)
Imparidade de crédito a clientes	( 69 029)	-	( 81 141)	-
Outros ativos tangíveis	( 153)	-	( 456)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	81 689	( 3 528)	( 17 523)	2 712
Provisões	( 20 343)	-	289	-
Pensões	4 005	( 6 354)	( 22 680)	12 839
SAMS	-	-	202	-
Prémios de antiguidade	459	-	( 33)	-
Débitos representados por títulos	1 214	-	( 2 8 018)	-
Outros	( 1 633)	-	4 830	1 083
Prejuízos fiscais reportáveis	( 32 272)	26 692	1 905	28 106
Imposto Diferido	<u>( 52 434)</u>	<u>77 015</u>	<u>( 133 666)</u>	<u>( 29 998)</u>
Impostos Correntes	135 350	( 15 857)	72 147	4 497
<b>Total do imposto reconhecido (proveito) / custo</b>	<b>82 916</b>	<b>61 158</b>	<b>( 61 519)</b>	<b>( 25 501)</b>

O imposto corrente reconhecido em reservas no exercício de 2012 inclui, nomeadamente, um crédito de imposto de 5 553 milhares de euros que traduz, em termos de Derramas Estadual e Municipal, o impacto do regime fiscal das pensões de reforma previsto no artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro e um crédito de imposto de 7 773 milhares de euros que traduz, em termos de IRC, o impacto associado à existência de variações patrimoniais negativas (sobretudo relacionadas com as responsabilidades com pensões de reforma).

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2012		31.12.2011	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>202 752</b>		<b>( 57 723)</b>
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário		27 910		30 489
<b>Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto</b>		<b>230 662</b>		<b>( 27 234)</b>
Taxa de imposto do BES	31,5		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BES		72 659		( 7 898)
Dividendos excluídos de tributação	(5,3)	( 12 147)	...	( 36 677)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(14,1)	( 32 449)	...	( 82 728)
(Mais)/Menos valias fiscais <i>versus</i> contabilísticas	27,7	63 887	...	58 886
Apropriação do <i>equity</i> de associadas	(1,0)	( 2 410)	(6,9)	1 879
Custos não dedutíveis	8,8	20 375	...	39 410
Alteração de estimativas	(26,0)	( 59 968)	...	( 27 678)
Efeito das perdas não dedutíveis decorrentes da aquisição de subsidiárias	14,4	33 230	...	-
Outros	(0,1)	( 261)	24,6	( 6 713)
	...	<b>82 916</b>	...	<b>( 61 519)</b>

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Setor Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi prorrogado pela Lei nº64-B/2011, de

30 de dezembro. A 31 de dezembro de 2012 o Grupo reconheceu como custo do exercício o valor de 27,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 30,5 milhões de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos diretos e indiretos (ver Nota 14).

## NOTA 42 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos Subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações	774 473	815 019
Obrigações perpétuas	65 343	146 216
	<b>839 816</b>	<b>961 235</b>

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

		(milhares de euros)					
		31.12.2012					
Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	30 843	23 642	Euribor 3M + 2,83%	2013 a)
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2004	95 767	20 439	4,50%	2015 a)
BES Finance	Obrigações subordinadas	EUR	2008	20 000	20 169	Euribor 3M + 1%	2018
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	1 683	1 888	1,30%	2013
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2007	21 134	20 349	1,30%	2014
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	10 099	11 628	1,30%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2005	60 000	16 885	5,33%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2003	10 000	263	5,50%	2033
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2004	25 000	22 594	Euribor 6M + 1,25%	2014
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	41 550	3 548	Euribor 3M + 1%	2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	638 450	595 214	Euribor 3M + 8,5%	2019
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	50 300	50 050	Euribor 3M + 1,05%	2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2011	8 174	8 234	Taxa fixa 10%	2021
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2002	45 000	23 651	Euribor 3M + 2,20%	2022
BES Vida	Obrigações subordinadas	EUR	2002	45 000	21 262	Euribor 3M + 2,50%	2013 a)
BES Vida	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	45 000	21 262	Euribor 3M + 2,50%	2013 a)
				<b>1 102 700</b>	<b>839 816</b>		

a) Data da próxima *call option*

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 nos passivos subordinados foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Saldo em 31.12.2011	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos (a)	Saldo em 31.12.2012
Obrigações	815 019	(9 547)	(57 323)	26 324	774 473
Obrigações perpétuas	146 216	-	(103 599)	22 726	65 343
	<b>961 235</b>	<b>(9 547)</b>	<b>(160 922)</b>	<b>49 050</b>	<b>839 816</b>

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor, variação cambial e o montante de 48 605 milhares de euros resultantes da integração da BES Vida.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecido em resultados. Na sequência das compras efetuadas no exercício de 2012, o Grupo reconheceu um ganho de 39,6 milhões de euros (exercício de 2011: 315,4 milhões de euros) (ver Notas 14 e 38).

## NOTA 43 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Credores e outros recursos</b>		
Setor público administrativo	135 693	172 523
Contas caução	173 955	112 543
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	89 357	87 439
Credores por fornecimento de bens	49 619	50 306
Credores por contratos de <i>factoring</i>	3 509	2 770
Credores por operações de seguros	2 040	-
Outros credores	228 052	211 647
	<u>682 225</u>	<u>637 228</u>
<b>Custos a pagar</b>		
Prémios de antiguidade (ver Nota 16)	28 691	27 477
Outros custos a pagar	127 430	165 924
	<u>156 121</u>	<u>193 401</u>
<b>Receitas com proveito diferido</b>	22 267	36 829
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	92 363	315 181
Operações cambiais a liquidar	19 999	23 947
Outras operações a regularizar	172 627	114 437
	<u>284 989</u>	<u>453 565</u>
	<u>1 145 602</u>	<u>1 321 023</u>

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

## NOTA 44 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, ACÇÕES PRÓPRIAS E ACÇÕES PREFERENCIAIS

### *Ações ordinárias*

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social do Banco, no valor de 5 040 124 063,26 euros, encontrava-se representado por 4 017 928 471 ações ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes acionistas, dos quais se destacam (participações diretas):

	% Capital	
	31.12.2012	31.12.2011
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,29%	35,00%
<i>Credit Agricole, S.A.</i>	10,81%	8,63%
Bradport, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup>	4,83%	4,83%
<i>Silchester International Investors Limited</i>	5,76%	5,67%
Espírito Santo Financial Group, S.A.	0,74%	2,27%
PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. <sup>(2)</sup>	2,09%	2,09%
Outros	40,48%	41,51%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto

(2) Empresa dominada integral e indirectamente por Portugal Telecom, SGPS, SA

Durante o mês de maio de 2012 o Banco Espírito Santo procedeu a um aumento do capital social no valor de 1 009 891 912,86 euros, totalmente realizado por entradas em dinheiro pelo preço de €0,395 por ação, a que correspondeu a emissão de 2 556 688 387 novas ações ordinárias. As novas ações são fungíveis com as demais ações e conferem aos seus titulares os mesmos direitos que as demais ações existentes antes do aumento de capital. O aumento de capital não promoveu alterações relevantes na estrutura de acionistas de referência do BES.

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital através do lançamento de uma oferta de troca (OPT) sobre valores mobiliários emitidos pelo Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo de Investimento e *BES Finance*. Em resultado da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários, que decorreu durante o mês de novembro de 2011, foram emitidas 294 573 418 novas ações ordinárias do BES a €1,80 por ação e 81 736 obrigações de caixa subordinadas de valor nominal de €100 cada:

Emitente	Natureza	Valor Nominal objecto de aceitação nas Ofertas	Contrapartida	
			Nº Ações BES emitidas	Nº Obrigações de Caixa emitidas
BES	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 238.400.000	128.527.730	70.400
		USD 2 727 000	992.857	1.918
BES INVESTIMENTO	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 46.269.000	25.180.367	9.418
BES FINANCE	<i>Undated Subordinated Notes</i>	€ 184.214.000	72.960.255	não aplicável
	<i>Non-cumulative guaranteed step-up preference shares series A</i>	€ 197.446.000	66.912.209	não aplicável
TOTAL		€ 668.308.530	294.573.418	81.736

O impacto da operação de troca nos Capitais próprios do Grupo em 2011 apresenta-se como segue:

	(milhões de euros)
Capital	530
Prémios de emissão	( 4)
Ações preferenciais	( 197)
Outros instrumentos de capital	( 240)
Outras reservas e resultados transitados	55
Resultado do exercício	38
Interesses que não controlam	( 46)
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>136</b>

### ***Ações preferenciais***

A BES Finance, subsidiária do Grupo BES, emitiu 450 milhares de ações preferenciais sem direito a voto, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo em julho de 2003. Em março de 2004 foram adicionalmente emitidas 150 milhares de ações preferenciais, formando uma única emissão com as ações emitidas anteriormente, no valor total de 600 milhões de euros. Estas ações têm um valor nominal de €1 000 e são remíveis por opção do emitente na sua totalidade, mas não parcialmente, em 2 de julho de 2014, pelo seu valor nominal, mediante a aprovação prévia do BES e do Banco de Portugal. Durante o exercício de 2011 o Grupo adquiriu 388 milhares de ações preferenciais emitidas pela BES Finance, sendo que 197 milhares dessas ações foram adquiridas no âmbito da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários anteriormente referida. O Grupo registou nesse ano uma mais-valia líquida de imposto no valor de 105,6 milhões de euros reconhecida em Outras reservas. Durante o exercício de 2012 o Grupo adquiriu 19 milhares de ações preferenciais, tendo registado uma mais-valia líquida de imposto no valor de 4,5 milhões de euros reconhecida em Outras reservas. Em 31 de dezembro de 2012 havia 193 milhares de ações preferenciais em circulação com um valor em balanço de 193,3 milhões de euros.

Estas ações preferenciais têm um dividendo preferencial não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração da emitente, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 5,58% sobre o valor nominal, pago anualmente, em 2 de julho de cada ano, com início em 2 de julho de 2004 e fim a 2 de julho de 2014.

Caso a emitente não proceda à remição das ações preferenciais a 2 de julho de 2014, o dividendo preferencial, se e quando declarado, passará a ser calculado à taxa Euribor a três meses acrescida de 2,65%, com os pagamentos a ocorrerem em 2 de janeiro, 2 de abril, 2 de julho e 2 de outubro de cada ano.

O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das ações são garantidos pelo BES até ao limite dos dividendos que tenham sido previamente declarados pelo Conselho de Administração da emitente.

Estas ações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer ações preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

### **Prémios de emissão**

Em 31 de dezembro de 2012, os prémios de emissão totalizavam 1 069 517 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos acionistas nos aumentos de capital.

### **Outros instrumentos de capital**

O Grupo emitiu no exercício de 2010, obrigações perpétuas subordinadas no montante global de 320 milhões de euros, com juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Deste valor, 270 milhões de euros foram emitidos pelo BES e 50 milhões de euros pelo BESI.

Em resultado da oferta de troca sobre valores mobiliários, realizada em 2011, os Outros Instrumentos de Capital emitidos pelo BES foram reduzidos em 240 448 milhares de euros e os emitidos pelo BESI, registados na rubrica de Interesses que não controlam, foram reduzidos em 46 269 milhares de euros.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e do BESI e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelos respetivos emitentes. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

As características das emissões são as seguintes:

							(milhares de euros)
Emitente	Data de emissão	Moeda	Valor de balanço	Taxa de juro	Pagamento de cupão	Possibilidade de reembolso <sup>(2)</sup>	
BES	Dez/10	EUR	26.217	8,50%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15	
BES	Dez/10	USD	3.078	8,00%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15	
			<b>29.295</b>				
BESI <sup>(1)</sup>	Out/10	EUR	3.681	8,50%	20/Abr e 20/Out	A partir de Out/15	
			<b>32.976</b>				

<sup>(1)</sup> A emissão do BESI integra a rubrica de Interesses que não controlam do balanço (ver Nota 45)

<sup>(2)</sup> O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, por opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal

Durante o exercício de 2012, o Grupo efetuou pagamento de rendimentos no montante de 2 809 milhares de euros, os quais foram registados como uma dedução a reservas.

### ***Ações próprias***

Durante o exercício de 2011, o BES adquiriu ações próprias no âmbito do PRVIF (ver Nota 16). Em 27 de janeiro de 2012, o BES alienou 67 184 ações próprias, fora de bolsa, na sequência da reforma de dois administradores a quem tinha sido atribuído um lote de 33 592 ações relativo à distribuição de resultados de 2010, de acordo com o Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF) aprovado em Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 e na sequência da proposta do Conselho de Administração sobre aquisição e alienação de ações próprias aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2011.

O movimento ocorrido nas ações próprias foi como segue:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Nº de ações	Valor (milhares de euros)	Nº de ações	Valor (milhares de euros)
<b>Transações no âmbito do PRVIF</b>				
Saldo no início do exercício	342 475	997	-	-
Ações adquiridas <sup>(1)</sup>	-	-	342 475	997
Ações alienadas <sup>(2)</sup>	67 184	( 196)	-	-
	<u>275 291</u>	<u>801</u>	<u>342 475</u>	<u>997</u>
<b>Outras Transações</b>				
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação <sup>(3)</sup>	68 333 226	43 515	-	-
Ações adquiridas <sup>(4)</sup>	11 268 161	5 409	-	-
Ações alienadas <sup>(4)</sup>	69 488 622	( 42 734)	-	-
	<u>10 112 765</u>	<u>6 190</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Saldo no final do período/exercício</b>	<b>10 388 056</b>	<b>6 991</b>	<b>342 475</b>	<b>997</b>

<sup>(1)</sup> Ações adquiridas no âmbito do PRVIF, ao preço de 2,909 euros por ação

<sup>(2)</sup> Ações alienadas ao preço de 1,315 euros por ação no âmbito do PRVIF em janeiro de 2012

<sup>(3)</sup> Respeita a ações do BES na carteira da BES Vida, na sequência da aquisição de controlo em maio de 2012

<sup>(4)</sup> Ações adquiridas/alienadas que passaram a integrar e/ou deixaram de fazer parte da carteira da BES Vida

## **NOTA 45 – RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM**

### ***Reserva legal***

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao setor bancário (Artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras aprovado pelo Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.



### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos-valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses que não controlam.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outro Rendimento Integral, Outras Reservas e Resultados Transitados					Total
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Reservas por Impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Desvios atuariais (Valor líquido de imposto)	Diferenças Cambiais (Valor líquido de imposto)	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reportado)</b>	(11 291)	1 711	(9 580)	-	480	59 000	919 068	978 548	968 968
Alteração de política contabilística	-	-	-	(670 882)	-	-	-	(670 882)	(670 882)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reexpresso)</b>	(11 291)	1 711	(9 580)	(670 882)	480	59 000	919 068	307 666	298 086
Mais valia com ações preferenciais (a)	-	-	-	-	-	-	105 648	105 648	105 648
Desvios atuariais	-	-	-	29 567	-	-	-	29 567	29 567
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(15 478)	(15 478)	(15 478)
Dividendos de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	(25 717)	(25 717)	(25 717)
Alterações de justo valor	(504 536)	68 941	(435 595)	-	-	-	-	-	(435 595)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(388)	-	-	(388)	(388)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	26 000	383 946	409 946	409 946
Compra e venda de subsidiárias	-	-	-	-	-	-	3 630	3 630	3 630
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(8 053)	(8 053)	(8 053)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	(1 176)	(1 176)	(1 176)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	(515 827)	70 652	(445 175)	(641 315)	92	85 000	1 361 868	805 645	360 470
Mais valia com ações preferenciais (a)	-	-	-	-	-	-	4 478	4 478	4 478
Desvios atuariais	-	-	-	(173 171)	-	-	-	(173 171)	(173 171)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(1 864)	(1 864)	(1 864)
Dividendos de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	(6 137)	(6 137)	(6 137)
Alterações de justo valor	747 463	(131 438)	616 025	-	-	-	-	-	616 025
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(36 939)	-	-	(36 939)	(36 939)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(108 758)	(108 758)	(108 758)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(9 800)	(9 800)	(9 800)
Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	497	497	497
Outras variações	-	-	-	-	-	-	(2 837)	(2 837)	(2 837)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	231 636	(60 786)	170 850	(814 486)	(36 847)	85 000	1 237 447	471 114	641 964

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	10 758 099	12 037 835
Imparidade acumulada reconhecida	(237 967)	(168 282)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	10 520 132	11 869 553
Valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	10 755 310	11 482 866
Ganhos / (perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	235 178	(386 687)
Reservas de justo valor associadas a ativos transferidos para Investimentos detidos até à maturidade	(3 249)	(4 088)
Impostos diferidos	(60 786)	57 737
Ganhos / (perdas) potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	2 054	(112 861)
Reserva de justo valor total	173 197	(445 899)
Interesses que não controlam	(2 347)	724
<b>Reserva de justo valor atribuível aos acionistas do Banco</b>	<b>170 850</b>	<b>(445 175)</b>

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses que não controlam, pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	( 445 175)	( 9 580)
Variação de justo valor	1 177 565	( 631 097)
Alienações do exercício	( 600 206)	68 770
Imparidade reconhecida no exercício	99 308	57 791
Aquisição de controlo em subsidiárias <sup>(a)</sup>	70 796	-
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	( 131 438)	68 941
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>170 850</b>	<b>( 445 175)</b>

<sup>(a)</sup> BES Vida

### ***Interesses que não controlam***

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
BES ANGOLA	396 369	25 554	382 073	116 448
BESI <sup>a)</sup>	3 681	-	3 731	-
AMAN BANK	34 974	1 745	34 145	( 2 978)
ES CONCESSÕES	25 868	( 5 673)	34 840	1 314
FCR VENTURES II	17 676	499	21 239	( 6 567)
BES Securities	5 480	( 147)	13 191	1 252
BES Investimento do Brasil	32 886	2 292	31 922	4 538
ESAF	12 887	1 991	12 640	2 318
BES AÇORES	18 018	530	16 909	2 075
Espírito Santo Investment Holding <sup>b)</sup>	3 967	( 4 607)	4 729	( 7 347)
BEST	18 161	2 989	14 117	2 679
FCR VENTURES III	17 043	( 1 855)	13 403	( 2 582)
FUNGEPI	56 537	( 570)	-	-
OUTROS	25 898	987	5 508	1 404
	<b>669 445</b>	<b>23 735</b>	<b>588 447</b>	<b>112 554</b>

<sup>a)</sup> Corresponde ao valor da emissão de Outros instrumentos de capital (ver Nota 38)

<sup>b)</sup> Holding do Grupo BESI que detém a participação de 65,42% no Execution Holdings, Limited

O movimento de interesses que não controlam em 31 de dezembro de 2012 e 2011 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Interesses que não controlam no início do exercício</b>	<b>588 447</b>	<b>538 701</b>
Alterações de perímetro de consolidação	74 293	( 44 052)
Aumentos/ (reduções) de capital de subsidiárias	13 527	33 950
Emissão/ (reembolso) de outros instrumentos de capital	-	( 46 269)
Dividendos distribuídos	( 2 924)	( 4 170)
Variação da reserva de justo valor	22	46
Variação cambial e outros	( 27 655)	( 2 313)
Resultado líquido do exercício	23 735	112 554
<b>Interesses que não controlam no final do exercício</b>	<b>669 445</b>	<b>588 447</b>

#### NOTA 46 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Passivos contingentes</b>		
Garantias e avales prestados	8 023 520	8 376 006
Ativos financeiros dados em garantia	21 632 555	12 874 708
Créditos documentários abertos	3 776 399	2 941 114
Outros	531 757	482 426
	<b>33 964 231</b>	<b>24 674 254</b>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos revogáveis	5 462 823	5 843 661
Compromissos irrevogáveis	3 280 971	4 216 289
	<b>8 743 794</b>	<b>10 059 950</b>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de ativos financeiros dados em garantia inclui:

- Ativos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez, dos quais se encontravam utilizados 13,5 mil milhões de euros, a valores de mercado (31 de dezembro de 2011: 11,1 mil milhões de euros);

- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 20,8 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 19,4 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 82,6 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 65,1 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 1 822,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 1 213,5 milhões de euros).

Estes ativos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas categorias de ativos do balanço do Grupo e podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Grupo nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Depósito e guarda de valores	54 335 220	57 749 398
Valores recebidos para cobrança	294 295	270 997
Crédito securitizado sob gestão ( <i>servicing</i> )	2 671 390	2 875 874
Outras responsabilidades por prestação de serviços	8 784 286	7 619 322
	<b>66 085 191</b>	<b>68 515 591</b>

#### NOTA 47 – DESINTERMEDIAÇÃO

De acordo com a legislação em vigor as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor dos recursos de desintermediação geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Fundos de investimento mobiliário	5 115 043	4 633 217
Fundos de investimento imobiliário	1 075 678	1 202 987
Fundos de pensões	1 783 359	2 154 923
Bancasseguros <sup>(a)</sup>	89 662	3 478 338
Gestão de carteiras	1 960 206	877 812
Gestão discricionária	1 378 639	1 366 597
	<b>11 402 587</b>	<b>13 713 874</b>

<sup>(a)</sup> Com a primeira consolidação integral da BES Vida, os produtos de Bancasseguros Vida passaram a estar integrados no balanço do Grupo BES

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do Balanço.

#### NOTA 48 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Grupo BES além das subsidiárias da Nota 1, tal como definidas pelo IAS 24, é apresentado como segue:

**Entidades associadas do Grupo BES**

Fin Solutia - Consultoria e Gestão de Créditos, SA  
 Polish Hotel Capital SP  
 MCO2 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário  
 Hlc - Centrais de Cogeração, SA  
 Coporgest  
 Synergy Industry and Technology, S.A.  
 Salgar Investments  
 2BCapital, SA  
 2B Capital Luxembourg S.C.A SICAR  
 Espírito Santo IBERIA I  
 Apolo Films SL  
 Brb Internacional, S.A.  
 Prosport, SA  
 Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA  
 YUNIT - Serviços, SA  
 E.S. Contact Center - Gestão de Call Centers, SA  
 Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização  
 Fundo Bem Comum FCR  
 Eslam - Espírito Santo International Asset Management, Ltd  
 Société 45 Avenue Georges Mandel, SA  
 BES, Companhia de Seguros, SA  
 Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA  
 Esegur - Empresa de Seguranga, SA  
 Ascendi Group, SGPS, SA  
 Empark Aparcamentos y Servicios SA  
 Concessionaria Autopista Ferrote-Xalapa, CV  
 Autovia De Los Vinedos, SA  
 MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA  
 Portvias - Portagem de Vias, SA  
 Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, SA  
 SOUSACAMP, SGPS, SA  
 GLOBAL ACTIVE - GESTÃO P.S.SGSPS, SA  
 QUTSYSTEMS, SA  
 Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA  
 Multiswave Photonics, SA  
 BIO-GENESIS  
 YDreams - Informática, SA  
 Nutrigreen, S.A.  
 Advance Ciclone Systems, SA  
 WATSON BROWN HSM, Ltd  
 Domática, Electrónica e Informática, SA  
 MMCI - Multimédia, SA  
 Mobile World - Comunicações, SA  
 Soprattutto Caffè, SA  
 Enkrott SA  
 Rodi Sinks & Ideas, SA  
 Fallexpo - Imagem Empresarial, SA  
 Nova Fignort - Têxteis, Ltd  
 TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA  
 BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA  
 NANBUM, SA  
 IJAR LEASING ALGERIE  
 Ascendi Pinhal Interior Estradas do Pinhal Interior, SA  
 Ascendi Douro Estradas do Douro Interior, SA  
 Uniore - Cartão Internacional de Crédito, SA  
 MOZA BANCO

**Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG**

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA  
 Banque Privée Espírito Santo  
 Banque Privée Espírito Santo Sucursal Portugal  
 ES Bank (Panama), SA  
 ES Bankers (Dubai) Limited  
 Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, SA  
 Espírito Santo Financial Group, SA  
 ESFG International, Ltd  
 Esfil - Espírito Santo Financière, S.A. (Luxemburgo)  
 Espírito Santo International SA  
 Espírito Santo Saúde SGPS, S.A.  
 Clínica Parque dos Poetas, SA  
 Clínica - Hospital Privado de Aveiro, SA  
 ES Saúde - Residência com Serviços Senior, S.A.  
 Espírito Santo - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A.  
 Genomed, Diagnóstico de Medicina Molecular, SA  
 HCl - Health Care International, Inc  
 HME Gestão Hospitalar  
 Hospital do Arrábida - Gaia, SA  
 Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora, SA  
 Hospital da Luz, SA  
 Hospor - Hospitais Portugueses, SA  
 Instituto de Radiologia Dr. Idílio de Oliveira - Centro de Radiologia Médica, S.A.  
 RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, SA  
 Surgicare - Unidades de Saúde, SA  
 Vila Lusitano - Unidades de Saúde, SA  
 Key Spece Investments LLC  
 Maignan Gestion, SA  
 Omnium Lyonnais de Participations Industrielles, SA  
 Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA  
 Société Antillaise de Gestion Financière, S.A. - SAGEFI  
 Société Lyonnaise de Marchands de Biens  
 Companhia de Seguros Tranquilidade, SA  
 T - Vida, Companhia de Seguros, SA  
 Seguros Logo, SA  
 Advancecare - Gestão e Serviços de Saúde, SA  
 Pastor Vida, S.A de Seguros y Reaseguros  
 Eumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA  
 Europe Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, SA  
 BESV Courtage SA  
 AOC Patrimoine, SA  
 ES Consultancy Singapore

**Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG**

Group Credit Agricole  
 Saxo Bank  
 The Atlantic Company (Portugal) - Turismo e Urbanização, SA  
 Agribahia, S/A  
 Atr - Actividades Turísticas e Representações, Lda  
 Aveiro Incorporated  
 Beach Heath Investments, Ltd  
 Companhia Agricola Botucatu, SA  
 Casas da Cidade - Residências Sénior, SA  
 Cerca da Aldeia - Sociedade Imobiliária, SA  
 Cimenta - Empreendimentos Imobiliários, SA  
 Cidadeplatina - Construção SA  
 Clarendon Properties, Inc.  
 Clube de Campo da Comporta - Actividades Desportivas e Lazer, Lda  
 Club de Campo Villar Ollala, SA  
 Clup Vip - Marketing de Acontecimentos, SA  
 Clube Residencial do Boavista, SA  
 Companhia Brasileira de Agropecuária Cobrape  
 Coimbra Jardim Hotel - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.  
 Construcciones Sarrin, SL  
 Ganadera Corina Campos y Haciendas, S/A  
 E.S.B. Finance Ltd  
 Estelco - Consultoria e Comunicação, SA  
 E.S. Asset Administration, Ltd.  
 Espírito Santo Cachoeira Desenvolvimento Imobiliário Ltda  
 ES Comercial Agrícola, Ltda  
 Espírito Santo Guarujá Desenvolvimento Imobiliário Ltda  
 ES Holding Administração e Participações, S/A  
 Espírito Santo Hotéis, SGPS, SA  
 Espírito Santo Industrial (BVI), SA  
 Espírito Santo Indaiatuba Desenvolvimento Imobiliário Ltda  
 Espírito Santo Industrial, SA  
 Espírito Santo Industrial (Portugal) - SGPS, SA  
 Espírito Santo Irmãos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA  
 Espírito Santo Itabua Desenvolvimento Imobiliário Ltda  
 Espírito Santo Primavera Desenvolvimento Imobiliário Ltda  
 ES Private Equity, Ltd  
 Espírito Santo Property (Brasil) S/A  
 Espírito Santo Services, SA  
 Espírito Santo Tourism, Ltd  
 Espírito Santo Tourism (Europe), SA  
 Espírito Santo Venture Ltd  
 Espírito Santo Viagens - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA  
 ES Viagens e Turismo, Lda  
 Espírito Santo Viagens - Consultoria e Serviços, SA  
 Escae Consultoria, Administração e Empreendimento, Ltda  
 Escopar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA  
 ESDI Administração e Participações Ltda  
 Esger - Empresa de Serviços e Consultoria, SA  
 Espírito Santo International (BVI), SA  
 E.S. International Overseas, Ltd.  
 Esim - Espírito Santo Imobiliário, SA  
 E.S. - Espírito Santo, Mediação Imobiliária, S.A.  
 Espírito Santo Property SA  
 Espírito Santo Property Holding, SA  
 Espírito Santo Property España, S.L.  
 Espart - Espírito Santo Participações Financeiras, SGPS, SA  
 Espírito Santo Resources, Ltd  
 Espírito Santo Resources (Portugal), SA  
 E.S. Resources Overseas, Ltd  
 Espírito Santo Resources SA  
 Estoril Inc  
 Euroamerican Finance Corporation, Inc.  
 Euroamerican Finance SA  
 Euroatlantic, Inc.  
 Fafer - Empreendimentos Turísticos e de Construção, SA  
 Fimoges - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA  
 GES Finance Limited  
 Gestfimo - Espírito Santo, Irmãos, Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, SA  
 Gestres - Gestão Estratégica Espírito Santo, SA  
 Goggles Marine, Ltd  
 Sociedade Agricola Golondrina, S/A  
 HDC - Serviços de Turismo e Imobiliário, SA  
 Herdade da Boina - Sociedade Agrícola, SA  
 Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, SA  
 Hotéis Tivoli, SA  
 Hotelagos, SA  
 Hospital Residencial do Mar, SA  
 I.A.C. UK, Limited  
 Inter-Atlântico, S/A  
 Iber Foods - Produtos Alimentares e Biológicos, SA  
 Imopca, SA  
 Lote Dois - Empreendimentos Turísticos SA  
 Luzboa, SA  
 Luzboa Um, SA  
 Luzboa Dois, SA  
 Luzboa Três, SA  
 Luzboa Quatro, SA  
 BEMS, SGPS, SA  
 Margrimar - Mármore e Granitos, SA  
 Marhoteles - Sociedade de Promoção e Construção de Hotéis, SA  
 Marmetal - Mármore e Materiais de Construção, SA  
 Metal - Lobos Serralharia e Carpintaria, Lda  
 Multiger - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, SA  
 Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA  
 Net Viagens - Agência de Viagens e Turismo, SA  
 Novagest Assets Management, Ltd  
 Opca Angola, SA  
 Opca Moçambique, Lda  
 Opca telecom - Infraestruturas de Comunicação, SA

**Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG**

OPWAY - Engenharia, SA  
 OPWAY Imobiliária, SA  
 OPWAY - SGPS, SA  
 Pavi do Brasil - Pré-Fabricação, Tecnologia e Serviços, Lda.  
 Pavicentro - Pré-Fabricação, SA  
 Pavilis - Pré-Fabricação, SA  
 Paviseu - Materiais Pré-Fabricados, SA  
 Pavitel, SARL  
 Personda - Sociedade de Perfurações e Sondagens, SA  
 Placon - Estudos e Projectos de Construção, Lda  
 Pojuca, SA  
 Pontave - Construções, SA  
 Agência Receptivo Praia do Forte, Ltda  
 Praia do Forte Operadora de Turismo, Ltda  
 Grupo Projectos y Servicios Sarrion, SA  
 Quinray Technologies Corp.  
 Quinta da Areia - Sociedade Agrícola Quinta da Areia, SA  
 Sociedade Agrícola Quinta D. Manuel I, SA  
 Recigreen - Reciclagem e Gestão Ambiental, SA  
 Recigroup - Industrias de Reciclagem, SGPS, SA  
 Recipav - Engenharia e Pavimentos, Unipessoal, Lda  
 Recipneu - Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus, Lda  
 Santa Mónica - Empreendimentos Turísticos, SA  
 Saramagos S/A Empreendimentos e Participações  
 Société Congolaise de Construction et Travaux Publiques, SARL  
 Series - Serviços Imobiliários Espírito Santo, SA  
 Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA  
 Sintra Empreendimentos Imobiliários, Ltda

**Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG**

Sisges, SA Desenvolvimento de Projectos de Energia  
 Solferías - Operadores Turísticos, Lda  
 Sopol - Concessões, SGPS, SA  
 Sotal - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.  
 Space - Sociedad Peninsular de Aviación, Comércio e Excursiones, SA  
 Suliglor - Imobiliária do Sul, SA  
 TA DMC Brasil - Viagens e Turismo, SA  
 Agência de Viagens Tagus, S.A.  
 Construtora do Tamega Madeira SA  
 Construtora do Tamega Madeira SGPS SA  
 Terras de Bragança Participações, Ltda  
 Timeantube Comércio e Serviços de Confeções, Ltda  
 Tvoli Gare do Oriente - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.  
 TOP A DMC Viages, SA  
 Top Atlântico - Viagens e Turismo, SA  
 Top Atlântico DMC, SA  
 Transcontinental - Empreendimentos Hoteleiros, SA  
 Turifonte, Empreendimentos Hoteleiros, SA  
 Tunstrader - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, SA  
 Ushuala - Gestão e Trading Internacional Limited  
 Sociedade Agrícola Turística e Imobiliária Várzea Lagoa, SA  
 Viveiros da Herdade da Comporta - Produção de Plantas Ornamentais, Lda  
 Ribeira do Marchante, Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A.  
 Casa da Saudade, Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A.  
 Angra Moura-Sociedade de Administração de Bens,S.A.  
 Sociedade de Administração de Bens - Casa de Bons Ares, S.A.  
 ACRO, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.  
 Diiva, Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.

O valor das transações do Grupo com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

	31.12.2012					31.12.2011				
	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
<b>Empresas associadas</b>										
BES VIDA <sup>*)</sup>	-	-	-	-	-	1 355 845	293 741	-	25 805	1 875
BES VÉNÉTIE	726 910	623	5 627	2 705	-	865 066	139 834	11 794	2 665	125
ASCENDI GROUP SGPS	299 462	3 781	28 364	11 278	-	188 129	8 337	29 358	16 025	7
LOCARENT	129 818	3 723	-	2 692	11 006	142 280	312	-	4 708	10 354
AENOR DOURO	271 887	3 461	11 000	8 985	-	247 956	1 898	12 000	11 202	18
NANIUM	35 327	4 272	18 349	306	4	42 044	2 752	18 387	971	-
EMPARK	49 179	-	4 684	3 872	246	40 080	-	-	2 675	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	98 356	2 051	15 374	3 073	-	33 732	10 686	15 374	1 505	103
SCUTVIAS	7 147	-	6 545	2 631	3 083	8 840	-	6 868	2 967	-
PALEXPO	7 266	124	26	537	-	6 800	75	-	495	-
BES SEGUROS	630	18 456	-	415	16	23	12 578	-	119	11
ESEGUR	7 680	3	2 105	1 055	430	2 620	219	2 197	922	142
ES CONTACT CENTER	1 858	-	43	90	874	2 196	-	43	114	961
UNICRE	26	2	-	1	-	1	10 008	-	-	280
OUTRAS	58 358	24 459	11 508	12 278	1 250	40 059	20 417	7 697	4 223	2 953
	<b>1 693 904</b>	<b>60 955</b>	<b>103 625</b>	<b>49 918</b>	<b>16 911</b>	<b>2 975 671</b>	<b>500 857</b>	<b>103 718</b>	<b>74 396</b>	<b>16 829</b>

<sup>\*)</sup> A partir do mês de maio de 2012 a BES Vida passou a ser consolidada integralmente no Grupo BES

Os ativos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da atividade desenvolvida pelo Grupo. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o montante global dos ativos e passivos do Grupo BES que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (holding do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012									
Activos									
	Aplicações e disponibilidades em instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
<b>Acionistas</b>									
ES FINANCIAL GROUP	548	-	40 632	2	41 182	-	28	1 186	-
ESF PORTUGAL	-	-	72 666	-	72 666	-	109	2 349	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	386	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	108	1 016	110	2 207	1 080	271	10	-
<b>Subsidiárias e associadas de acionistas</b>									
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	22	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	7 579	-	-	7 579	-	153	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	150 150	-	520	150 670	21 979	116 657	1 582	1 200
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	15 794	-	-	11	15 805	8 018	32 904	503	351
ES BANK PANAMA	135 000	-	-	-	135 000	-	35 512	10 139	-
ES SAUDE	-	18 484	45 112	64	63 660	24 269	13 140	464	2
T - VIDA	-	55 560	9 291	163	65 014	-	98 611	492	364
ESUMÉDICA	-	1 000	-	-	1 000	4	24	80	81
EUROP ASSISTANCE	-	24	-	34	58	25	2 749	57	-
<b>Outros</b>									
ES IRMÃOS	-	104 570	-	-	104 570	-	1	4 708	-
OPWAY	-	3 645	-	2 686	6 331	48 029	35 089	362	225
CONSTRUCCIONES SARRION	-	16 527	-	-	16 527	8 745	-	233	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	11	-	19	30	-	2 359	51	221
OUTRAS	-	62 048	20 971	1 075	84 094	17 294	32 368	5 162	2 438
<b>TOTAL</b>	<b>152 315</b>	<b>419 706</b>	<b>189 688</b>	<b>4 684</b>	<b>766 393</b>	<b>129 443</b>	<b>370 383</b>	<b>27 378</b>	<b>4 882</b>

(milhares de euros)

31.12.2011									
Activos									
	Aplicações e disponibilidades em instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
<b>Acionistas</b>									
ES FINANCIAL GROUP	-	-	4 715	695	5 410	-	696	3 367	-
ESF PORTUGAL	-	-	78 810	-	78 810	-	451	1 385	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	729	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	1 046	5	-	57	1 108	1 150	460	23	-
<b>Subsidiárias e associadas de acionistas</b>									
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	14	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	173 644	-	-	173 644	-	154	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	167 298	3	426	167 727	21 155	102 166	1 173	1 306
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	40 550	-	-	19	40 569	7 874	27 059	523	364
ES BANK PANAMA	384 087	-	-	-	384 087	-	719	9 045	25
ES SAUDE	-	22 479	31 253	35	53 767	24 870	23 873	746	25
T - VIDA	-	85 983	27 5 778	183	361 944	-	96 250	200	28
ESUMÉDICA (a)	-	1 949	-	3	1 952	4	-	114	52
EUROP ASSISTANCE (b)	-	15	-	18	33	8	1 835	44	-
<b>Outros</b>									
ES IRMÃOS	-	99 341	-	-	99 341	-	1	5 242	-
OPWAY	-	14 133	-	1 279	15 412	47 642	13 073	287	-
CONSTRUCCIONES SARRION	-	25 800	-	-	25 800	10 765	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	1	-	23	24	-	901	56	224
OUTRAS	25 558	47 330	37 37	1 061	78 686	22 293	30 390	6 671	602
<b>TOTAL</b>	<b>452 241</b>	<b>637 978</b>	<b>394 296</b>	<b>3 799</b>	<b>1 488 314</b>	<b>135 761</b>	<b>298 771</b>	<b>28 876</b>	<b>2 626</b>

Em 31 de dezembro de 2012 o valor dos créditos concedidos pelo Grupo aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 4 047 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 4 911 milhares de euros).

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a atos compreendidos no próprio comércio da Sociedade e nenhuma vantagem especial lhes foi concedida (n.º 5 do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais), pelo que não se encontram abrangidos pelas disposições constantes dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.



A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é ainda regulada pelo artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal nº 17/2011 que entrou em vigor em 21 de agosto de 2011.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias:

- A membros executivos do Conselho de Administração, a membros da Comissão de Auditoria, e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daqueles membros, com exceção de operações de caráter ou finalidade social, operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no nº 4 do art. 85º do RGICSF;

- Aos cônjuges e parentes em 1º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daquelas pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indireto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros da Comissão de Auditoria, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no nº4 do artº 85º do RGICSF, acima referidas.

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indireto prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF.

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por uma maioria de, pelo menos, 2/3 dos restantes membros do Conselho de Administração e de obtenção de parecer favorável da Comissão de Auditoria nos casos de concessão de crédito aos membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros da Comissão de Auditoria) e/ou às sociedades ou outros entes coletivos por eles direta ou indiretamente dominados.

As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização cumprem com todas as exigências referidas.

Todos os créditos concedidos às entidades relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objeto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não se verificou qualquer situação de imparidade específica em créditos concedidos a partes relacionadas.

Em consequência, estes créditos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base coletiva tal como referido na Nota 2.5 - Crédito a clientes.

A desagregação da remuneração do pessoal chave da gestão encontra-se discriminada na Nota 15.

Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80,0 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante (ver Nota 16).

No exercício de 2012 o Grupo adquiriu:

49 779 e 37 115 milhares de unidades de participação dos fundos Fungere e Fungepi aos fundos de pensões do Grupo, pelo valor de 158,1 milhões de euros e 87,2 milhões de euros, respetivamente;

50% da sociedade Greenwoods, 100% da Quinta D. Manuel I e 100% da sociedade Várzea da Lagoa à ESPART pelo valor total de 50,7 milhões de euros;

100% da sociedade Quinta da Areia e imóveis diversos à OPWAY pelo valor total de 43,1 milhões de euros; e

64 206 unidades de participação do fundo Fimes Oriente à Rio Forte Investments, SA pelo valor de 103,3 milhões de euros.

#### NOTA 49 – SECURITIZAÇÃO DE ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2012, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efetuadas pelo Grupo:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual do crédito	Activo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	362 957	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	362 304	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	521 143	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	596 623	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	828 363	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	239 278	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	757 723	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	131 526 <sup>(1)</sup>	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 797 397	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 <sup>(2)</sup>	129 666	Crédito Leverage Finance
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	434 362	Crédito a particulares
IM BES Empresas 1	Novembro de 2011	485 000	375 770	Crédito a pequenas e médias empresas

<sup>(1)</sup> Em Março de 2011, a carteira de crédito associada a esta operação foi parcialmente alienada, tendo o remanescente (créditos domésticos) sido transferido para o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance No.1 FTC"

<sup>(2)</sup> Esta operação de securitização inclui 382 062 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhares de euros de créditos de outras entidades intervenientes (BES Investimento e ES Vénétie)

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de janeiro de 2004. Assim, os ativos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os ativos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortgages No.3, Lusitano Mortgages No.4 e Lusitano Mortgages No.5, realizadas após 1 de janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o Lusitano SME No.1 plc, o Lusitano Mortgages No.6 plc, o Lusitano Project Finance No.1 FTC e o Lusitano Mortgages No. 7 são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua atividade, encontrando-se os respetivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à atividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

No exercício de 2011 realizaram-se duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance No. 3) com créditos provenientes do BES e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha. No exercício de 2010 realizaram-se as seguintes operações de securitização: uma de crédito a empresas (Lusitano Leverage Finance No. 1) com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BES1 e do ES Vénétie e outra de crédito a empresas e de papel comercial (Lusitano SME No. 2), sendo que esta última foi reembolsada antecipadamente em março de 2012. Os créditos abrangidos por estas operações não foram desreconhecidos dos respetivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

As principais características destas operações, com referência a 31 de dezembro de 2012, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal atual	Interesse retido pelo Grupo (Valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações							
						Rating das obrigações inicial				Rating das obrigações atual			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	265 866	87	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe C	25 000	25 000	3 000	Dezembro de 2035	A	A2	A	-	A	Ba1	A-	-
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB	-	BBB+	Ba3	BB	-
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB	-	BB+	B2	B-	-
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	279 078	4 277	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe B	30 000	30 000	12 500	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA	-	A	Baa3	BBB	-
	Classe C	28 000	28 000	5 000	Dezembro de 2046	A	A3	A	-	A	Ba2	BB-	-
	Classe D	16 000	16 000	4 000	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB	-	BBB+	B1	B	-
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB	-	BB	B3	B-	-
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	465 202	3 836	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA	-	A	Ba1	A-	-
	Classe B	27 000	17 833	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA	-	A	Ba3	BBB	-
	Classe C	18 600	12 285	-	Dezembro de 2047	A	A2	A	-	BBB	B2	BB-	-
	Classe D	14 400	9 511	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB	-	BB-	Caa1	B-	-
	Classe E	10 800	9 270	-	Dezembro de 2047	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	511 939	7 449	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Ba1	A-	-
	Classe B	22 900	21 553	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	BBB-	Ba3	BB+	-
	Classe C	19 200	18 150	3 309	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	BBB-	B2	B+	-
	Classe D	24 000	22 687	4 500	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+	-	CCC	Caa3	B-	-
	Classe E	10 200	10 200	1 320	Dezembro de 2048	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	739 478	5 589	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Ba1	A-	-
	Classe B	26 600	25 494	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	BBB-	B1	A-	-
	Classe C	22 400	21 469	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	BB-	B3	BB+	-
	Classe D	28 000	26 836	5 271	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	CCC	Ca	B+	-
	Classe E	11 900	11 900	1 700	Dezembro de 2059	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	105 165	4 614	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	BBB	-	A-	-
	Classe B	40 974	35 931	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	AAA	-	AAA	-
	Classe C	34 073	29 880	-	Dezembro de 2028	BB	-	BB	-	CCC	-	B	-
	Classe D	28 035	24 585	24 585	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe E	6 626	6 626	6 626	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	570 131	49 413	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	A	Ba1	A-	-
	Classe B	65 450	65 450	58 950	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	A	Ba1	A-	-
	Classe C	41 800	41 800	31 300	Março de 2060	A	A3	A	-	BBB	B1	A-	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	B	B3	BB	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	Março de 2060	BB	-	BB	-	CCC	-	B-	-
	Classe F	22 000	22 000	22 000	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Project Finance No.1 FTC		198 101	139 139	139 139	Março de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	1 316 460	1 316 459	Outubro de 2064	-	-	AAA	AAA	-	-	A-	AAH
	Classe B	294 500	294 500	294 500	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	BB-	-
	Classe C	180 500	180 500	180 500	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	57 000	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Leverage finance No. 1 B	Classe A	352 000	-	-	Janeiro de 2020	-	-	AAA	-	-	-	AAA	-
	Classe C	206 800	21 850	20 633	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe X	21 850	191 293	146 109	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.2	Classe A	1 107 300	-	-	Março de 2012	-	Aaa	-	AAA	-	-	-	-
	Classe B	369 100	-	-	Março de 2012	-	A2	-	A (low)	-	-	-	-
	Classe C	466 300	-	-	Março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	38 900	-	-	Março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Finance N.º 3	Classe A	450 700	269 279	269 279	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe B	207 200	207 200	207 200	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe C	20 000	20 000	20 000	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
IM BES Empresas 1	Classe A	242 500	129 769	-	Novembro de 2043	-	AAA	-	-	-	A3	-	-
	Classe B	242 500	242 500	242 500	Novembro de 2043	-	Caa2	-	-	-	Caa2	-	-

## NOTA 50 – JUSTO VALOR DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Grupo é como segue:

(milhares de euros)

	Valorizados ao Justo Valor				Total Valor de Balanço	Justo Valor
	Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
<b>31 de dezembro de 2012</b>						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 377 541	-	-	-	1 377 541	1 377 541
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	681 077	-	-	-	681 077	681 077
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1 484 112	2 441 287	-	3 925 399	3 925 399
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 387 979	1 153 990	279 584	2 821 553	2 821 553
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 605 <sup>a)</sup>	5 008 676	4 778 336	959 693	10 755 310	10 755 310
Aplicações em Instituições de crédito	5 426 518	-	-	-	5 426 518	5 426 518
Crédito a clientes	47 194 030	-	512 362	-	47 706 392	44 684 122
Investimentos detidos até à maturidade	941 549	-	-	-	941 549	879 265
Derivados para gestão de risco	-	-	516 520	-	516 520	516 520
<b>Ativos financeiros</b>	<b>55 629 320</b>	<b>7 880 767</b>	<b>9 402 495</b>	<b>1 239 277</b>	<b>74 151 859</b>	<b>71 067 305</b>
Recursos de bancos centrais	10 893 320	-	-	-	10 893 320	10 893 320
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2 122 025	-	2 122 025	2 122 025
Recursos de outras Instituições de crédito	4 476 381	-	612 277	-	5 088 658	4 898 506
Recursos de clientes	25 743 341	-	8 796 982	-	34 540 323	34 540 323
Responsabilidades representadas por títulos	12 764 479	-	2 659 582	-	15 424 061	15 990 921
Derivados para gestão de risco	-	-	125 199	-	125 199	125 199
Passivos subordinados	839 553	-	263	-	839 816	811 686
<b>Passivos financeiros</b>	<b>54 717 074</b>	<b>-</b>	<b>14 316 328</b>	<b>-</b>	<b>69 033 402</b>	<b>69 381 980</b>
<b>31 de dezembro de 2011</b>						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 090 439	-	-	-	1 090 439	1 090 439
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	580 813	-	-	-	580 813	580 813
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1 003 079	2 431 560	-	3 434 639	3 434 639
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	29 604	1 924 698	9 687	1 963 989	1 963 989
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 260 <sup>a)</sup>	4 404 395	6 810 704	253 507	11 482 866	11 482 866
Aplicações em Instituições de crédito	3 282 576	-	-	-	3 282 576	3 282 576
Crédito a clientes	48 454 185	-	589 197	-	49 043 382	45 864 208
Investimentos detidos até à maturidade	1 541 182	-	-	-	1 541 182	1 359 782
Derivados para gestão de risco	-	-	510 090	-	510 090	510 090
<b>Ativos financeiros</b>	<b>54 963 455</b>	<b>5 437 078</b>	<b>12 266 249</b>	<b>263 194</b>	<b>72 929 976</b>	<b>69 569 402</b>
Recursos de bancos centrais	10 013 713	-	-	-	10 013 713	10 013 713
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2 125 253	-	2 125 253	2 125 253
Recursos de outras Instituições de crédito	5 481 596	-	757 764	-	6 239 360	5 373 851
Recursos de clientes	26 904 037	-	7 302 125	-	34 206 162	34 206 162
Responsabilidades representadas por títulos	14 393 295	-	4 059 353	-	18 452 648	15 788 713
Derivados para gestão de risco	-	-	238 633	-	238 633	238 633
Passivos subordinados	961 235	-	-	-	961 235	843 750
<b>Passivos financeiros</b>	<b>57 753 876</b>	<b>-</b>	<b>14 483 128</b>	<b>-</b>	<b>72 237 004</b>	<b>68 590 075</b>

<sup>a)</sup> Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a Instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Grupo BES, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

**Valores de cotação de mercado** – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos.

**Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado** – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro.

*spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

**Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado** – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. Alterações nos parâmetros utilizados, em 2012 e 2011, não têm impacto significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

O movimento dos ativos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2012, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	263 194	213 434
Aquisições	989 342	98 499
Saídas	( 17 604)	( 9 171)
Transferências	6 593	10 956
Variação de valor	( 2 248)	(50 524)
Saldo no fim do exercício	1 239 277	263 194

Os principais parâmetros utilizados, durante os exercícios de 2012 e 2011, nos modelos de valorização foram os seguintes:

#### *Curvas de taxas de juro*

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para *swap* de taxa de juro para os respetivos prazos:

	31.12.2012			31.12.2011		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Ove night</i>	0,0700	0,1000	0,4700	0,3250	0,1100	0,4300
1 mês	0,1759	0,2300	0,4600	1,0240	0,2953	0,7604
3 meses	0,1870	0,4150	0,4800	1,3560	0,5810	1,0900
6 meses	0,3200	0,4400	0,6200	1,6170	0,8085	1,3400
9 meses	0,3178	0,5900	0,7900	1,7910	0,9659	1,5900
1 ano	0,3200	0,3260	0,5411	1,4175	0,6770	1,0850
3 anos	0,4700	0,4765	0,7783	1,3750	0,8225	1,3601
5 anos	0,7650	0,8260	1,0169	1,7240	1,2260	1,5624
7 anos	1,1250	1,2435	1,3563	2,0690	1,6335	1,8619
10 anos	1,5700	1,7500	1,8560	2,3870	2,0160	2,2940
15 anos	2,0184	2,2800	2,4135	2,6750	2,3715	2,6525
20 anos	2,1715	2,5020	2,7230	2,6920	2,4960	2,8322
25 anos	2,2203	2,6240	2,8800	2,6250	2,5460	2,9426
30 anos	2,2413	2,6880	2,9535	2,5610	2,5870	2,9920

### Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo Markit representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

Índice	Série	(pontos de base)				
		1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
<b>Ano 2012</b>						
CDX USD Main	19	33,02	58,73	95,39	118,68	136,14
iTraxx Eur Main	18	-	76,38	117,43	141,58	154,60
iTraxx Eur Senior Financial	18	-	-	142,44	-	174,98
<b>Ano 2011</b>						
CDX USD Main	17	60,25	93,98	120,03	128,87	137,62
iTraxx Eur Main	16	-	153,99	173,38	177,50	179,25
iTraxx Eur Senior Financial	16	-	-	275,25	-	275,25

### Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	%					
	31.12.2012			31.12.2011		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	197,18	66,60	54,10	51,08	76,51	53,15
3 anos	84,70	72,90	64,90	52,92	77,70	67,00
5 anos	67,50	63,22	60,80	50,31	67,85	62,90
7 anos	52,90	51,03	49,60	44,19	56,34	52,30
10 anos	39,70	42,33	37,20	38,00	47,78	39,70
15 anos	31,43	35,80	27,80	32,42	42,36	29,70

### Câmbios e volatilidade cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2012	31.12.2011	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,3194	1,2939	8,18	8,33	8,70	9,04	9,20
EUR/GBP	0,8161	0,8353	5,63	5,85	6,28	6,65	6,83
EUR/CHF	1,2072	1,2156	2,10	3,05	3,70	4,52	4,85
EUR/NOK	7,3483	7,7540	4,95	5,23	5,55	5,91	6,08
EUR/PLN	4,0740	4,4580	6,60	7,05	7,85	8,35	8,75
EUR/RUB	40,3295	41,7650	7,78	8,17	8,35	8,90	9,23
USD/BRL <sup>a)</sup>	2,0491	1,8671	9,33	9,55	9,80	10,10	10,40
USD/TRY <sup>b)</sup>	1,7850	1,8882	5,70	6,68	7,70	8,43	8,95

<sup>a)</sup> Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

<sup>b)</sup> Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

### Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respetivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre ações:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	31.12.2012	31.12.2011	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	2 636	2 317	13,8	11,11	17,02	18,12
PSI 20	5 655	5 494	2,9	12,60	15,40	-
IBEX 35	8 168	8 566	-	4,7	13,68	21,34
FTSE 100	5 898	5 572	5,8	8,83	11,42	13,64
DAX	7 612	5 898	29,1	11,10	14,26	15,34
S&P 500	1 426	1 258	13,4	12,28	12,28	16,15
BOVESPA	60 952	56 754	7,4	17,96	18,31	20,34

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

### Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

### Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o



crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

#### *Investimentos detidos até à maturidade*

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

#### *Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito*

O justo valor dos recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

#### *Recursos de clientes e outros empréstimos*

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

#### *Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados*

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

## NOTA 51 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

O Grupo está exposto a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros, os quais se analisam de seguida:

#### *Risco de crédito*

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de proteção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo BES. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efetuado regularmente pelo Comité de Risco.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo BES ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	3 799 129	4 675 649
Activos financeiros detidos para negociação	3 871 474	3 392 644
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 634 419	127 731
Activos financeiros disponíveis para venda	8 462 104	10 192 450
Crédito a clientes	47 706 392	49 043 382
Investimentos detidos até à maturidade	941 549	1 541 182
Derivados para gestão de risco	516 520	510 090
Outros activos	480 754	682 779
Garantias e avales prestados	8 023 520	8 376 006
Créditos documentários	3 776 399	2 941 114
Compromissos irrevogáveis	3 280 971	4 216 289
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	489 884	165 573
	<b>82 983 115</b>	<b>85 864 889</b>

A repartição por setores de atividade em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012									
	Crédito a clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	434 485	(27 152)	14 202	-	-	10 725	(6)	-	-	36 677
Indústrias Extractivas	309 229	(11 966)	3 742	11 708	-	12 969	(675)	-	-	53 656
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	974 407	(50 542)	25 727	2 685	-	10 395	(52)	-	-	102 293
Têxteis e Vestuário	316 309	(31 090)	862	-	-	10 425	(3 958)	-	-	12 779
Curtes e Calçado	63 359	(6 843)	38	-	-	499	(499)	-	-	2 063
Madeira e Cortiça	147 345	(23 121)	480	2 236	-	4 366	(1 330)	-	-	7 466
Papel e Indústrias Gráficas	331 889	(15 601)	6 683	-	-	11 968	(11 968)	-	-	84 260
Refinação de Petróleo	6 976	(45)	4 817	3 385	-	11 618	-	-	-	5 425
Produtos Químicos e de Borracha	616 899	(14 149)	20 744	1 471	-	24 009	(13 276)	-	-	102 280
Produtos Minerais não Metálicos	363 449	(28 435)	431	-	-	13 103	(7 958)	-	-	20 152
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	877 138	(48 939)	14 592	194	-	2 407	-	-	-	155 603
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	280 584	(11 883)	3 079	584	-	31 249	(5 632)	-	-	120 022
Fabricação de Material de Transporte	113 698	(9 677)	630	10 741	14	33 298	(3 438)	-	-	34 662
Outras Indústrias Transformadoras	389 355	(27 340)	1 611	2 642	-	31 758	(11 280)	-	-	38 449
Electricidade, Gás e Água	1 458 334	(11 032)	155 360	23 846	-	687 307	-	-	-	487 693
Construção e Obras Públicas	4 429 927	(368 417)	416 606	57 643	-	27 858	(1 688)	-	-	2 292 619
Comércio por Grosso e a retalho	3 188 671	(289 276)	10 810	1 366	-	33 764	(15 430)	1 537	-	546 904
Turismo	1 453 173	(91 215)	14 625	65 301	-	39 439	(379)	-	-	101 949
Transportes e Comunicações	2 152 159	(46 964)	291 175	18 483	-	271 487	(8 916)	9 894	-	1 010 767
Atividades Financeiras	3 952 138	(123 257)	1 045 792	1 901 531	516 506	3 650 620	(70 301)	526 584	(20 794)	161 474
Atividades Imobiliárias	6 249 967	(431 611)	52 371	70 000	-	201 741	(1 891)	1 299	-	456 531
Serviços Prestados às Empresas	4 749 180	(369 927)	344 883	91 424	-	1 156 930	(33 197)	39 139	-	1 484 414
Administração e Serviços Públicos	954 941	(22 959)	1 361 185	515 994	-	4 405 389	-	295 271	-	227 198
Outras atividades de serviços coletivos	2 682 267	(268 571)	133 128	38 356	-	303 008	(46 089)	106 936	(18 317)	402 493
Crédito à Habitação	11 133 822	(169 114)	-	-	-	-	-	-	-	9
Crédito a Particulares	2 627 780	(191 270)	-	-	-	-	-	-	-	70 704
Outros	141 253	(1 946)	1 826	1 963	-	6 945	(4)	-	-	4 978
<b>TOTAL</b>	<b>50 398 734</b>	<b>(2 692 342)</b>	<b>3 925 399</b>	<b>2 821 553</b>	<b>516 520</b>	<b>10 993 277</b>	<b>(237 967)</b>	<b>980 660</b>	<b>(39 111)</b>	<b>8 023 520</b>

(milhares de euros)

	31.12.2011									
	Crédito a clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	435 935	(17 077)	11 803	-	-	11 315	(3 087)	-	-	45 525
Indústrias Extractivas	215 006	(9 788)	3 869	-	-	1 027	(546)	-	-	19 408
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	909 823	(44 215)	11 537	-	-	22 286	(52)	-	-	93 689
Têxteis e Vestuário	315 807	(28 171)	1 906	-	-	20 103	(2 238)	-	-	15 482
Curtes e Calçado	71 989	(5 842)	459	-	-	515	(499)	-	-	2 040
Madeira e Cortiça	159 555	(24 975)	812	-	-	1 372	-	-	-	6 879
Papel e Indústrias Gráficas	340 289	(6 638)	5 272	-	-	123 364	(1 989)	-	-	89 423
Refinação de Petróleo	29 233	(191)	3 204	-	-	4 154	-	-	-	6 997
Produtos Químicos e de Borracha	631 525	(11 442)	11 156	-	-	56 770	(13 389)	-	-	95 474
Produtos Minerais não Metálicos	435 583	(18 446)	475	-	-	37 764	(7 548)	-	-	26 912
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	845 522	(35 765)	1 324	-	-	500	-	-	-	122 800
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	278 209	(7 037)	2 381	-	-	62 612	(7 113)	-	-	162 205
Fabricação de Material de Transporte	332 333	(14 200)	504	-	-	585	(1 081)	-	-	29 431
Outras Indústrias Transformadoras	379 173	(23 987)	2 350	-	-	35 792	(8 413)	-	-	44 328
Electricidade, Gás e Água	1 607 225	(9 554)	92 584	-	-	526 959	(1 855)	-	-	626 046
Construção e Obras Públicas	4 694 390	(236 134)	344 306	56 000	-	153 446	(1 687)	-	-	2 566 951
Comércio por Grosso e a retalho	3 260 235	(257 343)	19 263	-	-	315 889	(15 203)	-	-	537 255
Turismo	1 571 254	(60 542)	17 522	-	-	2 874	(379)	-	-	96 906
Transportes e Comunicações	1 895 253	(85 982)	305 527	-	-	537 632	(8 915)	9 865	-	985 644
Atividades Financeiras	2 844 493	(141 628)	1 052 404	1 695 543	510 090	1 938 549	(25 239)	618 975	(21 393)	164 929
Atividades Imobiliárias	6 864 981	(304 091)	65 606	70 000	-	285 634	(1 776)	-	-	465 535
Serviços Prestados às Empresas	4 449 412	(217 566)	213 640	104 436	-	2 014 190	(29 923)	-	-	1 689 810
Administração e Serviços Públicos	1 062 578	(22 593)	889 770	-	-	4 689 214	-	805 437	-	244 897
Outras atividades de serviços coletivos	3 016 419	(264 537)	368 585	38 010	-	790 406	(35 392)	139 221	(10 923)	144 089
Crédito à Habitação	11 610 112	(160 473)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 715 482	(155 292)	-	-	-	-	-	-	-	91 311
Outros	239 010	(4 025)	8 380	-	-	18 196	(2 931)	-	-	2 001
<b>TOTAL</b>	<b>51 210 826</b>	<b>(2 167 444)</b>	<b>3 434 639</b>	<b>1 963 989</b>	<b>510 090</b>	<b>11 651 148</b>	<b>(168 282)</b>	<b>1 573 498</b>	<b>(32 316)</b>	<b>8 376 006</b>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a desagregação do crédito a clientes por *ratings* é como segue:

Modelos de Rating/Scoring	Escala Interna	(milhões de euros)			
		31.12.2012		31.12.2011	
		Valor do Crédito	(%)	Valor do Crédito	(%)
Modelos de Grandes Empresas	[aaa:a-]	8	0.02%	77	0.15%
	[bbb+;-bbb-]	2 313	4.59%	2 535	4.95%
	[bb+;bb-]	4 997	9.91%	4 697	9.17%
	[b+;b-]	8 080	16.02%	8 601	16.80%
	ccc+	1 277	2.53%	1 806	3.53%
Modelos de Médias Empresas	8-9	535	1.06%	692	1.35%
	10-11	532	1.06%	656	1.28%
	12-13	632	1.25%	859	1.68%
	14-15	438	0.87%	576	1.12%
	16-17	567	1.13%	596	1.16%
	18-19	342	0.68%	575	1.12%
	20-21	347	0.69%	457	0.89%
	22-23	294	0.58%	345	0.67%
Modelos de Pequenas Empresas	24-25	1 659	3.29%	1 016	1.98%
	A	71	0.14%	91	0.18%
	B	305	0.61%	365	0.71%
	C	620	1.23%	878	1.71%
	D	311	0.62%	382	0.75%
	E	251	0.50%	216	0.42%
Modelos de Crédito Habitação	F	557	1.11%	515	1.01%
	01	1 196	2.37%	1 107	2.16%
	02	4 341	8.61%	4 259	8.32%
	03	1 492	2.96%	1 632	3.19%
	04	710	1.41%	814	1.59%
	05	503	1.00%	574	1.12%
	06	488	0.97%	510	1.00%
	07	679	1.35%	696	1.36%
Modelos de Particulares	08	953	1.88%	1 101	2.15%
	01	86	0.17%	101	0.20%
	02	66	0.13%	117	0.23%
	03	130	0.26%	156	0.30%
	04	312	0.62%	328	0.64%
	05	136	0.27%	208	0.41%
	06	198	0.39%	244	0.48%
	07	144	0.29%	168	0.33%
	08	109	0.22%	144	0.28%
	09	260	0.52%	232	0.45%
10	4	0.01%	3	0.01%	
Créditos sem <i>rating/scoring</i> Interno		14 456	28.68%	12 882	25.15%
<b>TOTAL</b>		<b>50 399</b>	<b>100.00%</b>	<b>51 211</b>	<b>100.00%</b>

### Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhares de euros)

	31.12.2012			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	3 399	11 272	13 723	3 399
Risco taxa de juro	8 793	18 426	28 532	8 793
Acções e mercadorias	15 026	14 439	11 127	15 026
Volatilidade	7 112	7 222	7 173	7 112
Spread de Crédito	13 887	40 212	71 556	13 887
Efeito da diversificação	( 10 105)	( 17 030)	( 20 347)	( 10 105)
<b>Total</b>	<b>38 112</b>	<b>74 541</b>	<b>111 764</b>	<b>38 112</b>

(milhares de euros)

	31.12.2011			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	4 872	9 254	11 634	4 872
Risco taxa de juro	10 764	11 404	14 863	10 764
Acções e mercadorias	13 554	19 209	12 042	13 554
Volatilidade	14 291	30 073	57 979	14 291
Spread de Crédito	15 170	10 434	11 170	15 170
Efeito da diversificação	( 11 132)	( 15 638)	( 19 020)	( 11 132)
<b>Total</b>	<b>47 519</b>	<b>64 736</b>	<b>88 668</b>	<b>47 519</b>

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 38 112 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 47 519 milhares de euros) para as suas posições de negociação.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de repricing.

(milhares de euros)

	31.12.2012						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	7 492 060	438 713	6 664 597	269 579	103 370	15 754	46
Crédito a clientes	49 673 250	-	29 712 842	8 957 736	2 736 210	5 965 359	2 301 103
Títulos	16 725 064	7 367 973	4 002 972	1 359 061	1 058 477	1 742 554	1 194 026
Provisões Técnicas	3 804	3 804	-	-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>40 380 411</b>	<b>10 586 376</b>	<b>3 898 057</b>	<b>7 723 668</b>	<b>3 495 175</b>
Recursos de outras Inst. de Crédito	15 867 594	-	14 182 895	525 694	648 472	270 027	240 506
Depósitos	34 031 479	-	22 337 278	2 929 281	3 066 320	5 685 175	13 424
Títulos emitidos	15 858 652	-	5 139 450	752 979	279 880	6 547 539	3 138 805
Contratos de Investimento	3 319 944	545 779	25 622	371 293	-	1 671 301	705 950
Provisões Técnicas	1 547 697	1 531 105	-	-	-	5 904	10 689
<b>Total</b>			<b>41 685 244</b>	<b>4 579 247</b>	<b>3 994 673</b>	<b>14 179 946</b>	<b>4 109 373</b>
GAP de balanço (Activos - Passivos)	(2 464 796)		(1 304 833)	6 007 129	(96 616)	(6 456 278)	( 614 198)
Fora de Balanço			(6 114 471)	( 751 350)	509 366	6 289 980	66 475
<b>GAP estrutural</b>	<b>(2 464 796)</b>		<b>(7 419 305)</b>	<b>5 255 779</b>	<b>412 750</b>	<b>( 166 298)</b>	<b>( 547 723)</b>
<b>GAP acumulado</b>			<b>(7 419 305)</b>	<b>5 255 779</b>	<b>5 668 529</b>	<b>5 502 231</b>	<b>4 954 509</b>

(milhares de euros)

	31.12.2011						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	4 787 662	278 179	4 234 688	42 487	4 952	226 340	1 016
Crédito a clientes	49 095 349	-	33 287 221	10 443 084	2 274 857	1 797 421	1 292 766
Títulos	16 064 643	4 340 115	7 021 567	1 587 333	1 484 844	1 090 437	540 327
<b>Total</b>			<b>44 543 496</b>	<b>12 072 904</b>	<b>3 764 653</b>	<b>3 114 198</b>	<b>1 834 109</b>
Recursos de outras Inst. de Crédito	16 216 997	-	13 706 517	603 595	680 262	912 891	313 732
Depósitos	33 576 964	-	22 615 631	3 158 141	3 421 871	4 284 310	97 011
Títulos emitidos	19 086 330	-	9 370 785	711 284	245 487	6 266 941	2 491 833
<b>Total</b>			<b>45 692 933</b>	<b>4 473 020</b>	<b>4 347 620</b>	<b>11 464 142</b>	<b>2 902 576</b>
GAP de balanço (Activos - Passivos)	(3 550 931)		(1 149 437)	7 599 884	( 582 967)	(8 349 944)	(1 068 467)
Fora de Balanço	-		(5 810 719)	(1 737 590)	1 788 949	5 545 617	213 743
<b>GAP estrutural</b>	<b>(3 550 931)</b>		<b>(1 149 437)</b>	<b>7 599 884</b>	<b>( 582 967)</b>	<b>(8 349 944)</b>	<b>(1 068 467)</b>
<b>GAP acumulado</b>			<b>(1 149 437)</b>	<b>7 599 884</b>	<b>7 016 917</b>	<b>(1 333 027)</b>	<b>(2 401 494)</b>

De um ponto de vista de carteiras prudenciais são efetuadas análises de sensibilidade para o risco de taxa de juro da carteira bancária com base numa aproximação ao modelo da duração, sendo efetuados vários cenários de deslocação da curva de rendimentos em todos os escalões de taxa de juro.

milhares de euros

	31.12.2012				31.12.2011			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
Em 31 de Dezembro	( 85 483)	85 483	( 34 138)	34 138	175 371	( 175 371)	102 191	( 102 191)
Média do exercício	( 22 320)	22 320	( 976)	976	239 334	( 239 334)	132 845	( 132 845)
Máximo para o exercício	( 124 700)	124 700	60 383	( 60 383)	336 477	( 336 477)	179 158	( 179 158)
Mínimo para o exercício	13 477	( 13 477)	22 242	( 22 242)	175 371	( 175 371)	102 191	( 102 191)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, bem assim como os respetivos saldos médios e os juros do exercício:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Ativos monetários	4 885 099	192 458	3,94%	5 413 930	170 403	3,15%
Crédito a clientes	50 315 715	2 527 274	5,02%	51 519 608	2 678 426	5,20%
Aplicações em títulos	14 242 252	850 845	5,97%	13 333 830	737 976	5,53%
Aplicações diferenciais	-	-	-	11 481	-	-
<b>Ativos financeiros</b>	<b>69 443 066</b>	<b>3 570 577</b>	<b>5,14%</b>	<b>70 278 848</b>	<b>3 586 805</b>	<b>5,10%</b>
Recursos monetários	17 566 965	419 167	2,39%	16 511 041	460 256	2,79%
Recursos de clientes	34 029 787	1 037 769	3,05%	32 534 704	1 037 772	3,19%
Outros recursos	16 564 422	933 133	5,63%	21 233 104	907 186	4,27%
Recursos diferenciais	1 281 892	-	-	-	-	-
<b>Passivos financeiros</b>	<b>69 443 066</b>	<b>2 390 069</b>	<b>3,44%</b>	<b>70 278 848</b>	<b>2 405 214</b>	<b>3,42%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1 180 508</b>	<b>1,70%</b>		<b>1 181 591</b>	<b>1,68%</b>

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e dos passivos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, por moeda, é analisado como segue:

	31.12.2012				31.12.2011			
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD DOLAR DOS E.U.A.	( 802 201)	842 328	32 097	72 224	( 661 275)	835 766	41 845	216 336
GBP LIBRA ESTERLINA	466 168	( 467 042)	( 1 057)	( 1 931)	480 536	( 476 598)	( 80)	3 858
BRL REAL DO BRASIL	187 801	( 183 686)	( 4 738)	( 623)	210 597	( 200 379)	16 357	26 575
DKK COROA DINAMARQUESA	21 947	( 21 579)	-	368	216	( 3 720)	-	( 3 504)
JPY IENE JAPONÊS	27 297	5 171	( 40 166)	( 7 698)	( 8 799)	17 400	( 10 271)	( 1 670)
CHF FRANCO SUÍÇO	9 944	( 6 962)	( 1 286)	1 696	53 075	( 48 646)	( 1 291)	3 138
SEK COROA SUECA	7 403	( 7 778)	( 53)	( 428)	( 2 138)	1 305	182	( 651)
NOK COROA NORUEGUESA	( 49 539)	49 807	69	337	( 3 251)	1 030	( 54)	( 2 275)
CAD DÓLAR CANADIANO	22 866	( 23 290)	( 7 227)	( 7 651)	40 169	( 62 399)	456	( 21 774)
ZAR RAND DA ÁFRICA DO SUL	( 5 569)	4 475	497	( 597)	( 602)	( 715)	2 637	1 320
AUD DÓLAR AUSTRALIANO	( 8 510)	10 124	17	1 631	98 577	( 101 357)	3 106	326
AOA KWANZA DE ANGOLA	( 53 208)	-	-	( 53 208)	( 228 429)	-	-	( 228 429)
CZK COROA CHECA	5	-	-	5	3 804	302	( 2 247)	1 859
MXN PESO MEXICANO	63 789	( 75 772)	9 338	( 2 645)	61 971	( 81 497)	3 215	( 16 311)
OUTRAS	16 727	45 008	34 626	96 361	( 6 276)	( 54 170)	80 319	19 873
	<b>( 95 080)</b>	<b>170 804</b>	<b>22 117</b>	<b>97 841</b>	<b>38 175</b>	<b>( 173 678)</b>	<b>134 174</b>	<b>( 1 329)</b>

Nota: ativo / (passivo)

### Exposição a dívida pública de países periféricos da Zona Euro

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a exposição do Grupo a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012						
	Crédito a clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados <sup>(1)</sup>	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	935 771	592 985	31 143	2 468 941	128 147	4 156 987
Espanha	111 121	568	( 76)	605 499	-	717 112
Grécia	-	3 439	-	-	-	3 439
Irlanda	-	-	-	-	24 894	24 894
Itália	-	6 225	-	21 290	-	27 515
Hungria	-	-	-	-	-	-
	<b>1 046 892</b>	<b>603 217</b>	<b>31 067</b>	<b>3 095 730</b>	<b>153 041</b>	<b>4 929 947</b>

<sup>(1)</sup> Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

(milhares de euros)

31.12.2011						
	Crédito a clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados <sup>(1)</sup>	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	876 702	123 852	69 714	2 820 649	-	3 890 917
Espanha	132 418	563	1 989	4 096	-	139 066
Grécia	-	-	( 265)	-	-	( 265)
Irlanda	-	-	( 1 069)	-	-	( 1 069)
Itália	-	-	( 2 865)	-	-	( 2 865)
Hungria	-	-	-	-	-	-
	<b>1 009 120</b>	<b>124 415</b>	<b>67 504</b>	<b>2 824 745</b>	<b>-</b>	<b>4 025 783</b>

<sup>(1)</sup> Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

Exceto no que se refere ao crédito a clientes e aos investimentos detidos até à maturidade, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivativos com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados é como segue:



(milhares de euros)

31.12.2012						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
<b>Ativos Disponíveis para Venda</b>						
<b>Portugal</b>	<b>2 669 666</b>	<b>2 421 241</b>	<b>47 700</b>	<b>2 468 941</b>	-	<b>191 142</b>
Maturidade até 1 ano	187 331	186 135	113	186 248	-	498
Maturidade superior 1 ano	2 482 335	2 235 106	47 587	2 282 693	-	190 644
<b>Espanha</b>	<b>616 092</b>	<b>597 401</b>	<b>8 098</b>	<b>605 499</b>	-	<b>2 190</b>
Maturidade até 1 ano	389 350	383 681	325	384 006	-	796
Maturidade superior 1 ano	226 742	213 720	7 773	221 493	-	1 394
<b>Itália</b>	<b>20 000</b>	<b>20 867</b>	<b>423</b>	<b>21 290</b>	-	<b>478</b>
Maturidade até 1 ano	-	-	-	-	-	-
Maturidade superior 1 ano	20 000	20 867	423	21 290	-	478
	<b>3 305 758</b>	<b>3 039 509</b>	<b>56 221</b>	<b>3 095 730</b>	-	<b>193 810</b>

<b>Ativos Financeiros de Negociação</b>						
Portugal	158 946	141 676	3 807	145 483	-	-
Espanha	304	302	-	302	-	-
	<b>159 250</b>	<b>141 978</b>	<b>3 807</b>	<b>145 785</b>	-	-

<b>Ativos Financeiros ao Justo Valor</b>						
Portugal	523 775	439 544	7 958	447 502	-	-
Espanha	260	259	7	266	-	-
Grécia	129 655	3 439	-	3 439	-	-
Itália	5 969	6 224	1	6 225	-	-
	<b>659 659</b>	<b>449 466</b>	<b>7 966</b>	<b>457 432</b>	-	-

<b>Investimentos até à Maturidade</b>						
Portugal	137 000	126 431	1 716	128 147	-	-
Irlanda	24 000	24 051	844	24 894	-	-
	<b>161 000</b>	<b>150 482</b>	<b>2 560</b>	<b>153 041</b>	-	-

(milhares de euros)

31.12.2011						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
<b>Ativos Disponíveis para Venda</b>						
<b>Portugal</b>	<b>3 187 790</b>	<b>2 780 693</b>	<b>39 726</b>	<b>2 820 649</b>	-	<b>( 124 406)</b>
Maturidade até 1 ano	2 069 941	2 040 481	14 542	2 055 236	-	( 16 736)
Maturidade superior 1 ano	1 117 849	740 212	25 184	765 413	-	( 107 670)
<b>Espanha</b>	<b>4 036</b>	<b>4 027</b>	<b>69</b>	<b>4 096</b>	-	<b>( 9)</b>
Maturidade até 1 ano	4 014	4 004	68	4 072	-	( 4)
Maturidade superior 1 ano	22	23	1	24	-	( 5)
	<b>3 191 826</b>	<b>2 784 720</b>	<b>39 795</b>	<b>2 824 745</b>	-	<b>(124 415)</b>
<b>Ativos Financeiros de Negociação</b>						
Portugal	126 208	120 458	3 394	123 852	-	-
Espanha	568	563	-	563	-	-
	<b>126 776</b>	<b>121 021</b>	<b>3 394</b>	<b>124 415</b>	-	-

### *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado.
- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ou refinar a dívida que está a maturar, nos prazos e na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

No exercício de 2012 as autoridades comunitárias e o BCE implementaram medidas que conduziram a alguma estabilização do sentimento e das condições dos mercados financeiros. Para esta estabilização muito contribuíram:

- A atuação do Banco Central Europeu que, para além de ter reduzido a taxa de referência de 1% para 0.75%, realizou, entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, duas operações de cedência de liquidez a três anos (LTRO), alargou os critérios de elegibilidade dos ativos aceites como colateral em operações de política monetária e reduziu o limite das reservas mínimas obrigatórias junto do Banco Central Europeu (de 2% para 1%). Estas medidas permitiram um acréscimo de liquidez disponível no mercado, num período onde estava previsto ocorrerem importantes vencimentos de dívida do setor bancário;
- A reestruturação da dívida grega, apesar de não ter dissipado por completo a crise da dívida soberana das economias "periféricas" da Zona Euro;
- Os resultados do Conselho Europeu do final de junho e as declarações do presidente do BCE de suporte ao Euro em julho;
- As resoluções adotadas na reunião do BCE em setembro, em especial os detalhes do novo programa de aquisição de dívida pública (*Outright Monetary Transactions* – "OMT").

Esta última medida teve um papel fundamental para a redução dos riscos sistémicos, representando um passo importante na estabilização financeira da Zona Euro. Em consequência, no quarto trimestre de 2012, as *yields* das dívidas soberanas de todos os países periféricos registaram uma queda acentuada e no final do trimestre as *yields* da dívida pública portuguesa já registavam níveis inferiores aos observados aquando do pedido de assistência financeira efetuado em abril de 2011.

No final do ano, o valor da carteira de ativos elegíveis para operações de redesconto era de 22,3mM€, dos quais 19,4mM€ junto do Banco Central Europeu.

Com o objetivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

(milhões de euros)

	31.12.2012						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
<b>ATIVOS</b>							
Caixa e disponibilidades	420	420	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	7 072	5 614	504	607	223	95	30
Crédito a clientes	43 500	561	1 170	1 411	1 501	2 291	36 566
Títulos	25 684	2 601	1 140	2 226	889	1 500	17 328
Provisões Técnicas	4	4	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	1 816	1 816	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	6 570	313	139	268	454	513	4 883
<b>Total</b>		<b>11 329</b>	<b>2 953</b>	<b>4 512</b>	<b>3 067</b>	<b>4 399</b>	<b>58 807</b>
<b>PASSIVOS</b>							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimo	16 110	2 092	515	680	479	770	11 573
Depósitos de clientes	33 789	594	957	1 974	731	138	29 396
Títulos Emitidos	15 862	176	441	1 936	927	278	12 103
Contratos de investimento	3 320	21	1	83	63	162	2 989
Provisões Técnicas	1 548	10	5	14	28	71	1 418
Outros passivos exigíveis a curto prazo	1 589	1 589	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	10 188	330	201	417	624	520	8 096
<b>Total</b>		<b>4 812</b>	<b>2 120</b>	<b>5 104</b>	<b>2 852</b>	<b>1 939</b>	<b>65 575</b>
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>		<b>6 515</b>	<b>833</b>	<b>( 593)</b>	<b>214</b>	<b>2 459</b>	
<b>GAP Acumulado</b>		<b>6 515</b>	<b>7 348</b>	<b>6 755</b>	<b>6 970</b>	<b>9 429</b>	
<b>Buffer de activos liq &gt; 12 meses</b>							<b>581</b>

(milhões de euros)

	31.12.2011						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
<b>ATIVOS</b>							
Caixa e disponibilidades	436	436	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	4 509	2 368	823	1 037	42	8	232
Crédito a clientes	48 372	614	1 610	1 800	1 652	2 543	40 152
Títulos	19 307	536	1 727	2 193	727	474	13 650
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	3 779	3 779	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	6 141	217	175	535	856	475	3 883
<b>Total</b>		<b>7 950</b>	<b>4 335</b>	<b>5 565</b>	<b>3 277</b>	<b>3 500</b>	<b>57 917</b>
<b>PASSIVOS</b>							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimo	16 535	3 642	2 319	2 457	583	462	7 072
Depósitos de clientes	33 259	85	1 065	1 987	531	1 067	28 524
Títulos Emitidos	19 124	30	2 774	2 944	555	2 09	12 612
Contratos de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos exigíveis a curto prazo	1 683	1 683	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	12 224	282	292	754	939	541	9 415
<b>Total</b>		<b>5 722</b>	<b>6 450</b>	<b>8 142</b>	<b>2 608</b>	<b>2 279</b>	<b>57 623</b>
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>		<b>2 229</b>	<b>( 2 116)</b>	<b>( 2 578)</b>	<b>668</b>	<b>1 221</b>	
<b>GAP Acumulado</b>		<b>2 229</b>	<b>113</b>	<b>( 2 465)</b>	<b>( 1 797)</b>	<b>( 575)</b>	
<b>Buffer de activos liq &gt; 12 meses</b>							<b>2 752</b>

O Gap Acumulado a um ano passou de -575 milhões de euros em dezembro de 2011 para 9 429 milhões de euros em dezembro de 2012. De referir que em dezembro de 2012 este valor inclui a BES Vida. A variação positiva reflete a orientação conservadora da gestão do risco de liquidez com a liquidificação de ativos e o alongamento dos passivos.

Adicionalmente, e de acordo com a instrução nº13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido através do indicador  $(\text{Ativos líquidos} - \text{Passivos voláteis}) / (\text{Ativo} - \text{Ativos líquidos}) * 100$  em cada escala cumulativa de maturidade residual. Os ativos líquidos incluem os valores de tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem as emissões, os compromissos assumidos, os derivados e outros passivos. Este indicador permite uma caracterização do risco de *wholesale* das instituições.

O *gap* de liquidez até um ano do Grupo BES era, a 31 de dezembro de 2012, de -1,7, que compara com -15,0 no período homólogo do ano anterior e estando alinhado com os restantes bancos em Portugal (-5.4 em junho de 2012). Esta variação positiva reflete, conforme referido anteriormente, a liquidificação de ativos e o alongamento dos passivos. De salientar que os valores acima apresentados, calculados no âmbito do reporte da Instrução nº13/2009 ao Banco de Portugal, não incluem a BES Vida, cuja atividade é regulada pelo Instituto de Seguros de Portugal, que estabelece limites de exposição para diversificação e dispersão prudencial.

De forma a tentar antecipar possíveis impactos negativos, são efetuados cenários de stress com diferentes severidades (moderado e severo), diferentes horizontes temporais e diferentes áreas de impacto (sistémico, específico ao Banco e combinado). No cenário sistémico simula-se por exemplo o fecho do mercado de *wholesale*, enquanto no cenário específico ao Banco se simula o *run-off*, com severidades diferentes, de depósitos de clientes de retalho e não-retalho.

A 31 de dezembro de 2012, o *buffer* de ativos líquidos (constituído por disponibilidades em Bancos centrais e títulos disponíveis na *pool* de ativos redescontáveis no BCE) excedia as saídas de caixa decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*.

Já em janeiro de 2013, o *Bank of International Settlements*, no enquadramento de Basileia III, publicou nova legislação referente ao rácio de liquidez *Liquidity Coverage Ratio* (LCR). O Grupo BES, a 31 de dezembro de 2012, cumpria já com o limite estabelecido para 2015 relativamente a este rácio.

#### *Risco operacional*

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Entende-se, assim, risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de compliance e de reputação.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no

Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

#### *Risco específico da atividade seguradora (ramo vida)*

##### Subscrição

Existem normas escritas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

##### Tarifação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

A priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows e a posteriori, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do *Market Consistent Embedded Value*.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efetuar. O cálculo do *Market Consistent Embedded Value* é realizado uma vez por ano pela Companhia e revisto por consultores externos.

##### Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuarialmente reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega ativos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados para os ativos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos. A adequação da estimativa das responsabilidades da atividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor atual dos cash-flows futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

### Risco específico de seguro

#### Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez. O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias. O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro. O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projeção realística de cashflows – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

#### Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da Companhia. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projeção realística de cash-flows – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	Tábua de mortalidade	Taxa Técnica
<b>Planos de poupança reforma e produtos de capitalização</b>		
Até Dezembro de 1997	GKM 80	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	GKM 80	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	GKM 80	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
<b>Seguros em caso de vida</b>		
<u>Rendas</u>		
Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro 2003	TV 73/77	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	GKF 95	3%
Após Setembro de 2006	GKM - 3 anos	2%
<u>Outros seguros</u>		
<i>Seguros em caso de morte</i>		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	0% a 2%
<i>Seguros mistos</i>		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3%

(\*) Nos anos de 2012 e 2011 a taxa técnica foi de 2%

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os cash-flows futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados à taxa de juro sem risco. O modelo usado na Companhia segue as metodologias emanadas pelo CFO Forum para o efeito.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

Tábua de mortalidade	
Rendas	GRM 95
Poupança e outros contratos	30% GKM 80

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade no *Market Consistent Embedded Value* da atividade seguradora:

	(milhares de euros)
	31-12-2012
Crescimento de 10% nos resgates	( 3 873)
Decréscimo de 10% nos resgates	4 896
Crescimento de 5% na taxa de mortalidade (vida excepto rendas)	( 1 789)
Decréscimo de 5% na taxa de mortalidade (vida excepto rendas)	2 055

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade relativas ao impacto líquido de imposto nas reservas e em ganhos e perdas das variações da taxa de juro sem risco e do valor de mercado das ações da atividade seguradora:

	(milhares de euros)	
	31-12-2012	
	Resultado Líquido	Reserva líquida de imposto
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	1 701	( 55 632)
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	( 1 819)	60 249
Desvalorização de 10% no valor de mercado das acções	-	( 30 219)
Valorização de 10% no valor de mercado das acções	-	30 219

### *Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade*

O principal objetivo da gestão de capital no Grupo consiste em assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência do Conselho de Administração encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Grupo foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de março de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “*Internal Ratings Based*” – IRB) para o risco de crédito e o método “*Standard*” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – TSA).

Os elementos de capital do Grupo BES para efeitos da determinação do rácio de solvabilidade, dividem-se em *Core Tier I*, Fundos Próprios de Base (ou *Tier I*), Fundos Próprios Complementares e Fundos Próprios Totais, com a seguinte composição:

- *Core Tier I*: Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, os prémios de emissão, as reservas elegíveis, os resultados positivos retidos do exercício quando certificados e os interesses que não controlam. As reservas de justo valor são excluídas com exceção da dedução das reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital; também é dedutível ao *Core Tier I* o valor de balanço dos montantes relativos a “Goodwill” apurado, ativos intangíveis, desvios atuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor prudencial e, quando aplicável, os resultados negativos do exercício.
- *Fundos Próprios de Base (Tier I)*: Para além dos valores considerados como Core Tier I, esta categoria inclui as ações preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Constituem elementos dedutíveis aos fundos próprios de base metade do valor convertido em participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco da parte que exceda a soma das correções de valor e provisões existentes.



- **Fundos Próprios Complementares (*Tier II*):** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco que ultrapassem o valor da soma das correções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- **Deduções:** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que o *Tier II* não exceda os Fundos próprios de base. Adicionalmente, determinadas componentes do *Tier II* (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos Fundos próprios de base.

Em dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, com início em dezembro de 2009, para o reconhecimento dos desvios atuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos ativos do fundo relativos a este mesmo ano. Este período transitório terminou em dezembro de 2012, que coincide com a última amortização prudencial.

Em maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio Core Tier I não inferior a 9% em 31 de dezembro de 2011, e de 10% até 31 de dezembro de 2012. Simultaneamente os bancos europeus devem observar um rácio *Core Tier I* de 9% nos termos definidos pela Autoridade Bancária Europeia (*EBA*).

Os principais movimentos ocorridos nos Fundos próprios de base nos termos definidos pelo Banco de Portugal para 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhões de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Saldo no início do exercício</b>	6 171	6 040
Aumento de capital (troca de híbridos por capital)	-	521
Aumento de capital, líquido de despesas de emissão	998	-
Instrumentos híbridos	( 19)	( 675)
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)	42	( 119)
Interesses que não controlam, excluindo híbridos	2	94
Goodwill	( 166)	139
Desvios atuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	( 526)	144
Amortização do período transitório IFRS	( 12)	( 13)
Dedução de participações em sociedades financeiras e outros elementos	( 165)	202
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	142	( 164)
Outros efeitos	( 29)	2
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>6 438</b>	<b>6 171</b>

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BES para 31 de dezembro de 2012 e 2011:

		(milhões de euros)	
		31.12.2012	31.12.2011
<b>A - Fundos Próprios</b>			
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Ações Próprias		6 074	5 106
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)		1 237	1 195
Interesses que não controlam		587	585
Ativos Intangíveis		( 141)	( 142)
Desvíos Atuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial		( 741)	( 215)
Goodwill		( 506)	( 340)
Reservas de justo valor com impacto prudencial		( 52)	( 194)
Período transitório IFRS		13	25
<b>Fundos Próprios para determinação do Rácio <i>Core Tier I</i></b>	<b>( A1 )</b>	<b>6 471</b>	<b>6 020</b>
Instrumentos Híbridos elegíveis para Tier I		226	245
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		( 259)	( 94)
<b>Fundos Próprios para determinação do Rácio <i>Core Tier I EBA</i></b>	<b>( C )</b>	<b>6 091</b>	<b>-</b>
<b>Fundos Próprios de Base (<i>TIER I</i>)</b>	<b>( A2 )</b>	<b>6 438</b>	<b>6 171</b>
45% das Reservas de justo valor Positivas		47	25
Dívida Subordinada elegível		801	923
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		( 259)	( 90)
<b>Fundos Próprios Complementares (<i>TIER II</i>)</b>		<b>589</b>	<b>858</b>
<b>Deduções</b>		<b>( 72)</b>	<b>( 59)</b>
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>( A3 )</b>	<b>6 955</b>	<b>6 970</b>
<b>B - Ativos de Risco</b>			
Calculados de acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		56 454	59 705
Calculados de acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		1 503	1 742
Calculados de acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		3 694	3 938
<b>Total de Ativos de Risco Equivalentes</b>	<b>( B )</b>	<b>61 651</b>	<b>65 385</b>
<b>C - Rácios Prudenciais</b>			
Rácio <i>Core Tier I</i>	( A1 / B )	10,5%	9,2%
Rácio <i>Core Tier I EBA</i>	( C / B )	9,9%	-
Rácio <i>Tier I</i>	( A2 / B )	10,4%	9,4%
Rácio de Solvabilidade	( A3 / B )	11,3%	10,7%

### *Planos de Financiamento e de Capitalização (2011–2015)*

De acordo com o Memorando de Política Económica e Financeira subscrito entre o Governo Português, por um lado, a Comissão Europeia (CE), Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), por outro, os bancos portugueses tem de elaborar trimestralmente planos de financiamento e de capitalização para o período 2011 a 2015 de forma a alcançarem os seguintes objetivos:

- O rácio crédito/depósitos deverá convergir para o valor de 120% a partir de dezembro de 2014, inclusive;
- O rácio de financiamento estável (*stable funding ratio*) deverá ser de 100% a partir de dezembro de 2014, inclusive;
- O rácio *Core Tier I* deverá situar-se acima dos 10% após dezembro de 2012, conforme estabelecido pelo Aviso 3/2011 do Banco de Portugal.

Adicionalmente, os planos de financiamento dos bancos devem considerar que a dependência das sucursais e filiais no estrangeiro de fundos domésticos deverá ser minimizada; devem reduzir a dependência do financiamento do BCE; considerar um acesso moderado ao mercado de curto prazo e uma abertura gradual do mercado internacional de médio e longo prazo a partir do 4.º trimestre de

2013; e deviam ser suportados por políticas comerciais de apoio aos setores da economia portuguesa, designadamente às pequenas e médias empresas.

Para efeitos de elaboração do plano inicial e revisões trimestrais, são fornecidas pelo Banco de Portugal e em articulação com a CE/BCE/FMI projeções sobre as variáveis macroeconómicas relevantes domésticas, de crescimento do PIB nas geografias de maior relevância para a atividade dos bancos e ainda projeções de taxas de juro de referência e outros parâmetros indispensáveis à elaboração dos planos. No contexto do plano para o período em referência, sublinha-se ainda o facto de o mesmo ser objeto de um exercício de *stress test* onde os bancos deverão, num cenário extremo, apresentar um rácio *Core Tier I* superior a 6% durante o referido período (2011 a 2015).

## NOTA 52 – COMPROMISSOS CONTRATUAIS

### *Operações de Securitização*

Ao longo do ano de 2011 e 2012, as operações de titularização originadas pelo BES sofreram sucessivos cortes de *rating*, na sequência dos *downgrades* efetuados pelas várias agências de *rating* à República Portuguesa e aos bancos portugueses. Tradicionalmente, este tipo de operações incluem nas suas estruturas diversos mecanismos de proteção de risco, nomeadamente os decorrentes da substituição de contrapartes com notações de risco abaixo dos níveis mínimos exigidos pelas agências de *rating* ou decorrentes de ações que permitam mitigar o risco de exposição a essas contrapartes.

O BES atuava como contraparte de *swap* em duas das suas operações de titularizações de créditos hipotecários (Lusitano Mortgages No.6 e o Lusitano Mortgages No.7). O desempenho destas funções em operações de titularização está reservado a entidades que respeitem os níveis mínimos de *rating* estabelecidos pelas agências de *rating*. Assim, na sequência dos *downgrades*, a posição do BES na operação Lusitano Mortgages No.6 foi transferida para uma instituição financeira que respeita os critérios de elegibilidade das agências e na operação Lusitano Mortgages No.7, procedeu-se à reestruturação da operação.

Adicionalmente, na sequência do *downgrade* da República Portuguesa por parte da Moody's, em fevereiro de 2012, esta agência de *rating* fixou em Baa1 o *rating* máximo atribuível a obrigações emitidas em operações de titularização. Assim, a operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas realizada pelo BES em dezembro de 2010 – Lusitano SME No.2 – perdeu a elegibilidade para redesconto junto do BCE, tendo o BES optado por exercer a sua opção de reembolso antecipado no dia 23 de março de 2012.

### *Obrigações Hipotecárias*

As emissões de obrigações hipotecárias sofreram igualmente um forte impacto pelo *downgrade* da República Portuguesa e dos bancos portugueses. Como consequência, o BES deixou de poder ser

contraparte nas operações *swaps* de taxa de juro, tendo procedido à sua transferência e, em alguns casos, à sua anulação.

#### *Contract Support Annex (CSA)*

O BES tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negocia derivados em mercado de balcão. Os *CSA* revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negociam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objetivo fornecer proteção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transações de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association (ISDA)* e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.

### NOTA 53 – TRANSFERENCIA DE ATIVOS

No âmbito do processo de reestruturação do setor imobiliário português, foram lançadas várias iniciativas no sentido de serem criadas condições financeiras, operacionais e de gestão que pudessem revitalizar o setor. Nesse sentido, o Governo, em estreita ligação com as empresas e o setor financeiro, incluindo o Grupo BES, encorajou a criação de sociedades e de fundos especializados que, através de operações de concentração, agregação, fusão e gestão integradas, permitissem a obtenção das sinergias necessárias à recuperação do setor. Tendo em vista os referidos objetivos foram constituídas sociedades (empresas-mãe), com participação minoritária do Grupo BES, que, por sua vez, passaram a deter a quase totalidade do capital de certas subsidiárias (subsidiárias daquelas empresas-mãe) com o objetivo de adquirirem certos créditos bancários imobiliários.

No exercício de 2012 o BES realizou um conjunto de operações de cedência de ativos financeiros (nomeadamente crédito a clientes) para aquelas últimas entidades (subsidiárias das empresas-mãe). Estas entidades são responsáveis pela gestão dos ativos recebidos em colateral que, após a cedência dos créditos, têm como objetivo a implementação de um plano de valorização dos mesmos. A quase totalidade dos ativos financeiros cedidos nestas operações foi desreconhecida do balanço do Grupo, uma vez que foi transferida para as referidas entidades terceiras a parte substancial dos riscos e benefícios associados a estes bem como o respetivo controlo.

As referidas entidades adquirentes têm uma estrutura de gestão específica, totalmente autónoma dos bancos cedentes, que é selecionada na data da sua constituição e tem como principais responsabilidades:

- definir o objetivo da entidade;
- administrar e gerir em regime exclusivo e independente os ativos adquiridos, determinar os objetivos e política de investimento e o modo de conduta da gestão e negócios da entidade.

As entidades adquirentes são financiadas, predominantemente, através da emissão de instrumentos de capital de natureza sénior que são totalmente subscritos pelas sociedades empresa-mãe. O valor do capital representado por títulos sénior iguala o justo valor do ativo objeto de cedência, determinado mediante um processo negocial baseado em avaliações efetuadas por ambas as partes. Estes títulos são remunerados a uma taxa de juro que reflete o risco da sociedade detentora dos ativos. Adicionalmente, o financiamento pode ser complementado pela subscrição pelos bancos de instrumentos de capital júnior pela diferença entre o valor de balanço dos créditos cedidos e o justo valor que teve por base a valorização do título sénior. Estes instrumentos juniores, quando subscritos pelo Grupo BES, darão direito a um valor positivo contingente, caso o valor dos ativos transferidos ultrapasse o montante das prestações seniores acrescido da remuneração das mesmas, e encontra-se limitado a um máximo de 25% do valor global que resulta dos títulos sénior e títulos junior emitidos.

Considerando que estes títulos júnior refletem um diferencial de avaliação dos ativos cedidos, tendo por base avaliações efetuadas por entidades independentes e um processo negocial entre as partes, os mesmos encontram-se integralmente provisionados no balanço do Grupo.

Assim, na sequência das operações de cedência de ativos ocorridas em 2012, o Grupo subscreeveu:

- instrumentos de capital, representativos do capital das sociedades empresas-mãe em que os cash flows que permitirão a sua recuperação são provenientes de um conjunto alargado de ativos cedidos pelos vários bancos. Estes títulos encontram-se registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda sendo avaliados a mercado, com valorização divulgada regularmente pelas referidas empresas cujas contas são auditadas no final de cada ano;
- instrumentos juniores, emitidos pelas sociedades adquirentes dos créditos que se encontram a ser totalmente provisionados por refletirem a melhor estimativa da imparidade dos ativos financeiros cedidos.

sendo que das referidas subscrições pelo Grupo BES resultou uma posição claramente minoritária no capital das referidas entidades.

Neste contexto, não tendo controlo mas permanecendo com algum risco e benefício, o Grupo BES, nos termos da IAS 39.21, procedeu a uma análise da exposição à variabilidade de riscos e benefícios nos ativos transferidos, antes e após a operação, tendo concluído que não reteve substancialmente a maior parte dos riscos e benefícios. Adicionalmente e considerando que também não tem controlo, procedeu, nos termos da IAS 93.20c(i), ao desreconhecimento dos ativos transferidos e ao reconhecimento dos ativos recebidos como contrapartida, como se mostra no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Valores à data da transferência							
	Valores associados à Cedência de Activos			Subscrição de Títulos				
	Activos Líquidos Cedidos	Valor da Transferência	Resultado Apurado com a Transferência	Acções (Títulos Senior)	Títulos Junior	Total	Imparidade	Valor líquido
Fundo Recuperação Turismo, FCR	282 121	282 121	-	256 891	34 906	291 797	(34 906)	256 891
FLIT SICAV	252 866	254 547	1 682	235 304	23 247	258 551	(23 247)	235 304
Discovery Portugal Real Estate Fund	96 196	93 208	(2 988)	96 812	-	96 812	-	96 812
Fundo Vallis Construction Sector	66 272	66 272	-	81 002	21 992	102 994	(21 992)	81 002
	<b>697 455</b>	<b>696 148</b>	<b>(1 307)</b>	<b>670 009</b>	<b>80 145</b>	<b>750 154</b>	<b>(80 145)</b>	<b>670 009</b>

Conforme evidenciado no quadro acima, no âmbito das operações de cedência, os títulos subscritos de natureza subordinada (títulos júnior) especificamente relacionados com os ativos cedidos, encontram-se provisionados na sua totalidade. O valor das provisões constituídas em 2012 na sequência destas operações ascende a cerca de 80,1 milhões de euros.

Apesar de os títulos juniores se encontrarem totalmente provisionados, o Grupo mantém também uma exposição indireta aos ativos financeiros cedidos, no âmbito de uma participação minoritária na *pool* de todos os ativos cedidos por outras instituições financeiras, por via das ações das empresas-mãe subscritas. Existiu porém uma operação com a sociedade FLITPTREL VIII em que, pelo facto de a sociedade adquirente deter substancialmente ativos cedidos pelo Grupo BES e considerando a detenção dos títulos júnior, o teste da variabilidade resultou numa exposição substancial a todos os riscos e benefícios. Nessa circunstância, a operação, no montante de 60 milhões de euros, manteve-se reconhecida no balanço na rubrica de crédito a clientes.

## NOTA 54 – CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS OCORRIDAS NO PERÍODO

### BES VIDA

Até 30 de abril de 2012, o BES detinha uma participação de 50% no capital social da BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (“BES Vida”), uma companhia de seguros do ramo vida que distribui os seus produtos em Portugal e Espanha. O controlo sobre as atividades da BES Vida era exercido pelo Credit Agricole, S.A., detentor dos 50% remanescentes do respetivo capital social.

Conforme referido na Nota 1, em maio de 2012 o BES adquiriu a participação de 50% detida pelo Credit Agricole, S.A. com o objetivo de potenciar a comercialização dos produtos oferecidos pela BES Vida.

Assim, após esta aquisição, o BES passou a deter a totalidade das ações representativas do capital social da BES Vida e a controlar as suas atividades operacionais e financeiras. Como tal, a participação na BES Vida, que previamente à referida aquisição qualificava como um investimento em associada e era registada nas contas consolidadas do BES pelo método da equivalência patrimonial, passou a

qualificar como um investimento em subsidiária pelo que as respetivas demonstrações financeiras passaram a ser consolidadas pelo método integral a partir de maio de 2012.

O investimento total adicional efetuado em 2012 ascendeu a cerca de 225 milhões de euros, tendo a BES Vida reembolsado as prestações acessórias, em outubro de 2012, no valor de 125 milhões de euros.

Esta transação foi contabilizada de acordo com o disposto no parágrafo 42 do IFRS 3 relativo a concentrações de atividades empresariais alcançadas por etapas, o qual requer que numa aquisição de partes de capital da qual resulte a obtenção de controlo, qualquer participação anteriormente detida na adquirida, seja mensurada ao justo valor na data da aquisição e que o ganho ou perda daí decorrente seja reconhecido em resultados. Os montantes previamente registados na reserva de justo valor devem ser transferidos para resultados.

Adicionalmente e de acordo com o parágrafo 45 do IFRS 3, esta aquisição foi registada em base provisória, uma vez que a mesma ocorreu em maio de 2012 e o Grupo está ainda em processo de quantificação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos nomeadamente no que se refere à possibilidade de utilização de prejuízos fiscais existentes na data de aquisição, a qual está condicionada à aprovação pelo Ministério das Finanças. O eventual impacto desta situação traduzir-se-á numa diminuição do valor do *goodwill* por contrapartida de impostos diferidos ativos na data da aquisição no montante de 33 milhões de euros . Este processo deverá estar concluído até 30 de abril de 2013.

O balanço da BES Vida reportado a 1 de maio de 2012 e utilizado para efeitos da primeira consolidação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BES foi o seguinte:

<b>Balanço da BES</b>	
<b>Vida</b>	
<b>01.05.2012</b>	
<b>(milhares de euros)</b>	
<b>Activo</b>	
Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito	198 648
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 759 100
Activos financeiros disponíveis para venda	1 917 328
Investimentos detidos até à maturidade	159 551
Activos tangíveis	93 864
Activos intangíveis	76 641
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 512
Activos por impostos	112
Outros activos	178 712
	<b>5 386 468</b>
<b>Passivo</b>	
Provisões técnicas	1 880 631
Contratos de investimento	3 053 344
Outros passivos financeiros	194 434
Passivos por impostos	2 342
Outros passivos	40 291
	<b>5 171 042</b>
<b>Capital próprio</b>	
Capital	50 000
Outras reservas e resultados transitados	165 426
	<b>215 426</b>
	<b>5 386 468</b>

O justo valor dos activos e passivos adquiridos inclui o montante de 107 768 milhares de euros (76 515 milhares de euros, líquido de imposto), na rubrica de activos intangíveis, relativo ao *value in force* da carteira de seguros do ramo vida. Este activo será amortizado durante a vida remanescente dos contratos adquiridos.

O *goodwill* reconhecido na sequência da referida aquisição ascende a cerca de 234 574 milhares de euros e explica-se como segue:



	%	milhares de euros
<i>Goodwill como o excesso de:</i>		
Montante pago		225 000
Justo valor, determinado na data da aquisição, da participação de 50% previamente detida na BES Vida		225 000
		450 000
<i>Sobre:</i>		
Justo valor dos ativos e passivos adquiridos <sup>(1)</sup>	100	215 426
Goodwill determinado e em base provisória		234 574

<sup>(1)</sup> mensurado em base provisória

O *goodwill* é atribuível à expectativa de crescimento do mercado em que a BES Vida opera e da geração futura de valor que o Grupo espera vir a beneficiar com o controlo da companhia.

O impacto nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, resultante da mensuração da participação de 50% previamente detida na BES Vida, conforme requerido pelo parágrafo 42 do IFRS 3 pode ser analisado como segue:

	milhares de euros
Participação de 50% previamente detida na BES Vida:	
Justo valor	225 000
Valor contabilístico	243 790
Perda resultante da mensuração ao justo valor da participação previamente detida na BES Vida	( 18 790)
Reconhecimento em resultados da reserva de justo valor da BES Vida apropriada pelo BES na consolidação até à data da aquisição	( 70 796)
	( 89 586)

O impacto da consolidação da BES Vida nos resultados consolidados do Grupo BES no exercício de 2012 traduziu-se num ganho de 68,7 milhões de euros, decomposto como segue:

- mensuração da participação de 50% anteriormente detida pelo Grupo, conforme discriminado acima, no valor de -89,6 milhões de euros; efeito da eliminação de operações intragrupo no valor de de 35,5 milhões de euros, perfazendo um efeito total líquido de impostos de -54,1 milhões de euros apurados na primeira consolidação integral;
- apropriação pelo método do *equity* do resultado gerado pela BES Vida desde 1 de janeiro a 30 de abril de 2012, no valor de 2,8 milhões de euros;
- apropriação pelo método integral do resultado gerado pela BES Vida de 1 de maio até 31 de dezembro de 2012, líquido de ajustamentos de consolidação, no valor de 120,0 milhões de euros.

Caso a BES Vida tivesse sido consolidada integralmente desde o dia 1 de janeiro de 2012, o resultado do período seria superior em cerca de 2 761 milhares de euros.

## NOTA 55 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

### NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELO GRUPO

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2012, o Grupo adotou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012:

#### **IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros”, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

#### **IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes**

O IASB, emitiu em 20 de dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem

em, ou após, 1 de janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

#### *NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS AINDA NÃO ADOPTADAS PELO GRUPO*

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Grupo irá adotar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

#### **Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não tem qualquer impacto na posição financeira ou performance do Grupo.

#### **IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados**

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui, desde alterações fundamentais como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano a simples clarificações e reajustamento de texto. O Grupo procedeu, em 2011, a uma alteração voluntária de política contabilística passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais em outro rendimento integral (OCI).

Porém, as alterações terão impacto no gasto líquido do benefício já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adoção desta norma alterada.

#### **IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (master) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adoção desta norma alterada.

#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

Da adoção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

#### **IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto**

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 19 de outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Dada a natureza das operações do Grupo, esta interpretação não tem qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

#### **IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas**

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

Da adoção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

#### **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto)

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

O Grupo ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma. Tendo em conta a introdução de um novo modelo de controlo poderá existir alterações nas conclusões sobre a necessidade de consolidação de alguns investimentos.

#### **IFRS 11 - Acordos Conjuntos**

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

Da adoção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

#### **IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos**

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

Da adoção desta norma alterada não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

#### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O Grupo está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

### **IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor**

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

O Grupo está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que o Grupo proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

### **Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)**

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de private equity, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de



consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de janeiro de 2013.

Da adoção destas alterações não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

#### **Melhoramentos às IFRS (2009-2011)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

#### *IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras*

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

#### *IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis*

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

#### *IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2*

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

#### *IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar*

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Grupo está a avaliar o impacto da adoção destas alterações.

### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

O Grupo iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades do Grupo, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

## NOTA 56 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- O Banco Espírito Santo realizou, em 8 de janeiro de 2013, uma emissão de dívida sénior não garantida ao abrigo do programa de *EMTN* no montante de 500 milhões de euros, com prazo de 5 anos e um cupão de 4,75%. O livro de ordens atingiu um volume de cerca de 3,0 mil milhões de euros, com a participação de mais de 280 investidores nacionais e internacionais.
- Em 11 de janeiro de 2013 o Banco Espírito Santo informou o mercado sobre a aquisição de participação qualificada por parte da *Wellington Management Company, LLP (Wellington Management)*. À *Wellington Management* é imputável uma participação qualificada de 2,02% dos direitos de voto correspondentes a 81.297.790 ações representativas do capital social do Banco Espírito Santo em virtude da aquisição de 2.446.594 ações realizada no dia 08 de janeiro de 2013, no mercado, por conta de clientes com os quais celebrou acordo para o exercício dos respetivos direitos de voto. Nenhum cliente da *Wellington Management* detém individualmente ações representativas de 2% ou mais dos direitos de voto correspondentes ao capital social do BES. A *Wellington Management* é uma sociedade gestora de investimentos que detém ativos sob gestão de cerca de 748 mil milhões de dólares e que presta serviço de *investment advisor* a mais de 2100 instituições em 50 países.
- O Grupo BES procedeu, em 30 de janeiro de 2013, à amortização antecipada de 1,0 mil milhões de euros da linha de financiamento de longo prazo do BCE (*LTRO*).

## 2. ANEXO

### Adopção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

(Carta-Circular nº 97/2008/DSB de 3 de dezembro e Carta-Circular nº 58/2009/DSB de 5 de agosto)

O Banco de Portugal, através da Carta Circular nº 58/2009/DSB de 5 de agosto de 2009 reiterou “a necessidade de as instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)*, bem como às recomendações do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)*, no que se refere à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade” constantes das Cartas-Circulares nos 46/2008/DSB de 15 de julho de 2008 e 97/2008/DSB de 3 de dezembro de 2008.

O Banco de Portugal recomenda que seja elaborado um capítulo ou anexo específico nos documentos de prestação de contas exclusivamente dedicado aos aspectos mencionados nas respectivas recomendações do *CEBS* e do *FSF*.

No presente capítulo procurou dar-se cumprimento à recomendação do Banco de Portugal utilizando remissões para a informação apresentada, quer no Relatório de Gestão, quer nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras relativos aos exercícios de 2011 e 2012.

#### I. MODELO DE NEGÓCIO

##### 1. Descrição do modelo de negócio

No ponto 4 do Relatório de Gestão, faz-se uma descrição detalhada do modelo de negócio do Grupo. A evolução das principais áreas de negócio (segmentos operacionais) do Grupo é também apresentada na Nota Explicativa 4<sup>1</sup>.

##### 2. Estratégias e objectivos

As estratégias e objectivos do Grupo são divulgados no ponto 1 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 51, no ponto relativo aos Planos de Financiamento e de Capitalização (2011—2015). As operações de titularização estão detalhadas na Nota Explicativa 49.

##### 3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto 4 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 4 apresenta-se informação acerca das actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

#### II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

##### 6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

No ponto 6 do Relatório de Gestão dá-se nota da organização da gestão dos riscos no Grupo BES.

<sup>1</sup> Para o efeito considerou-se a numeração das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Na Nota 51 é apresentada diversa informação que, em conjunto, permite ao mercado ter uma percepção detalhada sobre os riscos incorridos pelo Grupo e quais os mecanismos de gestão implementados para a sua monitorização e controlo.

### III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

#### 8.,9., 10 e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados e comparação dos impactos entre períodos

Durante o exercício de 2011 a atividade desenvolveu-se num quadro de referência de deterioração da situação económica do país, com impacto no agravamento do risco pelo que o Grupo realizou um reforço total de provisões de 848,3 milhões de euros (+314,7 milhões de euros que no exercício de 2010). A conjuntura dos mercados financeiros e dos riscos soberanos teve também reflexos na reserva de justo valor que sofreu uma redução de 504,5 milhões de euros.

Em 2012 mantiveram-se as referidas condições adversas económicas e financeiras tanto na Europa em geral como em Portugal, em particular; esta conjuntura levou a novo agravamento do risco de crédito razão pela qual o Grupo BES realizou um reforço de provisões de 1199,4 milhões de euros (+351,1 milhões de euros que no exercício de 2011). A conjuntura dos mercados financeiros e dos riscos soberanos influenciada pelos resultados das medidas de política monetária implementadas pelo BCE teve reflexos positivos na valorização dos ativos financeiros tendo-se refletido num aumento de 747,5 milhões de euros na reserva de justo valor.

#### 12. Decomposição dos *write-downs* entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos relacionados com os activos e passivos detidos para negociação, dos activos e passivos ao justo valor através de resultados e dos activos disponíveis para venda encontram-se desagregados por instrumento financeiro nas Notas 7 e 8 às demonstrações financeiras. Adicionalmente, os ganhos e perdas não realizados dos activos disponíveis para venda constam das Notas 23 e 45, estando as posições mais significativas desagregadas na Nota 23.

#### 13. Turbulência financeira na cotação das acções do BES

No ponto 1 do Relatório de Gestão do exercício de 2012 dá-se nota da evolução da cotação das acções e dos factores que influenciaram o seu desempenho. O ponto III.8 do Relatório sobre o Governo da Sociedade de 2012 contém informação sobre a evolução da cotação das acções do BES.

#### 14. Risco de perda máxima

No ponto 6 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 51 divulga-se informação relevante sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações de *stress* do mercado.

#### 15. Responsabilidades do Grupo emitidas e resultados

Na Nota Explicativa 50 apresenta-se o impacto, nos resultados, decorrentes da reavaliação da dívida emitida e os métodos utilizados para a determinação do mesmo.

#### IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

##### 16. Valor nominal e justo valor das exposições

##### 17. Mitigantes do risco de crédito

##### 18. Informação sobre as exposições do Grupo

No exercício de 2011 e 2012, a turbulência decorreu do agravamento dos riscos soberanos dos países da periferia da Zona Euro.

Em 31 de dezembro de 2011, a exposição em relação a títulos de dívida pública dos países referenciados totalizava 2950 milhões de euros (Portugal: 2945 milhões de euros; Espanha: 5 milhões de euros) à qual estava associada uma reserva de justo valor negativa no montante de 124,4 milhões de euros). O Grupo não detinha, naquela data, qualquer exposição a títulos de dívida pública italiana, irlandesa, grega e húngara.

No final do exercício de 2012 a exposição a dívida pública portuguesa do Grupo BES era de 3190 milhões de euros, com uma reserva de justo valor positiva associada no montante de 191,1 milhões de euros. Relativamente à exposição a dívida pública de outros países “periféricos”, o Grupo detinha 606 milhões de euros de dívida espanhola (reserva de justo valor positiva de 2,2 milhões de euros), 28 milhões de euros de dívida italiana (0,5 milhões de reserva de justo valor positiva), 25 milhões de euros de dívida irlandesa e 3 milhões de euros de dívida grega.

##### 19. Movimentos nas exposições entre períodos

Na Nota Explicativa 51 consta informação em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados com referência aos exercícios de 2011 e 2012. Considera-se suficiente a informação aí divulgada dado o detalhe e quantificação apresentados.

##### 20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Todas as estruturas relacionadas com operações de securitização originadas pelo Grupo encontram-se descritas na Nota 49. Nenhum dos *SPE* foi consolidado por força da turbulência provocada pelos mercados.

##### 21. Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos activos segurados

O Grupo não tem exposições a seguradoras *monoline*.

#### V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

##### 22. Produtos estruturados

Estas situações estão desenvolvidas na Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

##### 23. *Special Purpose Entities (SPE)* e consolidação

As divulgações sobre estas entidades encontram-se referidas na Nota 2 e na Nota 49.

##### 24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Ver comentários ao ponto 16 do presente Anexo. Nas Notas 2 e 50 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

## VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

### 26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

O Grupo BES, no contexto da sua política de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles instituídos pelas normas contabilísticas em vigor ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado. Paralelamente, procura alinhar as suas divulgações pelas melhores práticas do mercado, atendendo por um lado, ao custo na captação da informação relevante e, por outro, dos benefícios que a mesma pode proporcionar aos diversos utilizadores.

De entre o conjunto de informação disponibilizada aos seus accionistas, clientes, colaboradores, entidades de supervisão e ao público em geral, destacam-se os Relatórios de Gestão Anual, Semestral e Trimestral, as Demonstrações Financeiras e respetivas Notas Explicativas e o Relatório de Governo da Sociedade.

Os Relatórios de Gestão e as demonstrações financeiras, que são objecto de divulgação ao mercado com uma periodicidade trimestral, são preparadas tendo por base os *IFRS* que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade com os demais bancos nacionais e internacionais.

O Relatório de Governo da Sociedade proporciona uma visão detalhada sobre a estrutura governativa do Grupo.

O Relatório de Sustentabilidade (parte integrante do Relatório de Gestão Anual) transmite a perspectiva do Grupo em termos de responsabilidade social num contexto dos inúmeros desafios que o mundo actual coloca, sejam ambientais, de carência social ou do domínio da inovação e do empreendedorismo.

No ponto III.16 do Relatório de Governo da Sociedade de 2012 encontram-se detalhados os principais meios e formas utilizados pelo Grupo na comunicação com a comunidade financeira e com o público, em geral.

### 3. Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais da Contas, S.A.  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

#### CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

##### Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 do **Banco Espírito Santo, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 83.690.828 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 7.063.299 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 96.101 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

##### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados;
  - b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de  
Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG,  
controlada por firmas independentes afiliadas da KPMG  
International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade  
suíça

KPMG & Associados - S.R.O.C. S.A.  
Capital Social: 3 120 000 Euros - Pessoa  
Colectiva N.º PT 622 161 078 - inscrito na  
O.R.C. N.º 189 - inscrito na C.N.V.M. n.º  
9535

Matriculada na Conservatória do  
registo Comercial de Lisboa sob o  
N.º PT 602 161 078





- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e,
  - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.




### Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Espírito Santo, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados, e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

### Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 4 de Março de 2013



---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)**  
representada por  
Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)





### **III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS EXPLICATIVAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

## 1. Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas

### BANCO ESPÍRITO SANTO

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

#### DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Juros e proveitos similares	4	2 914 402	2 966 191
Juros e custos similares	4	2 256 248	2 312 253
<b>Margem financeira</b>		<b>658 154</b>	<b>653 938</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	5	122 896	380 480
Rendimentos de serviços e comissões	6	667 414	625 686
Encargos com serviços e comissões	6	( 226 355)	( 155 934)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	( 140 196)	( 309 522)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	570 781	16 234
Resultados de reavaliação cambial	9	( 39 191)	254
Resultados de alienação de outros activos	10	( 30 426)	( 50 000)
Outros resultados de exploração	11	122 375	423 660
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>1 705 452</b>	<b>1 584 796</b>
Custos com pessoal	12	359 789	372 815
Gastos gerais administrativos	14	318 495	322 199
Depreciações e amortizações	26 e 27	84 668	86 039
Provisões líquidas de anulações	34	( 11 634)	( 19 091)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	671 313	537 861
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20,21 e 23	119 626	61 188
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25, 28 e 29	55 608	500 785
<b>Custos operacionais</b>		<b>1 597 865</b>	<b>1 861 796</b>
Alienação de subsidiárias e associadas	28	-	655
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>107 587</b>	<b>( 276 345)</b>
<b>Impostos sobre o rendimento</b>			
Correntes	35	62 549	4 278
Diferidos	35	( 76 923)	( 147 534)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>121 961</b>	<b>( 133 089)</b>
Resultados por acção básicos (em euros)	15	0,04	(0,03)
Resultados por acção diluídos (em euros)	15	0,04	(0,03)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## BANCO ESPÍRITO SANTO

### DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>121 961</b>	<b>( 133 089)</b>
<b>Outros movimentos</b>			
Activos financeiros disponíveis para venda			
Ganhos e perdas do exercício na reserva de justo valor		718 556	( 249 044)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do exercício		( 458 772)	29 406
Impostos diferidos		( 71 350)	51 701
		188 434	( 167 937)
Benefícios de longo prazo		( 170 700)	22 908
Pensões - regime transitório		( 13 743)	( 13 191)
		<b>3 991</b>	<b>( 158 220)</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>125 952</b>	<b>( 291 309)</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

# BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2012	31.12.2011
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	626 558	481 371
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	275 887	341 698
Activos financeiros detidos para negociação	18	1 851 506	1 783 039
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	19	1 286 075	1 969 331
Activos financeiros disponíveis para venda	20	9 007 032	14 275 267
Aplicações em instituições de crédito	21	9 565 134	7 928 825
Crédito a clientes	22	37 263 514	39 115 887
Investimentos detidos até à maturidade	23	692 093	830 077
Derivados para gestão de risco	24	468 184	487 923
Activos não correntes detidos para venda	25	1 308 088	767 742
Outros activos tangíveis	26	342 553	371 947
Activos intangíveis	27	113 460	118 242
Investimentos em subsidiárias e associadas	28	2 056 228	1 754 708
Activos por impostos correntes		1 292	1 872
Activos por impostos diferidos	35	833 310	799 538
Outros activos	29	3 056 852	3 059 174
<b>Total de Activo</b>		<b>68 747 766</b>	<b>74 086 641</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais	30	10 238 986	9 232 202
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1 630 363	1 605 217
Recursos de outras instituições de crédito	31	7 138 799	11 139 698
Recursos de clientes	32	30 271 265	31 179 373
Responsabilidades representadas por títulos	33	9 933 899	10 163 659
Passivos financeiros associados a activos transferidos		953 613	2 951 364
Derivados para gestão de risco	24	79 667	155 741
Provisões	34	554 526	581 105
Passivos por impostos correntes		60 134	15 080
Passivos por impostos diferidos	35	138 810	123 794
Passivos subordinados	36	796 643	896 185
Outros passivos	37	682 063	871 741
<b>Total de Passivo</b>		<b>62 478 768</b>	<b>68 915 159</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	38	5 040 124	4 030 232
Prémios de emissão	38	1 061 621	1 076 522
Acções próprias	38	( 801)	( 997)
Outros instrumentos de capital	38	225 714	244 502
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	39	( 179 621)	( 45 688)
Resultado líquido do exercício		121 961	( 133 089)
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>6 268 998</b>	<b>5 171 482</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>68 747 766</b>	<b>74 086 641</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras



**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 2010**

Montados em euros

	Reservas, resultados, acumulados e outro rendimento integral						Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
	Capital	Prémios de emissão	Ações próprias	Outros instrumentos de Capital	Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados acumulados e outro rendimento integral		
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (reexpressão)</b>	<b>1 500 000</b>	<b>1 080 257</b>		<b>868 193</b>	<b>8 241</b>	<b>( 122 391)</b>	<b>( 119 150)</b>	<b>5 628 098</b>
Outro rendimento integral:								
Adições de justo valor: líquidos de impostos					1 367 831		( 1 167 947)	2 167 831
Depositos actuários						22 908	22 908	( 13 191)
Perdas - regime transitório						( 13 191)	( 13 191)	( 13 191)
Resultado líquido do exercício							( 131 080)	( 131 080)
<b>Total de rendimento integral no exercício</b>					<b>( 167 337)</b>	<b>9 717</b>	<b>( 158 230)</b>	<b>( 201 301)</b>
Aumento de capital:								
- emissão de 2011 - 445 novas ações	530 233	( 833)		( 437 895)		54 877	54 877	123 277
- emissão de 2012 - 445 novas ações	320 237			( 437 892)		54 873	54 873	387 237
- custos com aumento de capital		( 3 735)						( 3 735)
Capitalização de reservas						181 808	( 181 808)	( 154 823)
Compra de Outros Instrumentos de Capital						30 975	30 975	( 146 955)
Dividendos de ações ordinárias (A)				( 1 985 198)				( 1 985 198)
Variação de ações próprias			( 997)					( 997)
Juros de outros instrumentos de capital (B)						( 12 424)	( 12 424)	( 12 424)
Dividendos de Outros Instrumentos de Capital (B)						( 15 351)	( 15 351)	( 11 351)
Outros movimentos						( 2 034)	( 2 034)	( 2 034)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011 (reexpressão)</b>	<b>4 030 232</b>	<b>1 076 522</b>	<b>( 997)</b>	<b>744 502</b>	<b>( 159 696)</b>	<b>114 008</b>	<b>( 45 688)</b>	<b>5 171 482</b>
Outro rendimento integral:								
Adições de justo valor: líquidos de impostos					188 434		188 434	188 434
Depositos actuários						( 170 708)	( 170 708)	( 170 708)
Perdas - regime transitório						( 12 743)	( 12 743)	( 12 743)
Diferenças de câmbio								121 981
Resultado líquido do exercício								125 952
<b>Total de rendimento integral no período</b>					<b>188 434</b>	<b>( 188 433)</b>	<b>3 991</b>	<b>125 952</b>
Aumento de capital:								
- emissão de 2 598 ações 307 novas ações	1 076 012	( 14 969)						1 061 043
- custos com aumento de capital	( 1 039 837)	( 7 74 967)						( 7 74 967)
Capitalização de reservas						( 133 189)	( 133 189)	133 189
Compra de Outros Instrumentos de Capital						4 418	4 418	( 14 318)
Dividendos de ações ordinárias (A)								196
Variação de ações próprias			196					( 1 048)
Juros de outros instrumentos de capital (B)						( 1 548)	( 1 548)	( 1 074)
Dividendos de Outros Instrumentos de Capital (B)						( 8 074)	( 8 074)	( 8 074)
Outros movimentos						249	249	249
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>5 040 124</b>	<b>1 061 623</b>	<b>( 801)</b>	<b>275 114</b>	<b>( 208 736)</b>	<b>( 208 355)</b>	<b>( 179 671)</b>	<b>6 268 198</b>

188 Corresponde a um depósito por acção de 0,126 euros de 2008 em circulação em 2011.

189 Corresponde a um prémio de emissão pago semestralmente a capitalização com base numa taxa anual de 8,5% para as reservas em moeda de 8,0% para as reservas em dólares em relação às obrigações por partes socio-privadas emitidas pelo BES com taxa de 8,0%.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		2 983 048	2 874 954
Juros e custos pagos		(2 349 624)	(2 323 290)
Serviços e comissões recebidas		687 066	645 587
Serviços e comissões pagas		( 234 090)	( 166 362)
Recuperações de créditos		21 574	26 439
Contribuições para o fundo de pensões		( 86 411)	( 76 020)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 585 108)	( 121 340)
		<b>436 455</b>	<b>859 968</b>
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Aplicações em e Recursos de bancos centrais		(2 363 449)	3 061 270
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		499 741	( 258 031)
Aplicações em instituições de crédito		1 738 177	( 658 378)
Recursos de instituições de crédito		(4 077 077)	(2 414 905)
Crédito a clientes		(1 640 835)	1 843 886
Recursos de clientes e outros empréstimos		( 939 333)	4 510 808
Derivados para gestão do risco		220 633	( 152 397)
Outros activos e passivos operacionais		( 367 814)	( 302 190)
		<b>(6 493 502)</b>	<b>6 490 031</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>(6 493 502)</b>	<b>6 490 031</b>
Impostos sobre os lucros pagos		( 8 537)	84 963
		<b>(6 502 039)</b>	<b>6 574 994</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		( 249 477)	( 325 278)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		7	2 953
Dividendos recebidos		122 896	380 480
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(59 207 700)	(45 542 686)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		65 218 023	43 217 784
Investimentos detidos até à maturidade		127 439	821 222
Compra de imobilizações		( 51 742)	( 71 697)
Venda de imobilizações		-	49
		<b>5 959 446</b>	<b>(1 517 173)</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Aumento de capital		994 991	-
Emissão de outros instrumentos de capital		( 18 788)	-
Emissão de obrigações de caixa e outros passivos titulados		3 951 539	218 104
Reembolso de obrigações de caixa e outros passivos titulados		(4 185 116)	(3 882 285)
Emissão de passivos subordinados		-	8 174
Reembolso de passivos subordinados		( 6 755)	(1 138 240)
Juros de outros instrumentos de capital		( 15 367)	( 28 411)
Acções próprias		196	( 997)
Dividendos de acções ordinárias pagos		-	( 146 955)
		<b>720 700</b>	<b>(4 970 610)</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>			
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>178 107</b>	<b>87 211</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do período</b>		<b>701 525</b>	<b>609 048</b>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		( 7 766)	5 266
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		178 107	87 211
		<b>871 866</b>	<b>701 525</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>			
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa	16	196 304	202 699
Disponibilidades em Bancos Centrais	16	430 254	278 672
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória		( 30 579)	( 121 544)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	275 887	341 698
<b>Total</b>		<b>871 866</b>	<b>701 525</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

## Banco Espírito Santo, S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais  
em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros, exceto quando indicado)

### NOTA 1 – ACTIVIDADE

O Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde atua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a atividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de julho de 1999 passou a adotar a firma Banco Espírito Santo, S.A.

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na NYSE Euronext Lisbon.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62 em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O BES dispõe de uma rede de 670 balcões (31 de dezembro de 2011: 703), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 10 escritórios de representação no estrangeiro.

## NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BES agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2012.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2011.

Contudo e tal como descrito na Nota 47, o Banco adotou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adotadas em conformidade. A adoção destas novas normas e interpretações em 2012 não teve um efeito material nas contas do Banco.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 47.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objeto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 01 de março de 2013.

## 2.2. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

## 2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

### Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

### Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Banco detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros ativos (ver Nota 29) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

### Contabilidade de cobertura

#### • Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

#### • Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado

de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

• Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte inefetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

#### Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

#### 2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de ativos financeiros.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.5.

### Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objetiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes fatores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;



- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o setor financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Caso para determinado crédito não exista evidência objetiva de imparidade numa ótica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado coletivamente – análise da imparidade numa base coletiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação coletiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflete os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base coletiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada coletivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflita a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao ativo.

## 2.5. Outros ativos financeiros

### Classificação

O Banco classifica os outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 24 contém um sumário dos ativos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

#### **Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento**

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os ativos.

#### **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a

refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

#### **Transferências entre categorias**

O Banco apenas procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

#### **Imparidade**

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as ações e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes ativos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

## 2.6. Ativos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

## 2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- \* são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- \* tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizado metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

## 2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 2.9. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada

à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

## 2.10. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

## 2.11. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes ou grupos para alienação (grupo de ativos a alienar em conjunto numa só transação, e passivos diretamente associados que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), os ativos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes (ou de todos os ativos e passivos do Banco) é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos, salvo autorização concedida pelo Banco de Portugal, de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objeto social (n.º1 do artigo 112.º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de crédito próprio, devendo as situações daí resultantes serem regularizadas no prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114.º do RGICSF).

O Banco tem como objetivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de Mercado

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.

b) Método do Rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

## 2.12. Outros ativos tangíveis



Os outros ativos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### 2.13. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os

empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

#### 2.14. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

##### Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

##### Locações financeiras

###### Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

###### Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

#### 2.15. Benefícios aos empregados

##### Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efetuado o recálculo dos ganhos e perdas atuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao corrente exercício. Em 2011, o Banco alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de ativos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas atuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período o Banco reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado

dos ativos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Os custos com serviços passados (e os custos com serviços passados negativos) são reconhecidos em resultados, numa base linear, durante o período de serviço necessário para que os benefícios se tornem adquiridos (*vesting period*). Na medida em que os benefícios estejam já adquiridos na data da introdução de, ou alterações a, um plano de benefícios definidos, os custos com serviços passados (e os custos com serviços passados negativos) são reconhecidos em resultados imediatamente.

O Banco efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

Semestralmente, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2010 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de dezembro de 2012, com exceção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos atuariais relativos à tábua de mortalidade efetuados posteriormente a 1 de janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

### **Benefícios de saúde**

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2011 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de dezembro de 2014.

#### **Prémios de antiguidade**

No âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respetivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado semestralmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

#### **Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)**

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de Acionistas de 6 de abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de ações. A componente de médio prazo tem associado um programa de opções sobre ações com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de ações e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva é fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de ações do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das ações do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre ações do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os diretores gerais, os assessores do Conselho de Administração e os diretores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19).

#### **Remunerações variáveis aos empregados**

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prêmios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

## 2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

## 2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

## 2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão do risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

## 2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões



Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

#### 2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

#### 2.21. Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### 2.22. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

#### 2.23. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

#### **2.24. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros**

O Banco Espírito Santo é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da actividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144 / 2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros através da venda de contratos de seguro dos ramos vida e não vida. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, o Banco recebe comissões que estão definidas em acordos / protocolos estabelecidos entre o Banco e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros revestem as seguintes modalidades:

- comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa predeterminada sobre o valor das subscrições efetuadas através do Banco e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios preestabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente;
- outras comissões variáveis, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte a que respeitam

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros Ativos.

#### **NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

### 3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao valor de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

### 3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### 3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

### 3.4 Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efetuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os ativos detidos até à maturidade são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

### 3.5. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### 3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

## NOTA 4 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2012			31.12.2011		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
(milhares de euros)						
<b>Juros e proveitos similares</b>						
Juros de crédito	1 668 704	7 764	1 676 468	1 766 582	16 583	1 783 165
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	91 673	91 673	-	50 998	50 998
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	254 853	3 749	258 602	229 297	2 572	231 869
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	446 504	-	446 504	368 896	-	368 896
Juros de investimentos detidos até à maturidade	22 163	-	22 163	41 948	-	41 948
Juros de derivados para gestão de risco	173 706	225 453	399 159	188 800	289 883	478 683
Outros juros e proveitos similares	19 833	-	19 833	10 632	-	10 632
	<b>2 585 763</b>	<b>328 639</b>	<b>2 914 402</b>	<b>2 606 155</b>	<b>360 036</b>	<b>2 966 191</b>
<b>Juros e custos similares</b>						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	393 716	37 481	431 197	498 297	15 432	513 729
Juros de responsabilidades representadas por títulos	600 365	32 481	632 846	397 266	103 155	500 421
Juros de recursos de clientes	818 940	11 028	829 968	787 847	33 167	821 014
Juros de passivos subordinados	64 520	-	64 520	71 680	-	71 680
Juros de derivados para gestão de risco	101 645	196 072	297 717	153 074	252 335	405 409
	<b>1 979 186</b>	<b>277 062</b>	<b>2 256 248</b>	<b>1 908 164</b>	<b>404 089</b>	<b>2 312 253</b>
	<b>606 577</b>	<b>51 577</b>	<b>658 154</b>	<b>697 991</b>	<b>( 44 053)</b>	<b>653 938</b>

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.3 e 2.18, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.4, 2.5 e 2.7.

## NOTA 5 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Dividendos de empresas subsidiárias e associadas	108 037	372 070
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	14 859	8 410
	<b>122 896</b>	<b>380 480</b>

**NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	329 031	327 244
Por garantias prestadas	209 694	193 904
Por operações realizadas com títulos	5 871	5 520
Por compromissos perante terceiros	35 334	43 314
Outros rendimentos de serviços e comissões	87 484	55 704
	<u>667 414</u>	<u>625 686</u>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	66 120	61 495
Por operações realizadas com títulos	8 728	9 688
Por garantias recebidas	143 657	71 232
Outros encargos com serviços e comissões	7 850	13 519
	<u>226 355</u>	<u>155 934</u>
	<u>441 059</u>	<u>469 752</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de encargos por garantias recebidas inclui um valor de 58,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 8,0 milhões de euros) relativo a comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações (ver Nota 33).

## NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Títulos detidos para negociação</b>						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	138 880	6 805	132 075	7 303	23 560	( 16 257)
De outros emissores	1 215	24 141	( 22 926)	15 915	17 591	( 1 676)
Acções	6 218	4 875	1 343	1 067	477	590
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	182	557	( 375)
	<b>146 313</b>	<b>35 821</b>	<b>110 492</b>	<b>24 467</b>	<b>42 185</b>	<b>( 17 718)</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>						
Contratos sobre taxas de câmbio	277 882	285 011	( 7 129)	682 834	741 966	( 59 132)
Contratos sobre taxas de juro	3 107 933	3 046 035	61 898	4 057 793	4 018 899	38 894
Contratos sobre acções/índices	837 131	852 311	( 15 180)	1 503 031	1 537 295	( 34 264)
Contratos sobre créditos	552 493	625 543	( 73 050)	671 880	669 477	2 403
Outros	7 788	( 952)	8 740	60 695	24 557	36 138
	<b>4 783 227</b>	<b>4 807 948</b>	<b>( 24 721)</b>	<b>6 976 233</b>	<b>6 992 194</b>	<b>( 15 961)</b>
<b>Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	55 143	331	54 812	-	-	-
De outros emissores	83 652	104 611	( 20 959)	95 055	108 488	( 13 433)
Acções	225	-	225	5 027	357	4 670
Outros títulos de rendimento variável	81 452	104 545	( 23 093)	76 382	343 179	( 266 797)
	<b>220 472</b>	<b>209 487</b>	<b>10 985</b>	<b>176 464</b>	<b>452 024</b>	<b>( 275 560)</b>
Outros activos financeiros <sup>(1)</sup>						
Crédito a clientes	7 773	7 468	305	24 331	26 463	( 2 132)
	<b>7 773</b>	<b>7 468</b>	<b>305</b>	<b>24 331</b>	<b>26 463</b>	<b>( 2 132)</b>
Passivos financeiros <sup>(1)</sup>						
Recursos de instituições de crédito	77	112 417	( 112 340)	31 444	57 878	( 26 434)
Recursos de clientes	56 458	161 781	( 105 323)	306 737	265 320	41 417
Débitos representados por títulos	14 941	34 535	( 19 594)	38 607	51 741	( 13 134)
	<b>71 476</b>	<b>308 733</b>	<b>( 237 257)</b>	<b>376 788</b>	<b>374 939</b>	<b>1 849</b>
	<b>299 721</b>	<b>525 688</b>	<b>( 225 967)</b>	<b>577 583</b>	<b>853 426</b>	<b>( 275 843)</b>
	<b>5 229 261</b>	<b>5 369 457</b>	<b>( 140 196)</b>	<b>7 578 283</b>	<b>7 887 805</b>	<b>( 309 522)</b>

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui um efeito negativo de 24,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: efeito positivo de 48,1 milhões de euros) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Banco.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Banco, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor



de transação do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transação, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Banco reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflete o acesso do Banco ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

Em 2012, os ganhos reconhecidos em resultados decorrentes desta situação, os quais relacionam-se essencialmente com instrumentos derivados, ascenderam a cerca de 14 587 milhares de euros (2011: proveitos de 2 196 milhares de euros).

## NOTA 8 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	617 490	13 445	604 045	12 480	10 490	1 990
De outros emissores	23 772	39 156	( 15 384)	9 699	45 898	( 36 199)
Acções	6 991	7 816	( 825)	80 590	35 515	45 075
Outros títulos de rendimento variável	7 300	24 355	( 17 055)	9 071	3 703	5 368
	<b>655 553</b>	<b>84 772</b>	<b>570 781</b>	<b>111 840</b>	<b>95 606</b>	<b>16 234</b>

Durante o exercício de 2012, o BES alienou em bolsa e a preços de mercado 32 milhões de ações da EDP tendo obtido uma menos-valia de 7,1 milhões de euros.

Durante o exercício de 2011, o BES alienou em bolsa e a preços de mercado 11,9 milhões de ações da Bradesco tendo obtido uma mais-valia de 63,1 milhões de euros.

As transações com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 41.

## NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	738 281	777 472	( 39 191)	1 118 844	1 118 590	254
	738 281	777 472	( 39 191)	1 118 844	1 118 590	254

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

## NOTA 10 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Créditos a clientes	( 23 483)	( 50 427)
Activos não correntes detidos para venda	( 3 232)	( 4 719)
Outros	( 3 711)	5 146
	( 30 426)	( 50 000)

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de Crédito a clientes inclui uma perda de 17,1 milhões de euros relativa à venda de 169,1 milhões de créditos realizada no âmbito da estratégia de redução de ativos do Banco (*deleverage*) (31 de dezembro de 2011: 42,0 milhões de euros).

## NOTA 11 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Outros proveitos / (custos) de exploração</b>		
Prestação de serviços diversos	10 667	10 045
Proveitos não recorrentes em operações de crédito	21 574	26 439
Impostos directos e indirectos	( 33 064)	( 35 205)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	( 6 631)	( 4 673)
Quotizações e donativos	( 4 452)	( 4 259)
Ganhos/ (perdas) na aquisição de dívida emitida pelo banco	96 806	556 008
Perda decorrente da transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento <sup>(a)</sup>	-	( 105 744)
Outros	37 475	( 18 951)
	<b>122 375</b>	<b>423 660</b>

<sup>(a)</sup> Ver Nota 13 - Benefícios a empregados

Os impostos directos e indirectos incluem 25,5 milhões de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Setor Bancário (31 de dezembro de 2011: 28,7 milhões de Euros), criada através da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro (ver Nota 35).

Incluído em Outros, em 31 de dezembro de 2012 encontra-se registado o proveito de 21,6 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte conforme explicado na Nota 13.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de Outros inclui um custo de 21,0 milhões de euros relativos ao Sistema de Indemnização aos Investidores.

## NOTA 12 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31-12-2012	31.12.2011
Vencimentos e salários	267 807	273 483
Remunerações	265 071	279 105
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	2 736	378
Encargos sociais obrigatórios	74 411	71 827
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 13)	7 919	18 091
Outros custos	9 652	9 414
	<b>359 789</b>	<b>372 815</b>

Em 31 de dezembro de 2012, incluído em Outros Custos encontra-se o valor de 489 milhares de euros relativos ao Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros – PRVIF (31 de dezembro de 2011: 286 milhares de euros e 1 411 milhares de euros relativos ao Plano de Pagamento de remuneração variável - PPRV), conforme política contabilística na Nota 2.14. O detalhe deste plano são analisados na Nota 13.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco são apresentados como segue:

	Conselho de Administração			Comissão de Auditoria	Outro pessoal chave da gestão	Total
	Comissão Executiva	Outros Elementos	Total			
(milhares de euros)						
<b>31 de Dezembro de 2012</b>						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	3 956	135	4 091	364	3 249	7 704
Remunerações variáveis	1 227	436	1 663	-	174	1 837
<b>Sub total</b>	<b>5 183</b>	<b>571</b>	<b>5 754</b>	<b>364</b>	<b>3 423</b>	<b>9 541</b>
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	2 449	18	2 467	-	336	2 803
Outras remunerações e prémios de antiguidade	17	10	27	-	-	27
<b>Total</b>	<b>7 649</b>	<b>599</b>	<b>8 248</b>	<b>364</b>	<b>3 759</b>	<b>12 371</b>
<b>31 de Dezembro de 2011</b>						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	4 621	134	4 755	739	3 139	8 633
Remunerações variáveis	2 372	397	2 769	-	421	3 190
<b>Sub total</b>	<b>6 993</b>	<b>531</b>	<b>7 524</b>	<b>739</b>	<b>3 560</b>	<b>11 823</b>
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	6 011	60	6 071	2	661	6 734
Outras remunerações e prémios de antiguidade	210	-	210	-	151	361
<b>Total</b>	<b>13 214</b>	<b>591</b>	<b>13 805</b>	<b>741</b>	<b>4 372</b>	<b>18 918</b>

Considera-se “Outro pessoal chave da gestão” os Diretores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração do BES.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor do crédito concedido pelo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 15 618 milhares de euros e 16 117 milhares de euros, respetivamente.

O número de colaboradores do Banco, considerando os efetivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional:

	31.12.2012	31.12.2011
Funções directivas	594	588
Funções de chefia	845	845
Funções específicas	2 602	2 640
Funções administrativas e outras	2 634	2 631
	<b>6 675</b>	<b>6 704</b>

## NOTA 13 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### *Pensões de reforma e benefícios de saúde*

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Em 30 de dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efetivo no valor atual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, que não existiu redução de benefícios na perspetiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida ativa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efetuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transmissão consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respetivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado		
	31-12-2012		31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
	1º ao 4º ano	5º ano e subsequentes			
<b>Pressupostos Atuariais</b>					
Taxas de rendimento esperado	5,50%		5,50%	-3,16%	-7,32%
Taxa de desconto	4,50%		5,50%	-	-
Taxa de crescimento de pensões	0,00%	0,75%	1,00%	-0,56%	-0,70%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,75%	2,25%	1,02%	1,10%
Tábua de Mortalidade masculina			TV 73/77 - 1 ano		
Tábua de Mortalidade feminina			TV 88/90		

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2012	31.12.2011
Activos	4 933	5 796
Reformados e sobreviventes	5 672	5 638
<b>TOTAL</b>	<b>10 605</b>	<b>11 434</b>

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	(milhares de euros)	
	31-12-2012	31.12.2011
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>(1 143 429)</b>	<b>(1 025 439)</b>
Pensionistas	( 442 757)	( 387 586)
Activos	( 700 671)	( 637 853)
<b>Coberturas</b>		
Saldo dos Fundos	<b>1 145 642</b>	<b>1 116 693</b>
<b>Activos líquidos em balanço (ver Nota 29)</b>	<b>2 213</b>	<b>91 254</b>
<b>Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral</b>	<b>1 086 467</b>	<b>897 170</b>
<b>Regime transitório</b>	<b>10 955</b>	<b>26 300</b>

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.14 – Benefícios aos empregados, o Banco procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.14 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31-12-2012	31.12.2011
<b>Responsabilidades no início do período</b>	<b>1 025 439</b>	<b>2 139 468</b>
Custo do serviço corrente	10 698	14 567
Custo dos Juros	56 538	113 279
Contribuições dos participantes	3 060	3 062
(Ganhos) e perdas actuariais no período:		
- Alteração de pressupostos	65 366	( 182 374)
- (Ganhos) e perdas de experiência	33 421	( 107 534)
Pensões/ benefícios pagos pelo fundo	( 27 231)	( 111 368)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	( 843 036)
Custos com serviços passados	( 21 622)	-
Diferenças cambiais e outros	( 2 240)	( 625)
<b>Responsabilidades no final do período</b>	<b>1 143 429</b>	<b>1 025 439</b>

Durante o exercício de 2012, decorrente da alteração do Decreto Lei nº133/2012 que determina o método de cálculo do subsídio de morte, verificou-se uma redução do valor atual das responsabilidades associadas a este benefício (incluído no valor das responsabilidades com pensões de reforma) no montante de 21,6 milhões de euros. Considerando que esta redução de responsabilidades qualifica como um “custo com serviços passados negativo” e que as condições de aquisição do benefício estão cumpridas, uma vez que o colaborador ou reformado tem direito ao benefício na



totalidade sem existir a necessidade de cumprir qualquer condição de serviço, o Banco registou em resultados do exercício o referido valor de 21,6 milhões de euros na rubrica outros resultados de exploração.

No âmbito do terceiro acordo tripartido mencionado acima e da consequente transmissão para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de 2011, verificou-se uma redução de responsabilidades, mensuradas com base nos pressupostos atuariais utilizados na preparação das demonstrações financeiras e consistentes com o IAS 19, no montante de 843,0 milhões de euros.

Contudo, no âmbito do acordo estabelecido, o valor dos ativos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa ótica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras). Assim, o montante pago pelo Banco ao Estado ascendeu a 948,8 milhões de euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 105,7 milhões de euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31-12-2012	31.12.2011
<b>Saldo dos fundos no início do período</b>	<b>1 116 693</b>	<b>2 139 598</b>
Rendimento real do fundo	( 31 160)	( 148 049)
Contribuições do Banco	86 411	76 020
Contribuições dos empregados	3 060	3 062
Pensões pagas pelo fundo	( 27 481)	( 111 368)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento (1)	-	( 843 036)
Diferenças cambiais e outros	( 1 881)	466
<b>Saldo dos fundos no final do período</b>	<b>1 145 642</b>	<b>1 116 693</b>

<sup>(1)</sup> 55% deste valor foi pago ao Estado no exercício de 2011, tendo o remanescente sido reconhecido como um passivo no fundo nesse ano e liquidado no primeiro semestre de 2012.

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Ações	147 452	350 187
Obrigações	310 118	113 853
Imóveis	369 522	657 856
Outros	318 550	374 163
Valores a entregar à Segurança Social	-	( 379 366)
<b>Total</b>	<b>1 145 642</b>	<b>1 116 693</b>

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos pelo Banco são detalhados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Imóveis	291 886	211 458
<b>Total</b>	<b>291 886</b>	<b>211 458</b>

Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80,0 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante. Durante o exercício de 2010 não houve qualquer transação com o fundo de pensões (ver nota 41). No exercício de 2012 o Banco adquiriu 30 779 e 22 115 milhares de unidades de participação dos fundos Fungere e Fungepi aos fundos de pensões do Banco.

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31-12-2012	31.12.2011
<b>Desvios actuariais diferidos no início do período</b>	<b>897 170</b>	<b>929 432</b>
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos	65 366	( 182 374)
- (Ganhos) e perdas de experiência	123 899	150 270
Outros	32	( 158)
<b>Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral</b>	<b>1 086 467</b>	<b>897 170</b>

A evolução do valor do regime transitório pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31-12-2012	31.12.2011
Saldo no início do período	26 300	41 646
Amortização por reservas	( 15 345)	( 15 346)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>10 955</b>	<b>26 300</b>

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	31-12-2012	31.12.2011
Custo do serviço corrente	10 698	14 567
Custo dos juros	56 538	113 279
Rendimento esperado do fundo	( 59 317)	( 109 755)
<b>Custos com benefícios pós emprego</b>	<b>7 919</b>	<b>18 091</b>

A evolução dos ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31-12-2012	31.12.2011
<b>No início do período</b>	<b>117 554</b>	<b>41 776</b>
Custo do exercício	( 7 919)	( 18 091)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	( 189 297)	32 265
Amortização do regime transitório (por reservas)	( 15 345)	( 15 346)
Contribuições pagas pelo Banco	86 411	76 020
Outros <sup>(a)</sup>	21 764	930
<b>No final do período</b>	<b>13 168</b>	<b>117 554</b>

(a) Em 31 de Dezembro de 2012 inclui o proveito de 21,6 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
Responsabilidades	(1 143 429)	(1 025 439)	(2 139 468)	(2 065 493)	(2 008 215)
Saldo dos fundos	1 145 642	1 116 693	2 139 598	2 137 129	2 002 889
<b>Responsabilidades (sub) / sobre financiadas</b>	<b>2 213</b>	<b>91 254</b>	<b>130</b>	<b>71 636</b>	<b>( 5 326)</b>
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	33 421	( 107 534)	24 878	52 516	24 047
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	90 477	257 804	66 493	( 87 618)	712 145

### ***Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)***

Na sequência das recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, na Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 foi aprovada uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os restantes 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da

atribuição de ações. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre ações com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

No que respeita à modalidade de atribuição de ações do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma rentabilidade de Capitais Próprios (*ROE*) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das ações do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O valor do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos de valorização das opções	
	1ª atribuição	2ª atribuição
Data inicial de referência	12-04-2011	12-10-2012
Data final de referência	31-03-2014	15-01-2016
Número de ações atribuídas	2 250 000	6 280 045
Preço de exercício (euros)	3,47	0,67
Taxa de Juro	2,31%	0,67%
Volatilidade	40,0%	65,00%
Valor inicial do plano (mil euros)	1 130	1 940

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido registado no exercício de 2012 um custo de 489 milhares de euros respeitantes à amortização do prémio inicial das opções atribuídas, por contrapartida do passivo (31 de dezembro de 2011: 286 milhares de euros).

### ***Prémio por antiguidade***

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efetiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de dezembro de 2012, as responsabilidades assumidas pelo Banco ascendem a 26 178 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 24 947 milhares de euros) (ver Nota 37). Os custos reconhecidos no

período com o prémio por antiguidade foram de 2 736 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 378 milhares de euros).

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

## NOTA 14 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Rendas e alugueres	49 158	48 016
Publicidade e publicações	25 694	26 873
Comunicações e expedição	23 344	24 859
Conservação e reparação	15 177	13 985
Deslocações e representação	15 143	17 206
Água, energia e combustíveis	9 795	8 859
Transporte de valores	6 657	7 519
Material de consumo corrente	3 428	3 889
Serviços Informáticos	56 993	56 889
Mão-de-obra eventual	4 676	5 753
Trabalho independente	5 215	5 055
Sistema electrónico de pagamentos	10 287	11 999
Estudos e consultas	12 879	12 381
Judiciais, contencioso e notariado	17 378	16 822
Consultoria e auditoria	5 994	6 791
Segurança e vigilância	3 947	4 089
Outros custos	52 730	51 214
	<b>318 495</b>	<b>322 199</b>

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, formação e custos com serviços prestados pelos Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) em que o BES participa.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até um ano	6 928	7 266
De um a cinco anos	7 932	10 779
	<b>14 860</b>	<b>18 045</b>

Os honorários facturados durante os exercícios de 2011 e 2010 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Revisão legal das contas anuais	891	907
Outros serviços de garantia de fiabilidade	712	927
Consultoria fiscal	298	430
Outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria	101	544
<b>Valor total dos serviços facturados</b>	<b>2 002</b>	<b>2 808</b>

## NOTA 15 – RESULTADOS POR AÇÃO

### *Resultados por ação básicos*

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco <sup>(1)</sup>	124 575	( 39 905)
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas (milhares)	3 096 971	1 187 255
Número médio ponderado de ações próprias em carteira (milhares)	( 280)	( 257)
Número médio de ações ordinárias em circulação (milhares)	<b>3 096 691</b>	<b>1 186 998</b>
<b>Resultado por ação básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)</b>	<b>0,04</b>	<b>(0,03)</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao resultado líquido do período ajustado da remuneração das obrigações perpétuas atribuível ao período (o qual é registado como um movimento de reservas), assim como os ganhos e perdas realizados registados em reservas.

### *Resultados por ação diluídos*

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos, na medida em que as ações subjacentes ao PRVIF não têm um efeito diluidor.

## NOTA 16 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	196 304	202 699
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	25 220	108 744
Outros bancos centrais	405 034	169 928
	430 254	278 672
	<b>626 558</b>	<b>481 371</b>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de caráter obrigatório, no montante de 25 220 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 108 744 milhares de euros), que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de dezembro de 2012 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 0,89% (31 de dezembro de 2011: 1,25%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2012 foi incluído no período de manutenção de 12 de dezembro de 2012 a 15 de janeiro de 2013, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 276,4 milhões de euros.

## NOTA 17 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no país</b>		
Cheques a cobrar	105 751	141 122
Depósitos à ordem	64 316	135 818
	<u>170 067</u>	<u>276 940</u>
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	105 251	64 758
Cheques a cobrar	569	-
	<u>105 820</u>	<u>64 758</u>
	<u>275 887</u>	<u>341 698</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

## NOTA 18 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a rubrica Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	141 701	123 852
De outros emissores	4 324	6 037
Acções	15 811	12 248
	<u>161 836</u>	<u>142 137</u>
<b>Derivados</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 689 670	1 640 902
	<u>1 851 506</u>	<u>1 783 039</u>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Derivados</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 630 363	1 605 217
	<u>1 630 363</u>	<u>1 605 217</u>



Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos títulos detidos por prazos de maturidade é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	3 861	3 435
De 3 meses a um ano	3 765	118 132
De um a cinco anos	12 450	7 109
Mais de cinco anos	125 949	1 213
Duração indeterminada	15 811	12 248
	<b>161 836</b>	<b>142 137</b>

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	141 701	-	141 701	123 852	-	123 852
De outros emissores	3 824	500	4 324	3 984	2 053	6 037
Acções	15 653	158	15 811	12 248	-	12 248
	<b>161 178</b>	<b>658</b>	<b>161 836</b>	<b>140 084</b>	<b>2 053</b>	<b>142 137</b>

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 44 – Gestão dos riscos de atividade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 40.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
<b>Derivados de negociação</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>						
Forward						
- compras	766 535			762 472		
- vendas	773 838	7 646	9 778	759 373	16 715	13 609
Currency Swaps						
- compras	3 403 153			2 211 621		
- vendas	3 387 749	1 960	2 365	2 200 959	11 796	11 502
Currency Futures (a)	-	-	-	474	-	-
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	111 729			181 919		
- vendas	104 254	31 429	13 647	170 685	38 131	25 975
Currency Options	2 089 732	40 900	47 084	2 515 101	85 600	83 836
	<b>10 636 990</b>	<b>81 935</b>	<b>72 874</b>	<b>8 802 604</b>	<b>152 242</b>	<b>134 922</b>
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>						
Forward Rate Agreements	200 000	-	16	380 000	1 047	1 982
Interest Rate Swaps	19 220 451	1 380 496	1 350 950	42 814 469	1 214 107	1 187 902
Swaption - Interest Rate Options	263 000	1 556	1 556	2 406 936	5 003	5 157
Interest Rate Caps & Floors	967 587	20 057	18 722	3 374 871	31 106	27 772
	<b>20 651 038</b>	<b>1 402 109</b>	<b>1 371 244</b>	<b>48 976 276</b>	<b>1 251 263</b>	<b>1 222 813</b>
<b>Contratos sobre acções/índices</b>						
Equity / Index Swaps	543 093	79 729	20 039	763 733	31 145	63 432
Equity / Index Options	3 195 206	60 072	130 286	2 642 705	63 510	101 413
Equity / Index Futures (a)	6 750	-	-	10 016	-	-
Future Options (a)	82 234	-	-	32 089	-	-
	<b>3 827 283</b>	<b>139 801</b>	<b>150 325</b>	<b>3 448 543</b>	<b>94 655</b>	<b>164 845</b>
<b>Contratos sobre crédito</b>						
Credit Default Swaps	2 962 901	65 825	35 920	3 380 947	142 742	82 637
<b>Total</b>	<b>38 078 212</b>	<b>1 689 670</b>	<b>1 630 363</b>	<b>64 608 370</b>	<b>1 640 902</b>	<b>1 605 217</b>

(a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente em resultados por contrapartida da conta margem.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos instrumentos financeiros derivados de negociação, por prazos de vencimento, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	Nocional	Justo valor líquido	Nocional	Justo valor líquido
Até 3 meses	9 766 942	52 942	8 450 988	6 114
De 3 meses a um ano	5 842 131	( 17 664)	9 852 768	( 58 092)
De um a cinco anos	10 106 566	( 65 440)	16 898 222	21 345
Mais de cinco anos	12 362 573	89 469	29 406 392	66 318
	<b>38 078 212</b>	<b>59 307</b>	<b>64 608 370</b>	<b>35 685</b>

## NOTA 19 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	187 806	-
De outros emissores	69 036	178 140
Acções	216 010	229 718
Outros títulos	813 223	1 561 473
<b>Valor de balanço</b>	<b>1 286 075</b>	<b>1 969 331</b>

A opção do Banco para designar estes ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Banco, considerando que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados, por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	75 540	385 529
De 3 meses a um ano	29 582	60 725
De um a cinco anos	57 649	1 236 325
Mais de cinco anos	428 985	56 741
Duração indeterminada	694 319	230 011
	<b>1 286 075</b>	<b>1 969 331</b>

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	187 806	-	187 806	-	-	-
De outros emissores	467	68 569	69 036	355	177 785	178 140
Acções e outros títulos de rendimento variável	1	1 029 232	1 029 233	13 718	1 777 473	1 791 191
	<b>188 274</b>	<b>1 097 801</b>	<b>1 286 075</b>	<b>14 073</b>	<b>1 955 258</b>	<b>1 969 331</b>

## NOTA 20 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 678 065	64 542	( 718)	-	1 741 889
De outros emissores	5 302 971	202 032	( 79 008)	( 14 897)	5 411 098
Acções	711 926	87 284	( 45 387)	( 136 968)	616 855
Outros títulos de rendimento variável	1 309 785	16 472	( 4 908)	( 84 159)	1 237 190
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>9 002 747</b>	<b>370 330</b>	<b>( 130 021)</b>	<b>( 236 024)</b>	<b>9 007 032</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 905 936	9	( 123 705)	-	2 782 240
De outros emissores	10 794 469	34 518	( 145 738)	( 8 775)	10 674 474
Acções	297 698	25 740	( 10 004)	( 95 093)	218 341
Outros títulos de rendimento variável	619 980	8 776	( 3 083)	( 25 461)	600 212
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>14 618 083</b>	<b>69 043</b>	<b>( 282 530)</b>	<b>( 129 329)</b>	<b>14 275 267</b>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição nesta rubrica a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 44 – Gestão dos riscos de atividade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 40. Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de títulos detidos para venda inclui o montante de 306,4 milhões de euros referentes a operações de securitização (ver Nota 42).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	129 329	120 278
Dotações	114 726	51 301
Utilizações	( 4 676)	( 38 100)
Reversões	( 2 717)	( 5 661)
Diferenças de câmbio e outras	( 638)	1 511
<b>Saldo final</b>	<b>236 024</b>	<b>129 329</b>

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos títulos disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	2 145 075	4 657 687
De 3 meses a um ano	813 543	1 492 554
De um a cinco anos	696 141	1 552 075
Mais de cinco anos	3 496 712	5 750 243
Duração indeterminada	1 855 561	822 708
	<b>9 007 032</b>	<b>14 275 267</b>

As principais exposições em ações, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, são as seguintes:

(milhares de euros)

31.12.2012					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
EDP - Energias de Portugal	59 681	4 355	-	-	64 036
	<b>59 681</b>	<b>4 355</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>64 036</b>

(milhares de euros)

31.12.2011					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
EDP - Energias de Portugal	60 049	-	( 3 768)	-	56 281
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 376	5 454	-	( 348)	7 482
	<b>62 425</b>	<b>5 454</b>	<b>( 3 768)</b>	<b>( 348)</b>	<b>63 763</b>

Durante o exercício de 2012 o Banco alienou em bolsa e a preços de mercado 32 milhões de ações da EDP, tendo registado uma menos-valia de cerca de 7,1 milhões de euros (ver Nota 8).

A desagregação dos Ativos financeiros disponíveis para venda, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é a seguinte:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 699 267	42 622	1 741 889	2 782 240	-	2 782 240
De outros emissores	352 363	5 058 735	5 411 098	609 199	10 065 275	10 674 474
Acções	93 591	523 264	616 855	89 509	128 832	218 341
Outros títulos de rendimento variável	161 345	1 075 845	1 237 190	109 844	490 368	600 212
	<b>2 306 566</b>	<b>6 700 466</b>	<b>9 007 032</b>	<b>3 590 792</b>	<b>10 684 475</b>	<b>14 275 267</b>

## NOTA 21 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>		
Depósitos no Banco de Portugal	3 350 000	-
Depósitos em outras instituições de crédito	1 135 192	1 371 921
Empréstimos	134 972	731 198
Aplicações de muito curto prazo	139 009	80 933
Outras aplicações	83 357	193
	<b>4 842 530</b>	<b>2 184 245</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos	3 795 241	3 441 128
Aplicações de muito curto prazo	298 053	1 454 219
Empréstimos	564 935	812 388
Outras aplicações	64 501	37 035
	<b>4 722 730</b>	<b>5 744 770</b>
Perdas por imparidade	( 126)	( 190)
	<b>9 565 134</b>	<b>7 928 825</b>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de dezembro de 2012, venciam juros à taxa média anual de 1,73% (31 de dezembro de 2011: 2,22%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco opera.

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	9 084 923	7 555 935
De 3 meses a um ano	78 898	150 695
De um a cinco anos	397 617	166 556
Mais de cinco anos	3 749	55 642
Duração indeterminada	73	187
	<b>9 565 260</b>	<b>7 929 015</b>

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	190	35
Dotações	1 336	531
Reversões	( 1 392)	( 383)
Diferenças de câmbio e outras	( 8)	7
<b>Saldo final</b>	<b>126</b>	<b>190</b>

## NOTA 22 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Créditos em conta corrente	5 208 153	5 337 896
Empréstimos	12 200 131	12 527 689
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	451 841	509 282
<i>Factoring</i>	1 412 476	1 451 226
Descobertos	76 107	27 021
Locação financeira	2 560 544	2 937 632
Outros créditos	51 368	308 582
A particulares		
Habitação	7 286 286	7 638 793
Consumo e outros	1 606 366	1 786 395
	<b>30 853 272</b>	<b>32 524 516</b>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas		
Empréstimos	3 538 755	3 906 817
Créditos em conta corrente	1 169 974	1 035 795
Descobertos	74 593	38 981
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	135 802	99 780
Locação financeira	69 732	67 019
<i>Factoring</i>	52 494	23 036
Outros créditos	233 638	370 998
A particulares		
Habitação	761 620	775 521
Consumo e outros	376 294	406 703
	<b>6 412 902</b>	<b>6 724 650</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 3 meses	204 617	127 030
De 3 meses a 1 ano	500 110	280 016
De 1 a 3 anos	760 504	640 436
Há mais de 3 anos	537 812	341 711
	<b>2 003 043</b>	<b>1 389 193</b>
	<b>39 269 217</b>	<b>40 638 359</b>
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>(2 005 703)</b>	<b>(1 522 472)</b>
	<b>37 263 514</b>	<b>39 115 887</b>

Em Novembro de 2011, foram realizadas duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance N°3) com créditos provenientes do BES no valor de 658 milhões de euros e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha no valor de 485 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2012, o crédito vivo inclui 5 605,1 milhões de euros de crédito à habitação afetos à emissão de obrigações hipotecárias (31 de dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 33).



O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	7 009 119	6 808 674
De 3 meses a um ano	5 067 790	4 960 699
De um a cinco anos	7 009 921	8 414 959
Mais de cinco anos	18 179 344	19 064 834
Duração indeterminada	2 003 043	1 389 193
	<b>39 269 217</b>	<b>40 638 359</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no ativo como correção aos valores do crédito foram os seguintes:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	1 522 472	1 140 856
Dotações	739 608	648 589
Utilizações	( 183 587)	( 156 140)
Reversões	( 68 239)	( 110 876)
Diferenças de câmbio e outras	( 4 551)	43
<b>Saldo final</b>	<b>2 005 703</b>	<b>1 522 472</b>

Em 31 de dezembro de 2012 o crédito vivo inclui 220 743 milhares de euros de crédito renegociado (31 de dezembro de 2011: 175 001 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

Adicionalmente, o Banco tem, em 31 de dezembro de 2012, 396 387 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de dezembro de 2011: 433 450 milhares de euros) as quais, de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 34).

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Taxa fixa	2 317 813	2 405 700
Taxa variável	36 951 404	38 232 659
	<b>39 269 217</b>	<b>40 638 359</b>

O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Rendas e valores residuais vincendos</b>		
Até um ano	432 202	491 511
De um a cinco anos	1 130 447	1 410 375
Mais de cinco anos	1 373 116	1 535 201
	<u>2 935 765</u>	<u>3 437 087</u>
<b>Juros vincendos</b>		
Até um ano	68 859	110 457
De um a cinco anos	157 217	294 738
Mais de cinco anos	79 413	27 241
	<u>305 489</u>	<u>432 436</u>
<b>Capital vincendo</b>		
Até um ano	363 343	381 054
De um a cinco anos	973 230	1 115 637
Mais de cinco anos	1 293 703	1 507 960
	<u>2 630 276</u>	<u>2 994 651</u>
Imparidade	( 144 097)	( 97 190)
	<u>2 486 179</u>	<u>2 907 461</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existem contratos que individualmente sejam superiores a 5% do total do crédito de locação financeira. Não existem contratos de locação financeira com rendas contingentes.

## NOTA 23 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os Investimentos detidos até à maturidade, podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	103 476	147 545
De outros emissores	627 728	714 491
	<u>731 204</u>	<u>862 036</u>
Perdas por imparidade	( 39 111)	( 31 959)
	<u>692 093</u>	<u>830 077</u>

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	3 828	24 426
De 3 meses a um ano	36 166	34 212
De um a cinco anos	182 684	244 212
Mais de cinco anos	508 526	559 186
	<u>731 204</u>	<u>862 036</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o detalhe da imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	31 959	48 489
Dotações / Reversões	7 617	15 546
Utilizações	( 467)	( 31 928)
Diferenças de câmbio e outros	2	( 148)
Saldo final	<u>39 111</u>	<u>31 959</u>

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	102 731	745	103 476	147 545	-	147 545
De outros emissores	138 107	489 621	627 728	192 781	521 710	714 491
	<b>240 838</b>	<b>490 366</b>	<b>731 204</b>	<b>340 326</b>	<b>521 710</b>	<b>862 036</b>

Durante o exercício de 2008 o Banco procedeu à transferência de títulos no valor de 409,0 milhões de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Valor de Aquisição	Na data da transferência		Valor de mercado em Dezembro 2008	
		Valor de Balanço	Reserva de justo valor		
			Positiva		Negativa
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	433 247	408 987	366	( 24 626)	380 071

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras do Banco seria o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Activos financeiros disponíveis para venda		
Impacto em reservas de Justo valor	(3 422)	(14 856)
Efeito fiscal	1 078	4 308
	<b>(2 344)</b>	<b>(10 548)</b>

A reclassificação de ativos financeiros disponíveis para venda para investimentos detidos até à maturidade foi realizada no âmbito das alterações efetuadas ao IAS 39 e à IFRS 7 adotadas pelo Regulamento (CE) n.º 1004/2008 emitido em 15 de outubro de 2008. Esta reclassificação foi efetuada devido à situação excecionalmente adversa dos mercados provocada pela crise financeira internacional que caracterizou o exercício de 2008, situação que foi considerada como uma das raras circunstâncias previstas na alteração do IAS 39.

Na sequência da publicação pelo Banco de Portugal, em maio de 2011 do Aviso n.º 3/2011, o qual veio estabelecer novos patamares mínimos para o rácio de *Core Tier I* (9% em 31 de Dezembro de 2011 e 10% em 31 de Dezembro de 2012) e tendo presente a necessidade de atingir, a partir de 2014, um rácio de financiamento estável de 100%, de acordo com o *Memorandum* de Política Económica e Financeira entre o Governo Português, a Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo

Monetário Internacional (FMI), no decurso do segundo semestre de 2011 o Banco decidiu alienar uma parte significativa da carteira de investimentos detidos até à maturidade. No âmbito desta decisão, os títulos a alienar foram transferidos para a rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda e avaliados a valores de mercado.

Tendo em conta os objetivos subjacentes à reclassificação e posterior venda dos referidos títulos, a mesma é enquadrável no disposto no parágrafo AG 22 do IAS 39 'Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração' não dando por isso origem à contaminação (*tainting*) da restante carteira de investimentos detidos até à maturidade. Nessa base e uma vez que o Banco mantém a intenção e a capacidade de deter os restantes títulos até à maturidade os mesmos permanecem registados nesta rubrica.

Os efeitos da reclassificação dos títulos nas demonstrações financeiras do Banco, à data da transferência, podem ser assim analisados:

(milhares de euros)							
Valores em investimentos detidos até à maturidade				Registo em activos financeiros disponíveis para venda			
Valor de aquisição	Reservas de justo valor <sup>a)</sup>	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Reservas de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
533 113	( 4 922)	( 50)	528 141	533 113	( 10 845)	( 50)	522 218

<sup>a)</sup> Valor remanescente das reservas de justo valor existentes à data da transferência para a carteira de investimentos detidos até à maturidade ocorrida com referência a 01 de Junho de 2008.

## NOTA 24 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
<b>Derivados para gestão de risco</b>						
Derivados para gestão de risco - Ativo	155 264	312 920	468 184	231 101	256 822	487 923
Derivados para gestão de risco - Passivo	( 42 321)	( 37 346)	( 79 667)	( 107 398)	( 48 343)	( 155 741)
	<b>112 943</b>	<b>275 574</b>	<b>388 517</b>	<b>123 703</b>	<b>208 479</b>	<b>332 182</b>
<b>Componente de justo valor dos Ativos e Passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados</b>						
<b>Ativos financeiros</b>						
Crédito a clientes	17 294	-	17 294	17 798	-	17 798
	<b>17 294</b>	<b>-</b>	<b>17 294</b>	<b>17 798</b>	<b>-</b>	<b>17 798</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de Instituições de crédito	( 67 996)	70 388	2 392	( 55 240)	108 756	53 516
Recursos de clientes	( 787)	( 88 784)	( 89 571)	( 838)	18 669	17 831
Débitos representados por títulos	( 35 146)	( 9 583)	( 44 729)	( 28 953)	( 7 104)	( 36 057)
	<b>( 103 929)</b>	<b>( 27 979)</b>	<b>( 131 908)</b>	<b>( 85 031)</b>	<b>120 321</b>	<b>35 290</b>
	<b>( 86 635)</b>	<b>( 27 979)</b>	<b>( 114 614)</b>	<b>( 67 233)</b>	<b>120 321</b>	<b>53 088</b>

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.3, a rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivativos de cobertura, os derivativos contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivativos de cobertura).

### Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(1)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto <sup>(2)</sup>	Variação do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(2)</sup>
<i>Interest Rate Swap/ Currency</i>							
<i>Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	Taxa de juro e Câmbio	568 609	( 18 985)	( 768)	17 294	305
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de instituições de crédito	Taxa de juro	174 000	73 270	13 779	( 67 996)	( 12 758)
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	Taxa de juro	4 417	2 174	( 50)	( 787)	51
<i>Interest Rate Swap</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	Taxa de juro	2 013 217	56 484	5 255	( 35 146)	( 6 194)
			<b>2 760 243</b>	<b>112 943</b>	<b>18 216</b>	<b>( 86 635)</b>	<b>( 18 596)</b>

<sup>(1)</sup> Inclui juro corrido

<sup>(2)</sup> Atribuível ao risco coberto

(milhares de euros)

31.12.2011							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(1)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto <sup>(2)</sup>	Variação do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(2)</sup>
<i>Interest Rate Swap/ Currency</i>							
<i>Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	Taxa de juro e Câmbio	1 038 105	( 19 167)	( 38 087)	17 798	( 2 132)
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de instituições de crédito	Taxa de juro	184 000	59 385	28 201	( 55 240)	( 26 832)
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	Taxa de juro	4 417	1 978	( 1 060)	( 838)	918
<i>Interest Rate Swap</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	Taxa de juro	4 732 931	81 507	46 655	( 28 953)	( 13 570)
			<b>5 959 453</b>	<b>123 703</b>	<b>35 709</b>	<b>( 67 233)</b>	<b>( 41 616)</b>

<sup>(1)</sup> Inclui juro corrido

<sup>(2)</sup> Atribuível ao risco coberto

As variações de justo valor associadas aos ativos e passivos acima descritas e os respetivos derivativos de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2012, a parte inefetiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 0,4 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: custo de 5,9 milhões de euros), foi registada por contrapartida de resultados. O Banco realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

### Outros derivativos para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a cobrir o risco associado a determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita nas notas 2.4, 2.5 e 2.8 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos ativos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2012						
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
	<b>Passivo</b>							
Interest Rate Swap	Recursos de Instituições de Crédito	234 247	101 289	30 044	70 388	( 41 069)	158 063	234 168
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	7 576 215	177 869	63 597	( 88 784)	( 105 374)	8 685 628	8 607 864
Interest Rate Swap/FX Forward/Index Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 250 647	( 3 584)	( 2 502)	( 9 583)	( 4 289)	103 435	93 852
		<b>9 061 109</b>	<b>275 574</b>	<b>91 139</b>	<b>( 27 979)</b>	<b>( 150 732)</b>	<b>8 947 126</b>	<b>8 935 884</b>

(milhares de euros)

		31.12.2011						
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
	<b>Passivo</b>							
Interest Rate Swap	Recursos de Instituições de Crédito	234 247	73 441	34 422	108 756	398	155 576	264 332
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	5 910 812	129 526	45 427	18 669	40 499	7 219 174	7 237 843
Index Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	3 531	1 739	8	10	87	2 344	2 302
Interest Rate Swap/FX Forward	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 545 495	3 773	( 472)	( 7 114)	459	100 998	93 884
		<b>7 694 085</b>	<b>208 479</b>	<b>79 385</b>	<b>120 321</b>	<b>41 443</b>	<b>7 478 092</b>	<b>7 598 361</b>

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, é positiva e o respetivo valor acumulado ascende em 31 de dezembro de 2012 a 168,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 192,4 milhões de euros). O Banco reconheceu em resultados em 2012 um efeito negativo de 24,3 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade (31 de dezembro de 2011: efeito positivo de 48,1 milhões de euros), ver Nota 7.

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de dezembro de 2012 e 2011, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	1 670 152	13 416	2 970 817	29 833
De 3 meses a um ano	2 623 096	22 799	2 659 545	51 340
De um a cinco anos	6 509 238	197 261	6 812 915	115 218
Mais de cinco anos	1 018 866	155 041	1 210 261	135 791
	<b>11 821 352</b>	<b>388 517</b>	<b>13 653 538</b>	<b>332 182</b>

## NOTA 25 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
<b>Activos tangíveis não correntes detidos para venda</b>		
Imóveis	1 471 554	934 176
Equipamento	2 524	2 203
Outras imobilizações	18 763	11 882
	<b>1 492 841</b>	<b>948 261</b>
Perdas por imparidade	( 184 753)	( 180 519)
	<b>1 308 088</b>	<b>767 742</b>

Os valores apresentados referem-se a imóveis e equipamentos recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata. Em 31 de dezembro de 2012, o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 21 598 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 16 392 milhares de euros), tendo o Banco registado provisões para imparidades no valor de 11 193 milhares de euros para estes ativos (31 de dezembro de 2011: 7 699 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
<b>Saldo inicial</b>	180 519	89 781
Dotações / (Reversões)	38 657	121 678
Utilizações	( 29 580)	( 30 941)
Diferenças de câmbio e outras	( 4 843)	1
<b>Saldo final</b>	<b>184 753</b>	<b>180 519</b>

O movimento dos ativos não correntes detidos para venda durante o exercício de 2012 e o exercício de 2011 foi como segue:



	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Saldo inicial</b>	948 261	619 367
Entradas	761 344	511 681
Vendas	( 216 816)	( 189 527)
Outros movimentos	52	6 740
<b>Saldo final</b>	<b>1 492 841</b>	<b>948 261</b>

O Banco tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda. No entanto, face às atuais condições de mercado não tem sido possível, em algumas situações, concretizar as alienações no prazo esperado. Contudo, o Banco continua a desenvolver esforços com vista à concretização do plano de alienação estabelecido.

Na sequência das alienações de imóveis ocorridas no exercício de 2012, o Banco registou numa perda de 3 208 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 4 719 milhares de euros).

## NOTA 26 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Imóveis</b>		
De serviço próprio	320 119	307 521
Beneficiações em edifícios arrendados	199 398	215 096
	<u>519 517</u>	<u>522 617</u>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	265 499	257 579
Instalações interiores	128 903	128 097
Mobiliário e material	112 652	109 016
Equipamento de segurança	33 820	33 566
Máquinas e ferramentas	29 441	30 678
Material de transporte	1 473	1 275
Outros	1 170	372
	<u>572 958</u>	<u>560 583</u>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	322	1 392
Imóveis	1	18 627
Equipamento	198	952
Outros	32	43
	<u>553</u>	<u>21 014</u>
	<b>1 093 028</b>	<b>1 104 214</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>( 750 475)</b>	<b>( 732 267)</b>
	<u><b>342 553</b></u>	<u><b>371 947</b></u>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>526 004</b>	<b>551 934</b>	<b>4 089</b>	<b>1 082 027</b>
Adições	656	13 193	27 233	41 082
Abates / vendas	( 3 304)	( 10 102)	-	( 13 406)
Transferências (a)	( 809)	5 443	( 10 306)	( 5 672)
Variação cambial	70	117	3	190
Outros movimentos	-	( 2)	( 5)	( 7)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>522 617</b>	<b>560 583</b>	<b>21 014</b>	<b>1 104 214</b>
Adições	950	15 855	2 357	19 162
Abates / vendas	( 18 587)	( 4 777)	-	( 23 364)
Transferências (a)	14 481	1 256	( 22 461)	( 6 724)
Variação cambial	58	36	( 357)	( 263)
Outros movimentos	( 2)	5	-	3
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>519 517</b>	<b>572 958</b>	<b>553</b>	<b>1 093 028</b>
<b>Depreciações</b>				
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>253 732</b>	<b>448 754</b>	<b>-</b>	<b>702 486</b>
Amortizações do período	15 864	28 553	-	44 417
Abates / vendas	( 3 295)	( 10 062)	-	( 13 357)
Transferências (a)	( 1 355)	( 48)	-	( 1 403)
Variação cambial	14	110	-	124
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>264 960</b>	<b>467 307</b>	<b>-</b>	<b>732 267</b>
Amortizações do período	16 072	26 982	-	43 054
Abates / vendas	( 18 587)	( 4 740)	-	( 23 327)
Transferências (a)	( 1 210)	( 313)	-	( 1 523)
Variação cambial	-	4	-	4
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>261 235</b>	<b>489 240</b>	<b>-</b>	<b>750 475</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>258 282</b>	<b>83 718</b>	<b>553</b>	<b>342 553</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>257 657</b>	<b>93 276</b>	<b>21 014</b>	<b>371 947</b>

(a) Respeitam a imobilizado (imóveis e equipamento) proveniente de balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Activos não correntes detidos para venda

Na rubrica equipamento – material de transporte encontra-se registado imobilizado adquirido em regime de locação financeira cujo plano de pagamento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Rendas e valores residuais vincendos</b>		
Até um ano	16	15
De um a cinco anos	-	16
	<u>16</u>	<u>31</u>
<b>Juros vincendos</b>		
Até um ano	1	3
De um a cinco anos	-	1
	<u>1</u>	<u>4</u>
<b>Capital vincendo</b>		
Até um ano	15	12
De um a cinco anos	-	15
	<u>15</u>	<u>27</u>

## NOTA 27 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Gerados internamente</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	<u>55 388</u>	<u>45 440</u>
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	<u>577 176</u>	<u>553 396</u>
<b>Imobilizações em curso</b>	<u>22 382</u>	<u>19 265</u>
	<u>654 946</u>	<u>618 101</u>
<b>Amortização acumulada</b>	(541 486)	(499 859)
	<u>113 460</u>	<u>118 242</u>

Nos ativos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Banco especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.12).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Imobilizações em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>			
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>545 679</b>	<b>32 644</b>	<b>578 323</b>
Adições:			
Geradas internamente	-	8 560	8 560
Adquiridas a terceiros	10 423	20 192	30 615
Transferências	42 386	( 42 386)	-
Outros movimentos	348	255	603
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>598 836</b>	<b>19 265</b>	<b>618 101</b>
Adições:			
Geradas internamente	54	7 681	7 735
Adquiridas a terceiros	9 738	18 861	28 599
Transferências	23 433	( 23 433)	-
Variação cambial	503	-	503
Outros movimentos	-	8	8
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>632 564</b>	<b>22 382</b>	<b>654 946</b>
<b>Amortizações</b>			
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>458 133</b>	-	<b>458 133</b>
Amortizações do período	41 622	-	41 622
Variação cambial	104	-	104
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>499 859</b>	-	<b>499 859</b>
Amortizações do período	41 614	-	41 614
Variação cambial	13	-	13
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>541 486</b>	-	<b>541 486</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>91 078</b>	<b>22 382</b>	<b>113 460</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>98 977</b>	<b>19 265</b>	<b>118 242</b>

## NOTA 28 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

	31.12.2012				31.12.2011			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação
BES AÇORES	2 013 303	58%	5,00	9 653	2 013 303	57,52%	5,00	9 653
BES FINANCE	100 000	100%	1,00	25	100 000	100,00%	1,00	25
BES ORIENTE	199 500	100%	94,94	21 341	199 500	99,75%	96,59	21 341
BES ANGOLA	8 856 548	52%	7,57	61 351	8 856 548	51,94%	7,72	61 351
BES-VIDA	50 000 000	100%	1,00	620 472	24 999 800	50,00%	1,00	474 996
BESI	65 253 800	100%	5,00	416 103	45 253 800	100,00%	5,00	316 103
BESNAC	1 000	100%	0,75	36	1 000	100,00%	0,77	36
BEST	20 181 680	32%	1,00	20 182	20 181 680	32,03%	1,00	20 182
AVISTAR	300 000 000	100%	1,00	300 000	300 000 000	100,00%	1,00	300 000
BIC INTERNATIONAL BANK	10 200 000	100%	1,00	224 197	10 200 000	100,00%	1,00	224 197
E.S. BANK	3 188 525	100%	3,78	71 027	3 188 525	99,99%	3,86	71 027
E.S. PLC	29 997	100%	5,00	38	29 997	99,99%	5,00	38
BES SEGUROS	749 800	25%	5,00	3 749	749 800	24,99%	5,00	3 749
E.S. TECH VENTURES	65 000 000	100%	1,00	65 000	65 000 000	100,00%	1,00	65 000
ESAF SGPS	2 114 700	90%	5,00	60 388	2 114 900	90,00%	5,00	60 395
ESCLINC	100	100%	6 151,24	786	100	100,00%	6 272,47	786
ES CONCESSÕES	682 306	72%	5,00	20 602	682 306	71,66%	5,00	20 602
ESEGUR	242 000	44%	5,00	9 634	242 000	44,00%	5,00	9 634
ESGEST	20 000	100%	5,00	100	20 000	100,00%	5,00	100
E.S. REPRESENTAÇÕES	49 995	100%	0,36	39	49 995	99,99%	0,41	39
LOCARENT	525 000	50%	5,00	2 967	525 000	50,00%	5,00	2 967
QUINTA DOS CÓNEGOS	599 400	81%	5,00	4 893	599 400	81,00%	5,00	4 893
PARSUNI	1	100%	5 000,00	5	1	100,00%	5 000,00	5
SCI GEORGES MANDEL	15 750	23%	152,45	2 401	15 750	22,57%	152,45	2 401
BES BETEILIGUNGS GMBH	1	100%	25 000,00	365 025	1	100,00%	25 000,00	365 025
ES SERVIÇOS	13 998	100%	0,39	1 057	13 998	100,00%	0,39	1 057
ESAF ESPANHA	975 000	50%	10,00	42 765	975 000	50,00%	10,00	42 765
ES VANGUARDA	500 000	100%	1,00	500	500 000	100,00%	1,00	500
PRAÇA DO MARQUÊS	3 185 000	100%	4,99	27 724	3 185 000	100,00%	4,99	27 724
OBLOG	199 900	67%	5,00	-	199 900	66,63%	5,00	-
BES ÁFRICA	6 000 000	100%	5,00	30 000	5 200 000	100,00%	5,00	26 000
BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA	5 275	20%	5,00	8 926	5 275	20,00%	5,00	8 926
AMAN BANK	4 000 802	40%	5,00	40 269	4 000 802	40,00%	5,00	40 269
UNICRE-AM	350 029	18%	6,00	11 497	350 029	17,50%	6,00	11 497
IJAR	122 499	35%	8,00	12 361	122 499	35,00%	8,00	12 362
				<b>2 455 115</b>				<b>2 205 645</b>
Perdas por imparidade				( 398 887)				( 450 937)
				<b>2 056 228</b>				<b>1 754 708</b>

No decorrer do exercício de 2012, ocorreram as seguintes alterações na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas:

- Em fevereiro de 2012, o Banco alienou 200 ações da ESAF ao BES Açores e ao BEST;
- Em maio de 2012, o Banco adquiriu os restantes 50% do capital social da BES Vida, passando a deter a totalidade do seu capital;
- Em maio de 2012, o BES subscreveu a totalidade do aumento de capital realizado pela BES África, no valor de 3 000 milhares de euros.
- Em setembro de 2012, o BESI aumentou o capital social em 100 000 milhares de euros, o qual foi integralmente realizado pelo Banco.

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	450 937	107 929
Dotações	-	346 362
Utilizações	-	( 3 353)
Reversões	( 52 050)	-
Outros	-	( 1)
<b>Saldo final</b>	<b>398 887</b>	<b>450 937</b>

## NOTA 29 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros ativos a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	38 131	48 591
Contas caução	1 192 264	1 079 103
Sector público administrativo	142 596	134 925
Outros devedores diversos	1 397 710	1 497 865
	<u>2 770 701</u>	<u>2 760 484</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	( 115 549)	( 38 258)
	<u>2 655 152</u>	<u>2 722 226</u>
<b>Outros activos</b>		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	9 899	9 939
Outros activos	158 125	71 873
	<u>168 024</u>	<u>81 812</u>
<b>Proveitos a receber</b>	<b>63 826</b>	<b>29 190</b>
<b>Despesas com custo diferido</b>	<b>94 473</b>	<b>108 392</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações cambiais a liquidar	12 835	-
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	60 329	-
Outras operações a regularizar	-	-
	<u>73 164</u>	<u>-</u>
<b>Pensões de reforma</b>	<b>2 213</b>	<b>117 554</b>
	<u>3 056 852</u>	<u>3 059 174</u>

Os outros devedores diversos incluem:

- 800 milhões de euros relativos a prestações acessórias concedidas à Avistar, SGPS, SA (31 de dezembro de 2011: 800 milhões de euros);
- 94,3 milhões de euros de suprimentos e prestações acessórias na sequência das operações de cedência de créditos, os quais se encontram provisionados em 87,7 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 36,2 milhões de euros; provisões de 23,0 milhões de euros); e
- 100 milhões de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (31 de dezembro de 2011: 100 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de despesas com custo diferido inclui o montante de 64 307 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 65 630 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Banco no âmbito do ACT para o Setor Bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida ativa remanescente do colaborador.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros ativos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	38 258	5 513
Dotações	80 755	32 745
Utilizações	( 26)	-
Reversões	( 11 754)	-
Outros	8 316	-
<b>Saldo final</b>	<b>115 549</b>	<b>38 258</b>

## NOTA 30 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica de Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais</b>		
Depósitos	122 052	22 018
Outros recursos	10 000 000	8 700 000
	<u>10 122 052</u>	<u>8 722 018</u>
<b>Recursos de outros Bancos Centrais</b>		
Depósitos	116 934	510 184
	<u>116 934</u>	<u>510 184</u>
	<u>10 238 986</u>	<u>9 232 202</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais inclui 10 006 milhões de euros colateralizados por ativos financeiros do Banco (31 de dezembro de 2011: 8 700 milhões de euros), ver Nota 40.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 4 milhões de euros de recursos do Banco Central de Angola (31 de dezembro de 2011: 402 milhões de euros).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	150 206	3 829 316
De 3 meses a um ano	-	401 497
De um a cinco anos	10 088 690	5 001 389
	<u>10 238 896</u>	<u>9 232 202</u>



## NOTA 31 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>No país</b>		
Depósitos	541 684	783 401
Recursos a muito curto prazo	80 175	251 043
Operações com acordo de recompra	66 579	170 440
Outros recursos	1 845	1 577
	<u>690 283</u>	<u>1 206 461</u>
<b>No estrangeiro</b>		
Depósitos	4 074 151	5 563 143
Empréstimos	1 402 639	1 591 609
Recursos a muito curto prazo	245 591	1 584 531
Operações com acordo de recompra	590 440	1 040 581
Outros recursos	135 695	153 373
	<u>6 448 516</u>	<u>9 933 237</u>
	<u>7 138 799</u>	<u>11 139 698</u>

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	2 221 618	3 897 587
De 3 meses a um ano	1 343 794	488 983
De um a cinco anos	1 968 173	3 463 540
Mais de cinco anos	1 605 214	3 289 588
	<u>7 138 799</u>	<u>11 139 698</u>

A 31 de dezembro de 2012 esta rubrica incluía 672 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 592 milhões de euros) de recursos de outras instituições de crédito registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 24).

**NOTA 32 – RECURSOS DE CLIENTES**

O saldo da rubrica recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Depósitos à vista</b>		
Depósitos à ordem	8 247 331	6 657 791
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	19 906 717	22 592 826
Outros	56 282	3 245
	<u>19 962 999</u>	<u>22 596 071</u>
<b>Depósitos de poupança</b>		
Reformados	27 664	14 505
Outros	1 629 102	1 455 824
	<u>1 656 766</u>	<u>1 470 329</u>
<b>Outros recursos</b>		
Operações com acordo de recompra	124 104	138 442
Outros recursos	280 065	316 740
	<u>404 169</u>	<u>455 182</u>
	<u>30 271 265</u>	<u>31 179 373</u>

Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui 8 686 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 7 219 milhões de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 24).

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Exigível à vista</b>	<u>8 247 331</u>	<u>6 657 791</u>
<b>Exigível a prazo</b>		
Até 3 meses	10 519 021	14 116 717
De 3 meses a um ano	5 985 804	6 123 417
De um a cinco anos	5 349 109	4 159 546
Mais de cinco anos	170 000	121 902
	<u>22 023 934</u>	<u>24 521 582</u>
	<u>30 271 265</u>	<u>31 179 373</u>

### NOTA 33 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Euro Medium Term Notes	7 380 306	5 566 664
Certificados de depósitos	612 032	641 205
Obrigações	739 053	2 702 875
Obrigações hipotecárias	864 100	933 732
Outras responsabilidades	338 408	319 183
	<b>9 933 899</b>	<b>10 163 659</b>

Em 31 de dezembro de 2012, as obrigações garantidas Estado Português, no valor nominal de 4 750 milhões de euros, encontravam-se totalmente adquiridas pelo Banco à data do Balanço (31 de dezembro de 2011: 1 572 milhões de euros).

Esta rubrica inclui 146 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 136 milhões de euros) de responsabilidades representadas por títulos registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 24).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Banco procedeu a emissões que totalizaram 4 590 milhões de euros. As características das emissões vivas a 31 de dezembro de 2012 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating	
							Moody's	DBRS
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	821 922	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	1 050 000	-	07-07-2010	09-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 250 000	29	21-07-2010	21-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	42 149	15-12-2010	26-01-2017	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias HIPOT. 2018	1 250 000	-	25-01-2011	25-01-2018	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
	<b>4 590 000</b>	<b>864 100</b>						

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais ativos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Banco, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no Decreto-Lei n.º59/2006 e nos Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contra garantem esta emissão, em 31 de dezembro de 2012, ascende a 5 605,1 milhões de euros (ver Nota 22) (31 de dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros).

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 31.12.2011	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos <sup>a)</sup>	Saldo em 31.12.2012
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	5 566 664	3 863 028	(1 583 947)	( 665 799)	200 360	7 380 306
Certificados de depósitos	641 205	-	( 28 189) <sup>b)</sup>	-	( 984)	612 032
Obrigações	2 702 875	-	(1 856 269)	( 1 303)	(106 250)	739 053
Obrigações hipotecárias	933 732	-	-	( 76 054)	6 422	864 100
Outras responsabilidades	319 183	116 700	( 98 550)	-	1 075	338 408
	<b>10 163 659</b>	<b>3 979 728</b>	<b>(3 566 955)</b>	<b>( 743 156)</b>	<b>100 623</b>	<b>9 933 899</b>

<sup>a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial

<sup>b)</sup> No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos

A duração residual das responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	1 318 940	3 582 438
De 3 meses a um ano	852 747	492 802
De um a cinco anos	5 400 302	5 794 593
Mais de cinco anos	2 361 910	293 826
	<b>9 933 899</b>	<b>10 163 659</b>

As emissões ocorridas no exercício de 2012 são como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012						
Entidade	Descrição	Moeda	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro	
BES - Sede	BES DUE 2013	EUR	399 780	2013	Euribor 3 meses + 0.125%	
BES - Sede	BES DUE JUN 14	EUR	380 405	2014	Euribor 3 meses + 0.15%	
BES - Sede	BES COMMODIT 7%	a) EUR	1 046	2014	Taxa fixa - 7.00%	
BES - Sede	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2 412	2013	Taxa fixa 4.08%	
BES - Sede	BES ER 4% ABR05	a) EUR	1 817	2013	Taxa fixa 4.14%	
BES - Sede	BES ER3.75%0805	a) EUR	2 635	2013	Taxa fixa 3.85%	
BES - Sede	BES-E.RENDA 4%	a) EUR	8 605	2013	Taxa fixa 4.15%	
BES - Sede	BIC E.RENDA 4%	a) EUR	3 012	2013	Taxa fixa 4.15%	
BES - Sede	BEF 2005/2015	EUR	10 009	2015	Taxa fixa 4.721 %	
BES - Sede	BES 5.625% 2014	EUR	1 369 418	2014	Taxa fixa - 5.63%	
BES - Sede	BES 3.375%	EUR	821 922	2015	Taxa fixa 3.375%	
BES - Sede	BES DUE 02/2013	EUR	697 546	2013	Euribor 3 Meses + 1%	
BES - Sede	BES DUE 3.875%	EUR	438 270	2015	Taxa fixa 3.875%	
BES - Sede	BES 21/07/2017	EUR	29	2017	Euribor 6 Meses + 0.60%	
BES - Sede	BES DUE 4.6%	EUR	42 149	2017	Taxa fixa 4.6%	
BES - Sede	BES DUE JULY 16	EUR	59 914	2016	Taxa fixa 6.875%	
BES - Sede	BES PORTUGAL NO	a) EUR	19 991	2014	Euribor 6 Meses + 3.5%	
BES - Sede	BES PORTUGAL	a) EUR	22 085	2014	Euribor 6 Meses + 3.5%	
BES - Sede	BES 3% 16/12/20	EUR	60 118	2021	Taxa fixa 3%	
BES - Sede	BES DUE FEV.14	EUR	113 366	2014	Taxa fixa 6.5%	
BES - Sede	BES 4 ANOS 7%	EUR	126 782	2016	Taxa Fixa 7%	
BES - Sede	BES 6.9% 2024	EUR	68 281	2024	Taxa Fixa 6.9%	
BES - Sede	BES 26/10/2015	EUR	50 358	2015	Euribor 6 Meses + 3.85%	
BES - Sede	BES 5.875% 2015	EUR	751 949	2015	Taxa fixa: 5.875%	
BES Nova Iorque	Certificados de Depósito	USD	591	2013	4.41% - 5.53%	
BES Londres	Certificados de Depósito	EUR	13 994	2013	4.13% - 4.87%	
BES Londres	Certificados de Depósito	USD	597 448	2013	4.79% - 5.47%	
BES Londres	EMTN Series 1	EUR	140 085	2014	Taxa nominal 6.5%	
BES Londres	EMTN Series 2	EUR	109 713	2016	Taxa nominal 7%	
BES Londres	EMTN Series 3	EUR	137 879	2022	Taxa nominal 5%	
BES Londres	EMTN Series 4	EUR	46 240	2014	Taxa nominal 6.5%	
BES Londres	EMTN Series 5	EUR	39 784	2016	Taxa nominal 7%	
BES Londres	EMTN Series 6	EUR	199 234	2022	Taxa nominal 5%	
BES Londres	EMTN Series 7	EUR	148 644	2019	Taxa nominal 5%	
BES Londres	EMTN Series 8	EUR	43 526	2015	Taxa nominal 6.75%	
BES Londres	EMTN Series 9	EUR	215 345	2015	Taxa nominal 6.75%	
BES Londres	EMTN Series 10	EUR	554 081	2019	Taxa nominal 5%	
BES Londres	EMTN Series 11	EUR	66 367	2015	Taxa nominal 6.75%	
BES Londres	EMTN Series 12	EUR	330 242	2019	Taxa nominal 5%	
BES Londres	EMTN Series 13	EUR	329 510	2019	Taxa nominal 5%	
BES Londres	EMTN Series 14	EUR	329 300	2019	Taxa nominal 5%	
BES Londres	EMTN Series 15	EUR	23 744	2014	Taxa nominal 5.5%	
BES Luxemburgo	BES Luxembourg 5.75% 28/06/17	EUR	19 703	2017	Taxa nominal 5.75%	
BES Luxemburgo	BES Luxembourg 3% 21/06/22	USD	88 645	2022	Taxa nominal 3%	
BES Calvão	BES CAYMAN ZC 02/18/2028	EUR	13 602	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5.50%	
BES Calvão	BES CAYMAN 5.37% 03/12/18	USD	69 860	2018	Taxa fixa - 5.37%	
BES Calvão	BES CAYMAN Step Up 07/25/13	USD	58 549	2013	StepUp (1º cupão 1.50%)	
BES Calvão	BES CAYMAN Step Up 08/27/13	EUR	57 452	2013	StepUp (1º cupão 3.00%)	
BES Calvão	BES CAYMAN Step Up 09/02/13	EUR	77 792	2013	StepUp (1º cupão 3.00%)	
BES Calvão	BES CAYMAN Step Up 09/16/13	EUR	76 369	2013	StepUp (1º cupão 2.90%)	
BES Calvão	BES CAYMAN Step Up 10/07/13	EUR	77 437	2013	StepUp (1º cupão 3.10%)	
BES Calvão	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	32 513	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5.81%	
BES Calvão	BES CAYMAN Step Up 02/02/17	USD	40 206	2017	StepUp (1º cupão 1.87%)	
BES Calvão	BIC CAYMAN 23 2001	EUR	78 140	2013	Taxa fixa - 6.03%	
BES Calvão	BIC CAYMAN 25 2001	EUR	78 816	2014	Taxa fixa - 6.02%	
BES Calvão	BIC CAYMAN 27 2001	EUR	48 781	2015	Taxa fixa - 6.09%	
BES Espanha	Cédulas Hipotecarias	EUR	153 761	2014	Taxa fixa 4.5%	
BES Espanha	Cédulas Hipotecarias	EUR	80 369	2014	Taxa fixa 4%	
BES Espanha	Cédulas Hipotecarias	EUR	86 167	2016	Taxa fixa 4.25%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	600	2013	Taxa fixa 4.42%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	5 986	2013	Taxa fixa 4.26%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	499	2013	Taxa fixa 4.26%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	996	2013	Taxa fixa 4.23%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	699	2013	Taxa fixa 3.71%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	499	2013	Taxa fixa 3.6%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	550	2013	Taxa fixa 3.6%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	849	2013	Taxa fixa 3.61%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	499	2013	Taxa fixa 3.58%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	2 097	2013	Taxa fixa 3.61%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	596	2013	Taxa fixa 3.68%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	599	2013	Taxa fixa 3.58%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	749	2013	Taxa fixa 3.58%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	1 098	2013	Taxa fixa 3.61%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	549	2013	Taxa fixa 3.59%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	748	2013	Taxa fixa 3.61%	
BES Espanha	Pagaré	EUR	498	2013	Taxa fixa 3.61%	

**9 933 899**

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Banco, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efetuadas no exercício de 2012, o Banco reconheceu um ganho de 54,5 milhões de euros (ver Notas 11 e 36) (ano de 2011: 125,3 milhões de euros).

## NOTA 34 – PROVISÕES

A 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	<b>Provisão para riscos gerais de crédito</b>	<b>Outras provisões</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>449 606</b>	<b>178 883</b>	<b>628 489</b>
Dotações / (reposições)	( 16 474)	( 2 617)	( 19 091)
Utilizações	-	( 28 618)	( 28 618)
Diferenças de câmbio e outras	318	7	325
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>433 450</b>	<b>147 655</b>	<b>581 105</b>
Dotações / (reposições)	( 37 953)	26 319	( 11 634)
Utilizações	-	( 14 617)	( 14 617)
Diferenças de câmbio e outras	890	( 1 218)	( 328)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>396 387</b>	<b>158 139</b>	<b>554 526</b>

As Outras provisões, cujo valor ascende a 158,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 147,7 milhões de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da atividade do Banco, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de ações do Banco Boavista Interatlântico, por ações do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Banco constituiu provisões no valor de 60,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 61,4 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Banco. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 67,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011: 22,5 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Banco mantém provisões de cerca de 13,2 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 32,7 milhões de euros);

- # Provisões associadas a processos em curso relativas a operações comerciais realizadas no estrangeiro no valor de 0,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 11,8 milhões de euros);
- # O valor remanescente, de cerca de 16,8 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 19,3 milhões de euros), destina-se à cobertura de perdas potenciais decorrentes da atividade normal do Banco tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

## NOTA 35 – IMPOSTOS

O Banco está sujeito a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional até 5% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis acima dos 10 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012).

Adicionalmente, para efeitos do cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi tomado em consideração o Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social e que, conjugado com o artigo 183.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de capital próprio;
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas

responsabilidades foram transferidas (16 anos no caso do BES), a partir do exercício que se inicia em 1 de janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de resultados.

Os impostos diferidos ativos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios atuariais são pois recuperáveis nos prazos de 10 e 16 anos, via rubricas de capital próprio e via rubricas de resultados, respetivamente.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5% de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Em termos de imposto corrente relativo ao exercício de 2011, a Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira beneficiava, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de uma isenção de IRC até 31 de dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da atividade global do Banco era resultante de atividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), se aplica apenas aos exercícios de 2012 e de 2013 e não se estima que nesses exercícios ocorra a reversão de diferenças temporárias com impacto líquido significativo, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2012. Assim, para o exercício causa, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 29%, resultante do somatório das taxas de IRC (25%), Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (2,5%) acima referidas. O imposto diferido ativo relativo aos prejuízos fiscais foi apurado com base na taxa de IRC de 25%.

As declarações de autoliquidação do IRC do Banco ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que, no contexto das demonstrações financeiras individuais, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.



Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 podem ser analisados como seguem:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos financeiros	64 930	104 639	( 38 575)	( 65 810)	26 355	38 829
Crédito a clientes	375 365	310 248	-	-	375 365	310 248
Outros activos tangíveis	-	-	( 8 901)	( 9 068)	( 8 901)	( 9 068)
Activos intangíveis	102	102	-	-	102	102
Investimentos em subsidiárias e associadas	14 258	54 045	( 55 708)	( 9 353)	( 41 450)	44 692
Provisões	41 284	28 052	-	-	41 284	28 052
Pensões	255 440	284 741	( 34 965)	( 38 947)	220 475	245 794
Prémios de antiguidade	7 592	7 162	-	-	7 592	7 162
Prejuízos fiscais reportáveis	67 857	2 845	-	( 616)	67 857	2 229
Outros	6 482	7 704	( 661)	-	5 821	7 704
<b>Activo/(passivo) por imposto diferido</b>	<b>833 310</b>	<b>799 538</b>	<b>( 138 810)</b>	<b>( 123 794)</b>	<b>694 500</b>	<b>675 744</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
<b>Saldo inicial</b>	<b>675 744</b>	<b>505 970</b>
Reconhecido em resultados	76 923	147 534
Reconhecido em reservas de justo valor	( 71 350)	51 701
Reconhecido em reservas - outro rendimento integral	6 354	( 9 356)
Reconhecido em outras reservas	6 814	( 24 124)
Varição cambial e outros	15	4 019
<b>Saldo no final (Activo/(Passivo))</b>	<b>694 500</b>	<b>675 744</b>

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 31 de dezembro de 2011 teve as seguintes origens:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
<b>Impostos Diferidos</b>				
Instrumentos financeiros	( 58 876)	71 350	( 9 060)	( 51 701)
Crédito a clientes	( 65 117)	-	( 78 371)	-
Outros activos tangíveis	( 167)	-	( 171)	-
Activos intangíveis	-	-	-	-
Investimentos em associadas e subsidiárias	86 142	-	( 50 224)	-
Provisões	( 13 232)	-	763	-
Pensões	4 524	( 6 354)	( 21 994)	5 374
Prémios de antiguidade	( 430)	-	659	-
Prejuízos fiscais reportáveis	( 29 063)	( 6 814)	11 907	28 106
Outros	( 704)	-	( 1 043)	-
<b>Impostos Diferidos</b>	<b>( 76 923)</b>	<b>58 182</b>	<b>( 147 534)</b>	<b>( 18 221)</b>
<b>Impostos Correntes</b>	<b>62 549</b>	<b>( 15 857)</b>	<b>4 278</b>	<b>4 497</b>
<b>Total de imposto reconhecido</b>	<b>( 14 374)</b>	<b>42 325</b>	<b>( 143 256)</b>	<b>( 13 724)</b>

O imposto corrente reconhecido em reservas no exercício de 2012 inclui, nomeadamente, um crédito de imposto de 5 553 milhares de euros que traduz, em termos de Derramas Estadual e Municipal, o impacto do regime fiscal das pensões de reforma previsto no artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro e um crédito de imposto de 7 773 milhares de euros que traduz, em termos de IRC, o impacto associado à existência de variações patrimoniais negativas (sobretudo relacionadas com as responsabilidades com pensões de reforma).

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>107 587</b>		<b>( 276 345)</b>
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		26 513		28 708
<b>Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto</b>		<b>134 100</b>		<b>( 247 637)</b>
Taxa de imposto	31,5		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		42 242		( 71 815)
Dividendos excluídos de tributação	(33,7)	( 36 215)	43,6	( 107 852)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	-		3,6	( 8 825)
(Mais)/Menos valias fiscais <i>versus</i> contabilísticas	0,8	887	2,3	( 5 681)
Custos não dedutíveis	20,5	22 019	(32,3)	80 044
Alteração de estimativas	(37,8)	( 40 654)	11,2	( 27 678)
Outros	(2,5)	( 2 653)	0,6	( 1 449)
<b>Imposto do período</b>	<b>(13,4)</b>	<b>( 14 374)</b>	<b>57,8</b>	<b>( 143 256)</b>

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Setor Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi prorrogado pela Lei nº64-B/2011, de 30 de dezembro. A 31 de dezembro de 2012, o Banco reconheceu como custo o valor de 26,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 28,7 milhões de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos diretos e indiretos (ver Nota 11).

## NOTA 36 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações	731 510	718 363
Empréstimos	65 133	166 518
Obrigações perpétuas	-	11 304
	<b>796 643</b>	<b>896 185</b>

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 nos passivos subordinados foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Saldo em 31.12.2011	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos <sup>(a)</sup>	Saldo em 31.12.2012
Obrigações	718 363	-	8 245	4 902	731 510
Empréstimos	166 518	( 86 879)	-	( 14 506)	65 133
Obrigações perpétuas	11 304	-	( 15 000)	3 696	-
	<b>896 185</b>	<b>( 86 879)</b>	<b>( 6 755)</b>	<b>( 5 908)</b>	<b>796 643</b>

<sup>a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variações.

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de emissão	31.12.2012		
				Valor de balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2002	30 843	23 643	Euribor 3M + 2,83%	2013 a)
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2004	95 767	21 326	4,50%	2015 a)
Empréstimos Subordinados	EUR	2008	20 000	20 164	Euribor 3M + 1%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2004	25 000	22 594	Euribor 6M + 1,25%	2014
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	41 550	3 548	Euribor 3M + 1%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	638 450	647 084	Euribor 3M + 8,5%	2019
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	50 000	50 050	Euribor 3M + 1,05%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2011	8 174	8 234	10,00%	2021
			<b>909 784</b>	<b>796 643</b>		

a) data da próxima call option

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Banco, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das

compras efetuadas no exercício de 2012, o Banco reconheceu um ganho de 42,3 milhões de euros (ano de 2011: 430,7 milhões de euros).

### NOTA 37 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de dezembro de 2012 e a 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector público administrativo	118 044	159 422
Contas caução	173 106	111 874
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	42 352	45 712
Credores por operações sobre valores mobiliários	25 205	9 811
Outros credores	96 736	91 414
	<u>455 443</u>	<u>418 233</u>
<b>Custos a pagar</b>		
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	26 178	24 947
Outros custos a pagar	94 658	126 733
	<u>120 836</u>	<u>151 680</u>
<b>Receitas com proveito diferido</b>	19 724	32 662
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	143 454
Operações cambiais a liquidar	-	23 603
Outras operações a regularizar	86 060	102 109
	<u>86 060</u>	<u>269 166</u>
	<u>682 063</u>	<u>871 741</u>

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

### NOTA 38 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E ACÇÕES PRÓPRIAS

#### *Ações ordinárias*

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social do Banco, no valor de 5 040 124 063,26 euros, encontrava-se representado por 4 017 928 471 ações ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes acionistas, dos quais se destacam (participações diretas):

	% Capital	
	31.12.2012	31.12.2011
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,29%	35,00%
<i>Credit Agricole, S.A.</i>	10,81%	8,63%
Bradport, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup>	4,83%	4,83%
<i>Silchester International Investors Limited</i>	5,76%	5,67%
Espírito Santo Financial Group, S.A.	0,74%	2,27%
PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. <sup>(2)</sup>	2,09%	2,09%
Outros	40,48%	41,51%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto

(2) Empresa dominada integral e indirectamente por Portugal Telecom, SGPS, SA

Durante o mês de maio de 2012 o Banco Espírito Santo procedeu a um aumento do capital social no valor de 1 009,9 milhões de euros, totalmente realizado por entradas em dinheiro pelo preço de €0,395 por ação, a que correspondeu a emissão de 2 556 688 387 novas ações ordinárias. As novas ações são fungíveis com as demais ações e conferem aos seus titulares os mesmos direitos que as demais ações existentes antes do aumento de capital. O aumento de capital não promoveu alterações relevantes na estrutura de acionistas de referência do BES.

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital através do lançamento de uma oferta de troca (OPT) sobre valores mobiliários emitidos pelo Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo de Investimento e *BES Finance*. Em resultado da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários, que decorreu durante o mês de novembro de 2011, foram emitidas 294 573 418 novas ações ordinárias do BES a €1,80 por ação e 81 736 obrigações de caixa subordinadas de valor nominal de €100 cada:

Emitente	Natureza	Valor Nominal objecto de aceitação nas Ofertas	Contrapartida	
			Nº Acções BES emitidas	Nº Obrigações de Caixa emitidas
BES	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 238 400 000	128 527 730	70 400
		USD 2 727 000	992 857	1 918
BES INVESTIMENTO	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 46 269 000	25 180 367	9 418
BES FINANCE	<i>Undated Subordinated Notes</i>	€ 184 214 000	72 960 255	não aplicável
	<i>Non-cumulative guaranteed step-up preference shares series A</i>	€ 197 446 000	66 912 209	não aplicável
<b>TOTAL</b>		<b>€ 668 308 530</b>	<b>294 573 418</b>	<b>81 736</b>

### **Prémios de emissão**

Em 31 de dezembro de 2012, os prémios de emissão totalizavam 1 061 621 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos acionistas nos aumentos de capital.

### **Outros instrumentos de capital**

No exercício de 2010 o Banco procedeu à emissão de obrigações perpétuas no valor de 270 milhões de euros, e de um empréstimo subordinado perpétuo no valor de 600 milhões de euros. Todas as emissões têm juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

As características das emissões são as seguintes:

Descrição	Data de emissão	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço	Taxa de juro	Pagamento de cupão	(milhares de euros)
							Possibilidade de reembolso <sup>(1)</sup>
Obrigações perpétuas	Dez/10	EUR	176 497	26 217	8,50%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
Obrigações perpétuas	Dez/10	USD	5 080	3 078	8,00%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
Empréstimo perpétuo	Dez/10	EUR	600 000	196 419	5,58%	02/Jul <sup>(2)</sup>	A partir de Jul/14
			<b>781 577</b>	<b>225 714</b>			

<sup>(1)</sup> O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, por opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal

<sup>(2)</sup> A partir de Julho de 2014 o juro será pago trimestralmente com base na aplicação da taxa Euribor a três meses, acrescida de 2,67%, sobre o montante utilizado.

Durante o exercício de 2012 o Banco adquiriu 18,6 milhões de euros do empréstimo subordinado, tendo registado uma mais-valia líquida de imposto de 4 880 milhares de euros reconhecida em Outras reservas. Em resultado da oferta de troca sobre valores mobiliários, realizada em 2011, os Outros Instrumentos de Capital emitidos pelo BES foram reduzidos em 437 893 milhares de euros.

Durante exercício de 2012, o Banco efetuou pagamento de rendimentos no montante de 2 492 milhares de euros relativos às obrigações perpétuas,

Estas emissões são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco. Face às suas características são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.9.

### ***Ações próprias***

Durante o exercício de 2011, o BES adquiriu ações próprias no âmbito do PRVIF (ver Nota 13). Em 27 de janeiro de 2012, o BES alienou 67 184 ações próprias, fora de bolsa, na sequência da reforma de dois administradores a quem tinha sido atribuído um lote de 33 592 ações relativo à distribuição de resultados de 2010, de acordo com o Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF) aprovado em Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 e na sequência da proposta do Conselho de Administração sobre aquisição e alienação de ações próprias aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2011.

O movimento ocorrido nas ações próprias foi como segue:

	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31.12.2012		31.12.2011	
	Nº de ações	Valor (milhares de euros)	Nº de ações	Valor (milhares de euros)
<b>Transações no âmbito do PRVIF</b>				
Saldo no início do período/exercício	342 475	997	-	-
Ações adquiridas <sup>(1)</sup>	-	-	342 475	997
Ações alienadas <sup>(2)</sup>	67 184	( 196)	-	-
Saldo no final do período/exercício	275 291	801	342 475	997

<sup>(1)</sup> Ações adquiridas no âmbito do PRVIF, ao preço de 2,909 euros por ação

<sup>(2)</sup> Ações alienadas ao preço de 1,315 euros por ação no âmbito do PRVIF em janeiro de 2012

## **NOTA 39 – RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL**

### ***Reserva legal***

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao setor bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

### ***Reservas de justo valor***

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transítados			
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Desvios actuariais (valor líquido de impostos)	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transítados	Total Outras Reservas e Resultados Transítados
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)</b>	2 588	5 653	8 241	( 672 289)	59 000	485 892	( 127 397)
Compra de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	105 648	105 648
Desvios actuariais	-	-	-	22 908	-	-	22 908
Alterações de justo valor	( 219 638)	51 701	( 167 937)	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	26 000	125 849	151 849
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	-	( 13 191)	( 13 191)
Juros de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	( 12 424)	( 12 424)
Dividendos de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	( 11 351)	( 11 351)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	( 2 034)	( 2 034)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>( 217 050)</b>	<b>57 354</b>	<b>( 159 696)</b>	<b>( 649 381)</b>	<b>85 000</b>	<b>678 389</b>	<b>114 008</b>
Alterações de justo valor	259 784	( 71 350)	188 434	-	-	-	-
Compra de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	4 478	4 478
Desvios actuariais	-	-	-	( 170 700)	-	-	( 170 700)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	( 133 089)	( 133 089)
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	-	( 13 743)	( 13 743)
Juros de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	( 1 548)	( 1 548)
Dividendos de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	( 8 014)	( 8 014)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	249	249
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>42 734</b>	<b>( 13 996)</b>	<b>28 738</b>	<b>( 820 081)</b>	<b>85 000</b>	<b>526 722</b>	<b>( 208 359)</b>

(a) Valor líquido de imposto

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Saldo no início do período</b>	<b>( 159 696)</b>	<b>8 241</b>
Varição de justo valor	718 556	( 249 044)
Alienações do período	( 570 781)	( 16 234)
Imparidade reconhecida no período	112 009	45 640
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas (ver nota 35)	( 71 350)	51 701
<b>Saldo no final do período</b>	<b>28 738</b>	<b>( 159 696)</b>



## NOTA 40 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Passivos contingentes</b>		
Garantias e avales prestados	12 119 879	15 691 225
Activos financeiros dados em garantia	21 196 688	12 493 786
Créditos documentários abertos	3 532 645	2 635 186
Outros	356 207	356 919
	<u>37 205 419</u>	<u>31 177 116</u>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos revogáveis	6 843 238	7 988 988
Compromissos irrevogáveis	3 147 536	3 957 908
	<u>9 990 774</u>	<u>11 946 896</u>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de ativos dados em garantia inclui:

- Ativos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez, dos quais se encontram utilizados 13,5 mil milhões de euros a valores de mercado (31 de dezembro de 2011: 11,1 mil milhões de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 17,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 17,0 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 81 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 64,0 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco europeu de Investimento no montante de 1 823 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 1 214 milhões de euros).

Estes ativos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas categorias de ativos do balanço do Banco e podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Banco nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Depósito e guarda de valores	57 966 126	50 661 185
Valores recebidos para cobrança	294 037	270 695
Crédito securitizado sob gestão ( <i>servicing</i> )	6 367 117	8 867 304
Outras responsabilidades por prestação de serviços	4 295 683	3 461 155
	<u>68 922 963</u>	<u>63 260 339</u>

## NOTA 41 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Banco com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

	31.12.2012					31.12.2011				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveltos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveltos	Custos
<b>Empresas subsidiárias</b>										
ES RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	540	-	-	5 543	-	510	-	-	5 649
ES CONCESSÕES	125 880	311	61 080	14 971	-	178 959	54	51 847	12 248	-
ES ACE 2	-	230	-	1 278	5 364	-	312	-	1 317	5 744
ESAF	-	33 455	4 035	13 375	1 561	-	28 294	4 035	15 674	526
ESAF ESPANHA	375	47 281	-	4 685	326	383	25 838	-	5 028	365
ES SERVICIOS	53 662	144	-	1 172	2 670	35 225	138	-	806	3 203
ESGEST	-	175	-	-	891	-	522	-	-	976
ESINF	-	775	-	156	4 943	-	963	-	-	5 017
BESNAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	466
BESI	1 234 572	109 936	30 452	25 492	11 799	1 415 437	268 564	11 350	23 005	11 226
BES GMBH	-	6 068	1 086 151	78	59	-	20	1 095 572	5 088	20
BES ORIENTE	270	345 028	-	1	9 363	53	112 316	-	-	3 372
BES FINANCE	184 036	2 858 824	6 292 416	68 052	300 670	244 545	4 487 408	9 699 587	110 401	334 768
ES PLC	181 410	587 768	1 172 785	1 975	20 125	183 410	1 804 179	2 619 857	2 628	3 428
ES BANK	19 016	4 169	1 650	-	18	20 041	5 960	-	-	-
ES TECH VENTURES	44 977	3 253	-	123	19	44 263	28	-	1 785	-
ES REPRESENTAÇÕES	-	-	-	-	11	-	-	-	-	32
ESCLINC	-	-	-	-	1 472	-	-	-	-	1 350
BEST	7 375	124 222	-	347	3 740	13 181	268 097	-	615	4 042
BES AÇORES	99 927	63 618	10 000	4 045	139	167 648	25 776	-	1 591	332
BES ANGOLA	2 840 789	23 424	97 485	163 464	108	2 189 164	36 512	-	111 000	74
QUINTA DOS CONEGOS	1 047	-	14	38	-	1 007	-	-	-	-
BIBL	439 470	496 522	2 872 376	26 531	102 322	2 020 965	1 462 933	2 981 714	32 831	102 313
FCR PME	-	1 593	-	-	50	-	3 094	-	-	63
FIQ VENTURES II	16 342	288	1 658	1 200	19	21 321	8	-	1 427	-
SPE-LM6	185 989	-	-	3 954	805	189 514	-	-	4 331	1 019
SPE-LM7	1 316 459	-	-	13 006	157	1 404 012	-	-	24 189	81
FT LPFI	20 759	7 482	-	3 574	-	153 061	9 070	-	8 746	-
PRAÇA DO MARQUES	220	107	-	-	1 440	2 120	1 490	-	-	1 440
PARSUNI	17	-	-	-	-	17	-	-	-	-
SPE-SME1	3 922	-	-	1 720	-	7 844	-	-	-	560
AVISTAR	800 000	308 656	-	84	5 193	800 000	194 192	-	282	7 078
FCR_BES_GROWTH	-	141	-	-	-	-	626	-	-	-
FCR_VENTURES_III	16 095	874	8 905	1 478	-	22 398	13	-	1 428	-
AMAN BANK	-	22 742	-	134	327	1 469	3 092	-	-	-
OBLOG	-	660	-	-	1	-	1 175	-	-	-
BES ÁFRICA	-	376	-	-	2	-	508	-	32	-
BANCO DE CABO VERDE	2	80 077	2 637	24	-	-	13 420	-	-	-
BES VIDA a)	1 047 449	599 809	-	26 789	19 776	-	-	-	-	-
ES VANGUARDA	-	21	-	-	3	-	500	-	-	-
FLITPTREL VIII	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNGEPI	20 000	25 232	-	177	-	-	-	-	-	-
FUNGEPI_II	-	39 820	-	-	9	-	-	-	-	-
FUNGERE	-	38 999	-	-	91	-	-	-	-	-
IMOINVESTIMENTO	-	3 376	-	-	-	-	-	-	-	-
CLINs	-	-	-	-	-	51 835	100 000	-	1 621	9 590
	<b>8 660 060</b>	<b>5 835 996</b>	<b>11 641 644</b>	<b>377 923</b>	<b>499 005</b>	<b>9 167 892</b>	<b>8 855 612</b>	<b>16 463 962</b>	<b>366 633</b>	<b>502 174</b>
<b>Empresas associadas</b>										
BES VIDA a)	-	-	-	-	-	1 355 199	263 447	-	22 796	1 797
ES VÊNÉTIE	726 910	593	5 627	1 138	-	865 066	139 804	11 794	2 626	125
LOCARENT	129 818	3 723	-	2 591	8 311	142 261	312	-	4 608	8 764
BES SEGUROS	608	14 474	-	161	16	3	8 471	-	-	11
ESEGRU	7 259	3	2 105	145	-	2 308	219	2 197	119	-
ES CONTACT CENTER	1 650	-	43	90	-	1 988	-	43	114	-
EMPARK	39 084	-	-	1 895	-	40 080	-	-	2 499	-
ASCENDI GROUP SGPS	289 462	3 781	28 364	9 620	2	188 034	8 337	29 358	8 634	7
NANIUM	35 327	4 272	18 349	306	4	42 044	2 752	18 387	971	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	98 348	2 051	15 374	2 947	-	33 732	10 686	15 374	1 505	103
AENOR DOURO	271 887	3 461	11 000	8 868	-	247 956	1 898	12 000	11 202	18
SCUTVIAS	7 147	-	6 543	97	-	8 154	-	6 868	219	-
PALEXPO	7 266	124	26	537	-	6 800	75	-	495	-
UNICRE	26	-	-	1	-	1	10 003	-	-	280
OUTRAS	36 596	24 395	4 054	1 326	140	37 871	20 417	4 684	1 243	80
	<b>1 661 388</b>	<b>56 877</b>	<b>91 487</b>	<b>29 722</b>	<b>8 473</b>	<b>2 971 497</b>	<b>466 421</b>	<b>100 705</b>	<b>57 031</b>	<b>11 185</b>

a) A partir do mês de Maio de 2012, a BES Vida passou a ser consolidada pelo método Integral no GBES.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o montante global dos ativos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (holding do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012									
	Activos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
<b>Accionistas</b>									
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	17	-	-
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	105	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	386	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	91	1 016	110	2 190	1 080	271	10	-
<b>Subsidiárias e associadas de accionistas</b>									
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	21	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	7 579	-	-	7 579	-	153	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	150 150	-	-	150 150	21 979	116 495	65	55
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	742	-	-	-	742	7 580	17 637	-	36
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	35 512	-	-
ES SAUDE	-	18 484	30 002	-	48 486	24 269	13 140	363	2
T - VIDA	-	55 560	9 291	-	64 851	-	56 635	17	26
ESUMÉDICA	-	1 000	-	-	1 000	4	24	20	-
EUROP ASSISTANCE	-	24	-	-	24	25	2 749	-	-
<b>Outros</b>									
ES IRMÃOS	-	104 570	-	-	104 570	-	-	4 708	-
OPWAY	-	3 645	-	-	3 645	48 029	35 089	208	-
CONSTRUCCIONES SARRION	-	13 523	-	-	13 523	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	11	-	-	11	-	2 359	-	-
OUTRAS	-	55 928	20 064	-	75 992	17 294	32 190	1 409	21
<b>TOTAL</b>	<b>1 715</b>	<b>410 565</b>	<b>60 373</b>	<b>110</b>	<b>472 763</b>	<b>120 260</b>	<b>312 783</b>	<b>6 800</b>	<b>140</b>

(milhares de euros)

31.12.2011									
	Activos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
<b>Accionistas</b>									
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	23	-	-
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	449	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	729	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	5	-	57	1 035	1 150	460	23	-
<b>Subsidiárias e associadas de accionistas</b>									
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	14	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	173 644	-	-	173 644	-	154	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	167 298	-	-	167 298	21 155	101 811	58	232
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	25 588	-	-	-	25 588	7 874	16 744	-	56
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	719	-	-
ES SAUDE	-	22 479	31 143	-	53 622	24 870	23 873	398	25
T - VIDA	-	85 981	275 778	-	361 759	-	96 105	48	25
ESUMÉDICA	-	1 949	-	-	1 949	4	-	109	-
EUROP ASSISTANCE	-	15	-	-	15	8	1 835	-	-
<b>Outros</b>									
ES IRMÃOS	-	99 341	-	-	99 341	-	-	5 242	-
OPWAY	-	14 133	-	-	14 133	47 642	13 073	282	-
CONSTRUCCIONES SARRION	-	21 111	-	-	21 111	820	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	1	-	-	1	-	901	-	7
OUTRAS	-	38 448	1 126	-	39 574	22 293	30 213	888	180
<b>TOTAL</b>	<b>26 561</b>	<b>624 405</b>	<b>308 047</b>	<b>57</b>	<b>959 070</b>	<b>125 816</b>	<b>287 103</b>	<b>7 048</b>	<b>525</b>

Em 31 de dezembro de 2012 o valor dos créditos concedidos pelo Banco aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 4 047 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 4 911 milhares de euros).

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a atos compreendidos no próprio comércio da Sociedade e nenhuma vantagem especial lhes foi concedida (n.º5 do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais), pelo que não se encontram abrangidos pelas disposições constantes dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é ainda regulada pelo artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal n.º 17/2011 que entrou em vigor em 21 de agosto 2011.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias:

- a membros executivos do Conselho de Administração, a membros da Comissão de Auditoria, e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daqueles membros, com exceção de operações de caráter ou finalidade social, operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no n.º4 do art. 85º do RGICSF;

- aos cônjuges e parentes em 1º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por qualquer daqueles pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indireto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros do Comissão de Auditoria, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no n.º4 do artº 85º do RGICSF, acima referidas.

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indireto prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF.

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por uma maioria de, pelo menos, 2/3 dos restantes membros do Conselho de Administração e de obtenção de parecer favorável da Comissão de Auditoria nos casos de concessão de crédito aos membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros da Comissão de Auditoria) e/ou às sociedades ou outros entes coletivos por eles direta ou indiretamente dominados.

As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do BES cumprem com todas as referidas exigências.

Todos os créditos concedidos às partes relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objeto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Banco. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não se verificou qualquer situação de imparidade específica com créditos concedidos a partes relacionadas. Em consequência, estes créditos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base coletiva tal como referido na Nota 2.4 – Crédito concedido.

Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80,0 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante. Durante o exercício de 2010 não houve qualquer transação com o fundo de pensões (ver nota 13). No exercício de 2012 o Banco adquiriu 30 779 e 22 115 milhares de unidades de participação dos fundos Fungere e Fungepi aos fundos de pensões do Banco.

## NOTA 42 – SECURITIZAÇÃO DE ACTIVOS

A 31 de dezembro de 2012, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efetuadas pelo BES:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante Inicial	Montante actual de crédito	Activo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	362 957	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	362 304	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	521 143	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	596 623	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	828 363	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	239 278	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	757 723	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	131 526 <sup>(1)</sup>	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 797 397	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 <sup>(2)</sup>	129 666	Crédito Leverage Finance
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	434 362	Crédito a particulares
IM BES Empresas 1	Novembro de 2011	485 000	375 770	Crédito a pequenas e médias empresas

<sup>(1)</sup> Em Março de 2011, a carteira de crédito associada a esta operação foi parcialmente alienada, tendo o remanescente (créditos domésticos) sido transferido para o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance No.1 FTC"

<sup>(2)</sup> Esta operação de securitização inclui 382 062 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhares de euros de créditos de outras entidades intervenientes (BES Investimento e ES Vénétie)

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de janeiro de 2004. Assim, os

ativos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os ativos cedidos no âmbito das operações de securitização realizadas após 1 de janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Banco transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

No exercício de 2011 realizaram-se duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance No. 3) com créditos provenientes do BES e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha. No exercício de 2010 realizaram-se as seguintes operações de securitização: uma de crédito a empresas (Lusitano *Leverage Finance* No. 1) com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BES1 e do *ES Vénétie* e outra de crédito a empresas e de papel comercial (Lusitano SME No. 2), sendo que esta última foi reembolsada antecipadamente em março de 2012. Os créditos abrangidos por estas operações não foram desreconhecidos dos respetivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

As principais características destas operações, com referência a 31 de dezembro de 2012, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal atual	Interesse retido pelo Banco (Valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações inicial				Rating das obrigações atual			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	265 066	-	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe C	25 000	25 000	3 000	Dezembro de 2035	A	A2	A	-	A	Ba1	A-	-
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB	-	BBB+	Ba3	BB	-
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB	-	BB+	B2	B-	-
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	279 078	-	Dezembro de 2046	AAA	Aaa	AAA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe B	30 000	30 000	10 000	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA	-	A	Baa3	BBB	-
	Classe C	28 000	28 000	5 000	Dezembro de 2046	A	A3	A	-	A	Ba2	BB-	-
	Classe D	16 000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB	-	BBB+	B1	B	-
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB	-	BB	B3	B-	-
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1140 000	465 202	-	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA	-	A	Ba1	A-	-
	Classe B	27 000	17 833	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA	-	A	Ba3	BBB	-
	Classe C	19 600	12 285	-	Dezembro de 2047	A	A2	A	-	BBB	B2	BB-	-
	Classe D	14 400	9 511	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB	-	BB-	Caa1	B-	-
	Classe E	10 800	9 270	-	Dezembro de 2047	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1134 000	511 939	4 289	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Ba1	A-	-
	Classe B	22 800	21 553	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	BBB-	Ba3	BB+	-
	Classe C	19 200	18 150	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	BBB-	B2	B+	-
	Classe D	24 000	22 687	4 500	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+	-	CCC	Caa3	B-	-
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1323 000	739 478	2 515	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Ba1	A-	-
	Classe B	26 600	25 494	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	BBB-	B1	A-	-
	Classe C	22 400	21 469	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	BB-	B3	BB+	-
	Classe D	26 000	26 036	5 271	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	CCC	Ca	B+	-
	Classe E	11 900	11 900	-	Dezembro de 2059	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	105 165	3 922	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	BBB	-	A-	-
	Classe B	40 974	35 931	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	AAA	-	AAA	-
	Classe C	34 073	29 880	-	Dezembro de 2028	BB	-	BB	-	CCC	-	B	-
	Classe D	28 035	24 585	-	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe E	8 626	8 626	-	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	570 131	45 544	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	A	Ba1	A-	-
	Classe B	65 450	65 450	58 950	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	A	Ba1	A-	-
	Classe C	41 800	41 800	31 800	Março de 2060	A	A3	A	-	BBB	B1	A-	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	B	B3	BB	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	Março de 2060	BB	-	BB	-	CCC	-	B-	-
	Classe F	22 000	22 000	-	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Project Finance No.1 FTC		198 101	139 139	139 139	Março de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	1 316 460	1 316 459	Outubro de 2064	-	-	AAA	AAA	-	-	A-	AAH
	Classe B	294 500	294 500	-	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	BB-	-
	Classe C	180 500	180 500	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Classe A	352 000	-	-	Janeiro de 2020	-	-	AAA	-	-	-	AAA	-
	Classe C	206 800	21 850	20 633	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe X	21 850	191 293	115 129	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.2	Classe A	1 107 300	-	-	Março de 2012	-	Aaa	-	AAA	-	-	-	-
	Classe B	369 100	-	-	Março de 2012	-	A2	-	A (low)	-	-	-	-
	Classe C	466 300	-	-	Março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	38 900	-	-	Março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Finance N.º 3	Classe A	450 700	269 279	269 279	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe B	207 200	207 200	207 200	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe C	20 000	20 000	20 000	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
IM BES Empresas 1	Classe A	242 500	129 769	-	Novembro de 2043	-	AAA	-	-	-	A3	-	-
	Classe B	242 500	242 500	242 500	Novembro de 2043	-	Caa2	-	-	-	Caa2	-	-



## NOTA 43 – JUSTO VALOR DOS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Banco é como segue:

(milhares de euros)

	Valorizados ao Justo Valor				Total Valor de Balanço	Justo Valor
	Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
<b>31 de Dezembro de 2012</b>						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	626 558	-	-	-	626 558	626 558
Disponibilidades em outras instituições de crédito	275 887	-	-	-	275 887	275 887
Activos financeiros detidos para negociação	-	161 178	1 690 328	-	1 851 506	1 851 506
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	188 274	1 089 012	8 789	1 286 075	1 286 075
Activos financeiros disponíveis para venda	6 570	2 306 566	5 404 210	1 289 686	9 007 032	9 007 032
Aplicações em instituições de crédito	9 565 134	-	-	-	9 565 134	9 565 134
Crédito a clientes	36 766 340	-	497 174	-	37 263 514	35 028 254
Investimentos detidos até à maturidade	692 093	-	-	-	692 093	623 807
Derivados para gestão do risco	-	-	468 184	-	468 184	468 184
<b>Activos financeiros</b>	<b>47 932 582</b>	<b>2 656 018</b>	<b>9 148 908</b>	<b>1 298 475</b>	<b>61 035 983</b>	<b>58 732 437</b>
Recursos de bancos centrais	10 238 986	-	-	-	10 238 986	10 238 986
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 630 363	-	1 630 363	1 630 363
Recursos de outras instituições de crédito	6 225 040	-	913 759	-	7 138 799	6 948 647
Recursos de clientes e outros empréstimos	21 580 433	-	8 690 832	-	30 271 265	30 271 265
Responsabilidades representadas por títulos	8 946 369	-	987 530	-	9 933 899	10 783 070
Derivados para gestão do risco	-	-	79 667	-	79 667	79 667
Passivos subordinados	796 843	-	-	-	796 843	782 085
<b>Passivos financeiros</b>	<b>47 787 471</b>	<b>-</b>	<b>12 302 151</b>	<b>-</b>	<b>60 089 622</b>	<b>60 734 083</b>
<b>31 de Dezembro de 2011</b>						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	481 371	-	-	-	481 371	481 371
Disponibilidades em outras instituições de crédito	341 698	-	-	-	341 698	341 698
Activos financeiros detidos para negociação	-	140 084	1 642 955	-	1 783 039	1 783 039
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	42 558	1 917 086	9 687	1 969 331	1 969 331
Activos financeiros disponíveis para venda	12 226 <sup>a)</sup>	3 590 792	10 540 820	131 429	14 275 267	14 275 267
Aplicações em instituições de crédito	7 928 825	-	-	-	7 928 825	7 928 825
Crédito a clientes	38 546 915	-	568 972	-	39 115 887	36 690 979
Investimentos detidos até à maturidade	830 077	-	-	-	830 077	665 999
Derivados para gestão do risco	-	-	487 923	-	487 923	487 923
<b>Activos financeiros</b>	<b>48 141 112</b>	<b>3 773 434</b>	<b>15 157 756</b>	<b>141 116</b>	<b>67 213 418</b>	<b>64 624 432</b>
Recursos de bancos centrais	9 232 202	-	-	-	9 232 202	9 232 202
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 605 217	-	1 605 217	1 605 217
Recursos de outras instituições de crédito	10 444 882	-	694 816	-	11 139 698	10 274 189
Recursos de clientes e outros empréstimos	23 954 944	-	7 224 429	-	31 179 373	31 179 373
Responsabilidades representadas por títulos	8 226 356	-	1 937 303	-	10 163 659	9 031 891
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2 951 364	-	-	-	2 951 364	2 951 364
Derivados para gestão do risco	-	-	155 741	-	155 741	155 741
Passivos subordinados	896 185	-	-	-	896 185	780 242
<b>Passivos financeiros</b>	<b>55 705 933</b>	<b>-</b>	<b>11 617 506</b>	<b>-</b>	<b>67 323 439</b>	<b>65 210 219</b>

<sup>a)</sup> Activos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes activos referem-se a Instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transacções recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

**Valores de cotação de mercado** – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos.

**Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado** – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

**Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado** – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. Alterações nos parâmetros utilizados, em 2012 e 2011, não têm impacto significativo no contexto das demonstrações financeiras do Banco.

Durante os exercícios de 2012 e 2011, não foram efetuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos ativos e passivos.

O movimento dos ativos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2012 e 2011, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	141 116	50 578
Aquisições	1 199 901	83 673
Saídas	( 7 859)	-
Transferências	14 461	7 534
Variação de valor	( 49 144)	( 669)
Saldo no fim do exercício	1 298 475	141 116

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2011, nos modelos de valorização foram os seguintes:

#### *Curvas de taxas de juro*

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para *swap* de taxa de juro para os respetivos prazos:

(%)

	31.12.2012			31.12.2011		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	0,0700	0,1000	0,4700	0,3250	0,1100	0,4300
1 mês	0,1759	0,2300	0,4600	1,0240	0,2953	0,7604
3 meses	0,1870	0,4150	0,4800	1,3560	0,5810	1,0900
6 meses	0,3200	0,4400	0,6200	1,6170	0,8085	1,3400
9 meses	0,3178	0,5900	0,7900	1,7910	0,9659	1,5900
1 ano	0,3200	0,3260	0,5411	1,4175	0,6770	1,0850
3 anos	0,4700	0,4765	0,7783	1,3750	0,8225	1,3601
5 anos	0,7650	0,8260	1,0169	1,7240	1,2260	1,5624
7 anos	1,1250	1,2435	1,3563	2,0690	1,6335	1,8619
10 anos	1,5700	1,7500	1,8560	2,3870	2,0160	2,2940
15 anos	2,0184	2,2800	2,4135	2,6750	2,3715	2,6525
20 anos	2,1715	2,5020	2,7230	2,6920	2,4960	2,8322
25 anos	2,2203	2,6240	2,8800	2,6250	2,5460	2,9426
30 anos	2,2413	2,6880	2,9535	2,5610	2,5870	2,9920

### *Spreads de crédito*

Os spreads de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo *Markit* representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos spreads de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)

Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
<b>Ano 2012</b>						
CDX USD Main	<b>13</b>	33,02	58,73	95,39	118,68	136,14
iTraxx Eur Main	<b>12</b>	-	76,38	117,43	141,58	154,60
iTraxx Eur Senior Financial	<b>12</b>	-	-	142,44	-	174,98
<b>Ano 2011</b>						
CDX USD Main	<b>11</b>	60,25	93,98	120,03	128,87	137,62
iTraxx Eur Main	<b>10</b>	-	153,99	173,38	177,50	179,25
iTraxx Eur Senior Financial	<b>10</b>	-	-	275,25	-	275,25

### *Volatilidades de taxas de juro*

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

(%)

	31.12.2012			31.12.2011		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	197,18	66,60	54,10	51,08	76,51	53,15
3 anos	84,70	72,90	64,90	52,92	77,70	67,00
5 anos	67,50	63,22	60,80	50,31	67,85	62,90
7 anos	52,90	51,03	49,60	44,19	56,34	52,30
10 anos	39,70	42,33	37,20	38,00	47,78	39,70
15 anos	31,43	35,80	27,80	32,42	42,36	29,70

### *Câmbios e volatilidades cambiais*

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2012	31.12.2011	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,3194	1,2939	8,18	8,33	8,70	9,04	9,20
EUR/GBP	0,8161	0,8353	5,63	5,85	6,28	6,65	6,83
EUR/CHF	1,2072	1,2156	2,10	3,05	3,70	4,52	4,85
EUR/NOK	7,3483	7,7540	4,95	5,23	5,55	5,91	6,08
EUR/PLN	4,0740	4,4580	6,60	7,05	7,85	8,35	8,75
EUR/RUB	40,3295	41,7650	7,78	8,17	8,35	8,90	9,23
USD/BRL a)	2,0491	1,8671	9,33	9,55	9,80	10,10	10,40
USD/TRY b)	1,7850	1,8882	5,70	6,68	7,70	8,43	8,95

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

O Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

### *Índices sobre cotações*

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respetivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre ações:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	31.12.2012	31.12.2011	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	2 636	2 317	14	11,11	17,02	18,12
PSI 20	5 655	5 494	3	12,60	15,40	-
IBEX 35	8 168	8 566	(5)	13,68	21,34	-
FTSE 100	5 898	5 572	6	8,83	11,42	13,64
DAX	7 612	5 898	29	11,10	14,26	15,34
S&P 500	1 426	1 258	13	12,28	12,28	16,15
BOVESPA	60 952	56 754	7	17,96	18,31	20,34

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

*Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito*

Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

*Crédito a clientes*

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

*Investimentos detidos até à maturidade*

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

*Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito*

O justo valor destes passivos é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

*Recursos de clientes e outros empréstimos*

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

*Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados*

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

## NOTA 44 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

O Banco está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- i Risco de crédito;
- ii Risco de mercado;
- iii Risco de liquidez;
- iv Risco operacional.

### *Risco de crédito*

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de proteção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo BES. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.3.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efetuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objeto de análises regulares o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do BES ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	6 890 596	8 549 195
Activos financeiros detidos para negociação	1 835 695	1 770 793
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	256 842	178 140
Activos financeiros disponíveis para venda	7 152 987	13 456 714
Crédito a clientes	37 263 514	39 115 887
Investimentos detidos até à maturidade	692 093	830 077
Derivados para gestão de risco	468 184	487 923
Outros activos	1 384 118	1 563 688
Garantias e avales prestados	12 119 879	15 691 225
Créditos documentários	3 532 645	2 635 186
Compromissos irrevogáveis	3 147 536	3 957 908
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	243 859	136 540
	<b>74 987 948</b>	<b>88 373 276</b>

A repartição por setores de atividade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, encontra-se apresentada conforme segue:

	(milhares de euros)										
	31.12.2012										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados	
Valor bruto	Imparidade <sup>31</sup>	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade			
Agricultura, Silvicultura e Pesca	414 145	( 19 990)	13 340	-	-	-	10 722	( 8 553)	-	-	36 666
Indústrias Extractivas	286 099	( 8 731)	1 870	-	-	-	945	( 675)	-	-	45 727
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	833 951	( 47 750)	8 794	-	-	-	52	( 52)	-	-	96 998
Têxteis e Vestuário	310 062	( 30 399)	833	-	-	-	2 240	( 2 240)	-	-	12 341
Curtumes e Calçado	62 690	( 6 786)	38	-	-	-	499	( 499)	-	-	2 063
Madeira e Cortiça	144 340	( 21 957)	480	-	-	-	1 329	( 1 330)	-	-	7 466
Papel e Indústrias Gráficas	264 679	( 15 104)	4 675	-	-	-	1 968	( 1 968)	-	-	82 799
Refinação de Petróleo	6 976	( 45)	4 817	-	-	-	-	-	-	-	5 425
Produtos Químicos e de Borracha	445 721	( 12 259)	10 716	-	-	-	18 975	( 11 049)	-	-	98 651
Produtos Minerais não Metálicos	276 448	( 24 370)	431	-	-	-	7 496	( 7 496)	-	-	20 095
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	699 363	( 46 501)	2 216	-	-	-	540	-	-	-	152 230
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	188 842	( 11 574)	2 331	-	-	-	13 806	( 2 078)	-	-	119 982
Fabricação de Material de Transporte	406 933	( 9 545)	434	-	14	-	3 888	( 3 429)	-	-	30 668
Outras Indústrias Transformadoras	248 767	( 28 485)	679	-	-	-	6 716	( 6 255)	-	-	38 441
Electricidade, Gás e Água	937 211	( 9 665)	78 274	-	-	-	370 252	-	-	-	406 129
Construção e Obras Públicas	3 688 798	( 353 294)	151 927	56 000	-	-	13 420	( 1 688)	-	-	2 161 057
Comércio por Grosso e a Retalho	2 450 999	( 236 878)	9 864	-	-	-	27 052	( 15 430)	-	-	537 748
Turismo	1 356 263	( 85 603)	5 174	-	-	-	610	( 379)	-	-	97 898
Transportes e Comunicações	1 625 639	( 43 849)	124 762	-	-	-	216 469	-	9 894	-	992 490
Actividades Financeiras	2 856 462	( 141 416)	1 079 322	882 266	468 170	-	5 778 977	( 115 302)	510 899	( 20 794)	4 524 643
Actividades Imobiliárias	4 149 138	( 377 015)	40 968	70 000	-	-	180 432	( 1 818)	-	-	442 131
Serviços Prestados às Empresas	4 089 910	( 263 671)	139 904	90 001	-	-	661 058	( 16 514)	-	-	1 527 234
Administração e Serviços Públicos	872 059	( 20 920)	142 265	187 806	-	-	1 741 889	-	103 476	-	225 028
Outras actividades de serviços colectivos	2 217 838	( 258 508)	25 565	-	-	-	183 718	( 39 265)	106 936	( 18 317)	381 016
Crédito à Habitação	8 047 906	( 148 597)	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Crédito a Particulares	1 982 660	( 177 238)	-	-	-	-	-	-	-	-	70 346
Outros	406 315	( 1 942)	1 824	-	-	-	4	( 4)	-	-	4 598
<b>TOTAL</b>	<b>39 269 214</b>	<b>( 2 402 092)</b>	<b>1 851 504</b>	<b>1 286 073</b>	<b>468 184</b>	<b>9 243 057</b>	<b>( 236 024)</b>	<b>731 205</b>	<b>( 39 111)</b>	<b>12 119 879</b>	

<sup>31</sup> Inclui provisão para Imparidade no valor de 2 005 703 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 396 387 milhares de euros (ver Nota 34)

(milhares de euros)

	31.12.2011									
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade <sup>a)</sup>	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	419 649	( 16 128)	11 111	-	-	11 315	( 3 087)	-	-	45 505
Indústrias Extractivas	186 523	( 7 110)	1 645	-	-	1 027	( 546)	-	-	18 586
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	770 235	( 42 938)	10 918	-	-	22 286	( 52)	-	-	93 096
Têxteis e Vestuário	310 403	( 27 562)	1 906	-	-	20 103	( 2 238)	-	-	14 992
Curtumes e Calçado	70 265	( 5 699)	459	-	-	515	( 499)	-	-	2 040
Madeira e Cortiça	155 022	( 23 635)	812	-	-	1 372	-	-	-	6 879
Papel e Indústrias Gráficas	307 717	( 5 877)	4 929	-	-	116 078	( 1 989)	-	-	87 922
Refinação de Petróleo	29 233	( 1 911)	2 679	-	-	-	-	-	-	4 620
Produtos Químicos e de Borracha	446 121	( 9 381)	11 156	-	-	47 255	( 10 056)	-	-	95 245
Produtos Minerais não Metálicos	334 045	( 17 835)	475	-	-	33 370	( 7 458)	-	-	26 855
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	686 995	( 34 820)	1 388	-	-	-	-	-	-	119 266
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	184 633	( 6 812)	2 381	-	-	50 455	( 2 077)	-	-	139 011
Fabricação de Material de Transporte	480 550	( 14 074)	504	-	-	576	( 99)	-	-	29 429
Outras Indústrias Transformadoras	260 658	( 23 458)	1 665	-	-	11 843	( 6 199)	-	-	44 328
Electricidade, Gás e Água	1 019 353	( 7 930)	58 864	-	-	391 041	-	-	-	471 915
Construção e Obras Públicas	3 741 305	( 226 610)	127 220	56 000	-	152 583	( 1 687)	-	-	2 388 812
Comércio por Grosso e a Retalho	2 754 598	( 204 951)	16 642	-	-	301 816	( 15 203)	-	-	531 202
Turismo	1 466 097	( 53 515)	8 435	-	-	643	( 379)	-	-	95 728
Transportes e Comunicações	1 557 424	( 76 457)	106 876	-	-	512 370	-	9 865	-	1 020 237
Actividades Financeiras	2 449 804	( 191 370)	1 060 726	1 715 319	487 923	7 597 840	( 29 917)	578 045	( 21 036)	7 890 243
Actividades Imobiliárias	4 905 677	( 266 888)	45 987	70 000	-	267 815	( 1 776)	-	-	446 987
Serviços Prestados às Empresas	3 952 587	( 155 244)	124 071	90 002	-	1 456 342	( 16 537)	-	-	1 695 040
Administração e Serviços Públicos	979 723	( 20 459)	124 825	-	-	2 782 240	-	147 545	-	242 513
Outras actividades de serviços colectivos	2 120 494	( 223 700)	52 264	38 010	-	607 512	( 25 797)	126 581	( 10 923)	108 387
Crédito à Habitação	8 493 281	( 137 861)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito à Particulares	2 318 535	( 149 445)	-	-	-	-	-	-	-	90 911
Outros	237 452	( 3 972)	5 481	-	-	18 199	( 2 933)	-	-	1 437
<b>TOTAL</b>	<b>40 638 359</b>	<b>( 1 955 922)</b>	<b>1 783 039</b>	<b>1 969 331</b>	<b>487 923</b>	<b>14 404 596</b>	<b>( 129 329)</b>	<b>862 036</b>	<b>( 31 959)</b>	<b>15 691 225</b>

<sup>a)</sup> Inclui provisão para imparidade no valor de 1 522 472 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 433 450 milhares de euros (ver Nota 34)

### Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.



milhares de euros

	31.12.2012				31.12.2011			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	4 028	11 979	13 713	4 028	4 263	7 791	9 148	4 448
Risco taxa de juro	6 785	13 727	25 174	6 785	3 768	6 444	9 328	4 303
Ações e Mercadorias	15 191	13 155	8 303	15 191	13 124	15 522	10 005	13 129
Volatilidade	6 606	4 161	3 240	6 606	7 321	15 475	34 730	10 104
Spread de Crédito	12 803	37 078	67 069	12 803	13 600	7 924	8 920	6 020
Efeito da diversificação	( 8 616)	( 13 918)	( 14 526)	( 8 616)	( 7 522)	( 11 461)	( 13 049)	( 8 260)
<b>Total</b>	<b>36 797</b>	<b>66 182</b>	<b>102 973</b>	<b>36 797</b>	<b>34 554</b>	<b>41 695</b>	<b>59 082</b>	<b>29 744</b>

O BES apresenta um valor em risco (VaR) de aproximadamente 36 797 milhares de euros para as suas posições de negociação (31 de dezembro de 2011: cerca de 34 554 milhares de euros).

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de euros)

	31.12.2012						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disponibilidades em ICs	10 456 524	302 624	9 840 808	159 906	108 718	44 423	46
Crédito a clientes	39 066 793	-	25 319 578	7 141 838	2 421 648	3 438 277	745 452
Títulos	13 167 435	5 101 298	5 348 989	495 504	457 366	538 516	1 225 762
<b>Total</b>			<b>40 509 374</b>	<b>7 797 247</b>	<b>2 987 733</b>	<b>4 021 216</b>	<b>1 971 260</b>
Recursos de outras ICs	17 245 615	-	14 208 646	353 649	509 394	1 038 153	1 135 773
Depósitos	29 820 137	-	19 069 841	2 673 339	2 813 246	5 251 271	12 440
Títulos Emitidos	10 481 232	-	2 828 531	211 039	291 803	4 781 431	2 368 428
<b>Total</b>			<b>36 107 018</b>	<b>3 238 026</b>	<b>3 614 444</b>	<b>11 070 855</b>	<b>3 516 641</b>
GAP de balanço (Activos - Passivos)	( 260 154)		4 402 357	4 559 221	( 626 711)	(7 049 639)	(1 545 382)
Fora de Balanço			(5 447 448)	( 978 296)	362 132	6 014 931	48 682
<b>GAP estrutural</b>	<b>( 260 154)</b>		<b>(1 045 092)</b>	<b>3 580 925</b>	<b>( 264 579)</b>	<b>(1 034 709)</b>	<b>(1 496 700)</b>
<b>GAP acumulado</b>			<b>(1 045 092)</b>	<b>3 580 925</b>	<b>3 316 346</b>	<b>2 281 637</b>	<b>784 937</b>

	31.12.2011						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disponibilidades em ICs	8 586 742	202 699	7 934 131	97 438	40 818	290 640	21 016
Crédito a clientes	38 964 742	-	26 804 607	7 788 204	2 026 249	1 533 087	812 595
Títulos	19 357 901	4 957 447	11 148 627	1 624 952	64 654	682 379	879 842
<b>Total</b>			<b>45 887 365</b>	<b>9 510 594</b>	<b>2 131 721</b>	<b>2 506 106</b>	<b>1 713 453</b>
Recursos de outras ICs	20 228 173	-	13 455 109	567 960	810 732	2 465 194	2 929 178
Depósitos	30 683 688	-	20 612 506	2 830 876	3 128 952	4 021 593	89 761
Títulos Emitidos	10 818 602	-	5 865 620	541 027	41 298	4 068 379	302 278
<b>Total</b>			<b>39 933 235</b>	<b>3 939 863</b>	<b>3 980 982</b>	<b>10 555 166</b>	<b>3 321 217</b>
GAP de balanço (Activos - Passivos)	18 776		5 954 130	5 570 731	(1 849 261)	(8 049 060)	(1 607 764)
Fora de Balanço			(4 871 309)	(1 676 816)	1 607 337	4 734 296	206 492
<b>GAP estrutural</b>	<b>18 776</b>		<b>5 954 130</b>	<b>5 570 731</b>	<b>(1 849 261)</b>	<b>(8 049 060)</b>	<b>(1 607 764)</b>
<b>GAP acumulado</b>			<b>5 954 130</b>	<b>5 570 731</b>	<b>3 721 470</b>	<b>(4 327 590)</b>	<b>(5 935 354)</b>

Para as carteiras prudenciais são efetuadas análises de sensibilidade para o risco de taxa de juro da carteira bancária com base numa aproximação ao modelo da duração, sendo efetuados vários cenários de deslocação da curva de rendimentos em todos os escalões de taxa de juro.

	31.12.2012				31.12.2011			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
No final do período	93 915	( 93 915)	53 900	( 53 900)	265 515	( 265 515)	139 839	( 139 839)
Média do exercício	83 232	( 83 232)	49 250	( 49 250)	266 274	( 266 274)	141 781	( 141 781)
Máximo para o exercício	164 903	( 164 903)	85 649	( 85 649)	317 423	( 317 423)	167 207	( 167 207)
Mínimo para o exercício	31 264	( 31 264)	23 865	( 23 865)	233 444	( 233 444)	121 770	( 121 770)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e o exercício findo 31 de dezembro de 2011, bem assim como os respetivos saldos médios e os juros do período:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	8 089 765	371 400	4,59%	9 114 100	317 826	3,49%
Crédito a clientes	40 153 464	1 676 468	4,18%	41 617 026	1 783 165	4,28%
Aplicações em títulos	12 790 980	568 823	4,45%	13 966 897	459 791	3,29%
Aplicações diferenciais	1 107 220	-	-	442 410	-	-
<b>Activos financeiros</b>	<b>62 141 430</b>	<b>2 616 691</b>	<b>4,21%</b>	<b>65 140 433</b>	<b>2 560 782</b>	<b>3,93%</b>
Recursos monetários	20 535 987	431 197	2,10%	22 045 650	513 729	2,33%
Recursos de clientes	30 359 431	829 968	2,73%	28 201 594	821 014	2,91%
Outros recursos	11 246 012	697 368	6,20%	14 893 189	572 101	3,84%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>62 141 430</b>	<b>1 958 533</b>	<b>3,15%</b>	<b>65 140 433</b>	<b>1 906 844</b>	<b>2,93%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>658 158</b>	<b>1,06%</b>		<b>653 938</b>	<b>1,00%</b>

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e dos passivos, a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2012				31.12.2011			
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	( 828 906)	882 562	17 782	71 438	( 885 277)	909 868	15 846	40 437
GBP	LIBRA ESTERLINA	361 259	( 377 041)	( 1 057)	( 16 839)	391 069	( 402 883)	( 80)	( 11 894)
BRL	REAL BRASILEIRO	33 786	( 57 928)	( 1 364)	( 25 506)	38 061	( 64 429)	11 687	( 14 681)
DKK	COROA DINAMARQUESA	21 767	( 21 579)	-	188	133	( 3 720)	-	( 3 587)
JPY	IENE JAPONÊS	27 081	5 171	( 40 150)	( 7 898)	( 8 666)	17 400	( 10 271)	( 1 537)
CHF	FRANCO SUÍÇO	4 344	( 6 962)	-	( 2 618)	47 521	( 47 674)	3 228	3 075
SEK	COROA SUECA	7 271	( 7 778)	( 475)	( 982)	( 2 269)	1 305	182	( 782)
NOK	COROA NORUEGUESA	( 49 628)	49 807	( 353)	( 174)	( 3 261)	1 030	( 54)	( 2 285)
CAD	DOLAR CANADIANO	17 559	( 20 337)	388	( 2 390)	35 766	( 53 078)	19 793	2 481
ZAR	RAND DA ÁFRICA DO SUL	( 5 692)	4 475	497	( 720)	( 1 137)	( 715)	2 637	785
AUD	DOLAR AUSTRALIANO	( 8 910)	10 124	17	1 231	98 265	( 101 357)	3 106	14
CZK	COROA CHECA	5	-	-	5	3 785	302	( 2 247)	1 840
MXN	PESO MEXICANO	90 106	( 75 772)	9 338	23 672	77 485	( 80 520)	3 215	180
	OUTROS	118 900	55 859	33 406	208 165	108 595	( 54 178)	80 297	134 714
		<b>( 211 058)</b>	<b>440 601</b>	<b>18 029</b>	<b>247 572</b>	<b>( 99 930)</b>	<b>121 351</b>	<b>127 339</b>	<b>148 760</b>

Nota: activo / (passivo)

#### Exposição a dívida pública de países periféricos da Zona Euro

Em 31 de dezembro de 2012 a exposição do Banco a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2012				
		Crédito sobre clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados <sup>(1)</sup>	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal		915 817	329 507	37 561	1 315 136	2 598 021
Espanha		88 310	-	( 76)	374 776	463 010
Grécia		-	-	-	-	-
Irlanda		-	-	-	-	-
Itália		-	-	-	-	-
Hungria		-	-	-	-	-
		<b>1 004 127</b>	<b>329 507</b>	<b>37 485</b>	<b>1 689 912</b>	<b>3 061 031</b>

<sup>(1)</sup> Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

(milhares de euros)

31.12.2011					
	Crédito sobre clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados <sup>(1)</sup>	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	820 000	123 852	67 428	2 771 298	3 782 578
Espanha	-	-	1 989	3 598	5 587
Grécia	-	-	( 265)	-	( 265)
Irlanda	-	-	-	-	-
Itália	-	-	( 2 865)	-	( 2 865)
Hungria	-	-	-	-	-
	<b>820 000</b>	<b>123 852</b>	<b>66 287</b>	<b>2 774 896</b>	<b>3 785 035</b>

<sup>(1)</sup> Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

Exceto no que se refere ao crédito a clientes e aos investimentos detidos até à maturidade, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Banco pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e de Ativos Financeiros Detidos para Negociação é como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
<b>Activos Disponíveis para Venda</b>						
<b>Portugal</b>	<b>1 404 693</b>	<b>1 296 219</b>	<b>18 917</b>	<b>1 315 136</b>	<b>-</b>	<b>57 723</b>
Maturidade até 1 ano	179 707	178 495	1	178 496	-	315
Maturidade superior 1 ano	1 224 986	1 117 724	18 916	1 136 640	-	57 408
<b>Espanha</b>	<b>380 073</b>	<b>374 749</b>	<b>27</b>	<b>374 776</b>	<b>-</b>	<b>876</b>
Maturidade até 1 ano	376 200	370 825	-	370 825	-	929
Maturidade superior 1 ano	3 873	3 924	27	3 951	-	( 53)
	<b>1 784 766</b>	<b>1 670 968</b>	<b>18 944</b>	<b>1 689 912</b>	<b>-</b>	<b>58 599</b>
<b>Activos Financeiros de Negociação e ao justo valor</b>						
Portugal	371 453	323 486	6 021	329 507	-	-
	<b>371 453</b>	<b>323 486</b>	<b>6 021</b>	<b>329 507</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(milhares de euros)

31.12.2011						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
<b>Activos Disponíveis para Venda</b>						
<b>Portugal</b>	3 136 700	2 731 807	39 491	2 771 298	-	( 123 213)
Maturidade até 1 ano	2 023 946	1 995 177	14 477	2 009 654	-	( 16 600)
Maturidade superior 1 ano	1 112 754	736 630	25 014	761 644	-	( 106 613)
<b>Espanha</b>	3 536	3 531	67	3 598	-	( 9)
Maturidade até 1 ano	3 514	3 508	66	3 574	-	( 4)
Maturidade superior 1 ano	22	23	1	24	-	( 5)
	<b>3 140 236</b>	<b>2 735 338</b>	<b>39 558</b>	<b>2 774 896</b>	-	<b>( 123 222)</b>
<b>Activos Financeiros de Negociação e ao justo valor</b>						
Portugal	126 208	120 458	3 394	123 852	-	-
Espanha	-	-	-	-	-	-
	<b>126 208</b>	<b>120 458</b>	<b>3 394</b>	<b>123 852</b>	-	-

### Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado.
- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ou refinarciar a dívida que está a maturar, nos rasos e na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

No exercício de 2012 as autoridades comunitárias e o BCE implementaram medidas que conduziram a alguma estabilização do sentimento e das condições dos mercados financeiros. Para esta estabilização muito contribuíram:

- A atuação do Banco Central Europeu que, para além de ter reduzido a taxa de referência de 1% para 0.75%, realizou, entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, duas operações de cedência de liquidez a três anos (LTRO), alargou os critérios de elegibilidade dos ativos aceites como colateral em operações de política monetária e reduziu o limite das reservas mínimas

obrigatórias junto do Banco Central Europeu (de 2% para 1%). Estas medidas permitiram um acréscimo de liquidez disponível no mercado, num período onde estava previsto ocorrerem importantes vencimentos de dívida do setor bancário;

- A reestruturação da dívida grega, apesar de não ter dissipado por completo a crise da dívida soberana das economias “periféricas” da Zona Euro;
- Os resultados do Conselho Europeu do final de junho e as declarações do presidente do BCE de suporte ao Euro em julho;
- As resoluções adotadas na reunião do BCE em setembro, em especial os detalhes do novo programa de aquisição de dívida pública (*Outright Monetary Transactions – “OMT”*).

Esta última medida teve um papel fundamental para a redução dos riscos sistémicos, representando um passo importante na estabilização financeira da Zona Euro. Em consequência, no quarto trimestre de 2012, as *yields* das dívidas soberanas de todos os países periféricos registaram uma queda acentuada e no final do trimestre as *yields* da dívida pública portuguesa já registavam níveis inferiores aos observados aquando do pedido de assistência financeira efetuado em abril de 2011.

No final do ano, o valor da carteira de ativos elegíveis para operações de redesconto era de 20,4mM€, dos quais 17,5mM€ junto do Banco Central Europeu.

Com o objetivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

(milhões de euros)							
<b>31.12.2012</b>							
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
<b>ATIVOS</b>							
Caixa e disponibilidades	303	303	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	10 154	5 170	3 590	729	179	112	374
Crédito a clientes	33 132	367	872	1 391	1 270	1 960	27 272
Títulos	20 825	330	775	1 856	700	838	16 327
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	1 162	1 119	-	2	3	5	33
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	5 403	24	35	150	134	176	4 883
<b>Total</b>		<b>7 313</b>	<b>5 272</b>	<b>4 128</b>	<b>2 286</b>	<b>3 091</b>	<b>48 889</b>
<b>PASSIVOS</b>							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	17 370	1 505	362	720	606	629	13 547
Depósitos de clientes	29 696	815	627	1 905	1 027	42	25 281
Títulos Emitidos	10 478	7	200	1 108	495	288	8 380
Contratos de Investimento	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos exigíveis a curto prazo	2 006	1 071	8	29	43	89	766
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	10 229	47	88	273	244	181	9 398
<b>Total</b>		<b>3 445</b>	<b>1 285</b>	<b>4 035</b>	<b>2 415</b>	<b>1 229</b>	<b>57 372</b>
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>		<b>3 868</b>	<b>3 987</b>	<b>93</b>	<b>( 128)</b>	<b>1 863</b>	
<b>GAP Acumulado</b>		<b>3 868</b>	<b>7 855</b>	<b>7 948</b>	<b>7 820</b>	<b>9 684</b>	
<b>Buffer de activos liq &gt; 12 meses</b>						<b>( 645)</b>	

(milhões de euros)

	31.12.2011						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
<b>ATIVOS</b>							
Caixa e disponibilidades	344	344	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	8 384	2 701	2 386	2 753	97	44	403
Crédito a clientes	38 296	521	1 251	1 591	1 191	2 080	31 662
Títulos	19 827	279	1 637	1 943	780	221	14 968
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	2 173	2 173	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	4 431	9	71	92	154	220	3 883
<b>Total</b>		<b>6 027</b>	<b>5 345</b>	<b>6 379</b>	<b>2 222</b>	<b>2 565</b>	<b>50 916</b>
<b>PASSIVOS</b>							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	20 417	3 920	1 415	2 719	547	576	11 240
Depósitos de clientes	30 495	150	1 008	3 343	409	827	24 757
Títulos Emitidos	10 817	-	1 500	1 850	481	41	6 935
Contratos de Investimento	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	2 937
Outros passivos exigíveis a curto prazo	3 984	1 047	-	-	-	-	11 324
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	12 335	68	171	266	247	259	-
<b>Total</b>		<b>5 185</b>	<b>4 094</b>	<b>8 188</b>	<b>1 684</b>	<b>1 703</b>	<b>57 193</b>
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>		<b>841</b>	<b>1 251</b>	<b>(1 810)</b>	<b>538</b>	<b>863</b>	
<b>GAP Acumulado</b>		<b>841</b>	<b>2 092</b>	<b>283</b>	<b>820</b>	<b>1 683</b>	
<b>Buffer de activos liq &gt; 12 meses</b>						<b>1 877</b>	

O *gap* acumulado a um ano passou de 1 683 milhões de euros em dezembro de 2011 para 9 684 milhões de euros em dezembro de 2012 refletindo o alongamento dos passivos e a liquidação de ativos do banco.

Adicionalmente, e de acordo com a instrução nº13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido como  $(\text{Ativos líquidos} - \text{Passivos voláteis}) / (\text{Ativo} - \text{Ativos líquidos}) * 100$  em cada escala cumulativa de maturidade residual, onde os ativos líquidos incluem tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem a tesouraria, as emissões, os compromissos assumidos, os derivados e outros passivos. Este indicador permite uma caracterização da posição de liquidez do risco de *wholesale* das instituições.

O *gap* de liquidez até um ano do BES era, a 31 de dezembro de 2012, de 8,6, que compara com -4,0 no período homólogo do ano anterior. Esta variação positiva reflete a orientação conservadora da gestão de risco de liquidez e deriva essencialmente, conforme referido anteriormente, do aumento da liquidação de ativos, e do alongamento dos passivos.

De forma a tentar antecipar possíveis impactos negativos, são efetuados cenários de *stress* com diferentes severidades (moderado e severo), diferentes horizontes temporais e diferentes áreas de impacto (sistémico, específico ao Banco e combinado). No cenário sistémico simula-se por exemplo o fecho do mercado de *wholesale*, enquanto no cenário específico ao Banco se simula o *run-off*, com severidades diferentes, de depósitos de clientes de retalho e não-retalho.

A 31 de dezembro de 2012, o *buffer* de ativos líquidos (constituído por disponibilidades em Bancos centrais e títulos disponíveis na *pool* de ativos redescotáveis no BCE) excedia confortavelmente as saídas de caixa decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*.

### *Risco operacional*

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Entende-se, assim, risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de compliance e de reputação.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

### *Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade*

Os principais objetivos da gestão de capital no Banco são (i) permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Banco em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Banco foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de dezembro de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “*Internal Ratings Based*” – IRB) para o risco de crédito e o método “*Standard*” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – TSA).



Os elementos de capital do Grupo BES para efeitos da determinação do rácio de solvabilidade, dividem-se em *Core Tier I*, Fundos Próprios de Base (ou *Tier I*), Fundos Próprios Complementares e Fundos Próprios Totais, com a seguinte composição:

- ***Core Tier I***: Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, os prémios de emissão, as reservas elegíveis, os resultados positivos retidos do exercício quando certificados e os interesses que não controlam. As reservas de justo valor são excluídas com exceção da dedução das reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital; também é dedutível ao *Core Tier I* o valor de balanço dos montantes relativos a ativos intangíveis, desvios atuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor prudencial e, quando aplicável, os resultados negativos do exercício.
- **Fundos Próprios de Base (*Tier I*)**: Para além dos valores considerados como *Core Tier I*, esta categoria inclui as ações preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Constituem elementos dedutíveis aos fundos próprios de base metade do valor convertido em participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Decorrente da aplicação do método *IRB* para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco da parte que exceda a soma das correções de valor e provisões existentes.
- **Fundos Próprios Complementares (*Tier II*)**: Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco que ultrapassem o valor da soma das correções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método *IRB* para risco de crédito.
- **Deduções**: Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que o *Tier II* não exceda os Fundos próprios de base. Adicionalmente, determinadas componentes do *Tier II* (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos Fundos próprios de base.

Em dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de dezembro de 2009 a dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios atuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos ativos do fundo relativos a este mesmo ano. Este período transitório terminou em dezembro de 2012, que coincide com a última amortização prudencial.

Em maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio Core Tier I, em base consolidada, não inferior a 9% em 31 de dezembro de 2011, e de 10% até 31 de dezembro de 2012. Simultaneamente os bancos europeus devem observar um rácio *Core Tier I* de 9% nos termos definidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA). No caso das Instituições Financeiras não integrarem nenhum grupo financeiro sujeito a supervisão em base consolidada, os novos patamares devem ser observados em base individual. O BES, uma vez que integra um Grupo Financeiro sujeito a supervisão em base consolidada, não necessita de cumprir estes novos limites.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhões de euros)	
	Exercício findo em	Exercício findo em
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Saldo no início do período</b>		
Aumento de capital, líquido de despesas de emissão	5 395	5 331
Instrumentos híbridos	995	521
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)	( 19)	( 623)
Varição dos desvios actuariais de benefícios pós-emprego fora do corredor	79	( 127)
Amortização do período transitório dos IFRS	( 506)	170
Dedução de participações em Sociedades Financeiras e outros elementos	( 11)	( 11)
Activos intangíveis	( 125)	138
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	5	2
Outros efeitos	( 7)	( 5)
	( 22)	( 1)
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>5 784</b>	<b>5 395</b>

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de requisitos de capital do BES para 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

(milhões de euros)

	31.12.2012 (*)	31.12.2011
<b>A - Fundos Próprios</b>		
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	6 073	5 100
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)	607	528
Activos Intangíveis	( 113)	( 118)
Desvios Actuariiais de responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	( 751)	( 245)
Reservas de Reavaliação com impacto prudencial	( 17)	( 10)
Periodo transitório IFRS	12	23
<b>Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I</b>	<b>( A1 )</b>	<b>5 811</b>
Instrumentos Híbridos elegíveis para Tier I	226	245
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	( 253)	( 128)
<b>Fundos Próprios de Base (TIER I)</b>	<b>( A2 )</b>	<b>5 784</b>
45% das Reservas de Reavaliação de Justo Valor Positivas	23	16
Dívida Subordinada elegível	774	867
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	( 253)	( 104)
<b>Fundos Próprios Complementares (TIER II)</b>		
Deduções	( 119)	( 110)
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>( A3 )</b>	<b>6 209</b>
		<b>6 064</b>
<b>B- Activos de Risco Equivalentes</b>		
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)	48 997	56 324
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)	790	682
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)	1 853	2 306
<b>Total de Activos de Risco Equivalentes</b>	<b>( B )</b>	<b>51 640</b>
		<b>59 312</b>
<b>C- Rácios Prudenciais</b>		
Rácio Core Tier 1	( A1 / B )	11,3%
Rácio Tier 1	( A2 / B )	11,2%
Rácio de Solvabilidade	( A3 / B )	12,0%

(\*) valores provisórios

#### NOTA 45 – Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros têm a seguinte composição:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Ramo Vida</b>		
Unit Link	20 027	2 109
Seguros protecção ao crédito (parte vida)	208	405
Produtos tradicionais	40 631	20 303
	<b>60 866</b>	<b>22 817</b>
<b>Ramo Não Vida</b>		
Seguros a particulares (saúde, auto, casa, etc.)	6 999	9 335
Seguros a empresas (frotas, instalações, leasing, etc.)	1 826	1 375
Seguros Protecção ao Crédito (parte não vida)	419	798
	<b>9 244</b>	<b>11 508</b>
	<b>70 110</b>	<b>34 325</b>

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

#### NOTA 46 – COMPROMISSOS CONTRATUAIS

##### *Operações de Securitização*

Ao longo do ano de 2011 e durante o exercício de 2012, as operações de titularização originadas pelo BES sofreram sucessivos cortes de *rating*, na sequência dos *downgrades* efetuados pelas várias agências de *rating* à República Portuguesa e aos bancos portugueses. Tradicionalmente, este tipo de operações incluem nas suas estruturas diversos mecanismos de proteção de risco, nomeadamente os decorrentes da substituição de contrapartes com notações de risco abaixo dos níveis mínimos exigidos pelas agências de *rating* ou decorrentes de ações que permitam mitigar o risco de exposição a essas contrapartes.

O BES atuava como contraparte de *swap* em duas das suas operações de titularizações de créditos hipotecários (Lusitano Mortgages No.6 e o Lusitano Mortgages No.7). O desempenho destas funções em operações de titularização está reservado a entidades que respeitem os níveis mínimos de *rating*

estabelecidos pelas agências de *rating*. Assim, na sequência dos *downgrades*, a posição do BES na operação Lusitano Mortgages No.6 foi transferida para uma instituição financeira que respeita os critérios de elegibilidade das agências e na operação Lusitano Mortgages No.7, procedeu-se à reestruturação da operação.

Adicionalmente, na sequência do *downgrade* da República Portuguesa por parte da Moody's, em fevereiro de 2012, esta agência de rating fixou em Baa1 o rating máximo atribuível a obrigações emitidas em operações de titularização. Assim, a operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas realizada pelo BES em dezembro de 2010 – Lusitano SME No.2 – perdeu a elegibilidade para redesconto junto do BCE, tendo o BES optado por exercer a sua opção de reembolso antecipado no dia 23 de março de 2012.

#### *Obrigações Hipotecárias*

As emissões de obrigações hipotecárias sofreram igualmente um forte impacto pelo *downgrade* da República Portuguesa e dos bancos portugueses. Como consequência, o BES deixou de poder ser contraparte nas operações *swaps* de taxa de juro, tendo procedido à sua transferência e, em alguns casos, à sua anulação.

#### *Contract Support Annex (CSA)*

O BES tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negocia derivados em mercado de balcão. Os *CSA* revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negociam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objetivo fornecer proteção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transações de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association (ISDA)* e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.

## NOTA 47 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

### NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELO BANCO

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2012, o Banco adotou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012:

#### **IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de outubro de 2010, alterações à "IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros", com data efetiva de

aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

#### **IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes**

O IASB, emitiu em 20 de dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

#### **NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS AINDA NÃO ADOPTADAS PELO BANCO**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Banco irá adotar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

### **Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não tem qualquer impacto na posição financeira ou performance do Banco.

### **IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados**

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui, desde alterações fundamentais como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano a simples clarificações e reajustamento de texto. O Banco procedeu, em 2011, a uma alteração voluntária de política contabilística passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais em outro rendimento integral (OCI).

Porém, as alterações terão impacto no gasto líquido do benefício já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adoção desta norma alterada.

### **IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (master) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adoção desta norma alterada.

### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação - compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

Da adoção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Banco.

### **IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor**



O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

O Banco está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que o Banco proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

#### **Melhoramentos às IFRS (2009-2011)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

#### *IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras*

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

#### *IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis*

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

#### *IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2*

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

#### *IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar*

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à

modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Banco está a avaliar o impacto da adoção destas alterações.

#### **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)**

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja

atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

O Banco iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades do Banco, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

#### NOTA 48 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- O Banco Espírito Santo realizou, em 8 de janeiro de 2013, uma emissão de dívida sénior não garantida ao abrigo do programa de *EMTN* no montante de 500 milhões de euros, com prazo de 5 anos e um cupão de 4,75%. O livro de ordens atingiu um volume de cerca de 3,0 mil milhões de euros, com a participação de mais de 280 investidores nacionais e internacionais.
- Em 11 de janeiro de 2013 o Banco Espírito Santo informou o mercado sobre a aquisição de participação qualificada por parte da *Wellington Management Company, LLP (Wellington Management)*. À *Wellington Management* é imputável uma participação qualificada de 2,02% dos direitos de voto correspondentes a 81.297.790 ações representativas do capital social do Banco Espírito Santo em virtude da aquisição de 2.446.594 ações realizada no dia 08 de janeiro de 2013, no mercado, por conta de clientes com os quais celebrou acordo para o exercício dos respetivos direitos de voto. Nenhum cliente da *Wellington Management* detém individualmente ações representativas de 2% ou mais dos direitos de voto correspondentes ao capital social do BES. A *Wellington Management* é uma sociedade gestora de investimentos que detém ativos sob gestão de cerca de 748 mil milhões de dólares e que presta serviço de *investment advisor* a mais de 2 100 instituições em 50 países.
- O Banco Espírito Santo procedeu, em 30 de janeiro de 2013, à amortização antecipada de 1,0 mil milhões de euros da linha de financiamento de longo prazo do BCE (*LTRO*).

## 2. Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

#### Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 do **Banco Espírito Santo, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 68.747.766 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.268.998 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 121.961 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

#### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa;
  - b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as NCA's, seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça

KPMG & Associados - S.R.L.C., S.A.  
Capital Social: 3.120.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502.161.078 - inscrita na O.R.C. N.º 189 - inscrita na C.M.V.M. N.º 9683

Metriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502.161.078



### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e,
  - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião


- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Espírito Santo, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's tal como definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.



**Relato sobre outros requisitos legais**

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 4 de Março de 2013

  
KJMG & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
representada por  
Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)